



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella,
Bairro Ininga, Teresina, Piauí, Brasil; CEP 64049-550
Telefones: (86) 3215-5525/3215-5526

E-mail: assessoriaufpi@gmail.com ou comunicacao@ufpi.edu.br

BOLETIM DE SERVIÇO

Nº 1333 - Dezembro/2024
Resoluções - Nº 760 a 763/2024
(CAMEN/PREG/UFPI)

Teresina, 11 de Dezembro de 2024



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/PREG/UFPI Nº 760, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2024

Autoriza Alteração de Projeto Pedagógico de Curso.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (PREG/UFPI), e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (CAMEN), no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, **ad referendum** da mesma Câmara e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta Universidade, aprovado pela Resolução Nº 331/22-CEPEX, de 08 de agosto de 2022, em atendimento ao Decreto 10.139/2019, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República;

- o processo Nº 23111.049710/2022-76;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a alteração no Projeto Pedagógico do Curso de **BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**, do Centro de Ciências Humanas e Letras – **CCHL**, do Câmpus Ministro Petrônio Portella – **CMPP**, desta Universidade, conforme ANEXO e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação justificada a urgência pela excepcionalidade da atividade administrativa institucional, conforme parágrafo único do Art. 4º do Decreto 10.139/2019.

Teresina, 19 de novembro de 2024.

Profa. Ana Beatriz Sousa Gomes
Pró-Reitora de Ensino de Graduação/UFPI
Presidente da Câmara de Ensino de Graduação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS UNIVERSITARIO MINISTRO PETRONIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS DE LETRAS
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL



**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**TERESINA – PIAUÍ
2023**

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS UNIVERSITARIO MINISTRO PETRONIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS DE LETRAS
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL



**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Projeto Político-Pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social do Campus Universitário Ministro Petrônio Portella da Universidade Federal do Piauí do Piauí, no município de Teresina – Piauí, a ser implementado em 01/2024.

**TERESINA – PIAUÍ
2023**

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Aureliano...', is located in the bottom right corner of the page.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

REITOR

Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes

VICE-REITOR

Prof. Dr. Viriato Campelo

PRÓ-REITOR (A) DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Prof. Dr. Luís Carlos Sales

PRÓ-REITOR (A) DE ADMINISTRAÇÃO

Prof^ª. Dr^ª. Evangelina da Silva Sousa

PRÓ-REITOR (A) DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Prof^ª. Dr^ª. Ana Beatriz Sousa Gomes

PRÓ-REITOR (A) DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Junior

PRÓ-REITOR (A) DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Prof^ª. Dr^ª. Regilda Saraiva Dos Reis Moreira Araujo

PRÓ-REITOR (A) DE EXTENSÃO E CULTURA

Prof^ª. Dr^ª. Deborah Dettmam Matos

PRÓ-REITOR (A) DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Prof^ª. Dr^ª. Monica Arrivabene



PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Ana Beatriz Sousa Gomes

Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Eliese Idalino Rodrigues

Coordenadora Geral de Graduação

Maria Rosália Ribeiro Brandim

Coordenadora Geral de Estágio

Francisco Newton Freitas

Coordenador de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular

Leomá Albuquerque Matos

Diretor de Administração Acadêmica

Rosa Lina Gomes do N. Pereira da Silva

Coordenadora de Administração Acadêmica Complementar

Maycon Silva Santos

Coordenadora de Seleção e Programas Especiais



CAMPUS UNIVERSITARIO MINISTRO PETRONIO PORTELLA

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS

DIRETORA

Prof^ª. Dr^ª. Edna Maria Goulart Joazeiro

VICE-DIRETOR

Prof. Dr. João Benvindo de Moura.

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL (2021-2023)

Prof^ª. Dr^ª. Iracilda Alves Braga

SUBCHEFE DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL (2021-2023)

Prof^ª. Dr^ª. Teresa Cristina Moura Costa

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL (2023-2025)

Prof^ª. Dr^ª. Rosilene Marques Sobrinho De França

SUBCHEFE DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL (2023-2025)

Prof^ª. Dr^ª. Mauriceia Ligia Neves da Costa Carneiro

COORDENADORA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL (2021-2023)

Prof^ª. Dr^ª. Sofia Laurentino Barbosa Pereira

SUBCOORDENADORA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL (2021-2023)

Prof^ª. Dr^ª. Masilene Rocha Viana

COORDENADORA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL (2023-2025)

Prof^ª. Dr^ª. Teresa Cristina Moura Costa

SUBCOORDENADORA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL (2023-2025)

Prof^ª. Dr^ª. Rita de Cássia Cronemberger Sobral



COORDENADORA DE ESTÁGIO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Prof^ª. Dr^ª. Lúcia da Silva Vilarinho

COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (2021-2023)

Prof^ª. Dr^ª. Sofia Laurentino Barbosa Pereira

Prof^ª. Dr^ª. Iolanda Carvalho Fontenele

Prof^ª. Dr^ª. Iracilda Alves Braga

Prof^ª. Dr^ª. Lúcia da Silva Vilarinho

Prof^ª. Dr^ª. Teresa Cristina Moura Costa

COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (2023-2025)

Prof^ª. Dr^ª. Teresa Cristina Moura Costa

Prof^ª. Dr^ª. Iolanda Carvalho Fontenele

Prof^ª. Dr^ª. Mauriceia Ligia Neves Da Costa Carneiro

Prof^ª. Dr^ª. Guiomar De Oliveira Passos

Prof^ª. Dr^ª. Sofia Laurentino Barbosa Pereira Membro

Prof^ª. Dr^ª. Rita De Cassia Cronemberger Sobral

COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL (2021-2023)

Prof^ª. Dr^ª. Sofia Laurentino Barbosa Pereira - Presidente

Prof^ª. Dr^ª. Masilene Rocha Viana – Vice-Presidente

Prof^ª. Dr^ª. Iracilda Alves Braga – Titular

Prof. Dr. Alejandro Raul Gonzalez Labale – Titular

Prof^ª. Dr^ª. Rita de Cássia Sobral – Suplente

Prof^ª. Dr^ª. Rossana Maria Marinho Albuquerque – Suplente

Representação estudantil: Gleyson Willian Silva Carneiro – Titular

Representação estudantil: Marina Queiroz Moura– Suplente

COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL (2023-2025)

Prof^ª. Dr^ª. Teresa Cristina Moura Costa - Presidente

Prof^ª. Dr^ª. Rita De Cassia Cronemberger Sobral – Vice-Presidente



Prof^ª. Dr^ª. Iracilda Alves Braga – Titular
 Prof. Dr. Alejandro Raul Gonzalez Labale – Titular
 Prof^ª. Dr^ª. Mauriceia Ligia Neves Da Costa Carneiro – Suplente
 Prof^ª. Dr^ª. Rossana Maria Marinho Albuquerque – Suplente
 Representação estudantil: Gleyson Willian Silva Carneiro - Titular
 Representação estudantil: Marina Queiroz Moura - Suplente

CORPO DOCENTE EFETIVO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Prof^ª. Dr^ª. Edna Maria Goulart Joazeiro
 Prof^ª. Dr^ª. Francineide Pires Pereira
 Prof^ª. Dr^ª. Guiomar de Oliveira Passos
 Prof^ª. Dr^ª. Iolanda Carvalho Fontenele
 Prof^ª. Dr^ª. Iracilda Alves Braga
 Prof^ª. Dr^ª. Lila Cristina Xavier Luz
 Prof^ª. Dra. Lúcia da Silva Vilarinho
 Prof^ª. Dr^ª. Lúcia Cristina dos Santos Rosa
 Prof^ª. Dr^ª. Masilene Rocha Viana
 Prof^ª Dr^ª Mauriceia Ligia Neves da Costa Carneiro
 Prof^ª. Dr^ª. Réia Silvia Rios Magalhães
 Prof^ª. Dr^ª. Rita de Cássia Cronemberger Sobral
 Prof^ª. Dr^ª Rosilene Marques Sobrinho de França
 Prof^ª. Dr^ª. Solange Maria Teixeira
 Prof^ª. Dr^ª Sofia Laurentino Barbosa Pereira
 Prof^ª. Dr^ª Teresa Cristina Moura Costa

CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EFETIVO

Cícero Rodrigues de Sousa (lotado no Departamento de Serviço Social)
 Mayra de Sousa Gomes (lotada na Coordenação de Serviço Social)

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

MANTENEDORA:

FUFPI

RAZÃO SOCIAL:

Universidade Federal do Piauí

SIGLA:

UFPI

NATUREZA JURÍDICA:

Pública

CNPJ:

06.517.387/0001-34

ENDEREÇO:

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga s/n CEP: 64049-550

CIDADE:

Teresina

TELEFONE:

(86) 3215-5511

E-MAIL:

scs@ufpi.edu.br

PÁGINA ELETRÔNICA:

www.ufpi.br



IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO:

Serviço Social

NÍVEL:

Graduação

GRAU:

Bacharelado

CRIAÇÃO DO CURSO:

O Curso de Serviço Social da UFPI foi criado em 01/12/1976 (Resolução CONSUN/UFPI – Doc. 02/76)

RECONHECIMENTO DO CURSO:

Portaria do MEC em 07/07/1983 (Documento 313, data da publicação 12/07/1983)

TÍTULO ACADÊMICO:

Bacharel em Serviço Social

MODALIDADE:

Ensino Presencial

DURAÇÃO DO CURSO:

Mínimo: 8 semestres letivos (4 anos)

Máximo: 14 semestres letivos (7 anos)¹

ACESSO AO CURSO:

Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), através do Sistema de Seleção Unificada – SISU/MEC e de acordo com Edital específico da UFPI.

REGIME LETIVO

Sistema de Crédito

VAGAS AUTORIZADAS:

50 vagas no primeiro semestre

OFERTA DO CURSO:

SEMESTRE LETIVO	TURNO(S)	QUANTIDADE DE VAGAS
1º SEMESTRE	vespertino/ noturno	50

ESTRUTURA CURRICULAR:

¹ Para alunos(as) com necessidades educacionais especiais acrescentar até 50% do prazo máximo de permanência no curso.



ANO/ PERÍODO DE IMPLANTAÇÃO	CARGA HORÁRIA POR PERÍODO LETIVO		
	MÍNIMA	MÉDIA	MÁXIMA
2024	255/17	308/20	360/24

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias	1.890 h	126
Disciplinas Optativas	120 h	8
Trabalho de Conclusão de Curso	195 h	13
Atividades Complementares	120 h	-
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	450 h	30
Atividades Curriculares de Extensão	315 h	-
TOTAL	3090 h	



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
1 INTRODUÇÃO	18
1.1 JUSTIFICATIVA: POR QUE REVISAR?	18
1.1.1 A construção e revisão do projeto político-pedagógico da UFPI	20
1.1.2 Reconfigurações do mundo do trabalho, Reforma do Estado e o Serviço Social	21
1.2 CONTEXTO REGIONAL E LOCAL	25
1.3 HISTÓRICO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UFPI E DO CURSO	31
2 CONCEPÇÃO DO CURSO	32
2.1 AS DIRETRIZES CURRICULARES E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL	32
2.2 PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	33
2.3 OBJETIVOS DO CURSO	33
2.4 PERFIL DO EGRESSO	34
2.5 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	35
2.6 PERFIL DO CORPO DOCENTE	36
3 PROPOSTA CURRICULAR	37
3.1 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	37
3.2 FORMA DE INGRESSO	39
3.3 CONTEÚDOS CURRICULARES	39
3.3.1 Os núcleos de fundamentação da formação	40
3.4 DISCIPLINAS OPTATIVAS	43
3.5 ARTICULAÇÃO COM OUTROS DEPARTAMENTOS E COORDENAÇÕES	45
3.6 ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO	46
3.7 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	49
3.8 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	58
3.9 ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO – ACE	72

3.10 MATRIZ CURRICULAR	75
4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	78
4.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	78
4.1.1 A Iniciação Científica	78
4.1.2 Os núcleos e diretórios de pesquisa	79
4.1.3 O Programa de Educação Tutorial - PET	81
4.1.4 O Programa de Extensão Universitária para Pessoas Idosas - PTIA	81
4.2 A RELAÇÃO DA GRADUAÇÃO COM A PÓS-GRADUAÇÃO	82
4.3 APOIO AO DISCENTE	84
5 METODOLOGIA E SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO	86
5.1 O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	86
5.1.1 Avaliação da aprendizagem	87
5.2 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	88
6 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA	90
7 ORGANIZAÇÃO, INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	153
7.1 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA ACADÊMICA	153
7.1.1 O colegiado de curso de Serviço Social	153
7.1.2 O Núcleo Docente Estruturante – NDE	153
7.2 LOCAL DE FUNCIONAMENTO, INFRAESTRUTURA FÍSICA E EQUIPAMENTOS	154
7.3 BIBLIOTECA	155
8 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	155
8.1 EQUIVALÊNCIA DAS DISCIPLINAS	155
8.2 CLAUSULA DE VIGÊNCIA	161
REFERÊNCIAS	162
ANEXOS	169
FLUXOGRAMA	170
RELATÓRIO DO NDE REFERENDANDO AS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	171



APRESENTAÇÃO

A questão social e os desafios ao Serviço Social como profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho em uma sociedade de constantes mudanças exigem dos que fazem a Universidade, particularmente dos que se comprometem cotidianamente com a formação acadêmica nessa área, o zelo quanto à renovação de suas práticas e uma vigilância crítica quanto à adequação do instrumento fundamental orientador da formação: o projeto pedagógico.

Essa vigilância, preocupação especial da Coordenação e do Departamento de Serviço Social em suas últimas gestões, materializa-se no presente documento, que confere substância a inúmeros esforços do Núcleo Docente Estruturante que, desde sua formação², manteve a consciência da necessidade de revisar o projeto pedagógico do curso, realizando inúmeras incursões (reuniões periódicas, oficinas, pesquisas exploratórias junto aos(as) docentes e discentes, entre outras), visando amadurecer reflexões acerca dos principais problemas apresentados no curso desde a implantação do último projeto pedagógico e encontrar caminhos de superá-los.

Assim, o Projeto Pedagógico ora apresentado nasce de um esforço concentrado e coletivo no sentido de revisar o anterior. Portanto, não se trata de um novo currículo, mas uma reformulação da proposta curricular vigente, que foi construída em 2007 e reformulada em 2012, incluindo elementos e conteúdos demandados institucionalmente e pelas entidades representativas da profissão, como será apresentado ao longo desse documento.

Tendo nascido tardiamente, o Projeto Pedagógico vigente só tomou corpo em 2007, depois de um longo período de dificuldades internas do curso para encontrar formas de

² O Núcleo Docente Estruturante foi criado através da Portaria nº 66, de 23 de Julho de 2010 da Pro-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG/UFPI) atendendo ao que estabelece a Portaria Normativa nº 5, de 22 de fevereiro de 2010 do MEC. Na referida Portaria foram designados para compor o NDE do Curso de Serviço Social, do Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, as seguintes professoras: Lila Cristina Xavier Luz, Lúcia da Silva Vilarinho, Maria do Rosário de Fátima e Silva, Marlúcia Valéria da Silva e Masilene Rocha Viana. Nele já marcaram presença ativa também as professoras Rita de Cássia Cronemberger Sobral, Lúcia Cristina dos Santos Rosa e Solange Maria Teixeira. Assim, o esforço aqui sintetizado de revisar o projeto espelha trabalho de uma equipe para além da que compõe o núcleo ao longo dos anos. A Primeira proposta apresentada pelo Núcleo Estruturante não foi aprovada e houve uma recomposição do Núcleo Estruturante em 2014 e 2018, dando continuidade ao processo de revisão, finalizadas no ano de 2022, com uma nova composição do NDE, com as seguintes docentes: Sofia Laurentino Barbosa Pereira, Iolanda Carvalho Fontenele, Iracilda Alves Braga, Lúcia da Silva Vilarinho e Teresa Cristina Moura Costa, conforme Portaria nº 012/2021-PREG/UFPI, de 20 de março de 2021.



materializar as diretrizes curriculares que datam de 1996. Assim, somente em 25 de janeiro de 2007 o curso de Serviço Social tem aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) seu projeto pedagógico (Resolução nº13/2007), que deu a base para o quarto currículo do curso, implantado em março do mesmo ano.

Tal projeto brotava de um imenso desafio, já que as Diretrizes Curriculares foram objeto de amplas discussões no interior das entidades da profissão, particularmente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e, mais que novas orientações curriculares, tais diretrizes nasciam apontando novos rumos à formação em Serviço Social no Brasil, consolidando uma direção social à profissão que se construía em décadas de renovação e reflexão crítica acerca do exercício e da formação profissional, trajetória teórico-política ímpar no mundo, projetando o Serviço Social brasileiro muito além de suas fronteiras³.

Associado a esse desafio, o tempo era de mudanças no panorama educacional brasileiro, sobretudo por conta da consolidação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu outra normalização para o Sistema Nacional de Educação, resultando na substituição da estrutura de currículos mínimos e plenos por Diretrizes Curriculares orientadoras dos projetos de formação em nível de graduação.

Ao longo do tempo, novos instrumentos e orientações nacionais, pareceres, entre outras normalizações foram agregando desafios aos que fazem a formação no cotidiano institucional, tais como:

- O Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE)/Câmara Superior de Educação (CES) 492/2001 – que homologa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Serviço Social e outros cursos, publicado no Diário Oficial da União de 09/7/2001, Seção 1, p. 50;
- O Parecer CNE/CES 1.363/2001 – que retifica o Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, publicado no Diário Oficial da União de 29/1/2002, Seção 1, p. 60.b;

³ Nesse processo, a profissão de Serviço Social mantém e reforça seu compromisso com uma direção social da profissão que entenda o trabalho como elemento fundante da sociabilidade humana, referenciando na tradição do pensamento crítico.



- A Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002 – que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, publicado no Diário Oficial da União, Brasília, 9/04/ 2002. Seção 1, p. 33;
- A Resolução Nº 2, de 18 de junho de 2007 CNE/CES que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial⁴;
- A Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS;
- A Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008 (Casa Civil da Presidência da República), que dispõe sobre os estágios de estudantes;
- A Resolução nº 533 do CFESS que regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social;
- As Normas internas da UFPI quanto ao funcionamento dos cursos de graduação, aprovadas pela Resolução nº 177/12, de 5 de novembro de 2012 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX/UFPI);
- A Resolução nº 1, de 17 de junho de 2010 do Conselho Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), que normatiza o Núcleo Docente Estruturante de cursos de graduação;
- A Resolução nº 1 de 17 de junho de 2004, do Conselho Nacional de Educação, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- A Resolução nº 1 de 30 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Educação, que estabelece Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos;
- A Resolução nº 2 de 15 de junho de 2012, do Conselho Nacional de Educação, que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental;
- As orientações da Coordenadoria de Currículos (PREG/UFPI) quanto à inclusão de disciplinas novas na matriz curricular, que explorem os conteúdos pertinentes ao debate sobre a questão da diversidade, da linguagem de Libras, da extensão e outras;

⁴ Esta resolução estabelece que a carga-horária mínima para o curso de Serviço Social presencial é de 3.000h e que o tempo e que “os estágios e atividades complementares dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso”.



- A Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que trata das Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE2014-2024, conhecida como “Curricularização da Extensão” – Atividades Curriculares de Extensão (ACE), regulamentado na UFPI através da Resolução do CEPEX nº 053/2019.
- As orientações da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) para a inclusão e o fortalecimento do debate da questão étnico-racial contribuindo para uma formação em Serviço Social antirracista, a partir do desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão (graduada e pós-graduada), sintetizado no documento “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na Formação em Serviço Social”, de 2018 e na Plataforma Antirracista da ABEPSS;
- Os subsídios para o processo de curricularização da extensão nos cursos de Serviço Social, expressos no “Documento Preliminar acerca da curricularização da extensão” da ABEPSS, publicizado para discussão com as UFA’s em maio de 2021 e publicado em janeiro de 2023 com o título “Curricularização da Extensão e Serviço Social”.

Tendo sido uma das últimas IFES a implantar as Diretrizes Curriculares, o curso de Serviço Social da UFPI, tempos depois, tinha acesso ao relatório da pesquisa avaliativa da implementação das Diretrizes Curriculares que fornecia ampla visão da questão nas Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs) de Serviço Social.

No plano local, já era possível identificar inúmeros problemas quanto na implementação, o que ficou mais explícito a partir das análises nos programas de disciplinas realizados pela comissão de acompanhamento do currículo e, em particular a partir do resultado da aplicação de um questionário exploratório junto a discentes e docentes⁵.

⁵ Esse trabalho resultou em relatório (2010), de autoria das professoras Lila Cristina X. Luz, Masilene Rocha Viana e Réia Sílvia Rios Magalhães, no qual são explicitados, segundo a ótica dos abordados, os principais problemas do curso. Foram elaborados e aplicados dois instrumentos para recolhimento de informações, um destinado aos docentes e outro aos discentes. O questionário dos docentes foi encaminhado, via e-mail, a todos os professores do DSS. O questionário dos discentes foi aplicado junto aos alunos ingressantes nos anos de 2007, 2008, bem como aqueles ingressantes em anos anteriores que se encontravam cursando disciplinas do Currículo IV. Ao todo 56 discentes e 5 docentes responderam ao questionário. Todos os docentes que responderam ao questionário pertenciam ao DSS e havia ministrado disciplina do novo currículo.



O ponto de partida desse trabalho foram as críticas que já se faziam realidade no cotidiano do curso e que ocorriam principalmente em torno do choque ou repetições de conteúdos em disciplinas, o peso, considerado “excessivo” dos fundamentos teóricos (seminários temáticos), em contraponto às necessárias disciplinas que aportem ao trabalho profissional, dentre outros elementos ⁶.

Nessa caminhada de buscar adequar o currículo às necessidades que se apresentavam, tivemos inclusive que encaminhar, para aprovação no CEPEX – e por recomendação da coordenação de currículos da PREG – uma pequena modificação na matriz curricular, quando ainda se processava internamente no NDE as reflexões mais amplas que redundaram no presente documento. Entrementes, o conjunto dessas novidades no plano das reorientações normativas e o monitoramento do processo de implementação estimulavam a convicção de que uma reorientação pedagógica precisava ser conduzida, o que foi levado a efeito por diversas composições do Núcleo Docente Estruturante nos últimos anos e se materializa no presente documento.

Ao longo dessa trajetória foram realizadas diversas reuniões com corpo docente, discente e técnico, consultas à diversas instâncias da Universidade, articulações com a ABEPSS, de modo a aprofundar e amadurecer o debate sobre o processo de formação no curso de Serviço Social da UFPI, construindo coletivamente a proposta aqui apresentada. Trata-se, portanto, de um documento cuja dimensão política e coletiva atravessa todo o seu conjunto.

Apresenta-se, nas páginas a seguir, um novo Projeto Político-Pedagógico para o curso de Serviço Social da UFPI, ou, de forma mais precisa, uma revisão no projeto vigente, conscientes de que a caminhada foi árdua para consolidar essa nova proposição: um novo ponto de chegada de um processo de amadurecimento, de acúmulo e reflexões sobre os óbices a uma formação acadêmica mais flexível, crítica e comprometida com os contornos renovados da questão social e atenta a indissociabilidade ensino-pesquisa e extensão. Que seja um novo

⁶ Convém apontar que, embora não seja nossa intenção relatar aqui os resultados do aludido relatório, ele foi considerado peça fundamental a iluminar as decisões e reorientações aqui desenhadas quanto à exclusão de disciplinas, criação de outras, alteração de ementas, de cargas-horárias e outras diretrizes, como o fato de diminuir o número de disciplinas e horas por semestre, de forma a oferecer melhores condições para que os discentes e docentes possam obter maior qualidade no processo ensino-aprendizagem. Em tempos mais recentes e como produto a se associar à reflexão sobre o curso, foi produzida uma dissertação no âmbito do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, de uma egressa do curso de Serviço Social oriunda da primeira turma do currículo vigente, Amanda Furtado Mascarenhas Lustosa. A dissertação intitulada “Formação acadêmica do assistente social para atuar na Saúde Mental: tensionamentos entre a particularidade e a generalidade”, apresentada também em reunião do NDE, oferece ricas reflexões sobre a formação em Serviço Social na UFPI.



ponto de partida para um processo de ensino-aprendizagem e uma formação em Serviço Social atenta aos desafios do tempo presente.

1 INTRODUÇÃO

1.1 JUSTIFICATIVA: POR QUE REVISAR?

A Universidade em sua tarefa de produzir e disseminar conhecimento cumpre importante tarefa na sociedade, constituindo-se enquanto instituição (e sujeito) fundamental nos processos de mudança, ao tempo em que sofre e é influenciada pelas transformações que se processam nos variados campos da vida social.

O Brasil das últimas décadas – e em particular a Universidade foi desafiada a encontrar novos rumos a seus velhos e atualizados problemas. A reorganização do capital - implicando na reconfiguração da questão social, em desafios à garantia dos direitos sociais de amplos setores, em mudanças no mundo do trabalho e em novas expressões que tomam as políticas públicas -, além das novas sociabilidades, diversidade cultural e do papel assumido pelas novas tecnologias, inclinaram a mudanças em diversas escalas. Em que pese inserir-se na sociedade a partir do lugar prioritário da produção do conhecimento e da formação técnica, mais do que nunca, a Universidade é chamada a alterar o seu curso, cuidando também das dimensões humana, social, cultural e política dos(as) discentes a ela vinculados.

No caso específico da formação em Serviço Social, inúmeras são as alterações, explícitas na reestruturação produtiva, no avanço e consolidação da sociedade do conhecimento e da informação; nas mudanças nos princípios e perfis das políticas públicas a partir da Constituição de 1988 e em face da reforma no aparelho do Estado que impôs políticas de corte neoliberal e de flexibilização nos processos e relações de trabalho. Essa contingência requereu a promoção de mudanças no espaço acadêmico orientadas para inovações nos conteúdos a abordar, na gestão pedagógica e administrativa e nos próprios processos avaliativos, no sentido de realinhá-los às exigências de um novo perfil de profissional, que seja polivalente e saiba trabalhar em equipe, sem a demarcação rígida de atribuições e com habilidades não só técnicas, mas também políticas e de gestão.

Mudanças no campo da academia impõem-se em função do fato de que a principal missão da Universidade gira em torno do preparo de futuros profissionais, tendo como



matéria-prima um produto de “longa maturação” (LEITE, 2005). Neste sentido, a Universidade é uma instituição que se antecipa, que trabalha no hoje, construindo o futuro, projetando seus usuários para um amanhã permeado pela incerteza.

Neste cenário, a demanda por um profissional versátil e flexível estabelece a necessidade de revisão dos fundamentos do processo de formação e qualificação, ganhando o fator humano um papel expandido no mercado de trabalho, considerando que também as competências e habilidades subjetivas passam a ser valorizadas, incluindo saberes incorporados pelos estudantes, futuros profissionais, fora da esfera formal do mundo do trabalho ou dos espaços formativos, direcionadas, sobretudo, para a capacidade de mobilizar diferentes saberes para enfrentar e resolver problemas e imprevistos.

Ao saber-fazer agrega-se a exigência do saber-ser, abrangendo habilidades, competências e qualidades pessoais. Nesse sentido, conforme assevera Leite (2005, p. 26), cabe então à Universidade compreender as transformações contemporâneas preservando o “equilíbrio entre valores éticos e culturais, resguardando sua função de lúcida consciência crítica da sociedade de seu tempo, juntamente com a criação, preservação e difusão do conhecimento”.

Em sintonia com as mudanças arroladas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aponta na perspectiva de flexibilizar a organização dos cursos e carreiras, por meio das diretrizes curriculares. Coloca, assim, a graduação como uma etapa inicial do processo de formação continuada que deve oferecer uma formação básica que habilite o graduado para enfrentar e responder os desafios das transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das políticas públicas. Neste sentido, o graduando não é um mero receptor do saber, já que deverá ser iniciado na produção do conhecimento, tendo a possibilidade de variados tipos de formação e experiências em um mesmo curso, dentro e fora do espaço da academia.

Nessa perspectiva, a formação profissional não se encerra com a conclusão do curso de graduação, que é apenas seu desencadeador, fazendo parte de um processo contínuo e sempre inesgotável de qualificação, em que a prática social joga peso significativo alimentando o processo constante de aprimoramento profissional. É nesse particular, a Universidade, como espaço aberto a especializações de conhecimento, mantém possibilidades de crescimento e capacitação para além da formação graduada. Dessa perspectiva, deve oportunizar ao formado outras “entradas” ao espaço acadêmico como parte do seu processo particular de formação profissional e subjetiva, ocorrida num diálogo que articule o ambiente



acadêmico e a experiência de vida do alunado enquanto estratégia potente para a definição do perfil de formação e atuação do/a Assistente Social.

Entendendo a importância desse processo de atualização do curso frente aos desafios do espaço-tempo presente, e, em particular, atentos às orientações emanadas da ABEPSS e à normalização mais geral da Educação Superior no Brasil é que assumimos, em diversos momentos, a tarefa de revisar nossas práticas e planejar o trabalho de formação acadêmica em Serviço Social no âmbito da UFPI.

1.1.1 A construção e revisão do projeto político pedagógico da UFPI

O Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, desde sua criação em 1976, vem buscando acompanhar os movimentos desencadeados pela entidade nacional de ensino e pesquisa (ABEPSS), no âmbito das alterações das propostas pedagógicas, embora tendo que enfrentar grandes dilemas quando suas prioridades entravam em confronto com as exigências colocadas pelas entidades nacionais que congregam as escolas. Esse foi o caso das últimas experiências de revisão curricular, já que resultaram de um processo de longa gestação e concretude.

Como já apontado, a revisão que ora processamos no projeto pedagógico vem suprir a necessidade de adequá-lo aos novos desafios postos pelas profundas mudanças na realidade nas quais atuam os profissionais do Serviço Social. Segue, também, as exigências institucionais (da ABEPSS, da UFPI, do MEC, entre outros) inspiradas na necessidade de uma formação profissional concatenada com os novos desafios. Nesse mesmo sentido, o MEC exige, nos processos de renovação/revalidação dos cursos, as adequações normativas às novas exigências do mundo do trabalho e do processo de ensino-aprendizagem, concatenado com os novos princípios das políticas públicas, pós-Constituição de 1988 e LDB. Assim, os processos de revisão curricular impõem-se como uma constante no sentido de acompanhar as reconfigurações da realidade de modo geral, a qual impacta os diversos segmentos sociais, culturas e territorialidades de maneira diferenciada. Também se deve levar em consideração a nova expressão do Estado brasileiro, os recentes marcos regulatórios e a novas demandas dos setores organizados da sociedade, aspectos que somam igualmente para a necessidade do delineamento de um novo perfil de profissional e, conseqüentemente, de formação profissional que responda às necessidades emergentes, de natureza sociais, políticas, econômicas e culturais.



Aliado a isso, vivencia-se, no plano local onde se encontra o curso de Serviço Social da UFPI, reconfigurações nos processos de trabalho e criação de múltiplos espaços de inserção dos(as) discentes e docentes que apontam para uma mudança na relação graduação-pós-graduação, ou ensino-pesquisa, de forma que revisões se fazem necessárias a partir também do que ocorre cotidianamente no universo do processo ensino-aprendizagem. Referimo-nos a emergência de inúmeros espaços como núcleos, diretórios de pesquisa, laboratórios, o incremento do Programa de Iniciação Científica (PIBIC) e da Iniciação Científica Voluntária (ICV), ao Programa Especial de Treinamento (PET), ao Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX), as Atividades Curriculares de Extensão (ACE), ao crescimento das experiências de estágio supervisionado não obrigatório, dentre outras modalidades de inserção docente-discente que incorporam formas e espaços distintos de ensino-aprendizagem para além da sala de aula tradicional ou do componente curricular e da disciplina.

1.1.2 Reconfigurações do mundo do trabalho, Reforma do Estado e o Serviço Social

A implementação da política neoliberal e as mudanças no mundo do trabalho repercutem significativamente na configuração das demandas para a formação e o profissional de Serviço Social. No tocante à política neoliberal, ressalvadas as diferenças entre os governos federais dos anos 1990 até nossos dias, é importante destacar a abertura comercial, os planos de estabilização monetária, o combate à inflação, a questão da dívida pública (externa e interna), o ajuste fiscal, a desregulamentação do trabalho, a (contra)reforma do Estado e as contrarreformas das políticas sociais (FIORI, 1995; OLIVEIRA, 1999; DRAIBE, 1993; ANTUNES, 2014) .

A reforma do Estado inclui a privatização, pensada nas suas mais diversas modalidades; a parceria com o terceiro setor, como forma de uma relativa desresponsabilização do Estado frente ao enfrentamento questão social, a descentralização da gestão das políticas para os municípios e seus desafios de um lado, em relação à participação da sociedade nas instâncias de controle social e de outro nos processos de territorialização das mesmas; por último a discussão em torno do Estado gerencial, enquanto crítica ao Estado burocrático que precisa ser reformado considerando o fato de que é oneroso, grande e lento (BRASIL, 1995).



O receituário neoliberal trouxe rebatimentos contundentes no âmbito das políticas sociais, pensadas e implementadas a partir de três eixos: a privatização, a descentralização e a focalização (DRAIBE, 1993), além da indefinição na questão do financiamento, resultando no subfinanciamento e no corte dos gastos sociais, tendo como argumento central o ajuste fiscal do Estado (PAIM, 2018; CASTILHO; LEMOS; GOMES, 2017). Esse cenário indica um claro desenho das políticas sociais e públicas que apontam para o desmonte de direitos conquistados na Constituição Federal de 1988 e uma relativa desresponsabilização do Estado (VIANNA, 2000), com foco nas intervenções voltadas para os mais pobres pautadas nos mínimos sociais e no empreendedorismo (BOITO JR, 1999; ANTUNES, 2014). Intervenções estas que implicam em considerar e fortalecer o potencial e as capacidades protetivas dos indivíduos, das famílias, da sociedade e tendo no mercado o melhor e mais eficiente setor de produção de recursos (BRASIL, 2005; DRAIBE, 1993).

Uma outra faceta dessa realidade são as alterações trazidas pela reestruturação produtiva e organizacional e suas repercussões no mundo do trabalho, mais especificamente a flexibilização e a desregulamentação, a precarização, a terceirização, a superexploração da força de trabalho, dada pela articulação entre salários baixos, jornadas de trabalho extensas, ritmos intensos e exigências multifuncionais. O fato é que essas alterações no mundo do trabalho trazem implicações complexas tanto no tocante às condições de trabalho, bem como nas condições de vida do trabalhador (ANTUNES, 2014) e conseqüentemente no aumento das demandas por políticas sociais.

Por certo essas mudanças impõem contratos precarizados, alta carga de trabalho, demandas ampliadas, associadas com baixo investimento público, além de novas técnicas e novas formas de trabalho calcadas em equipe interdisciplinar, na flexibilidade das atribuições funcionais, resultados quantitativos, exigindo um novo tipo de trabalhador: que seja polivalente, possua refinamento analítico, tenha competências múltiplas e flexíveis as quais o habilite a atuar em meio aos desafios colocados pela complexidade social e as limitações do novo espaço do trabalho. Que atue, por fim, com o intelecto, a intuição e a capacidade de dialogar com outras profissões e outras políticas setoriais.

Na concepção de Guerra (2020, p. 51) o “novo modelo de trabalhador” é cada vez mais “desespecializado, desregulamentado, desprofissionalizado, polivalente, multifuncional, que serve aos interesses do mercado”. Além disso, acrescenta que os estudos têm mostrado a forte tendência de “uberização da sociedade”, que se caracteriza com a adoção



de estratégias de contratação do trabalho sem quaisquer direitos ou garantias, marcadas pela flexibilização das legislações trabalhistas propiciadas pelo governo brasileiro.

Assim, a clássica divisão social do trabalho que segmenta trabalho intelectual do trabalho manual, planejamento e execução, é rompida e, neste cenário complexo e diverso, a identidade corporativa tradicional é colocada em suspensão e as atividades clássicas são esvaziadas em seu conteúdo e significado. Emergem, nessa perspectiva, várias representações dos processos de trabalho profissionais, determinadas pelas políticas macroestruturais, pelas mudanças no modo capitalista de produção e pelas tensões entre modelos de cidadania que disputam hegemonia.

A profissão de Serviço Social é indagada nas suas particularidades construídas e também na estrutura dos serviços em que se insere, cada vez mais terceirizados, processos que repercutirão nas atribuições e processos de trabalho. Há, assim, uma tendência de modificação na base material e organizacional da profissão, ocasionando inclusive uma alteração no tipo de atividade do assistente social, no seu conteúdo e significado.

Situações como a contratação por tempo determinado, com vínculos precários de trabalho e a terceirização, tornam baixos os salários e vulneráveis as relações de trabalho do assistente social e seus vínculos com os usuários dos serviços, além de colocá-lo em situação desvantajosa no enfrentamento do poder institucional em relação, por exemplo, à violação de direitos humanos.

Esse quadro vem se desenhando já há algum tempo. Como apontara Luz em trabalho sobre o mercado de trabalho para os assistentes sociais, já não tão recente (1999), outras necessidades e domínios também demandavam novas qualificações dos profissionais, tais como: a informática, a atuação em conselhos de políticas públicas, programas de qualidade, o trabalho em assessoria, o trabalho com doenças ou necessidades especiais: AIDS/portador de deficiência.

Naquele cenário, como apontara a autora, eram indicadas como habilidades mais esperadas dos assistentes sociais: a capacidade para resolução de problemas; alto poder de comunicação; capacidade de trabalho em equipe; postura investigativa; versatilidade; criatividade. No entanto, essas habilidades principais diziam “respeito a aspectos não relacionados, de imediato, a um profissional de Serviço Social, pois redesenham e terminam por respaldar perfis mais amplos vinculados à formação profissional mais geral” (LUZ, 1999, p. 120). Assim, a habilidade de “saber ser” ganhava relevância frente ao “saber fazer” (LUZ, 1999) destacando-se os atributos de natureza subjetiva do profissional. O novo tipo de



profissional requisitado era o “gerente”. Neste sentido, havia uma (re)funcionalização dos procedimentos operacionais e do conteúdo e significado das atividades desenvolvidas. Nesse sentido, o que apontava Luz, era que a demanda que preponderava no mercado era “por perfis e não por profissão” (LUZ, 1999, p. 136).

No contexto atual, Guerra (2014;2020) destaca que esses desafios repercutem no trabalho profissional do serviço social brasileiro, que passa a ser ter requisições sócio - profissionais e políticas em consonância com as necessidades engendradas pelas políticas sociais minimalistas.

Nesse cenário, as atribuições e competências profissionais das/os assistentes sociais são transformadas em tarefas simplificadas exigidas pelas orientações postas pelos serviços da política pública em que está inserido para dar conta do cumprimento de metas quantitativas e do atendimento aos “cadastros, protocolos, orientações e procedimentos metodológicos” (GUERRA, 2020, p. 46), muitos dos quais foram construídos à base do conhecimento acumulado pela profissão, com tendência conservadora e culminam no desenvolvimento de ações e respostas padronizadas de controle do comportamento da classe trabalhadora (GUERRA, 2020). Tais direcionados o que também vão culminar em requisição de respostas padronizadas, em que muitas vezes aos diversos profissionais que compõe as equipes dos serviços.

As estratégias de intensificação da força de trabalho nos serviços públicos e privados são acompanhadas do crescimento do “assédio moral, o desgaste mental das/os assistentes sociais, o sofrimento e o adoecimento provocados pelas novas formas de organização, controle e gestão do trabalho nas políticas sociais” (RAICHELIS, 2018, p. 59).

Por outro lado, a questão social que constitui o objeto de trabalho das/os assistentes sociais é cada vez mais acirrada pelo aumento exponencial da apropriação desigual da riqueza socialmente produzida no capitalismo contemporâneo e se manifesta por meio de expressões “que condensam múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, , características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização” (IAMAMOTO, 2014, p.618). No que tange às respostas estatais pelas políticas sociais têm sido cada vez mais reduzidas em face a lógica neoliberal, o que vai refletir diretamente nas condições objetivas e subjetivas de trabalho das/dos profissionais e nas respostas engendradas.

Cabe ressaltar que o Estado é o maior empregador das(os) assistentes sociais no espaço das instituições que desenvolvem serviços e benefícios políticas sociais públicas, às



quais são ofertadas cada vez mais de forma precarizada. Junto a esses públicos, as/os profissionais desenvolvem ações educativas que permitem acesso a direitos e a possibilidade de exercê-los do que contribui para a expressão das necessidades sociais e possibilidade de atendê-las.

Para tanto, o Serviço Social brasileiro vem construindo um projeto profissional com fundamentos históricos, teóricos, metodológicos, éticos, políticos e técnicos a partir da aproximação com a teoria crítica e que tem no seu Projeto Ético Político a referência para o enfrentamento a essa realidade, seja no campo da formação, seja no exercício profissional das/os assistentes sociais. Trata-se de um projeto de resistência, comprometido com a classe trabalhadora, com o alargamento dos direitos sociais, com a qualidade dos serviços, e, sobretudo, com a construção de uma sociedade em que tais desigualdades deixem de existir. O Projeto encontra expressão na Lei de Regulamentação da Profissão, no Código de Ética Profissional, nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS e demais documentos orientadores da formação e do trabalho profissional construídos coletivamente pela categoria.

Dessa forma, urge que a formação em Serviço Social caminhe para a construção de um sujeito profissional capaz de decifrar a realidade, indo além da sua aparência e, ao mesmo tempo apreenda possibilidades de intervenção profissionais e consigam com competência para negociar seus projetos, espaços e atribuições profissionais (IAMAMOTO, 2014). Para tanto há que se perseguir uma formação que possibilite “um conjunto de saberes que extrapola a realidade imediata e lhe proporcione apreender a dinâmica conjuntural e a correlação de forças manifesta ou oculta” (GUERRA, 2014, p. 268)

Finalmente, destaca-se que o contexto em cena requer ampla capacidade analítica e crítica da categoria de assistentes sociais, sobretudo daqueles em processo de formação acadêmica, para a construção de estratégias de trabalho articuladas com os movimentos sociais, que assegurem a universalização das políticas públicas no horizonte de reforço às conquistas históricas em torno dos direitos, consignados formalmente pela Constituição Federal de 1988, o que se faz premente como reforço às ações contra hegemônicas para fazer frente à intensificação do mix público-privado, na forma: a) do crescente familismo, que norteiam as políticas de assistência social e saúde, tendentes a sobrecarregar as famílias com a proteção social, desonerando o Estado de suas obrigações cidadãs, cada vez mais restrito a Estado gerencial e avaliador e, b) transferências de recursos públicos para a implementação de políticas públicas por instituições do chamado “terceiro setor” (ONGs, fundações privadas lucrativas) inclusive numa clara perspectiva de renúncia fiscal, transformando alguns



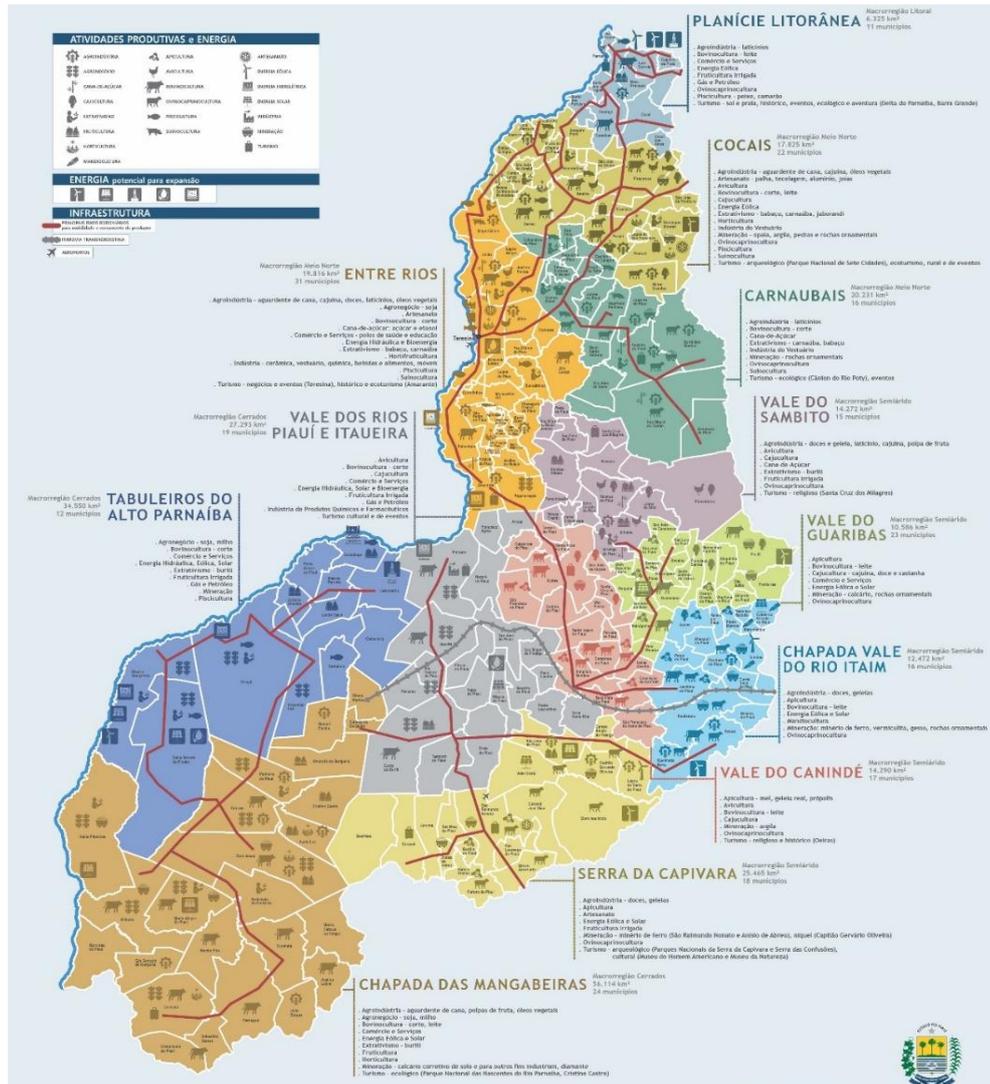
movimentos sociais em executores de políticas sociais, o que descaracteriza seu papel histórico na perspectiva na luta pela ampliação e conquista de direitos e no controle social.

1.2 CONTEXTO REGIONAL E LOCAL

O Piauí é o terceiro maior Estado do Nordeste, inferior apenas a Bahia e Maranhão, fazendo limite com o Ceará, Pernambuco, Bahia, Tocantins e Maranhão. Com a população estimada de 3.289.290 habitantes no ano de 2021, o Piauí concentra a maior parte da sua população na Zona Rural, com aproximadamente 65,77% (IBGE, 2022). O Estado é composto por 224 municípios, dividido em 04 macrorregiões (Litoral, Meio-norte, Semiárido e Cerrado) onde os limites se definem pelas suas características socioambientais, e organizado em 12 Territórios de Desenvolvimento (CEPRO, 2017). Sobre a economia, o Piauí alcançou o Produto Interno Bruto de R\$ 39,148 bilhões, correspondentes a 0,7% do PIB do Brasil, o que o coloca na 21ª, posição relativa dentre as 27 unidades da federação que constituem o país, inclusive o Distrito Federal.

Imagem 01 – Mapa do Piauí





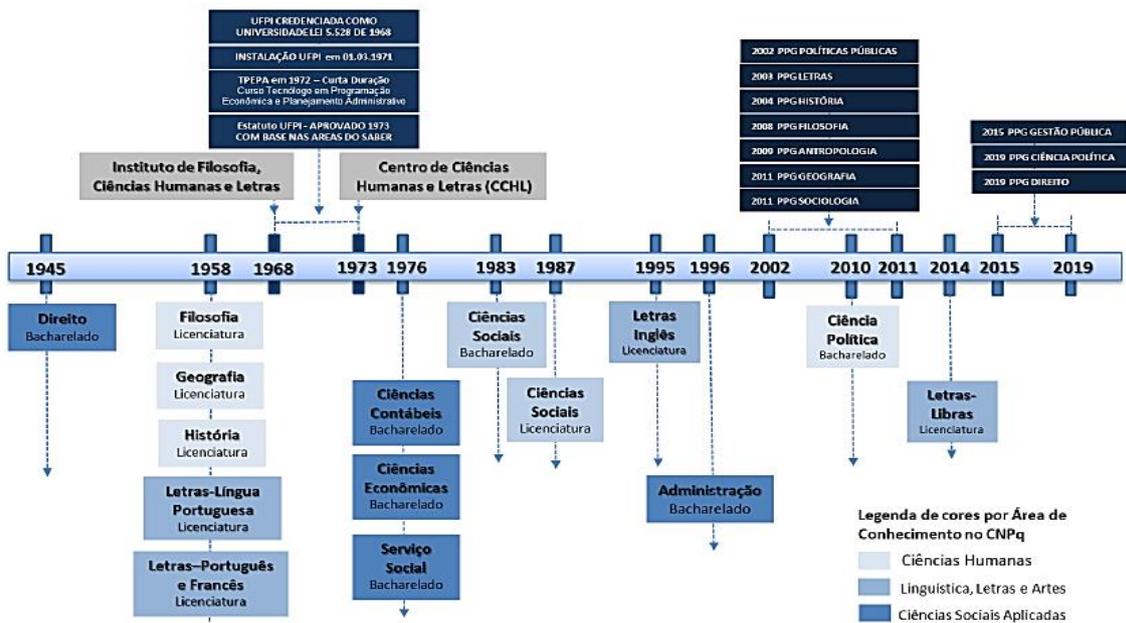
Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento do Piauí

Teresina, a capital do Piauí, é localizada na região Meio-Norte e no Território de Desenvolvimento do Entre Rios, e tem uma população estimada de 871.126 pessoas no ano de 2021, sendo a cidade mais populosa do Estado, seguida por Parnaíba, Picos e Floriano (IBGE, 2022).

O Centro de Ciências Humanas e Letras, localizado no Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, foi criado a partir de estruturas de ensino já instaladas antes mesmo do credenciamento da UFPI enquanto Universidade, nos termos da Lei nº. 5.528/1968. Remete a origem do Faculdade de Direito, em 1945 e do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Letras, em 1958, sendo instalado como Centro apenas no ano de 1973 foi instalado como Centro (PASSOS, 2006; UFPI, 2020).

A história do CCHL não se dissocia da história da UFPI, sendo resultado de um processo histórico de luta pela sua criação, do qual participaram, estudantes, lideranças políticas, religiosas e a imprensa (PASSOS, 2003; UFPI, 2020). Esse processo de formação histórica do CCHL pode ser observado na imagem a seguir:

Imagem 02 - Linha do tempo segundo ano de implantação dos Cursos em nível de Graduação e de Pós-Graduação que compõem o CCHL - UFPI



Fonte: Joazeiro, 2020.

A Universidade Federal do Piauí foi instituída pela Lei n. 5.528 de 12 de novembro de 1968 e teve seu primeiro Estatuto aprovado pelo Decreto n. 72.140, de 26 de abril de 1973. A reformulação, desse documento, objetivando sua adaptação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 foi autorizada pela Resolução CONSUN n. 15, de 25 de março de 1999 e pelo Parecer n. 665/95, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovado pela Portaria MEC n. 1.225, de 30 de julho de 1999. O atual Regimento Geral da UFPI foi adaptado à LDB de 1996, através da Resolução do CONSUN n. 45, de 16 de dezembro de 1999 e alterado posteriormente pela Resolução n. 21, de 21 de setembro de 2000. O Estatuto da Fundação Universidade Federal do Piauí foi aprovado pela Portaria MEC n.º 265, de 10 de abril de 1978 e alterado pela Portaria MEC n. 180, de 05 de fevereiro de 1993 (UFPI, 2020).

Joazeiro

A UFPI tem como missão promover a educação superior de qualidade, com vista à formação de sujeitos comprometidos com a ética e capacitados para atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional. Para tal, tem como princípios: autonomia universitária; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; pluralidade e democracia; respeito à dignidade da pessoa humana e seus direitos fundamentais; excelência; compromisso social; valorização de seus docentes, técnico-administrativos e discentes (UFPI, 2020).

A Região Nordeste do Brasil apresenta um conjunto de particularidades sociais, políticas e econômicas, e, nesse contexto, o Serviço Social se constituiu como importante profissão no sentido de contribuir para o acesso a direitos, com significativo engajamento nas lutas e resistência da classe trabalhadora, sobretudo, no atual cenário de medidas regressivas e de cortes orçamentários nas políticas públicas.

Os aportes institucionais, acadêmicos, profissionais e técnicos da UFPI apresentam-se como uma referência para o Piauí e a Região Nordeste como um todo. E, o Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí tem um papel fundamental na congregação de forças em prol da defesa da democracia e fortalecimento da cidadania a partir da produção do conhecimento e da formação profissional de qualidade. Diante dessa realidade, o curso de Serviço Social tem engendrado esforços para a formação de profissionais comprometidos com o enfrentamento das desigualdades de classe, raça e gênero, bem como territoriais e regionais, histórica e socialmente construídas na realidade brasileira.

A Região Nordeste se constitui em território perpassado pelas expropriações, explorações e opressões. Considerando as expressões da questão social que afetam a região, com um conjunto de desigualdades e violências, é importante destacar a “condição colonial permanente, em que o arcaico e o moderno convivem”, com estruturas e conjunturas que serviram de base para a formação da sociedade de classes forjada na dependência, com elementos de permanência na contemporaneidade, o que demonstra a incidência de amplos e profundos processos de superexploração do trabalho, violências e negação de direitos (GOIN; FERNANDES; OLIVEIRA, 2021, p. 456).

Em conformidade com estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população brasileira em 2021 era de 213.317.639, com um percentual de desemprego de 9,3% no 2º trimestre de 2022, com 6,6% de analfabetismo em 2019⁷ (IBGE, 2022). Em relação à taxa de desocupação no 2º trimestre de 2022 nas 22 unidades da

⁷ IBGE, 2022. **Painel de indicadores**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/indicadores.html>. Acesso em 29 de setembro de 2022.



federação os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) o estado do “Tocantins registrou o maior recuo do 1º para o 2º tri: menos 3,8 pontos percentual (p.p.), seguido por Pernambuco (3,5 p.p.) Alagoas, Pará, Piauí e Acre também se destacaram, com quedas de cerca de 3 p.p. nos quatro estados” (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2022, s/p). Em relação às grandes regiões, o Nordeste registrou a maior taxa de desocupação (12,7%), sendo que também apresenta os estados com maior número de pessoas desempregadas, quais sejam: “Bahia (15,5%), Pernambuco (13,6%) e Sergipe (12,7%)” (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2022, s/p).

De acordo com os dados do Instituto SEMESP⁸, o mapa do ensino superior por estados, a Região Nordeste apresenta-se conforme o quadro mostrado a seguir.

Quadro 01 – Número de ingressantes e concluintes nos cursos presenciais e à distância na Região Nordeste

Fonte: Instituto Semesp | Base: INEP

Estado	Cursos Presenciais*				Cursos EAD**			
	Matrículas	Concluintes	Ingressantes	IES	Matrículas	Concluintes	Ingressantes	IES
Alagoas	72.261	8.457	19.803	30	33.516	4.583	18.577	57
Bahia	257.858	40.133	82.282	140	155.789	18.914	95.437	112
Ceará	219.838	29.585	60.976	89	106.245	10.905	68.616	97
Maranhão	132.372	17.686	32.895	53	57.844	3.777	33.877	74
Paraíba	118.622	16.527	39.466	41	39.072	4.259	24.719	61
Pernambuco	219.929	29.737	67.949	114	80.478	8.124	53.822	83
Piauí	94.554	11.860	22.065	42	35.054	4.743	18.913	61
Rio Grande do Norte	91.212	11.837	28.295	28	32.807	3.088	20.958	58
Sergipe	58.610	6.148	16.584	18	22.838	2.311	14.633	46
Total - Região Nordeste	1.265.256	171.970	370.315	550	563.643	60.704	349.552	180

O número total de IES não corresponde à soma dos números de IES em cada estado porque uma mesma instituição pode oferecer cursos em mais de um estado.

*Cursos Presenciais - Rede Privada + Rede Pública
Matrículas, Concluintes e Ingressantes em cursos presenciais - 2020.
IES que oferecem cursos presenciais - 2020.

**Cursos EAD - Rede Privada + Rede Pública
Matrículas, Concluintes e Ingressantes em cursos EAD - 2020.
IES que oferecem cursos EAD - 2020.

Fonte: Instituto SEMESP, 2022, p. 126.

Em conformidade com os dados do Instituto SEMESP (2022, p. 126), com “cerca de 58 milhões de habitantes divididos em nove estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe)”, a região Nordeste se constitui na segunda “também em número de matrículas, com 1,8 milhões de estudantes no ensino

⁸ Fonte: INSTITUTO SEMESP. Mapa do ensino superior, dados por Estados e Regiões, 11ª edição. 2021. Disponível em [https://www.semesp.org.br/mapa/educacao-11/regioes/nordeste/#:~:text=Em%202019%2C%20a%20regi%C3%A3o%20registrou,ensino%20superior%20at%C3%A1s%20do%20Sudeste](https://www.semesp.org.br/mapa/educacao-11/regioes/nordeste/#:~:text=Em%202019%2C%20a%20regi%C3%A3o%20registrou,ensino%20superior%20at%C3%A1s%20do%20Sudeste.). Acesso em 29 de setembro de 2022.

superior. Juntando as modalidades presencial e EAD, a região representa 21,1% da educação superior do país: 22,7% de alunos dos cursos presenciais e 18,2% dos alunos dos cursos EAD” (INSTITUTO SEMESP, 2022, p. 126).

Quadro 02 – Número matrículas nos cursos presenciais e à distância no Piauí

Fonte: Instituto Semesp | Base: INEP/IBGE

Mesorregião	Municípios	Cursos Presenciais*				Cursos EAD**			
		Rede Privada	Rede Pública	Total	IES	Rede Privada	Rede Pública	Total	IES
Centro-Norte Piauiense	64	39.835	23.358	63.193	29	15.816	2.153	17.969	52
Norte Piauiense	32	7.119	7.268	14.387	8	5.814	1.204	7.018	24
Sudeste Piauiense	66	1.752	5.342	7.094	5	3.315	2.302	5.617	21
Sudoeste Piauiense	62	2.406	7.474	9.880	8	2.878	1.572	4.450	27
Total - Estado PI	224	51.112	43.442	94.554	42	27.823	7.231	35.054	61

*Obs.: O número total de IES não corresponde à soma dos números de IES em cada mesorregião porque uma mesma instituição pode oferecer cursos em mais de uma mesorregião.

* Cursos Presenciais - Rede Privada + Rede Pública
Matrículas em cursos presenciais - 2020.
IES que oferecem cursos presenciais - 2020.

**Cursos EAD - Rede Privada + Rede Pública
Matrículas em cursos EAD - 2020.
IES que oferecem cursos EAD - 2020.

Fonte: Instituto SEMESP, 2022, p. 173.

Em relação ao Piauí, entre 2009 e 2020 ocorreu uma elevação de apenas de “17,0% nas matrículas presenciais, com crescimento de 36,8% na rede privada no mesmo período”, sendo que em 2020, “a rede pública registrou a mesma quantidade de matrículas presenciais de 2009” (INSTITUTO SEMESP, 2022, p. 174). Por outro lado, é importante destacar que a rede privada no Piauí é “detentora de 79,4% das matrículas da modalidade EAD”, sendo que no período 2009-2020, “o salto das matrículas totais da modalidade foi de 373%” (INSTITUTO SEMESP, 2022, p. 175), cenário bastante preocupante, no que se refere à garantia do ensino presencial, público, laico e de qualidade.

Tal realidade mostra a importância do Curso de Serviço Social da UFFI, no sentido de contribuir para a formação de aportes profissionais, técnicos e políticos voltados para a defesa intransigente da democracia e da cidadania.

1.3 HISTÓRICO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UFPI E DO CURSO

A Universidade Federal do Piauí é uma instituição federal de Educação Superior, mantida pelo Ministério da Educação, por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), com sede e foro no município de Teresina, capital do estado, possuindo três outros

campi sediados nas cidades de Picos (Campus Senador Helvídio Nunes de Barros), Bom Jesus (Campus Profª. Cinobelina Elvas) e Floriano (Campus Almícar Ferreira Sobral). Até 2018, também fazia parte da UFPI o Campus Ministro Reis Velloso, no município de Parnaíba, o qual foi desmembrado, através da Lei n. 13.651 de 11 de abril de 2018, para formar a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr). Atualmente, a UFPI oferta cursos de graduação nas modalidades presencial e a distância, nos graus de bacharelado e licenciatura. São ofertados 71 cursos presenciais e 15 cursos na modalidade à distância, totalizando 86 cursos oferecidos (UFPI, 2020).

O Curso de Serviço Social da UFPI foi criado em 1 de dezembro de 1976, através da Resolução nº 02/76 do CONSUN/UFPI, sendo reconhecido por Portaria do MEC em 7 de julho de 1983, através de projeto elaborado pela professora Dra. Aglair Alencar Setúbal, convidada pelo então Reitor José Camilo da Silveira para realizar todos os procedimentos necessários à efetivação da proposta. Após a sua criação, no ano de 1977, o curso ofereceu 40 vagas no primeiro vestibular, cuja turma concluiu em abril de 1981 (FERREIRA; SILVA; GUIMARÃES, 2021).

Até o ano de 2021, o curso de Serviço Social da UFPI passou por 04 currículos. O Primeiro Currículo Pleno foi aprovado no dia 12 de novembro de 1976 e implantado em 1977, tendo vigência até 1984. Esse currículo atrelava-se ao Currículo Mínimo de 1970, aprovado pelo Conselho Federal de Educação. Com base no parecer nº 412/82 do CFE, é aprovada a implantação do segundo currículo pleno (RESOLUÇÃO nº 010/87) no Curso de Serviço Social da UFPI, cinco anos após a aprovação do currículo mínimo de 1982. O Currículo II surge em 1985 e vai até 1994. Já o Currículo II inicia em 1995 (GUIMARÃES, 1995; FERREIRA; SILVA; GUIMARÃES, 2021).

Em 1989, a ABESS/CEDEPSS desenvolve a pesquisa “Avaliação da Formação Profissional do Assistente Social Brasileiro pós-novo currículo – avanços e desafios”. Em 1994, com a Resolução nº 051/94 CEPEX UFPI é aprovada a reestruturação do currículo pleno do Curso de Serviço Social. Poucos anos depois, com a aprovação do currículo mínimo, em 8 de novembro de 1996, em assembleia geral extraordinária da ABEPSS, no Rio de Janeiro, inicia-se um novo ciclo na formação profissional, condensado nas diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social. Por sua vez, este momento coincide com a priorização da capacitação docente em nível de pós-graduação pelo Departamento de Serviço Social do CCHL/UFPI, onde o coletivo é incorporado em cursos de mestrado, através de convênio com a PUC-SP, o que contribuiu para o retardo na incorporação dessas novas diretrizes no curso



da UFPI. Assim, o Projeto Pedagógico aprovado em 2007 foi implementado na perspectiva de adequar a formação do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí as Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Esse currículo foi atualizado em 2012.

Destaca-se que, com base em dados do sistema de matrícula da UFPI, no período de 1981 a 2021 registram-se 1231 alunos que concluíram o curso de bacharelado em Serviço Social. Dessa forma, o Curso de Serviço Social da UFPI mantém sua importância na história da formação de assistentes sociais no Piauí, sendo o único ofertado por uma Universidade Pública no Estado.

2 CONCEPÇÃO DO CURSO

2.1 AS DIRETRIZES CURRICULARES E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

Com o processo de renovação na formação em Serviço Social que se processa ao longo de muitos anos e se consolida com a construção pelas entidades da área, sobretudo a ABEPSS, das diretrizes curriculares, a formação profissional do Serviço Social ganha outra densidade e novos pressupostos e princípios. Os pressupostos balizadores dessa nova concepção de formação profissional do assistente social são os que seguem:

- O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva cujo objeto se delinea a partir das manifestações da questão social;
- A relação do Serviço Social com a questão social – matéria prima da intervenção do Assistente Social – é mediatizada por processos sócio-históricos e teórico-metodológicos inerentes a seu processo de trabalho;
- O agravamento da questão social, a partir do processo de reestruturação produtiva no Brasil e da implementação do projeto neoliberal, impõe mudanças no campo de ação do Assistente Social;
- O processo de trabalho do Assistente Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas que o seu enfrentamento conforma, através das políticas e lutas sociais.

2.2 PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL



Com as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996), a formação profissional ganha maior riqueza e complexidade, explicitadas nos princípios a seguir e aqui incorporados como orientadores na formação em Serviço Social.

- Flexibilidade e dinamicidade dos currículos plenos expressa na organização de disciplinas e outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágio, atividades complementares;
- Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;
- Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- Estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- Presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;
- Indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
- Exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
- Compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação profissional;
- Necessária indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio (ABESPP, 1996).

A partir da construção de currículos/projetos pedagógicos atentos, às diretrizes curriculares de 1996 (e orientações normativas posteriores) - como o que ora se apresenta -, a flexibilização na estrutura do curso passa a comportar atividades diversificadas, permitindo o estabelecimento de formas mais criativas e dinâmicas no processo ensino-aprendizagem.

2.3 OBJETIVOS DO CURSO

Tomando como referência as orientações mais gerais das diretrizes curriculares, explicitamos a seguir, os objetivos do curso de Serviço Social:

- Formar assistentes sociais numa perspectiva teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, crítica e plural, de forma a qualificá-los para:
- Apreender o processo histórico-social como totalidade, acompanhando o movimento real em suas manifestações universais, particulares e singulares;
- Enfrentar os desafios que se interporão em suas trajetórias profissionais, a partir de uma leitura da complexidade da questão social contemporânea, de forma a identificar no trato interdisciplinar uma via possível de atuação;



- Apreender o significado social da profissão e as demandas consolidadas e emergentes, postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, desvelando as possibilidades de ação frente às distintas manifestações da questão social;
- Desenvolver pesquisas acerca dos processos sociais contemporâneos da sociedade brasileira, sobre o fazer profissional e, de forma geral, sobre temáticas e questões que apontam para o aprimoramento da ação profissional pela via da produção do conhecimento.

2.4 PERFIL DO EGRESSO

Em absoluta consonância com o que estabelece as diretrizes curriculares, o presente projeto concebe a formação como o processo que leva o(a) estudante a adquirir competências e habilidades que o capacitarão para enfrentar os desafios do exercício profissional do Serviço Social, embora parta da compreensão de que a formação profissional jamais se esgota nos limites da formação acadêmica. Esta, de caráter generalista e plural deve oferecer aportes teórico-metodológicos, ético-político e técnico-operativos que capacite o(a) discente para o mundo da atividade profissional firmando-o como um:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho (ABEPSS, 1996).

As diretrizes e a nova lógica do currículo impõem a necessidade de uma capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, visando uma leitura crítica do processo histórico, apreendido em sua totalidade; a investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que norteiam a constituição da sociedade brasileira, sob o modelo de produção capitalista; a apreensão do significado social da profissão nos seus produtos/respostas diante das diversas conjunturas; a compreensão das demandas postas ao Serviço Social pela via do mercado de trabalho e das mudanças nas relações público e privado e na gestão das políticas sociais e do Estado brasileiro; o endosso de um novo fazer profissional atento à pluralidade social expressa nas ideias da diferença e da diversidade; que observe as várias territorialidades constituídas e o fortalecimento do exercício profissional,



em sintonia com as competências e atribuições estabelecidas na legislação profissional vigente.

2.5 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Fundamentados na Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão de Assistente Social, nas diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (ABESS/CEDEPSS, 1996), e no Parecer 492/2001 (CNE/CES) que homologa as diretrizes e ainda na Resolução CFESS 273/93, de 13 de março de 1993, que institui o Código de Ética Profissional, as competências e habilidades **gerais** requeridas dos egressos do curso de Serviço Social são:

- A compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- A identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento das múltiplas e renovadas manifestações da questão social;
- Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país;
- A utilização dos recursos da informática.

No plano mais **específico**, requer-se dos egressos, competências e habilidades para:

- Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos concernentes aos âmbitos de atuação do Serviço Social;
- Encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e a população no sentido de identificar e mobilizar recursos e de fazer uso dos mesmos;
- Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas privadas, ONGs e outras entidades;
- Realizar estudos socioeconômicos para fins de benefícios e serviços sociais;
- Realizar pesquisas e estudos socioeconômicos para identificar necessidades sociais que subsidiem a formulação de políticas;
- Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre a área de Serviço Social;



- Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- Formular e operacionalizar políticas sociais;
- Planejar e organizar pesquisas, investigar, estudar e atuar junto à questão social e suas consequências na sociedade, procurando contribuir na análise da realidade social, para subsidiar a atuação profissional e outros processos interventivos e para enriquecer a produção de conhecimento na área de Serviço Social e similares;
- Atuar nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para o seu enfrentamento;
- Formular, implementar e avaliar políticas sociais, bem como formação e gestão de pessoas;
- Assessorar e apoiar os movimentos e grupos sociais populares no exercício, defesa e conquista dos seus direitos.

2.6 PERFIL DO CORPO DOCENTE

O corpo docente do Departamento de Serviço Social (DSS) da UFPI é conformado, no ano de 2023, por 16⁹ professoras, todas com bacharelado em Serviço Social e doutorado nas áreas de serviço social, políticas públicas, sociologia, educação, dentre outras. Diversas docentes do quadro também têm pós-doutorado realizados em instituições renomadas no país e no exterior.

Além do corpo docente do DSS, ministram disciplinas para o curso de Serviço Social professores de outros departamentos, como Departamento de Ciências Econômicas, Filosofia, Ciências Sociais, Ciência Política, Educação e História.

Quadro 03 - Corpo docente do curso de serviço social lotados no DSS no ano de 2022

Nº	NOME DO DOCENTE	TITULAÇÃO	LOTAÇÃO		REGIME DE TRABALHO
			DSS	Outro Depto	
01	Edna Maria Goulart Joazeiro	Doutorado	X		DE
02	Francineide Pires Pereira	Doutorado	X		DE
03	Guiomar de Oliveira Passos	Doutorado	X		DE
04	Iolanda Carvalho Fontenele	Doutorado	X		DE

⁹ Cumpre destacar que o Departamento de Serviço Social conta em seu quadro efetivo com 17 docentes, no entanto, aguarda-se a realização de novo concurso público para contratação de docente para o cargo vago deixado pela professora Maria D'alva Macedo, que se aposentou no ano de 2021.



05	Iracilda Alves Braga	Doutorado	X		DE
06	Lila Cristina Xavier Luz	Doutorado	X		DE
07	Lúcia Cristina dos Santos Rosa	Doutorado	X		DE
08	Lúcia da Silva Vilarinho	Doutorado	X		DE
09	Masilene Rocha Viana	Doutorado	X		DE
10	Mauriceia Ligia Neves da Costa Carneiro	Doutorado	X		DE
11	Réia Silvia Rios Magalhães	Doutorado	X		DE
12	Rita de Cássia Cronemberger Sobral	Doutorado	X		DE
13	Rosilene Marques Sobrinho de França	Doutorado	X		DE
14	Solange Maria Teixeira	Doutorado	X		DE
15	Sofia Laurentino Barbosa Pereira	Doutorado	X		DE
16	Teresa Cristina Moura Costa	Doutorado	X		DE

3 PROPOSTA CURRICULAR

3.1 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO CURSO

A presente seção consiste em maior detalhamento quanto ao funcionamento do curso. Assim, apresentaremos, a seguir, as principais características e formas concretas como se materializará o curso de Serviço Social da UFPI a partir dessa nova revisão curricular, nas suas matérias, conteúdos, componentes curriculares, entre outros.

A organização curricular do curso de Serviço Social da UFPI fundamentar-se-á nos princípios definidos pela LDB, nas diretrizes curriculares aprovadas pelo MEC, e toma como referência as orientações da ABEPSS, no documento base que subsidiou as diretrizes aprovadas, ou seja, fundamenta-se nos itens abaixo arrolados.

- Flexibilidade e dinamicidade dos currículos plenos, expressa na organização de disciplinas e outros componentes curriculares, tais como: oficinas, estágios e atividades complementares;
- Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional de defronta no universo da produção e reprodução da vida social;
- Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- Estabelecimento das dimensões investigativa, interpretativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- Interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;
- Indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
- Exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional,



impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais;

- Compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação profissional;
- Necessária indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 3).

A carga horária mínima no currículo ora proposto é de 3.090 horas e a carga-horária máxima é 3.090 horas, assim distribuídas:¹⁰

- 38 disciplinas obrigatórias não eletivas, sendo 27 com carga-horária de 60h, 01 de 75h, 03 de 30h, 03 de 15 horas, 02 de 225h (Estágio obrigatório I e II), e 01 de 195h (elaboração de Trabalho de Conclusão do Curso), totalizando 2.655 horas, e ainda 02 disciplinas optativas de 60h cada, completando 120h;
- 120 horas de atividades complementares, com vistas a impulsionar o crescimento político, cultural, profissional e acadêmico através de atividades diversificadas como monitoria, estágio não-obrigatório, iniciação científica, extensão, eventos científicos, atividades culturais, de forma a tornar a formação mais flexível;
- 315 horas de Atividades Curriculares de Extensão (ACE), ofertadas no decorrer do curso, de modo a garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e reafirmar a articulação da universidade com outros setores da sociedade.

As disciplinas serão ofertadas nos turnos da tarde e noite e, eventualmente, também no turno da manhã (no caso de estágios). Cada turma terá 50 vagas visando atender a demanda de 50 alunos, que ingressam anualmente no curso, com exceção de algumas que, por conterem créditos teórico-práticos e características envolvendo trabalho de campo e pesquisa, devem ser ofertadas com número de vagas menores.

Quadro 04 – Síntese da matriz curricular do Curso de Serviço Social da UFPI

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias	1.890 h	126
Disciplinas Optativas	120 h	8
Trabalho de Conclusão de Curso	195 h	13

¹⁰ A carga horária máxima possível ocorre quando a/o aluna/o escolhe como optativas duas disciplinas de carga-horária de 60h.

Atividades Complementares	120 h	-
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	450 h	30
Atividades Curriculares de Extensão	315 h	-
TOTAL	3090 h	

3.2 FORMA DE INGRESSO

O curso de Serviço Social ofertará, nessa nova proposta curricular, 50 vagas por ano, sendo parte delas reservadas à política de ação afirmativa. O ingresso ao curso ocorre com início das atividades acadêmicas no primeiro e segundo semestre de cada ano.

Usualmente, a seleção dos alunos é realizada pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) do Ministério da Educação, que utiliza como critério de avaliação a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sendo utilizada também, no caso de não preenchimento do total das vagas acesso pela via de portador de curso superior, transferência facultativa e reintegração no curso.

3.3 OS CONTEÚDOS CURRICULARES

As diretrizes curriculares da ABEPSS (1996, p.8) estabelecem como pressuposto central da formação em Serviço Social “a permanente construção de conteúdos (teórico-ético-políticos-culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, flexível, assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social”, padrões que, segundo o documento devem se traduzir na efetivação de um projeto de formação profissional que remeta “a um conjunto de conhecimentos indissociáveis, que se traduzem em **NÚCLEOS DE FUNDAMENTAÇÃO** constitutivos da Formação Profissional” (grifo no original).

Conforme o documento seguinte (parecer 492-MEC/CNE/SES) que homologa as diretrizes, a organização curricular deve “superar as fragmentações do processo de ensino e aprendizagem abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da formação profissional”, formação esta que se sustenta, segundo as diretrizes, no tripé dos conhecimentos constituídos pelos núcleos de fundamentação da formação profissional, os quais serão objeto da seção seguinte.



3.3.1 Os núcleos de fundamentação da formação

Conforme estabelecem as diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social, são três os núcleos que fundamentam a formação profissional, a saber:

- **Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social** que congrega as atividades encarregadas de explicar o processo de compreensão e apreensão do ser social.
- **Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira** que aglutina as atividades relacionadas ao campo de saber que permitem a compreensão da constituição econômica, social e política e cultural da sociedade brasileira, tendo por eixo a constituição do modo capitalista no Brasil, a conformação do Estado Brasileiro, a formação e dinâmica das classes sociais no Brasil e o significado e o caráter contraditório do Serviço Social e,
- **Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional** que gira em torno das ações que remetem aos processos de profissionalização do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho.

Assim estruturado, este currículo traz mudanças significativas quanto ao modo de organização dos conteúdos, quanto aos fundamentos e pressupostos basilares, com vistas a proporcionar uma sólida formação técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política ao formando em Serviço Social, englobando, tais núcleos, um conjunto de conhecimentos e habilidades que se especifica em atividades acadêmicas, enquanto conhecimentos necessários à formação profissional, atividades que se desdobram em disciplinas obrigatórias ou eletivas, estágios supervisionados e um rol variegado de possíveis atividades complementares.

Nesse sentido, seguindo o que prescreve as diretrizes curriculares (ABEPSS, 1996), o projeto de formação profissional é constituído por um conjunto de conhecimentos indissociáveis, traduzidos em núcleos de fundamentação que se afirmam como eixos articuladores da formação e se desdobram em áreas de conhecimento, as quais são traduzidas pedagogicamente, no conjunto dos componentes curriculares. Desse modo, não se pretende hierarquizar, nem estabelecer uma ordem entre os três núcleos. Convém lembrar, no entanto, à luz do que asseveram as diretrizes curriculares (documento de 1999) que, a estruturação em núcleos consiste em:



uma lógica inovadora que supera as fragmentações do processo de ensino e aprendizagem, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da própria formação profissional. *Não admite tratamento classificatório, nem autonomia e subsequência entre os núcleos, expressando, ao contrário, diferentes níveis de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social.* Agrega um conjunto de conhecimentos indissociáveis para apreensão da gênese, manifestações e enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional. Os núcleos englobam, pois, um conjunto de conhecimentos e habilidades que se especifica em matérias, enquanto áreas de conhecimentos necessários à formação profissional. Essas matérias, por sua vez, se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares (DIRETRIZES CURRICULARES, 1999, p.4, grifo nosso)

Nesse sentido, os núcleos, não constituem *a priori* em espaços ou áreas onde se situam os mais distintos componentes curriculares, já que se espera, com essa nova lógica, superar a departamentalização e fragmentação do processo. No entanto, para efeito meramente didático e ilustrativo de como a matriz curricular se organiza a partir dessa lógica, apresentamos, a partir das ementas, conteúdos e características mais gerais da disciplina, a localização mais precisa quanto a essa nova lógica. Assim, as disciplinas foram agregadas nos três núcleos aludidos, conforme os quadros a seguir.

Quadro 05 - Núcleo de Fundamentos Teórico-Methodológicos da Vida Social

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (h/a)
Introdução a Metodologia Científica	60
Introdução à Filosofia	60
Iniciação Sociológica	60
Iniciação Antropológica	60
Iniciação à Política	60
Psicologia Social	60
Economia Política	60
Seminário de Introdução à Formação em Serviço Social	15
Pesquisa Social I	60
Pesquisa Social II	60
Pesquisa Social III	75
Trabalho de Conclusão de Curso	195



Direitos Sociais e Cidadania	60
Seminário Temático I	60
Seminário Temático II	60

Fonte: Própria

Quadro 06 - Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (h/a)
Introdução ao Serviço Social	30
Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social I	60
Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social II	60
Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social III	60
Processos de Trabalho do Serviço Social I	60
Processos de Trabalho do Serviço Social II	60
Processos de Trabalho do Serviço Social III	60
Fundamentos Éticos e Ética Profissional	60
Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social I	225
Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social II	225
Seminário de Prática I	30
Seminário de Prática II	30
Instrumentalidade do Serviço Social I	15
Instrumentalidade do Serviço Social II	15
Avaliação de Políticas Públicas e Projetos Sociais	60
Gestão e Planejamento de Políticas Públicas e Serviços Sociais	60
Disciplina optativa	60
Disciplina optativa	60

Fonte: Própria

Quadro 07 - Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (h/a)
--------------------	----------------------------



Questão Social no Brasil	60
Política Social I	60
Política Social II	60
Política Social III	60
Sociedade Civil e Movimentos Sociais	60
Formação Sócio-Histórica do Nordeste e Piauí	60
Diversidades e Desigualdades de Gênero, Raça/Etnia e de Classe	60

Fonte: Própria

3.4 AS DISCIPLINAS OPTATIVAS

Os(as) discentes do curso de Serviço Social da UFPI deverão cursar pelo menos 02 disciplinas optativas, ofertadas pelo Departamento de Serviço Social. As disciplinas optativas devem ter carga-horária de 60h cada uma, totalizando 120 horas a serem cursadas pelos alunos de Serviço Social, preferencialmente no quinto e no oitavo período, conforme especificado na grade curricular do curso. Embora sejam também obrigatórias, são de livre escolha entre um rol de possibilidades.

O DSS ofertará com regularidade disciplinas na forma de *tópicos especiais* (as optativas do DSS) que objetivarão aprofundar temáticas relevantes sob diferentes perspectivas, estimulando o senso crítico e a criatividade do corpo discente. Sempre que possível, o Departamento de Serviço Social ofertará duas opções com temáticas diferentes de tópicos por semestre, de forma a propiciar aos alunos opção por temáticas relacionadas a seus interesses. Além disso, e contará com o apoio da Coordenação de Letras/Libras que ofertará a disciplina de Libras – Linguagem Brasileira de Sinais, conforme informações abaixo.

Quadro 08 – Quadro de Disciplinas Optativas

OPTATIVAS							
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO	CÓDIGO	NOME	CH	CRÉDITOS	PRÉ-REQUISITO	NÍVEL VINCULADO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Tópico especial sobre juventude	60	4.0.0	-	5º
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Tópico especial sobre envelhecimento	60	4.0.0	-	5º
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Tópico especial sobre família	60	4.0.0	-	5º
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Tópico especial de saúde	60	4.0.0	-	5º

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Tópico especial de saúde mental	60	4.0.0	-	5º
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Tópico especial de Política de Assistência Social	60	4.0.0	-	5º
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Tópico especial de previdência social	60	4.0.0	-	5º
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Tópico especial de educação	60	4.0.0	-	5º
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Tópico especial sobre educação popular	60	4.0.0	-	5º
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Tópico especial sobre direitos humanos	60	4.0.0	-	5º
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Tópico especial sobre questão rural e ruralidades	60	4.0.0	-	5º
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Tópico especial sobre questão urbana	60	4.0.0	-	5º
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Tópico especial sobre questão habitacional	60	4.0.0	-	8º
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Tópico especial sobre pobreza, trabalho, emprego e renda	60	4.0.0	-	8º
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Tópico especial sobre meio ambiente	60	4.0.0	-	8º
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Tópico especial sobre questão de gênero	60	4.0.0	-	8º
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Tópico especial sobre questão étnico-racial e Serviço Social	60	4.0.0	-	8º
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Tópico especial sobre violência	60	4.0.0	-	8º
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Tópico especial sobre álcool e outras drogas	60	4.0.0	-	8º
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Tópico especial sobre direito da pessoa com deficiência e anticapacitismo	60	4.0.0	-	8º
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Tópico especial sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social	60	4.0.0	-	8º
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Tópico especial sobre interprofissionalidade	60	4.0.0	-	8º
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Tópico especial sobre serviço social no campo sócio-jurídico	60	4.0.0	-	8º
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LETRAS-LIBRAS	DISCIPLINA	LIBRAS010	Libras – Linguagem Brasileira de Sinais	60	4.0.0	-	8º

Fonte: Própria

As disciplinas eletivas ofertadas serão ofertadas por outros departamentos que

eventualmente ofertem disciplinas que guardem relação com a formação em Serviço Social com carga horária de 60h e poderão ser integralizadas como Atividade Complementar.

As disciplinas eletivas de outros departamentos versarão sobre temas diversos e do interesse do aluno e que tenham relação com o Serviço Social, como: libras, meio ambiente, gerontologia social, inclusão social, direitos humanos, questões étnico-raciais, metodologias ativas, novas demandas do mercado, aprofundamento de matrizes teóricas balizadoras da profissão, entre outras possibilidades.

3.5 ARTICULAÇÃO COM OUTROS DEPARTAMENTOS E COORDENAÇÕES

A formação em Serviço Social está inserida no campo das Ciências Sociais e dialoga com vários ramos do conhecimento científico, não sendo diferente no curso de Serviço Social da UFPI, que está inserido no Centro de Ciências Humanas e Letras e se articula com diversos cursos, departamentos e centros, tanto no campo do ensino, como na pesquisa e extensão.

Compreendendo a importância do caráter interdisciplinar e interprofissional na formação, os seguintes componentes ofertados ao curso de bacharelado em Serviço Social são ministrados por docentes de outros departamentos / coordenações:

Quadro 09 – Componentes Curriculares ministrados por docentes de departamentos e/ ou coordenações de outros cursos

Disciplina	CH	Departamento / Coordenação	Caráter
Introdução à filosofia	60	Departamento de Filosofia	Obrigatório
Economia Política	60	Departamento de Ciências Econômicas	Obrigatório
Introdução à metodologia científica	60	Departamento de Filosofia	Obrigatório
Iniciação à Política	60	Coordenação de Ciência Política	Obrigatório
Iniciação Sociológica	60	Departamento de Ciências Sociais	Obrigatório
Iniciação Antropológica	60	Departamento de Ciências Sociais	Obrigatório
Formação sócio-histórica do Nordeste e do Piauí	60	Departamento de História	Obrigatório
Psicologia Geral	60	Departamento de Fundamentos da Educação	Obrigatório
Libras – Linguagem Brasileira de Sinais	60	Departamento de Letras Libras	Optativa

Fonte: Própria

3.6 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO E NÃO-OBRIGATÓRIO

O Estágio no curso de Serviço Social da UFPI segue as normativas estabelecidas em âmbito federal, no que tange a Lei Federal nº 11.788/2008, assim como atende as normativas e diretrizes específicas da profissão: Política Nacional de Estágio da ABEPSS; Lei nº 8662/1993, que regulamenta a profissão; o Código de Ética do/a Assistente Social; e Resolução nº 533/2008 do CFESS, que regulamenta a supervisão direta de estágio.

Assim, o estágio em Serviço Social é norteado pelos seguintes princípios: indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; articulação entre Formação e Exercício Profissional; indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo; articulação entre universidade e sociedade; unidade teoria-prática; interdisciplinaridade; articulação entre ensino, pesquisa e extensão (ABEPSS, 2010).

No curso de Serviço Social da UFPI a experiência de estágio tem sido rica e complexa, no que tange ao processo de organização e supervisão. Mesmo subordinados à conjuntura de oferta de vagas pelas instituições-campo de estágio, o Departamento de Serviço Social tem realizado um grande esforço para garantir um padrão de qualidade e organização para o estágio, de modo a cumprir as diretrizes curriculares, no que toca a esta importante dimensão da formação profissional.

O Estágio obrigatório tem natureza interventiva direta, sendo o aluno situado em um uma instituição campo de estágio, com cada uma das duas disciplinas de Estágio Obrigatório (I e II) carga-horária de 225h, totalizando 450 horas, devendo ser cursada pelo(a) discente 16 horas semanais (quatro ou cinco vezes por semana), de acordo com a instituição campo de estágio e a universidade.

As disciplinas Estágio Supervisionado Obrigatório I, Seminário de Prática I e Instrumentalidade do Serviço Social I, bem como Estágio Supervisionado Obrigatório II, Seminário de Prática II e Instrumentalidade do Serviço Social II, são co-requisitos, cursadas simultaneamente, sendo estas interdependentes. Os componentes curriculares de Seminário de Prática (I e II) têm, cada um, 30h, somando 60 horas, levadas a efeito em dois semestres letivos, a ser ministrada por um(a) docente com todos(as) os(as) discentes matriculados(as) nas turmas de Estágio Obrigatório. A disciplina de Seminário de Prática será ministrada



semanalmente, em sessões de 2 horas.

Soma-se ainda a oferta das disciplinas de Instrumentalidade I e II, com 15 horas cada uma, podendo se matricular até 2 discentes por turma, devendo ser ministrada pelo(a) supervisor(a) acadêmico(a), também em dois semestres letivos. A operacionalização da disciplina se dará a partir de sessões quinzenais, de 2 horas cada, nas instituições campos de estágio, sob a forma de supervisão conjunta, com a participação de estagiários(as) e supervisores de campo e acadêmico; e/ou ministrada na universidade com a participação de estagiários, supervisores e outros profissionais da área.

O Estágio Obrigatório ficará a cargo de um(a) docente supervisor(a) e dos(as) supervisores(as) de campo, identificado com a temática/questão social correspondente. Tal divisão visa garantir o compartilhamento da abordagem de uma política social, garantindo uma maior coesão entre os(as) alunos(as) e evitando a pulverização do(a) docente entre diferentes áreas. Dessa forma, todos os(as) docentes do DSS poderão se constituir em docentes supervisores(as) de estágio. Esses(as) supervisores(as) docentes irão ministrar as disciplinas de Instrumentalidade I e II para os(as) seus respectivos discentes estagiários(as).

Compete ao(a) docente supervisor de estágio promover o acompanhamento dos alunos nos campos de estágio, de forma indireta, através de visitas periódicas às instituições e através da documentação do estágio: Plano de Estágio, Análise Institucional, Projeto de Intervenção, Diário de Campo através de Registro de Processo de Trabalho (RPT) e Relatório Final.

As instituições governamentais, não governamentais, os movimentos populares e as empresas privadas poderão constituir-se como campo de estágio, desde que mantenham, de forma permanente, pelo menos um assistente social em seu quadro (conforme Título II, Art. 2º, inciso e, do Código de Ética Profissional do Assistente Social), apto a exercer a função de supervisor de campo e seja aprovado enquanto tal pela Coordenação de Estágio que deverá envidar esforços para firmar convênio da UFPI com a instituição de forma a viabilizar a experiência.

O Estágio Obrigatório poderá ser desenvolvido em projetos ou programas de extensão no âmbito da UFPI, desde que o supervisor de campo seja um(a) docente do quadro do departamento de Serviço Social ou um(a) assistente social que integre a equipe do referido projeto/programa, que seja do quadro da UFPI e tenha registro no Conselho Regional de Serviço Social 22ª região – CRESS PI, obedecendo ao disposto na Resolução nº 533/2008 do CFESS. O(a) docente, ao assumir a função de supervisor(a) acadêmico(a), não poderá



acumular a função de supervisor(a) de campo, sendo vedado o acúmulo das funções concomitantemente, respeitando o que prega a Política Nacional de Estágio da ABEPSS.

A gestão do estágio é feita pela Coordenação de Estágio, que é vinculada à Coordenação do curso de Serviço Social e à Coordenação de Estágio da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Dispõe dessa instância um coordenador, escolhido entre os(as) docentes que integram o grupo professores que usualmente ministram as disciplinas nessa área no Departamento de Serviço Social, referendado pelo Colegiado do Curso, com carga horária semanal de 20 horas e mandato de 2 anos, podendo haver recondução.

O Estágio curricular não-obrigatório consiste, conforme o Art. 71 das normas de funcionamento da graduação da UFPI no que é “previsto no projeto pedagógico do curso, no âmbito das atividades complementares e, na UFPI está sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão”. Frequentemente os(as) discentes buscam inserções em estágios não-obrigatórios, que, no geral, tem o atrativo de uma remuneração mensal e o ganho de experiência, se configurando como atividade complementar e de caráter opcional.

Seguindo as orientações da Política Nacional de Estágio da ABEPSS, a carga horária do estágio não obrigatório não pode ser integralizada como parte das exigências do estágio obrigatório. Além disso, não será permitido o acúmulo do estágio não obrigatório com o não obrigatório, com exceção dos casos em que a carga horária máxima não ultrapasse o permitido na legislação federal de estágio.

A supervisão no Estágio não-obrigatório segue as normas previstas na Política Nacional de Estágio da ABEPSS e, no tocante à definição do(a) docente supervisor no Curso de Serviço Social, são observados critérios como: disponibilidade de professor, interesse e afinidade com a temática/política do Estágio não-obrigatório.

Destaca-se que o Departamento de Serviço Social da UFPI vem fazendo um esforço coletivo no sentido de garantir as demandas dos(as) discentes nessa área, tendo em vista a importância do estágio não-obrigatório para a formação profissional, como componente das atividades complementares. Apesar disso, é importante destacar as dificuldades de realização da supervisão acadêmica, tendo em vista seu pouco reconhecimento em termos de carga-horária, sendo visto exploração da força de trabalho docente¹¹. No entanto, em sendo

¹¹ A referida problemática poderia ser solucionada com a ampliação do quadro docente do Departamento de Serviço Social e com uma revisão no âmbito da UFPI das formas de contagem da carga-horária de trabalho docente que torna “invisível” grande parte das atividades que professores(as) desenvolvem para além da estrita sala de aula, como é o caso da supervisão de estágios não-obrigatórios.



observadas as condições, essa atividade será sempre bem acolhida como parte importante do processo formativo, garantindo-se sempre a orientação docente e a supervisão de campo.

3.7 O TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Ao longo de sua trajetória, o Trabalho de Conclusão do curso sempre mereceu grande atenção na formação em Serviço Social, de forma que o Departamento de Serviço Social e a Coordenação do Curso envidaram esforços para disciplinar essa atividade, oferecendo ao corpo docente e discente orientações gerais quanto a sua efetivação. Foi assim que nasceu, após incessantes debates, a Resolução nº01/08, aprovadas pela Assembleia do Departamento de Serviço Social em 29 de outubro de 2008, e pelo Colegiado do Curso de Serviço Social em 09 de dezembro de 2008, que apresenta as normas para as atividades que envolvem o desenvolvimento e produção do Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social. Para o Projeto Pedagógico que se apresenta, a referida Resolução foi atualizada e adaptada, em necessidade das reorientações da nova proposta curricular, tais como alterações nas ementas, carga horária, nomenclaturas de disciplinas de pesquisa, bem como as resoluções institucionais. Dito isto, a seguir apresentamos as suas diretrizes centrais que envolvem o desenvolvimento e produção do TCC no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí.

TÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Capítulo I – Da natureza do Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social

Art. 1º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constitui-se em uma atividade acadêmica de pesquisa com vistas a sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo pertinente ao Serviço Social ou temática afim, dentre as áreas e linhas de pesquisa do Departamento de Serviço Social.

Art. 2º - A elaboração se constitui em requisito essencial para a integralização curricular e posterior obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Art. 3º - A exigência de produção da pesquisa e escritura do Trabalho de Conclusão de Curso apresenta-se na forma das disciplinas obrigatórias Pesquisa Social III e Trabalho de



Conclusão de Curso do fluxograma do curso de Serviço Social, pertencente, respectivamente, ao sétimo e ao oitavo períodos do curso para os alunos que seguem o fluxo regular, sendo a primeira com carga-horária de 75 h/a de créditos teóricos e práticos, e pré-requisito para a segunda, que tem carga-horária discente de 195 h/a distribuídas também em créditos teóricos e práticos.

§ 1º - Excetuam-se do disposto no caput desse artigo, os(as) discentes que, nesta data, ainda possam integrar o currículo antigo do curso.

§ 2º - Os(as) discentes que integram o antigo currículo antigo têm as disciplinas obrigatórias do fluxograma: Monografia I, de 60 horas, e Monografia II, de 195 horas, pertencentes ao sétimo e oitavo período, respectivamente, para os que seguem o fluxo regular do curso.

Art. 4º – A disciplina Pesquisa Social III objetiva a elaboração de projeto de pesquisa, desenvolvimento das primeiras explorações de campo e a elaboração do protocolo de pesquisa para submissão ao comitê de ética, quando a pesquisa abordar seres humanos.

Art. 5º - A disciplina Trabalho de Conclusão de Curso tratará da execução do trabalho de campo com coleta, análise e interpretação das informações e elaboração do TCC desenvolvido a partir do projeto formulado na disciplina Pesquisa Social III.

Art. 6º As disciplinas de Pesquisa Social III e Trabalho de Conclusão de Curso terão a quantidade máxima de 05 discentes por turma – ou até 03 projetos de pesquisa, considerando que a pesquisa pode ser feita em dupla – obedecendo ao planejamento da Assembleia Departamental no que tange a definição de áreas e linhas de pesquisa e a inserção de seus professores nestas, bem como acomodações de carga-horária com outras atividades.

Art.7º Os(as) discentes matriculados(as) em Pesquisa Social III serão, preferencialmente, orientados(as) pelo(a) mesmo(a) docente na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, garantindo continuidade na construção da pesquisa e no processo de orientação.

Art.8º O Trabalho de Conclusão de Curso é caracterizado como atividade de orientação e, conforme estabelecido na Resolução nº 177/2012 CEPEX/UFPI, contará para efeito da carga horária do(a) docente-orientador(a), ¼ (um quarto) daquela definida para o(a) discente por trabalho.

Capítulo II – Das disciplinas e condutas preparatórias e matrícula nas disciplinas monográficas



Art. 9º - São pré-requisitos de Pesquisa Social III e Trabalho de Conclusão de Curso, as disciplinas Pesquisa Social I e Pesquisa Social II que tratarão dos conteúdos essenciais para o domínio dos fundamentos teórico-metodológico, técnico-operativo e ético da pesquisa social, de forma a capacitar o aluno para o desenvolvimento de projeto, execução da pesquisa e escritura de trabalho monográfico.

Art. 10º - O Departamento de Serviço Social orientar-se-á na definição dos professores ministrantes das disciplinas Pesquisa Social III e Trabalho de Conclusão de Curso pelas diretrizes estabelecidas quanto às áreas e linhas de pesquisa apontadas pelo coletivo.

TÍTULO II – DOS OBJETIVOS, MODALIDADES E DIRETRIZES GERAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TCC

Capítulo III – Dos objetivos e modalidades do TCC

Art. 11º - São objetivos do TCC:

I - possibilitar ao aluno o desenvolvimento de um trabalho científico e o domínio dos instrumentais teórico-metodológicos de forma a consolidar uma postura investigativa que possa ser replicada no(s) futuro(s) espaço(s) profissional(is);

II - sistematizar e aprofundar parte do conhecimento adquirido no decorrer do curso;

III – possibilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas acerca dos processos sociais contemporâneos da sociedade brasileira, sobre o fazer profissional e, de forma geral, sobre temáticas e questões que apontam para o aprimoramento da ação profissional pela via da produção do conhecimento;

IV – devolver, na forma de trabalho de conclusão de curso, à comunidade em geral, e particularmente aos profissionais e usuários do Serviço Social, os resultados dos esforços de pesquisa no âmbito da UFPI.

Art.12º O Trabalho de Conclusão de Curso pode se enquadrar em uma das seguintes modalidades:

I - Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica;

II - Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido a partir de pesquisa documental ou qualquer outra pesquisa que eventualmente utilize fontes secundárias;

III – Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido a partir de fontes primárias, de forma a aprofundar estudos e inquietações diversas nascidas durante o curso ou em experiências de campo de estágio, de atividades de extensão ou mesmo aprofundamento de um eventual



ênfoque suscitado a partir de pesquisa desenvolvida em Programa de Iniciação Científica (PIBIC).

§ 1º - No desenvolvimento da pesquisa e produção do TCC poder-se-á utilizar a triangulação de métodos, sempre em favor da adequação teórico-metodológica da pesquisa e da qualidade do trabalho.

§ 2º - É vedada a absoluta transposição do trabalho produzido no âmbito de experiências de iniciação científica para o TCC.

Capítulo IV - Disposições gerais e de competências no âmbito do TCC

Art. 13º A produção da pesquisa e escritura do Trabalho de Conclusão de Curso poderá ser desenvolvida em dupla ou individualmente.

§ 1º - No caso da opção pela atividade em dupla, deverá ser apresentada ao Departamento do curso de Serviço Social quando do final de Pesquisa Social II a intenção de estudos já no formato de dupla contemplando, portanto, esse interesse, sendo a matrícula dos dois pretendentes realizada na mesma turma de Pesquisa Social III.

§ 2º - Caso haja desistência ou reprovação durante as disciplinas Pesquisa Social III ou Trabalho de Conclusão de Curso de algum dos componentes da dupla, quando este desejar retornar à disciplina em questão deverá apresentar uma nova intenção de estudo ou projeto de pesquisa, conforme o caso, à Coordenação de Curso no ato da matrícula.

Art.14º Compete ao(a) docente-orientador(a) do Trabalho de Conclusão de Curso:

- I- Orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento do trabalho em todas as suas fases;
- II- Estabelecer, em conjunto com o orientando, um plano de trabalho materializado no Programa da disciplina a ser entregue ao Departamento de Serviço Social para aprovação em Assembleia Departamental;
- III- Informar o orientando sobre as normas, procedimentos e critérios de avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso, bem como do calendário das atividades do período;
- IV- Acompanhar e supervisionar o trabalho de campo da pesquisa, particularmente quando utilizar técnicas de abordagem de seres humanos;
- V- Orientar o aluno na aplicação de normas técnicas para a elaboração de monografia, conforme metodologia da pesquisa científica e da ABNT;
- VI- Cumprir e fazer cumprir este Regulamento;



VII- Definir cronograma de elaboração e entrega do TCC, observando o calendário universitário e as demais diretrizes desse regulamento;

VIII- Comparecer a eventuais reuniões, convocadas pela Coordenação do Curso, Departamento de Serviço Social ou Núcleos para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação do TCC;

IX- Comunicar à Coordenação de Curso eventuais problemas, dificuldades e dúvidas relativas ao processo de orientação, para as devidas providências.

Parágrafo Único – O disposto nesse artigo aplica-se igualmente à disciplina Monografia II vinculada ao currículo em fase de extinção.

Art. 15º - Compete ao Departamento de Serviço Social:

I – Definir e apresentar aos(as) discentes as áreas e linhas de pesquisa do DSS;

II – Divulgar a relação dos(as) orientadores(as) e suas respectivas linhas e áreas de trabalho;

III – Designar os(as) orientadores(as) para acompanharem o processo de elaboração da TCC;

Art. 16º - Compete à Coordenação do Curso de Serviço Social

I – Receber os Trabalhos de Conclusão de Curso, conforme o disposto no presente Regulamento;

II – Encaminhar os Trabalhos de Conclusão de Curso à Biblioteca Central e Setorial da UFPI;

III - Disponibilizar o manual com orientações para TCC e, em parceria com a STI, publicizar os trabalhos na página no Curso.

Art. 17º - São direitos do(a) aluno(a) orientando(a):

I- Ter um(a) docente orientador(a) durante o processo de pesquisa e desenvolvimento do Trabalho de Conclusão do Curso;

II- Ser informado sobre as normas e regulamentação do Trabalho de Conclusão do Curso;

III- Participar do planejamento e estabelecimento do cronograma do Trabalho de Conclusão do Curso;

IV- Recusar-se a receber orientações em espaços privados ou alheios a UFPI ou em horários inadequados ou não previstos, salvo em condições própria de licença-maternidade ou situações especiais de tratamento de doença às quais esteja submetido;

V- Receber orientação e ser avaliado conforme prevê esta Resolução, tomando conhecimento das notas que lhe são atribuídas periodicamente.

Art. 18º São deveres do(a) discente orientando(a):

I- Definir sua intenção de estudos com o devido preenchimento do formulário como requisito para matrícula em Pesquisa Social III;



- II- Frequentar as sessões de orientação, bem como proceder a todas as atividades planejadas de forma a garantir a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento), da carga-horária total das disciplinas, sob pena de reprovação por falta;
- III- Dedicar-se, com acuidade, conduta ética, responsabilidade e pontualidade as atividades pertinentes ao TCC;
- IV- Cumprir as normas e regulamentação própria do Trabalho de Conclusão do Curso;
- V- Cumprir o plano e o cronograma estabelecidos em conjunto com seu orientador;
- VI- Elaborar protocolo de pesquisa, recolher material junto ao CEP e proceder a comunicação e entrega do resultado de suas pesquisas para a instituição e sujeitos com os quais tenha trabalhado;
- VII- Respeitar os direitos autorais sobre artigos técnicos, artigos científicos, textos de livros, sítios da Internet, entre outros, evitando todas as formas e tipos de plágio acadêmico, sob pena das sanções legais;
- VIII- Apresentar, obrigatoriamente, ao Departamento de Serviço Social o TCC em formato final, constando ficha catalográfica, por meio de cópia digitalizada em CD-Room;
- IX- Encaminhar cópia impressa do seu trabalho para o campo ou sujeitos junto a quem desenvolveu a investigação;

Capítulo V – Dos custos e prazos de apresentação do TCC

Art. 19º No desenvolvimento da orientação o material produzido pelo(a) discente deverá ser entregue ao(a) orientador(a) com antecedência mínima de 48 horas úteis, a fim de ser garantido tempo hábil para a leitura e construção de pertinente orientação.

Art. 20º Os custos relativos à pesquisa, elaboração do TCC e a devida encadernação final são de responsabilidade do(a) discente.

Art. 21º O prazo de depósito, no DSS, da versão final e aprovada do TCC é o último dia previsto para realização de exame final, fixado conforme o calendário acadêmico universitário, no horário institucional de 8 às 12h e das 14 às 18h.

Art. 22º O depósito dos volumes deverá ser feito pelo(a) discente ou por seu representante, munido de procuração.

Capítulo VI - Da estrutura e apresentação escrita do TCC



Art. 23º O TCC deve ser apresentado respeitando o conjunto da normalização para trabalhos acadêmicos da ABNT.

Art. 24º O TCC deverá apresentar o número mínimo de 40 páginas de elementos textuais, sem limites quanto ao número máximo de páginas.

Parágrafo único: O Colegiado de Curso deverá alterar essa diretriz, caso a ABNT venha, por alguma razão, modificar sua normalização, implicando em redução significativa de texto produzido no TCC, por exemplos, aumento do espaçamento entre linhas ou aumento do tamanho da fonte.

Art. 25º No pré-texto do TCC exigir-se-á a observância de resumo na língua vernácula e em outro idioma, preferencialmente o inglês, além das devidas palavras-chave e demais itens que se fizerem necessários em face da natureza do trabalho.

Parágrafo único: Incluem-se nas obrigações concernentes ao pré-texto a ficha catalográfica no verso da folha de rosto do trabalho monográfico.

Art. 26º Os volumes do trabalho final deverão ser encadernados em capa dura, na cor verde escuro, elaborada conforme modelo disponível à consulta no DSS.

TÍTULO III – DA ORIENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO TCC

Capítulo VII – O processo de orientação

Art. 27º O(a) docente, na primeira semana da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso deverá elaborar o programa da disciplina contendo a sistemática da orientação, os procedimentos de acompanhamento do processo da pesquisa e da escritura da monografia e o cronograma de atividades.

Art. 28º A orientação da TCC constitui-se em um processo de acompanhamento didático-pedagógico de responsabilidade de docente devidamente indicado para essa atividade.

Art. 29º A orientação deverá ser prioritariamente desenvolvida por professor do quadro efetivo da UFPI, escolhido em observância à sua inserção na área e linha de pesquisa do(a) discente.

Art. 30º A orientação e a relação professor-aluno deverão pautar-se pela ética na condução do processo ensino-aprendizagem e avaliação e em observância, sempre, às diretrizes emanadas do presente regulamento.



Art. 31º Durante o processo de orientação, serão monitoradas as atividades diversas do(a) discente em campo e em atividades de leitura e produção do texto, na forma de observância do diário de campo, de fichamentos, de elaboração e aplicação de instrumentos de coleta de dados, na produção do eventual protocolo de pesquisa para o CEP, no pré-teste de instrumentos, na transcrição e análise de entrevistas, no tratamento geral dos dados coletados, entre outros.

Art. 32º As sessões de orientações ocorrerão semanalmente em dia, hora e local interno à UFPI, preestabelecidos em plano de curso e terão duração de 02 horas-aula.

Art. 33º A aquisição de livros, textos ou documentos necessários ao trabalho de pesquisa e produção da monografia é de absoluta responsabilidade do(a) aluno(a), cabendo ao professor(a), somente a indicação de referências.

Parágrafo único – O eventual empréstimo de livros, textos ou documentos do(a) professor(a) ao(a) discente constitui ato de colaboração adicional.

Capítulo VIII - Do processo de avaliação do TCC

Art. 34º A avaliação do TCC dar-se-á na forma de atribuição de nota de 0 a 10 pelo professor orientador e constará de quatro momentos os quais levarão em conta aspectos diferenciados do processo de construção da monografia.

§ 1º A primeira avaliação apreciará a densidade da revisão de literatura realizada, bem como o nível de aprofundamento da abordagem teórica do objeto de estudo apresentado pelo aluno.

§ 2º A segunda avaliação se deterá na apreciação do trabalho de campo como um todo realizado pelo orientando, da organização das informações e das primeiras análises dela decorrentes. Quando se tratar de pesquisa que não contemple trabalho de campo, a avaliação se dará levando-se em conta o nível de apropriação e aprofundamento das escolhas teórico-metodológicas e o desenvolvimento da monografia em relação à pretensão de estudo apontada.

§ 3º A terceira avaliação levará em conta a análise dos dados coletados apresentados no(s) capítulo(s) da monografia.

§ 4º A quarta avaliação levará em conta o produto final apresentado pelo aluno, na forma de monografia concluída, que redunde em um padrão suficiente de qualidade exigível para um Trabalho de Conclusão de Curso no nível de graduação. Devem ser observadas a estrutura lógica do texto, a argumentação, o domínio dos referenciais teórico-metodológicos,



a condução processual geral da pesquisa, a correção gramatical e a normalização científica e, inclusive, todos os aspectos formais previstos nestas normas.

Art. 35º Os alunos, com frequência regular, cuja nota final esteja entre 4,0 (quatro) e 6,9 (seis vírgula nove), terão oportunidade de uma reapreciação da monografia, no prazo máximo de dez dias após o lançamento dos resultados parciais da avaliação do trabalho pelo professor orientador.

§ 1º - A reapreciação do trabalho constituir-se-á no que as normas institucionais da UFPI para a graduação consideram exame final e será de estrita responsabilidade do professor orientador.

§ 2º - No caso previsto nos parágrafos deste artigo, a nota mínima para aprovação em exame final é 6,0 (seis), como resultado da média alcançada nas avaliações parciais, somada à nota de reapreciação do trabalho pelo orientador, dividido por dois.

§ 3º Nos casos de reprovação de TCC não caberá nenhum recurso a instância superior, devendo o aluno submeter-se a nova matrícula na disciplina Monografia II.

Art. 36º A nota final do TCC somente será digitada no SIGAA somente após entrega ao Departamento do comprovante de entrega do volume às instituições ou sujeitos, quando for o caso.

Art. 37º- Não será admitido para efeito de avaliação do TCC, trabalhos, no todo ou em partes, considerados inautênticos, plagiados ou copiados de quaisquer fontes, os quais sujeitar-se-ão, na forma da lei, às penalidades devidas.

TÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38º - Os casos omissos do presente regulamento serão resolvidos pelo Departamento de Serviço Social, Assembleia Departamental e/ou Colegiado do Curso de Serviço Social, no que comportar, conforme o regimento da UFPI e resoluções específicas.

Art. 39º - Este regulamento entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

3.8 AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES



As atividades complementares compreendem um repertório diversificado de possibilidades de inserção e ações que ampliam a concepção de educação para além das atividades de sala de aula e estágio, permitindo uma maior flexibilidade nos componentes curriculares e promovendo maior relação do(a) discente com as questões mais gerais da questão social para além dos muros da Universidade e da mera transmissão e produção de conhecimento nos espaços acadêmicos da Instituição, estimulando o aluno a ser assumir a condição de sujeito ativo no processo de produção do saber. O universo de possibilidades no que tange às atividades são múltiplas, envolvendo a inserção em projetos de pesquisa e extensão, a participação em Programas de Educação Tutorial, a produção científica, a monitoria, a participação em encontros, seminários e congressos, a apresentação de trabalhos, os estágios não-obrigatórios, a inserção em movimento estudantil e outros movimentos sociais, assim como vivência de gestão, como participação em colegiados de curso, dentre outras.

Segundo a Resolução nº 177/2012, que regulamenta a Graduação na UFPI, as atividades complementares de graduação, a serem desenvolvidas durante o período da formação, constituem o conjunto de estratégias didático-pedagógicas que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática e a complementação, por parte do estudante, dos saberes e habilidades necessárias a sua formação.

O curso de Serviço Social, após ampla discussão envolvendo discentes e docentes e o Colegiado do Curso e após tramitação em diversas instâncias da Casa, aprovou diretrizes que normatizam as atividades complementares, definidas pelas Resoluções nº 177/2012 e nº 150/2006 – CEPEX/UFPI que trata da consignação de créditos referentes às atividades complementares. A seguir, sintetizamos as referidas diretrizes, buscando adaptá-las à legislação mais recente da Política de Estágio.

TÍTULO I - DA NATUREZA E DOS OBJETIVOS DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 1º - As atividades complementares compreendem um conjunto de estratégias pedagógico-didáticas que visam estimular a condição de sujeito do/a aluno/a nos processos de produção do saber, que lhes possibilitem o aproveitamento de atividades extracurricular.

TÍTULO II - DAS MODALIDADES DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES



Art. 2º - Podem ser consideradas atividades complementares no Curso de graduação em Serviço Social, as seguintes atividades com seus respectivos critérios de aproveitamentos:

A) CATEGORIA: Atividade de Iniciação à Docência e à Pesquisa (180h)

Carga Horária Máxima da Categoria (Resolução CEPEX/UFPI N.º 177/12): 180h

Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 180h

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
UFP1041	Monitoria	Inserção em Programa de Monitoria da CAAP/PREG.	60 h	60 h	Um semestre de exercício de monitoria comprovado.
UFP1050	Participação em Programa de Iniciação Científica (PIBIC/PIBIC-Af/ICV)	Participação no Programa institucional de iniciação científica	60 h	60 h	Participação no Programa de Iniciação Científica, por período completo comprovado.
UFP1051	Participação em núcleo e grupos de pesquisas.	Inserção semestral em projetos de pesquisas, sob supervisão de um docente.	60 h	60 h	Participação em núcleo e grupos de pesquisas por período completo comprovado

B) CATEGORIA: Atividades Artístico-Culturais e Esportivas e Produções Técnico-científicas (90h)

Carga Horária Máxima da Categoria (Resolução CEPEX/UFPI N.º 177/12): 90h

Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 90h

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
UFP1314	Participação na produção ou elaboração de vídeos relacionados à área do Serviço Social ou afins	Autoria ou coautoria de vídeos educativos na área do Serviço Social ou áreas afins.	20 h	20 h	Apresentação de certificado ou declaração do coordenador do trabalho atestando autoria ou coautoria da/o discente.
DSS202	Realização/organização de exposição relacionados à área do Serviço Social ou afins	Organização ou participação em equipe organizadora de exposição na área do Serviço Social ou áreas afins.	10 h	20 h	Apresentação de certificado com respectiva carga horária.
UFP1320	Edição ou coedição de publicações relacionadas à área do Serviço Social ou afins	Edição ou coedição de publicação na área do Serviço Social ou afins	15 h	15 h	Certificado ou declaração do coordenador do trabalho atestando



		(livros, periódicos, anais de eventos).			edição ou coedição da/o discente
DSS201	Ministrar ou mediar cursos, oficinas ou palestras	Realização de cursos, oficinas, palestras na condição de mediador, ministrante ou facilitador com duração de no mínimo 2h.	10h	10h	Apresentação de certificado por curso, oficina ou palestra ministrada com respectiva carga horária

C) CATEGORIA: Atividades de Apresentação e/ou Organização de Eventos Gerais (60h)

Carga Horária Máxima da Categoria (Resolução CEPEX/UFPI N.º 177/12): 60h

Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 60h

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
UFP1219	Trabalhos em eventos como autor/a ou coautor/a ou participação em mesas redondas	Apresentação de trabalhos como autor/coautor ou participação em mesas redondas em eventos internacionais, nacionais, locais ou regionais diretamente relacionados ao curso de Serviço Social ou áreas afins.	Internacional – 20h Nacional – 20h Local ou Regional – 20h	60 h	Apresentação de trabalho com certificado com respectiva carga horária por trabalho.
UFP1096	Eventos científicos de áreas diretamente relacionadas ou afins ao curso de Serviço Social e áreas afins.	Participação em eventos internacionais, nacionais, regionais ou locais diretamente relacionados ao Serviço Social e áreas afins na condição de ouvinte.	Internacional – 7h Nacional – 5h Local/Regional – 3h	25 h	Apresentação de certificado com respectiva carga horária

D) CATEGORIA: Atividades de Extensão



Carga Horária Máxima da Categoria (Resolução CEPEX/UFPI N.º 177/12): 90h
Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 90h

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
UFP1104	Cursos, seminários ou similares	Participação em cursos presencial ou à distância, relacionados ao Serviço Social e áreas afins.	15 h	45 h	Apresentação de certificado com respectiva carga horária.
UFP1102	Participação em Projetos de Extensão	Participação em Projetos de Extensão na área de Serviço Social ou afim, sob supervisão de um docente.	60 h	60 h	Apresentação de certificado com respectiva carga horária.
UFP1105	Curso de língua estrangeira	Participação formal e regular em curso de língua por semestre letivo.	10 h	20 h	Apresentação de certificado com respectiva carga horária.
UFP1106	Intercâmbio acadêmico e/ou cultural	Participação em intercâmbio acadêmico e/ou cultural com duração de, no mínimo, 6 meses.	20 h	40 h	Apresentação de certificado com respectiva carga horária.

E) CATEGORIA: Disciplina Eletiva ofertada por outro Curso desta Instituição ou por outras Instituições de Educação Superior (60h)

Carga Horária Máxima da Categoria (Resolução CEPEX/UFPI N.º 177/12): 60h
Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 60h

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
UFP1042	Disciplina adicional	Outras disciplinas cursadas nas seguintes condições: - Uma terceira disciplina optativa (Tópico Especial) ou eletiva, na UFPI ou em outra IES pública; - Disciplina	60 h	60 h	Apresentação do histórico com a integralização da disciplina cursada em consonância com os temas que tenham relação com Serviço Social



		cursada no currículo IV, não aproveitada no currículo V; -As disciplinas devem contemplar temas que tenham relação com o Serviço Social			
UFP1048	Participação em Programa de Educação Tutorial (PET)	Participação no PET por semestre letivo.	60 h	60	Apresentação de certificado ou declaração por período.

F) CATEGORIA: Estágio Não Obrigatório, diferenciado do Estágio Supervisionado (90h)

Carga Horária Máxima da Categoria (Resolução CEPEX/UFPI N.º 177/12): 90h

Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 90h

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
UFP1094	Estágio Não Obrigatório	Realização de estágio não-obrigatório, por um semestre letivo, com supervisão de campo e acadêmica de Assistente Social.	60 h	60 h	Apresentação de declaração do órgão/unidade competentes com respectiva carga horária.

G) CATEGORIA: Experiências Profissionais e/ou Complementares (120h)

Carga Horária Máxima da Categoria (Resolução CEPEX/UFPI N.º 177/12): 120h

Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 120h

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
UFP1095	Programa Bolsa Trabalho da UFPI	Participação no Programa Bolsa Trabalho da PRAEC/UFPI por um semestre de atividade de trabalho,	25 h	25 h	Declaração do órgão/unidade competente

		mediante devida comprovação.			
--	--	------------------------------	--	--	--

H) Trabalhos Publicados e Aprovação em Concursos (90h)

Carga Horária Máxima da Categoria (Resolução CEPEX/UFPI N.º 177/12): 90h

Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 90h

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
CCSS004	Publicação de trabalhos completos em anais de eventos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautor de trabalhos completos publicados em anais de eventos, via impressa, CD-ROM, ou no formato eletrônico.	Internacional – 40h	60 h	Apresentação do certificado de publicação e/ou certificado de publicação
CCSS005	Publicação de trabalhos completos em anais de eventos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautor de trabalhos completos publicados em anais de eventos, via impressa, CD-ROM, ou no formato eletrônico.	Nacional – 30h	60h	Apresentação do certificado de publicação e/ou certificado de publicação
CCSS006	Publicação de trabalhos completos em anais de eventos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautor de trabalhos completos publicados em anais de eventos, via impressa, CD-ROM, ou no formato eletrônico.	Local ou Regional – 20h	60h	Apresentação do certificado de publicação e/ou certificado de publicação
CCSS007	Publicação de resumo expandido em anais de eventos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautor de resumo expandido publicado em anais de eventos, via impressa, CD-ROM, ou no formato eletrônico.	Internacional – 30h	40 h	Apresentação do certificado de publicação e/ou certificado de publicação



CCSS008	Publicação de resumo expandido em anais de eventos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de resumo expandido publicado em anais de eventos, via impressa, CD-ROM, ou no formato eletrônico.	Nacional – 20h	40h	Apresentação do certificado de publicação e/ou certificado de publicação
CCSS009	Publicação de resumo expandido em anais de eventos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de resumo expandido publicado em anais de eventos, via impressa, CD-ROM, ou no formato eletrônico.	Local ou Regional – 10h	40h	Apresentação do certificado de publicação e/ou certificado de publicação
CCSS010	Publicação de resumos em anais de eventos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de resumos publicados em anais de eventos, seja via impressa, CD-ROM, ou no formato eletrônico.	Internacional – 20h	25 h	Apresentação do certificado de publicação e/ou certificado de publicação
CCSS011	Publicação de resumos em anais de eventos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de resumos publicados em anais de eventos, seja via impressa, CD-ROM, ou no formato eletrônico.	Nacional – 15h	25h	Apresentação do certificado de publicação e/ou certificado de publicação
CCSS012	Publicação de resumos em anais de eventos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de resumos publicados em anais de eventos, seja via impressa, CD-ROM, ou no formato eletrônico.	Local ou Regional – 10h	25h	Apresentação do certificado de publicação e/ou certificado de publicação
CCSS013	Publicação de artigo científico em periódicos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de artigos publicados em periódicos na área do Serviço	Internacional – 80h	80 h	Apresentação do certificado de publicação e/ou certificado de publicação



		Social e afins.			
CCSS014	Publicação de artigo científico em periódicos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de artigos publicados em periódicos na área do Serviço Social e afins.	Nacional – 60h	80h	Apresentação do certificado de publicação e/ou certificado de publicação
CCSS015	Publicação de artigo científico em periódicos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de artigos publicados em periódicos na área do Serviço Social e afins.	Local ou Regional – 40h	80h	Apresentação do certificado de publicação e/ou certificado de publicação
CCSS016	Publicação de resenhas ou relatos de experiência em periódicos científicos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de resenhas ou relatos de experiência em periódicos científicos como na área do Serviço Social e afins.	Internacional – 40h	40 h	Apresentação do certificado de publicação e/ou certificado de publicação
CCSS017	Publicação de resenhas ou relatos de experiência em periódicos científicos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de resenhas ou relatos de experiência em periódicos científicos como na área do Serviço Social e afins.	Nacional – 30h	40h	Apresentação do certificado de publicação e/ou certificado de publicação
CCSS018	Publicação de resenhas ou relatos de experiência em periódicos científicos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de resenhas ou relatos de experiência em periódicos científicos como na área do Serviço Social e afins.	Local ou Regional – 20h	40h	Apresentação do certificado de publicação e/ou certificado de publicação
UFP1279	Publicação de artigo em livro na área de Serviço Social ou afim como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de artigo publicado em livro organizado na área de Serviço Social ou afim.	50 h	50 h	Apresentação do certificado de publicação e/ou certificado de publicação
UFP1280	Publicação de cadernos ou manuais instrutivos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de cadernos, cartilhas ou manuais	15h	30 h	Apresentação da publicação



		instrutivos na área de Serviço Social e afins, provenientes de experiências de pesquisa, ensino, extensão, estágios ou ainda produto de participação em projetos governamentais, não-governamentais ou de mandatos em Conselhos de Direitos ou Tutelares ou similares.			
UFP1281	Publicação de artigos em jornais em geral de assuntos no âmbito de interesse do Serviço Social ou áreas afins	Autoria ou coautoria de artigos em jornais em geral devidamente identificada a autoria e o jornal, versando sobre temas relacionados ao Serviço Social e áreas afins.	10h	10 h	Apresentação da publicação
UFP1324	Aprovação em concursos na área de Serviço Social	Aprovação em concursos públicos para fins de vínculo de trabalho no Serviço Social.	30 h	30 h	Resultado final emitido pela organizadora do certame com identificação de aprovação; homologação do certame com identificação de aprovação; nomeação; ata de posse.
UFP1325	Premiação em concurso no âmbito da formação profissional em Serviço Social.	Premiação de trabalhos acadêmicos em concurso seja no ensino/pesquisa/extensão, ou ações de projetos provenientes de experiências de estágios na área do Serviço	40 h	40 h	Apresentação do certificado de premiação



		Social e áreas afíns.			
--	--	-----------------------	--	--	--

I) CATEGORIA: Visitas técnicas

Carga Horária Máxima da Categoria (Resolução CEPEX/UFPI N.º 177/12): 10h

Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 10h

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
	Participação em visitas técnicas	Participação em visitas técnicas em instituições públicas e/ou privadas, movimentos sociais, associações e outros que contribuam para a formação profissional.	10h	10h	Apresentação de declaração de participação da atividade com os objetivos e carga horária.

J) CATEGORIA: Vivência de Gestão

Carga Horária Máxima da Categoria (Resolução CEPEX/UFPI N.º 177/12): 40h

Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 40h

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
UFP1107	Direção institucional e Coordenação de programas e projetos governamentais ou em organizações não governamentais	Inserção como gestor/a ou coordenador/a em programas ou projetos governamentais ou de organizações não governamentais com duração de no mínimo 6 meses.	40 h	40 h	Participação em atividades de direção institucional e coordenação de programas e projetos governamentais ou em organizações não governamentais por período completo comprovado
UFP1108	Representação em Conselhos de Direitos, Gestores, Tutelares ou fóruns representativos da sociedade	Mandato em Conselhos de Direitos ou Tutelares ou fóruns representativos da sociedade por um período mínimo de um ano na condição	40 h	40 h	Participação em atividades de representação em conselhos de direitos, gestores, tutelares ou fóruns representativos da sociedade por período completo comprovado

		de membro titular.			
CCSS027	Participação em diretoria de Centro Acadêmico ou Diretório Central dos Estudantes	Mandato em instâncias de organização dos estudantes em nível local, regional ou nacional, como membro titular, por ano de efetivo exercício no cargo.	15 h	30 h	Participação em diretoria de Centro Acadêmico ou Diretório Central dos Estudantes por mandato comprovado.
CCSS026	Representação Estudantil em Colegiados ou comissões de trabalhos determinadas pelos órgãos colegiados da UFPI não relacionados a eventos	Um ano de efetivo exercício de atividades como representante estudantil em Colegiado de Curso, Comissões de Currículo, Assembleias Departamentais, Conselhos de Centros, Colegiados Superiores ou outras eventuais comissões designadas pelos colegiados desta IFES.	10 h	20 h	Participação como representação estudantil em colegiados ou comissões de trabalhos determinadas pelos órgãos colegiados da UFPI por ano comprovado.
CCSS025	Representação estudantil em organismo ligado a formação profissional (ABEPSS, ENESSO, ALAEITS etc)	Representação Estudantil em organismo ligado a formação profissional por ano de efetivo exercício, mediante devida comprovação.	10 h	20 h	Participação como representação estudantil em organismo ligado a formação profissional por ano comprovado

(*) A carga-horária a ser considerada para efeito de consignação é contada em horas/aula.

Art. 3º - Serão passíveis de consignação como atividades complementares somente as que tiverem sido realizadas no período regular do curso de Serviço Social do(a) aluno(a) solicitante e no âmbito de interesse do curso de Serviço Social ou áreas afins.

Art. 4º - Para fins de consignação de créditos não serão consideradas as atividades em quaisquer modalidades que componham requisitos de avaliação dos componentes curriculares



obrigatórios ou optativos da grade curricular do curso, ou seja, atividade realizada como parte constitutiva de uma disciplina do curso ou ainda de estágio não poderá ser considerada como passível de constituir-se em atividade complementar.

Art. 5º - Para fins de consignação de créditos não poderá ser considerada como complementar uma atividade que tenha sido realizada no âmbito de outra modalidade para a qual o(a) aluno(a) demande também consignação de créditos, ou seja, é vedada a duplicidade de aproveitamento de estudos para fins de consignação de créditos em atividades complementares, como no caso das Atividades Curriculares de Extensão (ACE), que não poderão ser contabilizadas como carga horária nas atividades complementares.

Art. 6º - Fica vedada a consignação de créditos de atividades numa única modalidade, sendo exigido, portanto, a diversidade nas atividades complementares.

TÍTULO III - DO PROCESSO DE SOLICITAÇÃO, ANÁLISE E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO QUANTO A CONSIGNAÇÃO DE CARGA-HORÁRIA RELATIVA ÀS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 7º - O(a) aluno(a) deve incluir as atividades e documentação comprobatória no SIGAA, no período previsto pelo calendário acadêmico, que será validada ou não pelo coordenador do curso.

Art. 8º - Só serão consideradas para efeito de integralização de créditos as atividades devidamente comprovadas.

Art. 9º - A inclusão das atividades complementares e consignação de carga-horária de atividades complementares realizadas inicia-se no segundo período de curso prolongando-se até o início do último período letivo do/a aluno/a.

Art. 10º - O(a) aluno(a) poderá requerer a consignação de créditos totais (120 h) ou parcial, conforme lhe aprouver, embora sempre na observância dos dispostos na presente resolução, quanto a evitar a duplicidade no aproveitamento de estudos, a realização de atividades complementares em uma mesma modalidade ou mesmo a busca de aproveitar, como complementares, atividades realizadas no âmbito do fluxo regular do curso, já previsto no currículo.

Art. 11º - A análise ou validação das atividades, devem ser realizadas pela coordenação do curso em absoluta observância aos dispostos na presente resolução e a normatização referente a atividades complementares no âmbito da UFPI, emanada do CEPEX.



TÍTULO IV - DAS POSSIBILIDADES DE RECURSOS CONTRA A DECISÃO EMANADA NO ÂMBITO DA COORDENAÇÃO DO CURSO

Art. 12º - Eventuais recursos contra a decisão da Coordenação do curso deverão ser encaminhados em primeira instância ao Colegiado do Curso de Serviço Social, e, em instância superior, ao CEPEX desta IFES.

TÍTULO V - DAS ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO DE CURSO

Art. 15º - São atribuições da Coordenação do Curso:

- a) Divulgar junto aos estudantes as normas e procedimentos para realização das atividades complementares, sua natureza e objetivos;
- b) Apreciar os requerimentos de consignação de créditos das atividades complementares, de acordo com presente resolução, bem como analisar a documentação apresentada;
- c) Divulgar, através de portaria, os resultados das análises dos processos de aproveitamento das atividades complementares para fins de consignação de créditos respeitando as diretrizes quanto aos prazos estabelecidos na presente normalização;
- d) Solicitar junto à DAA a consignação dos créditos ou lançar diretamente no Sistema Acadêmico essas informações ao final do processo de cada período letivo;
- e) Manter banco de informações sobre os/as alunos/as, por turma/ano, referentes às atividades complementares já consignadas, com respectiva carga horária;
- f) Presidir o processo de implementação e acompanhamento das atividades complementares no âmbito do curso de Serviço Social.

TÍTULO VI - DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DISCENTES

Art. 16º - Cabe ao aluno(a) encaminhar requerimento à Coordenação do Curso de Serviço Social com a devida comprovação das atividades elencadas como complementares, para fins de consignação e integralização curricular até o início do último período letivo do curso;

Parágrafo Primeiro – O(a) aluno(a) eventual formando(a) que não encaminhar no período devido seu requerimento à Coordenação ou que seu processo não obtenha êxito com a consignação dos créditos necessários à integralização curricular, aguardará até a



regularização desse impedimento para a conclusão de suas atividades como discente desta IFES.

Parágrafo Segundo - Só serão consideradas para efeito de integralização de créditos as atividades devidamente comprovadas.

Art. 17º - O(a) aluno(a) é responsável por quaisquer informações que preste quando da solicitação ou eventual recurso de decisão emanada da Coordenação, podendo vir a ser alvo de sanções em casos de adulterações de comprovantes ou declarações falsas, para as quais a Instituição encaminhará os eventuais casos para as providências cabíveis.

TÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18º - O eventual descumprimento das obrigações concernentes as atividades complementares ou mesmo o desrespeito aos prazos e diretrizes estabelecidas na presente resolução implicam em pendências impeditivas da integralização curricular.

Art. 19º - Fica eleito o Colegiado do Curso de Serviço Social como fórum para dirimir toda e qualquer dúvida não prevista na presente norma.

Art. 20º - A presente Resolução entrará em vigor a partir de sua aprovação nos colegiados competentes, revogando-se as disposições em contrário.

3.9 ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (ACE)

Norteadas pela concepção de extensão popular, comunicativa e orientada para os processos de educação popular e emancipação humana, compreende-se que o processo de curricularização da extensão como essencial para potencializar a formação em Serviço Social e colocar os(as) estudantes em relação direta com a realidade, dinamizando a relação entre teoria e prática (ABEPSS, 2021). Nessa direção, destaca-se a compreensão de extensão referenciada pela ABEPSS:

- Que se balize pelo método da educação popular pois coloca como ponto de partida à autonomia dos sujeitos e construção de alternativas junto com eles respeitando seus interesses;
- Que reafirme a atualidade do significado da relação profissional com os movimentos sociais redimensionando criticamente a formação e o perfil profissional fortalecendo os processos de renovação profissional;



- Que referencie práticas educacionais emancipadoras como forma de superar o enfoque de “difusão” atuando com maior inserção na realidade social e política brasileira (ABEPSS, 2021, p.22).

Balizada nesta compreensão, a curricularização da extensão proposta no atual Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da UFPI, tem como horizonte o fortalecimento dos princípios formativos contidos nas Diretrizes Curriculares, alinhados ao Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro. Nessa perspectiva, foram formuladas diretrizes gerais para normatização das ACEs no referido curso.

DIRETRIZES GERAIS PARA NORMATIZAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

TÍTULO I – DA NATUREZA E DOS OBJETIVOS DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 1º - Considera-se como Atividades Curriculares de Extensão: programas, projetos, eventos, cursos de extensão e/ou prestação de serviços à comunidade.

Art. 2º - As ACEs têm como objetivos:

- I - Reafirmar a articulação da universidade com outros setores da sociedade, principalmente aqueles de vulnerabilidade social;
- II - Garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- III - Contribuir para a melhoria da qualidade da formação dos graduandos, voltada para a cidadania e o seu papel social;
- IV- Proporcionar a busca de novos objetos de investigação, e de inovação, bem como o desenvolvimento tecnológico e a transferência deste a partir do contato com os problemas das comunidades e sociedade;
- V- Estabelecer a troca de conhecimentos, saberes e prática no campo das ciências, tecnologia, cultura, esporte e lazer.

Parágrafo Único: As atividades de extensão deverão contribuir para a promoção e defesa dos valores democráticos, da equidade, da justiça e dos direitos humanos, devendo também combater todas as formas de preconceitos e discriminações, seja de classe, de gênero, de raça e etnia ou qualquer outra forma.



TÍTULO II – DA CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 3º - O Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social estabelece a carga horária mínima a ser cumprida como Atividades Curriculares de Extensão 315 horas, que corresponde a 10% da carga horária total do curso;

TÍTULO III - DO COORDENADOR DE EXTENSÃO DO CURSO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 4º - Compete ao Coordenador de Extensão do curso de Serviço Social:

- I - Eleger, em reunião com os docentes e técnico - administrativos do curso, o Coordenador e o Coordenador adjunto da atividade de extensão a ser obrigatoriamente ofertada no semestre seguinte;
- II - Supervisionar o encaminhamento à PREXC do cadastro das propostas de ACEs e dos seus respectivos relatórios semestrais e finais;
- III - Acompanhar e orientar a inscrição dos(as) discentes do curso nas ACEs;
- IV - Fazer levantamento semestralmente de demandas dos(as) discentes do curso na participação das ACEs e propor, junto com os(as) docentes do curso, alternativas de atendimento às referidas demandas;
- V – Analisar e validar as atividades de extensão a serem integralizadas no currículo como ACEs, em articulação com a Coordenação do Curso de Serviço Social;

TÍTULO IV – DA INTEGRALIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 5º - As atividades de extensão a serem aproveitadas para fins de integralização do currículo como ACE deverão:

- I - Envolver diretamente comunidades externas à universidade como público;
- II - Estar vinculadas à formação do(a) estudante;
- III - Ser realizadas presencialmente;
- IV - Atender as especificidades do curso de Serviço Social e áreas afins.



V – Ter sido realizadas no período regular do curso de Serviço Social do(a) estudante solicitante;

Art. 6º - A creditação das horas de extensão será realizada através do módulo de extensão no SIGAA;

Art. 7º - Só serão consideradas para efeito de integralização de créditos como ACE as atividades de extensão devidamente comprovadas;

Art. 8º - Podem ser creditadas como ACE as atividades de extensão realizadas em outros cursos, departamentos, unidades ou instituições, desde que atendam ao disposto no artigo 5º;

Art. 9º - É vedada a duplicidade de aproveitamento de carga horária em outras modalidades, como no caso das Atividades Complementares;

Art. 10º - A análise e validação das atividades de extensão, devem ser realizadas pela coordenação de extensão do curso em absoluta observância aos dispostos neste PPC e a normatização referente as ACEs no âmbito da UFPI;

Art. 11º - É dever do(a) discente cadastrar os seus certificados no módulo de extensão do SIGAA para fins de consignação das 315 horas de ACE, que precisam ser integralizadas até a conclusão do curso;

TÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12º - Os casos omissos do presente regulamento serão resolvidos pelo Departamento de Serviço Social, Núcleo Docente Estruturante e/ou Colegiado do Curso de Serviço Social, no que comportar, conforme o regimento da UFPI e resoluções específicas.

3.10 MATRIZ CURRICULAR

Quadro 10 – Matriz curricular do curso de bacharelado em Serviço Social da UFPI

1º PERÍODO						
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO	CÓDIGO	NOME	CARGA HORÁRIA	CRÉDITO	PRÉ-REQUISITO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Seminário de introdução à formação em Serviço Social	15	1.0.0	
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Introdução à filosofia	60	4.0.0	
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Economia Política	60	4.0.0	



ECONOMICAS						
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Introdução à metodologia científica	60	4.0.0	
DEPARTAMENTO DE CIENCIA POLÍTICA	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Iniciação à Política	60	4.0.0	
DEPARTAMENTO DE CIENCIAS SOCIAIS	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Iniciação Sociológica	60	4.0.0	
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Introdução ao Serviço Social	30	1.1.0	
			TOTAL	345		
2º PERÍODO						
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	CRÉDITOS	PRÉ-REQUISITO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Seminário temático I	60	4.0.0	
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social I	60	4.0.0	
DEPARTAMENTO DE CIENCIAS SOCIAIS	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Iniciação antropológica	60	4.0.0	
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Política social I	60	4.0.0	
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Questão social no Brasil	60	3.1.0	
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA	DISCIPLINA	DGH0092	Formação sócio-histórica do Brasil, do Nordeste e do Piauí	60	4.0.0	
			TOTAL	360		
3º PERÍODO						
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	CRÉDITOS	PRÉ-REQUISITO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Processo de trabalho do Serviço Social I	60	3.1.0	
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	60	4.0.0	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Psicologia social	60	4.0.0	
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Seminário temático II	60	4.0.0	
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Política social II	60	4.0.0	Política Social I
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Direitos sociais e cidadania	60	4.0.0	



			TOTAL	360		
4º PERÍODO						
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	CRÉDITOS	PRÉ-REQUISITO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III	60	4.0.0	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Processo de trabalho do Serviço Social II	60	3.1.0	Processo de trabalho I
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Gestão e planejamento de políticas públicas e serviços sociais	60	3.1.0	
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Fundamentos éticos e ética profissional	60	4.0.0	
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Sociedade civil e movimentos sociais	60	3.1.0	
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Política Social III	60	4.0.0	Política Social I
			TOTAL	360		
5º PERÍODO						
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	CRÉDITOS	PRÉ-REQUISITO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Processo de trabalho do Serviço Social III	60	3.1.0	Processo de trabalho I
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Optativa	60	4.0.0	
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Pesquisa social I	60	4.0.0	
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Avaliação de políticas públicas e projetos sociais	60	3.1.0	
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Diversidades e desigualdades de gênero, raça/etnia e de classe	60	4.0.0	
			TOTAL	300		
6º PERÍODO						
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	CRÉDITOS	PRÉ-REQUISITO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social I	225	0.0.15	Processo de Trabalho do Serviço Social III; Fundamentos éticos e



						ética profissional; Gestão e planejamento de políticas públicas e serviços sociais
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Seminário de prática I	30	0.2.0	Co-requisito com estágio obrigatório em Serviço Social I
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Instrumentalidade do Serviço Social I	15	0.1.0	Co-requisito com estágio obrigatório em Serviço Social I
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Pesquisa social II	60	4.0.0	Pesquisa social I
			TOTAL	330		
7º PERÍODO						
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	CRÉDITOS	PRÉ-REQUISITO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Seminário de prática II	30	0.2.0	Co-requisito com estágio obrigatório em Serviço Social II
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Instrumentalidade do Serviço Social II	15	0.1.0	Co-requisito com estágio obrigatório em Serviço Social II
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social II	225	0.0.15	Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social I
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Pesquisa Social III	75	1.3.1	Pesquisa Social II
			TOTAL	345		
8º PERÍODO						
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	CRÉDITOS	PRÉ-REQUISITO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Trabalho de Conclusão de Curso	195	1.10.2	Pesquisa Social III
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	DISCIPLINA	NOVO CÓDIGO	Optativa	60	4.0.0	



			TOTAL	255		
	CARGA HORÁRIA			2.655h		
	ATIVIDADES COMPLEMENTARES			120 h		
	ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO			315 h		
	CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO			3.090 h		

Fonte: Própria

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

4.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão é um ideário universitário, sendo princípio da UFPI (PDI UFPI, 2020) e eixo balizador da presente proposta curricular, tendo no âmbito do curso de Serviço Social muitas inserções promissoras que dão conta do esforço de integrar essas atividades, seja pela inserção dos(as) discentes em núcleos, diretórios, programas especiais, como o PET, o PIBIC/ ICV e em programas e projetos de extensão.

Essa indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão é fundamental quando se tem como propósito uma formação que ultrapasse as fronteiras geralmente livrescas (ou de reprodução de cópias), do processo de ensino e que oportunize a produção do conhecimento, pela via da pesquisa e do contato e intervenção junto às comunidades, grupos, movimentos e organizações sociais etc. A vivência, as experiências reais no mundo da vida e dos problemas sociais habilitam o(a) discente a alargar os horizontes de preocupações e intervenção de forma a ampliar as possibilidades de romper com uma lógica pragmática, reiterativa e pouco crítica.

4.3.1 A Iniciação Científica

Há muito consolidado no âmbito do CNPq e da UFPI, o Programa de Iniciação Científica (PIBIC) já envolve parte significativa de docentes e discentes do curso e já contou



inclusive com projetos premiados na área de atuação dado a qualidade e acuidade com que foram desenvolvidos¹².

Com um corpo docente na totalidade de doutores(as), o Departamento de Serviço Social tem uma grande quantidade de professores(as) que desenvolvem pesquisas (por vezes mais de uma), envolvendo, por conseguinte, alunos(as) em suas atividades. Além da inserção dos(as) docentes em programas de mestrado e doutorado que possibilitam o desenvolvimento de pesquisas conjuntas e em articulação da graduação com a pós-graduação.

4.1.2 Os núcleos e diretórios de pesquisa

As pesquisas estão, em geral, ligadas a núcleos e diretórios de pesquisa do CNPq, certificados pela UFPI. Embora muitos núcleos e diretórios não passem de estruturas formais com pouca expressividade no plano acadêmico para além de projetos individuais de pesquisa que agregam os interesses particulares de docentes coordenadores e seu grupo de orientandos, alguns ensaiam inserções mais comprometidas com a pulsação do debate no âmbito de suas temáticas e áreas de interesse.

Assim, nessa proposição pedagógica entendemos ser indispensável o estímulo à criação e/ou fortalecimento de núcleos como os já existentes (Núcleo de Pesquisa sobre Criança e adolescentes – NUPEC; Núcleo de Pesquisa Estado e Políticas Públicas; Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Universitária para a Terceira Idade - NUPEUTI/PTIA; Núcleo de Pesquisa sobre Família e Gerações – FAMGER; Núcleo de Pesquisa sobre Gênero e Desenvolvimento – ENGENDRE; Núcleo de Pesquisa Formação, Educação, Trabalho, Desigualdade Social e Políticas Públicas; Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Sociedade, Direitos e Políticas Públicas – NUSDIPP, dentre outros¹³), e os vários de diretórios de pesquisa, de forma a que, cada vez mais, consubstanciem-se em espaços abertos aos alunos de graduação gerando, portanto, a possibilidade de outras práticas e contato com o debate contemporâneo no tocante a suas temáticas específicas.

¹² No âmbito da iniciação científica, situamos o PIBIC e o Programa de Iniciação Científica Voluntária (ICV), que, em geral, vem recebendo significativa quantidade de alunas/os de Serviço Social em face das cotas de bolsas para o PIBIC (seja do CNPq ou da UFPI) não serem suficientes para dar conta da quantidade de projetos e alunos candidatos a bolsas interessados em inserções em pesquisas propostas por seus docentes.

¹³ Necessário evidenciar a participação de docentes do Departamento de Serviço Social em Núcleos e Grupos de Pesquisa de outros cursos, centros e IES, consolidando a articulação interdepartamental e interinstitucional. Esse é o caso do Núcleo de Estudos em Saúde Públicas (NESP), vinculado ao Centro de Ciências e Saúde da UFPI, que é composto por docentes dos cursos da saúde e, além de contar com a participação de professoras do DSS, e que desde o ano de 2019 tem como gerente / coordenadora a professora Lúcia da Silva Vilarinho, do DSS.



Os núcleos e diretórios, por suas características de articular professores pesquisadores e alunos por áreas de interesse e não por lotação departamental ou Programa específico de Pós-graduação, podem oferecer amplas possibilidades de fortalecimento de parcerias e de contatos para fora do espaço restrito do curso, ou seja, permite uma circulação e uma mobilidade intra-universidade para além do espaço específico de formação do curso, de grande valia para o alargamento dos debates e ampliação dos horizontes de pesquisa, de forma a abrir possibilidades para uma efetiva experiência interdisciplinar e mesmo interinstitucional.

Os núcleos e diretórios de pesquisa são de grande relevância também por propiciarem maiores condições e proximidade dos(as) estudantes ao universo dos eventos acadêmicos (Congressos, Seminários, Jornadas Científicas, Encontros Nacionais). Faz-se, portanto de grande relevância o estímulo à participação nos eventos em geral da profissão (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS, Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social - ENPESS, Jornada Internacional de Políticas Públicas - JOINPP, reuniões e eventos em geral da ABEPSS, do CRESS, do CFESS, instituições públicas estaduais locais, entre outros) e das entidades organizativas dos(as) estudantes (CA, ENESSO), de forma aos(as) discentes integrem-se, cada vez mais, aos processos, debates e deliberações nacionais ou mesmo internacionais, buscando romper com o isolamento, com a apatia, abrindo campo para o compromisso mais aberto de nossa escola com os rumos que tomam a formação e a profissão de Serviço Social, em particular, fortalecendo o viés investigativo que deve portar o profissional que formamos e o intercâmbio acadêmico no mundo globalizado.

O curso de Serviço Social da UFPI tem um histórico de desenvolvimento de atividades de extensão, tais como programas, projetos, eventos e cursos, que possibilitam a articulação da formação acadêmica com a comunidade externa. Dentre os vários programas e projetos de extensão desenvolvidos ao longo dos anos, destacam-se: Programa de extensão universitária para pessoas idosas (PTIA); Feira Agroecológica e Cultural; Programa de Ações Integradas de Promoção e Defesa de Direitos Humanos, Sociais e Cidadania (PRAIDIH); Programa Memória do Serviço Social no Piauí; Projeto de Extensão Questão Social e Atenção Especializada em Saúde nas Causas Externas; Projeto Participação e Controle Social na Saúde Mental; Diálogos e Vivências com o SUAS em Tempos de COVID-19; dentre outros.

Dentre os diversos eventos de extensão desenvolvidos pelo curso ao longo dos anos, cabe ressaltar a Jornada Científica de Serviço Social da UFPI, que vem sendo organizada pela coordenação de curso, com apoio de docentes e discentes e que conta com a participação de estudantes, pesquisadores e assistentes sociais do Piauí e de outros Estados.



Merece destaque também o Simpósio Internacional sobre Estado Sociedade e Políticas Públicas, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI, que é articulado ao Departamento de Serviço Social, realizado a cada dois anos, já fazendo parte da agenda científica da área como importante evento internacional.

4.1.3 O Programa de Educação Tutorial – PET

Criado pelo MEC (Secretaria de Educação Superior), o Programa de Educação Tutorial (PET) foi oficialmente instituído pela Lei 11.180/2005 e regulamentado pelas Portarias do MEC nº 3.385/2005, nº 1.632/2006 e nº 1.046/2007. O PET é direcionado a alunos regularmente matriculados em cursos de graduação, que se organizam em grupos, com tutoria de um(a) docente, objetivando fomentar o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e garantir uma formação de excelência.

O PET Serviço Social foi fundado em 2011 e conta com a inserção de um grupo considerável de estudantes em suas atividades, acompanhados por professor (tutor) do Departamento de Serviço Social. Trata-se de um dos Programas que fortalece a diversificação das atividades complementares do curso.

Os(as) discentes do curso de Serviço Social da UFPI podem ainda participar de outros Programas de Educação Tutorial existentes, como o “PET Integração: ação integrada em educação, cidadania e inclusão social”, que conta com a participação de estudantes dos cursos de Serviço Social, Direito, Nutrição, Pedagogia e Ciência da Computação.

Destaca-se também a participação de alunos(as) do curso no “PET Saúde interprofissional”, que conta estudantes de Medicina, Enfermagem, Odontologia, Farmácia, Serviço Social, Nutrição e Educação Física, tendo sido lançado pelo Ministério da Saúde, como fomento e organização das ações de integração ensino de graduação-serviço comunidade nos territórios de saúde, para fortalecer o movimento de mudança da formação de graduação em saúde, aproximando do Sistema Único de Saúde (SUS).

4.1.4 O Programa de Extensão Universitária para Pessoas Idosas - PTIA



O Programa de extensão universitária para pessoas idosas (PTIA), implementado pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), sob a condução de professores do DSS¹⁴, foi criado como uma proposta de educação permanente da pessoa idosa à semelhança das Universidades Abertas para a Terceira Idade (UNATIs), que proliferaram no Brasil, sobretudo a partir da década de 1990 do século XX. O Programa é vinculado ao Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Universitária para a Terceira Idade (NUPEUTI), e, conforme Silva (2012, p.169), “tem se constituído um espaço fecundo de troca de saberes e de construção coletiva de conhecimentos a respeito da experiência de vida e das aspirações da população idosa na realidade piauiense”.

[...] Como programa de educação permanente, congrega diferentes áreas do conhecimento e da atividade docente na UFPI, entre elas o Serviço Social na qual se assenta a iniciativa da sua criação como campo de conhecimento, formação e intervenção profissional, buscando-se a necessária interface com outros ramos acadêmicos, na perspectiva da interdisciplinaridade no trato das questões que cercam o processo do envelhecimento. As ações do programa envolvem a realização de cursos de extensão ministrados semestralmente pelos docentes da UFPI e por profissionais voluntários, tendo por objetivo proporcionar aos idosos a ampliação de conhecimentos e habilidades que lhes permitam envelhecer com cidadania (SILVA, 2012, p. 169).

O PTIA consiste, portanto em um espaço de ampla interação ensino-pesquisa e extensão, articulando e favorecendo a intergeracionalidade a partir do entrosamento entre os alunos do Programa e os da graduação em Serviço Social. Como assevera Silva (2012), essa relação ocorre principalmente através de monitoria nos cursos de extensão do Programa, com a participação dos graduandos; do engajamento dos alunos em experiências de pesquisa através do PIBIC; de projetos de monografia de conclusão do curso e experiências de estágio.

4.2 A RELAÇÃO DA GRADUAÇÃO COM A PÓS-GRADUAÇÃO

Embora a relação da graduação em Serviço Social com a pós-graduação passe fundamentalmente pela discussão que já foi posta no presente projeto nas seções que antecedem a esta, especialmente no que tange à pesquisa e a constituição de núcleos e diretórios, convém conferir a ela uma atenção particular, já que a pós-graduação tem sido um dos espaços abertos pelos(as) docentes de Serviço Social nos últimos anos.

¹⁴ Embora envolva professores de outros departamentos, o PTIA sempre foi um espaço de pesquisa e extensão voltado para a população idosa sob a coordenação de professores do DSS.

Tendo realizado amplo investimento na capacitação de seu corpo docente desde meados dos anos 1990¹⁵, o DSS tem hoje todos os(as) seus professores(as) com doutorado e já grande parte com estudos pós-doutorais, além de 92% dos(as) docentes integrarem programas de pós-graduação da UFPI (Políticas Públicas e Sociologia),¹⁶ conforme atesta o quadro 11.

O Departamento de Serviço Social foi um dos pioneiros no âmbito do CCHL a investir na pós-graduação, iniciando, junto com docentes do Departamento de Ciências Sociais, o primeiro mestrado do CCHL. O Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, que atualmente oferta turmas de mestrado e doutorado, possui 21 anos de existência. Além disso, alguns professores do Departamento de Serviço Social têm investido no fortalecimento de outro Programa de Pós-Graduação na UFPI, o de Sociologia.

Essa incursão pela pós-graduação (e, por conseguinte, em linhas de pesquisa) tem rebatido diretamente na graduação, já que alunos da Pós-graduação realizam seus estágios de docência na graduação, ministram palestras, participam de núcleos e diretórios, entre outros, interagindo de modo geral no mesmo espaço de trabalho, de forma que muitos são os aspectos da comunicação entre o mundo da graduação e da pós, em especial, o incentivo que, de forma direta e indireta, os graduandos recebem para continuar o processo de formação após a graduação. Isso pode ser constatado com o significado ingresso de egressos do curso de Serviço Social em turmas de mestrado e doutorado no âmbito da própria UFPI e em outras IES ao longo dos anos.

Quadro 11 - Docentes do Departamento de Serviço Social com inserções em programas de pós-graduação – 2023

Nº	NOME DO DOCENTE	TITULAÇÃO	PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
			PERMANENTE
01	Edna Maria Goulart Joazeiro	Doutorado	Políticas Públicas
02	Guiomar de Oliveira Passos	Doutorado	Políticas Públicas
03	Iracilda Alves Braga	Doutorado	Políticas Públicas
04	Lila Cristina Xavier Luz	Doutorado	Sociologia
05	Lúcia Cristina dos Santos	Doutorado	Políticas Públicas

¹⁵ O relatório ENADE (2010) quanto ao Curso de Serviço Social da UFPI aponta que 100% dos estudantes consideram que todos ou maior parte dos professores demonstram domínio do conteúdo das disciplinas.

¹⁶ Convém ainda observar que alguns dos docentes integram dois programas ao mesmo tempo, sem qualquer desmerecimento para com a graduação, embora isso venha gerando significativa sobrecarga de trabalho.

	Rosa		
06	Lúcia da Silva Vilarinho	Doutorado	Políticas Públicas
07	Masilene Rocha Viana	Doutorado	Políticas Públicas e Sociologia
08	Rita de Cássia Cronemberger Sobral	Doutorado	Sociologia
09	Rosilene Marques Sobrinho de França	Doutorado	Políticas Públicas
10	Solange Maria Teixeira	Doutorado	Políticas Públicas
11	Sofia Laurentino Barbosa Pereira	Doutorado	Políticas Públicas
12	Teresa Cristina Moura Costa	Doutorado	Políticas Públicas
13	Mauricéia Lígia Neves da Costa Carneiro	Doutorado	Serviço Social

Fonte: Própria

4.3 APOIO AO DISCENTE

A Pro-reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) da Universidade Federal do Piauí oferece gratuitamente ao conjunto dos(as) discentes uma série de ações, serviços e benefícios que visam assegurar a permanência e inclusão dos alunos. Tais ações são desenvolvidas pelo Serviço Pedagógico (SEPE), Núcleo de Acessibilidade (NAU), ligados a PRAEC. Destacam-se as ações ligadas à alimentação, moradia, transporte, inclusão digital, lazer, cultura, esporte, além de saúde, atendimento psicopedagógico e social, médico e odontológico. Além disso, são ofertados vários tipos de acompanhamento à comunidade universitária, dentre eles: Serviço Pedagógico, Serviço Social, Serviço Pedagógico, Serviço Odontológico e Serviço Apoio à Amamentação.

Quadro 12 – Benefícios oferecidos pela PRAEC/UFPI

Benefício	Descrição
Bolsa de apoio estudantil (BAE)	Auxílio financeiro no valor de R\$ 400,00 mensais, concedido a estudantes de baixa renda;
Isenção da taxa de alimentação (ITA)	Isenção do valor cobrado para acesso aos Restaurantes Universitários, concedido a estudantes de baixa renda;
Auxílio creche (AC)	Auxílio financeiro no valor de R\$ 400,00 mensais concedido a estudantes com baixa renda familiar que sejam pais ou mães de crianças de até 3 anos e onze meses de idade;
Auxílio residência (AR)	Benefício em pecúnia destinado a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, oriundos de outros municípios e/os Estados e que

	não possuam familiares diretos ou responsáveis legais residentes no município onde está localizado o Campus;
Residência universitária (REU)	Moradia para estudante com baixa renda familiar oriundos de outros municípios ou Estados, fora do Campus sede da UFPI onde o mesmo está matriculado;
Bolsa de incentivo às atividades socioculturais e esportivas (BIASE)	Benefício em pecúnia concedido ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica com o objetivo de contribuir com as ações afirmativas e sociais no âmbito da universidade;
Bolsa de Inclusão Social (BINCS)	Auxílio financeiro de valor correspondente a R\$ 400,00 destinado ao estudante regularmente matriculado na UFPI que presta auxílio acadêmico a estudante com necessidade educacional especial (NEE) desta Instituição;
Apoio à participação em eventos científicos (APEC)	Ajuda de custo para auxiliar nas despesas relativas à participação do estudante em eventos acadêmicos fora do Campus onde cursa a graduação
Kit odontológico	Kit composto por 40 itens permanentes (instrumentos odontológicos) essenciais às disciplinas práticas do curso de odontologia
Kit lupas manuais	O kit de lupas manuais é um conjunto de lupas que potencializa o desempenho acadêmico de estudantes com baixa visão, auxiliando-os no processo de leitura
Auxílio emergencial (AE)	Benefício em pecúnia, concedido pelo período máximo de 03 (três) meses, em caráter emergencial, a estudante em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica e/ou presença de agravantes sociais
Recurso de tecnologia Assistiva	Benefício não pecuniário, que consiste em ceder em regime de conduto, gravadores de voz e/ou outros recursos descritos em edital, aos estudantes com deficiência

Fonte: PRAEC / UFPI

A coordenação do curso de Serviço Social também realiza atividades que contribuem para que o aluno permaneça no curso, entre as quais destacam-se:

- A Semana da/o Caloura/o realizada em conjunto com o Centro Acadêmico de Serviço Social e o PET Serviço Social com o objetivo de aproximar os alunos da concepção do curso, universidade, docentes, demais discentes, rotinas acadêmicas e programas e projetos desenvolvidos pelo corpo docente;

- A Jornada Científica de Serviço Social, realizada desde 2007 com a participação da coordenação, docentes e discentes do curso com o objetivo de discutir temáticas importantes para a formação acadêmico-profissional assim como estimular a produção científica das/os discentes;



- A consulta junto ao corpo discente sobre a oferta do Tópico Especial para o semestre subsequente, quando da organização da oferta dos componentes curriculares;
- Reuniões com as/os discentes sempre que necessário para discutir alguma problemática a ser resolvida para o andamento do curso;
- Estímulo a participação das/os discentes nos programas de extensão, nos PET's, núcleos e grupos de pesquisa, programas de iniciação científica, eventos de natureza científica, monitoria e atividades do Programa de Pós-graduação de Políticas Públicas;
- Alimentação contínua de canais de comunicação como o Instagram e Fórum do Curso/SIGAA com informações e orientações sobre os editais abertos, estágios, matrícula, calendário acadêmico, entre outras.

5 METODOLOGIA E SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

5.1 O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Nos marcos deste Projeto Pedagógico o processo ensino-aprendizagem é compreendido como experiência intersubjetiva, a qual tem no(a) docente e no(a) discente(a) atores prioritários de trocas de conhecimento. É na interação do meio acadêmico com o(a) educador(a), principalmente, e com os seus pares que o(a) aluno(a) construirá conhecimentos e experiências as quais passarão a compor a sua formação subjetiva e profissional, delineando também as competências e habilidades necessárias ao exercício profissional.

É pela via do processo de ensino-aprendizagem que o(a) discente apreende as competências e habilidades necessárias ao exercício profissional interagindo com o educador, seja nos espaços formais de ensino seja em atividades e lugares fora da Universidade. Deve obedecer a uma lógica, que pressupõe definição, desenvolvimento de atividades, acompanhamento e avaliação, visando a concretude do processo de ensinar-aprender.

Nesse sentido, o processo de ensino-aprendizagem deve instrumentalizar o(a) aluno(a) para responder aos novos desafios postos pela questão social, que evidencia o redesenho das exigências teórico-metodológicas, teórico-políticas e técnico-operativas do Serviço Social, bem como os desafios postos aos sujeitos no contexto da sociedade complexa em que estão situados. Assim, no ambiente da formação, embora docente e discente encontrem-se partilhando a construção dos princípios e objetivos constantes deste Projeto,



nesse processo metodológico e do ponto de vista didático, detêm especificidades nos papéis desempenhados.

O modo como o currículo de Serviço Social está organizado, já pressupõe um papel importante ao aluno, no que refere à capacidade de ser sujeito do seu processo de formação, mediante uma inserção ativa em todas as dimensões da vida acadêmica. Portanto, o(a) discente deve assumir uma postura investigativa sobre a realidade, ter curiosidade, capacidade de trabalhar em grupo, autonomia para escolher as atividades que lhe permitam ampliar e consolidar a construção de um conhecimento crítico. Para que o(a) discente assuma essa condição, faz-se importante também que o(a) professor(a) incorpore uma concepção de prática docente que respeite o(a) aluno(a) como “usuário(a)” de seus serviços e portador de direitos, com relativa autonomia para constituir-se como ativo construtor do processo ensino-aprendizagem, e do ambiente de sua formação.

Nesse processo, o(a) professor(a) deve ser capaz de problematizar a realidade, por meio de recursos a saberes éticos-políticos, técnico-operativos e teórico-metodológicos, proporcionando reflexões que fundamentem a compreensão da realidade social na qual o assistente social irá desenvolver seu trabalho. Considerando a natureza interventiva da profissão de Assistente Social, esses saberes assumem importância significativa uma vez que o aluno é um sujeito social em processo de formação. Portanto, durante o processo de formação, o(a) professor(a) deve recorrer a metodologias de ensino que lhe permita mediar conhecimentos, com vistas a uma formação profissional que atenda aos objetivos previstos no presente currículo.

Por fim, no ambiente da formação profissional, cabe ao(a) docente, também, a luta pela garantia e permanência de uma educação de qualidade, pois sem ela não lhe será possível mediar conhecimento, muito menos construir práticas pedagógicas considerando as diversidades presentes na universidade. Assim, ao planejar as atividades o(a) professor(a) deve considerar o contexto em que os alunos estão inseridos, suas linguagens, seus modos de vidas e os modos de vida das comunidades nas quais irão intervir, sempre cultivando o respeito aos interesses da população usuária de seus serviços.

5.1.1 Avaliação da aprendizagem

A avaliação contínua e permanente é requisito fundamental para a efetiva realização de um processo de ensino-aprendizagem competente e que atenda aos objetivos traçados.



Trata-se de processo que exige atenção focada no cotidiano das atividades pedagógicas (o dia a dia da sala de aula e dos outros espaços onde se darão as atividades de ensino-aprendizagem) e no conjunto das questões que remetem a uma visão mais integrada das distintas práticas (o processo pedagógico como um todo).

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem dar-se-á, em geral, a partir dos mecanismos e instrumentos usuais, tais como provas escritas¹⁷, seminários, trabalhos grupais, produção de relatórios de trabalho de campo, projetos de intervenção ou de pesquisa, análises institucionais, produção de textos – em geral artigos, resenhas, fichamentos, entre outros e obedece a regulamentação específica definida pelo CEPEX/UFPI¹⁸, devendo as mesmas já serem incluídas no plano de curso e distribuída entre as unidades, de forma a garantir avaliações por formas diversificadas e de conhecimento antecipado para o alunado. Associado a esses formatos usuais de avaliação, o(a) professor(a) deve valorizar a observação da participação e o comprometimento dos alunos nas atividades em sala de aula (ou fora dela), na leitura e discussão dos textos, na frequência e pontualidade.

Convém destacar a contribuição dos(as) alunos(as)-monitores nos processos de avaliação e acompanhamento de algumas disciplinas, que vem qualificando esse processo e gerando melhor desempenho do conjunto dos(as) discentes nas disciplinas que têm esse monitoramento.

Além das avaliações de desempenho acadêmico realizado no cotidiano da sala de aula, o curso de Serviço Social também é avaliado pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), tendo recebido nota máxima (5,0) no último exame realizado em 2016.

5.2 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO PEDAGÓGICO DO CURSO

A avaliação, como componente do planejamento curricular é compreendida como um processo sistemático de acompanhamento e análise do efetivo e satisfatório cumprimento das diretrizes curriculares. Pela via da avaliação e do monitoramento da implementação do projeto pedagógico do curso devemos ser capazes de conhecer, de forma contextualizada, todas as dimensões do processo, além dos efeitos, as implicações das práticas educativas, administrativas e pedagógicas, de forma a estimular o aprimoramento, tendo por finalidade o

¹⁷ Pela natureza do curso, recomenda-se a prática de provas de caráter mais discursivo e como forma de incentivar a escritura de textos, prática importante e usual no universo do trabalho do assistente social.

¹⁸ Referimo-nos especificamente à norma de regulamentação dos cursos de graduação da UFPI, aprovada em 2012 na parte concernente a avaliação da aprendizagem e assiduidade (Título VIII) da referida Norma.



autoconhecimento e o levantamento de subsídios para a tomada de decisões e, eventuais alterações de rota.

O projeto pedagógico ora proposto, como um instrumento de gestão, orientará todo o processo de decisão acadêmica da Coordenação do Curso de Serviço Social. Nele estão contidas as orientações mais gerais para o curso explicitadas nos pressupostos, princípios, competências e habilidades dos profissionais que se pretende formar, além das demandas que se pretende atender. Em suma, com o processo de acompanhamento e avaliação objetiva-se:

- Levantar e sistematizar informações para o processo de tomada de decisão quanto ao currículo;
- Aprimorar o processo de implementação, fornecendo bases para o planejamento do processo;
- Acompanhar o “estado da arte” da implantação e implementação, seja ouvindo os atores envolvidos no processo, seja analisando os planos de curso, seja ainda acompanhando a rotina institucional nas suas mais variadas formas;
- Verificar se os pressupostos e objetivos em que se baseia o currículo estão sendo atingidos;
- Assegurar a construção de uma perceptiva quanto aos resultados alcançados.

O processo de avaliação e acompanhamento será conduzido pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), que definirá oportunamente as condições de sua efetivação e a periodicidade em que desenvolverá, de forma mais concreta suas ferramentas e instrumentos de avaliação, como oficinas, incursões exploratórias com os atores do processo, análises documentais (monitoramento dos programas), aplicação de questionários, entre outras possibilidades, de forma a realizar diagnósticos regulares do processo que mapeiem o contexto institucional e acadêmico de execução do projeto, destacando e atualizando, o perfil dos alunos, dos(as) docentes, a realidade social e o mercado de trabalho para a profissão.

Tal gerenciamento do processo visa assegurar o desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo da proposta de projeto pedagógico, realizar levantamento de indicadores para a correção das distorções ou incorreções no desenvolvimento das ações, evitando os possíveis desvios/distorções durante a execução da proposta e, ainda a identificação dos sucessos, os pontos fortes da proposta.

Serão priorizadas as metodologias emancipatórias de avaliação, centradas na participação intensiva dos diferentes atores sociais implicados no processo, sobretudo, alunos,



docentes e supervisores de campo. Desse modo, a inclusão, o diálogo, a consulta aos sujeitos envolvidos serão condutas regulares no acompanhamento do curso, embora seja o NDE e o Colegiado, as instâncias por onde passam formalmente os debates e, no último caso, a deliberação sobre eventuais mudanças ou mudanças de rota.

O NDE permanecerá com a atribuição de acompanhar e avaliar a implantação e implementação das diretrizes aqui apontadas, encarregando-se de elaborar um plano de trabalho em que explicitará as estratégias para subsidiar a discussão do coletivo do Departamento de Serviço Social, emitindo pareceres.

6 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO À FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
1.0.0	15h		
<p>EMENTA: Noções básicas do Bacharelado em Serviço Social. O projeto político pedagógico do curso: concepções do processo de formação, competências, habilidades e grade curricular. A organização institucional da UFPI: dinâmicas, normativas, serviços institucionais e colegiados. A articulação entre ensino, pesquisa e extensão.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.</p> <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social. Teresina: 2022. <i>mimeo.</i></p> <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Regimento Geral da UFPI. Disponível em: <http://www.ufpi.br/arquivos/File/estatutos_e_regimentos/regimento_geral_ufpi.pdf>. Acesso em 13.out.2022</p> <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Resolução CEPEX nº177/2012 e alterações. Estabelece o regulamento geral da graduação da UFPI. Disponível em: <https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/PREG/resolucoes_preg> Acesso em 01 out. 2021.</p> <p>BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão de Assistente Social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao_lei_8662.pdf>. Acesso em 08.set.2013.</p>			



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988.
 BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. **Lei nº 9.394** de 20 de dezembro de 1996.
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. **Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social**. Resolução nº 15, de 13 de março de 2002. Disponível em:
 <http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao_diretrizes_cursos.pdf>. Acesso em 08.set.2013.
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Estatuto da Universidade Federal do Piauí. Disponível em:
http://leg.ufpi.br/arquivos/File/estatutos_e_regimentos/estatuto_ufpi.pdf Acesso em 13 out. 2022.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Filosofia
INTRODUÇÃO À FILOSOFIA	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: O ser no mundo: visão metafísica clássica; visão analítica existencial. A sociabilidade humana como problema filosófico. Idealismo e materialismo. Correntes filosóficas contemporâneas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CAPRA, Fritjof. A teia da vida . São Paulo: Cultrix, 2002.			
GILLES, Thomas Ranson. Introdução à Filosofia . São Paulo: EPU,			
HESSEN, Johannes. Teoria do conhecimento . São Paulo: Martins Fontes, 2000.			
JAPÍASSU, Hilton. Nascimento e morte das ciências humanas . R.J.: Fco Alves, 1978.			
LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental . São Paulo: Cortez, 2000.			
SEVERINO, Antônio Joaquim. Filosofia . São Paulo: Cortez, 1992.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BUZZI, Arcângelo R. Introdução ao pensar: o ser, o conhecimento, a linguagem . 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1986. 230p.			
CHAUI, Marilena. Convite à filosofia . 12. ed. São Paulo: Ática, 2001. 440p.			
CORBISIER, Roland. Introdução à filosofia . 2. ed. R.J.: Civilização Brasileira, 1986. Tomo. 243p.			
LARA, Tiago Adão. Caminho da Razão no Ocidente: a filosofia ocidental, do Renascimento aos nossos dias . 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1988. 175 p.			
LUCKESI, Cipriano Carlos, PASSOS, Elizete Silva. Introdução à Filosofia: aprendendo a pensar . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.			
SANTOS, Boaventura de S. A crítica da razão indolente . São Paulo: Cortez, 2000.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Ciências Econômicas
ECONOMIA POLÍTICA	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		

EMENTA: A constituição da Economia Política e a relação com o Serviço Social. O Liberalismo. O Keynesianismo, o Neoliberalismo e a crítica marxista da economia política. As mudanças contemporâneas no padrão de acumulação capitalista e suas expressões na economia brasileira e internacional. Produto Interno Bruto. IDH. Distribuição de renda. Política fiscal. Orçamento e fundo público. Noções básicas de economia internacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAUJO, Carlos Roberto V. **História do Pensamento Econômico:** uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 1988
 BASTOS, Vânia Lomônaco. **Para entender a economia capitalista.** Brasília: Forense Universitária. Rio de Janeiro – RJ, 1991.
 BOYES, William & MELVIN, Michel. **Introdução à Economia.** São Paulo. Ática, 2006
 MARX, Karl. **O Capital:** uma crítica da economia política. DIFEL, 1987.
 NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política:** uma introdução crítica. São Paulo. Cortez, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDERSON, B. Kelvin - **Marx nas Margens: Nacionalismo, Etnia e Sociedades Não Ocidentais.** Boitempo Editorial, São Paulo, 2019.
 CARDOSO, Eliana. **Economia brasileira ao alcance de todos.** S. P.: Brasiliense, 1985
 DOWBOR, Ladislau. **O que capital.** 2 ed. São Paulo. Brasiliense, 1982.
 HARVEY, David. **O Novo Imperialismo.** 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
 MANDEL, E. **O capitalismo tardio.** S. Paulo, Abril, 1983
 NIKITIN, P. **Fundamentos de Economia Política.** R. J.: Civilização Brasileira, 1967.
 OSER, Jacob; BLANCFIELD, William C. **História do Pensamento Econômico.** São Paulo. Atlas, 1987.
 QUEIROZ, Marcos. **Clóvis Moura e Florestan Fernandes: interpretações marxistas da escravidão, da abolição e da emergência do trabalho livre no Brasil.** Revista Fim do Mundo, n.4, Dossiê temático: Capitalismo e Racismo: a práxis negra (2021).
 SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. **Uma Introdução à Economia Política.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1975.
 SINGER, Paul. **Aprender economia.** São Paulo: Brasiliense, 1994
 _____. **Curso de Introdução à Economia Política.** Forense Universitária, 1991.
 ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia.** 19.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
 WILLIAMS, Eric. **Capitalismo & escravidão.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Filosofia
INTRODUÇÃO À METODOLOGIA CIENTÍFICA	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Conhecimento científico e demais formas de conhecimento. Natureza e configurações teóricas gerais sobre o trabalho científico. Tipos de trabalho científico. Instrumentos e técnicas relacionadas ao trabalho científico. Normas técnicas de elaboração do trabalho científico. Ética na produção do conhecimento científico.			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>ANDRADE, Maria Margarida. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo, Atlas, 2001.</p> <p>BARROS, Aidil de J. P.; LEHFELD, Neide A. de S. Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica. 2.ed. São Paulo: Pearson Educacion do Brasil, 2000.</p> <p>DEMO, Pedro. Introdução à metodologia científica. Atlas: São Paulo, 1995.</p> <p>MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo, Atlas, 2000.</p> <p>SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2005.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.</p> <p>BARNES, Rob. Seja um ótimo aluno: guia prático para um estudo universitário eficiente. Tradução de Luzia Araújo e Thelma M. Nóbrega. Campinas, SP: Papirus, 1995.</p> <p>DUARTE, Jorge, BARROS, Antonio. (Org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>FEITOSA, Vera Cristina. Redação de textos científicos. 2. Ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.</p> <p>LUCKESI, Cipriano e outros. Fazer universidade: uma proposta metodológica. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 1991.</p> <p>PRESTES, Maria Lucia de Mesquita. A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia. – 2. Ed. Ver. Atual. E ampl. – São Paulo: Rêspel, 2003.</p> <p>SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.</p>

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Ciência Política
INICIAÇÃO À POLÍTICA	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Os sentidos da política: administração de interesses, ocupação do espaço público, campo de práticas emancipatórias. A emergência do Estado Moderno e suas variações. As ações do Estado no campo da coerção e legitimação. As instituições políticas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>BOBBIO, Norberto. Teoria geral da política, a filosofia e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.</p> <p>CERRONI, Umberto. Política: Métodos, teorias e processos. São Paulo: Brasiliense, 1993.</p> <p>DURVERGER, Maurice. Ciência Política: Teoria e método. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1981.</p> <p>JAGUARIBE, Helio (Org). O sistema Público brasileiro. In: Sociedade, Estado e Partidos na atualidade Brasileira. RJ: Paz e terra, 1992.</p> <p>LAMOUNIER, Bolivar. A ciência política nos anos 80. Brasília: Cadernos da UnB, 1982.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>LEO MAAR, Wolfgang. O que é Política. Coleção primeiros passos. 54 ed. Brasileira- 1984</p> <p>LÖWY, Michael. Ideologia e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1992.</p>			

NICOLAU, Jairo Marconi. **Sistema eleitoral e reforma política**. Rio de Janeiro: Foglio Ed, 1993.
ROSENFELD, Denis. **O que é Democracia**. Brasiliense, 1990 (Coleção primeiros passos).

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Ciências Sociais
INICIAÇÃO SOCIOLOGICA	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Matrizes clássicas do pensamento sociológico (Marx, Weber, Durkheim), Processos sociais fundamentais: industrialização, modernização, urbanização e seus constitutivos - classes sociais, movimentos sociais e instituições. Sociedade complexa e seus desdobramentos na contemporaneidade.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
DURKHEIM, Émile. Sociologia . Rodrigues. José Albertino (Org.) 9.ed. São Paulo: Ática, 2001. (Introdução de José Albertino Rodrigues, cap. I, cap. II até a sessão 8 [páginas 7-102]) (Coleção Grandes Cientistas Sociais);			
IANNI, Octávio. (Org). Marx Sociologia . São Paulo: Ática, 1988 (coleção Grandes Cientistas Sociais – 10).			
MARX, Karl. Introdução à Crítica da Economia Política . São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Coleção Os Pensadores)			
WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva . Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília. 1991. Parte I Capítulos: 1, 3 e 4.			
DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico . São Paulo: Abril Cultural, 1985.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa (org). Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos . EDUC - PUC SP, São Paulo, 2021.			
ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico . São Paulo: Martins Fontes, 1993.			
CHAUÍ, Marilena. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil . S. Paulo: Brasiliense, 1989.			
FERNANDES, Florestan. Significado do protesto negro . São Paulo: Expressão Popular, 2017.			
HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem . 21. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. p. 171-174.			
RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil . 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 106-40.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
1.1.0	30h		
EMENTA: A profissão de Serviço Social: caracterização, especificidades, espaços sócio-ocupacionais e suas demandas e requisições. As formas de organização da profissão e do profissional de Serviço Social.			



O Serviço Social no Piauí e os diferentes campos de intervenção profissional na cidade de Teresina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS (Org.). **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional.** CFESS: Brasília (DF), 2022.
Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf> Acesso em: 04 set. 2022.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL-CFESS. **Resolução CFESS nº 273/93**, de 13 de março de 93. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao_etica_cfess.pdf>. Acesso em 08.set.2013.
- ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. 6. Ed. **O que é Serviço Social.** São Paulo: Brasiliense, 2007 (Coleção Primeiros Passos).
- FERREIRA, M.D.M.; SILVA, M.R.F.; GUIMARÃES, S. J. O Serviço Social no Piauí. In: JUNIOR, A.A.S. (Org.). **A reconstrução histórica do Serviço Social no Nordeste.** Curitiba: CRV, 2021, p.67-80.
- IAMAMOTO, Marilda. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ALMEIDA, Magali, S. **Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.** In: CRESS. Conselho Regional de Serviço Social (Org.). Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados a atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS, 2013.
- BRASIL. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de assistente social, já com a alteração trazida pela Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010.
- BAPTISTA, Myrian Veras; BATTINI, Odária (Orgs.). **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento.** V. I. São Paulo: Veras Ed., 2009.
- GUIMARÃES, S. J. **Trajetória de vida, trajetória acadêmica: alunos e egressos do Curso de Serviço Social da UFPI.** Teresina, 1995.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional. **Emancipação**, ano 6, nº 1. Ponta Grossa: UEPG, 2006.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. Pensar a identidade: eis a tarefa. Um ensaio sobre a identidade profissional do serviço Social. KARSCH, Úrsula (Org.). **Estudos do Serviço Social: Brasil e Portugal.** V. 2. São Paulo: EDUC, 2005.
- MOTA, Ana Elizabete et al (Org.) **Serviço social no Nordeste: das origens à renovação.** São Paulo: Cortez editora, 2021.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
SEMINÁRIO TEMÁTICO I	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Perspectivas teórico-metodológicas positivista e marxista, destacando: método, categoriais teóricas centrais, principais representantes, análises teóricas da realidade social, correntes teóricas e as diferenças e semelhanças entre essas correntes.			



BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Editora Nacional, 1990.
 LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2000.
 MARX, K; ENGELS, F. A. **A ideologia Alemã** (Feuerbach), São Paulo: Hucitec, 1993.
 _____. **Manifesto do partido comunista**, São Paulo: Cortez, 1988.
 MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Matins Fortes, 1983.
 (Prefácio, introdução e método da economia política);
 NETTO, J. P. **Introdução ao método da teoria social**. Disponível em: <http://www.pcb.org.br/portal/docs/int-metodo-teoria-social.pdf>. Acesso em: 20.02.2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COMTE, Auguste. **Discurso sobre o espírito positivo**. São Paulo: Edusp, 1976.
 RODRIGUES, J. A; FERNANDES, F. (orgs). **Durkheim – Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 2001 (itens 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13).
 MARX, K. Salário, preço e lucro. In: _____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos**. São Paulo: Abril Cultural, 1998 (Coleção Os pensadores).
 MONTAÑO, C. Breves anotações sobre o método e a teoria em Marx. In: MONTAÑO, C; BASTOS, R. L. (orgs) **Conhecimento e sociedade: ensaios marxistas**. São Paulo: Outras Expressões, 2003.
 KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. (parte I: Dialética da Totalidade Concreta)
 OLIVEIRA, Dennis. **Racismo Estrutural: uma perspectiva histórico-crítica**. Dandara, São Paulo, 2021.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL I	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: A emergência e a profissionalização do Serviço Social: relações com as suas protoformas, com a questão social e o capitalismo monopolista. Surgimento do Serviço Social na Europa, EUA, América Latina e Brasil. Formação e respostas ideológicas, teórico-metodológicas e técnicas do Serviço Social no Brasil, no período da gênese, institucionalização e desenvolvimento da profissão: dos anos de 1930 aos anos 1950. A influência da Igreja Católica e de sua Doutrina Social. Os campos de ação e prática profissional. Serviço Social de Caso e de Grupo.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CASTRO, Manuel Manrique. O Serviço Social na América Latina . 12ed. Cortez, 2011. IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. Serviço Social e Relações Sociais: esboço de interpretação histórico-metodológica . 15ª ed. São Paulo. Cortez, 2003. MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social: identidade e Alienação . 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.			

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
 YAZBEK, M. Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS (Org.). **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. CFESS/ABEPSS, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGUIAR, A. G. **Serviço Social e Filosofia: das origens a araxá**. São Paulo: Cortez, 1985.
 ANDRADE, M. A. O metodologismo e o desenvolvimentismo no serviço social brasileiro – 1947 a 1961. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/13> Acesso em 31 jul. 2021.
 FERREIRA, Camila Manduca. **O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936-1947)**. Dissertação de mestrado (Pós-Graduação em Serviço Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.
 GOIN, M. **Fundamentos do Serviço Social na América Latina e no Caribe: conceituação, condicionantes sócio-históricos e particularidades profissionais**. Campinas/SP: Papel Social, 2019
 LEÃO XIII, Papa. **Carta Encíclica Rerum Novarum** (Sobre a condição dos operários). São Paulo: Loyola, 1991.
 LIMA, Arlette Alves. **Serviço Social no Brasil**. São Paulo, Cortez, 1982.
 KONOPKA, Gisela. **Serviço Social de Grupo**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
 PIO XI, Papa. **Carta Encíclica Quadragésimo Anno** (Sobre a restauração e aperfeiçoamento da Ordem Social em conformidade com a Lei Evangélica). Petrópolis: Vozes, 1962.
 RICHMOND, Mary. **Caso social Individual**. Buenos Aires: Hvmanitas, 1922.
 SILVEIRA JUNIOR, Adilson. **Notas para uma história da emergência do Serviço Social na particularidade do Nordeste**. In: JUNIOR, A.A.S. (Org.). **A reconstrução histórica do Serviço Social no Nordeste**. Curitiba: CRV, 2021, p.67-80.
 TORRES, Zélia. **Grupo: instrumento de Serviço Social**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1978.
 VIEIRA, Balbina Ottoni. **Serviço Social: Processos e técnicas**. 5ª. Ed. Rio de Janeiro. Agir, 1981.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Ciências Sociais
INICIAÇÃO ANTROPOLÓGICA	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Cultura, etnocentrismo e relativismo. A relação entre o material e o simbólico na construção das identidades sociais e da subjetividade. Questões de método: trabalho de campo e observação participante. Imaginário, representações sociais e expressões culturais dos diferentes segmentos sociais com ênfase na realidade brasileira e suas particularidades regionais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
DAMATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução à antropologia social . Rio de Janeiro: Zahar, 1978.			
GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.			
GOMES, Mércio Pereira. Antropologia: ciência do homem e filosofia da cultura . São Paulo: Contexto. 2008. Cap. Metodologia.			
LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico . R. J.: Jorge Zahar, 1980.			
LAPLANTINE, François. Aprender antropologia . São Paulo: Brasiliense, 1992.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			

ALVES, Paulo César; MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.) **Saúde e doença: um olhar antropológico**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

BARREMAN, Gerald. **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia social**. Petrópolis: Vozes, 2000. (Parte 1, cap. 3.)

Haidar, Asad. **Armadilha da identidade**. Editora Baderna, 2019.

LE BRETON, David. O corpo acessório. In: **Adeus ao Corpo: antropologia e Sociedade**. Campinas: Papyrus, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e história**. Rio de Janeiro: Martins Fontes e Editorial Presença. 1975.

MAUSS, Marcel. As Técnicas Corporais. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naif, 2003.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SABINO, Cesar; LUZ, Madel T. Tatuagem, gênero e a lógica da diferença. **Physis: Revista Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2006.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
POLÍTICA SOCIAL I	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: A constituição do sistema de proteção social no capitalismo e o Estado de Bem Estar Social – fundamentos e desenvolvimento. Política social: conceito, abordagens teórico-metodológicas e trajetória no Brasil. A crise do Estado de Bem Estar, os modelos de proteção social e a particularidade do Brasil.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivonete. Política Social – fundamentos e história. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.			
DRAIBE, Sonia Miriam. O “Welfare State” no Brasil: características e perspectivas. Ciências Sociais Hoje . São Paulo, ANPOCS; Vértice, 1989, p. 13 a 59.			
ESPING-ANDERSEN, G.. As três economias políticas do Welfare State. Lua Nova . (24). R.J.: 1991.			
KERSTENETZKY, Celia. O Estado do Bem-Estar Social na Idade da Razão: A reinvenção do estado social no mundo contemporâneo . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012			
SANTOS, Wanderley G. Cidadania e Justiça . 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ABRANCHES, Sérgio <i>et al.</i> Política Social e combate à pobreza . 2. ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1989.			
ARRETCHE, Marta. Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. BIB . Rio de Janeiro, nº 39, Relume Dumará, 1995, p. 3-40.			
MEDEIROS, Marcelo. A Trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das Políticas Sociais dos anos 1930 aos anos 1990 . Brasília: IPEA, 2001. (Texto para Discussão, 852).			
OFF, Clauss. Teoria do Estado e Política Social. In: Problemas Estruturais do Estado Capitalista . Trad. Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 32-48.			
FALEIROS, V. P. A natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. In: CFESS/ABEPSS. Capacitação em Serviço Social e Política Social . Módulo 3. Brasília: UnB/CEAD, 1999.			
PEREIRA, P. A. Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais . 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.			
PIANA, MC. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo:			

Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9.
 POCHMANN, Márcio. Política social na periferia do capitalismo: a situação recente no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 6, p.1477-1489, 2007.
 POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Trad. Fanny Wrobel. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
 ROSANVALLON, Pierre. **A Crise do Estado-Providência**. Trad. Joel Pimentel de Ulhôa. Goiânia: Editora da UF

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
3.1.0	60h		
EMENTA: Emergência, significado e desenvolvimento da questão social no Brasil. Questão social e os atravessamentos de classe, gênero, raça/etnia. Configurações e dimensões gerais da questão social na contemporaneidade. Expressões da questão social na realidade local.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CERQUEIRA FILHO, Gisálio. A questão social no Brasil . Rio, Civilização Brasileira, 1982. PASTORINI, Alejandra. A categoria “questão social” em debate . São Paulo: Cortez, 2004. NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. Temporalis . Brasília: ABEPSS, n. 3, 2001. SANTOS, Josiane Soares. “Questão social” : particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. CISNE, Mirla. Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. Temporalis , Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			

ABEPSS. **Temporalis**. Crise Capitalista, Questão Social no Brasil e Diretrizes Curriculares da ABEPSS, v. 21, n. 42, 2021.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa (org). **Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos**. EDUC - PUC SP, São Paulo, 2021.

BEHRING, Elaine R; SANTOS, Silvana, M.M. dos. Questão social e direitos. In: CFESS (Org.) **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009, p. 267-283.

BOGUS, Lúcia (org.) **Desigualdade e a questão social**. São Paulo, EDUC, 1997.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CARDOSO, Franci Gomes *et al*. Questão social. **Ser Social**. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Política Social, n. 6, 2000.

FRANÇA, Rosilene Marques Sobrinho de; COSTA, Teresa Cristina Moura (Orgs.). **Questão social, direitos e políticas públicas na realidade brasileira contemporânea**, Teresina: EDUFPI, 2022, 433 p.

IAMAMOTO, Marilda. A questão social no capitalismo. **Temporalis**. Brasília: ABEPSS, n. 3, 2001.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

PEREIRA, Potyara. A questão social e as transformações das políticas sociais. **Ser Social**. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Política Social, n. 6, 2000.

PEREIRA, Evelyne Medeiros; NOBRE, Maria Cristina Q.; DURIGUETTO, Maria Lúcia. “Nordestino sim, nordestinado não”: questão regional, lutas de classes e resistências populares no nordeste brasileiro. In: GONÇALVES, André M.; FRANÇA JUNIOR, Reginaldo (Orgs.). **Serviço social e a questão regional**. Campina Grande: EDUFCEG, 2022.

SERRA, Rose Mary. A questão social hoje. **Ser Social**. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Política Social, n. 6, 2000.

ROSAVALLON. Pierre. **A nova questão social**. Brasília: Instituto Tetônio Vilela, 1998.

SOUZA, Maria Cristina. **Mulheres negras, pobreza e racismo**. Belo Horizonte: Letramento, 2022.

TELLES, Vera. **Questão social: afinal do que se trata: Perspectiva**. S. P.: SEADE, n. 4, 1996.

WANDERLEY. Luís Eduardo. As particularidades da questão social na América Latina. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 76, 2003.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de História
FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO NORDESTE E DO PIAUÍ	DGH0092	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: A formação sócio-histórica do Nordeste, com ênfase no Piauí. A configuração das questões agrárias e urbanas nordestinas. As novas configurações dos segmentos sociais e do poder político no nordeste, após 1970. As intervenções do Estado Brasileiro na região. Globalização e suas repercussões nas políticas regionais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. A invenção do Nordeste e outras artes . Recife: Massangana: São			



Paulo: Cortez, 2001.

ARAÚJO, Mafalda M. B. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma região**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

QUEIROZ, Teresinha. **História, literatura, sociabilidades**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

SANTANA, R. N. Monteiro. **Piauí: Formação, Desenvolvimento e Perspectivas**. Teresina: Fundapi/Halley, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRADE, Manuel Correia de Andrade. **1964 e o Nordeste: golpe, revolução ou contra-revolução?** São Paulo: Contexto, 1989.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Tecnoprint: São Paulo, 1902.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 34 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.

FERREIRA, Jorge Luiz. José e os Sírios: opressão social e cultura política camponesa. **Revista brasileira de História**. São Paulo. ANPUH/Marco zero v.11, nº 22, mar.91/Ago.91. p.175-182.

OLIVEIRA, Hermínio B. **Formação histórica da religiosidade popular no nordeste**. Paulinas: São Paulo.

PEREIRA, Evelyne Medeiros. **A questão regional e o Nordeste no desenvolvimento no capitalismo brasileiro**. In: MOTA, Ana E. et al (Orgs.). **Serviço social no Nordeste: das origens à renovação**. São Paulo: Editora Cortez, 2021

MARTINS, Agenor Sousa (Org). **Piauí: evolução, realidade, desenvolvimento**. Governo do Estado do Piauí, Secretaria do Planejamento, Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO), 2003.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL I	NOVO CÓDIGO	Obrigatório	Departamento de Serviço Social
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
3.1.0	60h		
<p>EMENTA: O trabalho no sentido ontológico e como elemento constitutivo do ser social. Trabalho na sociedade capitalista em diferentes modelos de acumulação. Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e implicações na materialidade e subjetividade da classe trabalhadora. Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. Elementos do processo de trabalho do Assistente Social. Instrumentalidade: dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política do fazer profissional.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negociação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.</p> <p>GRANEMANN, S. Processos de trabalho e Serviço Social I. Capacitação em Serviço social, modulo (2). Brasília: CEAD, 1999.</p> <p>GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2017.</p>			



IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

RAICHELIS, Rachel et al (Org). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVES, Leonardo Dias. **A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural**. *Katálysis*, v. 25, 2022 (pag. 212-221).

ARAÚJO, N.M.S. O serviço social como trabalho: alguns apontamentos sobre o debate. **Serviço social e sociedade**, n.93, ano 29, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2018. (Coleção mundo do trabalho)

CFESS (Org.) **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

FALEIROS, Vicente. **Saber Profissional e Poder Institucional**. (Cap. II) São Paulo: Ed. Cortez, 1997.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, no.62, São Paulo: Cortez, 2000.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. A (contra) reforma do Estado no regime de acumulação flexível (pós-1973). In: MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe Social e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

RAICHELIS, Rachel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações dos seus direitos. **Serviço Social e sociedade**, v.107, jul/set., 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 211-240.

ROCHA, Roseli; ANDRADE, Júlio Cezar. **O trabalho profissional e a questão do quesito raça/cor** (pag. 52-65). In: CRESS SP. *Emancipa: o cotidiano em debate*, n. 5, 2020.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SOUZA, Edvânia A.; SILVA, Maria Liduína Oliveira. **Trabalho, questão social e Serviço Social: a autofagia do capital**. São Paulo: Cortez, 2019

TRINDADE, Rosa Lúcia P. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do serviço social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. **Temporalis**, Brasília: ABEPSS, Ano 2, no.4, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL II	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I	
EMENTA: Respostas ideopolíticas, teórico-metodológicas e técnicas do Serviço Social no Brasil, no período da modernização e renovação: dos anos de 1960 aos anos 1980. O nacional desenvolvimentismo e o Desenvolvimento de Comunidade. Autocracia burguesa e o processo de modernização do Serviço Social no Brasil: Araxá, Teresópolis, Sumaré e a proposta fenomenológica. O Movimento de Reconceituação na América Latina, os processos de renovação da profissão no Brasil e a intenção de			

ruptura: o Método BH.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMMANN, S. B.. **Ideologia do desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1985.

AGUIAR, A. G. **Serviço Social e Filosofia: das origens a axará**. São Paulo: Cortez, 1985.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. **Metamorfoses do Desenvolvimento de Comunidade**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Ed. Cortez, 1991.

SANTOS, L. L. **Textos do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1987.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, A. A. **Possibilidades e limites da teoria do Serviço Social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

ALMEIDA, Magali da Silva; ROCHA, Roseli da Fonseca; BRANCO, Suelma Inês de Deus. **Assistentes sociais negras na construção “da virada” do Serviço Social brasileiro**. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências. – São Paulo: Cortez, 2019. pgs. 169-181.

CARLI, Ranieri. **Fenomenologia e questão social: limites de uma filosofia**. Campinas, São Paulo: Papel Social, 2013.

IAMAMOTO, M.V.; SANTOS, C. M. (Orgs.). **A história pelo avesso: a reconceituação do serviço social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez, 2021.

IAMAMOTO, M. V. O debate contemporâneo da reconceituação do Serviço Social: ampliação e aprofundamento do marxismo. In: _____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: ed. Cortez, 1992.

LIMA, B. A. **Contribuição à metodologia do Serviço Social**. Belo Horizonte: Interlivros, 1978.

NETTO, J.P. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo : Cortez, 2014.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.). **Serviço social no Brasil: histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

SOUZA, M. L. de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. São Paulo: Cortez, 1991.

VIEIRA, B. O. **Serviço Social: processos e técnicas**. Rio de Janeiro: Agir, 1978.

VIEIRA, B. O. **História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria**. 5.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1989.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos históricos e teórico metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS (Org). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Fundamentos da Educação/CCE
PSICOLOGIA SOCIAL	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: As principais matrizes teóricas do debate contemporâneo das relações indivíduo-sociedade.			



A fundamentação das questões relativas ao desenvolvimento da personalidade e dos grupos sociais. A constituição da subjetividade no processo de produção e reprodução da vida social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL, A. **Psicologia do Desenvolvimento**. Vozes/RJ/1983.
 BOCK, A. M. B. GONÇALVES, MG; FURTADO. O (Org.). **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez, 2001.
 BRAGHIROLI, E. M. et al. **Psicologia Geral**. 20. Ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
 CAMPOS, R. H. F. (Org.) **Psicologia Social Comunitária**. Da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 2002.
 DAVIDOFF, L. L. **Introdução à Psicologia Geral**. São Paulo: Makron Books, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMARANTE, P. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. Rio de Janeiro: editora Fiocruz, 2007
 BAREMBLITT, Gregorio Franklin. Grupos: teoria e técnica. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
 FARR, R. M. **As raízes da psicologia social moderna**. Petrópolis: Vozes, 2000.
 FIGUEIREDO, Luis Claudio Mendonça. **Matrizes do pensamento psicológico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989
 GUARESCHI, N.M. F; BRUSCHI, M.E. (Org.) **Psicologia Social nos estudos culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.
 HALL, Calvin S.; LINDSAY, Gardner; CAMPBELL, Jonh B. **Teorias da Personalidade**. 4. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
 SKINNER, B.F. **Ciência e comportamento Humano**. São Paulo: Martins Fontes. 2007.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
SEMINÁRIO TEMÁTICO II	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Perspectivas teórico-metodológicas pós-estruturalista, compreensiva, fenomenológica e as correntes teóricas que derivam dessa raiz, destacando: método, categoriais teóricas centrais, principais representantes, análises teóricas da realidade social. O debate em torno da crise de paradigmas e da pós-modernidade.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
COHN, G; FERNANDES, F. Weber – Sociologia São Paulo: Editora Ática, 2001. (Cap. 3 e 4); FOUCAULT, M. Microfísica do poder . Rio de Janeiro: edições Graal, 1979. (Introdução e capítulo 1); BOURDIEU, P. Razões Práticas: sobre a teoria da ação . Rio de Janeiro: Papiros, 1997. (cap. 1); _____. O poder simbólico . Lisboa: Difel, 1989. (cap. II e III). SANTOS, B.de Souza. Um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pós-moderna. Estudos avançados , v.02, ano 2, São Paulo, 1988.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CARLI, R. Fenomenologia e questão social: limites de uma filosofia . Campinas, SP: Papel Social, 2013. (Coleção didática do serviço social) IANNI, O. A crise dos paradigmas na Sociologia: problemas de explicação. Disponível em: < www.anpocs.org.br/publicacoes/rbcs-00-13/rbcs13_05htm > Acesso em: 01 març.2020 GUERRA, Y. Modernidade: crise de “paradigmas” ou final do sonho? Disponível em:			

<www.ts.ucr.ac.cr> Acesso em: 01 març.2020

NETTO, J. P A controvérsia paradigmática nas ciências sociais. In: **Cadernos ABESS**, n.05, São Paulo, Cortez, 1992.

SANTOS, Jair Ferreira dos. **O que é pós-moderno**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

SCHUTZ, A. **Sobre fenomenologia e relações sociais**. RJ: Vozes, 2012

SIMIONATTO, I. Expressões ideo-culturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática. In: **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

WEBER, M. **Conceitos Sociológicos Fundamentais**. Lisboa: Edições 70, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
POLÍTICA SOCIAL II	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Política Social I	
EMENTA: A seguridade social na realidade brasileira: fundamentos, concepções, trajetória e tendências. Políticas setoriais: assistência social, saúde e previdência. Legislação, estrutura e financiamento das políticas setoriais. Gestão das políticas setoriais e seguridade social: descentralização, intersetorialidade, territorialidades, redes, e controle social. Reformas e Contrarreformas na Seguridade Social brasileira.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
SILVA, Ademir Alves da. A Gestão da seguridade social brasileira - entre a política pública e o mercado . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.			
BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social na América Latina após o dilúvio neoliberal. Observatório da cidadania , Rio de Janeiro, v. 11, p. 91-98, 2007. Disponível em: https://www.socialwatch.org/sites/default/files/pdf/en/panorbrasileiroc2007_bra.pdf . Acesso em: 09 jun. 2022.			
PAIM, Jairnilson Silva. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. Ciência & Saúde Coletiva , São Paulo, v. 23, n. 6, p. 1723-1728, jun. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/Qg7SJFjWPjvdQjvnRzxS6Mg/?lang=pt . Acesso em 09 jun. 2022.			
CARNEIRO, Annova Míriam Ferreira; ARAUJO, Cleonice Correia; ARAUJO, Maria do Socorro Sousa de Araujo. Política de Assistência Social no período 1988-2018: construção e desmonte. Ser Social . 44, jan.-jun. 2019			
ESTEVEES, Juliana Teixeira Esteves; GOMES, José Menezes Gomes. A contrarreforma da previdência, crise do capital e da previdência privada. Rev. Direito e Práx. , Rio de Janeiro, V. 11, N. 4, 2020, p. 2572-2608.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivonete. Política Social: fundamentos e história . 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.			
BOSCHETTI, Ivanete. Assistência Social no Brasil: um Direito entre a originalidade e conservadorismo . 2. ed. Brasília: Ivanete Boschetti, 2003. LOURENÇO, E. A. de S. Crise do Capital e o desmonte da Previdência Social no Brasil. Serviço Social e Sociedade , São Paulo, n.130, p.467-486, 2017.			
BRAVO, Maria Inês de Sousa. Serviço Social e Reforma Sanitária: lutas sociais e práticas profissionais . São Paulo: Cortez Editora: Editora da UFRJ, 1996.			



- COSTA, Gracyelle. **Trabalhadores negros na origem da política social brasileira**. Revista em Pauta, Rio de Janeiro, v. 18, n. 46, 2020.
- FARIAS, Pedro César Lima de. **A seguridade social no Brasil e os obstáculos institucionais à sua implementação**. Brasília: MARE/ENAP, 1997, p. 35 a 46. (Cadernos ENAP, n. 11)
- FLEURY, Sonia. O legado da Seguridade Social. In: FLEURY, Sonia. **Estado sem Cidadãos: seguridade social na América Latina**. Rio de Janeiro: FIOCRUX, 1994, p. 153-174.
- MENICUCCI, T.M.G. Política de saúde no Brasil: entraves para universalização e igualdade da assistência no contexto de um sistema dual. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº 87, 2006.
- MOTA, Ana E. **Cultura da Crise e Seguridade Social**. 6. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011
- MESA-LAGO, Carmelo. **As reformas de previdência na América Latina e seus impactos nos princípios de Seguridade Social**. Trad. da Secretaria de Políticas de Previdência Social. Brasília: Ministério da Previdência Social, 2006.
- MELO, M.F.; MELO, A.A.F.; KOHN, R. (orgs). **Epidemiologia da saúde mental no Brasil**. Porto Alegre: Artes médicas, 2007.
- COSTA, Nilson do R.; TUNDIS, Silvério A. (orgs). **Cidadania e loucura: políticas de saúde mental no Brasil**. 7. Ed. Petrópolis: Vozes, 2001
- COUTO Berenice Rojas; YAZBEK, M. C.; SLVA, M.O.S.; DEGENSZAJN, R. R. (orgs). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 2. Ed. São Paulo –SP: Cortez, 2011.
- POCHMANN, Márcio. Política social na periferia do capitalismo: a situação recente no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 6, p. 1477-1489, 2007
- SALVADOR, Evilásio. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.
- SILVA, Ademir Alves da. **A Gestão da seguridade social brasileira - entre a política pública e o mercado**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2009 (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 3)
- SPOSATI, Aldáiza. Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 23(7):2315-2325, 2018.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
DIREITOS SOCIAIS E CIDADANIA	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: A trajetória histórica de construção dos direitos humanos e garantias fundamentais da cidadania. A construção dos direitos no Brasil. A Constituição Federal e os direitos sociais. Os mecanismos de garantia dos direitos sociais. Direitos de grupos sociais vulneráveis e demandas para as políticas públicas e para o sistema de garantia de direitos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BELTRÃO, Jane Felipe; BRITO FILHO, Jose Claudio Monteiro de. GÓMEZ, Itziar; PAJARES, Emilio; PAREDES, Felipe; ZÚÑIGA, Yanira (Coordenadores). Direitos Humanos dos Grupos Vulneráveis . dhes. Rede Direitos Humanos e Educação Superior, 2014.			
BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos . Rio de Janeiro: Elsevier, 1992.			
CARVALHO, José Murilo de. 2005 (2001). Cidadania no Brasil – o longo caminho . 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.			
JUBILUT, Liliana Lyra, FRINHANI, Fernanda de Magalhães Dias; LOPES, Rachel de Oliveira			

(Organizadoras). **Direitos humanos e vulnerabilidade em políticas públicas** [e-book] -- Santos (SP): Editora Universitária Leopoldianum, 2017. 261 p.

SIMÕES, Carlos. **Os direitos sociais clássicos e universais** - O Estado Social e o Estado Democrático de Direitos. PUC/SÃO PAULO: 2012 (tese de doutorado).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Brasília: Senado Federal, 2017.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Senado Federal, 2017.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. Brasília: Senado Federal, 2017.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa Idosa**. Brasília: Senado Federal, 2017.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Lei 13.146/2015, Brasília: Senado Federal, 2015.

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial**. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, Brasília: Senado Federal, 2010.

BENDIX, Reinhard. **Construção Nacional e Cidadania**. São Paulo: EDUSP, 1996.

BOTELHO, / André; SCHWARCZ, Lilia Moritz [Orgs]. **Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos**, 1ª. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CREMONESE, Dejalma. **A Difícil Construção da Cidadania no Brasil**. Editora Unijuí, ano 5, n. 9, jan./jun., 2007, p. 59-84.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do Serviço Social**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA, Jessé. **A Construção Social da Subcidadania: para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003. (Coleção Origem) 207p.

HULLEN, Angélica Cristina Nagel. Cidadania e direitos sociais no Brasil: um longo percurso para o acesso aos direitos fundamentais. **Rev. secr. Trib.** perm. revis. Año 6, Nº 11; Abril 2018; pp. 213-227.

COSTA, Maria Izabel Sanches; IANNI, Aurea Maria Zöllner. **Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica** [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2018, 122p.

LIMA, Maria Eliene Lima; MENEZES JUNIOR, Antônio da Silva; BRZEZINSKI, Iria; RIBEIRO, Luiz Cesar Queiróz. Desafios da construção da cidadania na metrópole brasileira. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 525-544, set./dez. 2007.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL III	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	
EMENTA: Respostas ideopolíticas, teórico-metodológicas e técnicas do Serviço Social no Brasil, no período contemporâneo: do final da década de 1980 aos anos atuais. Recuperação da crítica reconceituada no contexto da redemocratização e da Constituição Federal de 1988. O redimensionamento da profissão ante as transformações societárias e a construção do projeto ético-político profissional. Pós-modernidade, neoconservadorismo e Serviço Social.			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABRAMIDES, Beatriz. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016.

IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS (Org.) **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 50. São Paulo, p.87 – 106.

SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo Pós-moderno e Serviço Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez. 2007.

SIMIONATTO, I. Expressões ideo-culturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática. In: CFESS (Org.) **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Desafios do projeto profissional de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 91. 2007.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo, Cortez, 2002.

BARROCO, Maria Lucia. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social e sociedade**. São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

CFESS (Org.), CRESS- 9ª. Região, ABEPSS, ENESS (Co-org.). **30 Anos do Congresso da Virada**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf>
Acesso em: 22 ago. 2021.

GUERRA, I. et al. **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas-SP: Papel Social, 2018. (capítulos 1 e 2).

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. S. P.: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 5ª edição, 2001.

KOIKE, Marieta. As novas exigências teóricas, metodológicas e operacionais da formação profissional na contemporaneidade. **Caderno de capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 2. Brasília: UNB, 1999, P. 101 – 118.

MOTA, Ana Elisabete. Crise capitalista e as transformações na produção capitalista. In: CFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

SANTOS, Jair Ferreira dos. **O que é pós-moderno**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

SILVA, Marcela Mary José da. **A materialização do projeto ético-político do Serviço Social**. Campinas: Papel Social, 2012.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.20, n.2, p. 293-306, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32934/21667> Acesso em 19 out. 2022.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
PROCESSO DE	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	

TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL II		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Processo de trabalho I
<p>EMENTA: O trabalho do Assistente Social em diferentes espaços sócio-ocupacionais: no âmbito das políticas públicas e no espaço sócio-ocupacional estatal/governamental (seguridade social: saúde, previdência social e assistência social; sociojurídico; educação; agrário e outros). Atribuições e competências. Instrumentos técnico-operativos, procedimentos e técnicas. Trabalho interdisciplinar e em redes sócio-institucionais. Experiências profissionais nas diversas políticas públicas.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>CFESS (Org.) Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.</p> <p>CFESS (Org.) O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no judiciário, no penitenciário e na previdência social. 4ªed. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>CFESS (Org.) Legislação e Resoluções sobre o trabalho do/a assistente social. Brasília: CFESS, 2011.</p> <p>LAVORATTI, Cleide Lavoratti; COSTA, Dorival (Org.). Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016.</p> <p>SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Orgs.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. 3ed. São Paulo: Cortez, 2017.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>BRAGA, L; CABRAL, M. do S. R. Serviço Social na Previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>CFESS (Org.). Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional. CFESS: Brasília (DF), 2022. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf Acesso em: 04 set. 2022.</p> <p>CFESS. Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social. CFESS: Brasília, 2009.</p> <p>CFESS. Parâmetros de atuação de Assistentes Sociais na saúde. CFESS: Brasília, 2010.</p> <p>CFESS. Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. CFESS: Brasília, 2010.</p> <p>CFESS. Atuação de assistentes sociais no Sociojurídico - subsídios para reflexão. CFESS: Brasília, 2014.</p> <p>CFESS. Atuação de assistentes sociais na Política Urbana - subsídios para reflexão. CFESS: Brasília, 2016.</p> <p>CFESS. Atribuições privativas do/a assistente social em questão. CFESS: Brasília, 2014.</p> <p>EURICO, Márcia Campos. Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2022.</p> <p>MARTINELLI, Maria Lúcia; KOUMROUYAN, Elza. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnicos operativos em Serviço Social. Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 45, 1994.</p> <p>MOTA, A. et al (Orgs.). Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. 3ed. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>SÁ, Jeanete L.M. Serviço Social e interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez Editora, 2019.</p> <p>VASCONCELOS, Eduardo. M. Serviço Social e interdisciplinaridade: o exemplo da saúde mental. In: _____ . Et al. (Org.). Saúde mental e serviço social: desafio da subjetividade e da</p>		

interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2010. P. 33-67.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
GESTÃO E PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇOS SOCIAIS	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h		
<p>EMENTA: Gestão de políticas públicas e de serviços sociais: tendências, modelos, níveis de competências, atribuições e instrumentos. Fundamentos teóricos, perspectivas metodológicas e instrumentos que formalizam o planejamento social. Processo de formulação de planos, programas e projetos sociais. As experiências de gestão e planejamento em diferentes políticas públicas e serviços sociais, destacando o trabalho profissional das/os assistentes sociais.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>BAPTISTA, Myriam Veras. Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras Editora. 2000.</p> <p>CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Gestão Social e trabalho social: desafios e percursos metodológicos. São Paulo: Cortez, 2014.</p> <p>SOUZA FILHO, Rodrigo de; GURGEL, Marcelo. Gestão Democrática e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2016.</p> <p>RAICHELIS, Raquel (org). Gestão Social Uma Questão em Debate. São Paulo: EDUC, 1999.</p> <p>RONCONI, Luciana Francisco de. Os Dilemas Gerenciais do Serviço Social. Santa Catarina: UFSC.</p> <p>LIMA, Luciana Leite; PAPI, Luciana Pazini (Orgs.). Planejamento e políticas públicas: intencionalidades, processos e resultados [recurso eletrônico]. Porto Alegre : Jacarta, 2020. 323 p. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/212555</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>ARMANI, DOMINGOS. Como elaborar projetos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.</p> <p>BONDER, Cíntia. O Assistente Social e planejamento participativo. Serviço Social e Sociedade nº 78, São Paulo: Cortez Editora, julho, 2004.</p> <p>FILGUEIRAS, Cristina. Gestão Estratégica de Programas Sociais. In: BRASIL. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/concepcao_gestao_protecao_social.pdf Acesso em: 29 set. 2022.</p> <p>CLDERON, Adolfo. Ignácio e CHAIA, V. Gestão municipal: descentralização e participação popular. São Paulo; Cortez editora, 2002.</p> <p>KISIL, Rosana. Elaboração de Projetos e propostas para as Organizações da sociedade civil. São Paulo: Editora Global, 2.ed. 2002.</p> <p>FISCHER, Tânia (Org.) Gestão Contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais. Rio de Janeiro: FGV, 1997.</p> <p>GANDIN, Danilo. A prática de planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos</p>			

e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

SOARES, Jose Arlindo e GONDIM, Linda. Novos modelos de gestão: lições que vêm do poder local. IN: SOARES, Jose A. e CACCIA-BAVA (Orgs). **Os desafios da gestão municipal democrática**. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. Atuação do Serviço Social no processo de gestão e avaliação de políticas e programas sociais. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís: UFMA, 2018.

SOUZA, Luiza Erundina de. Revolucionar a gestão da cidade: um grande desafio. In: SOUZA, Marcelo e RODRIGUES, Glauco (Orgs). **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Formulação, administração e execução de políticas públicas. CFESS/ABEPSS. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009 (Coletânea do Curso de Especialização lato sensu em Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. v. 1). Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/altineia.neves/planejamento-e-gestao-em-servico-social/teixeira-j-b-formulacao-administracao-e-execucao-de-politicas-publicas/view> Acesso em: 29 set. 2022.

TENORIO, Fernando G. elaboração de projetos comunitários In: TENÓRIO, F. (Org.) **Gestão comunitária: uma abordagem prática**. RJ: Editora FGV, 2008.

NETO, Alberto Bracagioli; GEHLEN, Ivaldo; OLIVEIRA, Valter Lúcio de (Orgs.). **Planejamento e gestão de projetos** [recurso eletrônico] coordenado pelo SEAD/UFRGS. – Dados eletrônicos. – 2. ed. rev. e ampl. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad200.pdf> Acesso em: 29 set. 2022.

SILVA, Christian Luiz da. (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2012.

WU, Xun.; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN Scott. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. traduzido por Ricardo Avelar de Souza. – Brasília: Enap, 2014, Cap.1.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
FUNDAMENTOS ÉTICOS E ÉTICA PROFISSIONAL	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h		
EMENTA: A questão da Ética, da Moral e de suas relações com a filosofia. As atuais reflexões éticas sobre a ciência e suas repercussões na sociedade. Ética e direitos humanos. Os fundamentos da dimensão ético-moral da vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção de um <i>ethos</i> profissional, o significado de seus valores e as implicações ético-políticas de seu trabalho. Os códigos de ética profissional na história do Serviço social brasileiro. O Projeto Ético-Político do Serviço Social. O debate teórico-filosófico sobre as questões éticas da atualidade. A organização política do Serviço Social.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos . 3. ed. SP, Cortez, 2005.			
BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena. CFESS, Conselho Federal de Serviço Social			



(Organizador). **Código de Ética Profissional do Assistente Social** (comentado), São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. **Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social**. Lei nº 8662, 07 junho de 1993.

BONETTI, Dilséa Adeodata *et al.* (Orgs.). **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez/Brasília: CFESS, 1996.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, 2011.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**, Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional, s.d. Disponível em: https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf. Acesso em 20 de outubro de 2020.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. **O projeto ético político do Serviço Social**. ABEPSS, s. d. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf. Acesso em 20 de outubro de 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Magali, S. **Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física**. In: CRESS. Conselho Regional de Serviço Social (Org.). **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados a atuação crítica de assistentes sociais**. Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

BOFF, Leonardo. **Ética e moral: a busca dos fundamentos**. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 2004.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e formação profissional em Serviço Social: do conservadorismo à emancipação**. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 325-334, set./dez. 2017.

CFESS. **Serviço Social a caminho do século XXI: o protagonismo do conjunto CFESS-CRESS**. **Serviço Social & Sociedade**, n. 50, São Paulo, Cortez, 1996, p. 172-190.

KOIKE, Maria Marieta dos Santos. **Notas sobre Ética Profissional do Assistente Social**. **Serviço Social & Sociedade**, n. 43, SP, Cortez, 1993, p. 142-154.

MATOS, Maurílio Castro de Matos. **Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade**, **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 678-698, out./dez. 2015.

MATOS, Maurílio Castro de. **Serviço Social, Ética e Saúde - reflexões para o exercício profissional**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
SOCIEDADE CIVIL E MOVIMENTOS SOCIAIS	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h		
EMENTA: Sociedade civil no Brasil contemporâneo. Abordagens teóricas na análise dos movimentos sociais: perspectivas clássicas e contemporâneas. Ações coletivas, Movimentos sociais, terceiro setor e redes de Movimentos sociais. Globalização e ciberativismo. Movimentos sociais e questões agrárias, urbana, rural, ambiental, de gênero e étnico-raciais. Experiências de movimentos sociais locais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate . Lua Nova . N.76, São Paulo: CEDEC, 2009, p.49-86.			

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil e democracia: um debate necessário**. São Paulo: Cortez, 2007.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2009, (Biblioteca Básica de Serviço Social – Vol. 5).

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Ana Maria Sallum (trad.) Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009. (coleção Sociologia)

VIANA, Masilene Rocha. Ativismo político na espaço-temporalidade da virtualização em rede. In: LIMA, A. J.; FERREIRA, M. D. M.; VIANA, M. R. **Políticas Públicas e cidadania: temas em debate**. EDUFPI, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVAREZ, Sonia E/ DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. (orgs) **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2000.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Os desafios da luta antirracista no Brasil**. Educação Pública, Cuiabá, v. 21, n.46, p. 319-330, mai/ago. 2012

COHEN, Jean. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. **Dados**.v. 46 n. 3, RJ, 2003.

DAGNINO, Evelina. (org) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana. (orgs.) **Democracia, Sociedade civil e Participação**. Chapecó: Argos, 2007.

_____. **Movimentos sociais e participação institucional: repertórios de ação coletiva e dinâmicas culturais na difícil construção da democracia brasileira**. (Para publicação na Revue Internationale de Politique Comparée. Número Especial sobre Répertoires d'acioncollective em Amérique Latine). [2011]

DOMINGUES, Petrônio José. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo, v.12, n.23, p.100-122, 2007.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; SOUZA, Alessandra Ribeiro de; SILVA, Karina Nogueira. Sociedade civil e movimentos sociais: debate teórico e ação prático-política. **Katálysis**, v.12 n.1 Florianópolis: EDUFSC, jan.jun.2009, p. 13-22.

GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. **Crítica Marxista**. N. 32. São Paulo: EDUNESP, 2011.

LAVALLE, Adrián Gurza; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata Mirándola. Quando novos atores saem de cena. Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. **Política e Sociedade**, Florianópolis: Ed.UFSC, Cidade Futura, n.05, out.2004, p.37-55.

MEDEIROS, Antônio José. Movimentos sociais. In: SANTANA, Raimundo N. M. de (org). **Piauí: Formação, Desenvolvimento, Perspectivas**. Teresina: FUNDAPI, 1995, p.159-184.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória ? **Caderno CRH**. Salvador: v.21, n.54, 2008. P. 505-517

_____. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina. **Ciencias Sociais Unisinos**, São Leopoldo v.46, n.1, p. 18-27 jan,abr. 2010.

VIANA, Masilene Rocha. Lutas sociais e redes de movimentos no final do século XX. **Serviço Social & Sociedade** n.64, Cortez, 2000, p.34-56.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
POLÍTICA SOCIAL III	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	

4.0.0	60h	Política Social I
<p>EMENTA: Políticas setoriais no quadro da política social brasileira: educação, habitação e trabalho/renda. Fundamentos, legislação, estrutura, financiamento, gestão, controle social, contrarreforma, privatização e publicização.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>		
<p>PANDORFI, Aline Fardin. Reflexões críticas sobre as Políticas de Geração de Trabalho e Renda no Brasil. Temporalis, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015</p> <p>SILVA, Maria Ozanira da S.; YAZBEK, Maria C. (orgs). Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo. São Paulo- SP: Cortez; São Luiz-MA: FAPEMA, 2006.</p> <p>FREITAS, Isabel Maria Sabino de; VIEIRA, Sofia Lerche. Política educacional no Brasil: introdução histórica. Brasília: Plano, 2003. 188 p.</p> <p>MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. A Questão Habitacional no Brasil. Mercator, Fortaleza, v. 16, e16015, 2017.</p> <p>SOUZA, Ângelo Ricardo de; GOUVEIA, Andréa Barbosa; TAVARES, Taís Moura. Políticas Educacionais: conceitos e debates. 3. ed. Curitiba: Appris, 2016, 209p.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>		
<p>BARBOSA, Rosângela N de C. A economia solidária como política pública, uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007</p> <p>CARDOSO, Adauto Lucio. Habitação Social nas Metrôpoles Brasileiras. Uma Avaliação das Políticas Habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Porto Alegre: ANTAC, 2007.</p> <p>CAMPOS, Edival B. et all. Subsídios para o debate sobre Serviço Social na educação. 1. Ed. Brasília: CFESS, 2013</p> <p>FAVARETO, A.S. A longa evolução da relação rural-urbano. Para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural. RURIS. Revista do Centro de Estudos Rurais. Vol 1. Nº1. Campinas: Universidade Estadual de Campinas/IFCH, 2007, pp. 157-192.</p> <p>FREIRE, Lúcia M. B.; FREIRE, Silene de Moraes; CASTRO, Alba T. B. de. (orgs). Serviço Social, Política Social e Trabalho, desafios e perspectivas para o século XXI. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2006</p> <p>FRIGOTTO, G. Educação e a crise do capitalismo. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2000</p> <p>GROSSI, Esther P; BORDIN, Jussara. Paixão de aprender. Petrópolis-RJ: Vozes, 1993.</p> <p>HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.</p> <p>KRAYCHETE, Gabrile; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (orgs). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis - RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000</p> <p>PANDORFI, Aline Fardin. Reflexões críticas sobre as Políticas de Geração de Trabalho e Renda no Brasil. Temporalis, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015</p> <p>MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.</p> <p>MARICATO, E. Impasse da política urbana no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.</p> <p>MOREIRA, Roberto J.; BRUNO, Regina. (Orgs). Dimensões rurais de políticas brasileiras. Rio de Janeiro/Seropédica: Mauad X/Edur, 2010. 182p.</p> <p>MOTA, Leonardo de Araujo; OLIVEIRA, Maynne Santos de Oliveira. POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO NO BRASIL: reflexões entre a Era Vargas e o Neoliberalismo. Revista Foco. V.8, nº 2, ago./dez. 2015.</p> <p>BALL, Stephen J; MAINARDES, Jefferson (Orgs). Políticas Educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2018, 288p.</p> <p>NICÉSIO, Guilherme Alves de Lima; ALMEIDA, Marcia Bastos de; CONCEIÇÃO, Lucy Mara da.</p>		

Políticas públicas na educação básica. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2015, 208p. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/cm-cls-content/201502/INTERATIVAS_2_0/POLITICAS_PUBLICAS_NA_EDUCACAO_BASICA/U1/LIVRO_UNICO.pdf. Acesso em: 28 set. 2022

RIBEIRO, Luiz César Q. (Org.); SANTOS JÚNIOR, O. A. (Org.). **As Metrôpoles e a Questão Social Brasileira**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007. 340p.

WANDERLEY, M.N.B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: UFRGS, 2009.

FARAGE, Eblin; HELFREICH, Francine; RAMOS, Isabel Cardoso. **Questão urbana, direito à cidade e o serviço social** In: Adriana et al. (Orgs.) **Desenvolvimento, formação social brasileira e políticas públicas: subsídios analíticos para o Serviço Social.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

ROCHA, Roseli. F. **A Questão Étnico-racial e as Políticas de Ação Afirmativa: contribuição para o debate no Serviço Social.** In: Anais - XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - 06 a 10 de dezembro de 2010.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL III	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	Departamento de Serviço Social
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	Processo de trabalho I	
EMENTA: O trabalho do Assistente Social no âmbito privado e no terceiro setor: empresas, ONGs, fundações, conselhos, movimentos sociais, associações e outros. Uso de instrumentos e técnicas: observação, entrevista, laudo, parecer, relatórios e outros. Assessoria e Consultoria. O trabalho profissional com diversos segmentos sociais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
AMARAL, Ângela S; CESAR, Mônica O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas. In: CFESS (Org.) Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.			
BRAVO, Maria Inês S.; MATOS, Maurílio C. de (Orgs). A assessoria, consultoria e Serviço Social. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.			
CARDOSO, Maria de Fátima M. Reflexões sobre Instrumentais em Serviço Social: Observação sensível, entrevista, relatório, visitas e teorias de base no processo de intervenção social. SP:LCTE Editora, 2008.			
SANTOS, Vera N. Terceiro Setor no Serviço Social. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, 91, 2007.			
TAVARES, Maria Augusta. Trabalho e demandas sociais na reestruturação do capital: o serviço social entre a prática e a realidade. Tavares. Revista Temporalis. Brasília, ABEPSS, 11, 2008.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
AZEVEDO, Fernanda Caldas de. Consultoria empresarial de Serviço Social: expressões da precarização e da terceirização profissional. Serviço Social e Sociedade , n. 118. São Paulo: Cortez, 2014.			
CÉSAR, Maria de Jesus. A experiência do Serviço Social nas empresas. Capacitação em Serviço social , modulo (2). Brasília: CEAD, 1999.			
EURICO, Márcia Campos. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o			

trabalho do assistente social. Serviço Social & Sociedade [online]. 2018, n. 133

FREIRE, Lúcia M. B. Trajetória do Serviço Social em grandes empresas e instituições especializadas em saúde do trabalhador no Rio de Janeiro. In: FREIRE, Lúcia M. B. **O Serviço Social na reestruturação produtiva.** São Paulo: Cortez, 2003.

JUNQUEIRA, L. A. P. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade.** São Paulo: USP, 2004. v. 13, n. 1.

KAMEYANA, Nobuco; NOGUEIRA, Cleonice L. As tendências da gestão da força de trabalho nas empresas brasileiras, **Temporalis**, Brasília, ABEPSS, 6, 2002.

MACHADO, Graziela S. O Serviço Social nas ONGs no campo da saúde: projetos societários em disputa. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, 102, 2010.

MAGALHÃES, Selma M. **Avaliação e linguagem:** relatórios, laudos e pareceres. São Paulo: Veras; Lisboa: CPIHTS, 2003.

MIOTO, Regina C. T. Orientação e acompanhamento social a indivíduo, grupos e famílias. In: CFESS, **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p.497-512.

MOREIRA, C.F.N. **O trabalho com grupos em serviço social.** A dinâmica do grupo como estratégia para reflexão crítica. 5ed. São Paulo: Cortez, 2019.

MOTA, Ana Elizabete (org.). **A nova fábrica de consensos:** ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social. São Paulo: Cortez, 2008.

WANDERLEY, Luís. E. Uma proposta inovadora: o público não-estatal. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, 86, 2006.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
PESQUISA SOCIAL I	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h		
EMENTA: A pesquisa na produção do conhecimento científico. A questão do método na ciência e o processo de conhecimento nas Ciências Humanas. A particularidade da pesquisa nas ciências sociais e no Serviço Social. Fundamentos teórico-metodológicos e sua apropriação pelo Serviço Social. Ética e Pesquisa Social. Abordagens qualitativas e quantitativas na Pesquisa Social. Linhas de Pesquisa do DSS.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
APPOLINÁRIO, Fábio. Metodologia da Ciência: filosofia e prática da Pesquisa. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.			
DEMO, Pedro. Introdução à Metodologia da ciência. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008 (Biblioteca Tempo universitário 96)			
DURKHEIM, Émile. As Regras do Método Sociológico. São Paulo: Martin Claret, 2003			
NETTO, José Paulo. Introdução ao método na teoria social. In: Conselho Federal de Serviço Social. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Direitos Sociais e Competências Profissionais. 2009. v.1. p. 667-700.			
SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez, 2005.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BAPTISTA, Myrian Veras. A investigação em serviço social. SP: Veras Editora, 2005.			
CHALTON, Nicola; MacARDLE, Meredith. História da Ciência para quem tem pressa: de Galileu a			

Stephen Hawking. 4.ed. Rio de Janeiro: Valentina, 2018.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

HUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2000 (debates ciência).

MATALLO, Heitor. Mito, metafísica, ciência e verdade. In: MINAYO, Maria Cecília de Carvalho (Org.). **Construindo o saber-metodologia científica: fundamentos e técnicas**. 2. Ed. Campinas, Papirus, 1989, p.29 – 38.

MAY, T. Teoria social e pesquisa social. In: **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3. Ed. Porto Alegre, Artmed, 2004. P. 43-60.

MORAES, Carlos Antonio de Souza. Pesquisa em Serviço Social: concepções e críticas. **Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 390-399, set./dez. 2017.

SILVA, José Fernando Siqueira; SILVA, Maria Izabel. Pesquisa e Serviço Social: contribuições à crítica. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 14, n. 2, p. 238 - 252, ago./dez. 2015.

SETUBAL, Aglair. **Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade**, São Paulo, Cortez, 1995

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS SOCIAIS	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h		
EMENTA: Avaliação de políticas públicas: panorama histórico, enfoques teórico-metodológicos e tipologias de avaliação de políticas públicas. Monitoramento de políticas públicas, construção e análise de indicadores sociais. A experiência brasileira de monitoramento e avaliação, destacando o trabalho profissional das/os assistentes sociais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
RICO, Elizabeth Melo. (Org.). Avaliação de Políticas Sociais: Uma questão em debate . 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2001.			
BARREIRA, Maria Cecília; CARVALHO, Maria do Carmo. (Orgs.) Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais . São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.			
GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. Avaliação de Políticas sociais e cidadania: pela ultrapassagem do modelo funcionalista clássico. In: SILVA e SILVA, Maria Ozanira da (Org.). Avaliação de políticas e programas sociais . São Paulo: Veras Editora, 2001. p.17-37.			
JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações . Campinas: Alínea, 2001.			
SILVA, Maria Ozanira da Silva e (coord.) Pesquisa Avaliativa: aspectos teórico-metodológicos . 2ª ed. São Paulo: Veras; São Luís, MA. Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza, 2013.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ARMANI, Domingos. Indicadores e sistema de monitoramento e avaliação. In: ARMANI, Domingos. Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais . Porto alegre: Tomo Editorial, 2001, p.58-73.			
BELLONI, Isaura <i>et al.</i> Metodologia de avaliação em Políticas Públicas: uma experiência em			

educação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília-DF: CFESS/ABEPSS.2009, p.575-591.

COHEN, Ernesto. Tipos de Avaliação. In: COHEN, Ernesto. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes. 1994, p. 108-117.

EDUARDO, Marino. **Manual de avaliação de projetos sociais**. 2. ed. São Paulo: Saraiva: Instituto Ayrton Senna, 2003.

FARIA, Regina M. Avaliação de Programas sociais: evoluções e tendências. In: RICO, Elizabeth de M (Orgs). **Avaliação de Políticas sociais: uma questão em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2001, p.41-49.

FONSECA, Ana Maria Medeiros da. O programa de renda Familiar mínima do município de Campinas: questões metodológicas sobre o estudo com famílias. In: RICO: Elizabeth de Melo. (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 2001, p.131-154.

ROCHE, Chris. **Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs: aprendendo a valorizar as mudanças**. Edição adaptada para o Brasil. ABONG: tradução e interpretação simultânea e escrita. 2.ed. São Paulo: Cortez editora; ABONG: OXFORD, Inglaterra: OXFAM, 2002.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira et al. Avaliação de programa da política social: avaliação do programa creche manutenção. In: SILVA E SILVA, Maria Ozanira. (Org.). **Avaliação de políticas e programas Sociais: teoria e prática**. S.P.: Veras Editora, 2001, p. 98- 144.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira et al. O Bolsa família como mediação da unificação dos programas de transferência de renda: resultados de um estudo empírico no maranhão e no Piauí. In: SILVA e SILVA (Org.). **O Bolsa família no enfrentamento à pobreza no maranhão e Piauí**. São Paulo: Cortez; Teresina: Editora Gráfica da UFPI; São Luís: EDUFMA. 2008, p.104- 142.

SOUZA FILHO, Rodrigo de; GURGEL, Claudio. **Gestão democrática e serviço social: princípios e propostas para a intervenção crítica**. São Paulo: Cortez, 2016 (Coleção biblioteca básica de serviço social, v.7).

SULBRANDT, Jose. La evaluación de los programas sociales: una perspectiva crítica de los modelos usuales. IN: KLIKSBURG, Bernardo. **Pobreza: un tema impostergable**. México: Fondo de Cultura económica. 1993.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Avaliação Final. In: TENÓRIO, Fernando G. (Coord.) **Avaliação de projetos Comunitários: abordagem prática** Edições Loyola, São Paulo.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
DIVERSIDADE E DESIGUALDADES DE GÊNERO, RAÇA-ETNIA E CLASSE	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h		
EMENTA: Aportes teórico-metodológicos da diversidade e desigualdades no contexto da articulação das relações sociais de gênero, classe e raça/etnia na sociedade brasileira que incidem na organização doméstico-familiar, no mundo do trabalho, na constituição de sujeitos políticos e demais dimensões das sociabilidades. Serviço Social e relações de exploração/ opressão de gênero, feminismo, raça/etnia e sexualidades.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2019.			



CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: Synergia Ed., 2011.
 CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana M. Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018. (Biblioteca básica de serviço social; v.8).
 FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. Ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1.
 SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABEPSS. **Revista Temporalis**. Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades. v. 14, n. 27, 2014.
 BOZON, Michel. **Sociologia da sexualidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. Capítulo 5 – Nova formulação das relações entre homens e mulheres na sexualidade contemporânea p. 81-92.
 ELPIDIO, M. H et al (Orgs). **Desafios para o serviço social na luta antirracista: questão étnico-racial em debate**. Annablume Editora, 2021.
 EURICO, M et al (orgs). **Questão racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos**. Campinas, SP: Editora Papel Social, 2022.
 HEILBORN, Maria Luiza (Org). **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
 HIRATA, Helena; MARUANI, Margareth. (Orgs.). **As novas fronteiras da desigualdade: Homens e mulheres no mercado de trabalho**, São Paulo: Senac, 2003
 LOYOLA, Maria Andréa. A sexualidade como objeto de estudo das ciências humanas. In: OLIVEIRA, Pedro Paulo. Discursos sobre a Masculinidade. **Revistas Estudos Feministas**. IFCS/UFRJ, Vol. 6 N. 1, 1998. P. 91-112.
 GUIMARÃES. Antonio Sergio. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo: 1999.
 MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.
 NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.
 O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 268p.
 SARTI, Cynthia Andersen. A sedução da igualdade: trabalho, gênero e classe. In: SCHPUN, Mônica Raisa (Org.). **Gênero sem fronteiras: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero**. Florianópolis: Mulheres, 1997.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL I	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.0.15	225h	Processo de Trabalho do Serviço Social III; Fundamentos éticos e ética profissional; Gestão e planejamento de políticas públicas e serviços sociais	
EMENTA: Inserção do aluno no campo de estágio. Observação e aprendizado do exercício profissional na perspectiva das três dimensões (técnico-operativo, ético-política e teórico-metodológica) no contexto institucional. Compreensão da realidade institucional e profissional. Elaboração de Plano de Estágio, Análise institucional, Projeto de Intervenção e Relatório a ser desenvolvido no campo de estágio.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			

BAPTISTA, Myriam Veras. **Planejamento**: introdução à metodologia do planejamento social. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

CFESS. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. Brasília: CFESS, 2012.

COUTO, Berenice Rojas. Formulação de projeto de trabalho profissional. In: CFESS/ABEPSS (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 651-666

SANTOS, C. M.; BACKX, S; GUERRA, Y (ORGS). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Bibliografia complementar específica de cada política pública / campo de estágio.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
SEMINÁRIO DE PRÁTICA I	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.2.0	30h	Co-requisito com estágio obrigatório em Serviço Social I	
<p>EMENTA: O Estágio na formação profissional do Assistente Social. Legislação de Estágio Supervisionado e Normas Técnicas relativas ao Exercício Profissional aplicadas ao campo de Estágio. As expressões da questão social nos diferentes campos de Estágio. O trabalho intersetorial e interprofissional.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>ABEPSS. Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. 2009. Disponível em: <http://www.abepss.org.br> Acesso em: 02 out. 2021.</p> <p>CFESS. Legislação e resoluções sobre o trabalho do/a assistente social. Brasília: CFESS, 2011.</p> <p>LEWGOY, A. M. B. Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.</p> <p>MONERAT, Giselle et al (Org.) A intersetorialidade na agenda das políticas sociais. Campinas: Papel social, 2014.</p> <p>YASBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. Temporalis, Brasília: ABEPSS, ano II, n. 3, jan./jun. 2001.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>ABEPSS. Diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social. Disponível em: <http://www.abepss.org.br> Acesso em: 02 out. 2021.</p> <p>BRASIL. Lei de Estágio nº 11.788, de 25/09/2008, Brasília (DF), 2008.</p> <p>CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. Resolução nº. 533, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social.</p> <p>LIMA, Antônia Jesuíta. As multifaces da pobreza: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos. Teresina: Halley, 2003.</p> <p>GUIRALDELLI, Reginaldo; ENGLER, Helen B. R. As categorias gênero e raça/etnia como evidências da questão social: uma reflexão no âmbito do serviço social. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 17, n. 1, p. 248-267, 2008</p> <p>SANTOS, Josiane Soares. “Questão social”: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>PASTORINI, Alejandra. A categoria “questão social” em debate. São Paulo: Cortez, 2010.</p>			

ROSA, Lucia et al. Experiência de estágio obrigatório como primeiro contato com o mercado de trabalho do serviço social – orientações básicas. In: ROSA, Lucia et al (Orgs.). **A saúde mental sob o prisma acadêmico: a experiência em serviço social da UFPI na docência, nos estágios e em produção de conhecimento.** Teresina: EDUFPI, 2011, p.13-29.

SOUZA, H. J. **Como se faz análise de conjuntura.** 27ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL I	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.1.0	15h	Co-requisito com Estágio Obrigatório em Serviço Social I	
EMENTA: Instrumentalidade do Serviço Social no Estágio Supervisionado I. A dimensão investigativa do exercício profissional no estágio. Instrumentos, técnicas e documentação no Estágio Supervisionado I. A supervisão de estágio como atribuição privativa do assistente social.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CAPUTI, Lesliane. Supervisão de estágio em Serviço Social. Campinas: Papel social, 2021.			
CFESS. Resolução CFESS nº 533 , de 29 de setembro de 2008. Ementa: Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social.			
GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS. Serviço Social: direitos e competências profissionais. CFESS; ABEPSS, 2009.			
MATOS, Maurílio de Castro. Comentários sobre o registro do trabalho do serviço social na área da saúde. In: MATOS, Maurílio de Castro. Serviço social, ética e saúde: reflexões para o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2013, p. 109 -140.			
ORTIZ, Fátima da Silva Grave. A política nacional de estágio e a supervisão direta: avanços e desafios. Temporalis , Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 203-219, jan./jun. 2014.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BURIOLLA, Marta A. F. Supervisão em Serviço Social – O Supervisor; sua relação e seus papéis. São Paulo: Cortez, 1996.			
EURICO, Márcia Campos. Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2022.			
GARRETT, A. A entrevista, seus princípios e métodos. 10 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1991.			
LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.			
LIMA, Telma C. S.; MIOTO, Regina C. T.; DAL PRÁ, Keli R. A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 6, n.1, p.93-104, 2007. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1048 Acesso em 21 set. 2022.			
MARCONSIN, Cleier. Documentação em Serviço Social: debatendo a concepção burocrática e rotineira. In: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda (orgs.). Serviço Social: temas, textos e contextos. 5. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. p. 99-112.			
MESQUISTA, Andréa P.; GUERRA, Yolanda.; GONÇALVES, André de M. (Orgs.). Dicionário			

Crítico: Estágio Supervisionado em Serviço Social. Fortaleza: Editora Socialis, 2019
 MIOTO, R. C. de T. Estudos socioeconômicos. In: CFESS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MOREIRA, C.F.N. **O trabalho com grupos em serviço social.** A dinâmica do grupo como estratégia para reflexão crítica. 5ed. São Paulo: Cortez, 2019.

PEREIRA, Sofia Laurentino B.; COSTA, Teresa Cristina Moura; VILARINHO, Lúcia da Silva (Org.) **O estágio supervisionado em Serviço Social no Piauí : saberes e experiências.** Teresina : EDUFPI, 2023.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra?:** mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no serviço social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SOUSA, Charles Toniolo de. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação,** Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
PESQUISA SOCIAL II	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Pesquisa social I	
EMENTA: O projeto de pesquisa: justificativa, definição e delimitação de objeto, objetivos, referencial teórico, metodologia, cronograma e referências. As fases de uma pesquisa (planejamento, execução, análise e interpretação dos dados). Procedimentos científicos que orientam a pesquisa social. Instrumentos e técnicas de pesquisa. Natureza das Fontes. Amostragem. Sistematização e análise dos dados: instrumentais técnicos e analíticos. O relatório e a devolutiva da pesquisa aos participantes. Definição de temática para abordagem na disciplina de Pesquisa Social II.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ALVES, Alda J. A “Revisão da Bibliografia” em Teses e Dissertações: meus tipos inesquecíveis, Cadernos de Pesquisa. SP, 1992.			
GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.			
GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In. MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 67-80.			
MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio do Conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde. 3.ed. São Paulo, Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994.			
VIANA, Masilene Rocha. A construção do Projeto de Pesquisa. (texto elaborado para ensino)			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BARTIER, R. A pesquisa-ação. Brasília: Plano Editora, 2002.			
BAUER, M. W.; GASKELL, G. (orgs.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Petrópolis: Vozes, 2003, pp. 137-155			
BOOTH, Wayne C. et al. A Arte da Pesquisa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.			
BRANDÃO, C. R. (org.). Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1986.			
FLICK, Uwe. Uma introdução à pesquisa qualitativa. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.			

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1994.

LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean. **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Editora UFMG; Porto Alegre: Artmed, 1999

LUNA, Sérgio V. **Planejamento de Pesquisa.** São Paulo: EDUC, 1998.

MINAYO, M. Cecília de S. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
SEMINÁRIO DE PRÁTICA II	NOVO CÓDIGO	Obrigatório	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.2.0	30h	Co-requisito com Estágio Obrigatório em Serviço Social II	
EMENTA: Aprofundamento temático dos objetos dos projetos de intervenção. As estratégias político institucionais frente ao objeto de intervenção. A experiência do Estágio como exercício de iniciativa e construção de autonomia profissional. Problematização do exercício profissional em face do Projeto Ético-Político do Serviço Social.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BUENO, Nayara; CARLOTO, Cassia. Avaliação e monitoramento da política de assistência social: uma proposta em construção. R. Katál. , Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 13-21, jan./jun. 2015			
FALEIROS, Vicente de P. O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 120, p. 706-722, out./dez. 2014			
TELLES, V.S. Direitos sociais, afinal do que se trata? BH: Ed. UFMG, 1999.			
VASCONCELOS, A. M. O trabalho do assistente social e o projeto hegemônico no debate profissional. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, Módulo 4. Brasília, CFESS/Abepss/Cead/UnB, 2000.			
YAZBEK, Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. Serv. Soc. Soc. , São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CFESS. Legislação e resoluções sobre o trabalho do/a assistente social. Brasília: CFESS, 2011.			
COHEN, E; ROLANDO, F. Avaliação de projetos sociais. Petrópolis: Vozes, 1993.			
FALEIROS. Vicente de P. Saber profissional e poder institucional. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.			
MATOS, Maurílio C. de. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. Serv. Soc. Soc. , São Paulo, n. 124, p. 678-698, dez. 2015. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000400678&lng=pt&nrm=iso >. Acesso em: 21 set. 2022.			
NETTO, José Paulo. A crítica da vida cotidiana. In: _____; CARVALHO, M. C. B. Cotidiano:			

conhecimento e crítica. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Ociana; RAICHELIS, Raquel. O assédio moral nas relações de trabalho do(a) assistente social: uma questão emergente. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 123, p. 582-603, jul./set. 2015

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL II	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.1.0	15h	Co-requisito com estágio obrigatório em serviço social II	
EMENTA: Instrumentalidade do Serviço Social no Estágio Supervisionado II. Instrumentos, técnicas e documentação no Estágio Supervisionado II. A supervisão acadêmica e de campo: acompanhamento e avaliação das ações do projeto de intervenção e do estágio em Serviço Social.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CARVALHO, Maria C. B. (Orgs.). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais . São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.			
FERNANDAS, Neide. Sigilo e ética do/a assistente social . São Paulo: Cortez, 2018.			
GUERRA, Yolanda; BRAGA, Maria Elisa. Supervisão em serviço social. In: CFESS (Org.) Serviço Social: direitos sociais e Competências Profissionais . Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009.			
MIOTO, Regina Célia T.; NOGUEIRA, Vera Maria R. Sistematização, Planejamento e Avaliação das Ações dos Assistentes Sociais no Campo da Saúde. In: MOTA, Ana E. et al (Orgs). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional . São Paulo: Cortez, 2009.			
JANNUZZI, Paulo. Indicadores sociais no Brasil . Campinas: Ed. Aliena, 2001.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
FURTADO, Juarez Pereira. Avaliação de programas e serviços, introduzindo alguns conceitos. In: GASTÃO, W. S. C. et al. Tratado de Saúde Coletiva . São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 715-739.			
JOAZEIRO, Edna M. Goulart. Estágio Supervisionado: experiência e conhecimento . São Paulo: ESETEC, 2011.			
MAGALHÃES, Sema Marques. Avaliação e linguagem: relatórios, laudos e pareceres . 4. ed. rev. São Paulo: Veras Editora, 2016.			
MIOTO, R. C. T; LIMA, T. C. S. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. Textos e Contextos , Porto Alegre, v. 8, n. 1. 2009.			
MOREIRA, T. W. F.; SANTOS, P. M. S. Estágio em Serviço Social, combate ao racismo e trabalho com famílias: uma experiência antirracista no contexto do trabalho no CRAS . Serviço Social em Perspectiva, v. 4, n. 1, 2020.			
PEREIRA, Sofia Laurentino B.; COSTA, Teresa Cristina Moura; VILARINHO, Lúcia da Silva (Org.) O estágio supervisionado em Serviço Social no Piauí : saberes e experiências . Teresina : EDUFPI, 2023.			

SIMÕES. C. **Curso de Direito do Serviço Social**, 7ª ed, Cortez: São Paulo, 2014

VASCONCELOS, Iana. Dilemas e desafios do estágio Curricular em Serviço Social: Expressão dos (Des) encontros entre a formação profissional e o mercado de trabalho. **Temporalis**, Brasília, ano IX, n.17, 2009

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL II	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.0.15	225h	Estágio supervisionado obrigatório em serviço social I	
EMENTA: Implementação/execução do projeto de intervenção. Sistematização, monitoramento e avaliação do projeto de intervenção e do estágio supervisionado. Elaboração do relatório final de estágio.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BAPTISTA, Myriam Veras. Planejamento: introdução à metodologia do planejamento social. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.			
BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS (Org.) Serviço Social: direitos sociais e Competências Profissionais . Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009.			
SILVA; Maria Ozanira da S. (Org). Avaliação de Políticas e Programas Sociais: teoria e prática. São Paulo: Veras Editora, 2001.			
TEIXEIRA, Josefina B. Formulação, Administração e Execução de Políticas Públicas. In: CFESS (Org.) Serviço Social: direitos sociais e Competências Profissionais . Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009. p.553-573.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
Bibliografia complementar específica de cada política pública / campo de estágio.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
PESQUISA SOCIAL III	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
1.3.1	75h	Pesquisa social II	
EMENTA: Elaboração de projeto de pesquisa sobre tema relacionado à questão social e/ou à profissão de Serviço Social, provenientes de experiência de campo de estágio ou associadas às áreas de estudo consolidadas pelos/as professores/as do DSS. Teste dos instrumentos de coleta de informações adotados no projeto. Submissão do projeto ao comitê de ética em Pesquisa (caso aborde seres humanos).			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
COLOMBO, E. Descrever o social: a arte de escrever a pesquisa empírica. In: MELUCCI, Alberto. Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura . Petrópolis: Vozes, 2005. P. 265-288.
DINIZ, Debora <i>et al</i> (orgs). Ética em pesquisa: temas globais . Brasília: Ministério da Saúde, 2008.
GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade . 23. Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: métodos e técnicas . 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social . São Paulo: Veras Editora; Ponta Grossa-PR: Editora UEPG, 2008. 232 p.
CARUZO, Igor. Definição do problema. In. A separação dos amantes: uma fenomenologia da morte . 5. Ed. São Paulo: Cortez, 1989. P. 11-18.
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução CNS N° 466 , de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: < http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf > Acessado em: 15/09/13.
QUEIROZ, Maria Isaura P. de. O pesquisador, o problema de pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. Reflexões sobre a pesquisa sociológica. São Paulo: Cadernos CERU , (03), 1992.
ZALUAR, A. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, R. (org.). A aventura antropológica . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
Obs: A bibliografia específica à abordagem do problema de pesquisa focado por cada projeto será apontada pelo/a aluno/a.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
1.10.2	195h	Pesquisa Social III	
EMENTA: Realização de Pesquisa de campo com produção, análise e interpretação dos dados. Elaboração de trabalho monográfico desenvolvido a partir do projeto formulado em Pesquisa Social III.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BECKER, Howard. S. Segredos e truques da pesquisa . Rio de Janeiro: Zahar, 2007.			
CORTES, S. M. V. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. Pesquisa Social Empírica – Métodos e Técnicas. Cadernos de Sociologia , nº 9. IFCH/PPGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul: s/d. p. 11-47.			
MINAYO. Maria Cecília de Souza. O Desafio do Conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde . 3.ed. São Paulo, Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994.			
NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In. MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade . 23. ed Petrópolis: Vozes: 2004, p. 51-66.			
QUEIROZ, Maria Isaura P. de. O pesquisador, o problema de pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. Reflexões sobre a pesquisa sociológica. São Paulo: Cadernos CERU , (03), 1992.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ALVES, Alda J. A “Revisão da Bibliografia” em Teses e Dissertações: meus tipos inesquecíveis.			

Cadernos de Pesquisa. São Paulo: maio de 1992. p. 53-60.

BARROS, Aidil de J.P. e LEHFELD Neide A. de S. Coleta de Dados. In. **Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas.** 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1990. p. 70-85.

_____. Análise de Dados. In. BARROS, Aidil de J.P. e LEHFELD Neide A. de S. **Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas.** 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1990. p. 86-100.

_____. Relatório de Pesquisa. In. BARROS, Aidil de J.P. e LEHFELD Neide A. de S. **Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas.** 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 1990. p. 101-111.

BEAUD, M. **A arte da tese:** como redigir uma tese de mestrado ou de doutorado, uma monografia ou qualquer outro trabalho universitário. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

KIDDER, Louise. (Org.) **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais:** análise de resultados. São Paulo: E.P.U., 1987, vol 3, p. 17-33; 35-54.

MINAYO. Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 13. ed., Petrópolis, Vozes, 1999. p. 9-21.

WHITAKER, D. et al. A questão do registro e da memória do pesquisador. In: **Sociologia rural:** questões metodológicas emergentes. São Paulo: Letras à margem, 2002, p. 121-168.

ZALUAR, Alba. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In. CARDOSO, Ruth. (Org.) **A aventura antropológica:** teoria e prática. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 107-125.

Obs: A bibliografia específica à abordagem do problema de pesquisa focado por cada projeto será apontada pelo/a aluno/a.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE JUVENTUDE	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: A condição juvenil e suas interfaces: etária, gênero, raça/etnia, geracional. Diversidade juvenil, particularidades socioculturais e territoriais. Políticas Públicas de juventudes no Brasil: diretrizes, estrutura, materialidades e intersetorialidades.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ABRAMO Helena W. e BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2005. 447 p.			
ABRAMOVAY, M. et al. Trajetórias/práticas juvenis em tempos de pandemia de covid 19. [livro eletrônico] / organização Miriam Abramovay... [et al.]. -- 1. ed. -- Brasília, DF: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2022. PDF.			
CACCIA-BAVA, Augusto e COSTA, Dora Isabel Paiva da. O lugar dos jovens na história brasileira. In: CACCIA-BAVA, Augusto, PÂMPOLS, Carlos Feixa e CANGAS, Yanko Gonzáles. Jovens na América Latina. São Paulo: CEBRIJ/ESCRITURAS. p. 63-114.			
GROPPO, Luís Antônio. Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. São Paulo: Difel. 2000.			
SPOSITO, Marília Pontes. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. In: Revista Brasileira de			

Educação. Nº 24, São Paulo: ANPED, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. **Guia de políticas públicas de juventude**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.

BRASIL. **PEC nº138/2003**, PL nº4.529/2004 e PL nº4.530/2004. Disponível em: www.camara.gov.br. Acesso em: 26 jun. 2010.

BRASIL. Lei nº11.129/2005. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao>. Acesso em: 26 jun. 2010.

COGGIOLA, Osvaldo. **La Cuestión Agraria en Brasil**. Grupo de Pesquisa História e Economia Mundial Contemporâneas. Artigos. Março de 2007.

MARGULIS, Mario e URRESTI, Marcelo. **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires, Editorial Biblos, p. 157-171.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. Relatório da pesquisa: Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional sobre o perfil e opinião dos jovens brasileiros 2013. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/documentos/juventude-brasil>. >>> Acesso em dezembro de 2013. (Juventude Viva)

. **Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil**. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez; Ação Educativa e Fundação Friedrich Ebert, 2003.

SPOSITO, Marília P. **A sociabilidade juvenil e a rua; novos conflitos e ação coletiva na cidade**. Tempo Social. **Revista Sociologia da USP**. São Paulo, v.5 n. 1 e 2, p.161- 178, 1993.

SPOSITO, Marília Pontes. **A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade**. In: **Tempo Social**, v.5, n. 1-2, São Paulo, 1994.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE ENVELHECIMENTO	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Temas contemporâneos sobre envelhecimento e políticas sociais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BEAUVOIR, Simone. A velhice . Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1990.			
CAMPELO E PAIVA, Sálvea de Oliveira (Org.). Envelhecimento, trabalho e instrumentalidade do			

serviço social. Recife: EDUPE, 2021.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice:** socialização e processo de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2012.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **A ideologia da velhice.** 2ªed. São Paulo: Cortez, 2017.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira. **Argumentum**, Vitória, v. 1, n. 1, p. 63-77, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/13/15>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

TEIXEIRA, Solange Maria (Org.) **Serviço Social e envelhecimento.** Teresina: EDUFPI, 2020. (capítulos 5 – p.126-159-; cap. 7 - p.192-220-; cap. 8 – p.221-248-; cap. 9 – 249-277-) Disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Livro_SERVI%C3%87O_SOCIAL_E_ENVELHIMENTO_E-BOOK-120201020195516.pdf

MUSTAFÁ, Maria Alexandra da Silva Monteiro (Org.). **Serviço social e gerontologia:** a proteção da pessoa idosa em tempos de pandemia. Recife: Ed. UFPE, 2020. (cap. 5 – p.126-159-, cap. 6 – p.173-197) Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/download/362/372/1094?inline=1>

COSTA, Joice Sousa ...[et al.] Orgs. **Aproximações e ensaios sobre a velhice.** Franca: UNESP-FCHS; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. (cap. II) Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Publicacoes/01-aproximacoes-e-ensaios-sobre-a-velhice.pdf>

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE FAMÍLIA	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Temas contemporâneos sobre família e políticas sociais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BRUSCHINI, C. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. (orgs.) Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1993.			
MIOTO, R. C. T. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. Serviço Social em Revista , v.12, n.2, jan/jun 2010.			
MIOTTO, Regina Célia T. Trabalho com famílias: um desafio para os Assistentes Sociais. Revista Textos & Contextos. Vol. 3, No 1, 2004.			
TEIXEIRA, Solange Maria. Trabalho Social com Famílias: fundamentos históricos, teórico-metodológicos e técnicos-operacionais. Teresina: EDUFPI, 2018.			
ROSA, L. C. dos S. Trabalho social com famílias na perspectiva da política de saúde mental brasileira. In: TEIXEIRA, S. M. Trabalho social com famílias e políticas sociais. Campinas: Papel Social, 2018.			

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SILVA, M. CL.; SILVA, L.; BOUSSO, R. S. A abordagem à família na Estratégia Saúde da Família: uma revisão integrativa da literatura. **Rev. Esc. Enfermagem USP**, 45(5), p.1250/55, 2011.

DAL PRÁ, K. R.; SCHMIDT, C. **Atenção domiciliar em saúde e processo de responsabilização das famílias: uma análise a partir do Programa Melhor em Casa**. In: TEIXEIRA, S. M. Trabalho social com famílias e políticas sociais. Campinas: Papel Social, 2018.

CRONEMBERGER, I. H. G. M. **O trabalho social com as famílias de origem no serviço de acolhimento institucional**. In: TEIXEIRA, S. M. Trabalho social com famílias e políticas sociais. Campinas: Papel Social, 2018.

MIOTO, R. C. T. **Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar**. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Org.). Política social, família e juventude: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.p. 43-60. (v. 1).

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL DE SAÚDE	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Temas contemporâneos sobre saúde e políticas sociais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BARATA, R. B. Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde . Rio de Janeiro: Editora da FIOCRUZ, 2009. (Coleção Temas de Saúde).			
CFESS (Org). Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde . Brasília, CF: CFESS, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/visualizar/livros . Acesso em: 30 ma. 2023.			
MERHY, Emerson E. Saúde: a cartografia do trabalho vivo . 4ed. São Paulo: Hucitec editora, 2014.			
MOTA, Ana Elizabete et al. (orgs). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.			
SENNA, Mônica de Castro Maia; ZUCCO, Luciana Patrícia; LIMA, Ana Beatriz Ribeiro (Orgs). Serviço Social na saúde coletiva: reflexões e práticas . Rio de Janeiro: Garamond, 2012.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CARVALHO, Mario Felipe de Lima; MENEZES, Moisés Santos de. Violência e Saúde na Vida de Pessoas LGBTI . Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021. (Coleção Temas em Saúde).			
GIULIANI, Camila Giugliani et al. Violência Sexual e Direito ao Aborto Legal no Brasil: fatos e reflexões . Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021. (Coleção Temas em Saúde).			

SILVA, Letícia Batista da; CASTRO, Marina Monteiro de Castro e. **Serviço Social e Residência em Saúde: trabalho e formação.** São Paulo: Ed. Papel Social, 2021.

WERNECK, J. **Racismo institucional e saúde da população negra.** Saúde e Sociedade. USP, São Paulo, v.25, n.3, p.535-549, 2016.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL DE SAÚDE MENTAL	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Temas contemporâneos sobre saúde mental e políticas sociais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
AMARANTE, P. (org.) Loucos pela vida: A trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: SDE/ENSP, 1995.			
THORNICROFT, Graham; TANSELA, Michele. Boas práticas em saúde mental comunitária. Barueri: Manole, 2010.			
GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 1992.			
ROSA, Lucia Cristina dos Santos. Transtorno mental e o cuidado na família. 3ed. São Paulo: Cortez, 2011.			
VASCONCELOS, Eduardo Mourão (Org.). Saúde mental e Serviço Social: O desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CFESS (Org.) Série assistente social no combate ao preconceito: discriminação contra a população usuária da saúde mental – Caderno 8. Brasília, DF: CFESS, 2022.			
DIAS, Marcelo Kimati (org.) Política de saúde mental: desafios no Brasil pós-pandemia. Curitiba: Editora CRV, 2022.			
PASSOS, Rachel Gouveia. Na mira do fuzil: a saúde mental das mulheres negras em questão. São Paulo: Hucitec, 2023.			
PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa; ROSA, Lucia Cristina dos Santos; SILVA, Ellayne Karoline Bezerra; MAIA, Juliana Barbosa Dias (org). A política de saúde mental no Piauí sob a égide da RAPS. Teresina: EDUFPI/FAPEPI, 2017.			
VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Reforma psiquiátrica: Tempos sombrios e resistência: diálogos com o marxismo e o Serviço Social. Campinas: Papel Social, 2016.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social

TÓPICO ESPECIAL DE POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -		
4.0.0	60h			
<p>A Política de Assistência Social como política do Sistema de Seguridade Social brasileiro. A Política Nacional de Assistência social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Gestão do Trabalho territorialização, controle social e trabalho em rede no contexto do SUAS. Os serviços, benefícios programas do Sistema Único de Assistência Social. Desafios contemporâneos da Política de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
<p>BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009. Disponível em: http://portal.saude.pe.gov.br/sites/portal.saude.pe.gov.br/files/seguridade_social_no_brasil_e_o_nquistas_e_limites_a_sua_efetivacao_-_boschetti.pdf, acessado em: 05/10/2020.</p> <p>BRAGA, Iracilda Alves. A política de assistência social e o sistema único de assistência social: apontamentos para o debate. In: BRAGA, I.A (ORG.). A assistência social e o SUAS no contexto de desmonte da seguridade social brasileira. Teresina: EDUFPI, 2021. P. 31-36.</p> <p>COSTA, Teresa Cristina Moura. A Política de Assistência social no contexto da Seguridade Social: aspectos históricos e desafios na conformação do Sistema Único de Assistência Social. In: BRAGA, Iracilda Alves; COSTA, Teresa Cristina Moura (Orgs). <i>A Política de Assistência Social no contexto teresinense: gestão e boas práticas.</i> Teresina: EDUFPI, 2018, p. 15-30.</p> <p>MOTA, Ana Elizabete. A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elisabete (org). O mito da Assistência Social: ensaios sobre o Estado, Política e Sociedade. São Paulo. Cortez. 2010, capítulo 4.</p> <p>MOTA, Ana Elizabete & SITCOVISK, M. Sobre a centralidade da política de assistência social brasileira no sistema de seguridade social. In: BRAGA, I.A (ORG.). A assistência social e o SUAS no contexto de desmonte da seguridade social brasileira. Teresina: EDUFPI, 2021. P. 37-48.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
<p>BRAGA, Iracilda Alves; FRANÇA, Rosilene Marques; COSTA, Teresa Cristina Moura (Orgs.). Diálogos e vivências com o SUAS em tempos de COVID 19 – Teresina: EDUFPI: Cancioneiro, 2020. 302 p.</p> <p>BRASIL. Constituição da República Federativa no Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. 31º Ed. São Paulo. Saraiva. 2003, Capítulo da Ordem Social. https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf, acessado em: 05/10/2020</p> <p>Brasil, Política Nacional de Assistência Social, MDS, novembro de 2004.</p> <p>Brasil, Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, versão final, MDS, julho de 2005.</p>				



Brasil, **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS- NOB-RH/SUAS**, MDS, 2006

JALES. Paula Raquel da Silva. **Projetos político-ideológicos na Política de Assistência Social brasileira**: os sentidos e as direções da participação em disputa. 2020. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas. Universidade Federal do Piauí. Teresina (PI). 2020.

SALVADOR, Evilasio da Silva. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. **Serviço Social & Sociedade**, n. 130, p. 426-446, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n130/0101-6628-sssoc-130-0426.pdf>. acessado em: 05/10/2020.

TEIXEIRA, S. M. Trabalho Social com famílias na Política de Assistência Social: elementos para sua reconstrução em bases críticas. **Serviço Social em Revista**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 4-23, 2010. DOI: 10.5433/1679-4842.2010v13n1p4. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/8425>. Acesso em: 31 maio. 2023.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Temas contemporâneos sobre previdência social e serviço social			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
SALVADOR, E. da S. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. Serviço Social & Sociedade , São Paulo, n.130, p.426-446, set./dez. 2017.			
VIANNA, M. L. Seguridade social e combate à pobreza no Brasil: o papel dos benefícios não contributivos. In: VIANA, A. L. d'Ávila; ELIAS, P. E. M.; IBÁÑEZ, N. (Orgs.). Proteção Social: dilemas e desafios . São Paulo: Hucitec, 2005 (p.89-122).			
CASTRO, A. P. de; LAZZARI, J. B. Panorama e Perspectivas da Previdência Social no Brasil. Revista Direito das relações sociais e trabalhistas , v.8, n.2, p. 178-204, 2022			
ROCHA, Flávia Rebecca Fernandes. A PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: uma política em reestruturação. Temporalis , Brasília, ano.15, n.30, jul/dez 2015.			
MATOS, Fernanda. Do conservadorismo à tradição marxista: rumos políticos do Serviço Social na previdência. <i>Revista Katálises</i> , Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 182-190, jul./dez. 2015.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CFESS. CFESS em defesa das atribuições profissionais da/o assistente social do INSS , do trabalho com autonomia profissional e com garantia das condições técnicas e éticas – Nota técnica. Brasília, CFESS, 2019.			

INSS. **Receitas e Despesas do Regime Geral de Previdência Social**. Nota Técnica: Resultado do RGPS. Informes de Previdência Social, 2022.

PEREIRA NETTO, Juliana Presotto. **A previdência social em reforma**: o desafio da inclusão de um maior número de trabalhadores. São Paulo: LTr, 2002.

CARTAXO, Ana Maria Baima; CABRAL, REIS, Maria do Socorro (Orgs.). **Seguridade social, previdência social e serviço social**: desafios do Tempo Presente. São Paulo: Cortez, 2021.

MACEDO, Alano Carmo Macedo; MOREIRA, Joana Idayanne Silveira. Serviço Social na previdência social: gênese, desenvolvimento e perspectivas contemporâneas. **SER Social**, Brasília, v. 19, n. 40, p. 31-48, jan.-jun./2017.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL DE EDUCAÇÃO	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Política de educação: marco legal, níveis, programas e políticas intersetoriais. Espaços educacionais: função social, organização e gestão. Serviço Social no espaço da educação: fundamentos e processos do trabalho, funções, ações e instrumental técnico-operativo.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
AMARO, Sarita. Serviço Social em escolas : fundamentos, processos e desafios. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.			
CFESS. Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação . Brasília, 2013.			
SANTOS, André Michel dos. Serviço social na educação : um estudo das atribuições profissionais em escolas públicas municipais. Curitiba: CRV, 2020			
SANTOS, Claudia Monica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. A Dimensão técnico-operativa no Serviço Social : desafios contemporâneos. Juiz de Fora (MG): UFJF, 2012.			
SOUZA, Iris de Lima. Serviço Social na Educação : saberes e competências necessárias no fazer profissional. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2008.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O Serviço Social na Educação. Revista Inscrita , Brasília, n. 06, 2000, p. 19-24. Disponível em: https://issuu.com/cfess/docs/revistainscrita-cfess__6_ . Acesso em 13 dez. 2021. 3			
CFESS. Parecer Jurídico nº 23 de 22 de outubro de 2000. In: CFESS. Serviço Social na Educação . Brasília, 2001b.			
CFESS. Serviço Social na Educação . Brasília, 2001a.			
CFESS. Subsídios para o debate em Serviço Social na Educação . Brasília, 2011.			
CFESS. Série Diálogos do Cotidiano – assistente social : reflexões sobre o trabalho profissional.			

Caderno 4. Brasília, 2023.

MARTINS, Ludson Rocha Martins. A questão dos documentos profissionais no Serviço Social. **Temporalis**, Brasília (DF), a. 17, n. 33, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/15102>. Acesso em: 23.02.2020.

MEDEIROS, Izabelle Emanuele Santos. **A questão da instrumentalidade do Serviço Social e as dimensões prático-sociais no exercício profissional do assistente social na educação**. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.

OLIVEIRA, Jullymara Laís Rolim de Oliveira. **Explorando outros cenários: o Serviço Social no espaço escolar**. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE EDUCAÇÃO POPULAR	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Resgate histórico da educação popular no Brasil. A contribuição da educação popular na constituição de sujeitos políticos. Diálogo entre a pedagogia freiriana e a experiência de educação popular. Educação popular, cultura popular e práticas democráticas. Metodologias participativas e ferramentas pedagógicas de operacionalização da educação popular. Os movimentos sociais e suas relações com a educação popular.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade . Editora Paz e Terra S.A. Rio de Janeiro, 1980.			
_____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . São Paulo: Paz e Terra, 1996.			
FARAGE, Eblin; Francine Helfreich (Orgs) Serviço Social, favelas e educação popular: diálogos necessários em tempos de crise do capital . Uberlândia. Minas Gerais: Navegando Publicações, 2020.			
FERREIRA, Maria D’Alva Macedo. A metodologia freiriana e a organização das bases para atuação mais crítica sobre a realidade vigente. In FONTELES, Marcelino de Oliveira; Maria José C. Sales; Elmo de Souza Lima (Orgs.) Educação popular e a formação política da classe trabalhadora . Teresina: Quimera Editora, 2022, p.126-137.			
SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. democracia e diálogo em Paulo freire na construção de uma sociedade democrática. In FONTELES, Marcelino de Oliveira; Maria José C. Sales; Elmo de Souza Lima (Org.) Educação popular e a formação política da classe trabalhadora . Teresina: Quimera Editora, 2022, p.58-69.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BETTO, Frei. Desafios da educação popular . São Paulo: CEPIS, 2000.			



BRASIL. **Caderno de educação popular e saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 160 p. : il. color. - (Série B. Textos Básicos de Saúde)

GADOTTI, Moacir; Torres, C. A. (Orgs.) **Educação popular: utopia latino-americana**. São Paulo: Cortez, 1994.

GOHN, Maria da Glória. Retrospectiva sobre a educação popular e os movimentos sociais no Brasil in **Movimento: Revista de Educação**. Niterói, ano 4, nº7, jul/dez 2017, p. 10-32.

MACHADO, Aline M. Batista. **Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica**. In Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, n.109, p.151-178, jan/, mar.2012.

SANTOS. F. H.C dos. **Serviço social e educação: a educação popular e o exercício profissional do assistente social**. Juiz de Fora: Revista Libertas (*on line*). [v. 12 n. 2, ago/dez. 2012](#).

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE DIREITOS HUMANOS	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
<p>EMENTA: Concepções e trajetória histórica de construção dos direitos humanos. Democracia e direitos humanos. Órgãos e documentos nacionais e internacionais sobre direitos humanos. O sistema heteropatriarcal-racista-capitalista e as estruturas que engendram as violências junto a indivíduos e grupos no contexto do capitalismo dependente e periférico. Justiça social e direitos humanos. Papel exercido pelas políticas públicas e pelas redes de serviços na proteção dos direitos humanos.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>ALMEIDA, Sílvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Ed. Letramento, 2018.</p> <p>BARROSO, Milena Fernandes. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 133, p. 446-462, set./dez. 2018.</p> <p>CISNE, Mirla. Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal-racista-capitalista. Serviço Social e Sociedade, Londrina, V.18, n.1, p.138-154, jul./dez.2015.</p> <p>HERRERA FLORES, Joaquín. A reinvenção dos direitos humanos. Tradução de: Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. – Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009. 232 f.</p> <p>RODRIGUES, Vicente Rodrigues; STAMPA, Inez; LOLE, Ana. Karl Marx e a crítica dos direitos humanos. Revista em Pauta, Rio de Janeiro, 2º Semestre de 2018, n. 42, v. 16, p. 182-198.</p>			

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ALEXANDER, M.: **A nova segregação** racismo e encarceramento em massa. São Paulo: Boitempo, 2017.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Selo Negro, 2015.
- DEMIER, Felipe. **Depois do golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil, 1ª. ed., 2017.
- FLAUZINA, Ana Luíza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- FRASER, Nancy. **A justiça social na globalização**: Redistribuição, reconhecimento e participação, Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, outubro, 2002: 7-20.
- MASCARO, Alysson Leandro. Direitos humanos: uma crítica marxista. **Lua Nova**, São Paulo, 101: 109-137, 2017.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.
- MISSE, Michel. Alguns aspectos analíticos nas pesquisas da violência na América Latina. **Estudos Avançados**, 33 (96), 2019.
- MOURA, Clóvis. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo**. Afro-Ásia 14, 1983, p. 124-137.
- MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**, Ed. Anita: São Paulo, 1994.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE QUESTÃO RURAL E RURALIDADES	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: A questão agrária no Brasil: estrutura, conflitos sociais e dinâmicas econômicas. As políticas de desenvolvimento e o deslocamento forçado/compulsório de populações. As políticas de enfrentamento à questão agrária no Brasil.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CARNEIRO, M. J. Ruralidades contemporâneas : modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2012.			
COSTA, C. M. S. B; VIANA, M. R. Agricultura no Brasil em tempos de expansão e monopolização do território pelo agronegócio. Barbarói , Santa Cruz do Sul, n. 61 , p.102-122, Mai. 2022.			
WANDERLEY, M. N. B. O mundo rural como um espaço de vida : reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009.			
SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. Territórios e territorialidades : teorias, processos e conflitos. São			

Paulo: Expressão Popular, 2009.

SILVA, Valéria [et al.]. (Organizadoras). **A agroecologia no Piauí: Trilhas e tramas para o bem viver**. Teresina: Lamparina Editora, 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRUNO, Regina. (Org.). **Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder**. Rio de Janeiro: Mauad, 2010. 284 p.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, n° 11, outubro, p. 53-75, 1998.

CRUZ, Lindalva Alves. **Movimento Social e Gênero: Construção da Cidadania das Mulheres trabalhadoras rurais no Piauí**. 2010. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 225 f. 2010.

FAVARETTO, A. S. A longa evolução da relação rural-urbano: para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural. **Ruris**. Revista do Centro de Estudos Rurais. Universidade Estadual de Campinas/IFCH, vol 1. n°. 1. Campinas, p. 157-192, 2007.

GARCIA JR, A e GRYSZPAN, M. **Veredas da questão agrária e enigmas do grande sertão**. MICELI, Sérgio (org). O que ler na ciência social brasileira. São Paulo :ANPOCS : Editora Sumaré : Brasília : CAPES, 2002, p. 311-348.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. In: **Revista NERA** Año IX N° 24 - Outubro de 2008. pp. 73-85.

MINGIONE, E.; PUGLIESE, E. A difícil delimitação do urbano e do rural: alguns exemplos e implicações teóricas. **Revista de Ciências Sociais**, n° 22, abr. p. 83-99, 1987.

MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (Orgs.). **Dimensões rurais de políticas brasileiras**. Rio de Janeiro/Seropédica: Mauad X/ Edur, 2010.

NASCIMENTO, L. P. O. S.; VIANA, M. R. À Espera da Expansão Urbana: o território rural nas normativas municipais de Teresina. **Rev. FSA**, Teresina, v. 19, n. 8, art. 17, p. 340-364, ago. 2022.

MASULO, Paula Maria do Nascimento. **Trabalho escravo e agronegócio no Piauí: uma trajetória da situação a partir dos anos 1990, com base em processos judiciais**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Piauí. Teresina: UFPI, 2014.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE QUESTÃO URBANA	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Questão urbana e processo de urbanização no Brasil: segregação e desigualdades nas cidades. Produção do espaço urbano e gestão das cidades: atores e processos sociais. A problemática habitacional brasileira. Reforma urbana, Estatuto da cidade e a produção dos planos diretores locais.			



BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

VAINER, C; Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. (orgs) **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MARICATO, E. Metrôpoles desgovernadas. **Estudos avançados**. USP. São Paulo 25 (71), p. 07-22, 2011.

ROLNIK, R. **O que é a cidade**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995 (coleção primeiros passos)

LIMA, Rosa Maria Cortês de (Org). **Questão urbana e Serviço Social**: debates e disputas. Recife: Ed. UFPE, 2020.

IVO, A. B. L. Questão Social e Questão Urbana: laços imperfeitos. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 17-33, jan./abr. 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CALDEIRA, T. P. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: 34, EDUSP, 2000.

CARVALHO, S. N. de. Estatuto da Cidade aspectos políticos e técnicos do plano diretor. **São Paulo em Perspectiva**, 15 (4), p. 130-135, 2001.

LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LIMA, A. J. de. (Org). **Cidades brasileiras**: atores, processos e gestão pública. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VIANA, M. R. Teresina, uma cidade inventada: de Saraiva a nós. **Anuário do Piauí 2008**, Teresina: O Dia, gráfica e editora, ano 2. n. 2, p.302-314. 2019.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE QUESTÃO HABITACIONAL	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Temas contemporâneos sobre questão habitacional.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
LIMA, A. J. de. Gestão urbana e políticas de habitação social : análise de uma experiência de urbanização de favelas. São Paulo: Annablume, 2010.			
SANTOS, A. M. S. P.; DUARTE, S. M. Política habitacional no Brasil : uma nova abordagem para um velho problema. <i>RFD</i> . Revista da Faculdade de Direito da UERJ. N. 18, 2010.			

DOI: <https://doi.org/10.12957/rfd.2010.1375>

SILVA, G. V. C.; VIANA, M. R. Um “Parque da Vitória” na história das Ocupações Urbanas em Teresina. In: Quintas Urbanas da UnB, 2016, Brasília. Anais do **XIV Quintas Urbanas da UnB: Migrações, Trabalho e Desalento na crise do Capital**. Brasília: EdUNB, 2016.

SILVA, M. O. S. **Política habitacional brasileira**: verso e reverso. São Paulo: Cortez, 1989.

MEDEIROS, F. C. N. Questão Habitacional e Serviço Social: aproximação ao debate. **Serviço Social em Revista**. Londrina, V. 24, N.1, p.170-192, jan/jun. 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

MONTEIRO, A. R.; VERAS, A. T. R. A questão habitacional no Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, e16015, 2017. DOI: <https://doi.org/10.4215/rm2017.e16015>

SANTOS, R. C. B. **A particularidade do trabalho do assistente social na Política urbana/habitacional**: requisições, atribuições e respostas. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2021.

VALLADARES, L. do P. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com Rio de Janeiro. FGV, 2005.

VIEIRA, A. O.; FAÇANHA, A. C. A produção do espaço urbano e a moradia popular em Teresina (PI). Encontro Nacional dos Geógrafos. XVIII. **Anais**. 2016. São Luís-MA, p. 1-13.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE POBREZA, TRABALHO, EMPREGO E RENDA	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: A pobreza no Brasil, no Nordeste e no Piauí, seus fundamentos históricos, conceituais e as formas de enfrentamento da mesma pelo Estado brasileiro. Pobreza e sua relação com as problemáticas do trabalho, emprego e renda. Pobreza e desigualdades de classe, raça e gênero no âmbito do trabalho.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ANTUNES, R. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II . São Paulo (SP): Boitempo, 2013.			
BEZERRA, A. L. S. O desemprego e as políticas de emprego, trabalho e renda no Brasil Contemporâneo . São Paulo (SP): Editora Dialética, 2022.			



MARTINS, Tereza Cristina Santos. **Determinações do racismo no mercado de trabalho**: implicações na “questão social” brasileira. Revista *Temporalis*, Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 113-132, jul./dez. 2014. <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7077>

ROCHA, S. **Transferências de renda no Brasil**: Fim da Pobreza? Evolução, efeitos e perspectivas dos programas de renda para os pobres. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.

SILVA, M.L. A. e (ORG). **Riqueza, Desigualdade e pobreza no Brasil**: aspectos socioeconômicos das regiões brasileiras. Ponta Grossa (PR): Editora Atena, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVES, G. **Trabalho e neodesenvolvimentismo** – choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru (SP): Canal 6, 2014.

ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo (SP): Boitempo, 2014.

LIMA, Antonia Jesuíta de. **As multifacetadas da pobreza**: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanas. Teresina: Halley, 2003.

FURTADO, C. O problema do Nordeste. In: **A Pré-Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

PANKARARU, Elisângela Cardoso de Araújo Silva. Trabalho, expropriação, povos indígenas no Brasil e a lógica do capital. *Temporalis*, n. 43, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/38228>

POCHMANN, M. **O neocolonialismo à espreita**: mudanças estruturais na sociedade brasileira. São Paulo: Edições SESC, 2022.

POCHMANN, M. **Novos Horizontes do Brasil na quarta transformação estrutural**. Campinas (SP): Editora Unicamp, 2022.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SOUZA, P.H.G.F. de. **Uma história da desigualdade**: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2018

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE MEIO AMBIENTE	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Contextos de evolução da consciência ambiental. Meio ambiente como campo de conflitos sociais na defesa dos interesses difusos. As questões ambientais globais e os acordos internacionais. Políticas Públicas voltadas ao Meio Ambiente: princípios, objetivos e instrumentos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			

ÁVILA-PIRES, F. D. **Fundamentos Históricos da Ecologia**. Ribeirão Preto: Holos editora, 1999.

ADR, Eid et al. **Educação Ambiental, conceitos, histórico, concepções e comentários à Lei da Política Nacional de Educação Ambiental** (Lei nº 9.795/99): Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da UEA: mestrado em Direito Ambiental / Org. Eid Badr. Vários autores – Manaus: Editora Valer, 2017. ACSELRAD, Herculano;

PÁDUA. (Orgs.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Fundação Ford, 2004.

BUTTEL, F. **Sociologia ambiental, qualidade ambiental e qualidade de vida**: algumas observações teóricas. In: HERCULANO, S. et al (Orgs). **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: EDUFF, 2000. CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 2003. 429 p.

FERREIRA, Leila C. **A questão ambiental**: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2003. FERREIRA, Leila C. **Ideias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2006. FERRY, L. **A nova ordem ecológica**. São Paulo: Ensaio, 1994. 193 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FLORIANI, D. **Conhecimento, meio ambiente & globalização**. Curitiba: Juruá, 2004.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2002. 240 p. LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes/PNUMA, 2001. 343 p.

EIS, H. (Org.). **O labirinto**: ensaios sobre ambientalismo e globalização. Blumenau: Gaia, 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Lei Federal 12305/2010.

BRASIL. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos**. Disponível em: <https://sinir.gov.br/informacoes/plano-nacional-de-residuos-solidos/>

CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 2003. 429 p.

DIEGUES, A.C; ARRUDA, R.S.V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

LEFF, Enrique. **Aventura da epistemologia ambiental**: da articulação das ciências ao diálogo de saberes. Tradução G. M. Vargas. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 85p. (Ideias Sustentáveis).

QUINTAS, J. S. **Introdução à Gestão Ambiental Pública**. Série Coleção Ambiental. Coleção Meio Ambiente. 2ª ed. revista. – Brasília: Ibama, 2006. 134p.

RIBEIRO, G.L. **Ambientalismo e desenvolvimento sustentado**: nova ideologia/utopia do desenvolvimento. Brasília: UNB, 1992. 55 p. Série Antropológica, 123.

STEINBERGER, M. **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. In. STEINBERGER, M. [et al]. **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Paralelo 15 e LGE Editora. Brasília, p., 29-100. 2006.

VIOLA, J. E. et al. **Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania**: desafios para as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 2001. p. 45-98.



COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE QUESTÃO DE GÊNERO	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
<p>EMENTA: O conceito de interseccionalidade e a lógica da articulação dinâmica de hierarquias sociais. Sexo, gênero e raça. Mulheres, raça, cor, racismo e etnicidade: sua importância teórica e política. Compreensão de caráter estrutural das relações de gênero, raça/etnia e suas complexas interconexões com as desigualdades de classe. O significado da perspectiva de gênero, raça e etnia para o Serviço Social nas dimensões analítica e interventiva.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>ADICHE, Chimamanda Ngozi. Sejamos todos feministas. SP; Companhia das Letras, 2015. www.observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws (pdf)</p> <p>COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. O que é interseccionalidade. In. Interseccionalidade. SP; Boitempo, 2021. P. 15-49. www.docero.com.br (PDF)</p> <p>LOURO, Guacira L. Gênero, sexualidade e educação. 16.ed. Petropolis:RJ: Vozes, 2014. Cap. 1 e Cap.2. www.bibliotecaonlinedahissfj.files.wordpress.com (PDF)</p> <p>GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. Katálysis. V.21. N.3 2018. www.periódicos.ufsc.br (PDF)</p> <p>LISBOA, Teresa K; OLIVEIRA, Catarina N. de. O saber surge da prática: por um serviço social com perspectiva feminista. Revista Grifos. N.46, 2019. P, 48-69. www. bell.unochapeco.uft.br</p> <p>MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. <i>Revista de Estudos Avançados da USP</i>, n. 18 (50), 2004 p. 51-56. www.scielo.br (PDF)</p> <p>STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? Estudos Afro-Asiáticos. 1991.101-117. www.Edisciplinas.usp.br (PDF)</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>AKOTIRENE. Carla. Interseccionalidade. SP; Sueli Carneiro: Pólen.2019. www.files.cercomp.ufg.br (PDF)</p> <p>COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Sociedade e Estado. V.31. 2016, p. 99-127. www.scielo.br (PDF)</p> <p>DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Classe. São Paulo: Boitempo, 2016. www. edisciplinas.usp.br (PDF)</p> <p>LIMA, Leonice Domingos dos S. Cintra; JORGE, Simone A. Gênero, raça e sexualidade no currículo obrigatório do ensino superior: impactos na formação em serviço social. 13º mundos de mulheres & fazendo gênero 11. Transformações, conexões, deslocamentos. Seminário internacional fazendo gênero.www.2017.eventos.dype.com.br (PDF)</p>			

LOURO, Guacira L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3ª ed. BH:Autêntica, 2016. www.clam.org.br (PDF)

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. BH: Letramento: Justificando, 2017. www.sindjorce.org.br (PDF)

SCOTT, Joan W. **Gênero uma categoria útil para análise histórica**. www.direito.mppr.mp.br (PDF)

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL E SERVIÇO SOCIAL	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Questão étnico-racial no processo de formação sócio-histórica do Brasil, Nordeste e no Piauí. O racismo na realidade brasileira. Políticas públicas de enfrentamento ao racismo. O Serviço social e as lutas antirracistas. O trabalho das/os assistentes sociais no enfrentamento ao racismo.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa (org). Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos. EDUC - PUC SP, São Paulo, 2021. https://www.pucsp.br/educ/downloads/Marxismo_questao_etnico.pdf</p> <p>AMARAL, W. R.; BILAR, J. A. B. A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão. Em Pauta, n. 46, 2020. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/52013/0</p> <p>COSTA, Gracyelle. Raça e nação na origem da política social brasileira: União e Resistência dos trabalhadores negros. 2020. 309f. (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/16398</p> <p>EURICO, Márcia Campos; PASSOS, Rachel Gouveia; ALMEIDA, Magali da Silva; MARTINS, Tereza Cristina Santos (Orgs.). Questão racial, Serviço Social e desafios contemporâneos. 1a. ed. Campinas: Papel Social, 2021.</p> <p>PANKARARU, Elisangela Cardoso de Araújo Silva. Trabalho, expropriação, povos indígenas no Brasil e a lógica do capital. Temporalis, n. 43, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/38228</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>BARRETO, A. C. J.; PRUDENCIO, J. D. L.; MARTINS, V. (Orgs). A crise sanitária da Covid-19 e a população negra, quilombola e indígena: necropolítica e resistências. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.</p>			

CFESS. **Assistentes sociais no combate ao racismo** – o Livro. Brasília, 2020.

COSTA, Gracyelle. Trabalhadores negros na origem da política social brasileira. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 46, 2020.

EURICO, Márcia Campos. **Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2022. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/nota-tecnica-raca-cor-2022-nov.pdf>.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Ed. Ática, 1978.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE VIOLÊNCIA	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: A formação social brasileira e origens, manifestações e consequências: escravidão; patriarcado; desigualdade social; opressão de gênero; criminalização da pobreza e dos diferentes; banalização da Violência; crimes de ódios. Direitos Humanos, democracia e justiça social. Particularidades do processo e das práticas de regulação de combate à violência no Brasil. Políticas de públicas: ação afirmativa; políticas de combate às opressões.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ARENDDT, H. Sobre a violência . Trad. André de Macedo Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.			
BERNARDO, Leandro Ferreira. O Brasil e a corte interamericana de direito humanos: uma análise das condenações sofridas pelo Brasil na corte interamericana de direitos humanos e do seu cumprimento . IN Bernardo, Leandro: Althaus, Ingrid G. (Org.) O Brasil e o sistema interamericano de proteção dos direitos humanos. S Paulo: Iglu, 2011.			
BRASIL. Comissão Nacional da Verdade – CNV. Violações de direitos humanos dos povos indígenas . Relatório: textos temáticos/ Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.			
SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência . São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. – (Coleção Brasil Urgente).			
ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000300002&lng=en&nrm=iso			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			

BRASIL, [Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003](#). Brasília: Senado Federal, 2003.

BRASIL, [Lei 11.645 de 20 de março de 2008](#). Brasília: Senado Federal, 2008.

BRASIL, [Lei 11.645 de 10 de março de 2008](#). Brasília: Senado Federal, 2008.

BRASIL, [Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012](#). Brasília: Senado Federal, 2008

BRASIL, [Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012](#). Brasília: Senado Federal, 2012.

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial**. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, Brasília: Senado Federal, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Trad. Mauro Gama, Claudia Martinelli Gama, Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

CASTILHO, Ricardo. **Direitos humanos** – Processo histórico, evolução no mundo, direitos fundamentais, constitucionalismo contemporâneo, S Paulo: Saraiva, 2010.

CEIA, Eleonora Mesquita. A jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos e o desenvolvimento da proteção dos direitos humanos no Brasil. **Revista EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 61, p. 113-152, jan.-fev.-marc. 2003.

CIDH. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Informes de arquivo**. 2016.

CIDH. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Casos na Corte**. 2016.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975.

VENTURA, Deisy; CETRA, Raísa Ortiz. **O Brasil no Sistema Interamericano de Direitos Humanos: de Maria da Penha a Belo Monte**. In: Seminário Internacional Limites e Possibilidades da Justiça de Transição? Impunidade, direitos e democracia, 2012, Porto Alegre.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Temas contemporâneos sobre álcool e outras drogas e políticas sociais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			



BRITES, Cristina. **Psicoativos (drogas) e Serviço Social**: uma crítica ao proibicionismo. São Paulo: Cortez, 2017.

CFESS (Org.) **Relatório de fiscalização**: Serviço social e a inserção de assistentes sociais nas comunidades terapêuticas no Brasil. Brasília, DF: CFESS, 2018.

DUARTE, Marco José de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouveia; GOMES, Tathiana Meyre da Silva. **Serviço Social, saúde mental e drogas**. Campinas: Papel Social, 2017.

MARLATT, G. Alan e colaboradores. **Redução de danos**: estratégias práticas para lidar com comportamentos de alto risco. Porto Alegre: Artmed, 1999

RONZANI, Telmo Mota; COSTA, Pedro Henrique Antunes; MOTA, Daniela Cristina Belchior; LAPORT, Tamires Jordão (org.). **Redes de atenção aos usuários de drogas**: políticas e práticas. São Paulo: Cortez, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARCELLOS, Warllon de Souza; DIAS, Miriam Thais Guterres; HEIDRICH, Andréa Valente. **O exercício profissional do Serviço Social nas políticas de saúde mental e drogas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

CFESS (Org.) **Série assistente social no combate ao preconceito**: o estigma do uso de drogas – Caderno 2. Brasília, DF: CFESS, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Drogas, direitos humanos e laço social**. Brasília: CFP, 2013.

SOUZA, Tadeu de Paula. **Estado e sujeito**: a saúde entre a micro e a macropolítica de drogas. São Paulo: Hucitec, 2018.

VALOIS, L. C. **O direito penal da guerra às drogas**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E ANTICAPACITISMO	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Temas contemporâneos sobre direitos da pessoa com deficiência, anticapacitismo e políticas sociais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CFESS. Anticapacitismo e exercício profissional : perfil de Assistentes Sociais com Deficiência. Brasília: 2023. Acessível em:			

<https://www.cfess.org.br/arquivos/LivroAnticapacitismoExercicioProfissional2023Cfess-Acessivel.pdf>

Acesso em: 30/05/2023.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência?** São Paulo, SP: Brasiliense. 2007.

GESSER, Marivete. BÖCK, Geisa Letícia Kempfer. LOPES, Paula Helena. **Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social.** Curitiba : CRV, 2020. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6895931/mod_label/intro/estudos%20da%20defici%C3%Aancia%20anticapacitismo%20e%20emancipa%C3%A7%C3%A3o%20social.pdf Acesso em: 30/05/2023.

MELLO, A. G. de.; NUERNBERG, A.; BLOCK, P. **Não é o corpo que nos descapacita, mas sim a sociedade.** In: SCHIMANSKI, H.; CAVALCANTE, F. (orgs.). **Pesquisa e Extensão: deficiências e perspectivas interdisciplinares.** Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2014. Disponível em:

PICOLLO, G.; MENDES, E. G. **Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência.** Educ. Soc., Campinas, v. 34, nº 123, p. 459-475, abr.-jun./2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Lei 13.416, de 06 de julho de 2015, Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BARROCO, M.L. **O que é preconceito?** Caderno 1 Série assistente social no combate ao Preconceito. DF: CFESS, 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno07-PCD-Site.pdf> Acesso em: 30/05/2023

BRASIL. **Decreto n.º 3.298/1999:** Regulamenta a Lei nº 7.853/1989 e dispõe sobre a política nacional para a integração da PCD, consolida normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm Acesso em: 30/05/2023

BRASIL. **Decreto Legislativo n.º 186/2008.** Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm Acesso em: 30/05/2023

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil.** – DF: SDH, 2010. 443p.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
TÓPICO ESPECIAL SOBRE DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL A	NOVO CÓDIGO	Optativa	Departamento de Serviço Social
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	

4.0.0	60h	
<p>EMENTA: A Dimensão técnico - operativa do serviço social e sua utilização no cotidiano do Processo de Trabalho dos(as) assistentes sociais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Instrumentalidade, instrumentos e técnicas do trabalho profissional. A produção de documentos e emissão de opinião técnica em Serviço Social</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>		
<p>ALVES, Danielle; VALE, Erlenia Sobral; ALEXANDRE, Tainara (Orgs.) Serviço Social, instrumentalidade e movimentos sociais. Fortaleza, CE: Editora da UECE, 2022.</p> <p>CFESS (Org.) Produção de Documentos e Emissão de Opinião Técnica em Serviço Social. Brasília, DF: CFESS, 2022.</p> <p>EURICO, Márcia Campos. Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2022. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/nota-tecnica-raca-cor-2022-nov.pdf.</p> <p>FERNANDES, Neide. SIGILO e ÉTICA do/a ASSISTENTE SOCIAL. São Paulo: Cortez, 2018</p> <p>GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, Claudia Mônica de; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. A dimensão Técnico-Operativa no Serviço Social (org) – Juiz de Fora. Editora UFJF, 2012.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>		
<p>ALVES, Daniele Coelho; VALE, Erlênia Sobral do; CAMELO, Renata Albuquerque (Orgs.). Instrumentos e técnicas do serviço social [livro eletrônico]: desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada. Fortaleza, CE: EdUECE, 2021. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras-digitalizadas/questoes_de_genero/e-book_cetros_uece_instrumentos_e_tecnicas_do_servico_social.pdf</p> <p>CFESS (Org.) Pareceres jurídicos sobre Serviço Social, ética e direitos humanos. Brasília, DF: CFESS, 2022.</p> <p>ILVA, A. M. Serviço Social e Mercado de Trabalho: em questão os desafios e dilemas profissionais. In: MACHADO, M. L.; SANTOS, V. N.; BORGES, L. de J. (org.). Mercado de trabalho, qualificação e “competência” profissional: desafios para o/a assistente social. São Cristóvão: UFS, 2017. p. 105-127.</p> <p>MATOS, M. C. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. <i>Serviço Social e Sociedade</i>, São Paulo, n. 124, p. 678-698, 2015.</p> <p>PORTES, Lorena Ferreira. Os instrumentos e técnicas enquanto componentes da dimensão técnico-operativa do serviço social: aproximações acerca da observação e da abordagem. In: LAVAROTTI, Cleide; COSTA, Dorival (Orgs.). Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016, p. 59-79.</p> <p>SANTOS, C. M dos. Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.</p> <p>SOUZA, Elba Alice Santos de. A instrumentalidade na prática do assistente social. <i>Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento</i>. Ano. 07, Ed. 07, Vol. 06, pp. 126-136. Julho de 2022.</p> <p>TRINDADE, R. L. P. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais</p>		

nas políticas sociais. In: SANTOS, Claudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. A dimensão Técnico-Operativa no Serviço Social (org) – Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE INTERPROFISSIONALIDADE	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Educação interprofissional e suas bases conceituais e metodológicas. Colaboração interprofissional na atenção básica em saúde. SUS, interprofissionalidade e práticas colaborativas. Corpo, cuidado e necessidades de saúde na ótica de diferentes profissões. Legislação sobre direitos dos usuários e o trabalho em equipe interprofissional. Determinantes sociais do processo saúde-doença. Vigilância em saúde e interprofissionalidade.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BARATA. R. B. Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde . Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.			
COSTA, Marcelo V. A educação interprofissional no contexto brasileiro: algumas reflexões . REVISTA INTERFACE. p. 197-8, 2016.			
_____. A educação interprofissional e o processo de formação em saúde no Brasil: pensando possibilidades para o futuro. In: SOUSA, R. M. P.; COSTA, P. C. (Orgs.). Nova Formação em Saúde Pública: Aprendizado coletivo e lições compartilhados na RedEscola . Rio de Janeiro: Fiocruz, ENSP, RedEscola, p. 45-61, 2019.			
COSTA et al. Interprofissionalidade em saúde: experiência da interface Programa Saúde na Escola e Núcleo Ampliado de Saúde da Família sob a perspectiva do Pet Saúde . BJSCR. v.30, n.2, mar - mai 2020. p. 11-15.			
PEDUZZI, M. O SUS é interprofissional. Interface (Botucatu) , v. 20, n. 56, p. 199-201, 2016.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BRAVO. M, I, S; MATOS, Maurílio Castro. Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária: elementos para o debate . In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional, 2004.			
BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil . Brasília – DF: Senado Federa.			
CASTRO, Eduardo Lazarino de. Reforma Sanitária e renovação do Serviço Social no Brasil: duas faces de um mesmo processo societário . In: ENPESS, XVI, 2018, Vitória – ES			
CFESS. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde . Brasília: CFESS, 2010.			
_____. Código de ética Profissional do Assistente Social . Brasília, 1993.			
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 287, de 08 de outubro de 1998 .			
FRENK, J. et al. Health professionals for a new century: transforming education to strengthen health			



systems in an interdependent world. **Lancet.**, v. 376, n. 9756, p. 1923-58, 2010.

Hobsbawm E. Era dos extremos: o breve século XX. 1914-1991. 2a ed. São Paulo: Companhia das Letras; 1996.

PAULA, K. A.; PALHA, P. F.; PROTTI, S. T. Intersetorialidade: uma vivência prática ou um desafio a ser conquistado? O Discurso do Sujeito Coletivo dos enfermeiros nos núcleos de Saúde da Família do Distrito Oeste - Ribeirão Preto. **Interface (Botucatu)**, v. 8, n. 15, p. 331-48, 2004.

Reeves S, Fletcher S, Barr H, Birch I, Boet S, Davies N, et al. **A BEME systematic review of the effects of interprofessional education**: BEME Guide N° 39. *Med Teach.* 2016; 38(7):656-68. doi: 10.3109/0142159X.2016.1173663.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO SÓCIO-JURÍDICO	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
<p>EMENTA: Capitalismo neoliberal e a judicialização das relações sociais e das políticas públicas. A ação do Estado na esfera protetiva e punitiva. Instituições e serviços que compõem os Sistema de Justiça e de Segurança Pública. As multifaces da violência que afetam os diversos segmentos e grupos sociais: ações para o seu enfrentamento. Os processos de trabalho das/os assistentes sociais no campo sociojurídico. As experiências de trabalho das/os assistentes sociais em diferentes instituições do campo sócio jurídico e principais instrumentos de trabalho.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>FÁVERO, Eunice Terezinha. Serviço Social, Práticas Judiciárias, Poder: implantação e implementação do serviço social no juizado de menores de São Paulo. São Paulo: Veras, 1999.</p> <p>FÁVERO, Eunice. Serviço Social no sociojurídico: requisições conservadoras e resistências na defesa de direitos. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 131, p. 51-74, jan./abr. 2018.</p> <p>BORGIANNI, Elisabete. Para entender o Serviço Social na área sociojurídica. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 115, p. 407-442, jul./set. 2013.</p> <p>AMAMOTO, M. V. Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C. de; LEAL, M. C. Política social, família e juventude: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2010. p. 261-298.</p> <p>CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Atuação de assistentes sociais no sociojurídico — subsídios para reflexão, Brasília, 2014.</p>			



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
CFESS. Conselho Federal de Serviço Social (Org.). Estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos. Contribuição ao debate no Judiciário, Penitenciário e na Previdência Social. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.
COUTO, Berenice R. Formulação de projeto de trabalho profissional. Serviço social e competências profissionais. s/d. Disponível em www.cressrn.org.br . Acesso em 02 de maio de 2023.
CONCEIÇÃO, João Rafael da; RUIZ, Jefferson Lee de Souza (Orgs.) Serviço social e prisões: dimensões e desafios políticos e profissionais. Campinas, SP: Papel social, 2022.
IAMAMOTO, M. V. Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C. de; LEAL, M. C. Política social, família e juventude: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2010. p. 261-298.
SILVA, Márcia Nogueira da. Assessoria em Serviço Social: breves notas sobre o trabalho profissional na Área de Infância e Juventude no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. In: FORTI, Valéria & GUERRA, Yolanda (Orgs.). Serviço Social: temas, textos e contextos: coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação do Curso de Letras-Libras
LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais	LIBRAS010	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Conceituação. História da educação dos surdos. Abordagens educacionais. Legislação. Identidades e cultura da comunidade surda. Aspectos Linguísticos da Libras e o uso da língua. Pedagogia surda			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
FELIPE, T. A. Libras em contexto: curso básico: livro do estudante. 8ed. Rio de Janeiro: Walprint, 2007.			
CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. (Colab.). Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira. 2 ed. São Paulo: USP, 2001.			
GESSER, A. LIBRAS?: Que língua é essa? : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.			
GOLDFELD, Márcia. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Plexus, 1997.			
QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
QUADROS, R. M.; PERLIN, G. (org.). Estudos surdos II. Petrópolis, RJ: Arara azul, 2007.			
QUADROS, R. M. Tradutor e interprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília: SEESP, 2004.			

SKLIAR, Carlos de (org). **A surdez: Um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

7 ORGANIZAÇÃO, INFRAESTRURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

7.1 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA ACADÊMICA

7.1.1 O Colegiado do curso de Serviço Social

O colegiado do curso (associado ao Núcleo Docente Estruturante) são os espaços por excelência de discussão e decisão sobre a organização e revisão curricular. Conforme o Regimento geral da Universidade Federal do Piauí (Art.30) o Colegiado de Curso é constituído pelo Coordenador, como seu Presidente; pelo Subcoordenador, como seu Vice-Presidente; por um representante docente por Departamento, que ministre disciplinas específicas do Curso, eleito, com o respectivo suplente, pelos seus pares, com mandato de 2 (dois) anos e pela representação discente, nos termos da legislação em vigor, com mandato de 1 (um) ano. Ainda segundo o mesmo regimento (Art. 31), compete ao Colegiado de Curso:

- I - decidir, em primeira instância, sobre organização e revisão curricular;
- II - fixar diretrizes de execução do currículo, bem como normas de seu acompanhamento e avaliação;
- III - recomendar aos Departamentos o ajustamento de plano de ensino de disciplinas ao interesse do Curso;
- IV - decidir sobre os procedimentos a serem adotados na matrícula em disciplinas do Curso, respeitadas as instruções do órgão central de controle acadêmico;
- V - opinar sobre pedidos de revalidação de diplomas;
- VI - apreciar representação de aluno em matéria de interesse do Curso, ressalvada a competência departamental no que interfere com a atuação docente;
- VII - adotar e sugerir providências para a melhoria de nível de ensino do Curso;
- VIII - opinar sobre transferência de aluno, submetendo o assunto ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- IX - julgar pedidos de trancamento de disciplinas;
- X - representar junto ao Conselho Departamental e propor, mediante a aprovação de pelo menos 2/3 (dois terços) dos respectivos membros, o afastamento ou a destituição de Coordenador e Sub-Coordenador de Curso;
- XI - exercer outras atribuições que lhe sejam cometidas por este Regimento Geral e em normas complementares do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

7.1.2 O Núcleo Docente Estruturante - NDE



Conforme Resolução nº 278/11 do CEPEX/UFPI, que aprova a criação do Núcleo Docente Estruturante no âmbito da estrutura acadêmica dos cursos de graduação da UFPI, o NDE tem atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante processo de concepção, consolidação e continua atualização do Projeto Pedagógico do Curso.

Nessa direção, o NDE do curso de Serviço Social da UFPI funciona regularmente desde 2010 e foi o responsável pelo processo que culminou na presente revisão do currículo e é intenção das instâncias gestoras do curso que continue funcionando e cumprindo a contento suas atribuições.

7.2 LOCAL DE FUNCIONAMENTO, INFRAESTRUTURA FÍSICA E EQUIPAMENTOS

O curso de Serviço Social está localizado no Campus Ministro Petrônio Portella, em Teresina, Piauí, no Centro de Ciências Humanas e Letras, e conta com a salas de aula, salas para coordenação do Curso e Chefia do Departamento, gabinetes docentes, salas de núcleos de pesquisa e extensão, além da utilização de equipamentos coletivos e da estrutura física do CCHL e da UFPI, como auditórios, salas de vídeo, salas de informáticas, biblioteca geral e setorial.

O Departamento de Serviço Social contou durante muitos anos somente com quatro salas de aula (340, 342, 343 e 358) dentre o conjunto das salas do CCHL. No ano de 2021 foram designadas novas salas ao DSS: 310, 311, 312, 313 e 356. Além disso, conta com 08 salas de trabalho (gabinetes) docentes que, no geral, são utilizadas por duas pessoas, que tem que dividir um espaço pequeno com material bibliográfico, equipamentos e de pesquisa indispensáveis e distribuir o tempo para orientação dos alunos com os demais colegas, para não haver choque de horários. Associado a isso, é nessas mesmas salas que ocorrem as sessões de monitoria, de trabalhos de pesquisa, de orientação de TCCs, de reuniões de alguns núcleos que não dispõem de salas próprias, entre outros. O caso da monitoria se reverte problemático, porque o(a) aluno-monitor precisa dispor de tempo e equipamentos para suas atividades e passa, em geral, a utilizar a sala do professor para tal.

Destaca-se que alguns(mas) docentes ligadas a pós-graduação dispõem de gabinete próprio no prédio anexo ao CCHL, além das salas do PET Serviço Social, PTIA, do Centro Acadêmico de Serviço Social e outros núcleos de pesquisas de docentes do DSS.

Importante assinalar sobre a precariedade da estrutura física de muitas dessas salas, que contam com a falta de equipamentos adequados, tais como computadores e impressoras,



bem como ares-condicionados antigos, datashows sem funcionar, mobiliários antigos (mesas, cadeiras e armários), além da necessidade de reformas e pinturas, fundamentais para melhores condições de trabalho e ensino-aprendizagem na Universidade.

7.3 BIBLIOTECA

O acervo bibliográfico utilizado pelos alunos do Curso de Bacharelado em Serviço Social é o mesmo utilizado por todos os alunos da UFPI, que são: as Bibliotecas central e setorial, ambas situadas no Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga-PI. Ao detectarmos a necessidade de alguma obra, é solicitada para administração superior, que é responsável pela aquisição.

A Biblioteca Central da UFPI, foi instalada em janeiro de 1973, resultado da fusão dos acervos existentes nas Bibliotecas das Escolas Isoladas de Medicina, Odontologia, Filosofia, Direito e Administração, quando da implantação da Fundação Universidade Federal do Piauí, instituída nos termos da Lei nº. 5.528, de 12/11/1968. Em agosto de 1995 foi inaugurada a Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco (BCCB), órgão subordinado a Reitoria e que atualmente coordena 09 (nove) Bibliotecas Setoriais do Sistema de Bibliotecas da UFPI - SIBi/UFPI, instituído pela Resolução do Conselho Universitário nº. 26/93.

Às pessoas com deficiência são disponibilizadas ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem na Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco da Universidade Federal do Piauí

8 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

8.1 A EQUIVALÊNCIA DAS DISCIPLINAS

O quadro a seguir apresenta a equivalência de disciplinas entre os currículos, o anterior e o atual.

COMPONENTE CURRICULAR ESTRUTURA Nº 04	PRÉ-REQUISITO (NOME E CÓDIGO)	RECIPROCIDADE	COMPONENTE CURRICULAR ESTRUTURA NOVA	PRÉ-REQUISITO (NOME E CÓDIGO)	ABRANGÊNCIA (Global ou Específica – Resolução
---------------------------------------	-------------------------------	---------------	--------------------------------------	-------------------------------	---



CÓDIGO	NOME			CÓDI GO	NOME	O)	CEPEX 177/12)
DFI0438	Introdução à Filosofia		→ ←		Introdução à Filosofia		Global
DAA0083	Economia Política		→ ←		Economia Política		Global
DFI0440	Instrumentos e Técnicas de Estudo e Organização do Trabalho Científico		→ ←		Introdução à Metodologia Científica		Global
DCS0153	Iniciação Sociológica		→ ←		Iniciação Sociológica		Global
DCS0155	Iniciação Antropológica		→ ←		Iniciação Antropológica		Global
DFE0086	Psicologia geral		→ ←		Psicologia Social		Global
DSS0048	Questão Social no Brasil		→ ←		Questão Social no Brasil		Global
CCP039	Iniciação à Política		→ ←		Iniciação à Política		Global
DSS0046	Introdução ao Serviço Social		→ ←		Introdução ao Serviço Social		Global
DSS0045	Seminário de Introdução ao Curso de Serviço Social		→ ←		Seminário de Introdução a formação em Serviço Social		Global
DCJ0028	Direitos e Cidadania		→ ←		Direitos Sociais e Cidadania		Global
DSS0049 DSS0050	Seminário Temático I e Seminário Temático II		←		Seminário Temático I		Global
DSS0060 DSS0061	Seminário Temático III e Seminário Temático IV		←		Seminário Temático II		Global
DSS0052	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I	DSS0046 Introdução ao Serviço Social ou História do SS I	→ ←		Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I		Global
DSS0052	Fundamentos Históricos e Teórico-	DSS0052 Fundamentos Hist. Teor.	→ ←		Fundamentos Históricos e Teórico-	Fundamentos Histórico	Global

	Metodológicos do Serviço Social II	Met. S. S. I ou História do SS II			Metodológicos do Serviço Social II	s e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I	
DSS0056 DSS0064	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III e Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social IV	DSS0052 Fundamentos Hist. Teor. II DSS0056 Fundamentos Hist. Teor. Met. S. S. III	←		Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	Global
DSS0055 DSS0063	Política Social I e Política Social II	CCP039 Iniciação à Política ou Iniciação à política DSS0055 Política Social I	←		Política Social I		Global
DSS0067	Política Social III	DSS0063 Política Social II ou Política Social II	→ ←		Política Social II	Política Social I	Global
DSS0059	Sociedade Civil e Movimentos Sociais	CCP039 Iniciação à Política ou Iniciação à Política	→ ←		Sociedade Civil e Movimentos Sociais		Global
DFI0444 DSS0066	Ética Geral e Ética Profissional	DSS0057 Processos de Trabalho S. S. II e DSS0066 Ética Geral ou Ética Geral	←		Fundamentos éticos e Ética Profissional		Global
DSS0054	Processo de Trabalho do Serviço Social I	DSS0052 Fundamentos Hist. Teor. Met. S. S. I Ou História do SS II	→ ←		Processo de Trabalho do Serviço Social I		Global
DSS0057	Processo de Trabalho do Serviço Social II	DSS0054 Processo de Trabalho SS I e DSS0052 Fundamentos Hist. Teor.	→ ←		Processo de Trabalho do Serviço Social II	Processo de trabalho I	Global

		Met. S. S. II ou História do SS II					
DSS0065	Processo de Trabalho do Serviço Social III	DSS0057 Processos de Trabalho do Serviço Social II e DSS0056 Fundamentos Hist. Teor. Mét. S. S. III	⇒ ⇐		Processo de Trabalho do Serviço Social III	Processo de trabalho I	Global
DSS0068	Planejamento e Gestão de Políticas Públicas e Serviços Sociais	DSS0055 Política Social I Ou Política Social I	⇒ ⇐		Gestão e Planejamento de Políticas Públicas e Serviços Sociais		Global
DSS0069	Pesquisa Social I	DFI0440 Inst. Tec. Est. Org. Trabalho Científico; ou Introdução à Metodologia Científica	⇒ ⇐		Pesquisa Social I		Global
DSS0070	Pesquisa Social II	DSS0069 Pesquisa SOCIAL I ou Pesquisa Social I	⇒ ⇐		Pesquisa Social II	Pesquisa social I	Global
DSS0073	Avaliação de Políticas Públicas e Projetos Sociais	DSS0063 Política Social II ou Política Social II	⇒ ⇐		Avaliação de Políticas Públicas e Projetos Sociais		Global
DSS0074	Monografia I	DSS0070 Pesquisa Social II	⇒ ⇐		Pesquisa Social III	Pesquisa Social II	Global
DSS0072	Estágio Supervisionado I	DSS0065 Processos de Trabalho do SS III; DSS0068 Planejamento e Gestão de P. P e DSS0064 Fundam. Hist. e Teor. Met. do S. S. IV	⇒ ⇐		Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social I	Processo de Trabalho do Serviço Social III; Fundamentos éticos e ética profissional; Gestão e planejamento de políticas públicas	Global

						e serviços sociais	
DSS0071	Seminário de Prática I	DSS0072 Co-requisito Estágio Supervisionado I	→ ←		Seminário de Prática I	Co-requisito com estágio obrigatório em Serviço Social I	Global
DSS0076	Estágio Supervisionado II	DSS0072 Estágio Sup. I	→ ←		Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social II	Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social I	Global
DSS0078	Monografia II	DSS0074 Monografia I Ou Pesquisa Social III	→ ←		Trabalho de Conclusão de Curso	Pesquisa Social III	Global
DSS0077	Seminário de Prática II	DSS0076 Co-requisito Estágio supervisionado II	→ ←		Seminário de Prática II	Co-requisito com estágio obrigatório em Serviço Social II	Global
DSS0129	Tópico especial de infância e juventude		→ ←		Tópico especial sobre juventude		Global
DSS0133	Tópico especial de terceira idade		→ ←		Tópico especial sobre envelhecimento		Global
DSS0151	Tópico especial em família e redes de proteção social		→ ←		Tópico especial sobre família		Global
DSS0109	Tópico especial de saúde		→ ←		Tópico especial de saúde		Global
DSS0112	Tópico especial de saúde mental III		→ ←		Tópico especial de saúde mental		Global
DSS0106	Tópico especial de		→ ←		Tópico especial de Política de		Global

	assistência social III				Assistência Social		
DSS0113	Tópico especial de previdência I		→ ←		Tópico especial de previdência social		Global
DSS121	Tópico especial de educação especial III		→ ←		Tópico especial de educação		Global
DSS0125	Tópico especial de questão urbana I		→ ←		Tópico especial sobre questão urbana		Global
DSS0137	Tópico especial de questão ambiental e serviço social I		→ ←		Tópico especial sobre meio ambiente		Global
DSS0154	Tópico especial em questão de gênero		→ ←		Tópico especial sobre questão de gênero		Global
DSS0173	Tópico especial em instrumentos e técnicas do serviço social III		→ ←		Tópico especial sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social		Global
LIBRAS010	LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais		→ ←	LIBRAS 010	LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais		Global

Nos casos dos componentes que possuem equivalência curricular, os(as) estudantes que estiverem em diferentes períodos do Curso, e em distintos Projetos Pedagógicos do Curso, poderão fazer matrícula numa mesma turma, sendo que a ementa a ser executada será aquela prevista no novo Projeto Pedagógico que foi atualizada em relação ao anterior, conforme quadro acima.

As disciplinas de Seminário Temático I e II, de 30 horas cada, no PPC anterior tiveram seus conteúdos congregados em uma única disciplina no novo currículo, sob o título de Seminário Temático I, de 60 horas. Assim como as disciplinas de Seminário Temático III e IV, de 60 e 30 horas, respectivamente, têm uma redução de carga horária e junção de conteúdo, passando agora a serem ofertadas no Projeto Pedagógico atual como Seminário Temático II, de 60 horas. O mesmo acontece com as disciplinas de Ética Geral (60h) e Ética



Profissional (60h), que, no novo currículo, são ofertadas em um único componente de 60 horas, intitulado de Fundamentos éticos e ética profissional.

Foram extintas as seguintes disciplinas no novo currículo: Formação Sócio-Histórica do Brasil (60h) e as Oficinas (Oficina I – Expressões e Vivências da Questão Social; Oficina II – Vivências em Pesquisa e Extensão; Oficina III – Experiências e Vivências em Processos de trabalho, cada uma com carga horária de 30h). Os seus conteúdos foram remanejados para serem contemplados em outros componentes curriculares, tanto no âmbito do ensino, quanto nas Atividades Curriculares de Extensão. Esses componentes curriculares extintos da matriz anterior e que não tem equivalência de conteúdo ou carga horária na matriz atual poderão ser utilizados para fins de integralização curricular como disciplinas eletivas.

Ademais, no novo PPC, foi incluído o componente “Diversidade e desigualdades de gênero, raça-etnia e classe”, com carga horária de 60 horas, que não tem equivalência no currículo anterior.

Todas as disciplinas de 90 horas tiveram a carga horária reduzida para 60 horas no novo currículo, sem prejuízos no seu conteúdo: Introdução a Filosofia, Economia Política, Psicologia Geral, Política Social I e Planejamento e Gestão de Políticas Públicas e Serviço Social. Essa reorganização da carga horária é necessária para que os(as) discentes possam ter disponibilidade para se inserirem em outras atividades de extensão e pesquisa, fundamentais para a formação profissional e que também são obrigatórias para a conclusão do curso na UFPI.

8.2 CLÁUSULA DE VIGÊNCIA

A nova estrutura curricular contida na presente Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social será implementada a partir do 1º período letivo de 2024, obrigatória para todos(as) os(as) discentes ingressantes. O período temporal entre a implantação da nova matriz curricular e a extinção da matriz curricular anterior será denominado de transição curricular.

O processo de transição será realizado de forma gradativa. Semestralmente serão ofertados os componentes do novo Projeto Pedagógico do Curso e extintas as ofertas dos componentes do antigo PPC, com exceção daqueles componentes da matriz anterior que não tem equivalência no PPC atual. Na transição curricular haverá duas modalidades de adesão ao novo Currículo e acontecerão da seguinte maneira:



- Adesão voluntária: para os(as) discentes ingressantes que estejam com carga horária cursada superior a 40% da carga horária total do PPC anterior no ato da adesão. Estes deverão assinar um termo de adesão na coordenação do curso;

- Inclusão automática: considerando a impossibilidade de manutenção de dois currículos em funcionamento por um período superior a 03 anos, serão automaticamente incluídos no currículo novo os(as) discentes que ingressaram no curso no primeiro semestre letivo de 2023, bem como discentes que apresentarem integralização de carga horária inferior a 40% em relação ao PPC anterior, buscando-se, obviamente, o devido aproveitamento dos estudos, quando possível;

No processo de migração de um currículo para outro o/a discente poderá aproveitar as atividades de extensão realizadas durante o currículo anterior, que não tenham sido creditadas como atividades complementares e estejam em consonância com a proposta de ACE currículo vigente. Para tanto, é necessário lançar as mesmas no SIGAA mediante apresentação de documento comprobatório e posterior validação da Coordenação de Curso ou Coordenação de Extensão do Curso de Serviço Social.

Os casos não contemplados pelos critérios acima serão estudados individualmente pela Coordenação, pelo Núcleo Docente Estruturante e pelo Colegiado do Curso.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. **Cadernos ABESS**, nº 7. São Paulo: Cortez, 1997, p. 58-76.

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares Curso para o Serviço Social elaboradas pela Comissão de Especialistas**. ABEPSS, 1999. Disponível em: < <http://www.abepss.org.br/diretrizes-curricularesda-abepss-10>> Acesso em: 04 out. 2021

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigeida.pdf> Acesso em: 04 out. 2021.

ABEPSS. **Documento preliminar acerca da curricularização da extensão**. Maio de 2021. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210608_documento-preliminar-curricularizacao-da-extensao-202106091753268191190.pdf> Acesso em: 04 out. 2021.

ABEPSS. **Curricularização da extensão e Serviço social**. Janeiro de 2023.



ABEPSS. Plataforma Antirracista da ABEPSS. Dezembro de 2022.
<https://www.abepss.org.br/subsidiosparaodebateetnicoracial-94>. Acesso em 13 de maio de 2023.

ABEPSS. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na Formação em Serviço Social**. ABEPSS, 2018. Disponível em:
https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf Acesso em: 13 out. 2022.

ABEPSS. Subsídios para o debate sobre as lutas e os movimentos sociais na formação profissional em Serviço Social. ABEPSS, 2023. Disponível em:
<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidios-para-o-debate-sobre-as-lutas-e-os-movimentos-sociais-na-formacao-profissional-em-servico-social-202303221328505426170.pdf>

ANTUNES, R. (Org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BOITO JR. **A política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBE)**, Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa Nº 5, de 22 de fevereiro de 2010**, que cria o Núcleo Docente Estruturante

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara Superior de Educação. **Parecer 492/2001** – que homologa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Serviço Social e outros cursos, publicado no Diário Oficial da União de 09/7/2001, Seção 1, p. 50

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES 1.363/2001**, que retifica o Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, publicado no Diário Oficial da União de 29/1/2002, Seção 1, p. 60.b

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE nº 1 de 17 de junho de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara Superior de Educação. **Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007**, dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

BRASIL, Presidência da República. **Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008** (dispõe sobre os estágios de estudantes).

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Trata das Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE2014-2024, conhecida como “Curricularização da Extensão”.

CASTILHO, D.R.; LEMOS, E. L. de S.; GOMES, V.L. B. Crise do capital e desmonte da Seguridade Social: desafios im(postos) ao Serviço Social. IN: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez. Nº 130, setembro/dezembro, 2017, p. 447-466.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. 1993.

_____. **Resolução Nº 533** de 29 de setembro de 2008. (regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social).

DRAIBE, S. As políticas sociais e o neoliberalismo, reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. Revista da USP, **Dossiê liberalismo/neoliberalismo**, São Paulo, 1993.

FERREIRA, M.D.M.; SILVA, M.R.F.; GUIMARÃES, S. J. O Serviço Social no Piauí. In: JUNIOR, A.A.S. (Org.). **A reconstrução histórica do Serviço Social no Nordeste**. Curitiba: CRV, 2021, p.67-80.

FIORI, J. L. **Em busca do dissenso perdido**: Ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

FUNDAÇÃO CEPRO. PEREIRA, S.L.B. et al (Orgs). **Nota Técnica Compatibilização entre Territórios de Desenvolvimento e Instâncias de Gestão Regionais**. Teresina: Fundação CEPRO, 2017. Disponível em: <http://www.cepro.pi.gov.br/> Acesso em: 15 out. 2022.

GOIN, Marileia; FERNANDES, Laryssa Danielly Silva; OLIVEIRA, Ariel Paula Jesus de. Serviço Social no Nordeste Brasileiro: particularidades regionais e formação profissional. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 21, n.2, p. 452-473, jul. / dez. 2021.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 10ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2014

GUERRA, Yolanda. Trabalho e Formação Profissional: desafios e perspectivas atuais ao Serviço Social brasileiro. In: JOAZEIRO, Edna Maria Goulart; GOMES, Vera Batista (Org.). **Serviço Social: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos**. Teresina: EDUFPI, 2020, p.33 – 61.

GUIMARÃES, S. J. **Trajetória de vida, trajetória acadêmica**: alunos e egressos do Curso de Serviço Social da UFPI. Teresina, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 20, p.609-639, out/dez. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/panorama> >. Acesso em 30 de junho de 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Painel de indicadores**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores.html>. Acesso em 29 de setembro de 2022.

INSTITUTO SEMESP. **Mapa do ensino superior no Brasil. 12ª edição** 12ª edição. 2022. Disponível em https://www.extraclasse.org.br/wp-content/uploads/2022/06/MAPA-DO-ENSINO-PRIVADO-12a-Edicao_compressed.pdf. Acesso em 29 de setembro de 2022.

INSTITUTO SEMESP. **Mapa do ensino superior, dados por Estados e Regiões**, 11ª edição. 2021. Disponível em <https://www.semesp.org.br/mapa/educacao-11/regioes/nordeste/#:~:text=Em%202019%2C%20a%20regi%C3%A3o%20registrou,ensino%20superior%20atr%C3%A1s%20do%20Sudeste>. Acesso em 29 de setembro de 2022.

JOAZEIRO, E.M. G. Serviço social e a graduação na Universidade Federal do Piauí: das raízes ao devir. In: JOAZEIRO, E.M. G; GOMES, V.B. (Orgs). **Serviço social: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos**. Teresina: EDUFPI, 2020, p.303-228.

LEITE, D. **Reforma universitária: avaliação institucional participativa**. Petrópolis: Vozes, 2005.

LUSTOSA, A. F. M. L. **Formação acadêmica do assistente social para atuar na Saúde Mental: tensionamentos entre a particularidade e a generalidade**. Dissertação de Mestrado. Teresina: Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, UFPI, 2013.

LUZ, L. C. X. **De onde vêm e para onde vão os assistentes sociais: elementos configurativos do mercado profissional em Teresina nos anos 90**. São Paulo: PUC, 1999 (Dissertação de Mestrado em Serviço Social).

LUZ, L. C. X; VIANA, M. R. V; MAGALHÃES, R. S. R. **Avaliação discente e docente do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social: em Busca de em estudo avaliativo**, 2010.

OLIVEIRA, F. de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA F.; PAOLI, M.C. (Orgs.). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

PAIM, J.S. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. **Ciência e Saúde Coletiva**. 30 anos do Sistema Único de Saúde (SUS). Contextos, desempenho e os desafios do SUS. Rio de Janeiro: Revista da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), v.23, nº6, junho de 2018, p.1723- 1728. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/revistas> Acesso em: 05 de maio de 2020.

PASSOS, G. O. **A Universidade Federal do Piauí e suas marcas de nascença:** conformação da reforma universitária de 1968 à sociedade piauiense. Brasília, DF: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, 2006.

RAICHELIS, Raquel. Serviço social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, Raquel; DAMARES, Vicente; ALBUQUERQUE, Valéria. **A nova morfologia do trabalho no serviço social.** São Paulo: Cortez, 2018.

ROSA, L. C.S. **O perfil dos assistentes sociais.** Informativo CRESS 22ª Região 1994. p.1.

SETÚBAL, A. A. Alguns aspectos da história do Serviço Social no Brasil. **Serviço Social & Sociedade** nº 12. São Paulo: Cortez, ago/1983. p.109-139.

SILVA, M. R. F. e. Envelhecimento como Campo de Conhecimento e de Intervenção Social: a experiência Docente do Serviço Social no Programa Terceira Idade em Ação da Universidade Federal do Piauí In: Lima. Antônia Jesuíta de; FERREIRA, M. D. M.; VIANA, M. R. **Políticas Públicas e Cidadania:** temas em debate, EDUFPI, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Regimento Geral:** adaptação à LDBE (Lei nº 9.394, de 20/12/96), através de Resolução nº 45/99 – CONSUN de 16/12/99

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Portaria nº 66, de 23 de julho de 2010** da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG/UFPI), que designa membros do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Serviço Social, do Campus Ministro Petrônio Portela.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução nº 177/12, de 5 de novembro de 2012** do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX/UFPI) que estabelece normas para o funcionamento dos cursos de graduação

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução nº 278/11** do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX/UFPI), que aprova a criação do núcleo docente estruturante (NDE) no âmbito da estrutura de gestão acadêmica dos cursos de graduação da UFPI.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução nº 053/19 de abril de 2019** do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX/UFPI) que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários. **Plano De Desenvolvimento da Unidade – PDU PRAEC (2020-2022).** Teresina, PI, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL). **Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU): 2021-2022.** Teresina, PI, 2020.

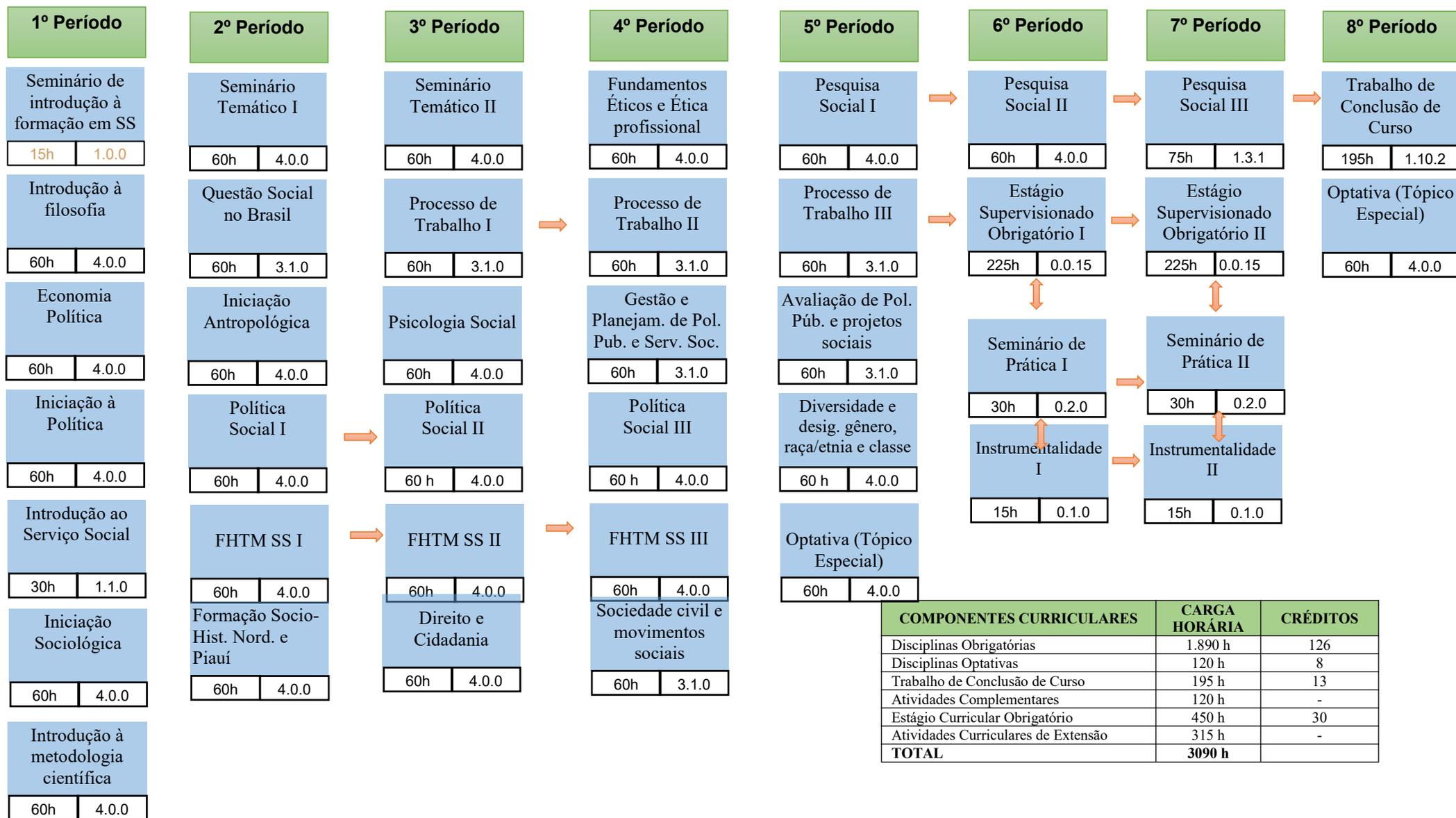
VIANNA, M. L. W. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil:** estratégias de bem-estar e políticas públicas. Rio de Janeiro: Revam/UCAM/IUPERJ, 2000.



ANEXOS

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a name followed by a surname.

ANEXO - FLUXOGRAMA DO CURSO



PROPOSTA DE REGULAMENTO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFPI

Fixa normas relativas à curricularização da extensão no Curso de Serviço Social da UFPI, em consonância com a Resolução nº 7/2018 - CNE/CES/MEC, a resolução nº 053/2019 - alterada pela resolução nº 297/2022 – CEPEX/UFPI, que tratam da curricularização da extensão e a resolução nº 512/2023 –CEPEX/UFPI, de 12/06/2023 que aprova o PPC do Curso de Serviço Social/UFPI.

I- DA CONCEPÇÃO, DOS OBJETIVOS E TIPOS DE ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 1º O cumprimento das atividades curriculares de extensão é de natureza obrigatória, com carga horária definida em 10% do total do currículo, de caráter educativo, científico, interdisciplinar, político e cultural.

Art. 2º As atividades curriculares de extensão deverão ser norteadas pela concepção de extensão popular, comunicativa e orientada para os processos de educação popular e emancipação humana.

Art. 3º As atividades curriculares de extensão compreendem programas, projetos, eventos, cursos de extensão e/ou prestação de serviços à comunidade, cujos objetivos são:

- I - Reafirmar a articulação da universidade com outros setores da sociedade, principalmente aqueles de vulnerabilidade social;
- II - Garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- III - Contribuir para a melhoria da qualidade da formação dos graduandos, voltada para a cidadania e o seu papel social;
- IV- Proporcionar a busca de novos objetos de investigação, e de inovação, bem como o desenvolvimento tecnológico e a transferência deste a partir do contato com os problemas das comunidades e da sociedade;
- V- Estabelecer a troca de conhecimentos, saberes e prática no campo das ciências, tecnologia, cultura, esporte e lazer.

Parágrafo Único: As atividades de extensão deverão contribuir para a promoção e defesa dos valores democráticos, da equidade, da justiça e dos direitos humanos, devendo também combater todas as formas de preconceitos e discriminações, seja de classe, de gênero, de raça e etnia ou qualquer outra forma.

II- DAS CONDIÇÕES PARA CREDITAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 4º As atividades de extensão a serem aproveitadas para fins de integralização da carga horária de ACE's deverão:

- I – Ter cadastro na PREXC, devidamente regularizadas de acordo com as normativas da UFPI;
- II - Envolver diretamente comunidades externas à universidade como público;
- III - Estar vinculadas à formação do(a) estudante;



IV - Ser realizadas presencialmente, onde o/a discente deve se inserir como membro da equipe;

V - Atender as especificidades do curso de Serviço Social e áreas afins.

VI – Ter sido realizadas no período regular do curso de Serviço Social do(a) estudante que solicita a creditação das mesmas.

Parágrafo Único: Podem ser creditadas como ACE's as atividades de extensão realizadas em outros cursos, departamentos, unidades ou instituições da UFPI, bem como atividades que possam envolver parcerias entre a UFPI e outras Instituições de Ensino Superior ou mesmo atividades exclusivas de outras IES's, desde que sejam em áreas afins do Serviço Social e que atendam às exigências do PPC e as normativas da UFPI.

III- DO CADASTRAMENTO DA ACE, DA OFERTA E DA SELEÇÃO DE DISCENTES

Art. 5º A coordenação de cada atividade de extensão, já em andamento ou não, deverá informar no SIGAA o fato de que a referida atividade constituirá ACE.

Art. 6º O planejamento da oferta de extensão no Departamento de Serviço Social levará em consideração as informações da coordenação sobre a demanda de discentes e negociação com o conjunto dos/as docentes do DSS e outros departamentos da UFPI e deverá contemplar os tipos de atividades, horários, área de atuação, público-alvo, coordenação da ACE.

Art. 7º A oferta será divulgada semestralmente junto aos docentes e discentes.

Art. 8º As atividades curriculares de extensão serão ofertadas nos diferentes turnos, a fim de contemplar discentes que se encontram realizando estágio supervisionado ou na condição de trabalhador;

Art. 9º O tempo de permanência do/a discente na ACE poderá ser estendido, conforme interesse da coordenação, do/a discente ou mesmo em função das normas da UFPI, como é o caso por exemplo das bolsas do PIBEX/PREXC.

Art. 10º A seleção (opcional) dos/as discentes candidatos/as para a ACE deverá ser de responsabilidade da coordenação da ACE, que posteriormente terá de cadastrar a equipe na atividade de extensão e encaminhar a execução da mesma.

IV – DA INTEGRALIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA, DO REGISTRO E VALIDAÇÃO DAS ACE's NO SIGAA

Art. 11º Para fins de integralização da carga horária todos/as discentes terão que cumprir 315 horas de ACE, que deverão ser concluídas até o término do curso.

Art. 12º É vedada a duplicidade de aproveitamento de carga horária em outras modalidades, como no caso das Atividades Complementares.

Art. 13º A participação do/a discente nas ACE's deverá ser realizada preferencialmente até o sétimo período do curso.

Art. 14º A creditação da ACE só será possível depois da elaboração do relatório da atividade de extensão pelo/a responsável, homologação do mesmo pela PREXC que então deverá creditar a carga horária automaticamente no histórico do/a discente.

Art. 15º As atividades de extensão que não estiverem cadastradas como ACE no SIGAA poderão ser aproveitadas como carga horária, desde que os/as discentes de posse do comprovante que ateste sua participação, deverão registrar a atividade de extensão no SIGAA que serão analisadas e validadas pelo coordenador de extensão do curso.

Art. 16º As atividades de extensão realizadas em outras instituições de ensino superior poderão ser aproveitadas como ACE's mediante solicitação via processo a ser protocolado na UFPI até um ano antes da previsão para conclusão do curso, desde que desde que sejam em áreas afins do Serviço Social.

V - DAS ATRIBUIÇÕES DOS DOCENTES E DAS INSTÂNCIAS RESPONSÁVEIS

Art. 17º O docente responsável pela ACE deverá realizar os procedimentos no SIGAA, a saber: desde o registro da atividade, a seleção de discentes, cadastramento dos/as mesmos/as, bem como planejar, acompanhar a execução, a avaliação, a produção de relatórios, a submissão junto ao DSS, ou outro Departamento de origem do docente responsável, o encaminhamento do relatório para a PREXC.

Art. 18º A coordenação do curso e a chefia do DSS, em articulação com o Centro Acadêmico, devem colaborar com a divulgação de informações, a orientação sobre procedimentos e dúvidas, a disponibilização de dados, a negociação junto aos docentes e a consolidação da oferta semestralmente.

Art. 19º Compete à coordenação de extensão do curso:

- I- planejar e organizar a oferta das atividades de extensão, em articulação com a coordenação do curso e do DSS;
- II- divulgar a oferta semestralmente, com o apoio da coordenação do curso, do DSS e do Centro Acadêmico;
- III- acompanhar e orientar os/as discentes sobre a oferta das ACE's;
- IV- apoiar os docentes no processo de curricularização da extensão;
- V- análise e validação das atividades de extensão registradas no SIGAA pelos/as discentes;
- VI- realizar atividades que promovam o debate, as trocas de experiências, a avaliação e o aperfeiçoamento da operacionalização da curricularização da extensão no curso de Serviço Social;

VI - DOS DIREITOS E DEVERES DOS/AS DISCENTES

Art. 20º São direitos dos/as discentes serem informados sobre a oferta das atividades, as formas de acesso, a participação e a devida certificação das ACE's realizadas.

Art. 21º São deveres dos/as discentes a gestão da integralização das 315 horas de ACE's durante o curso, e caso seja selecionado/a e depois de concluída a ACE que faça o



cadastro de seus créditos de extensão (caso seja necessário), no módulo de extensão do SIGAA.

VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22º Os casos omissos nessa norma deverão ser dirimidos pela coordenação de extensão em acordo com a coordenação do curso e com o NDE, devendo finalmente, caso seja necessário, ser objeto de consulta na assembleia do Departamento de Serviço Social e deliberação no Colegiado do Curso de Serviço Social.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/PREG/UFPI Nº 761, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2024

Autoriza alteração de Projeto Pedagógico de Curso.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (PREG/UFPI), e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (CAMEN), no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, **ad referendum** da mesma câmara e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta Universidade, aprovado pela Resolução Nº 331/22-CEPEX, de 08 de agosto de 2022, em atendimento ao Decreto 10.139/2019, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República;

- o processo Nº 23111.052029/2024-22;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a alteração no Projeto Pedagógico do Curso de **BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**, do Centro de Educação Aberta a Distância - **CEAD**, do Câmpus Ministro Petrônio Portella – **CMPP**, desta Universidade, conforme ANEXO e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação justificada a urgência pela excepcionalidade da atividade administrativa institucional, conforme parágrafo único do Art. 4º do Decreto 10.139/2019.

Teresina, 19 de novembro de 2024.


Profª. Ana Beatriz Sousa Gomes
Pró-Reitora de Ensino de Graduação/UFPI
Presidente da Câmara de Ensino de Graduação



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – PREG
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA – CEAD
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM
ADMINISTRAÇÃO - ENSINO A DISTÂNCIA**

**Teresina
2024**

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Gustavo...', is written over a thin horizontal line in the bottom right corner of the page.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – PREG
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA – CEAD
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração – Ensino a distância, da Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portella, no município de Teresina - Piauí, a ser implementado/implantado em 2024.1.

Teresina
2024



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

REITOR

Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes

VICE-REITOR

Prof. Dr. Viriato Campelo

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Prof. Dr. Luís Carlos Sales

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO

Profa. Dra. Evangelina da Silva Sousa

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Ana Beatriz Sousa Gomes

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Júnior

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Regilda Saraiva dos Reis Moreira-Araújo

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA

Profa. Dra. Deborah Dettmam Matos

PRÓ-REITORA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Profa. Dra. Mônica Arrivabene



PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Ana Beatriz Sousa Gomes

Pró-Reitora de Ensino de Graduação - PREG

Profa. Dra. Silvana Santiago da Rocha

Coordenadora Geral de Graduação - CGRAD

Profa. Dra. Maria Rosália Ribeiro Brandim

Coordenadora Geral de Estágio - CGE

Prof. Dr. Francisco Newton Freitas

Coordenador de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular - CDAC

Prof. Dr. Leomá Albuquerque Matos

Diretor de Administração Acadêmica - DAA

Profa. Dra. Rosa Lina Gomes do Nascimento Pereira da Silva

Coordenadora de Administração Acadêmica Complementar - CAAC

Prof. Dr. Maycon Silva Santos

Coordenador de Seleção e Programas Especiais - CSPE



**CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA – CEAD
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA - CMPP
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

DIRETORA: Profa. Dra. Livia Fernanda Nery da Silva

VICE-DIRETOR: Prof. Dr. Ildemir Ferreira dos Santos

COORDENADORA DO CURSO: Profa. Dra. Mariane Goretti de Sá Bezerra Leal

COORDENADOR DE TUTORIA: Prof. Me. Francis de Sousa Fernandes

COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO

Profa. Dra. Mariane Goretti de Sá Bezerra Leal – Presidente

Profa. Dra. Antonella Maria das Chagas Sousa – Vice-Presidente

Profa. Dra. Flávia Lorene Sampaio Barbosa – Membro Docente Titular

Prof. Dr. Lauro Oliveira Viana – Membro Docente Suplente

Ana Alice Gonçalves Oliveira – Membro Discente

COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO

Profa. Dra. Mariane Goretti de Sá Bezerra Leal – Presidente

Profa. Dra. Fabiana Rodrigues de Almeida Castro

Profa. Dra. Antonella Maria das Chagas Sousa

Prof. Dr. Maurício Mendes Boavista de Castro

Prof. Dr. Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva



IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

MANTENEDORA: FUFPI (Fundação Universidade Federal do Piauí)

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal do Piauí

SIGLA: UFPI

NATUREZA JURÍDICA: Pública

CNPJ: 06.517.387/0001-34

ENDEREÇO: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga,
s/n – CEP: 64049-550

CIDADE: Teresina

TELEFONE: (86) 3215-5511

E-MAIL: scs@ufpi.edu.br

PÁGINA ELETRÔNICA: www.ufpi.br



APRESENTAÇÃO

Em 2024 foi realizada a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Bacharelado em Administração CEAD/UFPI que tramitou em todas as instâncias cabíveis da UFPI mediante o processo administrativo de nº 23111.011716/2023-39, tendo sido autorizada por meio da Resolução CEPEX/UFPI de nº 656 de 17 de abril de 2024.

Neste momento, o PPC reformulado necessita de uma atualização pontual para atender às recomendações da CAPES/MEC no que diz respeito a inclusão no documento das informações acerca dos polos de apoio presencial onde o curso já foi ofertado ou está em perspectiva de oferta.

Sendo assim, como o curso de administração já foi ofertado em 32 polos de apoio presencial, essa informação precisa ser acrescida ao presente PPC. Ademais, a partir do cadastramento do PPC atualizado, o curso contará com a existência de duas matrizes curriculares, a saber 2008 e 2024.

Essa situação certamente exigirá a migração dos discentes da matriz curricular anterior para a matriz curricular atual, além de envolver a equivalência de disciplinas para os discentes dos polos onde já foram realizadas ofertas do Curso de Bacharelado em Administração. Além disso, em 2025.1 serão ofertadas 150 novas vagas para 05 (cinco) Polos de Apoio Presencial.

Sendo assim, providenciamos a atualização do PPC com a inclusão de informações atualizadas sobre os polos de apoio presencial, conforme pode ser constatado ao longo do PPC na Apresentação (p.7), Identificação do Curso (p. 8), na Subseção 1.3 relativa ao Histórico e Estrutura Organizacional da UFPI e do Curso (p. 15), na Subseção 2.1 referente aos Princípios Curriculares e Especificidades do Curso (p. 18). Na Subseção 7.2 da Infraestrutura Acadêmica consta o quadro 14 que lista todos os polos, endereços e ano em que as ofertas foram realizadas (p. 103). Por fim, atualizamos o novo endereço da Sede do CEAD na subseção 7.1 referente ao Local de Funcionamento e Instalações Acadêmicas (p.103).

Diante do exposto, apresentamos a proposta de atualização do PPC do curso de Bacharelado em Administração a distância, conforme encontra-se descrita neste documento.



IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Bacharelado em Administração.

CÓDIGO DO CURSO (INEP): 108006.

CRIAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DO CURSO:

Resolução n.º 126/2007 – CEPEX/UFPI.

Publicação Boletim de Serviços: 05/09/2007.

RECONHECIMENTO DO CURSO:

Portaria MEC n.º 623/2014.

Publicação: DOU de 30/10/2014.

RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO CURSO:

Portaria MEC n.º 952/2021.

Publicação: DOU de 30/08/2021.

GRAU:

Bacharelado

TÍTULO ACADÊMICO MASCULINO: *Administrador.*

TÍTULO ACADÊMICO FEMININO: *Administradora.*

MODALIDADE:

Ensino a Distância.

DURAÇÃO DO CURSO:

Mínimo: 04 (quatro) anos;

Média: 5,5 (cinco e meio) anos;

Máximo: 07 (sete) anos.

(Para alunos com necessidades educacionais especiais, acrescentar até 50% do prazo máximo de permanência no curso desde que observadas as Resoluções 177/2012-CEPEX/UFPI e 054/2017-CEPEX/UFPI).

ACESSO AO CURSO:

Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), por meio do Sistema de Seleção Unificada – SISU/MEC, e também por meio de Edital específico da UFPI.

REGIME LETIVO: *CRÉDITO - Unidade Didática Pedagógica (15h de trabalho tanto para as atividades de aulas teóricas, quanto para as atividades práticas e estágios. Resolução nº 086/95-CEPEX).*

VAGAS AUTORIZADAS e-MEC:



750 (setecentas e cinquenta) vagas distribuídas entre os polos de apoio presencial, a depender da liberação de vagas de acordo com as ofertas dos Editais UAB/CAPES.

POLOS DE OFERTA DO CURSO (32 polos):

Água Branca, Alegrete do Piauí, Anísio de Abreu, Barras, Buriti dos Lopes, Cajazeiras do Piauí, Campo Maior, Canto do Buriti, Castelo do Piauí, Elesbão Veloso, Esperantina, Gilbués, Inhumas, Itainópolis, Juazeiro (BA), Luzilândia, Luiz Correia, Monsenhor Gil, Oeiras, Paes Landim, Picos, Pio IX, Piracuruca, Piripiri, Regeneração, Simplício Mendes, Simões, São João do Piauí, Teresina, União, Uruçuí, Valença do Piauí.

OFERTA DO CURSO (PERIODICIDADE):

SEMESTRE LETIVO	TURNO(S) (Matutino/Vespertino/Noturno)	VAGAS
1º SEMESTRE	Integral	-
2º SEMESTRE	Integral	-

ESTRUTURA CURRICULAR:

Ano/período de implantação:	Carga horária por período letivo		
	Mínima	Média	Máxima
2024.1	225h	375h	540h

QUADRO-SÍNTESE – CARGA HORÁRIA/CRÉDITO/HORA-AULA

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA	QUANTIDADE DE CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias (A1)	2.100h	140
Disciplinas Obrigatórias-Extensão (A2)	300h	20
TOTAL A (A1+A2)	2400h	160
Disciplinas Optativas (B)	120h	8
Atividade de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (C)	60h	4
Atividade de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório (D)	300h	20
Atividades Complementares – AC (E)	120h	8
Atividades Curriculares de Extensão ACE (F=10% de G) Vide Disciplinas Obrigatórias (A2)	--	--
TOTAL (A+B+C+D+E+F=G)	3.000h	200

DCN - CH TOTAL - 3.000

2700 - 90%

300 - 10%

Observação: A carga horária e os créditos das Atividades Curriculares de Extensão (300h) está inserida como Disciplinas Obrigatórias (A2) sendo Extensão I (60h), Extensão II (60h), Extensão III (60h), Extensão IV (60h) e Extensão V (60h) computadas na Linha A2 do Quadro-síntese Carga horária/Crédito/Hora-aula – 300 h de Carga horária e 20 Créditos.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Justificativa	12
1.2 Contexto regional e local	13
1.3 Histórico e estrutura organizacional da UFPI e do Curso	15
2 CONCEPÇÃO DO CURSO	18
2.1 Princípios curriculares e especificidades do Curso	18
2.2 Objetivos do Curso	21
2.3 Perfil do Egresso	22
2.4 Competências e Habilidades	23
2.5 Perfil do corpo docente	25
2.6 Atividade de tutoria	29
3 PROPOSTA CURRICULAR	31
3.1 Estrutura e organização curricular	31
3.1.1 Conteúdos curriculares básicos	33
3.1.2 Conteúdos curriculares profissionais	33
3.1.3 Conteúdos curriculares de estudos quantitativos e suas tecnologias	34
3.1.4 Conteúdos curriculares de formação complementar	34
3.2 Matriz curricular/ Fluxograma	34
3.2.1 Matriz Curricular do Curso	34
3.2.2 Fluxograma do Curso	39
3.3 Estágio, atividades complementares, atividades curriculares de extensão e trabalho de conclusão de curso	40
3.3.1 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	40
3.3.2 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	43
3.3.3 Atividades Complementares de Curso (ACC)	43
3.3.4 Atividades Curriculares de Extensão (ACE)	55
3.4 Metodologia	57
4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	58
4.1 Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão	58
4.2 Apoio ao discente	59
4.3 Apoio ao docente	61



5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO	62
5.1 Avaliação da aprendizagem	62
5.2 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso	67
6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS (BIBLIOGRAFIA)	69
6.1 Disciplinas obrigatórias	69
6.2 Disciplinas optativas	95
7 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	103
7.1 Local de funcionamento e infraestrutura física	103
7.2 Infraestrutura acadêmica	103
7.3 Biblioteca	107
8 OUTRAS AÇÕES	108
8.1 Tecnologias de Informação e Comunicação - TDICs no processo ensino- aprendizagem	108
8.2 Material didático instrucional	109
8.3 Mecanismo de interação entre docentes, tutores e discentes	110
9 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	111
9.1 Cláusula de vigência	111
9.2 Equivalência entre projetos pedagógicos	112
REFERÊNCIAS	116
ANEXOS	118
ANEXO A – Avaliação dos referenciais bibliográficos pelo NDE	119
ANEXO B – Portarias do NDE e Colegiado	121
ANEXO C – Atas de aprovação do PPC - NDE e Colegiado	123
APÊNDICES	127
APÊNDICE A - Regimento do Trabalho de Conclusão de Curso	128
APÊNDICE B - Regimento do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	132
APÊNDICE C – Regimento das Atividades Curriculares de Extensão	135



1 INTRODUÇÃO

1.1 Justificativa

As rápidas mudanças tecnológicas envolvendo a sociedade, tanto nas formas de trabalhar como na vida doméstica dos cidadãos, exigem o uso de táticas educacionais inovadoras que permitam a todos os brasileiros alcançarem seu pleno potencial, bem como pôr fim à sensação de isolamento do aluno separado pela distância na esfera da educação formal em todos os níveis.

O ensino a distância além de quebrar fronteiras, pode ainda proporcionar novas oportunidades para aqueles alunos que se evadiram da universidade para ingressar no mercado de trabalho sem concluir o ensino superior. Essa evasão decorre principalmente em função da impossibilidade de conciliar as atividades estudantis e profissionais, sendo essas últimas, muitas vezes, necessárias à própria sobrevivência do aluno.

Para que se dê um salto de qualidade rumo ao desenvolvimento humano e regional, é imperativo o encurtamento das distâncias entre os centros de conhecimento, os alunos e os professores. Daí a necessidade de ampliação e de manutenção de um programa educacional capaz de propiciar ganhos não apenas em termos geográficos, mas também na velocidade da aprendizagem, sem comprometer a qualidade do ensino.

Diversos conceitos de negócios foram criados e remodelados com o advento da Internet. Expressões como *e-commerce*, *e-business*, *e-procurement* fazem parte do cotidiano das corporações. Complementando essas expressões, destacamos o *e-learning*, que tem como meta prover a educação institucional com uma série de facilidades e ferramental tecnológico. Também conhecida como modalidade de Ensino a Distância (EaD), o *e-learning* tornou-se uma tendência, substituindo as formas tradicionais de ensino por alternativas que ensejam economia de recursos e de tempo na produção de conhecimento. A modalidade de Educação a Distância, na atualidade, busca integrar atividades tradicionalmente usadas na educação presencial em conjunto com as novas tecnologias adotadas pelos professores.

O Brasil está em uma fase de expansão da EaD quanto à produção de conhecimento. Muitas instituições já dispõem de plataformas EaD próprias criadas a partir de experiências e de adaptações do ensino presencial: *chats*, fóruns de discussão, videoaulas, videoconferências, entre outros recursos. Mesmo os cursos presenciais, nos dias atuais, já realizam parte de suas cargas horárias a exemplo do que é feito na modalidade a distância, conforme autorizado pela Portaria MEC n.º 4.059, de 10 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004a). Dessa forma, o ensino



a distância vem usando as novas tecnologias de informação e comunicação conforme a disponibilidade. O avanço das mídias digitais e da expansão da Internet têm possibilitado o acesso a um grande número de informações, bem como a interação e a colaboração entre pessoas distantes geograficamente ou inseridas em contextos diferenciados. A constatação dessa realidade implica necessidade de se desenvolver ações permanentes de inserção de novas tecnologias no processo educativo.

Na modalidade de ensino presencial professor e aluno estão fisicamente próximos e a maioria dos problemas é resolvida com a facilidade própria do contato humano. Na Educação a Distância, usando as novas tecnologias de informação e comunicação, o aluno é usuário, aprendiz e leitor ao mesmo tempo. Embora a distância física, na forma de EaD, seja fato, as ferramentas tecnológicas sanam tal dificuldade, exigindo que todos os envolvidos participem dos processos de ensino e aprendizagem.

Diante desse contexto, foi instituída comissão formada pelos docentes Prof^a Dr^a Mariane Goretti de Sá Bezerra Leal (coordenadora do curso); Prof. MsC. Francis de Sousa Fernandes (coordenador de tutoria); Prof. Dr. Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva e Prof. Dr. Lauro Oliveira Viana para proceder à reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração do CEAD, cuja versão reformulada foi apresentada aos membros do Núcleo Docente Estruturante e do Colegiado do Curso, sendo amplamente debatida e recebendo novos ajustes e adequações até ser aprovada em sua redação final. Ressalte-se que a representação estudantil foi devidamente contemplada nesse processo por meio da participação ativa da aluna Ana Alice Gonçalves Oliveira, membro do Colegiado do Curso e presente nos diálogos e decisões sobre o documento com sua opinião e seu olhar discente.

1.2 Contexto regional e local

O estado do Piauí, situado na Região Nordeste do Brasil, ocupa uma área de 1.548.675km², ou seja, 16,20% do território brasileiro, sendo o terceiro maior estado nordestino e o décimo terceiro do país em extensão territorial. A população do estado apresenta ritmos de crescimento diferenciados no tempo e no espaço, de acordo com a atividade econômica desenvolvida em cada região.

Segundo o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, a população do estado do Piauí era de 3.118.360 (três milhões e cento e dezoito mil trezentos e sessenta) habitantes, tendo como estimativa para o ano de 2021 uma população de



3.289.290 (três milhões e duzentos e oitenta e nove mil e duzentos e noventa) habitantes, cuja estrutura etária é composta por um público muito jovem, representando elevado potencial da força de trabalho para o setor produtivo.

Por sua vez, a análise de indicadores da economia piauiense para o ano de 2019 revela que o Piauí apresentou o Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 52,7 bilhões (CEPRO, 2021). Dessa forma, o estado manteve sua participação de 5% no PIB da Região Nordeste e de 0,7% em relação ao Brasil, mantendo crescimento acumulado superior ao do Brasil e ao do Nordeste ao longo do período 2010-2019: em nove anos acumulou crescimento nominal de 21,9%, superior ao do Nordeste (9,7%) e ao do Brasil (6,8%).

O Piauí está entrecortado por 224 (duzentos e vinte e quatro) municípios e tem como capital a cidade de Teresina, que apresenta características peculiares. Está localizada no meio-norte do Piauí e se constitui o centro decisório político, econômico e social do estado. Por sua localização geográfica estratégica, situada no grande entroncamento rodoviário que interliga os estados do Norte aos demais estados do Nordeste e ao restante do país, também se configura como um importante mercado consumidor regional.

No que se refere às atividades econômicas, o Piauí contou em 2019 com 8,0% de participação da Agropecuária (ante 9,9% em 2018); 12,3% da Indústria (ante 12,4% em 2018) e 79,7% do Setor de Serviços (ante 77,6% em 2018), detendo este último o maior peso na economia do estado. Desse modo, o Piauí amplia cada vez mais o seu mercado de trabalho abrindo espaço para várias categorias profissionais, inclusive a profissão de Administrador(a), que necessita estar capacitado(a) para atuar com sucesso nas atividades que lhe competem (CEPRO, 2021).

É inserida em tal contexto que está situada a Universidade Federal do Piauí (UFPI), instituição de ensino superior mantida pela Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), criada pela Lei n.º 5.528, de 12 de novembro de 1968 (BRASIL, 1968), com sede na cidade de Teresina, estado do Piauí, possuindo autonomia didático-científica, administrativa e gestão financeira e patrimonial exercida na forma da legislação vigente do seu Estatuto (UFPI, 1971a) e seu Regimento Geral (UFPI, 1971b). O *campus* sede da UFPI, denominado Ministro Petrônio Portella, fica situado à Avenida Universitária, s/n, Bairro Ininga, CEP: 64049-550, em Teresina, estado do Piauí.

A missão de uma instituição é a declaração do seu propósito e do seu alcance, e se refere ao papel da universidade dentro da sociedade, o que corresponde a uma declaração sobre o que a instituição é, sobre sua razão de ser. A UFPI tem como missão “promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos com a ética e



capacitados para atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e local” (UFPI, 2020).

A definição de missão serve de critério geral para orientar a tomada de decisões, para definir objetivos e para auxiliar na escolha das decisões estratégicas. A visão descreve o futuro desejado, refletindo o alvo que se deseja atingir pelo conjunto de esforços individuais e coletivos resultantes da utilização eficiente de todo o arsenal de recursos: humanos, tecnológicos e financeiros.

A visão da UFPI é “ser uma instituição de excelência no ensino básico, técnico, tecnológico, educação superior e pós-graduação, qualificando pessoas para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania por meio da inovação no ensino, na pesquisa e na extensão” (UFPI, 2020).

Os valores institucionais correspondem ao conjunto de princípios que definem e facilitam a participação das pessoas no desenvolvimento da missão, da visão e dos próprios valores. Tais valores definem as regras básicas que norteiam os comportamentos e as atitudes a serem adotadas e estimuladas no fazer diário. Os princípios que regem a UFPI e que representam, portanto, seus valores são (UFPI, 2020):

- I Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- II Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- III Difusão do conhecimento científico e tecnológico, suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais e aprofundamento do processo de internacionalização;
- IV Inclusão de um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, dentre outros, pessoas que residem em localidades geograficamente distantes dos grandes centros educativos do estado;
- V Respeito à pluralidade de pensamento e natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

O conjunto formado pela missão, visão e valores compõem a identidade da instituição, explicitando os seus propósitos e a razão da sua existência.

1.3 Histórico e estrutura organizacional da UFPI e do Curso

A UFPI está constituída por onze unidades de ensino, sendo sete centros situados no *campus*-sede, em Teresina: Ciências da Natureza, Agrárias, Educação, Humanas e Letras, Saúde, Tecnologia e Educação Aberta e a Distância, e três nos *campi* do interior do estado: Bom Jesus, Floriano e Picos. Além de sete Pró-Reitorias: PRAD (Pró-Reitoria de

Administração), PRAEC (Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários), PREG (Pró-Reitoria de Ensino de Graduação), PROPESQI (Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação), PROPLAN (Pró-Reitora de Planejamento e Orçamento), PREXC (Pró-Reitoria de Extensão e Cultura) e PRPG (pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação) que apoiam as atividades de ensino, pesquisa e extensão (UFPI, 2020).

Toda essa estrutura contou com um total de 22.795 (vinte e dois mil e setecentos e noventa e cinco) alunos ativos no primeiro período de 2018 na graduação presencial, distribuídos entre 79 (setenta e nove) cursos nos 04 (quatro) *campi* da instituição, e 13.278 (treze mil e duzentos e setenta e oito) alunos na graduação a distância, distribuídos entre 15 (quinze) cursos em 48 (quarenta e oito) polos de apoio presencial (BRASIL, 2018).

A modalidade de Educação a Distância teve início com o Projeto Universidade Aberta do Brasil (UAB), criado pelo Ministério da Educação em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e a integração de um sistema nacional de educação superior a distancia gratuita e de qualidade, visando a sistematizar as ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e a interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

O Sistema UAB é uma parceria entre consórcios públicos nos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) e com participação das universidades públicas e demais organizações interessadas. Para a consecução do Projeto UAB, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação a Distância (SEED), lançou o Edital n.º 1, em 20 de dezembro de 2005, com chamada pública para a seleção de polos municipais de apoio presencial e de cursos superiores de Instituições Federais de Ensino Superior (IES) na modalidade de Educação a Distância para a UAB, que deveriam ser preparados no referido ano e ofertados em 2007. Com a finalidade de atender à demanda das empresas estatais em termos de qualificação dos servidores públicos, o Ministério da Educação propôs a criação de um curso de graduação em Administração na modalidade a distância, em parceria com 09 (nove) Instituições de Ensino Superior e contando com o apoio financeiro do Banco do Brasil.

Dentre essas IES encontrava-se a UFPI, que ofertou no primeiro semestre de 2007 o curso de graduação em Administração em EaD. A opção pela modalidade a distância se deu não somente devido à necessidade de atender a estudantes residentes em regiões sem IES, mas também aos profissionais que, estando em serviço, necessitavam de formação em nível universitário. Uma das políticas do Governo Federal é a ampliação do acesso ao ensino superior, aliada a uma adequada formação dos servidores públicos. O curso de Administração foi um dos escolhidos devido a sua importância para a formação de agentes de mudança, sobretudo no



processo de desenvolvimento socioeconômico do país.

As universidades que participaram do consórcio para a oferta do curso de graduação em Administração deveriam possuir experiência em EaD, e aquelas que ainda não a possuíam firmaram parcerias com as demais universidades na busca de capacitação e de treinamento do seu pessoal. Dessa forma, foi possível promover a adequação necessária às especificações de cada uma em termos de infraestrutura e de sistema de educação a distância, incluindo-se aí o material didático, os ambientes virtuais de aprendizagem, o sistema de acompanhamento ao estudante a distância, bem como a avaliação.

A UFPI, desde a implantação do seu Laboratório de Educação a Distância – LED, em 1998, vem implementando a educação a distância em seu âmbito de atuação no estado do Piauí. Entretanto, a falta de uma política própria até então para essa modalidade de educação, aliada à falta de recursos, quer humanos, quer financeiros, impediu a sua atuação.

Em seus primórdios, logo em 2006, o Sistema UAB foi implantado no estado do Piauí por meio de consórcio entre a Universidade Federal do Piauí (UFPI), a Universidade Estadual do Piauí (UESPI), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Piauí (SEDUC), em cumprimento à missão de disseminação dos saberes das diversas áreas epistemológicas, para assim colaborar com o desenvolvimento regional e nacional.

De acordo com a Portaria n.º 867, de 07 de abril de 2006, a UFPI, em conformidade com os convênios firmados com o Governo Estadual do Piauí e com as Prefeituras Municipais, participou do projeto de implantação da UAB. A oferta para o ano de 2007 foi de 2.350 (duas mil e trezentos e cinquenta) vagas para 47 (quarenta e sete) cursos da UFPI na modalidade de Educação a Distância, em 08 (oito) áreas: os bacharelados em Administração e Sistemas de Informação, e as licenciaturas em Física, Matemática, Pedagogia, Biologia, Química e Filosofia, com 50 (cinquenta) alunos por turma, em polos de apoio presencial situados em 15 (quinze) diferentes municípios do estado do Piauí, com o início dos cursos em julho e em setembro de 2007.

A oferta da primeira turma do curso de Bacharelado em Administração em EaD utilizou uma combinação de materiais didáticos: impressos, teleconferências, videoaulas, Internet, videoconferências e, principalmente, um sistema de acompanhamento ao estudante a distância com apoio de tutores e monitores via 0800, fax, *e-mail* e correio postal.

A oferta do curso atendeu inicialmente ao estado do Piauí. A Coordenação do Curso de Bacharelado em Administração a distância, a Secretaria de Educação a Distância – SEED-UFPI, os demais departamentos do Consórcio UFPI, UESPI e IFPI construíram uma parceria



para desenvolver as dimensões teórico-metodológicas nas diferentes áreas de conhecimento e a organização de um sistema de EaD com a qualidade exigida por um curso dessa natureza e especificidade. Assim, nasceu o curso de Bacharelado em Administração a distância, resultado de um esforço conjunto entre instituições parceiras e de docentes e discentes da UFPI. A criação/autorização do Curso foi aprovado pela Resolução CEPEX/UFPI n.º 126/2007 e publicado no DOU em 05 de setembro de 2007, a fim de atender a demanda de formação em nível superior no âmbito estadual.

O Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) da UFPI começou a funcionar em 2006 e foi incorporado como unidade de ensino da UFPI em 2013, com a publicação da Portaria MEC n.º 97, de 05 de março de 2013 (BRASIL, 2013c). Desde o início do funcionamento do CEAD, o curso de Bacharelado em Administração a distância está inserido neste Centro, compartilhando de sua estrutura organizacional e estratégias de funcionamento.

Atualmente o CEAD oferta cursos em 48 (quarenta e oito) polos de apoio presencial. Desse total, 46 (quarenta e seis) se localizam no estado do Piauí e 02 (dois) estão situados no estado da Bahia. O curso de Bacharelado em Administração a distância já foi ofertado em 31 (trinta e um) dos polos de apoio presencial localizados no estado do Piauí e em 01 (um) no estado da Bahia, estando distribuídos geograficamente de norte a sul do estado do Piauí nos municípios de Água Branca, Alegrete do Piauí, Anísio de Abreu, Barras, Buriti dos Lopes, Cajazeiras do Piauí, Campo Maior, Canto do Buriti, Castelo do Piauí, Elesbão Veloso, Esperantina, Gilbués, Inhuma, Itainópolis, Juazeiro-BA, Luzilândia, Luiz Correia, Monsenhor Gil, Oeiras, Paes Landim, Picos, Pio IX, Piracuruca, Piripiri, Regeneração, Simões, São João do Piauí, Teresina, União, Uruçuí e Valença do Piauí. No quadro 14 foram listados todos os polos acima mencionados e destacados seu endereço e o ano em que tais ofertas foram realizadas.

2 CONCEPÇÃO DO CURSO

2.1 Princípios curriculares e especificidades do Curso

O currículo de um curso é o conjunto de atividades, experiências, situações de ensino e aprendizagens vivenciadas pelo aluno durante a sua formação. É o currículo que assegura a formação para uma competente atuação profissional e, desse modo, as atividades desenvolvidas devem articular harmoniosamente as dimensões humana, técnica, político-social e ética.

Diante dessa perspectiva, e em atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais para



o curso de graduação em Administração (Resolução n.º 5, de 14 de outubro de 2021), o curso de Bacharelado em Administração a distância se adequou às novas normas.

O curso de Bacharelado em Administração a distância também considera os princípios norteadores da política de ensino da UFPI constantes no PDI/UFPI 2020-2024 e na Resolução CEPEX/UFPI n.º 220/2016 (UFPI, 2016a):

a) Concepção de formação e desenvolvimento da pessoa humana: levando em consideração os pressupostos axiológico-éticos, a dimensão sociopolítica, a dimensão sociocultural, a dimensão técnico-científica e técnico-profissional.

b) Observância à ética e respeito à dignidade da pessoa humana e ao meio ambiente: a ética é norteadora de toda a ação institucional, em todas as suas relações internas e externas com a sociedade. E, em especial, daquelas relativas aos processos de ensino e aprendizagem, à condução de pesquisas e à produção e à socialização do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade.

c) Articulação entre ensino, pesquisa e extensão: relaciona os processos de ensinar e aprender com a pesquisa científica e as atividades de extensão e organiza a síntese entre teoria e prática.

d) Interdisciplinaridade e transversalidade: a complexidade do fenômeno educativo requer um eixo que trate das experiências que envolvem a abordagem integrada de várias áreas do conhecimento como concepção curricular, considerando suas implicações no ensino. A interdisciplinaridade não nega a existência das disciplinas. Ao contrário, é uma estratégia de articulação dos saberes de cada área, definindo a melhor forma de atender aos desafios da complexidade da sociedade contemporânea. A interdisciplinaridade admite uma visível melhoria na ideia de integração curricular, conservando os interesses de cada disciplina.

A transversalidade diz respeito à possibilidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). Assim, a UFPI procura ter uma visão mais ampla, diminuindo a fragmentação do conhecimento, pois somente assim se apossará de uma cultura interdisciplinar. A transversalidade e a interdisciplinaridade são modos de trabalhar o conhecimento que buscam reintegração de procedimentos acadêmicos que ficaram isolados uns dos outros pelo método disciplinar. E essa reintegração possibilita intervir na realidade para transformá-la. (BRASIL ESCOLA, 2022).

A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade implicam, portanto, em rever, quando da construção do projeto pedagógico de cada curso, a linearidade e a hierarquização na proposição das estruturas curriculares e, assim, reafirmar o diálogo entre as áreas do conhecimento, a ética e o trabalho coletivo e colaborativo.



e) Uso de tecnologias de comunicação e informação: objetiva a formação de um viés entre educação, comunicação, tecnologias inteligentes e construção do conhecimento. Cabem as discussões sobre mídia, representações, linguagens e estratégias colaborativas de elaboração da aprendizagem no ensino superior.

f) Avaliação: incluem-se as experiências sistematizadas de registro e acompanhamento humanizado do processo de aprendizagem que ultrapassem a concepção quantitativa e classificatória de avaliação.

g) Articulação entre teoria e prática: a articulação entre teoria e prática pode ser compreendida como um princípio de aprendizagem que se afasta da lógica positivista de produção do conhecimento e possibilita que os alunos se envolvam com problemas reais, tomem contato com seus diferentes aspectos e influenciem nas soluções.

h) Flexibilização curricular: a partir da realidade da UFPI, seus Projetos Pedagógicos de Cursos, no exercício de sua autonomia, deverão prever entre os componentes curriculares, tempo livre amplo o suficiente para permitir ao aluno incorporar outras formas de aprendizagem e formação social. A flexibilização curricular pressupõe uma liberdade maior para o estudante articular suas escolhas e construir sua identidade, valorizando a vivência universitária.

O presente Projeto Pedagógico está fundamentado basicamente no paradigma da reflexão crítica. Neste sentido, o Curso está estruturado de modo a propiciar, na sua totalidade, a análise crítica dos aspectos contraditórios do contexto socioeconômico e cultural e das políticas educacionais, bem como do saber científico na área das Ciências Administrativas.

A partir de seu fundamento básico, o currículo está centrado na busca de uma visão crítica da realidade educacional, procurando articular as dimensões filosófica, histórica, psicológica, sociológica e metodológica da prática educativa.

Nessa perspectiva, o currículo deverá, permanentemente, se comprometer com a compreensão e a explicitação da realidade educacional do Piauí em suas vinculações históricas com os contextos regionais e nacionais. Deverá, ainda, se comprometer com a busca de uma eficiência técnica fundamentada nos aspectos éticos e políticos, da crítica e da transformação social.

O curso de Bacharelado em Administração a distância já foi ofertado em 32 (trinta e dois) polos de apoio presencial, distribuídos entre os estados do Piauí e da Bahia, e está organizado a partir das diretrizes a seguir apresentadas, as quais constituem os pressupostos teórico-metodológicos do currículo em questão:

a) Contempla as exigências do perfil do bacharel em Administração, levando em consideração

a identificação de problemas e necessidades atuais e prospectivas da sociedade, assim como da legislação vigente;

b) Garante uma sólida formação básica inter e multidisciplinar;

c) Favorece a flexibilidade curricular, de forma a contemplar interesses e necessidades específicas dos alunos;

d) Explicita o tratamento metodológico no sentido de garantir o equilíbrio entre a aquisição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores;

e) Garante um ensino problematizado e contextualizado, assegurando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

f) Proporciona a formação de competências na produção do conhecimento com atividades que levem o aluno a procurar, a interpretar, a analisar e a selecionar informações, assim como identificar problemas relevantes e a realizar experimentos e projetos de pesquisa;

g) Estimula atividades que socializam o conhecimento produtivo tanto pelo corpo docente como pelo discente;

h) Incentiva outras atividades curriculares e extracurriculares de formação (atividades complementares);

i) O currículo tem sido permanentemente avaliado, a fim de que possam ser feitas, no devido tempo, as correções que se mostrarem necessárias;

j) Leva em conta a legislação vigente quanto à inclusão do aluno portador de necessidades especiais no processo de ensino e aprendizagem considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Capítulo V (BRASIL, 1996), e a Resolução CEPEX/UFPI n.º 54/2017 (UFPI, 2017).

2.2 Objetivos do Curso

O curso de Bacharelado em Administração a distância foi concebido com o intuito de formar profissionais que possam atuar em um mercado multicultural e multidisciplinar aplicando conceitos, técnicas e métodos de uma maneira integrada e focalizada. O Curso enfatiza teoria e prática, preparando os futuros profissionais para atuarem em um mercado globalizado, aberto e cada vez mais competitivo, habilitando-os a acompanhar e a implementar as transformações necessárias em um mundo de incessantes mudanças e repleto de desafios, e que sejam capazes de estabelecer relacionamentos que transcendam as fronteiras geográficas, de administrar unidades de informação e negócios, além de identificar e elaborar estratégias que satisfaçam às necessidades e usos das atividades profissionais.

Dessa forma, objetiva integrar o futuro bacharel em Administração com vistas a



propiciar-lhe os conhecimentos e as ferramentas necessárias para enfrentar as novas exigências da sociedade, bem como capacitá-lo para atuar numa ampla gama de organizações e atividades. Assim, o principal objetivo do curso de Administração EaD é formar um profissional de excelência por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, a fim de contribuir decisivamente para o desenvolvimento das organizações privadas, públicas e do terceiro setor.

Um dos principais objetivos específicos para a modalidade em questão é o de levar essa experiência especial a um público mais amplo, rompendo as barreiras geográficas encontradas na modalidade de ensino presencial. Além deste, os demais objetivos específicos são:

- No campo organizacional: estar apto a desenvolver ações que promovam o equilíbrio entre os objetivos da organização, suas disponibilidades e os interesses e as necessidades dos trabalhadores.
- Na área financeira: estar apto a desenvolver a capacidade para analisar a conjuntura sociopolítica e político-econômica e avaliar os riscos inerentes às condições de sobrevivência institucional.
- Na área de produção: projetar os sistemas produtivos e os mecanismos de provisão de recursos para sua implantação, verificando sua viabilidade.
- Na área de estudos governamentais: conhecer os processos de formação e de desenvolvimento do Estado em sua inserção no processo mais amplo da formação social.
- No campo da administração privada: aplicar os conhecimentos em pequenos, médios e grandes ambientes empresariais.

2.3 Perfil do egresso

O curso de Administração EaD está organizado objetivando a formação de profissionais com perfil aderente àquele demandado pelas organizações contemporâneas, permitindo, por meio de disciplinas obrigatórias e optativas, dos seminários temáticos, do Estágio Supervisionado, do Trabalho de Conclusão de Curso e das Atividades Complementares de Curso e de Extensão, a formação de competências que preparem o egresso para as contingências da administração.

As organizações modernas buscam o administrador generalista, integral e integrado, notadamente um agente de mudanças, que gere novos conhecimentos e caminhos para o aprimoramento e o desenvolvimento socioeconômico, político, técnico e cultural. Em outras



palavras, um profissional autodidata, detentor de amplo portfólio de conhecimento, consciente da contínua necessidade de aprofundamento dos conhecimentos no âmbito da Administração e atualização das interfaces entre esta e outras áreas relacionadas, especialmente das áreas afins, sem perder de vista as descobertas daquelas correlatas, uma vez que qualquer que seja o objeto de trabalho, ele estará inserido no contexto integral de uma sociedade globalizada.

Para atender às expectativas de uma sociedade emergente, o curso de Bacharelado em Administração a distância procura oferecer uma formação sólida e moderna de profissionais com competência, em condições plenas de atuação eficiente e eficaz, preocupados com a relevância social do resultado de seus trabalhos, apresentando habilidades voltadas para a proatividade e a criatividade; o raciocínio lógico, crítico e analítico; a visão sistêmica e estratégica para negociações, a tomada de decisão, a liderança e o trabalho em equipe.

2.4 Competências e habilidades

Entendemos por competências os esquemas mentais, ou seja, as ações e as operações mentais de caráter cognitivo, socioafetivo ou psicomotor que mobilizados e associados aos saberes teóricos ou experienciais geram habilidades, ou seja, um saber fazer.

Devem ser descritas de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, de forma que reflitam a heterogeneidade das demandas sociais de cada curso. São as referências para a organização dos conteúdos e para a avaliação do processo de ensino-aprendizagem (BRASIL, 2021).

Levando em conta os elementos do cenário traçado e, ainda, as novas Diretrizes Curriculares Nacionais do CNE/CES estabelecidas para os cursos de graduação em Administração, no que se refere à formação dos alunos, as competências e as habilidades devem ser destacadas na formação profissional dos egressos (BRASIL, 2021). Sendo assim, o conjunto de competências exigidas pelo mercado de trabalho aos graduados nos cursos de Administração está além da dimensão cognitiva, compreendendo os seguintes elementos:

I Integrar conhecimentos fundamentais ao Administrador - para além de apenas deter conhecimentos fundamentais, o egresso deve ser capaz de integrá-los para criar ou aprimorar de forma inovadora os modelos de negócios, operacionais e organizacionais, para que sejam sustentáveis nas dimensões social, ambiental, econômica e cultural. Entre os conhecimentos fundamentais destacamos os relativos à Economia, às Finanças, à Contabilidade, ao Marketing, às Operações e Cadeia de Suprimentos, ao Comportamento Humano e Organizacional, às Ciências Sociais e Humanas e aos outros que sirvam às especificidades do Curso.



II Abordar problemas e oportunidades de forma sistêmica - compreender o ambiente, modelar os processos com base em cenários, analisando a interrelação entre as partes e os impactos ao longo do tempo. Analisar problemas e oportunidades sob diferentes dimensões (humana, social, política, ambiental, legal, ética, econômico-financeira).

III Analisar e resolver problemas - formular problemas e/ou oportunidades utilizando empatia com os usuários das soluções, elaborar hipóteses, analisar evidências disponíveis, diagnosticar causas prováveis e elaborar recomendações de soluções e suas métricas de sucesso passíveis de testes.

IV Aplicar técnicas analíticas e quantitativas na análise de problemas e oportunidades - julgar a qualidade da informação, diferenciando informações confiáveis de não confiáveis, e de que forma ela pode ser usada como balizadora na tomada de decisão. Identificar, sumarizar, analisar e interpretar informações qualitativas e/ou quantitativas necessárias para o atingimento de um objetivo inicial. Julgar a relevância de cada informação disponível, diferenciando meras associações de relações causais. Comunicar suas conclusões a partir da construção e análise de gráficos e de medidas descritivas. Identificar os contextos em que técnicas de inferência estatística possam ser utilizadas e, por meio delas, julgar até que ponto os resultados obtidos em uma amostra podem ser extrapolados para uma população.

V Ter prontidão tecnológica e pensamento computacional - compreender o potencial das tecnologias e aplicá-las na resolução de problemas e aproveitamento de oportunidades. Formular problemas e suas soluções, de forma que as soluções possam ser efetivamente realizadas por um agente de processamento de informações, envolvendo as etapas de decomposição dos problemas, identificação de padrões, abstração e elaboração de sequência de passos para a resolução.

VI Gerenciar recursos - estabelecer objetivos e metas, planejar e priorizar ações, controlar o desempenho, alocar responsabilidades, mobilizar as pessoas para o resultado.

VII Ter relacionamento interpessoal - usar de empatia e outros elementos que favoreçam a construção de relacionamentos colaborativos, que facilitem o trabalho em time e a efetiva gestão de conflitos.

VIII Comunicar-se de forma eficaz - compartilhar ideias e conceitos de forma efetiva e apropriada à audiência e à situação, usando argumentação suportada por evidências e dados, deixando claro quando suportada apenas por indícios, com a preocupação ética de não usar dados para levar a interpretações equivocadas.

IX Aprender de forma autônoma - ser capaz de adquirir novos conhecimentos, desenvolver habilidades e aplicá-las em contextos novos, sem a mediação de professores, tornando-se



autônomo no desenvolvimento de novas competências ao longo de sua vida profissional.

2.5 Perfil do corpo docente

O corpo docente do curso de bacharelado em Administração a distância é formado por 27 (vinte e sete) docentes, entre efetivos (DE) e colaboradores. Do total, são 22 (vinte e dois) doutores e 05 (cinco) mestres, conforme apresentado no Quadro 1, na lista dos docentes com a respectiva área de formação.



Quadro 1 – Docentes do curso de bacharelado em Administração a distância

	DOCENTE	TITULAÇÃO	CONHECIMENTO	REGIME DE TRABALHO	Link do Currículo Lattes atualizado
01	Alexandre Rabelo Neto	Doutor	Administração	Colaborador	http://lattes.cnpq.br/2630571885105078
02	Carlos Antonio Mendes de Carvalho BuenosAyres	Doutor	Sociologia	Colaborador	http://lattes.cnpq.br/5402940632623132
03	Eulálio Gomes Campelo Filho	Doutor	Engenharia de Negócios	Colaborador	http://lattes.cnpq.br/1281673867383151
04	Antonella Maria das Chagas Sousa	Doutora	Administração	DE	http://lattes.cnpq.br/1878675822685508
05	Élvia Florêncio Torres Ximenes	Mestra	Engenharia de Produção	DE	http://lattes.cnpq.br/1083067630664477
06	Mariane Goretti de Sá Bezerra Leal	Doutora	Administração	DE	http://lattes.cnpq.br/5599612035592036
07	João Carlos Hipólito Bernardes do Nascimento	Doutor	Ciências Contábeis	Colaborador	http://lattes.cnpq.br/7222237836912088
08	Keliny Martins de Melo Sousa Soares	Doutora	Matemática	Colaboradora	http://lattes.cnpq.br/2887682798027541
09	Maria Fernanda Brito do Amaral	Doutora	Políticas Públicas	Colaboradora	http://lattes.cnpq.br/6210631326643441
10	Denis Barros de Carvalho	Doutor	Psicologia	Colaborador	http://lattes.cnpq.br/6114958483289396
11	Fabiana Rodrigues de Almeida Castro	Doutora	Políticas Públicas	Colaboradora	http://lattes.cnpq.br/3234232304344061
12	Valtemar de Andrade Braga	Doutor	Políticas Públicas	Colaborador	http://lattes.cnpq.br/3865116414522325
13	Eliciana Selvina Ferreira Mendes Vieira	Doutora	Administração	Colaboradora	http://lattes.cnpq.br/8408433638413500
14	Evangelina da Silva Sousa	Doutora	Administração e Controladoria	Colaboradora	http://lattes.cnpq.br/5995903512110615
15	Márcio Vinicius Brito Pessoa	Doutor	Administração	Colaborador	http://lattes.cnpq.br/8556830225826327
16	Ricardo Alaggio Ribeiro	Doutor	Economia	Colaborador	http://lattes.cnpq.br/3914374659407912
17	Francis de Sousa Fernandes	Mestre	Administração e Controladoria	Colaborador	http://lattes.cnpq.br/5725656692989368
18	Maria de Lourdes de Melo Salmito Mendes	Doutora	Administração	Colaboradora	http://lattes.cnpq.br/4821157127250283
19	Raimundo Batista dos Santos Júnior	Doutor	Ciência Política	Colaborador	http://lattes.cnpq.br/4833262332828334
20	Valdeny Costa de Aragão	Mestre	Letras	Colaborador	http://lattes.cnpq.br/6247651426017076

21	Geordy Souza Pereira	Doutor	Engenharia de Produção	Colaborador	http://lattes.cnpq.br/1287499167497435
22	Claudinei Reis Pereira	Mestre	Ética e Epistemologia	Colaborador	http://lattes.cnpq.br/1377457476838013
23	Isidro José Bezerra Maciel Fortaleza do Nascimento	Doutor	Educação	Colaborador	http://lattes.cnpq.br/2674365221736514
24	Lauro Oliveira Viana	Doutor	Administração	DE	http://lattes.cnpq.br/5529821634059586
25	Flávia Lorene Sampaio Barbosa	Doutora	Administração	DE	http://lattes.cnpq.br/3271567015867945
26	Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva	Doutor	Administração	Colaborador	http://lattes.cnpq.br/2665923001075028
27	Maurício Mendes Boavista de Castro	Doutor	Administração	Colaborador	http://lattes.cnpq.br/2780744627192313

Fonte: Elaborado pela Comissão (2023).

No curso de Bacharelado em Administração a distância, o Coordenador do Curso possui uma relevante função integradora e organizadora na implantação e no desenvolvimento da estrutura curricular, planejada de forma conjunta com o corpo docente, integrando, para isso, os diversos conhecimentos necessários. Para a implementação e a execução do currículo vigente, o Coordenador do Curso trabalhará em conjunto com o Coordenador de Tutoria, o NDE (Núcleo Docente Estruturante), o Colegiado do Curso e os demais professores do quadro.

O Coordenador do Curso é a pessoa responsável por presidir o NDE na elaboração e no cumprimento daquilo que é estabelecido no PPC, respeitando as exigências instituídas pelo Ministério da Educação (MEC), as normas institucionais e as demais legislações que regem o ensino superior. O Coordenador do Curso coordena as atividades dos docentes, além de se envolver com o processo de ensino-aprendizagem, de modo que este seja satisfatório aos discentes, aos docentes e para a UFPI. Compete ao Coordenador do Curso o atendimento aos alunos e aos professores; a inserção do Curso justificando sua relevância e contextualização; constante atualização e comprometimento com o PPC; dentre outras atribuições.



O Coordenador precisa ter qualidades essenciais ao pleno desenvolvimento do Curso, como: dialogicidade, transparência e liderança no exercício das funções; acessibilidade a informações; participação ativa nas reuniões dos órgãos colegiados superiores dos quais faz parte; estímulos à participação de discentes e de docentes em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O Coordenador de Tutoria coordena as atividades que envolvem o trabalho dos tutores, dando suporte ao Coordenador de Curso no processo de ensino-aprendizagem, de forma a viabilizar os trabalhos junto aos discentes. Compete ao Coordenador de Tutoria participar das atividades de capacitação e de atualização; acompanhar o planejamento e o desenvolvimento de processos seletivos de tutores, em conjunto com o Coordenador do Curso; acompanhar as atividades acadêmicas do Curso; verificar o bom andamento das turmas; informar ao Coordenador do Curso sobre os tutores aptos e inaptos para o recebimento de bolsas; acompanhar o planejamento e o desenvolvimento das atividades de seleção dos tutores envolvidos no programa; supervisionar as atividades dos tutores; encaminhar à Coordenação do Curso o relatório semestral de desempenho da tutoria.

No que diz respeito ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Bacharelado em Administração a distância, o mesmo foi constituído mediante a Portaria 43/2022, contemplando atualmente a seguinte composição:

- 1) Profa. Dra. Mariane Goretti de Sá Bezerra Leal – Presidente;
- 2) Profa. Dra. Fabiana Rodrigues de Almeida Castro;
- 3) Profa. Dra. Antonella Maria das Chagas Sousa;
- 4) Prof. Dr. Maurício Mendes BoaVista de Castro;
- 5) Prof. Dr. Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva.

Logo, a composição do NDE do Curso consiste na participação do Coordenador do Curso e de quatro docentes do curso de Administração. Compete ao NDE atuar no acompanhamento, na materialização e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica daquilo que se fizer necessário, verificando constantemente as consequências da sistemática de avaliação de aprendizagem na formação dos discentes e sua adequação ao perfil do egresso, considerando as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Administração (Resolução n.º 5, de 14 de outubro de 2021, do Conselho Nacional de Educação - CNE/Câmara de Educação Superior/CES), bem como as constantes demandas do mundo do trabalho.

Sobre o NDE do curso de Bacharelado em Administração a distância recaem as seguintes atribuições e responsabilidades: a) atualizar periodicamente o PPC do Curso; b)



determinar o perfil profissional do egresso frente às exigências do mundo do trabalho e em conformidade com as DCN (Diretrizes Curriculares Nacionais) do Curso; c) debater e propor mecanismos e ações para a interdisciplinaridade; d) acompanhar e sugerir meios para a integralização das atividades complementares e para as atividades curriculares de extensão; e) analisar e revisar os planos de ensino dos componentes curriculares; f) supervisionar as metodologias de avaliação do aprendizado dos discentes, propondo melhorias necessárias no processo de avaliação; h) conduzir os trabalhos de reestruturação curricular para aprovação no Colegiado do Curso, quando necessário.

2.6 Atividade de tutoria

Para desenvolver as atividades de ensino a distância, o curso de Bacharelado em Administração a distância conta com tutores (presenciais e a distância) que são selecionados por meio de edital e devidamente capacitados para fazer a mediação do processo de ensino-aprendizagem junto aos professores e alunos. São atribuições gerais dos tutores:

- a) Mediar a comunicação de conteúdos entre professor e alunos;
- b) Atender aos alunos em horários pré-estabelecidos, observando a sua carga horária de 20h semanais;
- c) Acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do Curso, de acordo com os planos de ensino das disciplinas, além de tirar dúvidas sobre o planejamento de atividades elaborado pelos professores das disciplinas e avalizado pela Coordenação do Curso;
- d) Apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes;
- e) Estabelecer comunicação constante com os alunos e mediar as atividades discentes, interagindo semanalmente com os discentes, outros tutores, a Coordenação do Polo e a Coordenação do Curso, com vistas à troca de experiências e melhor acompanhamento do alunado através da plataforma virtual, do *e-mail* e/ou durante os encontros presenciais no polo;
- f) Colaborar com a Coordenação do Curso na avaliação dos estudantes;
- g) Participar das atividades de capacitação e de atualização promovidas pelo Curso;
- h) Elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à Coordenação de Tutoria, mantendo informada a Coordenação do Curso e a respectiva Coordenação de Tutoria sobre o desempenho dos alunos e as demandas sobre as atividades complementares e de extensão;
- i) Participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor responsável, além de orientar os alunos do Curso quanto ao uso da Plataforma SIGAA (Sistema Integrado



- de Gestão de Atividades Acadêmicas)/UFPI, no desenvolvimento das atividades pedagógicas;
- j) Fomentar o hábito da leitura e da pesquisa, a realização de atividades culturais, interdisciplinares, grupos de discussão, pesquisa de campo e visitas técnicas, além do acompanhamento das atividades realizadas pelo Curso e das avaliações estabelecidas no calendário acadêmico;
- k) Participar de encontros, capacitações, seminários, avaliações e reuniões com as Coordenações de Polo de apoio presencial e Coordenação do Curso;
- l) Colaborar para a viabilização das atividades programadas no polo de apoio presencial.

Os tutores presenciais deverão cumprir sua carga horária de 20h semanais no polo de apoio presencial atendendo aos alunos em horários preestabelecidos em acordo com a Coordenação de Polo, bem como obrigatoriamente participar dos encontros presenciais de cada disciplina. Os tutores presenciais podem ainda assumir funções específicas conforme as demandas do Curso, como segue:

- a) Tutor presencial de turma** – acompanhar o aluno em suas atividades de ensino, motivando-o e facilitando o processo de aprendizagem;
- b) Tutor presencial de Estágio Obrigatório** – profissional que acompanhará as atividades dos alunos no Estágio Obrigatório, conforme descrito no item que trata sobre Estágio Obrigatório;
- c) Tutor presencial de TCC** – profissional que acompanhará as atividades dos alunos no Trabalho de Conclusão de Curso, conforme descrito no item que trata sobre TCC;
- d) Tutor presencial de repercurso** – profissional que acompanhará as atividades dos alunos nas disciplinas de repercurso.

Os tutores a distância são os profissionais que acompanharão as atividades dos alunos no ambiente virtual de aprendizagem (plataforma), de modo a cumprir sua carga horária de 20h semanais. Além das atribuições gerais citadas acima, podem assumir funções específicas conforme as demandas do Curso:

- a) Tutor a distância de turma** – acompanhar o aluno em suas atividades de ensino, motivando-o e facilitando o processo de aprendizagem no ambiente virtual de aprendizagem (plataforma);
- b) Tutor a distância de Estágio Obrigatório** – profissional que acompanhará as atividades virtuais dos alunos no Estágio Obrigatório, conforme descrito no item que trata sobre Estágio Obrigatório;
- c) Tutor a distância especial (por área ou disciplina)** – acompanhar o aluno na plataforma virtual de aprendizagem, em suas atividades de ensino em disciplinas do núcleo de formação comum e do núcleo de formação complementar obrigatória.

Para cada turma de 30 (trinta) alunos são necessários, no mínimo, 02 (dois) tutores de

turma, sendo 01 (um) presencial e 01 (um) a distância e, em cada polo, para atender a todas as turmas do Curso, 01 (um) tutor presencial de laboratório e, quando for o caso, 01 (um) tutor presencial de Estágio Obrigatório, 01 (um) tutor a distância de Estágio Obrigatório, 01 (um) tutor presencial de TCC e 01 (um) tutor presencial de repercurso.

O Curso promoverá semestralmente, antes do início de cada período letivo, encontros pedagógicos de capacitação de tutores com a presença de todos os professores que irão ministrar disciplinas, sendo discutidos os planos de disciplina, seus conteúdos e sua operacionalização.

Os tutores também serão constantemente capacitados para conhecimento do ambiente virtual de aprendizagem, das rotinas acadêmicas e do Projeto Pedagógico do Curso. Além disso, serão promovidos cursos de capacitação específicos para Estágio Obrigatório, TCC e repercurso (reoferta de disciplinas).

3 PROPOSTA CURRICULAR

3.1 Estrutura e organização curricular

O curso de graduação em Administração EaD da UFPI contempla, em sua organização curricular, conteúdos que revelam interrelações com a realidade nacional e a internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio, mediante a utilização de tecnologias inovadoras e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

I) Conteúdos de formação básica: conteúdos relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, aqueles relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação, bem como das ciências jurídicas.

II) Conteúdos de formação profissional: relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações, planejamento estratégico, administração financeira e orçamentária, de recursos humanos, de mercado e *marketing*, de materiais, de produção e logística, de serviços, de sistemas de informação.

III) Conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias: abrangendo pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e a utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração.

IV) Conteúdos de formação complementar: estudos opcionais de caráter transversal e



interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando.

A relação entre teoria e prática representa a característica essencial do currículo e está concretizada pela estreita vinculação entre o ensino acadêmico-científico e o campo de atuação desse profissional. Isso corrobora com as funções básicas (tripé) da universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Considerando o dinamismo da sociedade e as demandas da própria região onde o Curso de graduação em Administração EaD funciona, o currículo do Curso é acompanhado e permanentemente avaliado, a fim de permitir os ajustes necessários à sua contextualização e aperfeiçoamento.

O curso de graduação em Administração EaD tem a duração de 04 (quatro) anos, divididos em 08 (oito) períodos. A carga horária total do Curso é de **3.000** (três mil) horas/aula, ministradas, em menor parte, presencialmente e, em maior parte, a distância. Acrescida ainda o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, com 300 (trezentas) horas, Atividades Curriculares de Extensão (ACE), com 300 (trezentas) horas, além das Atividades Complementares de Curso (ACC) com 120 (cento e vinte) horas.

A carga horária do Curso está distribuída conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição da carga horária do Curso por período

PERÍODO	CARGA HORÁRIA
Período I	315h
Período II	360h
Período III	360h
Período IV	360h
Período V	360h
Período VI	360h
Período VII	240h + 300h (Estágio Obrigatório)
Período VIII	225h

Fonte: Elaborada pela Comissão (2021).

A distribuição das disciplinas nos períodos permite ao aluno concluir o Curso em um tempo mínimo de 04 (quatro) anos, e máximo de 07 (sete) anos.

As disciplinas curriculares são constituídas de conteúdos eminentemente teóricos, conteúdos teórico-práticos e conteúdos eminentemente práticos no campo profissional, sendo essa caracterização identificada pela distribuição dos créditos em quatro dígitos, no seguinte formato “1.1.1.1”, em que o primeiro dígito corresponde aos conteúdos teóricos, o segundo

corresponde aos conteúdos teórico-práticos, o terceiro corresponde aos conteúdos práticos sob a forma de estágio e o quarto corresponde aos conteúdos práticos sob a forma de extensão.

São disciplinas de conteúdo teórico: Seminário de Introdução ao Curso, Sociologia, Economia Brasileira e Piauiense, Educação a Distância, Psicologia Aplicada à Administração, Teorias da Administração I, Estatística Aplicada à Administração, Direito para Administração I, Cenários Econômicos Empresariais, Contabilidade Geral e Análise das Demonstrações Contábeis, Teorias da Administração II, Pesquisa Aplicada à Administração, Direito para Administração II, Comunicação Organizacional, Cálculos em Administração, Ética nas Organizações, Administração Pública, Contabilidade Gerencial e de Custos, Administração Financeira e Orçamentária I, Optativa I, Administração Financeira e Orçamentária II, Empreendedorismo, Projeto de Pesquisa em Administração, Gestão Ambiental e Sustentabilidade, Optativa II, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

São disciplinas de conteúdo teórico-prático: Organização, Sistemas e Métodos, Gestão de Pessoas I, Administração de Marketing I, Gestão de Pessoas II, Sistemas de Informações, Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais, Administração de Marketing II, Administração de Serviços, Administração da Produção I, Elaboração e Administração de Projetos, Logística, Administração da Produção II, Administração de Micro e Pequenas Empresas, Consultoria. A disciplina de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é a disciplina relativa a prática de estágio, assim como as disciplinas de Extensão I, Extensão II, Extensão III, Extensão IV e Extensão V correspondem as práticas de extensão.

Atendendo ao disposto no art. 5º, da Resolução n.º 13/2005 - CNE, as disciplinas estão classificadas como segue.

3.1.1 Conteúdos curriculares básicos

Sociologia. Ética nas Organizações. Psicologia Aplicada à Administração. Direito para Administração I. Direito para Administração II. Economia Brasileira e Piauiense. Educação a Distância. Cenários Econômicos Empresariais. Contabilidade Geral e Análise das Demonstrações Contábeis. Contabilidade Gerencial e de Custos.

3.1.2 Conteúdos curriculares profissionais

Teorias da Administração I. Teorias da Administração II. Organização, Sistemas e Métodos. Gestão de Pessoas I. Gestão de Pessoas II. Administração Pública. Administração de



Marketing I. Administração de Marketing II. Sistemas de Informações. Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais. Administração de Serviços. Administração Financeira e Orçamentária I. Administração Financeira e Orçamentária II. Administração da Produção I. Administração da Produção II. Elaboração e Administração de Projetos. Logística. Empreendedorismo. Administração de Micro e Pequenas Empresas. Gestão Ambiental e Sustentabilidade.

3.1.3 Conteúdos curriculares quantitativos e suas tecnologias

Estatística Aplicada à Administração. Pesquisa Aplicada à Administração. Cálculos em Administração.

3.1.4 Conteúdos curriculares de formação complementar

Seminário de Introdução ao Curso. Comunicação Organizacional. Consultoria. Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório. Projeto de Pesquisa em Administração. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Extensão I. Extensão II. Extensão III. Extensão IV. Extensão V.

As Atividades Curriculares de Extensão correspondentes a carga horária de 300h e estão inseridas na estrutura curricular do curso de Bacharelado em Administração por meio das disciplinas obrigatórias Extensão I (2º período), Extensão II (3º período), Extensão III (4º período), Extensão IV (5º período) e Extensão V (6º período).

As Atividades Complementares são obrigatórias para a integralização curricular do curso de Bacharelado em Administração a distância, cuja carga horária de 120 h está inserida na estrutura curricular do Curso.

3.2 – Matriz Curricular/Fluxograma

A Matriz curricular e o Fluxograma do curso, por período, são apresentados nas seções 3.2.1 e 3.2.2, respectivamente.

3.2.1 - Matriz Curricular do Curso

1º PERÍODO/SEMESTRE



COMPONENTES CURRICULARES						
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
CA	Disciplina		Seminário de Introdução ao Curso	1.0.0	15h	---
CA	Disciplina		Sociologia Aplicada à Administração	4.0.0	60h	---
CA	Disciplina		Economia Brasileira e Piauiense	2.0.0	30h	---
CA	Disciplina		Educação a Distância	2.0.0	30h	---
CA	Disciplina		Psicologia Aplicada à Administração	4.0.0	60h	---
CA	Disciplina		Teorias da Administração I	4.0.0	60h	---
CA	Disciplina		Estatística Aplicada à Administração	4.0.0	60h	---
TOTAL				21.0.0	315h	TOTAL

2º PERÍODO/SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES						
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
CA	Disciplina		Direito para Administração I	4.0.0	60h	---
CA	Disciplina		Cenários Econômicos Empresariais	4.0.0	60h	---
CA	Disciplina		Contabilidade Geral e Análise das Demonstrações Contábeis	4.0.0	60h	---
CA	Disciplina		Teorias da Administração II	4.0.0	60h	---
CA	Disciplina		Pesquisa Aplicada à Administração	4.0.0	60h	---
CA	Disciplina		Extensão I	0.0.0.4	60h	---
TOTAL				20.0.0.4	360h	TOTAL

3º PERÍODO/SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES						
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
CA	Disciplina		Direito para Administração II	4.0.0	60h	---
CA	Disciplina		Organização, Sistemas e Métodos	3.1.0	60h	---
CA	Disciplina		Comunicação Organizacional	4.0.0	60h	---
CA	Disciplina		Gestão de Pessoas I	3.1.0	60h	---
CA	Disciplina		Cálculos em Administração	4.0.0	60h	---
CA	Disciplina		Extensão II	0.0.0.4	60h	---

TOTAL	18.2.0.4	360h	TOTAL
--------------	-----------------	-------------	--------------

4º PERÍODO/SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES						
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS (código enome)
CA	Disciplina		Ética nas Organizações	4.0.0	60h	---
CA	Disciplina		Administração Pública	4.0.0	60h	---
CA	Disciplina		Administração de Marketing I	3.1.0	60h	---
CA	Disciplina		Gestão de Pessoas II	3.1.0	60h	---
CA	Disciplina		Contabilidade Gerencial e de Custos	4.0.0	60h	---
CA	Disciplina		Extensão III	0.0.0.4	60h	---
TOTAL				18.2.0.4	360h	TOTAL

5º PERÍODO/SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES						
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS (código enome)
CA	Disciplina		Sistemas de Informações	3.1.0	60h	
CA	Disciplina		Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	3.1.0	60h	---
CA	Disciplina		Administração de Marketing II	3.1.0	60h	---
CA	Disciplina		Administração de Serviços	3.1.0	60h	---
CA	Disciplina		Administração Financeira e Orçamentária I	4.0.0	60h	---
CA	Disciplina		Extensão IV	0.0.0.4	60h	---
TOTAL				16.4.0.4	360h	TOTAL

6º PERÍODO/SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES						
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS (código enome)
CA	Disciplina		Administração da Produção I	3.1.0	60h	
CA	Disciplina		Elaboração e Administração de Projetos	3.1.0	60h	---
CA	Disciplina		Optativa I	4.0.0	60h	---
CA	Disciplina		Logística	3.1.0	60h	---
CA	Disciplina		Administração Financeira e Orçamentária II	4.0.0	60h	---
CA	Disciplina		Extensão V	0.0.0.4	60h	---
TOTAL				17.3.0.4	360h	TOTAL

7º PERÍODO/SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES						
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS (código enome)
CA	Disciplina		Administração da Produção II	3.1.0	60h	
CA	Disciplina		Empreendedorismo	4.0.0	60h	---
CA	Disciplina		Projeto de Pesquisa em Administração	4.0.0	60h	---
CA	Disciplina		Gestão Ambiental e Sustentabilidade	4.0.0	60h	---
CA	Disciplina		Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	0.0.20	300h	---
TOTAL				15.1.20	540h	TOTAL

8º PERÍODO/SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES						
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS (código enome)
CA	Disciplina		Administração de Micro e Pequenas Empresas	3.1.0	60h	
CA	Disciplina		Optativa II	4.0.0	60h	---
CA	Disciplina		Consultoria	2.1.0	45h	---
CA	Disciplina		Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	4.0.0	60h	---
TOTAL				13.2.0	225h	TOTAL

DISCIPLINAS OPTATIVAS

COMPONENTES CURRICULARES						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)	NÍVEL VINCULADO (Período letivo no qual será ofertado)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA		
CA	Disciplina		Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	4.0.0	60h	-	6º
CA	Disciplina		Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade	4.0.0	60h	-	6º
CA	Disciplina		Administração Estratégica	4.0.0	60h	-	6º
CA	Disciplina		Desenvolvimento Gerencial	4.0.0	60h	-	6º
CA	Disciplina		Gestão de Franquias	4.0.0	60h	-	6º
CA	Disciplina		Criatividade e Inovação	4.0.0	60h	-	6º



CA	Disciplina		Mercado de Capitais	4.0.0	60h	-	8°
CA	Disciplina		Comércio Exterior	4.0.0	60h	-	8°
CA	Disciplina		Comportamento do Consumidor	4.0.0	60h	-	8°
CA	Disciplina		Educação em Direitos Humanos	4.0.0	60h	-	8°
CA	Disciplina		Legislação Trabalhista e Previdenciária	4.0.0	60h	-	8°
CA	Disciplina		Gestão do Bem-Estar dos Empregados na Cultura da Espiritualidade Organizacional	4.0.0	60h	-	8°

Ressaltamos que o curso de Bacharelado em Administração a distância não possui pré-requisitos para as disciplinas. Por sua vez, a carga horária do referido Curso se encontra distribuída conforme a Tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição da carga horária do Curso por componente curricular

CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA	TOTAL (HORAS)
Carga horária de disciplinas obrigatórias	2.100h
Carga horária das disciplinas de Extensão	300h
Carga horária das disciplinas optativas	120h
Carga horária de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	60h
Somatório parcial das disciplinas	2.580h
Carga horária de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	300h
Carga horária de Atividades Complementares de Curso (ACC)	120h
TOTAL	3.000h

Fonte: Elaborada pela Comissão (2021).

A hora-crédito corresponde a 60 (sessenta) minutos de trabalho escolar efetivo, conforme definição do regime didático-científico da UFPI, em que uma unidade de crédito corresponde a 15 (quinze) horas aulas. O aluno poderá integralizar até 36 (trinta e seis) créditos por semestre letivo.

O fluxograma do curso de Administração está devidamente destacado conforme as diretrizes a seguir apresentadas:

3.2.2 - Fluxograma do Curso de Bacharelado em Administração

1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período
Seminário de Introdução ao Curso 15h 1.0.0	Direito para Administração I 60h 4.0.0	Direito para Administração II 60h 4.0.0	Ética nas Organizações 60h 4.0.0	Sistemas de Informações 60h 3.1.0	Administração da Produção I 60h 3.1.0	Administração da Produção II 60h 3.1.0	Consultoria 45h 2.1.0
Sociologia Aplicada à Administração 60h 4.0.0	Contabilidade Geral e Análise das Demonstrações Contábeis 60h 4.0.0	Organização, Sistemas e Métodos 60h 3.1.0	Administração Pública 60h 4.0.0	Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais 60h 3.1.0	Logística 60h 3.1.0	Empreendedorismo 60h 4.0.0	Administração de Micro e Pequenas Empresas 60h 3.1.0
Economia Brasileira e Piauiense 30h 2.0.0	Cenários Econômicos Empresariais 60h 4.0.0	Comunicação Organizacional 60h 4.0.0	Contabilidade Gerencial e de Custos 60h 4.0.0	Administração de Serviços 60h 3.1.0	Optativa I 60h 4.0.0	Gestão Ambiental e Sustentabilidade 60h 4.0.0	Optativa II 60h 4.0.0
Psicologia Aplicada à Administração 60h 4.0.0	Pesquisa Aplicada à Administração 60h 4.0.0	Cálculos em Administração 60h 4.0.0	Administração de Marketing I 60h 3.1.0	Administração de Marketing II 60h 3.1.0	Elaboração e Administração de Projetos 60h 3.1.0	Projeto de Pesquisa em Administração 60h 4.0.0	TCC 60h 4.0.0
Teorias da Administração I 60h 4.0.0	Teorias da Administração II 60h 4.0.0	Gestão de Pessoas I 60h 3.1.0	Gestão de Pessoas II 60h 3.1.0	Administração Financeira e Orçamentária I 60h 4.0.0	Administração Financeira e Orçamentária II 60h 4.0.0	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório 300h 0.0.20	
Estatística Aplicada à Administração 60h 4.0.0	Extensão I 60h 0.0.0.4	Extensão II 60h 0.0.0.4	Extensão III 60h 0.0.0.4	Extensão IV 60h 0.0.0.4	Extensão V 60h 0.0.0.4		
Educação a Distância 30h 2.0.0							

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA	CRÉDITOS
Disciplinas obrigatórias	2.100h	140
Atividades Curriculares de Extensão	300h	8
Disciplinas optativas	120 h	4
Atividade de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	60h	20
Atividade de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	300h	8
Atividades Complementares de Curso	120h	20
TOTAL	3.000h	200

3 Estágio, Atividades Complementares, Extensão e Trabalho de Conclusão

3.3.1 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

Compreendida como uma atividade acadêmica específica que prepara o discente para o trabalho produtivo, com o objetivo de aprendizagem social, profissional e cultural, e se constitui em uma intervenção prática em situações de vida e de trabalho.

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será realizado durante o penúltimo período letivo (7º período) do curso de Administração EaD, sendo considerado um dos requisitos necessários à obtenção do título de “bacharel” no Curso. O estudante do Bacharelado em Administração a distância necessita, obrigatoriamente, desenvolver atividades dentro de um programa de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório a ser cumprido em uma carga horária de 300 (trezentas) horas, onde as atividades de estágio ocorrerão presencialmente, mesmo o curso sendo à distância.

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório tem por objetivo proporcionar ao estudante a prática e a vivência no exercício da profissão, no intuito de que o mesmo adquira habilidades e desenvolva uma postura crítica e ética capaz de orientá-lo para uma atuação profissional consonante com a realidade socioeconômica e cultural do Brasil.

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é um ato de aprendizagem social, profissional e cultural, desenvolvido em situações reais de trabalho, perpassando todas as etapas do processo formativo, com experiências vivenciadas em contextos concretos do exercício profissional, sob a orientação e supervisão de profissionais com formação e experiência no campo de atuação a que o estágio se vincula.

Assim, o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de Administração a distância observará os seguintes princípios:

- Articulação entre teoria e prática, tendo em vista a superação das dicotomias e das interpretações que ainda dificultam o entendimento da relação entre tais dimensões.
- Parceria entre a universidade e as instituições formadoras, assim como entre os profissionais que atuam nesses dois contextos e que são responsáveis pelo acompanhamento das atividades de estágio. Essa parceria deverá ser buscada por meio de estratégias de aproximação e diálogo.
- Incentivo à pesquisa e à produção de conhecimento, a partir da investigação de elementos relacionados às experiências de estágio e identificados por meio dessas experiências.



- Concretização de experiências de práticas pedagógicas que contemplem o planejamento e a ação/reflexão/ação.

Sendo assim, o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório visa oferecer ao estudante a oportunidade de:

- a) Observar situações reais de seu campo de trabalho, de modo a ampliar o conhecimento e a formação teórico-prática construídos durante o Curso.
- b) Analisar criticamente as condições observadas com base nos conhecimentos adquiridos, identificando problemas, refletindo sobre eles e propondo estratégias de intervenção sobre a realidade.
- c) Vivenciar situações de elaboração, execução e avaliação de atividades na área das Ciências Administrativas.

Os agentes envolvidos no Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório serão o professor e Coordenador de Estágio, o professor Orientador de Estágio, os tutores a distância e presencial e o aluno/estagiário. A Coordenação Geral de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso terá como atribuições:

- Coordenar a elaboração ou reelaboração de normas ou critérios específicos do Estágio Obrigatório do Curso, com base na legislação vigente (Lei Federal n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes; e o Regulamento Geral da Graduação da UFPI, Resolução CEPEX n.º 177/12, atualizada em 20 de junho de 2018).
- Comunicar-se com as coordenações de polo, com as escolas no município, com a coordenadoria de estágios dos cursos EaD e com o professor orientador.
- Coordenar, acompanhar e providenciar, quando for o caso, a escolha dos locais de estágio.
- Elaborar, a cada semestre, junto com os professores orientadores, as programações de Estágio Obrigatório, que serão enviadas à Coordenação Geral de Estágio Obrigatório da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (CGE/PREG) no prazo estabelecido no Calendário Acadêmico.
- Informar à CGE/PREG os campos de estágio, tendo em vista a celebração de convênios e termos de compromisso.
- Solicitar a assinatura de convênios e cadastrar os locais de estágio.
- Encaminhar, juntamente com o orientador de estágio, por meio de ofício, os estagiários às unidades (campos, núcleos) de estágio.
- Apoiar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das atividades de estágio.



- Realizar seminários de integração dos estágios juntamente com os professores orientadores e supervisores, como socialização das experiências vivenciadas.

- Manter registros atualizados sobre o(s) estágio(s) do Curso.

O orientador do estágio será um professor responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do aluno durante a realização dessa atividade, tendo as seguintes atribuições:

a) Elaborar, junto ao Coordenador de Estágio do Curso, a programação semestral de estágios obrigatórios.

b) Orientar os alunos na elaboração dos seus planos e relatórios de estágio.

c) Acompanhar e orientar a execução das atividades dos estagiários.

d) Acompanhar a mediação *on-line* e presencial dos tutores a distância e presenciais, promovendo a formação continuada aos mesmos por meio da leitura de bibliografia pertinente ao tema e acompanhamento da ação de cada tutor em sua sala no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

e) Desenvolver projetos de pesquisa e extensão que investiguem as práticas pedagógicas e as ferramentas das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) apropriadas para a mediação, a supervisão e a avaliação dessa nova forma de ensino.

f) Avaliar o desempenho dos estagiários atribuindo-lhes conceitos expressos sob a forma adotada pela universidade.

g) Enviar ao Coordenador de Estágio do Curso, no final de cada período letivo, o relatório correspondente aos estágios obrigatórios dos alunos sob a sua responsabilidade.

O tutor de estágio é o profissional responsável pela mediação *on-line* e, caso necessário, dos encontros presenciais, no decorrer da oferta do estágio, na proporção de 01 (um) tutor para cada 18 (dezoito) alunos (1/18), competindo a ele:

- Mediar a aprendizagem teórica e prática.

- Orientar as práticas investigativas relativas aos diversos campos de estágio.

- Reunir-se sistematicamente com o professor da disciplina para planejamento e revisão das ações.

- Dialogar com o tutor presencial de Estágio e com o tutor regente (supervisor) de cada campo da prática pedagógica.

São atribuições do estudante/estagiário:

- Cumprir a carga horária de estágio e todas as atividades previstas no componente curricular em que estiver regularmente matriculado.

- Respeitar as normas regimentais e disciplinares da instituição onde o estágio for realizado.
- Submeter ao professor orientador e ao profissional supervisor, o planejamento de suas atividades de estágio.
- Apresentar a documentação exigida pela universidade e pelo Curso.
- Comparecer aos encontros com seu professor orientador.
- Apresentar um relatório ao final de cada etapa/componente curricular do estágio de acordo com as normas estabelecidas, bem como socializar, com seus colegas estagiários, suas experiências profissionais adquiridas durante o estágio.
- Apresentar e socializar os resultados para o campo de estágio.

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório deverá ocorrer no penúltimo período do curso (7º Período), com carga horária de 300 (trezentas) horas, em instituições conveniadas com a UFPI, públicas e/ou privadas. A regulamentação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório está disponível no Apêndice II deste documento.

3.3.2 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Em consonância com o art 9º da Resolução CES/CNE n.º 04, de 13 de julho de 2005, o curso de graduação em Administração a distância adotará o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em caráter obrigatório, a ser submetido à apreciação de uma banca examinadora composta de 03 (três) professores do Curso, no último semestre letivo (8º período), na disciplina de TCC.

A carga horária do TCC equivalerá a 60h/aula de trabalho individual ou em dupla, a ser desenvolvido sob a supervisão de um professor orientador, e deverá seguir o regulamento da UFPI quanto aos critérios de elaboração e apresentação, normas técnicas e formatação, mecanismos de avaliação e outras diretrizes que se fizerem necessárias.

Quanto ao desenvolvimento do TCC, este poderá ser um trabalho monográfico ou artigo científico, podendo ser realizado individualmente ou em dupla. O regulamento do TCC está disponível no Apêndice III deste documento.

3.3.3 Atividades Complementares de Curso (ACC)

A Coordenação do curso de graduação em Administração EaD, com o apoio de uma



comissão, efetuará o registro, o acompanhamento e a avaliação das atividades acadêmico-científico-culturais realizadas pelos estudantes durante a realização do Curso, que sejam compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso, podendo oferecer atividades com esse fim ao longo do mesmo. As Atividades Complementares compreendem 120 (cento e vinte) horas, correspondendo a 4% da carga horária total do Curso, e estão regulamentadas de acordo com o Regulamento Geral da PREG (Resolução n.º 177/12 – CEPEX/UFPI), e a Resolução n.º 150/06 – CEPEX/UFPI, que dispõe sobre as Atividades Científico-Acadêmico-Culturais nos cursos de graduação da instituição. A oferta das atividades que as compreendem será de livre escolha do curso de Administração da UAB/UFPI.

O calendário universitário estipulará período para solicitação de integralização das atividades acadêmico-científico-culturais junto à Coordenação do Curso de Administração, até 60 (sessenta) dias antes do prazo para a colação de grau do aluno.

Para registro do aproveitamento da carga horária, deverão ser observados os critérios descritos nos quadros 2 a 11, referentes às atividades consideradas complementares pelo Curso e suas respectivas cargas horárias:

Quadro 2 - Categoria: INICIAÇÃO À DOCÊNCIA E À PESQUISA

Categoria: INICIAÇÃO À DOCÊNCIA E À PESQUISA					
CH máxima da categoria (Resolução CEPEX/UFPI 177/12) = 60h					
CH máxima da categoria no currículo = 60h					
COMPONENTE			CH	CH	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	mínima aproveitada	máxima aproveitada	
CA072	Ensino.	Monitoria no curso por período letivo/ participação em pesquisas e projetos institucionais, PIBID, PET.	60h	60h	Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.



CA073	Iniciação científica com bolsa.	Um semestre de atividades de iniciação científica com dedicação semestral de 10h a 20h semanais e com apresentação de resultados parciais e/ou finais em forma de relatório ou de trabalho apresentado em evento científico.	30h	60h	Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.
CA074	Iniciação científica voluntária.	Um semestre de atividades de iniciação científica com dedicação semestral de 10h a 20h semanais e com apresentação de resultados parciais e/ou finais em forma de relatório ou de trabalho apresentado em evento científico.	30h	60h	Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.

Fonte: Elaborado pela Comissão (2021).



Quadro 3 – Categoria: atividade de apresentação e/ou organização de eventos gerais

Categoria: ATIVIDADE DE APRESENTAÇÃO E/OU ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS GERAIS					
CH máxima da categoria (Resolução CEPEX/UFPI 177/12) = 60h					
CH máxima da categoria no currículo = 60h					
COMPONENTE			CH	CH	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	mínima aproveitada	máxima aproveitada	
CA075	Participação de trabalhos em eventos técnico-científicos.	Apresentação de trabalhos em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fóruns, semanas acadêmicas.	20h	60h	Declaração ou certificado de participação (com cópia do trabalho apresentado) ou de organização do evento ou declaração do órgão/unidade competente.
CA076	Organização de eventos técnico-científicos.	Organização de congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fóruns, semanas acadêmicas.	20h	60h	Declaração ou certificado de participação (com cópia do trabalho apresentado) ou de organização do evento ou declaração do órgão/unidade competente.
CA077	Participação em eventos técnico-científicos.	Participação em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, defesa de TCC, de dissertação de mestrado e de tese de doutorado, fóruns, semanas acadêmicas.	10h	40h	Declaração ou certificado de participação (com cópia do trabalho apresentado) ou de organização do evento ou declaração do órgão/unidade competente.
CA078	Participação em eventos nacionais/internacionais como autor e apresentador.	Participação em eventos nacionais diretamente relacionados às atividades acadêmicas e profissionais da área de Administração e áreas afins, com apresentação de trabalho e publicação nos anais do evento.	20h	60h	Declaração ou certificado de participação (com cópia do trabalho apresentado) ou de organização do evento ou declaração do órgão/unidade competente.



CA079	Participação em eventos nacionais/internacionais como organizador.	Participação na equipe de organização de eventos nacionais diretamente relacionados às atividades acadêmicas e profissionais da área de Administração e áreas afins.	20h	60h	Declaração ou certificado de participação (com cópia do trabalho apresentado) ou de organização do evento ou declaração do órgão/unidade competente.
CA080	Participação em eventos nacionais/internacionais como ouvinte.	Participação em eventos nacionais diretamente relacionados às atividades acadêmicas e profissionais da área de Administração e áreas afins, como ouvinte, devidamente comprovado.	5h	60h	Declaração ou certificado de participação (com cópia do trabalho apresentado) ou de organização do evento ou declaração do órgão/unidade competente.
CA081	Participação em eventos locais/regionais como autor e apresentador.	Participação em eventos locais/regionais diretamente relacionados às atividades acadêmicas e profissionais da área de Administração e áreas afins, com apresentação de trabalho e publicação nos anais do evento.	10h	60h	Declaração ou certificado de participação (com cópia do trabalho apresentado) ou de organização do evento ou declaração do órgão/unidade competente.
CA082	Participação em eventos locais/regionais como organizador.	Participação na equipe de organização de eventos locais/regionais diretamente relacionados às atividades acadêmicas e profissionais da área de Administração e áreas afins, devidamente comprovado.	10h	60h	Declaração ou certificado de participação (com cópia do trabalho apresentado) ou de organização do evento ou declaração do órgão/unidade competente.



CA083	Participação em eventos locais/regionais como ouvinte.	Participação em eventos locais/regionais diretamente relacionados às atividades acadêmicas e profissionais da área de Administração e áreas afins, como ouvinte, devidamente comprovado.	05h	30h	Declaração ou certificado de participação (com cópia do trabalho apresentado) ou de organização do evento ou declaração do órgão/unidade competente.
-------	--	--	-----	-----	--

Fonte: Elaborado pela Comissão (2021).

Quadro 4 – Categoria: experiências profissionais e/ou complementares

CATEGORIA: EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS E/OU COMPLEMENTARES					
CH máxima da categoria (Resolução CEPEX/UFPI 177/12) = 120h					
CH máxima da categoria no currículo = 120h					
COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
CA084	Experiências profissionais.	Participação em comissão de elaboração de projetos institucionais (PPP, PDI, estatutos e regimentos).	60h	60h	Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.
CA085	Experiência docente	Experiência profissional como docente, com dedicação semanal de até 20h, por um período mínimo de um semestre	60h	60h	Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.
	Atividade cívico-governamental	Participação em projeto social governamental e não governamental (mesário eleitoral, ação social de cidadania).	10h	10h	Declaração ou certificado de participação do órgão/unidade competente.

Fonte: Elaborado pela Comissão (2021).

Quadro 5 – Categoria: atividade de extensão

CATEGORIA: ATIVIDADE DE EXTENSÃO					
CH máxima da categoria (Resolução CEPEX/UFPI 177/12) = 90h					
CH máxima da categoria no currículo = 90h					
COMPONENTE			CH	CH	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	mínima aproveitada	máxima aproveitada	
CA086	Projeto de extensão.	Um semestre de participação em projeto de extensão com dedicação semanal de 12h a 20h.	30h	90h	Relatório do professor orientador e declaração ou certificado da Pró-Reitoria de Extensão -PREXC.
CA087	Recebimento de premiação e aprovação em concursos públicos.	Premiação recebida em eventos artístico-culturais, acadêmicos ou por órgãos afins e aprovação em concursos públicos na área de Administração e/ou áreas afins, devidamente comprovados.	20h	60h	Relatório do professor orientador e declaração ou certificado da Pró-Reitoria de Extensão -PREXC.
CA088	Palestras, espetáculos teatrais, exposições e outros eventos artístico-culturais.	Participação em palestras com conteúdo relacionado à área de Administração e áreas correlatas, na condição de ouvinte. Assistência a espetáculos teatrais, exposições e outros eventos artístico-culturais com a devida comprovação.	1h por evento	30h	Relatório do professor orientador e declaração ou certificado da Pró-Reitoria de Extensão -PREXC.



CA089	Outras atividades de extensão.	Quaisquer atividades não previstas neste quadro, mas contempladas na Resolução e atividades realizadas em caráter contínuo, na área de Administração, às quais o aluno tenha se dedicado pelo período mínimo de 03 meses e com jornada mínima de 20h semanais. Estas atividades devem ser reconhecidas pelo Colegiado do Curso, que avaliará sua relevância mediante documento comprobatório.	10h	60h	Relatório do professor-orientador e declaração ou certificado da Pró-Reitoria de Extensão (PREXC).
-------	--------------------------------	---	-----	-----	--

Fonte: Elaborado pela Comissão (2021).

Quadro 6 – Categoria: trabalhos publicados

CATEGORIA: TRABALHOS PUBLICADOS					
CH máxima da categoria (Resolução CEPEX/UFPI 177/12) = 90h					
CH máxima da categoria no currículo = 90h					
COMPONENTE			CH	CH	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	mínima aproveitada	máxima aproveitada	
CA090	Publicações em anais de eventos nacionais.	Publicação em anais de congressos e similares, comprovados com documentação pertinente (declaração, cópia dos anais).	20h	60h	Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.
CA091	Publicações em anais de eventos locais e/ou regionais.	Publicação em anais de congressos e similares, comprovados com documentação pertinente (declaração, cópia dos anais).	20h	60h	Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.



CA092	Publicações em periódicos nacionais.	Publicações em periódicos especializados comprovados com apresentação de documento pertinente (declaração, cópia dos periódicos).	30	60	Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.
CA093	Publicações de trabalhos integrais em anais de eventos nacionais, internacionais, regionais e locais.	Publicação em anais de congressos e similares, comprovados com documentação pertinente (declaração, cópia dos anais etc).	30h	60h	Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.

Fonte: Elaborado pela Comissão (2021).

Quadro 7 – Categoria: vivências de gestão

CATEGORIA: VIVÊNCIAS DE GESTÃO					
CH máxima da categoria (Resolução CEPEX/UFPI 177/12) = 40h					
CH máxima da categoria no currículo = 40h					
COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
CA094	Representação estudantil	Participação em órgãos colegiados da UFPI, comitês ou comissões de trabalho da UFPI, desde que não estejam relacionados a eventos, e também a participação em entidades estudantis da UFPI, como membro de diretoria.	10h	30h	Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.



CA095	Participação em órgão colegiado classista como membro da diretoria, na condição de estudante.	Mandato mínimo de seis meses, devidamente comprovado, com apresentação de relatório descrevendo a sua experiência na gestão.	10h	30h	Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.
CA096	Participação em órgão profissional (entidades de classe ligadas ao magistério) como membro da diretoria.	Mandato mínimo de seis meses, devidamente comprovado, com apresentação de relatório descrevendo a sua experiência na gestão.	10h	30h	Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.
CA097	Representação estudantil em colegiados, plenárias, conselhos, outros.	Participação como representante estudantil no Colegiado do Curso, nas Plenárias Departamentais, Conselhos de Centro, Centro Acadêmico ou nos Colegiados Superiores com apresentação de documento comprobatório de participação na reunião.	1h por reunião	10h	Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.

Fonte: Elaborado pela Comissão (2021).



Quadro 8 – Categoria: atividades artístico-culturais, esportivas e produções técnico-científicas

CATEGORIA: ATIVIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS, ESPORTIVAS E PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS					
CH máxima da categoria (Resolução CEPEX/UFPI 177/12) = 90h					
CH máxima da categoria no currículo = 90h					
COMPONENTE			CH	CH	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	mínima aproveitada	máxima aproveitada	
CA098	Atividades artístico-ulturais e esportivas e produções técnico-científicas.	Participação em grupos de artes, tais como: teatro, dança, coral, poesia, música e produção e elaboração de vídeos, <i>softwares</i> , exposições e programas radiofônicos.	30h	90h	Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.

Fonte: Elaborado pela Comissão (2021).

Quadro 9 – Categoria: disciplina eletiva ofertada por outro curso desta instituição ou por outras instituições de educação superior

CATEGORIA: DISCIPLINA ELETIVA OFERTADA POR OUTRO CURSO DESTA INSTITUIÇÃO OU POR OUTRAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR					
CH máxima da categoria (Resolução CEPEX/UFPI 177/12) = 60h					
CH máxima da categoria no currículo = 60h					
COMPONENTE			CH	CH	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	mínima aproveitada	máxima aproveitada	
CA099	Disciplina eletiva.	Ofertada por outro curso desta IES ou por outras Instituições de Educação Superior.	30h	60h	Histórico Escolar.

Fonte: Elaborado pela Comissão (2021).



Quadro 10 – Categoria: estágio não-obrigatório

CATEGORIA: ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO					
CH máxima da categoria (Resolução CEPEX/UFPI 177/12) = 90h					
CH máxima da categoria no currículo = 90h					
COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
CA100	Estágios não obrigatórios.	Programas de integração empresa-escola ou de trabalhos voluntários, com dedicação semanal de 5 a 10 horas para o aluno e com apresentação de relatórios.	30h	90h	Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.

Fonte: Elaborado pela Comissão (2021).

Quadro 11 – Categoria: visitas técnicas

CATEGORIA: VISITAS TÉCNICAS					
CH máxima da categoria (Resolução CEPEX/UFPI 177/12) = 10h					
CH máxima da categoria no currículo = 10h					
COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
CA101	Visitas técnicas.	Visitas técnicas na área do Curso que resultem em relatório circunstanciado, validado e aprovada por um professor responsável, consultado previamente.	05h	10h	Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.

Fonte: Elaborado pela Comissão (2021).

Com o objetivo de facilitar ao aluno a aquisição de carga-horária de atividades complementares, caso haja disponibilidade de recursos, poderão ser promovidos: cursos, palestras, campanhas solidárias, simpósios, consultorias, programas culturais, estágios não-obrigatórios e outros eventos, a partir de solicitações feitas por professores, alunos e comunidade. Esses eventos serão coordenados e promovidos pela Coordenação do Curso, Coordenação de Polo e demais agentes do Curso, bem como da comunidade local.



3.3.4 Atividades Curriculares de Extensão (ACE)

Compreendida como um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político, com a intencionalidade transformadora entre universidade e os diversos setores da sociedade, está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 no mínimo, com 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos nos cursos de graduação, por meio de programas e projetos de extensão em áreas de pertinência social.

De acordo com a Resolução n.º 07/2018, do CNE/CES, em seu artigo 3º, a:

[...] extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. (BRASIL, 2018,[n.p.]).

Ainda segundo a referida Resolução, no art. 7º, são consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos desta Resolução, e conforme normas institucionais próprias (BRASIL, 2018).

De acordo com as Resolução n.º 07/2018, do CNE/CES, as Atividades Curriculares de Extensão devem compor o mínimo de 10% da carga horária do curso, devendo, portanto, fazer parte da matriz curricular do curso. Assim, é exigido do discente uma integralização curricular de 300 horas referentes às ACE. Em conformidade com o art. 4º (Resolução n.º 53/2019 CEPEX/UFPI), são consideradas Atividades Curriculares de Extensão aquelas cadastradas na PREXC nas seguintes modalidades:

- I) Programas de extensão;
- II) Projetos de extensão;
- III) Curso de extensão;
- IV) Eventos de extensão;
- V) Prestação de serviços à comunidade externa;
- VI) Atividades práticas em disciplinas que envolvam atendimento à comunidade, desde que estejam vinculadas a um programa ou projeto de extensão cadastrado e não contabilizado como carga horária da disciplina, mas como ACE.



As Atividades Curriculares de Extensão (ACE) do curso de Bacharelado em Administração a distância são regidas pelas Resoluções n.º 53/2019 e n.º 297/2022, do CEPEX/UFPI, as quais regulamentam a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI. Nesse sentido, para a conclusão do Curso de Administração, cabe ao discente a obrigatoriedade de integralizar uma carga horária de 300h de ACEs, o que representa 10% da carga horária total do Curso, correspondente a 3.000h.

Compete ao curso de Bacharelado em Administração a distância, a oferta de Atividades Curriculares de Extensão aos seus discentes, o que será feito por meio de disciplinas obrigatórias de acordo com o Quadro 12 que apresenta a proposta da distribuição da carga horária das Disciplinas de Extensão, por período, para o curso de Bacharelado em Administração a distância.

Quadro 12 – Disciplinas de extensão por período

Período	CH mínima	Atividades curriculares de extensão
1º	--	No 1º período, por ainda estarem conhecendo a instituição e o próprio curso, não será exigido que o aluno esteja envolvido em atividades de extensão. No entanto, se o aluno desejar participar de alguma atividade, programa ou projeto de extensão, não lhe será negado essa possibilidade
2º	60h	Disciplina obrigatória Extensão I com a participação dos alunos em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços à comunidade.
3º	60h	Disciplina obrigatória Extensão II com a participação dos alunos em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços à comunidade.
4º	60h	Disciplina obrigatória Extensão III com a participação dos alunos em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços à comunidade.
5º	60h	Disciplina obrigatória Extensão IV com a participação dos alunos em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços à comunidade.
6º	60h	Disciplina obrigatória Extensão V com a participação dos alunos em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços à comunidade.
7º	--	No 7º período, por estar realizando estágio curricular supervisionado obrigatório, não será exigido que o aluno esteja envolvido em atividades de extensão. No entanto, se o aluno desejar participar de alguma atividade, programa ou projeto de extensão, não lhe será negado essa possibilidade
8º	--	No 8º período, por estar realizando trabalho de conclusão de curso, não será exigido que o aluno esteja envolvido em atividades de extensão. No entanto, se o aluno desejar participar de alguma atividade, programa ou projeto de extensão, não lhe será negado essa possibilidade

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).



Vale ressaltar que as atividades de extensão, para serem integralizadas como componentes curriculares obrigatórios, deverão:

- 1) ter os estudantes como executores das ações;
- 2) ter público-alvo os segmentos sociais e as comunidades externas à UFPI;
- 3) ser realizadas presencialmente, diferindo assim das atividades de extensão a serem integralizadas como "atividade complementar" que poderá ter o aluno como público e ser realizada na modalidade à distância.

A regulamentação das atividades de extensão como componentes curriculares obrigatórios para o Curso de Administração do Centro de Educação Aberta e à Distância (CA/CEAD/UFPI) será melhor descrita no Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão, no Apêndice C.

3.4 Metodologia

De acordo com as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação na área de Administração (Resolução n.º 5, de 14 de outubro de 2021, do Conselho Nacional de Educação - CNE/Câmara de Educação Superior - CES), a metodologia de ensino deve ser centrada no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiada no professor como facilitador do processo de ensino-aprendizagem.

O curso de Bacharelado em Administração a distância está planejado e executado na perspectiva construtivista e sociointeracionista, o que significa entender o aluno como um ser que busca ativamente compreender o mundo que o cerca a partir de suas próprias concepções. Além disso, o aluno será visto como membro de uma sociedade que tem conhecimentos e valores construídos historicamente. Dessa forma, não se conceberá um aluno que aprende apenas sozinho, dissociado de seus colegas. Ao contrário, considerar-se-á a interação como elemento fundamental no processo de ensino e aprendizagem, interação que pressupõe trocas dialógicas e bidirecionais entre professores, tutores e alunos.

A metodologia de ensino do Curso reunirá atividades e avaliações a distância e presenciais, além da disponibilização de recursos adicionais de interação como livros-texto de bibliotecas virtuais, videoaulas exclusivas, videoconferências, ambientes virtuais de aprendizagem, *e-mails*, redes sociais, aplicativos de *smartphones* e outros.

Cursos superiores a distância obrigatoriamente devem ofertar parte de sua carga horária total na forma presencial: as aulas presenciais, o Estágio Obrigatório e o Trabalho de Conclusão de Curso. Por sua vez, a sistemática de avaliação do Curso compreende avaliação



individual (prova) que poderá ser aplicada de forma presencial ou online (com peso de 60% da média), a critério da coordenação; atividade(s) online (com peso de 20% da média) e trabalho(s) presencial ou online (com peso de 20% da média). A sistemática de avaliação ainda inclui a prova final para os alunos que não obtiveram média aprovativa conforme descrito na seção 5.2 deste documento (pág. 65) que descreve a sistemática de avaliação da aprendizagem a ser adotada no curso.

Além de tais atividades presenciais obrigatórias mínimas, estipuladas por lei, no curso de Bacharelado em Administração a distância, em cada componente curricular, são realizados encontros presenciais nos polos de apoio presencial, sendo geralmente de, no mínimo, 12 (doze) horas por componente, na forma de aulas teóricas (ministradas pelo professor da disciplina), além de visitas técnicas, grupos de discussões e outras atividades, que poderão ser desenvolvidas também pelo professor ou um tutor sob sua orientação.

Por meio da ferramenta SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas), que é o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) próprio da UFPI, disponível para vários dispositivos (computadores, *smartphones*, *tablets* e outros), os alunos, os tutores e os professores interagirão entre si para construir juntos os caminhos da capacitação profissional. Dentro da plataforma o aluno receberá atividades e materiais de apoio, além de acompanhar datas e informações do Calendário Acadêmico EaD, participará de fóruns, realizará atividades em turmas virtuais criadas para cada disciplina do Curso e solucionará dúvidas com tutores a distância e professores.

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

4.1 Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão

A UFPI dispõe de vários programas e serviços de apoio ao estudante, sendo eles coordenados por diversas Pró-Reitorias, com destaque para a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), com as Bolsas de Apoio Estudantil (BAE), acesso à residência universitária, isenções de taxas alimentares no âmbito universitário, Bolsa de Incentivo a Atividades Multiculturais e Acadêmicas (BIAMA), auxílio creche, atendimento odontológico, atendimento psicossocial e pedagógico, apoio pedagógico e kits odontológicos para estudantes; a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG), com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), Programa de Monitoria, Programa de Formação à Docência Superior, Programa de Estudantes/Convênio de Graduação (PEC-G), Projeto Milton



Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES) e Programa de Bolsa Mérito; a Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ), com o Projeto Jovens Talentos para Ciência, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) e Iniciação Científica Voluntária (ICV); e a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREXC), com Bolsas de Extensão (PIBEX), além de outros serviços como o acesso ao Restaurante Universitário (RU), ao Centro Esportivo Universitário (CEU) e às várias Bibliotecas Comunitárias distribuídas nos diversos *campi*, centros e polos de apoio presencial por todo o estado do Piauí.

Dadas as particularidades da modalidade a distância, nem todos os programas e serviços oferecidos pela UFPI estão disponíveis para os discentes do curso de Bacharelado em Administração a distância. Entretanto, a UFPI vem realizando constante processo de atualização e adaptação a essa forma de ensino.

Além dos diversos programas de apoio estudantil ofertados pela UFPI, o sistema EaD operante no estado do Piauí a partir do CEAD, disponibiliza incentivo à participação em eventos científicos, visitas técnicas, aulas de campo, monitoria e outros. Assim como, a partir dos polos de apoio presencial, disponibiliza laboratórios de informática, bibliotecas, salas de videoconferência e de aula, todos equipados e adaptados a essa forma de ensino.

4.2 Apoio ao discente

A Coordenação do Curso de Bacharelado em Administração a distância realiza constante apoio pedagógico presencial aos estudantes por meio de visitas aos polos de apoio presencial, durante as quais são feitas avaliações da satisfação do aluno, incentivo e motivação para a participação efetiva do aluno nas atividades do Curso. De modo geral, os serviços de assistência aos discentes envolvem:

- a) Atendimento psicopedagógico;
- b) Participação em intercâmbios;
- c) Orientação acadêmica;
- d) Programa de apoio educacional especializado a portadores de necessidades educativas especiais;
- e) Página *web* do curso, *Intagram*, SIGAA;
- f) Outros.

Semestralmente são reofertadas disciplinas como repercurso (recuperação) para que os alunos possam concluir seus estudos em cadeiras acadêmicas ainda pendentes. Como

mecanismo de nivelamento e formação inicial é realizada uma aula inaugural e o treinamento de acesso e utilização das tecnologias aplicadas à educação a distância, bem como de utilização do ambiente virtual de aprendizagem (plataforma SIGAA) e a apresentação do Projeto Pedagógico do Curso para conhecimento dos alunos. É feito ainda um nivelamento no início das atividades do Trabalho de Conclusão de Curso a partir de capacitação em tabulação e análise de dados científicos.

O Curso dispõe de dois espaços virtuais para divulgação de notícias, editais, eventos e documentos referentes ao Curso, a saber: o portal do CEAD/UFPI (<http://www.cead.ufpi.br>) e o SIGAA (<https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public>). Além desses canais oficiais, o curso possui uma página no Instagram onde são postadas notícias sobre o Curso tanto no *Feed* quanto no *Stories* por ser uma ferramenta digital muito acessada pelos discentes.

Como orientação acadêmica, a UFPI disponibiliza o Guia do Estudante (<http://www.ufpi.br>) com todas as instruções sobre os setores que compõem a instituição e o seu funcionamento, bem como os direitos e deveres dos alunos. O Guia Acadêmico possibilita ao aluno o conhecimento da estrutura organizacional, administrativa e acadêmica da UFPI, estando fundamentado nos seguintes itens:

- a) Conhecimento da UFPI;
- b) Estrutura da administração universitária;
- c) Atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- d) Programa e serviços de apoio ao estudante;
- e) Representação universitária;
- f) Resoluções importantes para o conhecimento do aluno;
- g) Calendário acadêmico com o cronograma de encontros presenciais nos polos.

A estrutura física dos polos de apoio presencial está adaptada para o atendimento prioritário às pessoas portadoras de necessidades especiais (PNE), de acordo com o que preconiza a legislação vigente e a ABNT quanto à dimensão arquitetônica e urbanística. Há ainda o desenvolvimento de ações para instituir adequadamente a sua política de acessibilidade em observância ao Decreto Federal n.º 5.296 de 02/12/2004 (BRASIL, 2004b) e à Resolução CEPEX/UFPI n.º 54/2017 (UFPI, 2017).

Ressalte-se que a coordenação do Curso de Bacharelado em Administração tem uma equipe de apoio técnico-administrativo formada por profissionais que mantêm estreita comunicação através do email institucional fornecendo orientações e esclarecimentos sobre os prazos do calendário acadêmico, ACC's, integralização curricular, emissão de diplomas, entre outros.



Esse trabalho envolve ainda a informação constante para os discentes sobre eventos, cursos, palestras e seminários na área de administração a fim de possibilitar a conclusão das ACC's e vivências práticas de gestão. Dessa forma, a coordenação do Curso disponibiliza suporte aos alunos no processo de desenvolvimento acadêmico com vistas ao alcance de um melhor desempenho estudantil

4.3 Apoio ao docente

O regime de trabalho dos docentes do curso de Bacharelado em Administração a distância obedece à Lei n.º 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e legislação correlata. Na UFPI, a Superintendência de Recursos Humanos (SRH) é o órgão executivo responsável pela gestão e pelo desenvolvimento dos recursos humanos e tem como competência orientar, promover, coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas à administração de pessoal desenvolvida pelas coordenações e demais unidades administrativas sob sua supervisão.

De acordo com os arts. 183 e 185 da Lei n.º 8.112/90, a União manterá o Plano de Seguridade Social para o servidor e sua família, que compreende: a) aposentadoria; b) auxílio-natalidade; c) salário-família; d) licença para tratamento de saúde; e) licença à gestante, à adotante e licença-paternidade; f) licença por acidente em serviço; g) assistência à saúde; h) garantia de condições individuais e ambientais de trabalho satisfatórias (BRASIL, 1990).

A SRH é uma unidade do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), instituído pelo Decreto n.º 6.833/2009, e que tem por objetivo coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com a política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal, estabelecida em lei.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) também oferece serviços de assistência ao servidor da UFPI que contribuem significativamente para o seu bem-estar, tais como assistência odontológica, pedagógica, psicológica e alimentação nos restaurantes universitários.

Com relação aos afastamentos para capacitação profissional e para exercício de mandato eletivo, a UFPI permite os seguintes:

- Para estudo ou missão no exterior: (baseado nos arts. 95 e 96 da Lei n.º 8.112/90) é o tipo de afastamento no qual o servidor não poderá ausentar-se do país para estudo ou missão



oficial sem autorização da autoridade competente. A ausência não poderá exceder 04 (quatro) anos e, finda a missão ou estudo, somente decorrido igual período, será permitida nova ausência (BRASIL, 1990).

- Para exercício de mandato eletivo: (baseado no art. 94 da Lei n.º 8.112/90) é o afastamento concedido ao servidor investido em mandato eletivo federal, estadual, municipal ou distrital (BRASIL, 1990).
- Para servir a outro órgão/entidade: (baseado no art. 93 da Lei n.º 8.112/90) é a cessão do servidor para exercício de cargo em comissão ou função de confiança em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, ou do Distrito Federal e dos Municípios, mediante solicitação da autoridade interessada, especificando o motivo da requisição (BRASIL, 1990).
- Para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* no país: (baseado no art. 96 de Lei n.º 8.112/90) é o afastamento, com remuneração, para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* em instituição de ensino superior no país, a interesse da Administração Superior da UFPI (BRASIL, 1990).

5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

5.1 Avaliação da aprendizagem

A abordagem pedagógica do Curso pressupõe o aluno como construtor de seu conhecimento e da sua história, buscando a necessária relação entre a teoria e a prática. Desde o início do Curso, os discentes terão oportunidade de vivenciar práticas pedagógicas que os estimulam a: ler e interpretar textos, analisar e criticar informações, extrair conclusões por indução e/ou dedução, estabelecer relações, comparações e contrastes em diferentes situações, detectar contradições, fazer escolhas valorativas avaliando consequências, questionar a realidade e argumentar coerentemente, de forma a proporcionar-lhes competências e habilidades para propor ações de intervenção e de soluções para situações-problema, elaborar perspectivas integradoras e sínteses e, também, administrar conflitos dentro da temática pertinente ao curso de Bacharelado em Administração a distância.

Para a avaliação da aprendizagem no âmbito do Curso serão utilizadas metodologias e critérios para o acompanhamento e a avaliação do processo de ensino e aprendizagem, em consonância com os procedimentos e instrumentos da avaliação discente, em atendimento ao disposto no Art. 4º do Decreto MEC n.º 9.057, de 25 de maio de 2017 (BRASIL, 2017), que



regulamenta o Art. 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), caracterizando a Educação a Distância como modalidade educacional. Consideramos também a dinâmica curricular definida pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da UFPI, aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) e embasados nos referenciais de qualidade para os cursos de graduação: Resolução CEPEX/UFPI n.º 177/2012 (UFPI, 2012).

O processo de avaliação de aprendizagem na EaD requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos, embora esta deva ser considerada uma forma de ensino, em vez de uma modalidade (LEMGRUBER, 2009):

a) Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da Educação a Distância deve ser a de obter dos alunos não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas sim a capacidade de produzir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

b) Segundo, porque no contexto da EaD o aluno não conta, comumente, com a presença física do professor. Por este motivo, faz-se necessário desenvolver métodos de trabalho que oportunizem ao aluno: buscar interação permanente com os professores e com os tutores todas as vezes em que sentir necessidade, obter confiança frente ao trabalho realizado, possibilitando-lhe não só o processo de elaboração de seus próprios juízos, mas também de desenvolvimento da sua capacidade de analisá-los.

No curso de Bacharelado em Administração a distância, há uma preocupação em desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não só o envolvimento do aluno no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no Curso.

Será estabelecida uma rotina de observação, descrição e análise contínuas da produção do aluno, que embora se expresse em diferentes níveis e momentos, não deve alterar a condição processual da avaliação.

Num primeiro nível, as avaliações serão realizadas a distância através dos registros da rotina no ambiente virtual de aprendizagem (plataforma), com critérios para análise do envolvimento do aluno no processo.

Num segundo nível, as avaliações poderão ocorrer de forma presencial ou online, a critério da coordenação, com proposições, questões e temáticas que lhe exijam não só síntese dos conteúdos trabalhados, mas também outras produções. Essas questões ou proposições serão elaboradas pelos professores responsáveis pelas áreas de conhecimento.

A aprovação em um componente curricular (disciplina) está condicionada ao



rendimento acadêmico do aluno, mensurado através da avaliação da aprendizagem e da assiduidade às atividades didáticas do Curso, sejam elas presenciais ou a distância.

A avaliação da aprendizagem compreende o processo formativo de diagnóstico, realizado pelo professor e/ou tutor, sobre as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como sobre os conhecimentos por eles adquiridos.

A assiduidade do aluno corresponde a sua frequência às atividades didáticas (fóruns, grupos de estudo, aulas teóricas e práticas e demais atividades exigidas em cada disciplina, realizadas presencialmente no polo ou no ambiente virtual), programadas para o período letivo. Não haverá abono de faltas, ressalvados os casos previstos em legislação específica, não sendo computada, porém registrada como falta justificada.

Para efeito de registro, as notas das disciplinas do curso de Bacharelado em Administração a distância que compõem a média parcial serão divididas em 03 (três) unidades avaliativas que representam:

- a) Avaliação individual (prova) presencial ou online com peso de 60% da média parcial da disciplina e, quando aplicada presencialmente, o aluno, obrigatoriamente, deverá comparecer ao polo de apoio presencial para realizá-la;
- b) Atividade(s) *on-line* através da plataforma virtual com peso de 20% da média parcial da disciplina, que o aluno poderá realizar fora do polo de apoio presencial, a partir de dispositivo com *internet*;
- c) Trabalhos (atividade/s escrita/s) presenciais ou através da plataforma virtual, com peso de 20% da média parcial da disciplina.

A avaliação do rendimento acadêmico será feita por meio do acompanhamento contínuo do desempenho do aluno, sob forma de prova escrita, oral ou prática, fóruns de discussão, trabalho de pesquisa, de campo, individual ou em grupo, seminário, ou outros instrumentos constantes no plano de disciplina, sejam presenciais ou a distância.

Os registros do rendimento acadêmico serão realizados individualmente, independentemente dos instrumentos utilizados. Cada unidade avaliativa, que pode ou não ser subdividida, bem como o exame final, deverá apresentar média expressa em valores de 0,0 (zero) a 10,0 (dez).

A modalidade, o número e a periodicidade das avaliações parciais deverá considerar a sistemática de avaliação definida neste Projeto Pedagógico do Curso e estar explícito no Plano de Disciplina elaborado pelo professor, de acordo com a especificidade da mesma. Além disso, o professor deverá especificar as funções (atribuições) de cada membro da equipe de trabalho vinculado à sua disciplina, no que diz respeito à avaliação da aprendizagem.



As avaliações deverão verificar o desenvolvimento das competências e habilidades e versar sobre os conteúdos propostos no programa da disciplina. Os critérios utilizados na avaliação devem ser divulgados pelo professor, de forma clara para os alunos, a começar pelo Plano de Disciplina.

O professor deve discutir, no ambiente virtual (SIGAA), os resultados obtidos em cada instrumento de avaliação junto aos alunos. Essa discussão será realizada por ocasião da publicação dos resultados e o aluno terá vista dos instrumentos de avaliação, devendo devolvê-los após o fim da discussão.

A divulgação do rendimento acadêmico será obrigatoriamente feita no sistema de registro e controle acadêmico, sendo o professor responsável pela disciplina e devendo este fazer o registro do rendimento no sistema acadêmico (SIGAA).

Será obrigatória a divulgação do rendimento de todas as atividades (presenciais e/ou virtuais) feitas pelo professor da disciplina, no prazo máximo de 03 (três) dias antes da avaliação individual da disciplina (presencial ou online). No caso do exame final, esse prazo valerá também para a divulgação dos resultados da avaliação individual. Tal prazo deverá estar em consonância, ainda, com os limites de datas do Calendário Acadêmico EaD.

O aluno poderá requerer a revisão da correção das avaliações parciais e do exame final à Coordenação do Curso, até 02 (dois) dias úteis após a divulgação e/ou discussão do resultado, devendo o aluno cumprir normalmente o calendário de avaliações presenciais previsto, enquanto tramita o seu pedido de revisão.

O requerimento de revisão de correção deverá apresentar os motivos que justificam o seu pedido, explicitando os itens e os aspectos que devem ser revistos. A Coordenação do Curso encaminhará o requerimento ao(s) professor(es) da disciplina, devendo a revisão ser realizada e devolvida à Coordenação do Curso no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da data do recebimento do requerimento pelo(s) professor(es).

O aluno poderá recorrer da decisão do(s) professor(es) da disciplina à Coordenação do Curso, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a divulgação da revisão feita pelo(s) professor(es) responsável(is) pela disciplina. O recurso será encaminhado a uma comissão formada por 03 (três) professores (efetivos e/ou colaboradores), preferencialmente da mesma disciplina ou de disciplinas correlatas, indicados pela Coordenação do Curso, que utilizará os mesmos critérios adotados na primeira correção, sendo vedada a participação do(s) professor(es) que corrigiu(ram) a avaliação em questão.

O professor da disciplina e o aluno deverão ser informados, no prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis, do horário e do local de realização da revisão, a fim de que possam expor



(oralmente ou por escrito) seus argumentos perante a comissão de professores. O resultado do recurso terá caráter conclusivo e deverá ser encaminhado à Coordenação do Curso no prazo de 04 (quatro) dias úteis, em relato sumário.

Impedido de participar da avaliação individual (presencial ou online), o aluno tem direito de requerer a oportunidade de realizá-la em segunda chamada. O aluno poderá requerer exame de segunda chamada por si ou por procurador legalmente constituído, por meio de requerimento dirigido à Coordenação do Curso, devidamente justificado e comprovado, enviado para o e-mail da Coordenação do Curso (coordadmcead@ufpi.edu.br) no prazo de 03 (três) dias antes da data de realização da avaliação de segunda chamada.

São considerados motivos que justificam a ausência do aluno às avaliações presenciais:

- a) Doença;
- b) Doença ou óbito de familiares diretos;
- c) Audiência judicial;
- d) Militares, policiais e outros profissionais em missão oficial;
- e) Participação em congressos, reuniões oficiais ou eventos culturais representando a universidade, o município ou estado;
- f) Outros motivos que, apresentados, possam ser julgados procedentes pela Coordenação do Curso.

As avaliações de segunda chamada serão previamente agendadas conforme planejamento bimestral ou semestral do Curso e em conformidade com o Calendário Acadêmico EaD. A avaliação de segunda chamada deverá contemplar o mesmo conteúdo da avaliação individual ou exame final a que o aluno não compareceu. Ao aluno que não participar de qualquer avaliação, não tendo obtido a permissão para fazer outra, é atribuída a nota 0,0 (zero).

Será aprovado por média (AM) o aluno que obtiver média parcial igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, desde que os requisitos de assiduidade sejam satisfeitos, ou, por exame final (EF), o aluno que obtiver média final igual ou superior a 6,0 (seis) pontos, como média aritmética da sua média parcial e a nota do exame final.

Terá direito a realizar avaliação de exame final o aluno que obtiver média parcial igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete) pontos.

Será considerado reprovado por nota (RN) o aluno que obtiver média parcial inferior a 4,0 (quatro) pontos, ou obtiver média final inferior a 6,0 (seis) pontos resultante da média aritmética da média parcial e da nota do exame final.

A presença do aluno é registrada a cada atividade presencial, respeitando o mínimo de



20% da carga horária total estipulada pelo Curso.

Caso o aluno não tenha o desempenho desejado em algum componente curricular obrigatório, ficando reprovado por nota (RN), ele pode refazer o componente curricular pendente a partir de reofertas (repercurso), que ocorrerão simultaneamente às próximas disciplinas ainda não cursadas da matriz curricular. A oferta de componentes curriculares pendentes será definida pela Coordenação do Curso conforme demanda.

Discentes pendentes em componentes curriculares de um período poderão cursar os componentes do período seguinte, sendo necessária a apreciação da Coordenação do Curso.

Quanto ao aproveitamento ou dispensa de créditos ou de estudos, deve ser considerada a resolução CEPEX/UFPI n.º 177/2012 (UFPI, 2012) e legislações vigentes.

A avaliação da aprendizagem transcende o período de formação do aluno, sendo feito o acompanhamento do destino do egresso através de várias ferramentas (questionários, análise de currículo, informações da Coordenação de Polo, dentre outras).

5.2 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e o currículo do curso de Bacharelado em Administração a distância do CEAD/UFPI passará por permanente avaliação, com o objetivo de identificar falhas e defasagens nos diferentes componentes curriculares (princípios, objetivos do Curso, perfil, conteúdos, sequência das disciplinas obrigatórias e optativas, o Estágio Obrigatório, o Trabalho de Conclusão de Curso e as Atividades Complementares). Assim, são buscados os ajustes necessários à sua contextualização e aperfeiçoamento.

A avaliação ocorrerá por meio de consulta aos discentes, docentes (efetivos e colaboradores), técnicos, coordenadores de polo, tutores, enfim, a todos os agentes do Curso. Tais avaliações serão utilizadas pela Comissão de Reformulação, composta pelo Coordenador do Curso e pelos professores efetivos que participam do Núcleo Docente Estruturante (NDE). Em seguida, a nova proposta passará por avaliação do Colegiado do Curso, e depois por apreciação em reunião de Centro (CEAD) para, na sequência, o novo PPC ser encaminhado às instâncias superiores, por meio da Comissão de Currículo da PREG/UFPI.

Desde o ano de 2006, quando o projeto inicial foi elaborado, até o presente momento (2023), o PPC do Curso passou por uma reformulação em 2011. Com a experiência obtida ao longo dos anos, nessa ocasião foi possível propor soluções e adequações mais condizentes com o atual papel do egresso formado pelo Curso frente às atuais demandas da sociedade, bem como os ajustes operacionais necessários a um curso EaD, de forma a manter seu nível de qualidade



e excelência.

Os processos de avaliação no curso de Bacharelado em Administração visam a verificar se e em que os objetivos e metas propostas foram alcançados, assim como conhecer os pontos fortes e fracos do sistema, visando à contínua retroalimentação e ao aprimoramento do Curso. O processo de avaliação do Curso será fundamentado em três aspectos:

1) Avaliação da aprendizagem de cada aluno por disciplina

A partir do processo de avaliação da aprendizagem do aluno nos componentes curriculares do Curso será possível perceber a eficiência e a deficiência da aplicabilidade dos conteúdos, da metodologia e da postura do aluno visando aos ajustes no PPC. As avaliações serão feitas tanto durante o desenvolvimento das atividades acadêmicas como ao seu final, quando deverá ser verificado se os objetivos explicitados nos planos de ensino foram atingidos.

2) Determinação da satisfação do aluno com a disciplina e com o Curso

Essa avaliação de satisfação visará a verificar a percepção do aluno em relação à implementação das disciplinas e do Curso, especificamente comparando-as com o Projeto Pedagógico e com os Planos de Ensino de cada professor, fornecendo indicadores de adequação das condições do processo de ensino e aprendizagem utilizadas e, finalmente, observar o cumprimento integral ou parcial destes planos. Esse processo de avaliação, implementado através de questionários *on-line*, será aplicado antes do término de cada semestre a todos os alunos do Curso, sendo pré-requisito para matrícula no semestre seguinte. O relatório da avaliação docente pelos discentes é disponibilizado semestralmente para a Coordenação do Curso e serve como instrumento para melhorias no PPC.

3) Determinação da satisfação do professor e tutores com o Curso e com a organização

O objetivo dessa avaliação será verificar a satisfação dos professores quanto ao oferecimento de condições adequadas para ministrar as disciplinas e, principalmente, coletar sugestões para o aprimoramento do Curso. O professor avaliará o Curso no final de cada semestre, preenchendo um formulário com questões fechadas e abertas. Em reuniões periódicas com os professores e os tutores serão discutidos assuntos relacionados ao bom andamento das atividades acadêmicas. Os questionários preenchidos junto com as sugestões das reuniões serão analisados pela Coordenação do Curso, visando a implementar as medidas administrativas necessárias para aprimoramento das atividades.



6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS

Na sistematização do ementário, as disciplinas foram agrupadas por categorias e períodos, conforme apresentado abaixo.

6.1 Disciplinas obrigatórias

1º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Seminário de Introdução ao Curso	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
1.0.0	15h	---	
EMENTA:			
A UFPI e o Centro de Educação Aberta e a Distância. Direitos e deveres discentes. O curso de Administração. Centro Acadêmico e Empresa Júnior de Administração. Órgãos de apoio aos discentes.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
UFPI. Regulamento da graduação: Resolução n.º 177/2012. Disponível em: http://ufpi.edu.br/manual-do-aluno-preg . Acesso em: 10 set. 2022.			
UFPI. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. Disponível em: http://ufpi.edu.br/manual-do-aluno-preg . Acesso em: 10 set. 2022.			
UFPI. Projeto Político Pedagógico do Curso de Administração. Disponível em: https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=74200&lc=pt_BR . Acesso em: 10 set. 2022.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
UFPI. Manual do calouro. Disponível em: http://ufpi.edu.br/manual-do-aluno-preg . Acesso em: 10 set. 2022.			
UFPI. Guia do aluno. Disponível em: http://ufpi.edu.br/manual-do-aluno-preg . Acesso em: 10 set. 2022.			
UFPI. Manual do aluno. Disponível em: http://ufpi.edu.br/manual-do-aluno-preg . Acesso em: 10 set. 2022.			
UFPI. Regulamento de monitoria. Disponível em: http://ufpi.edu.br/manual-do-aluno-preg . Acesso em: 10 set. 2022.			
UFPI. Biblioteca Central BCCB. Disponível em: http://ufpi.br/biblioteca-bccb . Acesso em: 10 set. 2022.			
UFPI. Manual de estágio do Curso de Administração. Disponível em: https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=74200&lc=pt_BR . Acesso em: 10 set. 2022.			
UFPI. Manual de Trabalho de Conclusão do Curso de Administração. Disponível em: https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=74200&lc=pt_BR . Acesso em: 10 set. 2022.			
UFPI. Normas das Atividades Complementares. Disponível em: https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=74200&lc=pt_BR . Acesso em: 10 set. 2022.			
UFPI. Normas das Atividades Curriculares de Extensão. Disponível em: https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=74200&lc=pt_BR . Acesso em: 10 set. 2022.			
CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da Administração. 8. ed. São Paulo: Campus, 2011.			
MAXIMIANO, A. C. A. Introdução à Administração. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Sociologia Aplicada à Administração	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	

4.0.0	60h	---
EMENTA: Sociologia geral e aplicada à Administração. Conceitos fundamentais da Teoria Sociológica. Organização social: organização (privada e pública) e sociedade. A cultura da sociedade e a cultura da organização. Processos sociais na empresa. A ordem econômica internacional e a organização empresarial.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BERNARDES, C.; MARCONDES, R. C. Sociologia aplicada à Administração . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. BOTTOMORE, T.B. Introdução à Sociologia . 9. ed. Rio de Janeiro, 1983. STEINER, P. A Sociologia Econômica . São Paulo: Atlas, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BRYM, R. Sociologia: sua bússola para um novo mundo . São Paulo: Thompson, 2006. DAHL, R. A. Sobre a democracia . Brasília: Editora UnB, 2001. DEJOURS, C. A loucura do trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho . 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992. FLERY, M. T.; FISCHER, R. M. (Orgs.). Cultura ou poder das organizações . São Paulo: Atlas, 1992. HUNT, E. K. História do pensamento econômico . 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1981. LAKATOS, E. M. Sociologia da Administração . 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997. RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo . São Paulo: Ática, 2004.		

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Economia Brasileira e Piauiense	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.0.0	30h	---	
EMENTA: A formação econômica brasileira. Economia agrícola. Economia industrial. O Milagre Econômico Brasileiro. Os anos de crise econômica. História econômica do Piauí: o ciclo da pecuária e do extrativismo. Economia piauiense e o modelo de desenvolvimento brasileiro.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
GREMAUD, A. P. Economia brasileira contemporânea . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. MENDES, F. Economia e desenvolvimento no Piauí . Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003. PEREIRA, L. C. B. A economia brasileira: uma introdução crítica . 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
LACERDA, A. C. Economia brasileira . 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. QUEIROZ, T. Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo . Teresina: EDUFPI, 1993. SANTANA, R. M. Perspectiva histórica do Piauí . Teresina: Ed. Cultura, 1965. SANTANA, R. M. Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas . Teresina: Halley, 1995.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Psicologia Aplicada à Administração	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	---	
EMENTA: Introdução à Psicologia. Influência da personalidade e efeitos sobre a Administração. Aplicação da tecnologia social nas organizações humanas. As empresas e as psicopatologias. Processos grupais.			



BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FIGLIOLI, J. O. **Psicologia para administradores**: integrando teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
 ROBBINS, S. P. **Fundamentos do comportamento organizacional**. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
 SPECTOR, P. E. **Psicologia nas organizações**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOCK, A.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de Psicologia. São Paulo: Saraiva, 1999.
 COSTA, S. G. **Psicologia aplicada à Administração**. Rio de Janeiro: Campus, 2011.
 SIQUEIRA, M. M. M. (Org.). **Medidas do comportamento organizacional**: ferramentas de diagnóstico de gestão. Porto Alegre: Artmed, 2008.
 LANE, S. T. M.; CODD, W. **Psicologia social**: o homem em movimento. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
 ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (Orgs.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Teorias da Administração I	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	---	
EMENTA:			
Organização e Administração. Bases históricas. Abordagens clássica e humanista. Teoria neoclássica. Modelo burocrático. Uma visão sobre as funções organizacionais e sobre os processos de Administração. Planejamento. Liderança. Comunicação, tomada de decisão, poder e autoridade. Controle.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da Administração . Edição compacta. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da Administração . 8. ed. São Paulo: Campus, 2011. MAXIMIANO, A. C. A. Introdução à Administração . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BATEMAN, T. S.; SNELL, S. A. Administração : novo cenário competitivo. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. CARAVANTES, G. R. Administração : teorias e processos. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. CHIAVENATO, I. Princípios da administração : o essencial em teoria geral da Administração. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. FARIA, J. C. Administração : introdução ao estudo. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 2000. MORGAN, G. Imagens da organização . São Paulo: Atlas, 1996. STONER, J. A. F.; FREEMAN, R. E. Administração . 5. ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1999.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Estatística Aplicada à Administração	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	---	
EMENTA:			
Conceitos preliminares: estatística, população, amostra. Estatística indutiva e dedutiva. Tabelas e gráficos. Distribuição de frequência. Medidas de dispersão. Probabilidades. Distribuição de probabilidade: normal, binomial, e de Poisson. Teorias de amostragem. Interferência estatística: estimação pontual; estimação por intervalos. Teste de hipóteses: significância de médias, significância por proporções. Análise da variância. Teoria da correlação e da regressão.			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CRESPO, A. A. Estatística fácil . 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.			
SPIEGEL, M. R. Estatística . 4. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2009.			
TOLEDO, G. L. Estatística básica . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
LARSON, R.; FARBER, E. Estatística aplicada . 4. ed. São Paulo: Pearson, 2012.			
MARTINS, G. A.; DONARE, D. Princípios de estatística . São Paulo: Atlas, 1982.			
MCCLAVE, J. T.; BENSON, P. G.; SINCICH, T. Estatística para Administração e Economia . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.			
VIEIRA, S. Princípios de estatística . São Paulo: Pioneira, 2003.			
STEVENSON, W. J. Estatística aplicada à Administração . Harbra: São Paulo, 2001.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Educação a Distância	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.0.0	30h	---	
EMENTA:			
Fundamentos da EaD. Organização de sistemas de EaD: processo de comunicação, processo de tutoria, avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EaD. Ambientes Virtuais de Aprendizagem (específico): estratégias de interação. Metodologias digitais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CORRÊA, Denise Mesquita. Introdução à Educação a Distância e AVEA . 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014.			
HACK, Josias Ricardo. Introdução à Educação a Distância . Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.			
VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. Introdução à Educação a Distância . Fortaleza: RDS, 2010.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. Educação a Distância: o estado da arte . São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.			
MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. Educação a Distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino-aprendizagem . São Paulo: Saraiva, 2015.			
MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. Educação a Distância: pontos e contrapontos . São Paulo: Summus, 2011.			
SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. Educação e tecnologias da informação e comunicação . Salvador: UNEB/EAD, 2010.			
SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. Introdução à Educação a Distância e ao ambiente virtual de aprendizagem . Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Direito para Administração I	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	---	

EMENTA:

Noções de Direito: acepções da palavra direito; conceito e definição; direito positivo, natural, objetivo e subjetivo; distinção entre direito e moral. Acepções de justiça. Noções de Direito Constitucional: Constituição, Estado e Governo. Princípios constitucionais. Noções de Direito Administrativo: Administração Pública: princípios; poderes. Noções de Direito Civil: coisas; obrigações. Direito do Consumidor: noções; elementos jurídicos básicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BONAVIDES, P. **Teoria geral do Estado**. São Paulo: Malheiros, 2018.
 CARVALHO FILHO, J. S. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2017.
 FILOMENO, J. G. B. **Manual de direitos do consumidor**. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROSO, L. R. **Curso de direito constitucional contemporâneo**. São Paulo: Saraiva, 2019.
 DI PIETRO, M. S. Z. **Direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 2019.
 GAGLIANO, P. S.; PAMPLONA FILHO, R. **Manual de direito civil**. São Paulo: Saraiva, 2019.
 LENZA, P. **Direito constitucional esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2018.
 MARTINS, S. P. **Instituições de direito público e privado**. São Paulo: Saraiva, 2018.
 MELLO, C. A. B. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2019.
 MORAES, A. **Direito constitucional**. São Paulo: Atlas, 2019.
 SILVA, J. A. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo: Malheiros, 2019.
 THEODORO JUNIOR, H. **Direitos do consumidor**. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

2º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Cenários Econômicos Empresariais	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	-	

EMENTA:

Introdução à análise macroeconômica. Cenários nacionais. Antecedentes e determinantes do presente: evolução histórica da economia brasileira. Plano Real e a abertura econômica. Perspectivas da economia brasileira. Instrumentos de política comercial e integração econômica. Globalização produtiva e financeira: determinantes e impactos. Perspectivas da economia mundial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. (Orgs.). **Manual de economia**: equipe de professores da USP. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
 VASCONCELLOS, M. A.; GARCIA, M. E. **Fundamentos da economia**. São Paulo: Saraiva, 2008.
 VICECONTI, P. E. V.; NEVES, S. **Introdução à economia**. São Paulo: Frase, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LIMA, R. A. S.; BACHA, C. J. C. **Macroeconomia**: teorias e aplicações à economia brasileira. Campinas, SP: Alínea, 2009.
 MANKIW, N. G. **Introdução à economia**. São Paulo: Thomson, 2007.
 MANKIW, N. G. **Macroeconomia**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
 ROSSETTI, J. P. **Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 2000.
 TROSTER, R. L.; MOCHON, F. **Introdução à economia**. 4. ed. São Paulo: Pearson Brasil, 2004.



COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Contabilidade Geral e Análise das Demonstrações Contábeis	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	---	
EMENTA:			
Funções, campo de atuação e usuários da contabilidade. O processo de tomada de decisões na gestão econômica. Livros contábeis. Regimes de contabilidade (em relação à apuração de resultado). Escrituração. Balanço patrimonial. Demonstração do resultado do exercício. Método de análise das demonstrações contábeis. Análise horizontal e análise vertical. Índices de liquidez e endividamento. Índices de estrutura patrimonial.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ASSAF NETO, A. Estrutura e análise de balanços . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015. BRAGA, H. R. Demonstrações contábeis : estrutura, análise e interpretação. São Paulo: Atlas, 2012. LOPES, C. C. V. M.; MARION, J. C.; IUDÍCIBUS, S. Curso de Contabilidade para não contadores : para as áreas de Administração, Economia, Direito e Engenharia. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CREPALDI, S. A. Curso básico de contabilidade : gestão empresarial, exercícios e questões com respostas. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBECKE, E. R. Manual de contabilidade das sociedades por ações . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2018. MARION, J. C. Contabilidade empresarial : instrumento de análise, gerência e decisão. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2018. MARION, J. C. Análise das demonstrações contábeis . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019. MARTINS, E.; MIRANDA, G. J.; DINIZ, J. A. Análise didática das demonstrações contábeis . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018. MATARAZZO, D. C. Análise financeira de balanços : abordagem básica e gerencial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Teorias da Administração II	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	---	
EMENTA:			
Teoria neoclássica. Abordagem sistêmica. Teoria contingencial. Evolução da Moderna Administração de Empresas. Perspectivas e tendências na Administração.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BATEMAN, T. S.; SNELL, S. A. Administração : novo cenário competitivo. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da Administração . 8. ed. São Paulo: Campus, 2011. MAXIMIANO, A. C. A. Teoria geral da Administração . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			



BATEMAN, T. S.; SNELL, S. A. **Administração: liderança e colaboração no mundo competitivo**. São Paulo: McGraw-Hill, 2007.

CARAVANTES, G. R. *et al.* **Administração: teorias e processos**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

CHIAVENATO, I. **Princípios da Administração: o essencial em teoria geral da Administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

FARIA, J. C. **Administração: introdução ao estudo**. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

STONER, J. A. F.; FREEMAN, R. E. **Administração**. 5. ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1999.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Pesquisa Aplicada à Administração	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	---	
EMENTA:			
O conhecimento científico e outros tipos de conhecimento. A pesquisa em Administração e em organizações. Métodos científicos. Formulação de problema, hipóteses e objetivos de pesquisa. Tipologia, métodos e técnicas de pesquisa. Procedimentos de coleta e análise de dados. Projeto de pesquisa. Comunicação da produção científica. Ética em pesquisa.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.			
DEMO, P. Metodologia para quem quer aprender . São Paulo: Atlas, 2008.			
GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
HAIR Jr., J. F. Fundamentos de métodos de pesquisa em Administração . Porto Alegre: Bookman, 2007.			
HESSEN, J. Teoria do conhecimento . 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.			
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisabiográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.			
MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade . Petrópolis: Vozes, 2002.			
VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em Administração . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos . 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Extensão I	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.0.0.4	60h	---	
EMENTA:			
Atividades práticas de extensão com a participação dos alunos em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos, prestação de serviços à comunidade que considerem as especificidades do curso de administração e envolvam as temáticas da comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			

CUNHA, Luiz Antônio. **Ensino superior e universidade no Brasil**. Lopes, EMT et al, v. 500, n. 151-204, p. 15, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Extensão universitária: para quê**. Instituto Paulo Freire, v. 15, p. 1-18, 2017.

NACAGUMA, Simone; STOCO, Sérgio; ASSUMPCÃO, Raiane PS. **Política de curricularização da extensão na UNIFESP: caminhos, desafios e construções**. Alameda Casa Editorial, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL, CNE/CES. **Resolução N° 7**, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.

UFPI. **Normas das Atividades Curriculares de Extensão**. Disponível em:

https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/prex/Legisla%C3%A7%C3%A3o/Guia_da_curriculariza%C3%A7%C3%A3o_da_Extens%C3%A3o.pdf

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI N° 053/2019** de 12 de abril de 2019 que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI N° 297/2022** de 20 de junho de 2022.

UFPI. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024**, 2020.

3º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Direito para Administração II	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	---	
EMENTA:			
Fundamentos do direito do trabalho. Relação de trabalho. Contrato individual de trabalho. Rescisão de trabalho, aviso prévio. Direito coletivo de trabalho. Previdência Social: generalidade, assistência e segurança na Previdência Social. Acidentes do trabalho. Previdência rural. Direito comercial: noções gerais de empresa, contratos e sociedades. Títulos de crédito: espécies.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BARROS, A. M. B. Curso de direito de trabalho . 5. ed. São Paulo: LTR, 2019.			
COELHO, F. U. Curso de direito comercial . vol. 03. São Paulo: Saraiva, 2019.			
DELGADO, M. G. Curso de direito de trabalho . 13. ed. São Paulo: LTR, 2019.			
IBRAHIM, F. Z. Curso de direito previdenciário . 18. ed. Niterói: Impetus, 2019.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
AMADO, F. Reforma previdenciária . São Paulo: Jus Podium, 2020.			
CARRION, V. Comentários à consolidação das leis do trabalho . São Paulo: Saraiva, 2017.			
CASTRO, C. A. P.; LAZZARI, J. B. Manual de direito previdenciário . Rio de Janeiro: Forense, 2020.			
CHAGAS, E. E. Direito empresarial esquematizado . São Paulo: Saraiva, 2020.			
MARTINS, S. P. Direito do trabalho . São Paulo: Saraiva, 2019.			
NASCIMENTO, A. M. Iniciação ao direito do trabalho . São Paulo: LTr, 2019.			
NASCIMENTO, A. M. Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho . São Paulo: Saraiva, 2019.			
NEGRÃO, R. Manual de direito empresarial . São Paulo: Saraiva, 2020.			
OLIVEIRA, A. Prática trabalhista e previdenciária . São Paulo: Atlas, 2017.			
OLIVEIRA, A. Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho . São Paulo: Saraiva, 2019.			
RUSSOMANO, M. V. Curso de direito do trabalho . Curitiba: Juruá, 2016.			

COMPONENTE CURRICULAR	UNIDADE RESPONSÁVEL:
-----------------------	----------------------

Organização, Sistemas e Métodos		Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):		
3.1.0	60h	---		
EMENTA:				
Melhoria contínua e gerenciamento de processos. Definição de processos, suas subdivisões .Conceitos básicos da gestão de processos. Estruturas e processos organizacionais. Etapas da gestão de processos. Instrumentos de análise e gestão de processos. Gráficos de processamento e organização. Formulários. Arranjo físico. Análise e distribuição do trabalho. Manuais de organização.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
ARAÚJO, L. C. G. de. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.				
BALLESTERO-ALVAREZ, M. E. Manual de organização sistemas e métodos : abordagem teórica e prática da engenharia da informação. São Paulo: Atlas, 2011.				
CURY, A. Organização e métodos . São Paulo: Atlas, 2012.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
ARAÚJO, L. C. G. Organização, sistemas e métodos . vol. II. São Paulo: Atlas, 2006.				
CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da administração . 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.				
MOREIRA, D. A. Administração da produção e operações . São Paulo: Thomson Learning, 2002.				
OLIVEIRA, D. P. R. Sistemas, organização e métodos : uma abordagem gerencial. São Paulo: Atlas, 2011.				
SEIFFERT, P. Q. C.; SILVA, J. A. Estruturação organizacional . São Paulo: Atlas, 2007.				
WRIGHT, P.; KROLL, M. J.; PARNEL, J. Administração estratégica : conceitos. São Paulo: Atlas, 2011.				

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:	
Comunicação Organizacional		Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):		
4.0.0	60h	---		
EMENTA:				
Comunicação. Evolução histórica e conceitual. Teorias da comunicação. Comunicação e cultura. Meios de Comunicação de Massa (MCM) e Indústria Cultural (IC). Comunicação Empresarial (CEMP). O Administrador e a comunicação. Comunicação e gestão do conhecimento. Comunicação estratégica. Técnicas de comunicação. Comunicação interna. Comunicação oral, escrita e não-verbal. Redação de documentos comerciais e oficiais. Entrevistas, reuniões e debates. Construção da identidade, imagem e reputação corporativa. Endomarketing. Clima organizacional. Relações com clientes, mídia, investidores e governo. Propaganda corporativa. Comunicação da crise. Plano Integrado de Comunicação Empresarial (PICE).				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
BUENO, W. C. Comunicação empresarial : teoria e pesquisa. São Paulo: Manole, 2003.				
KUNSCH, M. M. K. Planejamento de relações públicas na comunicação integrada . 4. ed. São Paulo: Summus, 2003.				
PIMENTA, M. A. Comunicação empresarial : conceitos e técnicas para administradores. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				

ARGENTI, P. A. **Comunicação empresarial**: a construção da identidade, imagem e reputação. Tradução de Adriana Rieche. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

CAHEN, R. **Comunicação empresarial**. 13. ed. São Paulo: Best Seller, 2009.

GRACIOSO, F. **Propaganda institucional**: nova arma estratégica da empresa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, J. S. **Redação publicitária**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2008.

MATOS, G. G. **Comunicação empresarial sem complicação**: como facilitar a comunicação na empresa, pela via da cultura e do diálogo. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2009.

MELO, L. R. D. **Comunicação empresarial**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Gestão de Pessoas I	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	---	

EMENTA:

Evolução histórica e conceitual da gestão de pessoas. O gestor de recursos humanos - ética e responsabilidade social. Demandas contemporâneas para a gestão de pessoas - inteligência emocional; assédio moral; assédio sexual; violência; drogas; estresse; ansiedade; depressão e síndrome de Burnout. Planejamento estratégico de gestão de pessoas. Desenho, descrição e análise de cargos. Recrutamento, seleção e admissão de pessoal. Relações com empregados. Endomarketing.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAÚJO, L. C. G. **Gestão de pessoas**: estratégias e integração organizacional. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BOHLANDER, G.; SNELL, S.; SHERMAN, A. **Administração de Recursos Humanos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2009.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DEMO, G. **Políticas de gestão de pessoas nas organizações**: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.

DUTRA, J. S. **Competências**: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A. C. **Gestão de pessoas**: enfoque nos papéis profissionais. São Paulo: Atlas, 2011.

LIMONGI-FRANÇA, A. C. **Práticas de recursos humanos – PRH**: conceitos, fundamentos e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Cálculos em Administração	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	---	

EMENTA:

Caracterização das principais funções de uma variável real (polinomial, exponencial, logarítmica e trigonométrica). Estudo dos principais limites relacionados a essas funções. Análise do conceito de derivadas e estudo das técnicas de otimização de funções de uma variável. Porcentagem; capitalização simples e composta; taxas; descontos; equivalência de capitais; série uniforme de pagamentos; HP 12C. Sistemas de amortização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRADLEY, T. **Matemática aplicada à administração**: a matemática que o administrador precisa entender. São Paulo: Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GUIDORIZZI, H. L. **Matemática para Administração**. Rio de Janeiro: LTC, 2002.
 MUROLO, A.; BONETTO, D. **Matemática aplicada à Administração, Economia e Contabilidade**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOULOS, P. **Cálculo diferencial e integral**. vol. 1. São Paulo: Pearson, 1999.
 LEITE, A. **Aplicações da matemática: Administração, Economia e Ciências Contábeis**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
 MORETTIN, P. A.; HAZZAN, S.; BUSSAB, W. O. **Cálculo: funções de uma e várias variáveis**. São Paulo: Saraiva, 2005.
 SILVA, S. M.; SILVA, E. M. **Matemática básica para cursos superiores**. São Paulo: Atlas, 2008.
 WEBER, J. E. **Matemática para Economia e Administração**. São Paulo: Harbra, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Extensão II	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.0.0.4	60h	---	

EMENTA:

Atividades práticas de extensão com a participação dos alunos em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos, prestação de serviços à comunidade que considerem as especificidades do curso e envolvam as temáticas da comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CUNHA, Luiz Antônio. **Ensino superior e universidade no Brasil**. Lopes, EMT et al, v. 500, n. 151-204.
 GADOTTI, Moacir. **Extensão universitária: para quê**. Instituto Paulo Freire, v. 15, p. 1-18, 2017.
 NACAGUMA, Simone; STOCO, Sérgio; ASSUMPÇÃO, Raiane PS. **Política de curricularização da extensão na UNIFESP: caminhos, desafios e construções**. Alameda Casa Editorial, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL, CNE/CES. **Resolução N° 7**, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.

UFPI. **Normas das Atividades Curriculares de Extensão**. Disponível em:

https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/prex/Legisla%C3%A7%C3%A3o/Guia_da_curriculariza%C3%A7%C3%A3o_da_Extens%C3%A3o.pdf

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI N° 053/2019** de 12 de abril de 2019 que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI N° 297/2022** de 20 de junho de 2022.

UFPI. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024**, 2020.

4º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Ética nas Organizações	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	---	

EMENTA:

Elementos de história da filosofia. O problema do conhecimento e a questão do método. A ética filosófica e seus problemas fundamentais. A ética e a questão dos valores. Ética, cultura e esfera pública. A ética nas organizações: liberdade e responsabilidade social das empresas e dilemas éticos na Administração. O Código de Ética Profissional do Administrador.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARRUDA, M. C. C.; WHITAKER, M. C.; RAMOS, J. M. R. **Fundamentos de ética empresarial e econômica**. São Paulo: Atlas, 2009.
 ASHLEY, P. A. **Ética e responsabilidade social**. São Paulo: Saraiva, 2002
 BAZERMAN, M. H.; TENBRUSEL, A. E. **Antiético, eu?** Descubra por que não somos tão éticos quanto pensamos e o que podemos fazer a respeito. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERREL, O. C.; FRAEDRICH, J.; FERREL, L. **Ética empresarial: dilemas, tomadas de decisões e casos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2001.
 GARCIA-MARZÁ, D. **Ética empresarial: do diálogo à confiança**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2007.
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Código de Boas Práticas**. 4. ed., 2011.
 SCHULLER, Maria. **A cultura organizacional como manifestação da multidimensionalidade humana**. In: KUNSCH, M. M. K. (Org.). **Comunicação organizacional: linguagem, gestão e perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 243-274.
 SROUR, R. H. **Ética empresarial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Administração Pública	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	---	
EMENTA:			
Modelos de administração pública: patrimonial, burocrática e gerencial. Conceito, origem, características e evolução da burocracia. Crise do capitalismo e a redefinição dos papéis do Estado. A superação do paradigma burocrático na administração pública. Reforma do Estado e modernização do setor público. Administração pública no Brasil: estrutura da administração direta e indireta. Noção de serviço público: caracterização, tipologia e significado. Tendências contemporâneas no Brasil e no mundo. <i>Compliance</i> nas organizações.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CHIAVENATO, I. Administração geral e pública . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. GRANJEIRO, J. W. Administração pública . 12. ed. Brasília: Vestcon, 2006. MATIAS-PEREIRA, J. Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. PEREIRA, L. C. B. Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle . Brasília: MARE, 1997.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			



DI PIETRO, M. S. Z. **Parcerias na administração pública**: concessão, permissão, franquias, terceirização, parceria público-privada e outras formas. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FIGUEIREDO, L. V. Sá. **Gestão em poder judiciário**: administração pública e gestão de pessoas. Curitiba: CRV, 2014.

FRANCA, P. G. **O controle da administração pública**: tutela jurisdicional, regulação econômica e desenvolvimento. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. 255 p.

GIOVANINI, W. **Compliance**: a excelência na prática. São Paulo: 2014.

LEAL, R. G. **Estado, administração pública e sociedade**: novos paradigmas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

MATIAS-PEREIRA, J. **Curso de administração pública**: foco nas instituições e ações governamentais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NEGRÃO, C. L.; PONTELO, J. F. **Compliance, controles internos e riscos**: a importância da área de gestão de pessoas. Brasília: Editora Senac DF, 2014.

PEREIRA, L. C. B.; SPINK, P. (Orgs.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 7. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SOBREIRA NETTO, F. **Modernização da administração pública brasileira com o uso da tecnologia da informação**: fatores críticos de sucesso. Franca, SP: Ribeirão Gráfica e Editora, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Administração de Marketing I	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
O marketing e seu papel na organização e sociedade. O que é marketing. Conceitos fundamentais de marketing. Orientação para o mercado. Satisfação do consumidor. Ambiente de marketing.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
AAKER, D. A.; DAY, G. S; KUMAR, V. Pesquisa de marketing . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.			
CHURCHILL, G. A.; PETER, J. P. Marketing : criando valor para os clientes. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.			
KOTLER, P.; KELLER, K. L. Administração de marketing . 12. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2010.			
LAS CASAS, A. L. Administração de marketing : conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2006.			
LOVELOCK, C.; WIRTZ, J. Marketing de serviços : pessoas, tecnologia e resultados. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.			
PINHO, J. B. Comunicação em marketing : princípios da comunicação mercadológica. 10. ed. Campinas, SP: Papirus, 2009.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CZINKOTA, M. R. Marketing : as melhores práticas. Porto Alegre: Bookman, 2001.			
DIAS, S. R. (Coord). Gestão de marketing . São Paulo: Saraiva, 2006.			
KOTLER, P.; KELLER, K. L. Administração de Marketing . 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.			
LAS CASAS, A. L. Marketing : conceitos, exercícios, casos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997.			
LAS CASAS, A. L. Marketing de varejo . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.			
LIMA, M. F.; SAPIRO, A.; VILHENA, J. B.; GANGANA, M. Gestão de marketing . 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.			
MALHOTRA, N. K. Pesquisa de marketing : uma orientação aplicada. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.			
PARENTE, J. Varejo no Brasil : gestão e estratégia. São Paulo: Atlas, 2000. ROCHA, A. Marketing : teoria e prática no Brasil. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.			

COMPONENTE CURRICULAR	UNIDADE RESPONSÁVEL:
-----------------------	----------------------

Gestão de Pessoas II		Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):		
3.1.0	60h	---		
EMENTA:				
Habilidades e competências do gestor de pessoas. Habilidades e competências das pessoas e equipes. Estratégias, políticas e práticas de gestão de pessoas. Modelo de múltiplos papéis. Treinamento e desenvolvimento. Avaliação de desempenho. Gestão de cargos e salários.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
<p>ARAÚJO, L. C. G.; GARCIA, A. A. Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>CAMILO, J.; FORTIM, I.; CRUZ, M. T. S. (Orgs.). Gestão de pessoas: práticas de recrutamento e seleção por competências. São Paulo: SENAC São Paulo, 2018.</p> <p>CHIAVENATO, I. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.</p> <p>DUTRA, J. S. Administração de carreiras: uma proposta para repensar a gestão de pessoas. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>GIL, A. C. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais. São Paulo: Atlas, 2007.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
<p>BOOG, G. Manual de treinamento e desenvolvimento. São Paulo: Prentice Hall, 2006.</p> <p>CAMPOS, V. F. Gerenciamento de rotina de trabalho do dia a dia. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>CHIAVENATO, I. Recursos humanos: o capital humano das organizações. São Paulo: Atlas, 2004.</p> <p>CHIAVENATO, I. Desenvolvimento nas empresas: como desenhar cargos e avaliar o desempenho. São Paulo: Atlas, 2006.</p> <p>CHIAVENATO, I. Remuneração, benefícios e relações de trabalho. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>CHIAVENATO, I. Desempenho humano nas empresas: como desenhar cargos e avaliar o desempenho. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>CRIVELARO, R. Dinâmica das relações interpessoais. São Paulo: Alínea, 2005.</p> <p>DECENZO, D. A. Administração e recursos humanos. Rio de Janeiro: Ltc, 2001.</p> <p>FIDELIS, G. J. Gestão de pessoas. São Paulo: Érica, 2006.</p> <p>MARRAS, J. P. Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico. São Paulo: Ed. Futura, 2003.</p> <p>MILKOVICH, G. T. Administração de recursos humanos. São Paulo: Atlas, 2000.</p> <p>REIS, A. M. V. Desenvolvimento de equipes. São Paulo: FGV, 2005.</p> <p>SUCCESSO, E. B. Relações interpessoais e qualidade de vida no trabalho. São Paulo: Qualitymark, 2002.</p> <p>VERGARA, S. C. Gestão de pessoas. 3. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2003.</p> <p>ZAVAGLIA, T. Gestão de pessoas. São Paulo: Átomo, 2006.</p>				

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Contabilidade Gerencial e de Custos	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	---	
EMENTA:			
Papel da Contabilidade Gerencial no processo de gestão (planejamento, decisão e controle). Tipos de controle organizacional. Diferentes métodos de custeio. Avaliação de desempenho de produtos/serviços/segmentos e unidades de negócio. Orçamento e projeção de demonstrações contábeis. Orçamento flexível e custo padrão.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			



IUDÍCIBUS, S. **Análise de balanços**: análise da liquidez e do endividamento, análise do giro, rentabilidade de alavancagem financeira. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEONE, G. S. G. **Curso de contabilidade de custos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BACKER, M.; BACKER, J. **Contabilidade de custos**: um enfoque de administração de empresas. Rio de Janeiro: MacGraw-Hill do Brasil, 1978.

LEONE, G. G. **Custos**: planejamento, implantação e controle. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MATARAZO, Dante C. **Análise financeira de balanços**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

RICARDINO, A. **Contabilidade gerencial e societária**: origens e desenvolvimento. São Paulo: Saraiva, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Extensão III	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.0.0.4	60h	---	

EMENTA:

Atividades práticas de extensão com a participação dos alunos em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos, prestação de serviços à comunidade que considerem as especificidades do curso e envolvam as temáticas da comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CUNHA, Luiz Antônio. **Ensino superior e universidade no Brasil**. Lopes, EMT et al, v. 500, n. 151-204.

GADOTTI, Moacir. **Extensão universitária: para quê**. Instituto Paulo Freire, v. 15, p. 1-18, 2017.

NACAGUMA, Simone; STOCO, Sérgio; ASSUMPCÃO, Raiane PS. **Política de curricularização da extensão na UNIFESP**: caminhos, desafios e construções. Alameda Casa Editorial, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL, CNE/CES. **Resolução N° 7**, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.

UFPI. **Normas das Atividades Curriculares de Extensão**. Disponível em:

https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/prex/Legisla%C3%A7%C3%A3o/Guia_da_curriculariza%C3%A7%C3%A3o_da_Extens%C3%A3o.pdf

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI N° 053/2019** de 12 de abril de 2019 que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI N° 297/2022** de 20 de junho de 2022.

UFPI. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024**, 2020.

5º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Sistemas de Informações	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	---	

EMENTA:

Conceitos básicos: tecnologia e sistemas de informação: Sistema Informação Gerencial - SIG; importância dos sistemas de informações; componentes, recursos e ciclo de vida dos sistemas de informações; fundamentos dos sistemas de informações nas empresas: fundamentos e tendências; os tipos de sistemas de informações: Sistema de Apoio à Decisão - SAD; Sistema de Informações Gerenciais - SIG; Sistema de Informação Executiva - SIE; Sistema de Automação de Escritório - SAE; Sistema de Trabalhadores do Conhecimento - STC; Sistema Processamento de Transações - SPT; Sistema Colaborativo - SC; Sistema Especialista - SE. Tratamento das informações *versus* atividades fins. Sistemas de Apoio à Decisão. Tópicos em gerenciamento dos sistemas: integração, segurança, controle. Uso estratégico da tecnologia da informação nas pequenas e médias organizações. Administração estratégica da informação. Aplicação da tecnologia da informação nas diversas áreas da empresa para obtenção de vantagens competitivas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CORTES, P. L. **Administração de sistemas de informação**. São Paulo: Saraiva, 2008.
 CRUZ, T. **Sistemas de informações gerenciais: tecnologias da informação e a empresa do século XXI**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
 O'BRIEN, J. A.; MARAKAS, G. M. **Administração de sistemas de informação**. 15. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.
 OLIVEIRA, D. P. R. **Sistemas de informações gerenciais**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
 REZENDE, D. A. **Sistemas de informações organizacionais: guia prático para projetos em cursos de Administração, Contabilidade e Informática**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABREU, A. F.; RESENDE, D. A. **Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais**. 4. ed. Atlas, 2006.
 BATISTA, E. O. **Sistemas de informação: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento**. Saraivaa, 2006.
 BIO, S. R. **Sistemas de informação: um enfoque gerencial**. 2. ed. Atlas, 2008.
 LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. **Sistemas de informação gerenciais**. 7. ed. Pearson, 2009.
 O'BRIEN, J. **Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da internet**. 2. ed. Saraiva, 2009.
 STAIR, R. M.; REYNOLDS, G. W. **Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial**. 6. ed. Cengage Learning, 2008.
 TURBAN, E.; RAINER JR, R. K.; POTTER, R. E. **Introdução a sistemas de informação: uma abordagem gerencial**. 2. ed. Elsevier, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
Sistema organizacional. Planejamento dos recursos materiais e patrimoniais. Sistema de administração de recursos materiais e patrimoniais. Classificação de materiais. Sistema de aquisição e compras. Tipos de licitação. Sistemas de controle de estoque; sistemas de armazenamento. A administração de materiais e as relações do sistema de operações com outras funções da empresa.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
DIAS, M. A. P. Administração de materiais: uma abordagem logística . São Paulo: Atlas, 2005. POZO, H. Administração de recursos materiais e patrimoniais . São Paulo: Atlas, 2002. VIANA, J. J. Administração de materiais: um enfoque prático . São Paulo, Atlas, 2002.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			



CARRETONI, E. **Administração de materiais**: uma abordagem estrutural. Campinas: Alínea, 2000.
 CHING, H. Y. **Gestão de estoques na cadeia de logística integrada - Supply Chain**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
 CHOPRA, M. P. **Gerenciamento da cadeia de suprimento**: estratégia, planejamento e operações. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
 MARTINS, P. G.; ALT, P. R. C. **Administração de materiais e recursos patrimoniais**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
 NOVAES, A. G. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição**: estratégia, operação e avaliação. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Administração de Marketing II	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
Desenvolvimento do mix de marketing: preço, produto, praça, promoção. Propaganda. <i>Merchandising</i> . Relações públicas. Promoção de vendas. Administração dos canais de distribuição. Organização e administração de uma estrutura de vendas. <i>E-commerce</i> . Pesquisa de marketing.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
AAKER, D. A.; DAY, G. S; KUMAR, V. Pesquisa de marketing . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. CHURCHILL, G. A.; PETER, J. P. Marketing : criando valor para os clientes. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. KOTLER, P.; KELLER, K. L. Administração de marketing . 12. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2010. LAS CASAS, A. L. Administração de marketing : conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2006. LOVELOCK, C.; WIRTZ, J. Marketing de serviços : pessoas, tecnologia e resultados. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. PINHO, J. B. Comunicação em marketing : princípios da comunicação mercadológica. 10. ed. Campinas, SP: Papirus, 2009.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CZINKOTA, M. R. Marketing : as melhores práticas. Porto Alegre: Bookman, 2001. DIAS, S. R. (Coord.). Gestão de marketing . São Paulo: Saraiva, 2006. KOTLER, P.; KELLER, K. L. Administração de marketing . 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. LAS CASAS, A. L. Marketing : conceitos, exercícios, casos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997. LAS CASAS, A. L. Marketing de varejo . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000. LIMA, M. F.; SAPIRO, A.; VILHENA, J. B.; GANGANA, M. Gestão de marketing . 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. MALHOTRA, N. K. Pesquisa de marketing : uma orientação aplicada. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. PARENTE, J. Varejo no Brasil : gestão e estratégia. São Paulo: Atlas, 2000. ROCHA, Â. Marketing : teoria e prática no Brasil. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Administração de Serviços	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	---	

EMENTA: Ambiente de serviços. Introdução à gestão de serviços. Gestão estratégica em serviços. Gestão de operações em serviços. Serviço e relacionamento com o cliente. Processo de melhoria da qualidade. Momentos da verdade e o ciclo de serviço.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
FITZSIMMONS, J. A.; FITZSIMMONS, M. J. Administração de serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. GIANESI, I. G. N.; CORREA, H. L. Administração estratégica de serviços: operações para a satisfação do cliente. São Paulo: Atlas, 2009. JOHNSTON, R.; CLARK, G. Administração de operações de serviço. São Paulo: Atlas, 2011.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
CORREA, H. L.; CAON, M. Gestão de serviços. São Paulo: Atlas, 2002. FREIRE, A. Arte de gerenciar serviços. São Paulo: Artliber, 2009. GIL, A. L. Auditoria de qualidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. GRÖNROOS, C. Serviços, gerenciamento e processos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. LOVELOCK, C.; WIRTZ, J.; HEMZO, M. A. Marketing de serviços: pessoas, tecnologia e estratégia. 7. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. MENDES FILHO, G. A.; SANTOS, W. D. R. Gestão de serviços públicos com qualidade e produtividade. 2. Niterói, RJ: Editora Universitária, 1997. PALADINI, E. P. Gestão estratégica da qualidade: princípios, métodos e processos. São Paulo: Atlas, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Administração Financeira e Orçamentária I	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	---	
EMENTA: Fundamentos da administração financeira. Princípios básicos em administração financeira. Ambiente operacional da administração financeira e o ambiente financeiro brasileiro. Ações. Planejamento financeiro. Orçamento. Decisões de financiamento. Estrutura e custo de capital. Grau de alavancagem financeira. Análise de risco.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. Finanças públicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001. GITMAN, L. J. Princípios de administração financeira. 12. ed. São Paulo: Harbra, 2010. MATIAS-PEREIRA, J. Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. REZENDE, F. Finanças públicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. Curso de administração financeira. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014. BRAGA, R. Fundamentos e técnicas de administração financeira. São Paulo: Atlas, 1995. HOJI, M. Administração financeira: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2003. MATARAZZO, D. C. Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003. ROSS, S.; WESTERFIELD, R. W.; JORDAN, B. D. Administração financeira. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Extensão IV	Novo Código	Obrigatória	CA

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.0.0.4	60h	---
EMENTA:		
Atividades práticas de extensão com a participação dos alunos em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos, prestação de serviços à comunidade que considerem as especificidades do curso e envolvam as temáticas da comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil . Lopes, EMT et al, v. 500, n. 151-204. GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: para quê . Instituto Paulo Freire, v. 15, p. 1-18, 2017. NACAGUMA, Simone; STOCO, Sérgio; ASSUMPÇÃO, Raiane PS. Política de curricularização da extensão na UNIFESP: caminhos, desafios e construções . Alameda Casa Editorial, 2021.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BRASIL, CNE/CES. Resolução N° 7 , de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. UFPI. Normas das Atividades Curriculares de Extensão . Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/prex/Legisla%C3%A7%C3%A3o/Guia_da_curriculariza%C3%A7%C3%A3o_da_Extens%C3%A3o.pdf UFPI. Resolução CEPEX/UFPI N° 053/2019 de 12 de abril de 2019 que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI UFPI. Resolução CEPEX/UFPI N° 297/2022 de 20 de junho de 2022. UFPI. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024 , 2020.		

6º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Administração de Produção I	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
Introdução e evolução da gestão de produção e operações. Função produtiva e estrutura produtiva. Sistema de produção e operações. Estratégia de produção/operações. Geração de valor na produção de bens e serviços. Projeto do produto/serviço e seleção de processos. Medidas de avaliação de desempenho em produção e operações. Localização de unidades produtivas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CORRÊA, H. L.; CORRÊA, C. A. Administração de produção e operações-manufatura e serviços: uma abordagem estratégica . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. MOREIRA, D. A. Administração da produção e operações . 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. Administração da produção . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CORREA, H. L.; CAON, M. (Colab.). Gestão de serviços: lucratividade por meio de operações e de satisfação dos clientes . São Paulo: Atlas, 2011. MARTINS, P. G.; LAUGENI, F. P. Administração da produção . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. MOREIRA, J. C. T.; PEREZ, M. C.; GOBE, A. C. Gerência de produtos . São Paulo: Saraiva, 2004. RITZMAN, P. L.; KRAJEWSKI, L. J. Administração da produção e operações . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. TUBINO, D. F. Manual de planejamento de controle da produção . 2. ed. São Paulo. Atlas, 2006.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Elaboração e Administração de Projetos	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
O gerenciamento de projetos. O ambiente organizacional e a influência na gestão de projetos. Ambiente de projetos. Concepção e definição de projetos. Fator humano em projetos. Gerenciamento de projetos. Planejamento e execução de projetos. Acompanhamento e controle de projetos. Classificação de projetos. Gestão de conflitos no projeto. Áreas do conhecimento de projetos - PMBOK. Metodologias de projetos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
KERZNER, H. Gestão de projetos: as melhores práticas . 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. PMBOK: um guia do conjunto de conhecimentos em gerenciamento de projetos . 4. ed. Pensylvania: Project Management, 2018. VARGAS, R. V. Manual prático do plano de projeto: utilizando o PMBOK guide . 4. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2009.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
GIDO, J.; CLEMENTIS, J. P. Gestão de projetos . Cengage: São Paulo, 2007. MAXIMIANO, A. C. A. Administração de projetos: como transformar ideias em resultados . São Paulo: Atlas, 2007. MENEZES, L. C. M. Gestão de projetos . 3. ed. São Paulo: Atlas 2009. VALERIANO, D. L. Moderno gerenciamento de projetos . São Paulo: Pearson Prentice-Hall, 2005. MATHIAS, W. F.; WOILER, S. Projeto: planejamento, elaboração e análise . São Paulo: Atlas, 2008.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Logística	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
Conceituação, importância e evolução. Atividades logísticas. Subsistemas logísticos de suprimento e distribuição. Serviço logístico. Ciclo do pedido e tecnologia da informação na logística. Atividades de transporte. Estrutura de distribuição e roteamento. Gestão logística no setor de serviços. Gestão na cadeia de suprimentos (SCM): conceituação e caracterização. Integração de atividades intra e interorganizacional. Indicadores de desempenho logístico na cadeia de suprimentos. Gestão organizacional globalizada.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BALLOU, R. H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos: logística empresarial . 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008. BOWERSOX, D.; CLOSS, D. Logística empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física . São Paulo: Atlas, 2010. FLEURY, P. F.; WANKE, P.; FIGUEIREDO, K.F. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos . São Paulo: Atlas, 2003.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			

BERTAGLIA, P. R. **Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento**. São Paulo: Saraiva, 2010.
 CORONADO, O. **Logística integrada: modelo de gestão**. São Paulo: Atlas, 2011.
 LEITE, P. R. **Logística reversa: meio ambiente e competitividade**. São Paulo: Atlas, 2011.
 NOVAES, A. G. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição: estratégia, operação e avaliação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
 WANKE, P. **Estratégia logística em empresas brasileiras: um enfoque em produtos acabados**. São Paulo: Atlas, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Administração Financeira e Orçamentária II	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	---	
EMENTA:			
Decisões de investimentos: fluxos de caixa; análise e a valiação de projetos de investimento. Avaliação do desempenho operacional da empresa. Índices econômico-financeiros. Administração financeira no curto prazo. Administração financeira e orçamentária no setor público.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. Curso de Administração Financeira . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. GITMAN, L. J. Princípios de Administração Financeira . 12. ed. São Paulo: Ed. Harbra, 2010. ROSS, S.; WESTERFIELD, R. W.; JORDAN, B. D. Administração financeira . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ASSAF NETO, A.; SILVA, C. A. T. S. Administração de capital de giro . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012. BREALEY, R. A.; MYERS, S. C., ALLEN, F. Princípios de finanças corporativas . São Paulo: Mc Graw-Hill, 2008. BRIGHAM, E.; EHRHARDT, M. C. Administração financeira: teoria e prática . São Paulo, 2006. MAYO, H. B. Finanças básicas . São Paulo: Cengage Learning, 2009. MATIAS-PEREIRA, J. Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010. SANVICENTE, A. Z. Administração Financeira . São Paulo: Ed. Atlas, 1995.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Extensão V	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.0.0.4	60h	---	
EMENTA:			
Atividades práticas de extensão com a participação dos alunos em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos, prestação de serviços à comunidade que considerem as especificidades do curso e envolvam as temáticas da comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil . Lopes, EMT et al, v. 500, n. 151-204. GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: para quê . Instituto Paulo Freire, v. 15, p. 1-18, 2017. NACAGUMA, Simone; STOCO, Sérgio; ASSUMPCÃO, Raiane PS. Política de curricularização da extensão na UNIFESP: caminhos, desafios e construções . Alameda Casa Editorial, 2021.			

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL, CNE/CES. **Resolução N° 7**, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.

UFPI. **Normas das Atividades Curriculares de Extensão**. Disponível em:

https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/prex/Legisla%C3%A7%C3%A3o/Guia_da_curriculariza%C3%A7%C3%A3o_da_Extens%C3%A3o.pdf

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI N° 053/2019** de 12 de abril de 2019 que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI N° 297/2022** de 20 de junho de 2022.

UFPI. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024**, 2020.

7º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Administração da Produção II	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
Projeto. Medida do trabalho e ergonomia. Arranjo físico de unidades produtivas. Planejamento de capacidade produtiva. Planejamento mestre de produção/operações agregado à demanda. MRP. Programação e controle de Operações. <i>Just-in-time</i> . Manutenção da estrutura produtiva. Ética e segurança em produção e operações.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CORRÊA, H. L.; CORRÊA, C. A. Administração de produção e operações-manufatura e serviços : uma abordagem estratégica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.			
MOREIRA, D. A. Administração da produção e operações . 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.			
SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. Administração da produção . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CORREA, H. L.; CAON, M. (Colab.). Gestão de serviços : lucratividade por meio de operações e de satisfação dos clientes. São Paulo: Atlas, 2011.			
MARTINS, P. G.; LAUGENI, F. P. Administração da produção . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.			
MOREIRA, J. C. T.; PEREZ, M. C.; GOBE, A. C. Gerência de produtos . São Paulo: Saraiva, 2004.			
RITZMAN, P. L.; KRAJEWSKI, L. J. Administração da produção e operações . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.			
TUBINO, D. F. Manual de planejamento de controle da produção . 2. ed. São Paulo. Atlas, 2006.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Empreendedorismo	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	---	
EMENTA:			
Empreendedorismo: conceitos e definições. O perfil e as características do empreendedor. As habilidades e competências necessárias aos empreendedores. A importância do empreendedorismo para uma sociedade. A identificação das oportunidades de negócios. Conceitos e definições sobre crises e oportunidades. Técnicas de identificação de oportunidades. Os recursos da tecnologia da informação na criação de novos negócios. Ferramentas e planilhas na elaboração do plano de negócios. Empreendedorismo na era do comércio eletrônico.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. 4. ed. Barueri: Manole, 2012.
 DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo corporativo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
 DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 5. ed. Rio de Janeiro: Empreende/LTC, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BERNARDI, L. A. **Manual de empreendedorismo e gestão**: fundamentos, estratégias e dinâmicas. São Paulo: Atlas, 2003.
 DOLABELA, F. **A oficina do empreendedor**. São Paulo: Cultura Editores, 2001.
 DOLABELA, F. **O segredo de Luísa**. São Paulo: Sextante, 2008.
 MALHEIROS, R. C. C.; FERDA, L. A.; CUNHA, C. J. C. **Viagem ao mundo do empreendedorismo**. 2. ed. Florianópolis: IEA, 2005.
 PESCE, B. **A menina do vale**: como o empreendedorismo pode mudar a sua vida. Portugal: Casa da Palavra, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Projeto de Pesquisa em Administração	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	---	
EMENTA:			
O processo de pesquisa. Etapas da pesquisa científica. O planejamento da pesquisa. A execução da pesquisa. Os trabalhos científicos. Elaboração do projeto de pesquisa. Trabalho de Conclusão de Curso. Artigo científico. Normas da ABNT.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BERTERO, C. O. Ensino e pesquisa em Administração . São Paulo: Thomson, 2006. COLLIS, J.; HUSSEY, R. Pesquisa em Administração : um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. HAIR, J. F. Fundamentos de métodos de pesquisa em Administração . Porto Alegre: Bookman, 2007. ROESCH, S. M. A.; MELLO, M. I.; BECKER, G. V. Projetos de estágio e de pesquisa em Administração : guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015. VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CERVO, A. L. Metodologia científica . 5. ed. São Paulo: Pearson Education, 2006. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico : procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. SKANDAR, J. I. Normas da ABNT comentadas para trabalhos científicos . 3. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2008. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Gestão Ambiental e Sustentabilidade	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	---	
EMENTA:			
Responsabilidade social corporativa: conceitos, evolução e tendências. Consumidor consciente ou empresa responsável? Responsabilidade social e comunicação. O papel e importância do Estado, ONG, OSCIP e empresas na efetivação do ciclo virtuoso da responsabilidade social. Marketing e responsabilidade social. Investimento socialmente responsável: principais índices internacionais e a recente experiência brasileira.			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARBOSA FILHO, A. N. **Segurança do trabalho & gestão ambiental**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
 CHRISTENSEN, C. M.; RAYNOR, M. E. **O crescimento pela inovação: como crescer de forma sustentada e reinventar o sucesso**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
 DUMKE, E.; ANAZCO, J. K.; PAUL, N. **Central de negócios: um caminho para a sustentabilidade de seus negócios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
 SCHENINI, P. C. **Gestão empresarial socioambiental**. Florianópolis: Nacional, 2005.
 SEIFFERT, M. E. B. **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
 TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASHLEY, P. A. (Coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
 BRUNSTEIN, J. **Educação para sustentabilidade nas escolas de Administração**. São Carlos: Rima, 2014.
 BUENOS AYRES, C. **Responsabilidade social corporativa e terceiro setor**. Teresina: EDUFPI, 2010.
 LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.0.20	300h		---

EMENTA:

Integração aluno-empresa-mercado de trabalho. Desenvolvimento das habilidades e atitudes necessárias ao desenvolvimento da carreira profissional. Contato inicial com o cenário organizacional. Contribuições da relação entre a teoria e a prática profissional. Elaboração de relatório de estágio supervisionado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

UFPI. **Coordenação Geral de Estágios**. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/cge/>. Acesso em: 20 out. 2022.
 UFPI. **Manual de Estágio do Curso de Administração**. Disponível em: https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=74200&lc=pt_BR. Acesso em: 20 out. 2022.
 UFPI. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Administração**. Disponível em: https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=74200&lc=pt_BR. Acesso em: 20 out. 2022.
 UFPI. **Regulamento da graduação**: Resolução n.º 177/2012. Disponível em: <http://ufpi.edu.br/manual-do-aluno-preg>. Acesso em: 20 out. 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABNT. **Associação Brasileira de Normas Técnicas**. Brasília. Disponível em: <http://www.abnt.org.br>. Acesso em: 20 out. 2022.
 BIANCHI, A. C.; BIANCHI, M. A.; BIANCHI, R. **Manual de orientação: estágio supervisionado**. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
 PALLOFF, R. M.; PRAFT, K. **O instrutor on-line: estratégias para a excelência profissional**. São Paulo: Penso, 2013.
 ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.
 ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em Administração: guia para estágios, trabalho de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

8º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	UNIDADE RESPONSÁVEL:
-----------------------	----------------------



Administração de Micro e Pequenas Empresas		Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):		
3.1.0	60h	---		
EMENTA:				
Contexto das MPES no Brasil e Piauí. Aplicação dos conceitos e técnicas da Administração no contexto das micro, pequenas e médias empresas. Apresentar a problemática do desenvolvimento das micro, pequenas e médias organizações. Trâmites legais para abertura de uma microempresa. Atividades voltadas para práticas na modalidade de pesquisa e extensão do perfil do micro e pequeno empresário. O microempreendedor individual.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
DINIZ, A. S. Como fazer uma empresa dar certo em um país incerto: conselhos e lições de 51 dos empreendedores mais bem-sucedidos do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.				
DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.				
DRUCKER, P. F. Inovação e espírito empreendedor entrepreneurship: prática e princípios. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.				
FELIPPE JÚNIOR, B. Marketing para a pequena empresa: comunicação e vendas. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2007.				
FREITAS, M. S. L. Empreendedorismo. Itajubá, MG: Universidade Federal de Itajubá, 2009.				
HISRICH, R. D.; PETERS, M. P. Empreendedorismo. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.				
TJAN, A. K.; HARRINGTON, R. J.; HSIEH, T. Coração, inteligência, coragem e sorte: o que é preciso para ser um empreendedor e um grande construtor de negócios. São Paulo: M. Books, 2014.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
CAVALCANTI, G.; TOLOTTI, M. Empreendedorismo: decolando para o futuro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.				
DEGEN, R. J.; MELLO, A. A. A. O empreendedor: fundamentos da iniciativa empresarial. São Paulo: Pearson Makron Books, 2005.				
GUIMARAES, T. A.; SOUZA, E. C. L. Empreendedorismo além do plano de negócio. São Paulo: Atlas, 2005.				
KELLEY, T.; LITTMAN, J. As 10 faces da inovação. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2007.				
LOPES, R. M. A. Educação empreendedora: conceitos, modelos e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.				
SANTOS, A. M.; COSTA, A. Empreendedorismo: teoria e prática. Caçador, SC: UNIARP, 2011.				
SANTOS, E. O. Administração financeira da pequena e média empresa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.				

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Consultoria	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.1.0	45h	---	
EMENTA:			
Conceito, evolução e tendências da consultoria. O perfil do consultor. Metodologia da consultoria. O cliente e a identificação de suas necessidades. Transferência de tecnologia e geração de resultados. Diagnósticos empresariais. <i>Coaching e mentoring.</i>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			

BLOCK, P. **Consultoria infalível: um guia prático, inspirador e estratégico.** São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2003.

COBRA, M. H. N. **Consultoria em marketing: manual do consultor.** São Paulo: Cobra Editora & Marketing, 2003.

CROCCO, L.; GUTTMANN, E. **Consultoria empresarial.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DEGEN, R. J. **O empreendedor: empreender como opção de carreira.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

MENDES, J. **Manual do empreendedor: como construir um empreendimento de sucesso.** São Paulo: Atlas, 2009.

ORLICKAS, E. **Consultoria de recursos humanos.** São Paulo: Futura, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BERNAL, P. S. M. **Gerenciamento de projetos na prática: implantação, metodologia e ferramentas.** São Paulo: Érica, 2012.

BERTI, A. **Consultoria e diagnóstico empresarial: teoria e prática.** 2. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2012.

LEITE, L. A. M. C. **Consultoria em gestão de pessoas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2012.

OLIVEIRA, D. P. R. **Manual de consultoria empresarial: conceitos, metodologia, práticas.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

QUIROGA, G. M. M. **Análise da prestação de serviço de consultoria sob o enfoque da transferência do conhecimento.** 2011. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

SCHEIN, E. H.; SILVA, A. L. P. (Orgs.). **Princípios da consultoria de processos: para construir relações que transformam.** São Paulo: Peirópolis, Instituto Fonte para o Desenvolvimento Social, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	---	
EMENTA:			
Artigo científico. Introdução. Referencial teórico. Metodologia. Resultados. Considerações Finais/Conclusão.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.			
HAIR Jr., J.F. <i>et al.</i> Fundamentos de métodos de pesquisa em Administração. Porto Alegre: Bookman, 2006.			
VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em Administração. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
AQUINO, I. S. Como escrever artigos científicos: sem “arrodeio” e sem medo da ABNT. São Paulo: Saraiva, 2010.			
FLICK, U. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2012.			
GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.			
KLEIN, A. Z.; AZEVEDO, D.; MACHADO, L.; SILVA, L. V. Metodologia de pesquisa em Administração: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2015.			
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.			
MACÊDO, F. C. S. Guia prático para elaboração de trabalhos científicos. Teresina: Ipanema, 2011.			
MANZANO, M. I. N. G. TCC - Trabalho de Conclusão de Curso utilizando o Microsoft Word 2013. São Paulo: Érica, 2014.			
PINHEIRO, D; GULLO, J. Trabalho de Conclusão de Curso - TCC: guia prático para elaboração de projetos de [...]. São Paulo: Atlas, 2009.			
MANZANO, A. L. N. G.; VERGARA, S. C. Métodos de coleta de dados no campo. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.			

6.2 Disciplinas optativas

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Língua Brasileira de Sinais -LIBRAS	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	---	
EMENTA:			
Noções e aprendizado básico de Libras. Características fonológicas. Noções de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audiovisuais. Prática de Libras: desenvolvimento da expressão visual-espacial e ampliação do conhecimento dos aspectos da cultura do mundo surdo.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ALVES, E. O. Língua Brasileira de Sinais LIBRAS : noções básicas sobre a sua estrutura e a sua relação com a comunidade surda. Teresina: EDUFPI, 2011.			
FALCÃO, L. A. B. Educação de surdos : comportamento, escolarização e o mercado de trabalho. 2. ed. Recife: Ed. do Autor, 2015.			
QUADROS, R. M. Educação de surdos : a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2008. E-book: ISBN 9788573072655.			
SOARES, M. A. L. A educação do surdo no Brasil . 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BARROS, M. E. ELiS : Sistema Brasileiro de Escrita das Línguas de Sinais. Porto Alegre: Penso, 2015. E-book: ISBN 9788584290512.			
FARREL, M. Deficiências sensoriais e incapacidades físicas : guia do professor. Porto Alegre: Artmed, 2008. E-book: ISBN 9788536314440.			
GONZÁLEZ, E. <i>et al.</i> Necessidades educacionais específicas : intervenção psicoeducacional. Porto Alegre: Artmed, 2007. E-book: ISBN 9788536308777.			
PACHECO, J.; EGGERTSDÓTTIR, R.; MARINÓSSON, G. L. Caminhos para a inclusão : um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007. E-book: ISBN 9788536307572.			
PERRENOUD, P. A pedagogia na escola das diferenças : fragmentos de uma sociologia do fracasso. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001. E-book: ISBN 9788573078398.			
QUADROS, R. M.; CRUZ, C. R. Língua de sinais : instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011. E-book: ISBN 9788536324784.			
QUADROS, R. M.; KARNOP, L. B. Língua de sinais brasileira : estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2003. E-book: ISBN 9788536303086.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	---	
EMENTA:			
Educação e diversidade cultural. O racismo, o preconceito e a discriminação racial e suas manifestações na escola. As diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais. Diferenças de gênero e diversidade na sala de aula.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ABRAMOVAY, M.; GARCIA, M. C. (Coord.). Relações raciais na escola : reprodução de desigualdades em nome da igualdade. Brasília-DF: UNESCO, 2006.			

BERGER, P. L.; LUCKMANNI, T. **A Construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília-DF: Ministério da Educação e do Desporto (MEC), 1996.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL. **Lei n.º 11.645/2008, de 10 de março de 2008**. Diário Oficial da União, Brasília, 2008.

DIAS, R. **Introdução à Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

PERRRENOUD, P. **A Pedagogia na escola das diferenças**: fragmentos de uma sociologia do fracasso. 2. ed. Tradução de Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ROCHA, R. M. C.; TRINDADE, A. L. (Orgs.). **Ensino fundamental**: orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2006.

SANTOS, I. A. S. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial. In: CAVALLEIRO, E. (Org.). **Racismo e antirracismo**. Repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 97-114.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BONJOUR, L.; BAKER, A. **Filosofia**: textos fundamentais comentados. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2010. E-book: ISBN 9788536321196.

CAREL, H. *et al.* **Filosofia contemporânea em ação**: debates contemporâneos. Porto Alegre: Penso, 2008. E-book: ISBN 9788536313696.

CORSARO, W. **Sociologia da infância**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2011. E-book: ISBN 9788536325392.

FERREIRA, D. **Manual de sociologia**: dos clássicos à sociedade da informação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ERRY, L. **Aprender a viver**: filosofia para os novos tempos. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

GIDDENS, A. **Sociologia**: revisado e atualizado. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2011. E-book: ISBN 9788563899262.

KOTTAK, C. P. **Um espelho para a humanidade**: uma introdução à antropologia cultural. 8. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

NUNES, C. A. **Aprendendo filosofia**. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

NUNES, J. H. **A seu dispor!**: sociologia do trabalho em serviços. Goiânia: PUC-GO, 2011.

SASSEN, S. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010. E-book: ISBN 9788536323534.

WHIMSTER, S. **Weber**. Porto Alegre: Penso, 2009. (Série Introdução). E-book: ISBN 9788536320335.

WITT, J. **Sociologia**. 3. ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2015. (Série A). E-book: ISBN 9788580555318.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Administração Estratégica	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h		---
EMENTA:			
Histórico e evolução da administração estratégica. Imagens da estratégia empresarial. Conceitos organizacionais na formulação, implementação e avaliação de estratégias empresariais: decisão, liderança, mudança organizacional, estrutura, poder e conflito. Planejamento e estratégia. Planejamento estratégico. Estratégia corporativa. Modelos de estratégias. Estabelecimento de estratégias e a busca da vantagem competitiva. Matriz SWOT.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			

ANDRADE, R. O. B.; AMBONI, N. **Estratégias de gestão: processos e funções do administrador**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

BULGACOV, S. **Administração estratégica: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2007.

CAVALCANTI, M. (Org.) *et al.* **Gestão estratégica de negócios: evolução, cenários, diagnóstico e ação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

CERTO, S. C.; PETER, J. P. **Administração estratégica: planejamento e implantação da estratégia**. São Paulo: Makron Books, 1993.

HITT, M. A; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E. **Administração estratégica: competitividade e globalização**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

KALLAS, D.; COUTINHO, A. R. **Gestão da estratégia: experiências e lições de empresas brasileiras**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MINTZBERG, H. **Ascensão e queda do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

PORTER, M. **Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

WRIGHT, P.; KROLL, M. J; PARNELL, J. **Administração estratégica: conceitos**. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANSOFF, H. I. **A nova estratégia empresarial**. São Paulo: Atlas, 1990.

BEAL, A. **Gestão estratégica da informação: como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e de alto desempenho nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2008.

BETHELEM, A. **Estratégia empresarial: conceitos, processo e administração estratégica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

DRUCKER, P. **Sociedade pós-capitalista**. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1993.

FISCHMANN, A. A.; ALMEIDA, M. I. R. **Planejamento estratégico na prática**. São Paulo: Atlas, 1990.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. **A estratégia em ação: balanced scorecard**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LUPETTI, M. **Gestão estratégica da comunicação mercadológica**. São Paulo: Thomson, 2007.

PORTER, M. E. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

PRAHALAD, C. K.; HAMEL, G. **Competindo pelo futuro**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. São Paulo: Atlas, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Desenvolvimento Gerencial	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h		---

EMENTA:

Desenvolvimento de atividades gerenciais. Atribuições da direção contemporânea. Eficácia gerencial. Características e estilos de liderança. Desenvolvimento gerencial e organizacional. Gestão de pessoas: empregabilidade e gestão de desempenho. Desenvolvimento de habilidades. Novos paradigmas. *Coaching*.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHIAVENATO, I. **Recursos humanos: o capital humano das organizações**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FLEURY, M. T. L.; FISCHER, R. M. **Cultura e poder nas organizações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

KANAANE, R. **Comportamento humano nas organizações: o homem rumo ao século XXI**. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

SABBAG, P. Y. **Espirais do conhecimento: ativando indivíduos, grupos e organizações**. São Paulo: Saraiva, 2007.

SROUR, R. H. **Poder, cultura e ética nas organizações: o desafio das formas de gestão**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOOG, G. G. **Manual de treinamento e desenvolvimento**. ABTD. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1999.

BOOG, G.; BOOG, M. **Manual de gestão de pessoas e equipes**. vol. 2. São Paulo: Gente, 2008.

CONNELLAN, T. K. **Nos bastidores da Disney**: segredos do sucesso da mais poderosa empresa de diversões do mundo. São Paulo: Futura, 1998.

DEJOURS, C. **O fator humano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

FREITAS, M. E. **Cultura organizacional**: formação, tipologia e impactos. São Paulo: Makron Books, 2006.

KELLEY, T. **As 10 faces da inovação**: estratégias para turbinar a criatividade. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

RUAS, R. A problemática do desenvolvimento de competências e a contribuição da aprendizagem organizacional. In: **Gestão estratégica do conhecimento**: integrando aprendizagem, conhecimento e competências. São Paulo: Atlas, 2000.

VASCONCELLOS, J. G., DAVEL, E. (Orgs.). **Recursos humanos e subjetividade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

WOOD JUNIOR, T. **Organizações espetaculares**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Gestão de Franquias	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	---	
EMENTA:			
Evolução histórica. Características das franquias. Tipos de franquias. Gestão e operacionalização: marketing, recursos humanos, financeiro, econômico e jurídico.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CHERTO, M. <i>et al.</i> Franchising : uma estratégia para a expansão de negócios. São Paulo: Premier, 2006.			
MAURO, P. C. Guia do franqueador : como desenvolver marcas mundiais. São Paulo: Nobel, 2005.			
SCHWATZ, P. C. Franquia de A a Z . São Paulo: Qualitymark, 2006.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
DAHAB, S. Entendendo franchising : uma alternativa eficaz para o pequeno e médio empreendedor. Salvador: Casa da Qualidade, 2016.			
MAURO, P. C. Guia do franqueador : como fazer sua empresa crescer com o franchising. São Paulo: Nobel, 2009.			
PLÁ, D. Tudo sobre franchising . Editora SENAC, 2011.			
RIZZO, M. Franchise : o negócio do século. São Paulo: Rizzo Franchise, 2015. SILVEIRA, C. V. Franchising : guia prático. 2. ed. Paraná: Juruá, 2006.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Criatividade e Inovação	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	---	
EMENTA:			
O conceito de criatividade. Abordagens teóricas sobre criatividade. Ferramentas de geração de ideias e desenvolvimento da criatividade. Fundamentos e processo da inovação em organizações. Anatomia do processo criativo, individual e no ambiente das organizações. Conceitos de inovação, a inovação como fator de competitividade e sobrevivência no mercado, modelos de inovação utilizados pelas organizações, casos e experiências de inovação, etapas do processo de gestão da inovação e legislação ligada à inovação. Exercícios e técnicas de criatividade e inovação.			



BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SILVA, F. P. *et al.* **Gestão da inovação.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.
 TIDD, J.; BESSANT, J. **Gestão da inovação.** Porto Alegre: Bookman, 2015.
 TROTT, P. **Gestão da inovação e desenvolvimento de novos produtos.** 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BESSANT, J.; TIDD, J. **Inovação e empreendedorismo.** Porto Alegre: Bookman, 2009.
 DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo:** transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
 DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor:** entrepreneurship: prática e princípios. São Paulo: Pioneira, 2015.
 HISRICH, R. D. *et al.* **Empreendedorismo.** 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.
 MARIANO, S.; MAYER, V.F. **Empreendedorismo:** fundamentos e técnicas para criatividade. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Mercado de Capitais	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	---	
EMENTA:			
Introdução aos mercados de capitais. Importância e estrutura dos mercados de capitais no Brasil. Introdução à precificação do risco. Governança corporativa. Introdução à análise fundamentalista e grafista. Derivativos, opções e futuros.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ELTON, E.; GRUBER, M. J. <i>et al.</i> Moderna teoria de carteiras e análise de investimentos. São Paulo: Atlas, 2004. FORTUNA, E. Mercado financeiro. 16. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004. HULL, J. Introdução aos mercados futuros e de opções. 2. ed. São Paulo: Cultura, 2008.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ASSAF NETO, A. Mercado financeiro. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014. JORION, P. Value at risk. 2. ed. São Paulo: BM&F, 2003. MISHKIN, F. S.; EAKINS, S. G. Financial markets & institutions. 7. ed. Boston: Prentice Hall, 2012. MOURAD, N. A.; PARASKEVOPOULOS, A. IFRS: norma internacional de contabilidade para bancos. São Paulo: Atlas, 2010. SAUNDERS, A. Administração de instituições financeiras. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Comércio Exterior	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	---	
EMENTA:			
Comércio exterior: aspectos gerais, evolução, mercado, consórcios e tributação. Seguros, transportes, forma de controle, comércio exterior entre os países desenvolvidos. O regime aduaneiro. Os incentivos fiscais. As zonas francas e *especiais. CONCEX, CACEX, BEFIEEX, SINX e sistemática de importação em regime de "DRAW-BACK".			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			

BRASIL. Política Nacional de Cultura Exportadora . Brasília, 2015.
COSTA, A. J. D. Internacionalização de empresas brasileiras: teoria e experiências . Curitiba: Juruá, 2011.
FARO, F.; FARO, R. Curso de comércio exterior: visão e experiência brasileira . São Paulo: Atlas, 2010.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
CASELLA, P. B. (Coord.). Mercosul: integração regional e globalização . Rio de Janeiro: Renovar, 2000.
KOBAYASHI, S. Renovação da logística: como definir as estratégias de distribuição física global . São Paulo: Atlas, 2000.
KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M. Economia internacional: teoria e política . São Paulo: Makron Books, 2001.
LARRAÑAGA, F. A. Introdução às relações internacionais . São Paulo: Aduaneiras, 2004.
LUDOVICO, N. Logística internacional: um enfoque em comércio exterior . São Paulo: Saraiva, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Comportamento do Consumidor	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h		---
EMENTA:			
O comportamento do consumidor e o mercado. Grupos sociais e formação de <i>status</i> . O aprendizado no comportamento do consumidor. Influências culturais, individuais e de grupos. Processos psicológicos. Processos de decisão de compra. Estratégia de marketing e o comportamento do consumidor. Segmentação e o consumidor. Tendências de comportamento do consumidor brasileiro.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BLACKWELL, R.D.; MINIARD, P.W.; ENGEL, J.F. Comportamento do consumidor . São Paulo: Cengage Learning, 2011.			
KOTLER, P.; KELLER, K.L. Administração de marketing . 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.			
LAS CASAS, A. L. Administração de marketing: conceitos, planejamentos e aplicações à realidade brasileira . São Paulo: Editora Atlas, 2014.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CHURCHILL Jr., G. A.; Peter, J. P. P. Marketing: criando valor para os clientes . São Paulo: Saraiva, 2000.			
HAWKINS, D. I.; MONTHERSBAUGH, D. L.; BEST, R. J. Comportamento do consumidor . Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.			
KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. Introdução ao marketing . Rio de Janeiro: LTC, 2000.			
NICKELS, W. G.; WOOD, M. B. Marketing: relacionamentos, qualidade, valor . Rio de Janeiro: LTC Editora, 1999.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Educação em Direitos Humanos	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h		---
EMENTA:			
Democracia, cidadania e direitos humanos. Tratados supranacionais de direitos humanos e suas ressonâncias educacionais. O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e o projeto de pessoa. Fundamentos mediadores para uma cultura dos direitos humanos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			



BRASIL. Decreto n.º 7.037/2009. **Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH-3.** 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm. Acesso em: 10 jan. 2023.

LAFER, C. **A internacionalização dos direitos humanos: constituição, racismo e relações internacionais.** Barueri, SP: Manole, 2005.

Declaração Universal de Direitos Humanos. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOBBIO, N. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Brasília: SEDH-MECMJUNESCO, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.** Conselho Nacional de Educação, 2012. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/conferenciasdh/12a-conferencia-nacional-de-direitoshumanos/educacao-em-direitos-humanos/caderno-de-educacao-em-direitos-humanosdiretrizes-nacionais>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CANAU, V.; SACAVALINO, S. **Educar em direitos humanos construir democracia.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CHALUH, L. N. Autonomia, democracia e diversidade: práticas pedagógicas que favorecem valor. IN: **Revista Olhar de Professor.** Ponta Grossa: 9 (1): 97-112, 2006. Disponível em:

<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/1454/1099>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil.** Workshop. Brasília: STJ, 2000.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. **A OAB e os direitos sociais: uma abordagem para o cidadão.** Brasília: Conselho Federal da OAB, 2000.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Legislação Trabalhista e Previdenciária	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	---	
EMENTA:			
Noções de direito do trabalho. Legislação do trabalho. Direito internacional do trabalho. Contrato individual do trabalho e relação de emprego. Elementos do contrato de trabalho. Sujeitos do contrato individual do trabalho. Duração e jornada de trabalho. Salário e remuneração. Extinção do contrato de trabalho. Aviso prévio. Direito de greve. Custeio da seguridade social. Seguro desemprego.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ALMEIDA, A. L. P. CLT e súmulas do TST comentadas. 20. ed. São Paulo: Rideel, 2018.			
IBRAHIM, F. Z. Curso de direito previdenciário. 22. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2016.			
MANUS, P. P. T. Direito do trabalho. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ALMEIDA, A. L. P. Direito do trabalho: material, processual e legislação especial. 11. ed. Rideel, 2011.			
DANTAS, P. R. F. A proteção contra as cláusulas abusivas no Código Civil. São Paulo: Atlas, 2007.			
EDUARDO, I. R. Curso de direito previdenciário. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.			
MARTINS, S. P. Direito do trabalho. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2012.			
MEIRELLES, H. L. Direito Administrativo Brasileiro. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.			
NASCIMENTO, A. M. Curso de Direito do Trabalho. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.			
PEREIRA, C. M. S. Instituições de direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 2013.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Gestão do Bem-estar dos Empregados na Cultura da Espiritualidade Organizacional	Novo Código	Obrigatória	CA
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	---	
EMENTA:			
Contribuições da psicologia positiva no surgimento na nomenclatura bem-estar. Conceitos e dimensões de bem-estar (emoções positivas, engajamento pessoal no trabalho, sentido da vida, relacionamentos positivos, realização pessoal). Conceitos e dimensões da cultura da espiritualidade organizacional (trabalho significativo, sentido de comunidade, alinhamento de valores, equilíbrio emocional e paz interior, empatia). Gestão do bem-estar no ambiente de trabalho e os benefícios, tanto para os empregados quanto para a organização, na perspectiva da cultura da espiritualidade organizacional.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BRUNET, T. Especialista em pessoas: soluções bíblicas e inteligentes para lidar com todo tipo de gente. 2 ed. São Paulo: Planeta, 2020.			
GOLEMAN, D. Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é o ser inteligente. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.			
SELIGMAN, M. E. P. Florescer: uma nova compreensão sobre a natureza da felicidade e do bem-estar. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ASHMOS, D. P.; DUCHON, D. Spirituality at work. A conceptualization and measure. Journal of Management Inquiry . v. 9, n. 2, p. 134-145, 1 jun. 2000. DOI:10.1177/105649260092008.			
BEDIN, L. M.; ZAMARCHI, M. Florescimento no trabalho: revisão integrativa da literatura. Revista psicologia, organizações e trabalho . vol. 19, n. 1 (jan./mar. 2019), p. 549-554. Brasília, 2019.			
CORSOLINI-COMIN, F. Por uma nova compreensão do conceito de bem-estar: Martin Seligman e a psicologia positiva. 2012. Versão impressa ISSN 0103-863X. Paidéia (Ribeirão Preto) , vol. 22, n. 53. Ribeirão Preto, SP set./dez., 2012. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2012000300015 . Acesso em: 20 out. 2022.			
CURY, A. Gestão da emoção: técnicas de coaching emocional para gerenciar a ansiedade, melhorar o desempenho pessoal e profissional e conquistar uma mente livre e criativa. São Paulo: Saraiva, 2017.			
DA SILVA DAMIÃO, W.; OSWALDO, Y. C.; VIEIRA, A. M. Espiritualidade na perspectiva de trabalhadores e futuros trabalhadores: análise dos níveis de domínio por parte de estudantes amazonenses. Revista Eletrônica Gestão e Serviços , vol. 11, n. 2, p. 3030-3149, 2020.			
GOMES, M. H. S. C. Felicidade, bem-estar e trabalho: um encontro possível na perspectiva gerencial? 2013. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, 2013.			
JOELLE, M.; COELHO, A. M. O impacto da espiritualidade no trabalho, nas atitudes dos trabalhadores e no desempenho individual. The International Journal of Human Resource Management , vol. 30, n. 7, p. 1111-1135, 2019.			
JULIÃO, E.; NASCIMENTO-SANTO, J.; PAIVA, K. C. M. Relações entre práticas de espiritualidade e valores organizacionais sob a percepção de jovens trabalhadores brasileiros. Revista Ciências Administrativas , vol. 23, n. 2, p. 351-366, 2017.			
LAMPERT, C. D. T.; SCORTEGAGNA, S. A. Subjetividade e empatia no trabalho do cuidado. Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade , vol. 2, n. 5, p. 756-786, 2015.			
PAZ, M. G. T.; FERNANDES, S. R. P.; CARNEIRO, L. L.; MELO, E. A. A. Bem-estar pessoal nas organizações e qualidade de vida organizacional: o papel mediador da cultura organizacional. BATER. Revista de Administração Mackenzie , n. 21, 2020.			
PINHO, D. Desvende o poder da inteligência espiritual: o código de Jesus para desenvolver seus discípulos. Rio de Janeiro: Best Seller, 2018.			

7 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

7.1 Local de funcionamento e infraestrutura física

Em Teresina, a sede do Centro de Educação Aberta e à Distância (CEAD) está localizada no Campus Universitário "Ministro Petrônio Portella" - Bairro Ininga - CEP. 64.049-550, consoante o projeto arquitetônico elaborado atendendo aos critérios de acessibilidade NBR 9050/2015, Decreto n. 17.668/2018, e exigências feitas pelo MEC (PDU/CEAD 2022-2024).

A sala da Coordenação do Curso de Bacharelado em Administração a Distância tem seu funcionamento no Bloco I do CEAD, estando devidamente equipada com os seguintes itens, conforme listado no quadro 13.

Quadro 13 – Instalações e equipamentos da sala da Coordenação do Curso de Bacharelado em Administração a Distância do CEAD/UFPI

INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS		
ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
01	Telefone	01
02	Computador	02
03	Mesa	04
04	Estante	02
05	Split	01
06	Armário	01
07	Cadeira	04

Fonte: Levantamento realizado pela Comissão (2024).

7.2 Infraestrutura acadêmica

O Edital da UAB (Edital SEED/MEC 1/2005) (BRASIL, 2005) definiu o polo de apoio presencial como sendo uma “estrutura para a execução descentralizada de algumas das funções didático-administrativas do curso, consórcio, rede ou sistema de educação a distância, geralmente organizada com o concurso de diversas instituições, bem como com o apoio dos governos municipais e estaduais”. Isso corresponde, fundamentalmente, a um local estruturado de modo a atender adequadamente aos estudantes de cursos a distância.

A infraestrutura dos polos de apoio presencial fica sob a responsabilidade dos governos



estadual e/ou municipal, seguindo as recomendações da CAPES, com estrutura acadêmica de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo para as atividades de ensino e aprendizagem dos cursos e programas de educação a distância. A UFPI é mantenedora do Polo UAB de Floriano-PI, também seguindo os parâmetros e exigências da CAPES para oferta de cursos no âmbito do Programa UAB. Todos os polos de apoio presencial dispõem de espaços com mobiliário correspondente às suas finalidades, de acordo com as exigências da CAPES para aprovação das ofertas. Compreendem, portanto, espaços que contemplam: Sala para a Coordenação do Polo UAB; Sala para a Secretaria do Polo UAB; Salas de aulas, Sala de Professores/Tutores, Banheiros com acessibilidade; Laboratório de Informática com instalações elétricas adequadas e sinal de internet; além de Biblioteca física com ambiente adequado aos estudos. Alguns polos de apoio presencial possuem, também, laboratórios específicos, conforme a área do conhecimento, a exemplo de física, química, biologia etc, com os equipamentos básicos para o desenvolvimento de todas as atividades presenciais a serem realizadas no local. Diante das especificidades de cada polo de apoio presencial, não foi possível descrever a infraestrutura física de cada ambiente (PDU/CEAD 2022-2024).

O quadro 14 apresenta a listagem dos 32 polos de apoio presencial onde já foi ofertado o Curso de Bacharelado em Administração, destacando, respectivamente, o endereço e ano em que foi realizada a oferta.

Quadro 14 – Polos de Apoio Presencial e ofertas do Curso de Administração

ORDEM	POLO	Nº DE OFERTAS	ANO DE OFERTA	ENDEREÇO
1	Água Branca - PI	2	2008 - 2012	Av. José Miguel, s/n CEP 64.460-000 - Água Branca/PI
2	Alegrete do Piauí - PI	1	2008	Rua Manoel Sanches Leal, s/n - Cruzeiro - CEP 64.675-000 - Alegrete do Piauí
3	Anísio de Abreu - PI	1	2017	Rua Manoel Ribeiro da Silva, s/n - Esperança - CEP 64.780-000 Anísio de Abreu/PI
4	Barras - PI	2	2014 - 2017	Rua Fenelon Castelo Branco, s/n - Centro - CEP 64.100-000 - Barras/PI
5	Buriti dos Lopes - PI	2	2008 - 2012	Rua Professora Maria da Glória, s/n - Conjunto COHAB - CEP 64.230-000 - Buriti dos Lopes/PI
6	Cajazeiras do Piauí - PI	1	2017	Rua José Paulino, s/n - Centro - CEP 64.514-000 - Cajazeiras do Piauí



7	Campo Maior - PI	2	2014 - 2017	Avenida Santo Antônio, nº 1736 - São Luis – CEP 64.280-000 - Campo Maior/PI
8	Canto do Buriti - PI	4	2008 – 2012 – 2017 - 2025	Rua Rio Grande do Norte, nº 702 – Aeroporto – CEP 64.890-000 - Canto do Buriti/PI
9	Castelo do Piauí - PI	5	2008 – 2012 – 2014 – 2017 - 2025	Rua Joaquim Távora, nº 537 – Centro - CEP 64.340-000 - Castelo do Piauí/PI
10	Elesbão Veloso - PI	1	2008	Praça Padre José Paulo do Rêgo, nº 219 - Capitão Mundoco – CEP 64.325-000 - Elesbão Veloso/PI
11	Esperantina -PI	3	2008 – 2010 - 2014	Rua Reginaldo de Araújo Bezerra, nº 68 – Centro Cep 64.180-000 – Esperantina/PI
12	Gilbués - PI	3	2008 – 2012 - 2025	Rua Edetino Osório Gama, s/n - Santo Antônio - CEP 64.930-000 – Gilbués/PI
13	Inhuma - PI	3	2008 – 2012 - 2017	Rua João Gonçalves de Holanda, nº 212 - Liberdade Cep: 64.535-000 - Inhuma/PI
14	Itainópolis - PI	1	2017	Praça Engenheiro Domingos Sávio, s/n – Centro - CEP 64.565-000 – Itainópolis/PI
15	Juazeiro - BA	1	2017	Rua Agostinho Muniz, nº 1010 a - São Geraldo – CEP 48905-740 – Juazeiro/BA
16	Luís Correia - PI	1	2014	Rua Afonso Serra, nº 605 – Centro CEP 64.220-000 – Luís Correia/PI
17	Luzilândia - PI	1	2014	Rua João Quariguazi, nº 409 – Centro – CEP 64.160-000 – Luzilândia/PI
18	Monsenhor Gil - PI	2	2014 - 2017	Avenida Joel Mendes, nº 650 – Centro – CEP 64.450-000 Monsenhor Gil/PI
19	Oeiras - PI	2	2014 - 2017	Rua Miguel Oliveira, nº 207 – Centro – CEP 64.500-000 – Oeiras/PI
20	Paes Landim - PI	1	2017	Rua 13 de Maio, s/n – Centro – CEP 64.710-000 - Paes Landim/PI
21	Picos - PI	2	2014 - 2017	Av. Senador Helvídio Nunes, s/n – Junco – CEP 64.607-760 – Picos/PI
22	Pio IX - PI	2	2014 - 2017	Rua Alencar Araripe, s/n – Centro – CEP 64.660-000 - Pio IX/PI
23	Piracuruca-PI	4	2008 – 2012 – 2014 - 2017	Rua Tenente Rui Brito, nº 1430 – Centro – CEP 64.240-000 - Piracuruca/PI
24	Piripiri-PI	2	2014 - 2017	Avenida Marechal Castelo Branco, nº 180 – Petecas –



				CEP 64.260-000 – Piripiri/PI
25	Regeneração - PI	2	2014 - 2025	Rua Gonçalo Nunes, nº 297 – Centro – CEP 64.490-000 – Regeneração/PI
26	São João do Piauí - PI	1	2008	Praça Manoel Antônio de Sousa, s/n – Centro – CEP 64.760-000 - São João do Piauí/PI
27	Simões - PI	5	2008 - 2012 - 2014 – 2017 - 2025	Rua João Anselmo, n.º 1035 – Anselmo – CEP 64.585-000 – Simões/PI
28	Simplício Mendes - PI	3	2008 – 2012 - 2014	Rua Pio Sérvio, s/n – Centro – CEP 64.700-000 - Simplício Mendes/PI
29	Teresina - PI	2	2014 - 2017	Praça Firmino Sobreira, s/n – Matinha (Instituto Superior de Educação Antonino Freire) – CEP 64.002-190 – Teresina/PI
30	União - PI	1	2014	Rua José Moita, s/n – São Sebastião – CEP 64.120-000 União/PI
31	Uruçuí-PI	3	2008 – 2012 - 2017	Rua Almir Benvindo, s/n – Malvina – CEP 64.860-000 Uruçuí/PI
32	Valença do Piauí	2	2014 - 2017	Avenida 15 de novembro, s/n – Centro – CEP 64.300-000 – Valença/PI

Fonte: Levantamento realizado pela Comissão (2024).

Destaca-se que as novas ofertas a serem iniciadas em 2025.1, conforme Edital UAB nº 25/2023 onde foram disponibilizadas 150 vagas, ocorrerão em apenas 5 (cinco) polos de apoio presencial, a saber: Castelo do Piauí, Canto do Buriti, Regeneração, Simões e Gilbués, quando este PPC passará a entrar em vigência. Os demais 27 (vinte e sete) polos de apoio presencial não possuirão nova oferta ativa, apenas alunos ativos que migrarão para a nova matriz curricular.

Quanto à infraestrutura tecnológica, desde 2014 os cursos de graduação e pós-graduação lato sensu não usam mais a plataforma Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment (Moodle) como ambiente virtual de aprendizagem, passaram a usar o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). Desde 2016 o ensino a distância utiliza redes sociais (Instagram, Facebook e Twitter) e mídias sociais (Youtube e Flickr), bem como webconferência, por meio do serviço conferência web da RNP. Um serviço de comunicação e colaboração da Rede Nacional de Pesquisa para todas as IFES (PDU/CEAD-2022-2024).



7.3 Biblioteca

A Biblioteca é um dos instrumentos essenciais no processo de ensino e aprendizagem. Nos dias atuais, não se pode conceber ensino sem bibliotecas devidamente atualizadas, as quais, além de possibilitarem acesso à informação, têm um papel de maior relevância enquanto favorecem o desenvolvimento do potencial dos discentes, capacitando-os a formarem suas próprias ideias e a tomarem suas próprias decisões com consciência crítica.

Como a biblioteca é um dos meios utilizados pelo ensino para atingir suas finalidades, ambos devem prosseguir associados. À medida que o ensino vai se renovando, a biblioteca precisa estar preparada para acompanhá-lo, ou até mesmo ir adiante, provocando a adoção de novos métodos pedagógicos, a criação de novos hábitos, a formação de novas atitudes em relação aos livros, ao estudo e à pesquisa.

A biblioteca deve funcionar como uma fonte dinâmica de cultura, atendendo às várias e amplas necessidades de seus usuários, servindo ao aluno ou articulando-se ao conceito de ensino renovado que não considera mais o professor como o único instrumento para a construção de conhecimentos. O ensino se fundamenta na autoatividade do aluno, provocando sua natural curiosidade, motivada por sua experiência pessoal.

A biblioteca possui um papel proeminente em virtude do valor da própria universidade, pois nenhuma outra instituição ultrapassa em magnitude a contribuição universitária, a qual torna possível acompanhar o grande avanço tecnológico e científico que se registra atualmente em todos os campos do conhecimento. Dessa forma, a influência da biblioteca vem a ser decisiva para a aprendizagem dos discentes e se constitui em um dos principais instrumentos que a IES dispõe para atingir suas finalidades, abrigando um acervo de informações para suporte ao ensino, à pesquisa, à extensão e à pós-graduação universitária.

O curso de Bacharelado em Administração a distância dispõe, em cada polo de apoio presencial, de um acervo com mais de uma cópia de cerca de 55 (cinquenta e cinco) títulos (livros) específicos contemplando cada uma de suas subáreas, além de livros de disciplinas complementares como Matemática, Química, Física e, ainda, exemplares que contemplam temáticas pedagógicas.

Além desses, estão disponíveis os materiais didáticos (livros) específicos elaborados pelos professores do Curso e outros obtidos do Sistema de Informação da Universidade Aberta do Brasil (SisUAB), que são disponibilizados virtualmente na plataforma SIGAA e, sempre que possível, disponibilizados na biblioteca na forma impressa. O Curso ainda disponibiliza em PDF para os alunos, por meio das turmas virtuais na plataforma SIGAA, os livros-textos



específicos de cada disciplina como material didático básico.

Oportuno salientar que, em um curso a distância, além da biblioteca presencial, é importante disponibilizar uma biblioteca virtual com conteúdo de fácil acesso. Atualmente, a UFPI já disponibiliza um repositório para trabalhos de conclusão de curso (monografias, dissertações e teses). A instituição mantém convênio firmado com o sistema de periódicos científicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (www.periodicos.capes.gov.br), com os artigos eletrônicos mais atualizados. Na *internet* são disponibilizados também, para livre acesso público, portais científicos como: *Scielo*, *Google Acadêmico*, *Science Direct*, dentre outros.

Desse modo, o Curso de Bacharelado em Administração conta com um acervo atualizado, disponibilizado pela biblioteca virtual Minha Biblioteca, com acesso realizado por meio do endereço eletrônico: <https://portal.dli.minhabiblioteca.com.br/Login.aspx?key=UFPICEAD>, bem como da EBSCO host via Plataforma SIGAA (<https://sigaa.ufpi.edu.br/>) e da ABNT Coleção por meio do link de acesso: (<https://www.abntcolegao.com.br/>).

8 OUTRAS AÇÕES

8.1 Tecnologias de Informação e Comunicação – TDICs no processo ensino-aprendizagem

Em função de uma das principais características da EaD, a saber, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e troca de informações nas suas formas sincrônica e diacrônica. A plataforma disponibilizada para as atividades virtuais no curso de Bacharelado em Administração a distância é o Sistema Integrado de Atividades Acadêmicas (SIGAA), que oferece recursos como fóruns, tarefas, *e-mail*, materiais, entre outros.

Como processos de comunicação diacrônicos serão utilizados *e-mail* e fóruns. Além desses, outros recursos poderão ser utilizados, como videoaulas e videoconferências, de acordo com as necessidades identificadas em cada disciplina. Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação sincrônica e diacrônica e será orientada pelo tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será devidamente informado pelo professor e por seu tutor sobre o que está sendo avaliado e a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal e o que se espera



dele naquela atividade. Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino-aprendizagem do curso de Bacharelado em Administração a distância pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-professor-tutor.

Tendo em vista que na modalidade de Educação a Distância, professores e alunos não se encontram frequentemente no mesmo espaço e tempo do processo de ensino-aprendizagem, a interação e a comunicação entre eles deve ser concebida e estruturada de modo a viabilizar o diálogo por meio das TIC.

Os encontros de cada disciplina, especificados no calendário acadêmico de cada semestre, poderão ser organizados nos polos de apoio presencial onde o Curso será ofertado ou via plataforma virtual, sob a responsabilidade dos professores das disciplinas e/ou tutores presenciais e a distância. Os alunos participarão de atividades programadas de acordo com os objetivos do Curso: plantões pedagógicos, preparação e apresentação de seminários, resolução de exercícios, trabalhos em grupo e avaliações da aprendizagem, sempre com a supervisão dos professores e/ou tutores.

8.2 Material didático instrucional

O material didático (livros-textos, apresentações de *slides*, videoaulas etc.) disponibilizado aos discentes vem sendo produzido por professores especializados em cada subárea do Curso e/ou adquiridos a partir do Sistema de Informação da Universidade Aberta do Brasil (SisUAB), bem como por meio de livros de domínio público e artigos publicados em revistas especializadas, utilizados como material complementar. Adicionalmente, os alunos têm acesso às bibliotecas dos polos de apoio presencial e dos *campi* da UFPI.

Boa parte do material didático atualmente utilizado pelo Curso foi elaborada nos primeiros anos de implantação do mesmo. No entanto, esse material vem sendo constantemente atualizado e, além dessa atualização, deverão ser elaborados materiais para as novas disciplinas propostas na presente reformulação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

A elaboração do material didático ocorrerá de acordo com o ementário apresentado no referido PPC. Após a elaboração do texto pelo professor, o manuscrito deverá passar pela equipe de revisores composta por profissionais aptos a realizar a correção de forma e de conteúdo gramatical. Em seguida, será encaminhado de volta ao professor e, por fim, à equipe de diagramação.



Assim, o professor-autor deverá entregar os manuscritos originais (texto e imagens) ao Setor de Produção de Material de Didático (SPMD) do CEAD para ser editorado: revisão de ortografia e ABNT (2018), editoração e programação visual, revisão do autor, revisão final/artefinalização (*layout* e texto), catalogação pela Editora da UFPI (EDUFPI) e disponibilização em PDF no ambiente virtual de aprendizagem (plataforma SIGAA). Sempre que houver recurso financeiro disponível para essa finalidade, ocorrerá também a produção gráfica (impressão) e distribuição para os alunos.

Será designado um grupo de professores e de alunos (um representante por polo) para analisar e avaliar o material didático supervisionado pela equipe do Setor de Produção de Material de Didático (SPMD) do CEAD/UFPI. A avaliação será feita de forma qualitativa e quantitativa. Serão computados o número de acesso do material didático e a satisfação do aluno ao utilizar esse material (através de formulário próprio do *Google Forms*).

8.3 Mecanismo de interação entre docentes, tutores e discentes

Através da ferramenta interna SIGAA, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) próprio da UFPI, disponível para vários dispositivos (computadores, *smartphones*, *tablets* e outros), alunos, tutores e professores interagem entre si e constroem juntos os caminhos do conhecimento humano necessário para a capacitação profissional. Na plataforma, o aluno receberá as informações relativas às atividades e materiais de apoio, além de acompanhar datas e informações do Calendário Acadêmico EaD, participará de fóruns, realizará tarefas nas turmas virtuais criadas para cada disciplina do Curso e solucionará dúvidas com os tutores a distância e os professores das disciplinas.

Efetivamente, a oferta da disciplina acontecerá de forma dinâmica, começando com o planejamento das atividades por parte do professor que organizará a disciplina, para postagem no ambiente virtual SIGAA com o plano de disciplina, o material didático, as atividades avaliativas, os seminários e os fóruns de discussão. Dessa forma, a turma virtual passará a ser uma das ferramentas de interação entre o professor, os tutores e os alunos, fortalecida por encontros presenciais.

A videoconferência, também importante ferramenta da EaD, tem proporcionado a quebra da barreira física, viabilizando a realização de aulas expositivas, discursivas e até defesas de Trabalhos de Conclusão de Curso. Neste último, quando não houver possibilidade de uma defesa presencial com todas as partes em um mesmo espaço físico, o aluno, auxiliado pelo tutor de TCC, realizará no polo de apoio presencial a defesa pública de seu trabalho, que é



acompanhada virtualmente, em tempo real, pela banca avaliadora/examinadora, por meio de ferramentas de webconferência. Vale ressaltar que, tal qual na defesa inteiramente presencial, em seguida à apresentação oral, ocorre a arguição, sem prejuízo da qualidade avaliativa. Além disso, pode ser considerado um método menos oneroso e que poderá possibilitar maior flexibilidade de cumprimento do calendário das defesas, e também a formação de bancas de defesa com profissionais específicos ao tema do TCC.

9 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

9.1 Cláusula de vigência

Os alunos ingressantes no CEAD/UFPI a partir do período de 2024.1, mais especificamente no curso de Bacharelado em Administração a distância, a depender das ofertas a serem liberadas pelos editais UAB, iniciarão com a implantação do Currículo ora proposto (após aprovado em todas as instâncias competentes), num total de 08 (oito) períodos (quatro anos letivos).

Os casos que não estejam contemplados pelos critérios apresentados nesse item serão analisados individualmente pelo Colegiado do Curso. Caberá ao Colegiado planejar, organizar, coordenar e acompanhar as ações necessárias para a implementação deste currículo, assim como sistematizar resultados alcançados e propor novos encaminhamentos que se mostrarem relevantes ao Curso.

O novo currículo do curso de Bacharelado em Administração a distância (após aprovado em todas as instâncias competentes) será implantado automaticamente e prontamente para os alunos que ingressarem a partir do período de 2024.1, conforme apresentado no Quadro 15.

Quadro 15 – Vigência do currículo a partir de 2024.1

2024.1	2024.2	2025.1	2025.2	2026.1	2026.2	2027.1	2027.2
1º período							
	2º período						
		3º período					
			4º período				
				5º período			
					6º período		
						7º período	
							8º período

Fonte: Elaborado pela Comissão (2021).

Os discentes do curso de Bacharelado em Administração a distância que estiverem cursando a matriz curricular do currículo anteriormente implantado (2008) e que não

concluírem o Curso até o período de 2024.2, migrarão de forma compulsória, obrigatória e automática para o novo currículo.

A adaptação ao novo currículo do curso de Bacharelado em Administração a distância seguirá, obrigatoriamente, o quadro de equivalência constante neste Projeto Pedagógico e devidamente aprovado pelo Colegiado do Curso.

9.2 Equivalência entre projetos pedagógicos

É importante estabelecer a equivalência entre as disciplinas dos dois currículos a fim de permitir que os alunos do Currículo 01 (2008) possam cursar juntos, numa mesma turma, as disciplinas equivalentes. Isto diminui a carga de trabalho dos professores visto que eles lecionarão uma mesma disciplina para dois currículos. O Quadro 16 descreve a equivalência entre as disciplinas dos dois currículos.

Quadro 16 – Equivalência entre as disciplinas dos currículos

COMPONENTES CURRICULARES ESTRUTURA ATUAL		PRÉ-REQUISITO (NOME E CÓDIGO)	RECIPROCIDADE ¹	COMPONENTES CURRICULARES ESTRUTURA PROPOSTA		PRÉ-REQUISITO (NOME E CÓDIGO)	ABRANGÊNCIA (Global ou Específica – Resolução CEPEX/UFPI N.º 177/12)
CÓDIGO	NOME			CÓDIGO	NOME		
CA001	Sociologia Aplicada à Administração (60h)	X	➡	Novo Código	Sociologia Aplicada à Administração (60h)	X	Global
CA002	Educação a Distância (60h)	X	➡	Novo Código	Educação a Distância (30h)	X	Global
CA003	Teorias da Administração (120h)	X	➡	Novo Código	Teorias da Administração I (60h)	X	Global
CA005	Seminário Temático Presencial II Administração Pública (45)	X	➡	Novo Código	Administração Pública (60h)	X	Global



CA006	Seminário de Introdução Presencial (15h)	X	➔	Novo Código	Seminário de Introdução ao Curso (15h)	X	Global
CA007	Contabilidade Geral (60h)	X	➔	Novo Código	Contabilidade Geral e Análise de Demonstrações Contábeis (60h)	X	Global
CA009	Direito Público e Privado (60h)	X	➔	Novo Código	Direito para Administração I (60h)	X	Global
CA010	Matemática (60h)	X	➔	Novo Código	Cálculos em Administração (60h)	X	Global
CA011	Seminário Temático Presencial III Psicologia/Apresentação de Atividades (45h)	X	➔	Novo Código	Psicologia Aplicada à Administração (60h)	X	Global
CA013	Gestão de Pessoas (120h)	X	➔	Novo Código	Gestão de Pessoas I (60h)	X	Global
CA015	Economia Brasileira (60h)	X	➔	Novo Código	Economia Brasileira e Piauiense (30h)	X	Global
CA017	Seminário Temático Presencial VI Pesquisa Aplicada (45h)	X	➔	Novo Código	Pesquisa Aplicada à Administração (60h)	X	Global
CA018	Estatística (120h)	X	➔	Novo Código	Estatística Aplicada à Administração (60h)	X	Global
CA021	Contabilidade de Custos (60h)	X	➔	Novo Código	Contabilidade Gerencial e de Custos (60h)	X	Global
CA022	Administração de Materiais (60h)	X	➔	Novo Código	Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais (60h)	X	Global
CA024	Direito Administrativo (60h)	X	➔	Novo Código	Direito para Administração II (60h)	X	Global

CA025	Administração de Marketing (120h)	X	➔	Novo Código	Administração de Marketing I (60h)	X	Global
CA027	Seminário Temático Presencial X Ética (45h)	X	➔	Novo Código	Ética nas Organizações (60h)	X	Global
CA028	Direito do Trabalho e Previdenciário (60h)	X	➔	Novo Código	Legislação Trabalhista e Previdenciária (60h)	X	Global
CA029	Administração Financeira e Orçamentária (120h)	X	➔	Novo Código	Administração Financeira e Orçamentária I (60h)	X	Global
CA030	Organização, Sistemas e Métodos (60h)	X	➔	Novo Código	Organização, Sistemas e Métodos (60h)	X	Global
CA031	Seminário Temático Presencial XI Elaboração de Projetos (45h)	X	➔	Novo Código	Elaboração e Administração de Projetos (60h)	X	Global
CA032	Seminário Temático Presencial XII Gestão Ambiental (45h)	X	➔	Novo Código	Gestão Ambiental e Sustentabilidade (60h)	X	Global
CA033	Administração de Sistemas de Informação (90h)	X	➔	Novo Código	Sistemas de Informações (60h)	X	Global
CA034	Comunicação Administrativa (60h)	X	➔	Novo Código	Comunicação Organizacional (60h)	X	Global
CA035	Empreendedorismo (60h)	X	➔	Novo Código	Empreendedorismo (60h)	X	Global
CA037	Seminário Temático Presencial XIV Comércio Exterior (45h)	X	➔	Novo Código	Comércio Exterior (60h)	X	Global
CA038	Administração de Produção e Operações (60h)	X	➔	Novo Código	Administração da Produção I (60h)		Global
CA039	Administração Estratégica (60h)	X	➔	Novo Código	Administração Estratégica (60h)		Global
CA040	Administração de Serviços (45h)	X	➔	Novo Código	Administração de Serviços (60h)		Global
CA041	Seminário Temático Presencial XVI Elaboração de TCC (45h)	X	➔	Novo Código	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (60h)		Global



CA042	LIBRAS (60h)	X	➡		Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS (60h)		
CA043	Seminário Temático Presencial XVIII Tecnologia e Inovação (45h)		➡	Novo Código	Criatividade e Inovação (60h)		Global
CA044	Estágio Supervisionado (300h)	X	➡	Novo Código	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório (300h)		Global
CA046	Comportamento do Consumidor (60h)	X	➡	Novo Código	Comportamento do Consumidor (60h)		
CA052	Mercado Financeiro (60h)	X	➡	Novo Código	Mercado de Capitais (60h)		
CA068	Relação Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade (60h)	X	➡	Novo Código	Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade (60h)		

Fonte: Elaborado pela Comissão (2021).

Conforme pode ser observado no Quadro 16 não houve aproveitamento de disciplinas/códigos de disciplinas da estrutura inicial (2008) para a matriz proposta (2024), pois todas disciplinas sofreram alteração, seja na nomenclatura, carga horária, distribuição de créditos ou ementas. Desse modo, no referido quadro foi destacada a equivalência das disciplinas entre os dois currículos.



REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14.724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. **Lei Federal n.º 5.528**, de 2 de novembro de 1968. Dispõe sobre a criação Fundação Universitária Federal do Piauí – FUFPI. Brasília, 1968.

BRASIL. **Lei Federal n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Portaria MEC n.º 4.059**, de 10 de dezembro de 2004. Autoriza às IES a implantação de 20% de carga horária a distância nos cursos presenciais. Brasília, 2004a.

BRASIL. **Decreto Federal n.º 5.296**, de 02/12/2004. Regulamenta as Leis n.º 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências, e n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004b.

BRASIL. **Edital SEED/MEC n.º 1**, de 16 de dezembro de 2005. Chamada pública para seleção de polos municipais de apoio presencial e de cursos superiores de instituições federais de ensino superior na modalidade EaD para o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Brasília, 2005.

BRASIL. **Despacho SERES/MEC n.º 99**, de 22 de maio de 2013. Dispõe sobre padrão decisório e procedimentos para os processos de reconhecimento de cursos na modalidade a distância. Brasília, 2013a.

BRASIL. **Portaria MEC n.º 244**, de 3 de junho de 2013. Reconhece cursos de Educação a Distância da UFPI. Brasília, 2013b.

BRASIL. **Portaria MEC n.º 97**, de 5 de março de 2013. Dispõe sobre habilitação das instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio sobre a adesão das respectivas mantenedoras ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, e dá outras providências. Brasília, 2013c.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**: 2014-2024. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) do interstício 2014-2024 e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2016.

BRASIL. **Decreto MEC n.º 9.057**, de 25 de maio de 2017. Dispõe sobre a oferta de cursos na modalidade a distância. Brasília, 2017.

BRASIL. **Resolução CNE n.º 5**, de 14 de outubro de 2021. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração. Brasília, 2021.



BRASIL. **Resolução CNE/CES n° 7**, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.

LEMGRUBER, M. S. Educação a Distância: expansão, regulamentação e mediação docente. **Educação em Foco**. Juiz de Fora, v. 14, n. 1, p. 145-159, mar./ago. 2009.

UFPI, Universidade Federal do Piauí. **Estatuto Interno da Universidade Federal do Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1971a.

UFPI. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024**, 2020. Disponível em: https://proplan.ufpi.br/images/conteudo/PROPLAN/PDI/PDI_2020_2024_UFPI_vf.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

UFPI. **Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) 2022-2024**. Disponível em: http://cead.ufpi.br/images/PLANO_DE_DESENVOLVIMENTO_DA_UNIDADE_DO_CEA D_-_2023._2024.pdf. Acesso em: 02 ago. 2023.

UFPI. **Regimento Geral**. Teresina: EDUFPI, 1971b.

UFPI. **Resolução n.º 177/2012**. Regulamento Geral da Graduação. Disponível em: http://https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/PREG/resolucoes_preg/2018_-_REGULAMENTO_GERAL_DA_GRADUA%C3%87%C3%83O_-_vers%C3%A3o_para_impress%C3%A3o20180831153003.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI N° 053/2019**, de 12 de abril de 2019. Disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Resolu%C3%A7%C3%A3o__n_053-_2019_-_Regulamenta_a_inclus%C3%A3o_das_atividades_de_extens%C3%A3o_como_componente_obrigat%C3%B3rio_nos_curr%C3%ADculos_dos_cursos_de_gradua%C3%A7%C3%A3o_da_UFPI.pdf

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI N° 297/2022**, de 20 de junho de 2022. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/prex/Legisla%C3%A7%C3%A3o/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CEPEX_297-2022_-_Altera_as_resolu%C3%A7%C3%B5es_085-2018__022-2018_-_021-2018_e_a_053-2018.pdf



ANEXOS

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a name followed by a surname.

ANEXO A – AVALIAÇÃO DOS REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS PELO NDE
RELATÓRIO SOBRE A BIBLIOGRAFIA BÁSICA E
COMPLEMENTAR DO CURSO DE BACHARELADO
EM ADMINISTRAÇÃO

O acervo bibliográfico físico foi tombado e encontra-se disponível na Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco-BCCB, situada no Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga-PI, CEP 64.049-550 e nas Bibliotecas dos polos de apoio presencial UAB/CEAD/UFPI situadas nas respectivas cidades contempladas com o curso de Bacharelado em Administração.

O acervo virtual para o Curso de Bacharelado em Administração está disponibilizado nas bibliotecas da UFPI, quais sejam: Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco-BCCB; com acessos através dos sites: <https://sigaa.ufpi.edu.br/>; <http://ufpi.br/biblioteca-bccb/236-bccb/biblioteca>; e por contato via e-mail: bccb@ufpi.edu.br.

O Curso de Bacharelado em Administração ainda conta com acervos virtuais e atualizados, disponibilizados pela biblioteca virtual Minha Biblioteca, com acesso realizados por meio do endereço eletrônico: <https://portal.dli.minhabiblioteca.com.br/Login.aspx?key=UFPICEAD>, bem como da EBSCO host via Plataforma SIGAA (<https://sigaa.ufpi.edu.br/>) e da ABNT Coleção por meio do link de acesso: (<https://www.abntcolegao.com.br/>).

O acervo bibliográfico básico e complementar físico é adequado e atualizado para os componentes curriculares descritos no PPC do Curso de Administração. A instituição garante acesso ao acervo bibliográfico básico/complementar virtual tanto no ambiente interno com instalações e recursos tecnológicos que atende à demanda, sendo ofertado de forma ininterrupta via internet. Aos portadores de deficiência são disponibilizadas ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem na Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco-BCCB da Universidade Federal do Piauí e nas bibliotecas dos polos de apoio presencial.

O acervo periódico é constituído por exemplares físicos e por exemplares virtuais para acesso através de assinaturas de periódicos, assim como acesso a publicações de domínio público. Estes periódicos possuem contexto especializado que contemplam as unidades curriculares do curso de Bacharelado em Administração. É atualizado, de forma a garantir a quantidade de acesso demandada, com plano de contingência, de modo a garantir o acesso e o



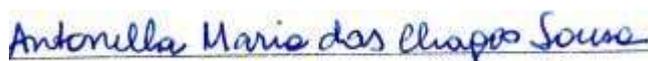
serviço.

Teresina, 23 de fevereiro de 2023.

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Documento assinado digitalmente
 MARIANE GORETTI DE SA BEZERRA LEAL
Data: 23/02/2023 11:35:09-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Profa. Dra. Mariane Goretti de Sá Bezerra Leal
Presidente do NDE do Curso de Administração CEAD/UFPI



Profa. Dra. Antonella Maria das Chagas Sousa
Membro Docente

Documento assinado digitalmente
 FABIANA RODRIGUES DE ALMEIDA CASTRO
Data: 28/02/2023 11:42:20-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Profa. Dra. Fabiana Rodrigues de Almeida Castro Membro
Docente



Prof. Dr. Kelsen Anangelo Ferreira e Silva
Membro Docente

Documento assinado digitalmente
 MAURICIO MENDES BOAVISTA DE CASTRO
Data: 07/03/2023 18:00:42-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Prof. Dr. Maurício Mendes Boavista de Castro
Membro Docente



PORTARIA Nº 11/2024 - CEAD/UFPI

A Direção do Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), no uso de suas atribuições legais, e considerando:

- o MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 5/2024 - CA/CEAD/UFPI;

RESOLVE:

Renovar a composição do **Núcleo Docente Estruturante (NDE)** do curso de **Bacharelado em Administração**, do Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), vinculado ao Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), com mandato de **02 (dois) anos**, a contar de **12/01/2024**, conforme indicado abaixo.

NOME	CONDIÇÃO	MANDATO
Mariane Goretti de Sá Bezerra Leal	Presidente/Nato	Período de vigência da função
Antonella Maria das Chagas Sousa	Membro Docente Titular	12/01/2024 a 12/01/2026
Fabiana Rodrigues de Almeida Castro	Membro Docente Titular	12/01/2024 a 12/01/2026
Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva	Membro Docente Titular	12/01/2024 a 12/01/2026
Maurício Mendes Boa Vista de Castro	Membro Docente Titular	12/01/2024 a 12/01/2026

Comunique-se. Publique-se. Cumpra-se.

Teresina, 29 de janeiro de 2024.



Lívia Fernanda Nery da Silva
Diretora do CEAD/UFPI

PORTARIA CEAD/UFPI Nº 121, DE 26 DE SETEMBRO DE 2024

Designar composição docente e discente de Colegiado.

A Direção do Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), no uso de suas atribuições legais, e considerando:

- o Memo. Eletrônico n.º 17/2024 - CA/CEAD/UFPI;
- a Portaria n.º 10/2024 - CEAD/UFPI;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a composição docente e discente do **Colegiado do curso de Bacharelado em Administração**, do Centro de Educação Aberta a Distância (CEAD), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), vinculado ao Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), com mandato de 02 (dois) anos para a composição docente e de 01 (um) ano para composição discente, passando o referido colegiado a ser constituído da forma que segue:

NOME	CONDIÇÃO	MANDATO
Mariane Goretti de Sá Bezerra Leal	Presidente/Nato	Período de vigência da função
Antonella Maria das Chagas Sousa	Vice-Presidente	13/01/2024 a 13/01/2026
Flávia Lorene Sampaio Barbosa	Membro Docente Titular	23/05/2024 a 23/05/2026
Lauro Oliveira Viana	Membro Docente Suplente	13/01/2024 a 13/01/2026
Ana Alice Gonçalves Oliveira	Membro Discente	25/05/2024 a 25/05/2025

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Teresina, 26 de setembro de 2024.



Lívia Fernanda Nery da Silva
Diretora do CEAD/UFPI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

ATA DE REUNIÃO Nº 5 / 2024 - CA/CEAD (11.00.01.07.05)

Nº do Protocolo: 23111.050793/2024-26

Teresina-PI, 24 de Outubro de 2024

ATA DA 13ª REUNIÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO, VINCULADO AO CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, REALIZADA EM 21/10/2024.

Às nove horas do dia vinte e um de outubro de dois mil e vinte e quatro, na cidade de Teresina, a Presidente, Profa. Dra. Mariane Goretti de Sá Bezerra Leal reuniu o NDE do Curso para a sua 13ª reunião, por meio de convocação feita através de e-mail aos seus membros, nomeados mediante a Portaria 11/2024 - CEAD/UFPI, virtualmente em sala de web conferência da Coordenação do Curso, por meio do link <https://meet.google.com/oqy-fgkc-jhx>. Além da presidente, estiveram presentes à reunião online os seguintes membros docentes: Profa. Dra. Antonella Maria das Chagas Sousa, Prof. Dr. Maurício Mendes Boavista de Castro, Prof. Dr. Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva e a Profa. Dra. Fabiana Rodrigues de Almeida Castro. Na reunião foram discutidas as seguintes pautas: **ITEM 1 - Atualização do PPC com a informação de todos os 32 polos de apoio presencial onde foi ofertado o curso de administração e os polos da nova oferta de 2025.1. ITEM 2 - Atualização do PPC com o novo endereço da Sede do Centro de Educação Aberta e a Distância/CEAD/UFPI em Teresina/PI**, o que exigiu ajustes pontuais ao longo do PPC, a saber: Na Apresentação (p.7), na Identificação do Curso (p. 8), na Subseção 1.3 relativa ao Histórico e Estrutura Organizacional da UFPI e do Curso (p. 15), na Subseção 2.1 referente aos Princípios Curriculares e Especificidades do Curso (p. 18). Na Subseção 7.2 da Infraestrutura Acadêmica consta o quadro 14 que lista todos os polos, endereços e ano em que as ofertas foram realizadas (p. 103). Por fim, na subseção 7.1 referente ao Local de Funcionamento e Instalações Acadêmicas foi atualizado o novo endereço de funcionamento da Sede do CEAD/UFPI (p.103). **DECISÃO:** Colocada em discussão e votação, a atualização do PPC do Curso com a inclusão das informações sobre os 32 polos de apoio presencial e do endereço da sede do CEAD foi aprovada por unanimidade. Não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião. Eu, Mariane Goretti de Sá Bezerra Leal, lavrei a presente ata, que seguirá assinada por mim e pelos demais participantes.

Teresina-PI, 21/10/2024

(Assinado digitalmente em 24/10/2024 23:58)

(Assinado digitalmente em 25/10/2024 10:15)

ANTONELLA MARIA DAS CHAGAS
SOUSA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matricula: 3413158

FABIANA RODRIGUES DE ALMEIDA
CASTRO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matricula: 2202532

(Assinado digitalmente em 29/10/2024 13:14)
KELSEN ARCANGELO FERREIRA E
SILVA
COORDENADOR
Matricula: 1685849

(Assinado digitalmente em 24/10/2024 20:27)
MARIANE GORETTI DE SA BEZERRA
LEAL
COORDENADOR DE CURSO
Matricula: 2094778

(Assinado digitalmente em 25/10/2024 09:25)
MAURICIO MENDES BOAVISTA DE
CASTRO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matricula: 2025430

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **3d7d96c4a0**





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

ATA DE REUNIÃO Nº 6 / 2024 - CA/CEAD (11.00.01.07.05)

Nº do Protocolo: 23111.050794/2024-96

Teresina-PI, 24 de Outubro de 2024

ATA DA 33ª REUNIÃO DO COLEGIADO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO, VINCULADO AO CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, REALIZADA EM 21/10/2024.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e um de outubro de dois mil e vinte e quatro, na cidade de Teresina, a Presidente, Profa. Dra. Mariane Goretti de Sá Bezerra Leal reuniu o Colegiado do Curso para a 33ª reunião, por meio de convocação feita através de e-mail aos seus membros, nomeados mediante a Portaria 121/2024 - CEAD/UFPI, virtualmente em sala de web conferência da Coordenação do Curso, por meio do link <<https://meet.google.com/oqy-fgkc-jhx>>. Além da presidente, estiveram presentes à reunião online os seguintes membros docentes: Profa. Dra. Antonella Maria das Chagas Sousa, Prof. Dr. Lauro de Oliveira Viana e a representante discente Ana Alice Gonçalves Oliveira. A ausência da Profa. Flávia Lorene Sampaio Barbosa foi justificada por motivo de trabalho. Na reunião, foram discutidas as seguintes pautas: **ITEM 1 - Atualização do PPC com a informação de todos os 32 polos de apoio presencial onde foi ofertado o curso de administração e os polos da nova oferta de 2025.1. ITEM 2 - Atualização do PPC com o novo endereço da Sede do Centro de Educação Aberta e a Distância/CEAD/UFPI em Teresina/PI**, o que exigiu ajustes pontuais ao longo do PPC, a saber: Na Apresentação (p. 7), na Identificação do Curso (p. 8), na Subseção 1.3 relativa ao Histórico e Estrutura Organizacional da UFPI e do Curso (p. 15), na Subseção 2.1 referente aos Princípios Curriculares e Especificidades do Curso (p. 18). Na Subseção 7.2 da Infraestrutura Acadêmica consta o quadro 14 que lista todos os polos, endereços e ano em que as ofertas foram realizadas (p. 103). Por fim, na subseção 7.1 referente ao Local de Funcionamento e Instalações Acadêmicas foi atualizado o novo endereço de funcionamento da Sede do CEAD/UFPI (p. 103). **DECISÃO:** Colocada em discussão e votação, a atualização do PPC do Curso com a inclusão das informações sobre os 32 polos de apoio presencial e do endereço da sede do CEAD foi aprovada por unanimidade. Não havendo mais nada a declarar, deu-se por encerrada a reunião. Eu, Mariane Goretti de Sá Bezerra Leal, lavrei esta ata, que seguirá assinada por mim e pelos demais participantes.

Teresina-PI, 21/10/2024

(Assinado digitalmente em 24/10/2024 23:57)

(Assinado digitalmente em 28/10/2024 17:38)

ANTONELLA MARIA DAS CHAGAS
SOUSA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matricula: 3413158

LAURO OLIVEIRA VIANA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matricula: 1554562

(Assinado digitalmente em 24/10/2024 20:21)
MARIANE GORETTI DE SA BEZERRA
LEAL
COORDENADOR DE CURSO
Matricula: 2094778

(Assinado digitalmente em 29/10/2024 20:40)
ANA ALICE GONCALVES OLIVEIRA
Matricula: 20179064297

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **f72fb87e3f**



APÊNDICES

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a name, possibly "Francisco de Paula".

APÊNDICE A – Regimento do Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 1º O TCC deverá ser elaborado considerando-se, na sua estrutura formal, os critérios técnicos estabelecidos nas normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2011) para apresentação, citações e referências. O texto deve ser escrito em letra tipo Times New Roman ou Arial, tamanho 12, espaçamento 1,5 pt, margens superior e esquerda 3 cm, margens inferior e direita 2 cm, papel tamanho A4.

Art. 2º A estrutura do Trabalho de Conclusão de Curso compõe-se de capa, folha de rosto, anteverso (ficha catalográfica), folha de aprovação, epígrafe (opcional), dedicatória (opcional), agradecimentos (opcional), resumo na língua portuguesa e inglesa, sumário, introdução (contendo necessariamente problema, objeto, objetivos, justificativa e revisão bibliográfica), método, resultados, discussão, considerações finais (ou conclusão), referências, apêndices e anexos (quando for o caso). As normas específicas a cada item serão disponibilizadas no manual de TCC do Curso.

Art. 3º O TCC tem como objetivos:

- I) Articular os conteúdos curriculares do Curso para ampliação do campo de conhecimento;
- II) Promover o aprimoramento da capacidade investigativa, interpretativa e crítica do estudante;
- III) Ampliar a capacidade do estudante quanto aos aspectos teórico-metodológicos necessários para o seu desenvolvimento pessoal e profissional;
- IV) Consolidar a importância do uso de rigor metodológico e técnico-científico na organização, na sistematização e no aprofundamento do tema abordado, respeitando o nível de graduação.

Art. 4º As atividades relativas ao TCC serão desenvolvidas da seguinte forma:

- I) Elaboração do projeto, desenvolvimento e apresentação do TCC, culminando em uma das modalidades (monografia ou artigo científico), a ser definida pelo Colegiado do Curso de Administração a distância, na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);
- II) Apresentação pública do TCC, devendo ser preferencialmente presencial, mediante aprovação da Coordenação do Curso, também na disciplina Seminário Temático Presencial XVI/Elaboração de TCC. Caso não seja possível a defesa presencial, a mesma poderá ser virtual para a banca examinadora, no entanto, o aluno estará no polo de apoio presencial, na presença do tutor presencial de TCC. A apresentação do TCC deve seguir as formalidades que regem um trabalho acadêmico científico no âmbito desta IES. As exceções devem ser apreciadas pelo Colegiado do Curso e restritas à comissão avaliadora.

Art. 5º O Trabalho de Conclusão de Curso é uma atividade obrigatória do curso de Administração a distância, podendo ser realizado individualmente ou em dupla, com uma



carga horária de 45 (quarenta e cinco) horas, que deverá ser realizada no 8º (oitavo) período, vinculado à disciplina de Seminário Temático Presencial XVI/Elaboração de TCC.

Art. 6º Os agentes envolvidos no Trabalho de Conclusão de Curso serão o professor coordenador de TCC, o professor orientador de TCC, o tutor presencial de TCC e o aluno/orientando.

Art. 7º A Coordenação dos TCC será exercida por um professor do curso de Administração (Educação a Distância), do qual serão contabilizadas quatro horas de sua carga horária semanal disponível para o exercício dessa Coordenação, ou um professor colaborador convidado designado pelo coordenador do Curso.

Art. 8º A orientação do TCC é de responsabilidade de docente efetivo do Curso ou docentes colaboradores com no mínimo o título de mestre. Cada professor lotado no CEAD poderá orientar, no máximo, cinco trabalhos concomitantes por semestre. Para os professores colaboradores, deverão ser observadas as resoluções vigentes.

Art. 9º A coorientação do TCC, caso necessária, e em acordo com o professor orientador, poderá ser exercida por qualquer profissional, com titulação mínima de especialização *lato sensu*, que possa contribuir com o trabalho do aluno.

Art. 10. Será preservado o direito ao estudante e ao professor de solicitarem à Coordenação do TCC ou à Coordenação do Curso, mudança de orientação mediante justificativa formalizada, desde que outro docente assuma formalmente a orientação, junto à Coordenação.

Art. 11. Compete ao Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso:

- I) Tomar decisões e medidas necessárias para o cumprimento das normas desta diretriz;
- II) Elaborar e divulgar amplamente, junto aos alunos, a listagem de professores que orientarão o TCC, indicando as respectivas linhas de pesquisa, devendo ser levadas em consideração as necessidades dos alunos, as demandas do Curso e as normas vigentes para a Educação a Distância;
- III) Auxiliar os estudantes na escolha de professores orientadores, tendo em vista suas respectivas áreas de atuação;
- IV) Convocar, sempre que houver demandas formalizadas, os professores orientadores e os alunos matriculados para discutirem questões relativas à organização, ao planejamento, ao desenvolvimento e à avaliação dos TCC;
- V) Coordenar agendas de apresentação dos TCC, providenciar local adequado, realizar a divulgação entre professores e alunos, bem como para a comunidade em geral;
- VI) Elaborar um relatório ao final de cada período letivo, contendo informações referentes às



atividades desenvolvidas e levantamento de alunos com TCC concluído e/ou com pendências, que deverá ser entregue na Coordenação do Curso.

Art. 12. Compete ao Professor Orientador de TCC:

- I) Orientar o desenvolvimento do projeto de TCC em todas as suas etapas;
- II) Contactar com o Coordenador do TCC e/ou Coordenador do Curso para solucionar possíveis dificuldades, objetivando o bom andamento do trabalho;
- III) Indicar as Comissões Examinadoras/Avaliadoras dos seus orientandos, compostas por mestres ou doutores;
- VI) Participar na condição de presidente da Banca Examinadora/Avaliadora do TCC.

Art. 13. Compete ao Tutor Presencial de TCC:

- I) Realizar o intercâmbio entre o aluno e os professores orientador e coordenador de TCC;
- II) Agendar e organizar as defesas nos polos de apoio presencial.

Art. 14. Compete ao aluno/orientando:

- I) Participar de reuniões e outras atividades relativas ao TCC para as quais for convocado;
- II) Escolher a linha de pesquisa, conforme disponibilidade dos professores orientadores e oferta do Curso;
- III) Elaborar e desenvolver o projeto de TCC sob a orientação do professor orientador;
- IV) Cumprir as normas e os prazos de acordo com o cronograma do Curso para o semestre letivo e o plano aprovado pelo professor orientador;
- V) Entregar 01 (uma) cópia impressa, aprovada pelo professor orientador, para cada membro da banca examinadora/avaliadora, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência da apresentação;
- VI) Apresentar publicamente o TCC conforme normas e recomendações do Curso;
- VII) Entregar à Coordenação do Curso as versões finais do TCC conforme recomendações e prazos previstos, após avaliação do professor orientador.

Art. 15. A avaliação do TCC compreende dois momentos:

- I) Avaliação contínua do processo de realização do TCC pelo professor orientador;
- II) Avaliação pela Banca Examinadora (trabalho escrito e apresentação oral).

Art. 16. A aprovação na disciplina Seminário Temático Presencial XVI/Elaboração de TCC está condicionada à apresentação e à entrega da versão final do TCC ao professor orientador.

Art. 17. Na defesa, o aluno tem no mínimo 15 (quinze) e no máximo 20 (vinte) minutos para apresentar seu trabalho, e a banca examinadora até 20 (vinte) minutos para fazer sua



arguição, dispondo ainda o discente de outros 05 (cinco) minutos para responder aos examinadores.

Art. 18. A atribuição das notas dar-se-á após o encerramento da etapa de arguição, obedecendo ao sistema de notas individuais por examinador, levando em consideração o texto escrito, a sua exposição oral e a defesa na arguição pela banca examinadora, com nota mínima para aprovação igual a 7,0 (sete).

Art. 19. Utilizar-se-ão, para a atribuição de notas, fichas de avaliação individuais, onde cada membro da banca avaliadora/examinadora disponibilizará sua nota. A nota final do aluno será o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora. A banca avaliadora/examinadora poderá considerar o trabalho como aprovado, encaminhado para reformulação ou reprovado.

Art. 20. A banca examinadora, por maioria, após a defesa oral, pode sugerir ao aluno que reformule seu TCC. No caso de reformulação, o aluno deverá submeter o TCC novamente à mesma comissão avaliadora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sempre considerando os prazos do calendário do Curso. A comissão avaliadora emitirá parecer por escrito aprovando ou reprovando as reformulações apresentadas.

Art. 21. Os alunos que não entregarem o TCC, que não se apresentarem para a sua defesa oral ou forem reprovados nela, na forma da legislação em vigor, estarão reprovados na disciplina de Seminário Temático Presencial XVI/Elaboração de TCC.

Art. 22. A versão definitiva do trabalho deve ser encaminhada ao Coordenador de TCC, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da defesa, em cópia digital (CD) em formato doc/docx (Word-Office) e 01 (um) exemplar impresso, a depender da determinação da Coordenação do Curso. Além dos demais requisitos exigidos acima, a cópia impressa deverá ser em papel branco ou reciclado, encadernada em capa dura de cor azul royal, em letras douradas, com as mesmas informações da capa. A capa deverá conter nome da instituição, centro, curso, nome do aluno, título (subtítulo se houver), local e ano, de acordo com o modelo disponibilizado. A entrega da versão definitiva do TCC é requisito para a colação de grau.

Art. 23. As eventuais omissões serão objeto de deliberação da Coordenação de TCC e do Curso.



APÊNDICE B – Regimento do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

A disciplina de Estágio Obrigatório na Universidade Federal do Piauí é regulamentada pela Resolução n.º 177/12-CEPEX/UFPI. Abaixo está descrita a regulamentação que trata sobre o tema no curso de Administração a distância:

Art. 1º Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é uma atividade acadêmica específica, que prepara o discente para o trabalho produtivo, com o objetivo de aprendizagem social, profissional e cultural, constituindo-se uma intervenção prática em situações de vida e trabalho.

Art. 2º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do curso de Administração a distância possui 300 (trezentas) horas e deve ser realizado no 7º (sétimo) período do Curso, sendo que as atividades de estágio ocorrerão presencialmente, mesmo o curso sendo à distância.

Art. 3º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório pode ser realizado junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob a responsabilidade e coordenação da Coordenação Geral de Estágio-CGE/UFPI, de acordo com a legislação federal específica.

Art. 4º Para a realização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado faz-se necessária a formalização de convênio, a ser firmado diretamente com a UFPI, mediante assinatura de termo de compromisso com interveniência obrigatória da Coordenadoria Geral de Estágio/PREG.

Parágrafo único. O termo de compromisso constituirá parte do convênio a ser celebrado entre a Universidade e a parte concedente.

Art. 5º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório somente pode ocorrer em unidades que tenham condições de:

- I) proporcionar experiências práticas na área de formação do estagiário;
- II) dispor de um profissional dessa área para assumir a supervisão do estagiário.

Parágrafo único. Não é permitido o encaminhamento, para o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, de aluno que esteja com o curso trancado.

Art. 6º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório não cria vínculo empregatício de qualquer natureza.

Art. 7º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, para a sua regularidade, envolve:

- I – Coordenação Geral de Estágio (CGE)/PREG;
- II – Orientador de Estágio;
- III – Supervisor de Campo;



IV – Coordenação de Estágio no Curso, quando for o caso.

§ 1º A Coordenação Geral de Estágio da PREG tem como funções básicas:

- a) viabilizar as condições necessárias ao desenvolvimento do Estágio Obrigatório na UFPI;
- b) propor normas e diretrizes gerais para a operacionalização dos estágios obrigatórios;
- c) assessorar as coordenações de estágios nos cursos na elaboração e sistematização das programações relativas ao estágio obrigatório, bem como participar do acompanhamento, controle e avaliação da sua execução;
- d) providenciar as assinaturas de convênios entre a UFPI e as instituições de campos de estágio;
- e) organizar e manter atualizado na UFPI, juntamente com as Coordenações de Estágio dos cursos, um sistema de documentação e cadastramento dos estágios.

§ 2º O orientador do estágio é um professor responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do aluno durante a realização dessa atividade, que tem como atribuições:

- a) elaborar, junto ao Coordenador de Estágio do curso, a programação semestral de estágios obrigatórios;
- b) orientar os alunos na elaboração dos seus planos e relatórios de estágio;
- c) acompanhar e orientar a execução das atividades dos estagiários;
- d) avaliar o desempenho dos estagiários atribuindo-lhes conceitos expressos sob a forma adotada pela Universidade;
- e) enviar ao Coordenador de Estágio do curso, no final de cada período letivo, o relatório correspondente aos Estágios Obrigatórios dos alunos sob a sua responsabilidade.

§ 3º O supervisor de campo é um profissional lotado na unidade de realização do estágio, responsável neste local pelo acompanhamento do aluno durante o desenvolvimento dessa atividade.

§ 4º A Coordenação do Estágio Obrigatório no curso de Administração tem como atribuições:

- a) coordenar a elaboração ou adequações de normas ou critérios específicos do estágio do Curso, com base na presente resolução;
- b) informar à CGE/PREG os campos de estágio, quando for o caso, tendo em vista a celebração de convênios e termos de compromisso;
- c) fazer, ao final de cada período, levantamento do número de alunos aptos e pretendentes ao estágio, em função da programação semestral;



- d) elaborar, a cada semestre, junto com os docentes-orientadores, as programações de Estágio Obrigatório que serão enviadas à CGE/PREG no prazo estabelecido no calendário acadêmico;
- e) orientar e encaminhar os alunos ao campo de estágio;
- f) acompanhar o desenvolvimento do estágio, tendo em vista a consecução dos objetivos propostos;
- g) enviar a CGE/PREG, no final de cada período letivo, o relatório correspondente ao Estágio Obrigatório do Curso.

Art. 8º Nos casos de estágios onde há a participação de supervisor de campo, a avaliação do discente é responsabilidade da Coordenação do Estágio do Curso de Administração, sendo solicitada a participação do supervisor de campo.

Art. 9º A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será realizada ao final da carga horária estabelecida para a atividade, pelo supervisor de campo, na instituição/organização onde o discente está cumprindo o estágio, através de relatório emitido pela CGE, e pelo professor orientador, através do relatório de estágio confeccionado pelo discente.



APÊNDICE C – Regimento das Atividades Curriculares de Extensão

As Atividades Curriculares de Extensão (ACEs) do Curso de Graduação Bacharelado em Administração do Centro de Educação Aberta e a Distância da Universidade Federal do Piauí (CA/CEAD/UFPI) obedecerão criteriosamente o que está exposto na Resolução N° 07, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e as Resoluções N° 053/2019 e N° 297/2022 - CEPEX/UFPI, que regulamentam a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da Instituição. Considerando as Resoluções citadas, as ACEs do CA/CEAD/UFPI seguirão o seguinte regimento:

Art. 1º As Atividades Curriculares de Extensão - ACEs objetivam:

I - Reafirmar a articulação da universidade com outros setores da sociedade, principalmente aqueles de vulnerabilidade social;

II - Garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

III - Contribuir para a melhoria da qualidade da formação dos graduandos, voltada para a cidadania e o seu papel social;

IV- Proporcionar a busca de novos objetos de investigação, e de inovação, bem como desenvolvimento tecnológico e a transferência deste a partir do contato com os problemas das comunidades e sociedade;

V- Estabelecer a troca de conhecimentos, saberes e prática no campo das ciências, tecnologia, cultura, esporte e lazer.

Art. 2º As atividades de extensão a serem aproveitadas para fins de integralização do currículo como ACE deverão:

I - Envolver diretamente comunidades externas à universidade como público;

II - Estar vinculadas à formação do estudante;

III - Ser realizadas presencialmente;

IV - Atender as especificidades de cada curso e abranger todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena.

Art. 3º Os alunos do CA/CEAD/UFPI deverão integralizar, até o 8º semestre, **300** horas de ACEs - componentes curriculares obrigatórios, como condição de conclusão do curso e obtenção do título de Bacharel em Administração.



Art. 4º As ACEs serão ofertadas no CA/CEAD/UFPI por meio de disciplinas obrigatórias dedicadas integralmente às atividades extensionistas que serão ministradas pelo Professor da Disciplina/Coordenador de Extensão de cada período conforme a seguinte distribuição de carga horária e períodos:

Extensão I (60 h) - 2º período

Extensão II (60h) - 3º período

Extensão III (60h) - 4º período

Extensão IV (60h) - 5º período

Extensão V (60h) - 6º período

Art. 5º O Professor da Disciplina/Coordenador de Extensão fará o acompanhamento dos alunos extensionistas buscando alternativas para os problemas surgidos no processo e terá as seguintes atribuições:

I – Planejar a atividade de extensão em consonância com o que determina o Art. 2.

II – Envolver os discentes na organização e/ou execução da atividade de extensão.

III – Orientar e acompanhar os discentes no desenvolvimento da atividade de extensão.

IV – Avaliar os discentes e atribuir nota aprovativa (7,0 a 10,0) ou reprovativa (6,9 a 0,0) conforme o desempenho de cada aluno na atividade de extensão. Por meio da participação, frequência e entrega do relatório da atividades realizadas. A disciplina não contempla exame final.

III – Efetuar e acompanhar o encaminhamento à PREXC do cadastro das propostas de ACES e dos seus respectivos relatórios semestrais e finais relacionados a extensão, conforme calendário acadêmico e resoluções que regulamentam as atividades de extensão na UFPI;

IV - Acompanhar e orientar a inscrição dos discentes e da comunidade nas ACES;

V - Fazer levantamento semestralmente de demandas dos discentes do curso na participação das ACEs e propor, junto com os docentes do curso, alternativas de atendimento às referidas demandas.

Art. 6º As ACEs para serem integralizadas no currículo dos alunos deverão ser realizadas presencialmente, voltadas para a comunidade acadêmica e o **público externo** à UFPI e os alunos serem **executores** (monitores, ministrantes, palestrantes) ou organizadores das respectivas atividades com o acompanhamento do Professor Coordenador e dos tutores presenciais e à distância de cada turma/polo.

Art. 7º As ACEs deverão ser realizadas em região compatível com o polo de apoio presencial em que o estudante esteja matriculado.



Art. 8º As atividades de extensão para serem integralizadas no currículo dos alunos deverão ser coordenadas por docentes ou por técnico-administrativos, desde que na equipe tenha docente, exceto nos cursos de extensão de “Iniciação” e em eventos de extensão, que poderão ser coordenados por entidades estudantis com representação comprovada, sem necessidade de docente na equipe;

Art. 9º A integralização como cumprimento das atividades de extensão previstas no artigo 8º da Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 compreende as seguintes modalidades:

- programas de extensão
- projetos de extensão
- cursos de extensão
- eventos de extensão
- Prestação de serviços à comunidade externa
- Atividade prática em disciplina que envolve diretamente atendimento à comunidade externa, desde que esteja vinculado a um programa ou projeto de extensão cadastrado na PREXC e não contabilizado como carga horária da disciplina;

Art. 10. Os alunos poderão requerer, junto ao Professor da Disciplina/Coordenador de Extensão, o aproveitamento das atividades de extensão realizadas como extensionista e desenvolvidas em outras Instituições de Ensino Superior ou em outro curso de graduação da UFPI para fins de dispensa da disciplina de extensão, obedecendo a carga horária equivalente a cada disciplina, desde que:

- a) a solicitação de aproveitamento seja feita via processo até um ano antes da previsão para conclusão do curso;
- b) o processo da solicitação esteja instruído com o relatório da atividade de extensão desenvolvida assinado pelo coordenador ou órgão responsável e com certificado ou declaração da atividade executada como extensionista.
- c) para cada disciplina de extensão de 60h, o aluno deverá apresentar comprovações, no mínimo, de 45h de atividades de extensão realizadas e ter 85% do conteúdo programático equivalente ao conteúdo exigido pela disciplina pleiteada, com atividades de extensão equivalentes às da disciplina a ser dispensada.

Art. 11. Nos casos de transferência interna de curso ou mudança de curso o aluno poderá solicitar, junto ao Professor de Disciplina/Coordenador de Extensão, o aproveitamento



das atividades curriculares de extensão já integralizadas no currículo do curso de origem, obedecendo os critérios estabelecidos no Art. 10 em seus subitens (a); (b) e (c).





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/PREG/UFPI Nº 762, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2024

Autoriza Alteração de Projeto Pedagógico de Curso.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (PREG/UFPI), e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (CAMEN), no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, **ad referendum** da mesma Câmara e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta Universidade, aprovado pela Resolução Nº 331/22-CEPEX, de 08 de agosto de 2022, em atendimento ao Decreto 10.139/2019, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República;

- o processo Nº 23111.013716/2023-68;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a alteração no Projeto Pedagógico do Curso de **BACHARELADO ENGENHARIA CARTOGRÁFICA E DE AGRIMENSURA**, do Centro de Tecnologia - **CT**, do Câmpus Ministro Petrônio Portella – **CMPP**, desta Universidade, conforme ANEXO e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação justificada a urgência pela excepcionalidade da atividade administrativa institucional, conforme parágrafo único do Art. 4º do Decreto 10.139/2019.

Teresina, 19 de novembro de 2024.

Profa. Ana Beatriz Sousa Gomes
Pró-Reitora de Ensino de Graduação/UFPI
Presidente da Câmara de Ensino de Graduação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE TECNOLOGIA



CURSO DE BACHARELADO EM ENGENHARIA CARTOGRÁFICA E DE AGRIMENSURA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM
ENGENHARIA CARTOGRÁFICA E DE AGRIMENSURA /
Presencial
(Currículo II)**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE TECNOLOGIA
CURSO DE BACHARELADO EM ENGENHARIA CARTOGRÁFICA E DE AGRIMENSURA

Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado
em Engenharia Cartográfica e de
Agrimensura/Presencial - Universidade Federal
do Piauí – *Campus* Ministro Petrônio Portella,
no município de Teresina – Piauí.

TERESINA- 2023

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

REITOR

Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes

VICE-REITORA

Prof. Dr. Viriato Campelo

PRÓ-REITOR (A) DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Prof. Dra. Antônia Dalva França Carvalho

PRÓ-REITOR (A) DE ADMINISTRAÇÃO

Evangelina da Silva Sousa

PRÓ-REITOR (A) DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Prof^a. Ana Beatriz Sousa Gomes

PRÓ-REITOR (A) DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Júnior

PRÓ-REITOR (A) DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Prof^a. Dr^a. Regilda Saraiva dos Reis Moreira-Araújo

PRÓ-REITOR (A) DE EXTENSÃO E CULTURA

Prof. Dr. Francisco Tavares de Miranda Filho

PRÓ-REITOR (A) DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Prof^a Dr^a Mônica Arrivabene

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Ana Beatriz Sousa Gomes
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Regina Lucia Tajra Torres
Diretora de Administração Acadêmica

Eliese Idalino Rodrigues
Coordenadora Geral de Graduação

Ágata Laisa Laremborg Alves Cavalcanti
Coordenadora Geral de Estágio

Francisco Newton Freitas
Coordenador de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular

Rosa Lina Gomes do Nascimento Pereira da Silva
Coordenadora de Administração Acadêmica Complementar

Willian Mikio Kurita Matsumura
Coordenadora de Seleção e Programas Especiais

Danielle Maria De Brito Aragao
Assessora do Pró-Reitor

CENTRO DE TECNOLOGIA

DIRETORA

Prof. Dr. Marcos Antônio Tavares Lira

VICE-DIRETOR

Profa. Dra. Giovana Mira de Espindola

COORDENADOR DO CURSO

Prof. Dr. Péricles Luiz Picanço Júnior

SUBCOORDENADOR DO CURSO

-

COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO

PRESIDENTE

Prof. Dr. Péricles Luiz Picanço Júnior

VICE-PRESIDENTE

-

REPRESENTANTES DOS DEPARTAMENTOS

Departamento de Construção Civil e Arquitetura (DCCA)

Prof^ª. Dr^ª. Maria Betânia Guerra Negreiros Furtado

Departamento de Estruturas (DE)

Profa. Maria Eulália Ribeiro Gonçalves

Departamento de Recursos Hídricos e Geologia Aplicada (DRHGSA)

Prof. Dr. Carlos Ernando da Silva

Departamento de Transportes e Geomática (DTG)

Prof. Dr. Lineardo Ferreira de Sampaio Melo

REPRESENTANTE ESTUDANTIL

Representante do Centro Acadêmico da Engenharia Cartográfica e de Agrimensura

Alícia Maria Rodrigues Campos (20229030266)

COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO

PRESIDENTE

Péricles Luiz Picanço Júnior

MEMBROS

Dinameres Aparecida Antunes

Emanoel Gomes de Sousa Silva

Lineardo Ferreira de Sampaio Melo

Marcos Machado de Albuquerque

Rogério de Carvalho Veras

SUMÁRIO

1.	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	9
2.	APRESENTAÇÃO	10
3.	HISTÓRICO	12
4.	JUSTIFICATIVA.....	15
5.	ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA.....	18
5.1.	Coordenação, Colegiado e Núcleo Docente Estruturante	18
5.2.	Corpo Docente	21
5.3.	Apoio aos Discentes.....	22
6.	CONCEPÇÃO DO CURSO	25
6.1.	Princípios Curriculares.....	25
6.2.	Fundamentação Teórico-Metodológica	26
6.3.	Objetivos do Curso.....	27
6.4.	Perfil do Engenheiro Cartógrafo e Agrimensor	28
6.5.	Atribuições Profissionais	29
7.	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	34
7.1.	Competências e Habilidades	35
7.2.	Curricularização da Extensão.....	37
7.3.	Matriz Curricular.....	39
7.4.	Fluxograma Curricular dos Componentes Curriculares Obrigatórios	49
7.5.	Lotação dos Componentes Curriculares nos Departamentos.....	50
7.6.	Plano de Adaptação Curricular	52
7.6.1.	Planilha de Equivalências.....	53
8.	ATIVIDADES ACADÊMICAS ESPECÍFICAS	56
8.1.	Estágio Curricular Supervisionado	56
8.2.	Trabalho de Conclusão de Curso	57
8.3.	Atividades Complementares	58
9.	SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	65
9.1.	Orientação Acadêmica	65
9.2.	Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem.....	66
9.3.	Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.....	68
9.4.	Avaliação Institucional	69
10.	MEDIDAS PARA CONSOLIDAÇÃO	70
10.1.	Recursos Humanos	70
10.2.	Recursos Físicos e Materiais	70
11.	EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES	73
11.1.	Ementário dos Componentes Curriculares Obrigatórios.....	73
11.2.	Ementário dos Componentes Curriculares Optativos	104

12. REFERÊNCIAS.....	117
13. APÊNDICES.....	121
13.1. Normas de Curricularização da Extensão do curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.....	121
13.2. Normas para o Trabalho de Conclusão de Curso.....	124
ANEXO I.....	132
ANEXO II.....	134
ANEXO III – Exemplo de Artigo.....	135
ANEXO IV.....	138
ANEXO V.....	139
ANEXO VI.....	140
ANEXO VII.....	141
ANEXO VIII.....	142
ANEXO IX.....	143
ANEXO X.....	144
ANEXO XI.....	145
13.3. Regulamento do Estágio Supervisionado.....	146
13.4. Relatório NDE Referendo as Referências Bibliográficas.....	150

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO			
CURSO	Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.		
GRAU	Bacharelado.		
TITULAÇÃO PARA GÊNERO MASCULINO:	Engenheiro Cartógrafo e Agrimensor		
TITULAÇÃO PARA GÊNERO FEMININO:	Engenheira Cartógrafa e Agrimensora		
AUTORIZAÇÃO	Resolução N° 33 CONSUN/UFPI, de 15/08/1975		
RECONHECIMENTO DO CURSO	Portaria MEC N° 95, de 21/01/1980		
RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO CURSO	Portaria N° 621, de 25/11/2013 Portaria N° 315 de 05/07/2024.		
MODALIDADE	Presencial		
REGIME DE MATRÍCULA	Semestral/por créditos.		
TURNO DE FUNCIONAMENTO	Integral (manhã, tarde e noite).		
CARGA HORÁRIA	4.125 horas/275 créditos.		
VAGAS AUTORIZADAS e-MEC	60 vagas		
NÚMERO DE VAGAS OFERECIDAS	Semestre Letivo	Quantidade de Vaga	
	1° Semestre	30 Vagas	
	2° Semestre	30 Vagas	
IMPLANTAÇÃO DO CURRÍCULO	2025.1		
SÍNTESE DA MATRIZ CURRICULAR	COMPONENTES CURRICULARES		
	Disciplinas Obrigatórias (OB)	Conteúdos Básicos (CB)	1080 h 26,2 %
		Conteúdos Profissionalizantes (CP)	510 h 12,4 %
		Conteúdos Específicos (CE)	1.620 h 39,3 %
	Disciplinas Optativas (OP)		120 h 2,9 %
	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)		90 h 2,2 %
	Estágio Supervisionado (ES)		165 h 4,0 %
	Atividades Complementares (AC)		120 h 2,9 %
	Atividades Curricular de Extensão (ACE)		420 h 10,1 %
	Carga Horária Total (OB + OP + TCC + ES + AC + ACE)		4.125 h 100 %
TEMPO DE DURAÇÃO	Mínimo: 5,0 anos (10 semestres); Médio: 6,0 anos (12 semestres); Máximo: 7,5 anos (15 semestres). Para acadêmicos(as) com necessidades educacionais especiais acrescentar até 50% do prazo máximo de permanência no curso.		
PERFIL (COMPETÊNCIA)	Formar profissionais capacitados nas seguintes áreas do conhecimento: geodésia, topografia, fotogrametria, cartografia, astronomia de posição, sensoriamento remoto, cadastro territorial, geoprocessamento, sistemas de informações geográficas, georreferenciamento e outras áreas afins e correlatas.		

ÁREAS DE ATUAÇÃO	Órgãos da administração pública, civil ou militar, empresas privadas, organizações não governamentais, empresas e laboratórios de pesquisa científica e tecnológica, de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultoria, programas de pós-graduação de aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado no Brasil e no exterior.
ENDEREÇO DO CURSO	Universidade Federal do Piauí - Centro de Tecnologia Coordenação do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura Campus Universitário Ministro Petrônio Portella Bairro Ininga – CEP: 64049-550 – Teresina/PI Telefone: (86) 3215-5723 (secretaria administrativa - CT) E-mail: ceca@ufpi.edu.br

2. APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal do Piauí – UFPI é uma instituição de educação superior, de natureza federal, mantida pelo Ministério da Educação, por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), com sede e foro na cidade de Teresina. Goza de autonomia didático-científica, administrativa, gestão financeira e patrimonial, bem como pauta sua atuação na busca da universalidade do conhecimento e do fomento à interdisciplinaridade.

Suas atividades relativas à educação superior são desenvolvidas, sob o ponto de vista presencial, no âmbito de seus quatro *Campi*, que são: *Campus* Ministro Petrônio Portella (Teresina); *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros (Picos), *Campus* Professora Cinobelina Elvas (Bom Jesus), *Campus* Dr. Amílcar Ferreira Sobral (Floriano) e as relacionadas ao ensino médio profissionalizante são centralizadas nos três Colégios Agrícolas, sediados em Teresina, Floriano e Bom Jesus. Porém existem polos de educação à distância em outros 20 municípios piauienses. O antigo *Campus* Ministro Reis Veloso (Parnaíba) da UFPI tornou-se em 2021 na Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR).

O *Campus* Ministro Petrônio Portella (CMPP), em Teresina, sedia as unidades gestoras da UFPI, que estão organizadas em Órgãos Centrais e Unidades de Ensino. Os primeiros são compostos pela Reitoria, Vice-Reitoria e seis Pró-Reitorias. As nove Unidades de Ensino, instâncias que operacionalizam a execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão, abrigam 74 dos 135 cursos que a universidade oferece, distribuídos ao longo das seguintes áreas do conhecimento: ciências da natureza, da saúde, agrárias, educação, humanas e letras e tecnologia. Os cursos ligados às áreas de tecnologia são: Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Engenharia de Materiais.

A Universidade Federal do Piauí oferece desde 1975 o curso superior de Engenharia de Agrimensura, reconhecido em 21/01/1980, através da Portaria Ministerial N° 95 - MEC. A grade curricular do curso de Engenharia de Agrimensura passou por diversas alterações, sempre buscando

acompanhar o contínuo desenvolvimento avanço científico, tecnológico e jurídico da área a fim de propiciar aos alunos uma formação atualizada e condizente com as necessidades do País.

Legalmente, a diversificação dos cursos superiores e a flexibilização dos projetos acadêmicos, ficam a cargo das Instituições de Ensino Superior que adaptam os projetos pedagógicos de seus cursos às respectivas naturezas institucionais, às realidades regionais e aos objetivos inerentes aos cursos.

Regularmente, a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação atualiza e pública os Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura com o intuito de corrigir algumas assimetrias verificadas no processo de crescimento da oferta do ensino superior no Brasil, como por exemplo, a condição de poucas especialidades concentrarem grande parte do total das matrículas, enquanto outras, igualmente demandadas pela sociedade brasileira, apresentar carência em número de vagas e de distribuição pelo território nacional, bem como ao amplo número de variações de denominações dos cursos superiores, as quais nem sempre correspondem a uma formação específica.

Neste último item, mesmo para os cursos com diretriz curricular consolidada, há muitas variações nas denominações para projetos que enfocam o mesmo perfil formativo. Consequência imediata deste desacerto é a dificuldade de jovens, pais, empregadores e a sociedade em geral, identificarem a educação superior com as demandas sociais e profissionais, além de comprometer o sistema de avaliação da qualidade.

A reformulação curricular de 2013 modificou a denominação do outrora Curso de Engenharia de Agrimensura, para Engenharia Cartográfica e de Agrimensura. Foi uma adequação aos referenciais curriculares nacionais que implicaram em novas atribuições profissionais aos seus egressos. Isto exigiu a adaptação do currículo para que este contemple-se os conhecimentos característicos e atuais da Engenharia Cartográfica, bem como procedesse à atualização dos conhecimentos específicos da Engenharia de Agrimensura. Esta modificação foi aprovada pela Resolução N° 047/13 – CEPEX/UFPI de 26 de março de 2013.

Esta nova alteração de currículo, em 2023, visa atualizar a formação do(a) Engenheiro(a) Cartógrafo(a) e Agrimensor(a) frente às novas diretrizes curriculares nacionais (CNE/CES N°02/2019), às resoluções do CONFEA/CREA, aos avanços na área da tecnológicos que afetam a área e ao dinamismo do mercado profissional do(a) engenheiro(a). Dessa forma, foi proposta a modificação de carga horária total do curso derivada das mudanças de ementas e conteúdo de disciplinas, adequação das nomenclaturas de disciplinas, aumento ou redução de carga horária de disciplinas, inclusão ou exclusão de disciplinas obrigatórias e optativas; mudança de oferta de disciplina, modificações na forma de execução do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), inclusão de seu regulamento e modelo de documento. Além disso também foi incluído os regulamentos de

Estágio Supervisionado e de Atividades Curriculares de Extensão (ACE) conforme a Lei 11.788 de 25/09/2008 e a Resolução UFPI/CEPEX nº 053/2019 respectivamente.

A experiência do corpo docente do curso, Coordenação, Núcleo Docente Estruturante, Colegiado e a representação estudantil, permitiram a elaboração deste Projeto Pedagógico que teve por base uma ampla pesquisa referente à temática, bem como considerou uma vasta base documental pertinente, como por exemplo: Diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em engenharia; Regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema CONFEA/CREA; Referenciais curriculares nacionais dos cursos de bacharelado e licenciatura; Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Normas de funcionamento dos cursos de graduação e Regimento geral da Universidade Federal do Piauí.

O curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura tem o perfil (competência) de formar profissionais capacitados nas seguintes áreas do conhecimento: Geodésia, Topografia, Fotogrametria, Cartografia, Astronomia de Posição, Sensoriamento Remoto, Cadastro Territorial, Geoprocessamento, Sistemas de Informações Geográficas (SIG), Georreferenciamento e outras áreas afins e correlatas como planejamento e infraestrutura de transportes, avaliações e perícias, assim como gestão de dados espaciais e desenvolvimento de aplicações espaciais.

Depois de formado, o Engenheiro Cartógrafo e Agrimensor poderá atuar nos órgãos da administração pública, civil ou militar, empresas privadas, organizações não governamentais, empresas e laboratórios de pesquisa científica e tecnológica, de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultoria, programas de pós-graduação de aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado no Brasil e no exterior.

3. HISTÓRICO

A Universidade Federal do Piauí – UFPI foi instituída sob a forma de Fundação, por meio da Lei Federal Nº 5.528, de 12 de novembro de 1968. De acordo com o seu Estatuto, é missão da UFPI “propiciar a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico permanentemente adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, formando recursos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural local, regional e nacional”.

O Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Piauí foi implantado através da Resolução Nº 38 do Conselho Diretor da Universidade Federal do Piauí, a 25 de agosto de 1975, sendo inicialmente constituído pelas Coordenações de Ciências Agrárias e de Tecnologia. Após a

criação do Centro de Ciências Agrárias, que absorveu a Coordenação do mesmo nome, em 15 de março de 1978, o Centro de Tecnologia foi reestruturado através da Resolução Nº 18 do Conselho Diretor, que extinguiu a Coordenação de Tecnologia e criou os Departamentos de Construção Civil, Estruturas e Transportes. Posteriormente, em 1981, foi criado o Departamento de Recursos Hídricos e Geologia Aplicada, mantida esta estrutura desde então.

Em 2009, com a criação dos cursos de Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção e Engenharia de Materiais, a estrutura administrativa do CT incorporou as chefias/coordenações destes Cursos. No final do ano de 2022, foi aprovada a mudança do nome do Departamento de Transportes para Departamento de Transportes e Geomática com a intenção do nome abranger a área de atuação do Departamento e seus professores e professoras.

O Centro de Tecnologia possui excelente estrutura física composta por doze blocos onde estão distribuídas: Instalações administrativas; Centros acadêmicos; Salas de professores; 50 Salas de aula climatizadas; 04 Salas de desenho com pranchetas; 25 Laboratórios adequadamente equipados; 01 Auditório para 160 lugares; 01 Núcleo de Maquetes e Modelos Reduzidos; 01 Núcleo de Engenharia de Sistemas; 01 Sala de Estudos, 01 Escritório-Escola do Centro de Tecnologia; Setores de reprografia; Sanitários e áreas de convivência. Encontra-se informatizado e interligado ao sistema de comunicação interna da UFPI, permitindo o acesso às redes de informação, refletindo diretamente na melhoria das condições de ensino e das atividades de pesquisa e extensão.

Funcionam no Centro de Tecnologia, em nível de graduação, os cursos de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Materiais e Engenharia de Produção, reconhecidos pelo Ministério da Educação.

O Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, outrora Curso Superior de Agrimensura, foi implantado na Universidade Federal do Piauí em 1975 através da Resolução Nº 33, de 15/08/1975, do Conselho Universitário e reconhecido em 21/01/1980, através da Portaria Ministerial Nº 95 - MEC. Na época de sua implantação estava em vigência a Lei Federal Nº 3.144, de 20/05/1957, que criava os cursos superiores de Agrimensura no Brasil e listava as disciplinas básicas que deveriam ser ministradas, ficando facultado ao estabelecimento de educação superior instituir e ministrar outras disciplinas. Em 3/11/1965 a Portaria Ministerial Nº 315 fixou o mínimo de conteúdo e duração dos Cursos Superiores de Agrimensura. Na UFPI o curso foi implantado com duração de tempo total variável de 3,5 a 7 anos letivos.

Em 1985, considerando o Parecer 85/1985, aprovado em 26 de fevereiro daquele ano, o Conselho Federal de Educação (CFE), atual Conselho Nacional de Educação (CNE), através da Resolução Nº 02, de 08/04/1985, caracterizava a habilitação específica Engenharia de Agrimensura

com origem na área Civil do Curso de Engenharia. Como habilitação da Engenharia, o curso deveria satisfazer as Resoluções 48/1976, de 27/04/1976, e 50/1976, de 09/09/1976 do mesmo Conselho, incluindo no seu currículo novas disciplinas e modificando o tempo para conclusão do mesmo entre 4 e 9 anos.

Em nível de UFPI, somente a partir de 1988, através da aprovação da Resolução N° 001/88 - CEPEX de 02 de fevereiro de 1988, o curso passa a ter duração mínima de 4,5 anos e máxima de 9 anos, atendendo às determinações das Resoluções 48/1976, 50/1976 e 02/1985. Cadastrou-se o novo currículo, na Diretoria de Administração Acadêmica da UFPI, como Currículo 03.

Com a operacionalização do Currículo 03, detectaram-se vários problemas tais como: alta taxa de evasão, de retenção, baixo número de graduados e o fluxo entre algumas disciplinas e seus pré-requisitos inadequados. A partir do ano 2000, objetivando solucionar os problemas citados, o Curso sofreu um ajuste curricular, através da aprovação da Resolução N° 37/2000 - CEPEX, de 02/03/2000. Cadastrou-se o currículo ajustado como CURRÍCULO 04. No ano 2004, por sugestão do Departamento de Física da UFPI e acatado pelo Colegiado, o Curso sofreu alteração curricular somente na matéria física, através da aprovação da Resolução N° 122/04 do CEPEX, de 20 de março de 2004.

Em 2011, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia, aprovadas pela Resolução N° 11, da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE), na Resolução CNE/CES N° 02, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, e na Resolução N° 150/06-CEPEX, de 08 de setembro de 2006, do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, que dispõe sobre as atividades acadêmico-científico-culturais (atividades complementares) nos cursos de graduação da UFPI, novamente foi alterado o Projeto Pedagógico do Curso e cadastrado como CURRÍCULO 05. Destacam-se nesta alteração a inclusão do trabalho de conclusão de curso (60h), atividades complementares (120h), estágio supervisionado (165h) e a redução da carga horária para 3825h.

Em 2013, aconteceu a modificação da denominação do outrora Curso de Engenharia de Agrimensura, para Engenharia Cartográfica e de Agrimensura. A adequação foi executada aderente aos referenciais curriculares nacionais que implicaram em novas atribuições profissionais aos seus egressos. Isso exigiu a adaptação do currículo para que este contemplasse os conhecimentos característicos e atuais da Engenharia Cartográfica, bem como procedesse à atualização dos conhecimentos específicos da Engenharia de Agrimensura. Esse primeiro PPC do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, levou em conta as resoluções, decretos, portarias

atualizadas do CNE, MEC e UFPI, bem como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente da instituição, buscando contemplar as políticas e ações institucionais.

Em 2023, fez-se necessária a atualização do primeiro currículo da nova denominação do curso, atualizando as disciplinas e conhecimentos do curso à evolução dos métodos e técnicas da área, as inovações de Tecnologia Digital da Informação e Comunicação (TDIC), as novas diretrizes curriculares, as habilitações do profissional, assim como aos novos rumos do mercado, no qual o profissional está inserido. No mesmo ano o curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura foi avaliado com nota 4 pelo MEC.

4. JUSTIFICATIVA

A Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, em abril de 2010, publicou os Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura dentro da perspectiva da melhoria da qualidade de ensino, apoiada pelo fortalecimento dos perfis formativos das mais diversas especialidades.

Os referenciais privilegiam as nomenclaturas historicamente consolidadas, apoiadas pelas legislações regulamentadoras de profissões e pelas diretrizes curriculares para os cursos de graduação. Juntos, compõem um conjunto de descritivos que apontam: o perfil do egresso, os temas abordados na formação, os ambientes em que o profissional poderá atuar e a infraestrutura mínima recomendada para a oferta. Estes referenciais não restringem as instituições na construção dos projetos pedagógicos, uma vez que traça um referencial que não é limitador, mas orientador. Portanto, cada Instituição de Ensino Superior (IES) pode, respeitando as orientações dos referenciais, inserir novas temáticas e delinear linhas de formação no curso.

Segundo o documento, o Engenheiro Cartógrafo e Agrimensor atua:

na resolução de problemas relacionados com ordenamento territorial, mapeamento e emprego de dados e informações espaciais. Em sua atividade, planeja, coordena e executa levantamentos topográficos, geodésicos, fotogramétricos, gravimétricos e batimétricos, gerando documentos como mapas, cartas, coordenadas, mosaicos, modelos de análise espacial – analógicos ou digitais. Desempenha atividades de aquisição e distribuição de material técnico cartográfico, geodésico, fotogramétrico e de sensoriamento remoto. Aplica conhecimentos de posicionamento, ajustamento de observações e comunicação cartográfica. Elabora projetos geométricos e levantamentos para a locação de obras de engenharia, tais como estradas, portos, aeroportos, dutos, loteamentos e assentamentos rurais e urbanos. Subsidia a elaboração de Cadastro Técnico Multifinalitário. Coordena e supervisiona equipes de trabalho; realiza pesquisa científica e tecnológica e estudos de viabilidade técnico-econômica; executa e fiscaliza obras e serviços técnicos; efetua vistorias, perícias e avaliações, emitindo laudos e pareceres. Em suas atividades, considera a ética, a segurança e os impactos socioambientais (MEC,2010).

Até o presente momento a denominação Engenharia Cartográfica e de Agrimensura foi adotada pelas seguintes Instituições de Ensino Superior (IES): Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG (Goiânia - GO), Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS (São Leopoldo - RS), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP (Presidente Prudente – SP), Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (Recife – PE), Universidade Federal do Paraná – UFPR (Curitiba - PR), Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA (Belém - PA), Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR (Pato Branco – PR) e com a nomenclatura de Engenharia de Agrimensura e Cartográfica as IES: Faculdade do Noroeste de Minas – FINOM (Paracatu – MG) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IF Sul de Minas (Inconfidentes – MG), Universidade Federal da Bahia – UFBA (Salvador – BA), Universidade Federal de Uberlândia – UFU (Monte Carmelo - MG), Universidade Federal de Viçosa – UFV (Viçosa - MG), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ (Seropédica – RJ).

A mudança da denominação do curso para Engenharia Cartográfica e de Agrimensura implicou na adequação aos referenciais curriculares nacionais que trouxeram novas atribuições profissionais aos seus egressos. Isto exigiu a adaptação do currículo para que este contemplasse os conhecimentos característicos da Engenharia Cartográfica, bem como procedesse à atualização dos conhecimentos específicos da Engenharia de Agrimensura à época.

A nova reformulação curricular de 2022 espera ampliar o mercado de trabalho dos profissionais Engenheiros(as) Cartógrafos(as) e Agrimensores(as) formados na UFPI, além de aproximar o curso aos currículos praticados nos cursos de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura de outras IES. Essa atualização do currículo e das ementas das disciplinas mantidas visa gerar maior interesse nos discentes do curso, diminuindo a sua evasão escolar, além de tornar o curso mais competitivo no Sistema de Gestão Unificada, a partir do interesse de novos alunos, assim formando mais profissionais Engenheiras Cartógrafas e Agrimensoras e Engenheiros Cartógrafos e Agrimensores valiosos à missão da UFPI em seu papel de desenvolvimento da sociedade.

Vale ressaltar que considerando as especificidades nacionais e do nordeste brasileiro em particular, ainda se destacam ainda as seguintes questões relevantes:

- Carência de mapeamento sistemático em todos os níveis e em todas as regiões dos municípios, estados e País;
- Carência de profissional especializado para atender às demandas da sociedade relacionadas às questões fundiárias, principalmente àquelas que envolvem litígios sobre domínio de propriedade rural e urbana (REURB);
- Necessidades em implantar e atualizar sistemas de cadastro territorial em áreas rurais (Lei Nº 10.267/2001 - Georreferenciamento de Imóveis Rurais) e em áreas urbanas



(Estatuto das Cidades, Planos Diretores Municipais, e projetos de lei sobre responsabilidade territorial e sistemas de cadastro multifinalitário);

- Necessidades em implantar e atualizar Sistemas de Informações Geográficas (SIG) em diversos setores da sociedade, fomentando o desenvolvimento de sistemas WEB e móveis que envolvam a informação geográfica.
- Necessidades da Gestão Territorial e nas suas diversas áreas de interseção como Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, Planejamento Urbano, Gestão Hídrica etc.

Vale ressaltar que nesse contexto, a Coordenação do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura observou as metas e ações estabelecidas no Plano de Melhorias Acadêmicas do Curso de Graduação em Engenharia de Agrimensura, de 14 de abril de 2011, como também em consonância com Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024.

O Plano de Melhorias foi elaborado em atendimento à Nota Técnica do INEP, de 09 de fevereiro de 2011, relativa à avaliação de cursos e instituições no ciclo avaliativo, como referencial para os processos de renovação de reconhecimento e credenciamento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

O objetivo do plano de melhorias foi adequar o curso em suas três dimensões, quais sejam “Organização Didático-pedagógica”, “Corpo Docente, Corpo Discente e Corpo Técnico-administrativo” e “Instalações Físicas”, e eventuais novas diretrizes curriculares e temas emergentes nas áreas das engenharias, o que demandava contínua pesquisa e ação Coordenação/CPA sobre itens como: ementário, atualização periódica de bibliografias, aquisições de materiais permanentes e infraestrutura, atividades didáticas e de extensionismo, relacionamento com alunos, etc.

As principais metas do plano de melhorias, divididas nas três dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, são;

- Dimensão Organização Didático-Pedagógica: Organização de uma nova proposta curricular; Reestruturação das atividades didático-pedagógicas; Elaboração e desenvolvimento de projetos de extensão para atendimento a comunidade sempre oportunizando prática extracurricular aos acadêmicos, invariavelmente supervisionados por professores do curso; Execução de mecanismos e sistemáticas de estudos e análises dos dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno, outros estudos, tendo em vista a melhoria das atividades educativas; Encontros pedagógicos bimensais entre coordenação e docentes para definição e acompanhamento de metas, a curto, médio e longo prazo, visando

contribuir com a melhoria do desempenho no ENADE e, por conseguinte elevar demais conceitos como o CPC.

- Dimensão Corpo Docente e Tutorial: Formação acadêmica continuada do corpo docente e discente; Implantação do Núcleo Docente Estruturante – NDE; Formação de grupos de estudos e pesquisas entre professores para promover a “qualificação mútua”, decorrendo desta atividade projetos que utilizem os laboratórios da instituição em atividades de pesquisa-extensão; Divulgação de eventos nacionais e internacionais, bem como, programas de pós-graduação, apoiando a participação de docentes e discentes; Organização da atividade docente.
- Dimensão Infraestrutura: Adequação da infraestrutura do Bloco de Engenharia de Agrimensura (salas de aula, laboratórios, equipamentos de informática, rede de informações e outros) às atividades de pesquisa e extensão; Reestruturação dos laboratórios específicos com a aquisição de equipamentos de última geração para os laboratórios no tocante ao desenvolvimento de conteúdos relacionados às disciplinas específicas do curso, bem como, a normalização relativa ao seu uso; Atualização do acervo bibliográfico no tocante a bibliografia básica das disciplinas específicas do curso; Disponibilização de espaços (salas equipadas) para atividades acadêmicas (discentes e docentes) como: orientação de monografia, sala para Núcleo Docente Estruturante e reuniões do Colegiado do Curso.

5. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

De acordo com o Regimento Geral da Universidade Federal do Piauí, a administração do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura é exercida, no plano executivo, pela Coordenação do Curso e, no plano deliberativo, pelo Colegiado e o Núcleo Docente Estruturante do Curso.

5.1. Coordenação, Colegiado e Núcleo Docente Estruturante

A coordenação do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, órgão executivo vinculado à diretoria do Centro de Tecnologia, cumpre a função de zelar pela organização administrativa, acadêmica e pedagógica do Curso. O Coordenador e o Subcoordenador são nomeados pelo Reitor e escolhidos através de eleição direta e uninominal, de que participam professores do Centro de Tecnologia que ministram disciplinas específicas e alunos regularmente matriculados no Curso. Segundo o Regimento Geral da UFPI compete ao Coordenador de Curso:

- Promover as medidas necessárias à constituição do Colegiado de Curso, na forma do Regimento Geral da UFPI;

- Convocar as reuniões do Colegiado de Curso e exercer sua presidência, cabendo-lhe o direito de voto, inclusive o de qualidade;
- Representar o Colegiado junto aos órgãos da Universidade;
- Executar e fazer cumprir as deliberações do Colegiado;
- Representar o Colegiado no Conselho Departamental;
- Cumprir as determinações dos órgãos superiores do Centro e da Universidade;
- Superintender os trabalhos da Coordenação;
- Comunicar à Diretoria do Centro de Tecnologia quaisquer irregularidades e solicitar medidas para corrigi-las;
- Aplicar ou propor pena disciplinar, na forma do Regimento Interno da UFPI;
- Manter articulação permanente com os Departamentos corresponsáveis pelo Curso;
- Propor ao Colegiados alterações do currículo do Curso a serem submetidas ao Conselho Departamental e ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sucessivamente;
- Acompanhar e avaliar a execução curricular;
- Articular-se com os Departamentos na elaboração da oferta de disciplinas para cada período;
- Exercer a coordenação de matrícula no âmbito do Curso, em articulação com o órgão central de controle acadêmico;
- Encaminhar à Diretoria do Centro as resoluções do Colegiado que dependam de aprovação superior;
- Enviar, ao fim de cada período letivo, à Diretoria do Centro relatório sobre as atividades da Coordenação e do Colegiado;
- Exercer outras atribuições que lhe sejam cometidas pelo Regimento Geral da UFPI e em normas complementares do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

O Colegiado de Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, órgão deliberativo, também cumpre a função de zelar pela organização administrativa, acadêmica e pedagógica do Curso. O Colegiado é constituído pelo Coordenador (Presidente); Subcoordenador (Vice-Presidente); um representante docente por Departamento, que ministre disciplinas específicas do Curso, eleito, com o respectivo suplente, pelos seus pares, com mandato de 2 (dois) anos; representação discente, nos termos da legislação em vigor, com mandato de 1 (um) ano.

De acordo o Regimento Geral da UFPI, compete ao Colegiado de Curso:

- Decidir em primeira instância, sobre organização e revisão curricular;
- Fixar diretrizes de execução do currículo, bem como normas de seu acompanhamento e avaliação;



- Recomendar aos Departamentos o ajustamento de plano de disciplinas ao interesse do Curso;
- Decidir sobre os procedimentos a serem adotados na matrícula em disciplinas do Curso, respeitadas as instruções do órgão central de controle acadêmico;
- Opinar sobre pedidos de revalidação de diplomas;
- Apreciar representação de aluno em matéria de interesse do Curso, ressalvada a competência departamental no que interfere com a atuação docente;
- Adotar e sugerir providências para a melhoria do nível de ensino do Curso;
- Opinar sobre transferências de aluno, submetendo o assunto ao conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Julgar pedidos de trancamento de disciplinas;
- Representar junto ao Conselho Departamental e propor, mediante aprovação de pelo menos 1/3 (dois terços) dos respectivos membros, o afastamento ou a destituição de Coordenador e Subcoordenador de Curso;
- Exercer outras atribuições que lhe sejam cometidas pelo Regimento Geral da UFPI e em normas complementares do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do outrora Curso de Bacharelado em Engenharia de Agrimensura, do Centro de Tecnologia, foi oficialmente constituído no dia 27 de maio de 2011, através da Portaria N° 031/PREG/UFPI, para um mandato de dois anos. Compunha este NDE os seguintes professores: Prof. Me. Alessandro Rhadamek Alves Pereira (Presidente), Prof. Me. Francisco Soares Barbosa (Membro), Prof. Me. José Lincoln de Sousa Meneses (Membro), Prof. Me. José Ozildo de Moura (Membro) e a Prof^a. Dra. Oneida Barros Bezerra (Membro).

Atualmente, por meio da Portaria N° 03/2023/-PREG/UFPI, de 02 de fevereiro de 2023, foi atualizada a composição do NDE com os professores: Prof. Dr. Péricles Luiz Picanço Júnior (Presidente - Nato), Prof. Me. Lucas Gonzales Lima Pereira Calado (membro), Prof^a Dra. Dinameres Aparecida Antunes (membro), Prof. Me. Marcos Machado de Albuquerque (membro), Prof. Me. Emanuel Gomes de Sousa Silva (membro), Prof. Me. Fabrício Rosa Amorim, Prof. Esp. Rogério de Carvalho Veras e Prof. Me. Lineardo Ferreira de Sampaio Melo (membro) para mandatos de até dois anos que finalizam entre 2023 e 2024.

De acordo com a Resolução N° 278/11 - CEPEX, de 15 de setembro de 2011, as atribuições do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso são:

- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso, em observância ao que preconizam o PPC e Diretrizes Curriculares Nacionais da área;



- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Zelar permanentemente pelo desenvolvimento de atividades inerentes ao curso, quanto aos aspectos de sua organização didático-pedagógica, atuação do corpo docente e infraestrutura adequada, de forma a auxiliar a Coordenação ou Chefia de Curso nos procedimentos relativos ao bom andamento dessas atividades;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- Auxiliar a coordenação na busca de estratégias de cumprimento das atividades pertinentes ao estágio curricular e trabalho de conclusão de curso, quando estes forem obrigatórios para a área do curso;
- Colaborar para a difusão, entre o alunado, da cultura avaliativa desenvolvida no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), incluindo a avaliação interna (participação no processo anual realizado pela Comissão Própria de Avaliação) e externa (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes e processos avaliativos in loco por comissões do MEC).
- Organizar “grupos de trabalho” que contém, eventualmente, com a participação de docentes não integrantes ao Núcleo, com vistas a desempenhar as atribuições enumeradas no caput deste artigo de maneira objetiva e eficaz.

5.2. Corpo Docente

Atualmente o corpo docente do curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura totaliza os 44 docentes listados abaixo, dos quais 22 são doutores (50%), 18 são mestres (40,9%) e os 4 restantes (9,1%) ainda não possuem titulação em nível *Stricto Sensu*. Vale ressaltar que deste total, 40 são professores contratados em regime de 40 horas semanais (37 com dedicação exclusiva DE e 09 com tempo integral TI-40) e 03 são professores com 20 horas semanais (TP-20).

Nº	NOME DO DOCENTE	TITULAÇÃO	ÁREA DE CONHECIMENTO	REGIME DE TRABALHO (Parcial, DE, 40h etc.)
01	Alessandro Rhadamek Alves Pereira	Doutorado	Eng. de Agrimensura	DE
02	Alexandre Miranda Pires dos Anjos	Doutorado	Física	DE
03	Aline Machado Marwell	Mestrado	Eng. Civil	DE
04	Almir de Oliveira Pimentel Sobrinho	Mestrado	Eng. Civil	DE
05	Amadeu Matias Bernardes Filho	Mestrado	Filosofia	DE
06	Andressa de Araujo Carneiro	Doutorado	Geologia	DE
07	Antônio Aderson dos Reis Filho	Doutorado	Eng. de Agrimensura	DE

08	Antônio Helson Mineiro Soares	Doutorado	Computação	DE
09	Antônio Marreiros Ferraz	Mestrado	Matemática	DE
10	Carlos Ernando da Silva	Doutorado	Eng. Química	DE
11	Cícero Pedro de Aquino	Doutorado	Matemática	DE
12	Dinameres Aparecida Antunes	Doutorado	Geografia	DE
13	Emanoel Gomes de Sousa Silva	Mestrado	Eng. Cartográfica e de Agrimensura	DE
14	Ewerton Chaves Moreira Torres	Mestrado	Eng. Civil	DE
15	Fabício Rosa Amorim	Mestrado	Eng. Cartográfica e de Agrimensura	DE
16	Francisca Maria Cosme de Carvalho	Doutorado	Administração	DE
17	Francisco Mesquita de Oliveira	Doutorado	Sociologia	DE
18	Francisco Soares Barbosa	Mestrado	Eng. de Agrimensura	DE
19	Gelson de Sousa Alves	Doutorado	Eng. Civil	DE
20	Giovana Mira de Espindola	Doutorado	Eng. Cartográfica	DE
21	Helder de Sena Barboza	Mestrado	Eng. Civil	TP-20h
22	Ítalo Dowell Lira Melo	Doutorado	Matemática	DE
23	João Mateus Reis Melo	Mestrado	Eng. Civil	DE
24	Leandro Ítalo Barbosa de Medeiros	Mestrado	Eng. Cartográfica e de Agrimensura	DE
25	Lineardo Ferreira de Sampaio Melo	Mestrado	Geoprocessamento	DE
26	Lucas Gonzales Lima Pereira Calado	Mestrado	Eng. Cartográfica	DE
27	Marcos Machado de Albuquerque	Mestrado	Eng. de Agrimensura	DE
28	Maria Atila da Silva Costa	Especialização	Computação	TP-20h
29	Maria de Nazaré Bandeira Dos Santos	Doutorado	Física	DE
30	Maria Eulalia Ribeiro Goncalves	Especialização	Eng. Mecânica	TP-20h
31	Mayra Fernandes Nobre Moscardi	Doutorado	Eng. Agrônômica	DE
32	Péricles Luiz Picanço Junior	Doutorado	Eng. Cartográfica	DE
33	Renata Shirley de Andrade Araujo	Doutorado	Eng. Civil	DE
34	Rita de Cássia de Lima Idalino	Doutorado	Estatística	DE
35	Rogério de Carvalho Veras	Especialização	Eng. de Agrimensura	DE
36	Romina Julieta Sanchez Paradizo de Oliveira	Doutorado	Economista	DE
37	Shisleny Machado Lopes	Mestrado	Letras - LIBRAS	DE
38	Wendson de Oliveira Souza	Doutorado	Eng. Cartográfica	DE
39	Benedito Batista Farias Filho	Doutorado	Química	DE
40	Shisleny Machado Lopes	Mestrado	Letras - LIBRAS	DE

5.3. Apoio aos Discentes

O discente do curso tem, no dia a dia, livre acesso ao corpo docente, em suas respectivas salas, para dirimir suas dúvidas e obter esclarecimentos relacionados ao conteúdo das disciplinas ministradas, trabalhos de conclusão de curso, atividades de monitoria, de pesquisa e extensão.

A coordenação do curso está instalada em uma ampla sala climatizada e equipada com um telefone, dois computadores conectados à internet, uma impressora laser, armários de escritório, duas mesas de escritório, uma mesa circular grande para reuniões e seis cadeiras, bem como existe a presença de um técnico administrativo para auxiliar o coordenador no atendimento das demandas relacionadas aos discentes, aos docentes, às atividades acadêmicas e administrativas pertinentes.

Complementando esse atendimento, existe a opção de consulta aos seguintes departamentos que ofertam disciplinas ao curso: Coordenação do Curso de Administração, Coordenação do Curso de Estatística, Coordenação do Curso de Letras – Libras, Coordenação do Curso de Letras Vernáculas, Departamento de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Sociais, Departamento de Computação, Departamento de Construção Civil e Arquitetura, Departamento de Estruturas, Departamento de Filosofia, Departamento de Física, Departamento de Matemática, Departamento de Química, Departamento de Recursos Hídricos, Geotecnia e Saneamento Ambiental, e Departamento de Transportes e Geomática.

O Departamento de Transportes e Geomática oferta 48 disciplinas (obrigatórias e optativas) para o curso, que equivalem a 59,3% das disciplinas ofertadas, sendo que 02 são de conteúdos básicos, 03 são de conteúdos profissionalizantes e 43 são de conteúdos específicos. A chefia do Departamento de Transportes e Geomática está instalada em uma ampla sala climatizada e equipada com dois telefones, três computadores conectados à internet, duas impressoras laser multifuncionais Lexmark, quatro armários de escritório, seis mesas de escritório, bem como existe a presença de um técnico administrativo.

Em relação ao controle acadêmico, o alunado tem acesso às suas informações comparecendo à secretaria acadêmica institucional ou realizando as consultas através do sítio eletrônico institucional (www.ufpi.br), link “SIGAA” Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas.

A UFPI, no contexto das políticas de atendimento aos discentes, executa ações que interligam as áreas de ensino (através da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - PREG), pesquisa/iniciação científica (através da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG), extensão (através da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PREXC) e assistência estudantil propriamente dita (por intermédio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários - PRAEC), que desenvolve ações afirmativas de acesso e inclusão social que buscam garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes, através da promoção das condições básicas para sua permanência na instituição. Assim, por meio da PRAEC será oferecido aos estudantes programas de acompanhamento e de estímulo à permanência na UFPI, tais como:

- Apoio à Participação em Eventos Científicos (APEC) – Ajuda de custo para auxiliar nas despesas relativas à participação do estudante em eventos acadêmicos fora do Campus onde cursa a graduação;
- Atendimento Odontológico – procedimentos clínicos de diagnóstico, prevenção, profilaxia, restauração e exodontia, gratuitamente a alunos e servidores e seus dependentes;
- Atendimento Psicossocial e Pedagógico – serviço de atendimento ao servidor e ao estudante, com vistas à superação de problemas de ordem social, psicológica e pedagógica;

- Auxílio ao Estudante Estrangeiro – Através de atendimento odontológico; Psicossocial e Pedagógico. Bolsa de Apoio Estudantil (desde que se enquadre nos requisitos exigidos pelo Decreto nº 7.234/2010 e no Edital da PRAEC/UFPI).
- Auxílio Creche – auxílio financeiro no valor de uma bolsa concedida a alunos com baixa renda familiar que sejam pais ou mães de bebês com idade de até dois anos e onze meses;
- Auxílio Emergencial Especial (AEE) - Benefício de até 12 (doze) meses destinado a estudantes de graduação presencial, público-alvo da educação especial, devidamente matriculados/as em componentes curriculares ofertados pela UFPI com finalidade de subsidiar a permanência desses estudantes.
- Auxílio Inclusão Digital (AID) - destinado a estudantes de graduação presencial devidamente matriculados em componentes curriculares ofertados pela UFPI (em calendário regular ou especial), que se encontrem em situação de comprovada vulnerabilidade socioeconômica, com finalidade de subsidiar inclusão digital em modalidades específicas;
- Auxílio Residência (AR) - Benefício em pecúnia destinado a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, oriundos de outros municípios e/os Estados. A distância entre o município de residência e a UFPI deverá ser de no mínimo 50 Km (cinquenta quilômetros). O repasse do auxílio é feito mensalmente no prazo estipulado em Edital.
- Bolsa de Apoio Estudantil (BAE) – auxílio financeiro concedido de uma bolsa por 24 meses a alunos de baixa renda familiar;
- Bolsa de Incentivo às Atividades Socioculturais e Esportivas (BIASE) - Benefício de 12 (doze) meses ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica com o objetivo de contribuir com as ações afirmativas e sociais no âmbito da universidade, visando contemplar os 10 eixos estabelecidos pelo PNAES;
- Bolsa de Inclusão Social (BINCS - Estudantes Surdos) - auxílio financeiro ao estudante regularmente matriculado na UFPI que presta auxílio acadêmico a um estudante surdo, desta Instituição.
- Bolsa de Inclusão Social (BINCS) - auxílio financeiro destinado ao estudante regularmente matriculado na UFPI que presta auxílio acadêmico a um estudante com necessidade educacional especial (NEE) desta Instituição.
- Bolsa Permanência (PBP) para Quilombolas e Indígenas - Bolsa mensal, até a conclusão do curso, paga pelo Programa Bolsa Permanência do Governo Federal (PBP/MEC), para estudantes que comprovem a sua situação de renda familiar e a descendência quilombola e indígena.

- Isenção da Taxa de Alimentação (ITA) – não há cobrança do valor da taxa de acesso aos Restaurantes Universitários para alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, inclusive, para os alunos oriundos de outros países;
- Kit Odontológico – material permanente de uso clínico nas aulas práticas do Curso de Graduação em Odontologia, cedido em comodato, para alunos cotistas, a partir do quarto período do Curso;
- Residência Universitária – moradia e alimentação para alunos de baixa renda oriundos de outros municípios e Estados em relação ao Campus sede da UFPI em Teresina-PI;

A política de apoio aos estudantes conta, ainda, com programas especiais como: Programa de Iniciação à Docência (PIBID), Programa de Iniciação Científica (PIBIC), Programa de Iniciação Científica Voluntária (ICV), Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX), Programa de Educação Tutorial (PET), monitoria, além de outros desenvolvidos no âmbito da Instituição e do curso.

Em relação às atividades referentes ao nivelamento dos estudantes, conforme necessidades diagnosticadas pela coordenação do curso, serão realizadas ações para atendê-los, com o apoio dos departamentos, assim como dos programas vinculados à UFPI.

6. CONCEPÇÃO DO CURSO

Este currículo foi desenvolvido de maneira participativa, procurando atender todas às demandas legais pertinentes e os anseios institucionais, para se obter um egresso responsável e direcionado ao desenvolvimento econômico e social.

6.1. Princípios Curriculares

A Universidade Federal do Piauí como um todo e o curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, em particular, consciente de seu fundamental papel como agente de transformação do Piauí, região Nordeste/Meio Norte e, conseqüentemente, com o do País, embasa suas estratégias e ações nos seguintes princípios:

- Dignidade e direitos fundamentais da pessoa, abolindo o tratamento desigual, por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa ou por preconceito de classe, idade, gênero e etnia;
- Inclusão social e promoção do desenvolvimento sustentável e ambientalmente responsável;
- Respeito à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, preservar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- Respeito ao pluralismo de ideias, concepções pedagógicas e autonomia didático-científica;

- Comportamento ético em todos os setores com estrita observância da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- Busca pela excelência acadêmica;
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão de modo a desenvolver, nos estudantes, atitudes investigativas e instigadoras e sua participação no desenvolvimento do conhecimento e da sociedade como um todo;
- Interdisciplinaridade e articulação entre as atividades que compõem a proposta curricular, evitando-se a pulverização e a fragmentação de conteúdo, bem como a valorização da experiência extraescolar.

6.2. Fundamentação Teórico-Metodológica

O Engenheiro é um indivíduo que busca continuamente ampliar seus conhecimentos, aptidões técnicas, de comunicações e relações humanas, a fim de contribuir com o desenvolvimento global da sociedade, em harmonia com o meio ambiente, através da teorização, do desenvolvimento e produção de processos, estruturas e máquinas de valor prático e econômico.

É função das universidades a construção de um cidadão que saiba conviver com as mudanças, um sujeito analítico, reflexivo, crítico, capaz de viver e conviver no mundo real.

Neste contexto, a formação do Engenheiro Cartógrafo e Agrimensor necessita acompanhar as novas demandas surgidas a partir das diferentes aplicações nas diversas áreas de conhecimento da Engenharia Cartográfica e de Agrimensura e atender às exigências legais cabíveis.

Baseado na experiência do corpo docente do curso, Coordenação, Núcleo Docente Estruturante, Colegiado, representação estudantil e na base legal pertinente, propõe-se a integração entre os conteúdos das disciplinas e as metodologias pedagógicas utilizadas, pois somente assim poder-se-á obter interdisciplinaridade do conhecimento.

Este currículo foi desenvolvido tendo como base o conhecimento teórico-prático, através da exposição dialogada, seguida de exercícios teórico/práticos e avaliação. A abordagem pedagógica pressupõe o aluno como construtor de seu conhecimento e da sua história, buscando a necessária relação entre a teoria e a prática. Os alunos têm a oportunidade de observar, participar, analisar, refletir, levantar problemas, propor soluções e investigar, dentro e fora da UFPI.

Na dimensão técnico-pedagógica, a interação e a construção coletiva de alternativas e soluções são valorizadas, considerando-se sempre as especificidades individuais e coletivas dos envolvidos no processo de formação promovido pelo curso. Após a fundamentação teórica,

disponibilizam-se aos alunos oportunidades de experiências de aprendizagem, de modo a colocá-los diretamente em contato com o objeto do conhecimento.

As opções teórico-metodológicas utilizadas devem se pautar nas seguintes características:

- Os participantes do processo ensino-aprendizagem são considerados em sua totalidade, sendo que o ensino está centrado no aluno e voltado para os resultados do aprendizado;
- O diálogo e a participação coletiva permeiam a relação ensino-aprendizagem;
- Incentivo ao trabalho em equipe e o desenvolvimento da capacidade empreendedora;
- A teoria e a prática se encontram em interdependência direta, buscando a totalidade;
- A ênfase na solução de problemas de engenharia e na formação de profissionais adaptáveis;
- A capacidade de lidar com os aspectos socioeconômicos e político-ambientais de sua profissão;
- O enfoque multidisciplinar e interdisciplinar e a articulação com a pós-graduação;
- Aulas teóricas com projetor eletrônico, retroprojetor, quadro branco para escrita;
- Aulas práticas em campo e em laboratório, usando recursos tecnológicos adequados;
- Palestras técnicas e práticas, com profissionais qualificados, resultante de parcerias com empresas locais, apresentando novas tecnologias de mercado;
- Permitir o contato dos alunos com a realidade do mercado de trabalho desde o primeiro período curricular.
- Permitir a interação do alunato com a comunidade acadêmica e externa, possibilitando a aplicação de seu conhecimento em benefício da população através de projetos de extensão.

6.3. Objetivos do Curso

São objetivos do Curso de Graduação em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura:

- Formar profissional com habilidade de pesquisar, planejar, projetar, supervisionar e controlar dentro dos padrões da ciência e da tecnologia, obras, serviços ou sistemas concernentes ao perfil e atribuições inerentes ao Engenheiro Cartógrafo e Agrimensor;
- Habilitar profissional Engenheiro Cartógrafo e Agrimensor com boa formação cidadã, com uma visão global do meio no qual ele irá atuar e consciência do papel social de sua profissão frente às diversidades local, regional e nacional;
- Oferecer através do Escritório Escola do Centro de Tecnologia serviços especializados concernentes às atribuições do Engenheiro Cartógrafo e Agrimensor à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

6.4. Perfil do Engenheiro Cartógrafo e Agrimensor

Os Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura (MEC, 2010), descreve o perfil curricular do Bacharel em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura e define em conjunto com a Resolução CNE/CES Nº 2, de 18 de junho de 2007, a sua carga horária mínima de curso. Os referenciais relatam que esse profissional atua na resolução de problemas relacionados com ordenamento territorial, mapeamento e emprego de dados e informações espaciais. Em sua atividade, planeja, coordena e executa levantamentos topográficos, geodésicos, fotogramétricos, gravimétricos e batimétricos, gerando documentos como mapas, cartas, coordenadas, mosaicos, modelos de análise espacial. Desempenha atividades de aquisição e distribuição de material técnico cartográfico, geodésico, fotogramétrico e de sensoriamento remoto. Aplica conhecimentos de posicionamento, ajustamento de observações e comunicação cartográfica. Elabora projetos geométricos e levantamentos para a locação de obras de engenharia, tais como estradas, portos, aeroportos, dutos, loteamentos e assentamentos rurais e urbanos. Subsidiaria a elaboração de cadastro técnico multifinalitário. Coordena e supervisiona equipes de trabalho; realiza pesquisa científica e tecnológica e estudos de viabilidade técnico-econômica; executa e fiscaliza obras e serviços técnicos; efetua vistorias, perícias e avaliações, emitindo laudos e pareceres. Em suas atividades, considera a ética, a segurança e os impactos socioambientais.

De forma que para atingir os objetivos propostos o curso pretende formar profissionais capacitados nas seguintes áreas do conhecimento: Geodésia, Topografia, Fotogrametria, Cartografia, Astronomia de Posição, Sensoriamento Remoto, Cadastro Territorial, Geoprocessamento, Sistemas de Informações Geográficas, Georreferenciamento e outras áreas afins e correlatas.

Para tanto, deve ser levado em consideração os seguintes aspectos:

- Autonomia intelectual, que o capacite a desenvolver uma visão histórico-social, necessária ao exercício de sua profissão, como um profissional crítico, criativo e ético, capaz de compreender e intervir na realidade e transformá-la;
- Capacidade para atitudes solidárias, cooperativas, coletivas, críticas e criativas;
- Possibilidade de produzir, sistematizar e socializar conhecimentos e tecnologias;
- Capacidade para envolver-se em questões sociais para a utilização do conhecimento adquirido na solução de problemas principalmente socioambientais;
- Formação continuada para constante desenvolvimento e aprimoramento profissional.

No processo de formação do Engenheiro(a) Cartógrafo(a) e Agrimensor(a) são consideradas as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Engenharia, Resolução CNE/CES nº 02 de 24 de abril de 2019, que estabelece a organização que um curso de graduação em

engenharia deve possuir, assim como as disciplinas básicas que devem estar no Plano Pedagógicos dos Cursos e lista as características esperadas no engenheiro formado, tais como:

- I. ter visão holística e humanista, ser crítico, reflexivo, criativo, cooperativo e ético e com forte formação técnica;
- II. estar apto a pesquisar, desenvolver, adaptar e utilizar novas tecnologias, com atuação inovadora e empreendedora;
- III. ser capaz de reconhecer as necessidades dos usuários, formular, analisar e resolver, de forma criativa, os problemas de Engenharia;
- IV. adotar perspectivas multidisciplinares e transdisciplinares em sua prática;
- V. considerar os aspectos globais, políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e de segurança e saúde no trabalho;

6.5. Atribuições Profissionais

Sendo a profissão do engenheiro regulamentada, as suas atribuições profissionais iniciais são definidas a priori pela Lei Federal Nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, e dá outras providências, e por Resoluções emanadas do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Confea, que a nível nacional, é o órgão responsável pela fiscalização, controle, orientação e aprimoramento do exercício e das atividades profissionais da Engenharia e Agronomia, bem como, através de seus Conselhos Regionais (Creas). As questões relativas a arquitetos e urbanistas são tratadas na Lei Federal nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010.

Considerando que as atividades e competências dos profissionais ligados ao Sistema Confea/Crea estão em contínua discussão entre os profissionais envolvidos, tratam das competências dos profissionais da engenharia e agronomia as seguintes resoluções do Confea: Resolução Nº 218, de 29 de junho de 1973 e Resolução Nº 1.073, de 19 de abril de 2016.

Na Resolução Nº 218, o seu Art. 1º descreve que para efeito de fiscalização do exercício profissional correspondente às diferentes modalidades da Engenharia, Arquitetura e Agronomia em nível superior e em nível médio, ficam designadas as seguintes atividades:

- Atividade 01 - Supervisão, coordenação e orientação técnica;
- Atividade 02 - Estudo, planejamento, projeto e especificação;
- Atividade 03 - Estudo de viabilidade técnico-econômica;
- Atividade 04 - Assistência, assessoria e consultoria;
- Atividade 05 - Direção de obra e serviço técnico;

- Atividade 06 - Vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico;
- Atividade 07 - Desempenho de cargo e função técnica;
- Atividade 08 - Ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; extensão;
- Atividade 09 - Elaboração de orçamento;
- Atividade 10 - Padronização, mensuração e controle de qualidade;
- Atividade 11 - Execução de obra e serviço técnico;
- Atividade 12 - Fiscalização de obra e serviço técnico;
- Atividade 13 - Produção técnica e especializada;
- Atividade 14 - Condução de trabalho técnico;
- Atividade 15 - Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;
- Atividade 16 - Execução de instalação, montagem e reparo;
- Atividade 17 - Operação e manutenção de equipamento e instalação;
- Atividade 18 - Execução de desenho técnico.

A Resolução Nº 218, no seu Art. 4º diz: Compete ao ENGENHEIRO AGRIMENSOR:

I - o desempenho das atividades 01 a 12 e 14 a 18 do Artigo 1º desta Resolução, referentes a levantamentos topográficos, batimétricos, geodésicos e aerofotogramétricos; locação de:

- a) loteamento;
- b) sistemas de saneamento, irrigação e drenagem;
- c) traçados de cidades;
- d) estradas; seus serviços e correlatos.

II – o desempenho das atividades 06 a 12 e 14 a 18 do artigo 1º, desta Resolução, referente a arruamentos, estradas e obras hidráulicas; seus serviços e correlatos.

A Resolução Nº 218, no seu art. 6º relata: Compete ao ENGENHEIRO CARTÓGRAFO ou ao ENGENHEIRO DE GEODÉSIA E TOPOGRAFIA ou ao ENGENHEIRO GEÓGRAFO:

I - o desempenho das atividades 01 a 12 e 14 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a levantamentos topográficos, batimétricos, geodésicos e aerofotogramétricos; elaboração de cartas geográficas; seus serviços afins e correlatos.

As atribuições profissionais concedidas pela Resolução Nº 1.010, de 22 de agosto de 2005, que dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema CONFEA/CREA, para efeito de fiscalização do exercício profissional, em seu artigo 5º, estabelece que ficam designadas as

seguintes atividades que poderão ser atribuídas, de forma integral ou parcial, em seu conjunto ou separadamente, observadas as disposições gerais e limitações estabelecidas nos Arts. 7º, 8º, 9º, 10º e 11º e seus parágrafos da referida resolução aos profissionais inseridos no Sistema CONFEA/CREA:

- Atividade 01 - Gestão, supervisão, coordenação, orientação técnica;
- Atividade 02 - Coleta de dados, estudo, planejamento, projeto, especificação;
- Atividade 03 - Estudo de viabilidade técnico-econômica e ambiental;
- Atividade 04 - Assistência, assessoria, consultoria;
- Atividade 05 - Direção de obra ou serviço técnico;
- Atividade 06 - Vistoria, perícia, avaliação, monitoramento, laudo, parecer técnico, auditoria, arbitragem;
- Atividade 07 - Desempenho de cargo ou função técnica;
- Atividade 08 - Treinamento, ensino, pesquisa, desenvolvimento, análise, experimentação, ensaio, divulgação técnica, extensão;
- Atividade 09 - Elaboração de orçamento;
- Atividade 10 - Padronização, mensuração, controle de qualidade;
- Atividade 11 - Execução de obra ou serviço técnico;
- Atividade 12 - Fiscalização de obra ou serviço técnico;
- Atividade 13 - Produção técnica e especializada;
- Atividade 14 - Condução de serviço técnico;
- Atividade 15 - Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;
- Atividade 16 - Execução de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;
- Atividade 17 - Operação, manutenção de equipamento ou instalação;
- Atividade 18 - Execução de desenho técnico.

Ainda, a mesma resolução, em seu artigo 8º, esclarece que a concessão de atribuição profissional considerará a sistematização dos campos de atuação profissional, estabelecida em anexo da própria resolução, passando por análise de Câmara especializada após análise do perfil profissional do diplomado, do currículo integralizado e do projeto pedagógico do curso, em consonância com as diretrizes curriculares nacionais. Os campos de atuação profissional do Engenheiro Cartógrafo e Agrimensor são:

Nº	SETOR	TÓPICOS
1.6.1	Topografia	
	1.6.1.01.00	Sistemas, Métodos, Processos e Tecnologia da Topografia
	1.6.1.02.00	Dados e Informações Topográficas (Análise; Aquisição; Armazenamento; Classificação; Disseminação; Interpretação; Leitura; Processamento; Recuperação; Representação Gráfica)
	1.6.1.02.00	Sistemas, Métodos, Processos e Tecnologia dos Levantamentos Topográficos (Planialtimétricos; Batimétricos; De Minas; Geológicos; Hidrográficos; Cubagem)
	1.6.1.03.00	Mapeamento com Emprego de Topografia (Sistemas, Métodos e Processos de Elaboração de Plantas e Desenho Topográfico)
1.6.2	Geodésia	
	1.6.2.01.00	Sistemas, Métodos, Processos e Tecnologia da Geodésia
	1.6.2.02.00	Dados e Informações Geodésicas (Análise; Aquisição; Armazenamento; Classificação; Disseminação; Interpretação; Leitura; Processamento; Recuperação; Representação Gráfica)
	1.6.2.03.00	Sistemas, Métodos, Processos e Tecnologia dos Levantamentos Geodésicos (Mapeamento com Emprego de Geoposicionamento; Elaboração de Produtos Geodésicos)
	1.6.2.04.00	Redes Geodésicas (Projeto, Implantação e Levantamento de Redes Geodésicas por meio de Sistema de Posicionamento Global; Sistemas de Referência Geodésicos; Gravimetria; Georreferenciamento ao Sistema Geodésico Brasileiro; Altitudes Científicas)
	1.6.2.05.00	Sistemas de Posicionamento por Satélite
	1.6.2.06.00	Sistemas de Localização Automática

Nº	SETOR	TÓPICOS
1.6.3	Cartografia	
	1.6.3.01.00	Sistemas, Métodos, Processos e Tecnologia da Cartografia, da Cartografia Digital Matemática e da Cartografia Digital Temática
	1.6.3.02.00	Dados e Informações Cartográficas, Cartográficas Estatísticas e Temáticas (Análise; Aquisição; Armazenamento; Classificação; Disseminação; Interpretação; Leitura; Processamento; Recuperação; Representação Gráfica)
	1.6.3.03.00	Sistemas, Métodos, Processos e Tecnologia dos Levantamentos Cartográficos
	1.6.3.04.00	Mapeamento de (Aptidão Agrícola; Relevo; Uso do Solo; Florestal; Hidrográfico; Pedológico; Fragilidade do Solo; Potencial de Uso do Solo)
	1.6.3.05.00	Cartas Geográficas (Planejamento; Confecção; Elaboração; Utilização)
	1.6.3.06.00	Utilização de Cartas Geológicas
	1.6.3.07.00	Cadastro dos Setores que Utilizam Bases Cartográficas
1.6.4	Sensoriamento Remoto	
	1.6.4.01.00	Sistemas, Métodos, Processos e Tecnologia da Fotogrametria Terrestre (Mapeamento com Emprego de Fotogrametria)
	1.6.4.02.00	Sistemas, Métodos, Processos e Tecnologia da Aerofotogrametria (Aerolevantamentos)
	1.6.4.03.00	Sistemas, Métodos, Processos e Tecnologia do Sensoriamento Remoto Orbital (Mapeamento com Emprego de Sensoriamento)
	1.6.4.04.00	Fotointerpretação (Análise, Classificação, Interpretação e Processamento de Imagens obtidas por Fotogrametria Terrestre e Aérea, e Orbitais)
1.6.5	Agrimensura	
	1.6.5.01.00	Sistemas, Métodos, Processos e Tecnologia da Agrimensura
	1.6.5.02.00	Dados e Informações Geográficas (Análise; Aquisição; Armazenamento; Classificação; Disseminação; Interpretação; Leitura; Processamento; Recuperação; Representação Gráfica)

	1.6.5.03.00	Sistemas, Métodos, Processos e Tecnologia dos Levantamentos Cadastrais
	1.6.5.04.00	Cadastro Técnico (Multifinalitário; Urbano; Rural; Georreferenciamento de Imóveis Urbanos; Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Gestão do Cadastro Predial; Gestão do Cadastro Territorial; Levantamento para Determinação de Reserva Legal; Agricultura de Precisão; Levantamento para Determinação de Área de Preservação Permanente)
	1.6.5.05.00	Gestão Territorial referente à elaboração de Plano Diretor no âmbito da Agrimensura (Sistemas de Informações Geográficas; Sistema de Informações Geográficas para Rede de Utilidades; Banco de Dados Geográficos; Geoestatística; Locação de Parcelamento do Solo; Locação de Loteamento; Desmembramento; Remembramento; Locação de Arruamento; Modelagem Digital de Terrenos)
	1.6.5.06.00	Atividades Interdisciplinares referentes a elaboração de Plano Diretor no âmbito da Agrimensura
	1.6.5.07.00	Agrimensura Legal
1.6.6	Construção Civil	
	1.6.6.01.00	Sistemas, Métodos, Processos e Tecnologia de Locação de Estruturas e Obras Civis
	1.6.6.02.00	Sistemas, Métodos, Processos e Tecnologia de Monitoramento de Estruturas e Obras Civis
	1.6.6.03.00	Terraplenagem (Obras de Terra; Obras Hidráulicas; Drenagem;)

Em 2016, o Confea publicou a Resolução 1.073, de 19 de abril de 2016, que regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais aos profissionais registrados no Sistema Confea/Crea, a partir da data de publicação, para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia.

O Art. 5º dessa resolução diz que aos profissionais registrados nos Creas são atribuídas as atividades profissionais estipuladas nas leis e nos decretos regulamentadores das respectivas profissões, acrescidas das atividades profissionais previstas nas resoluções do Confea, em vigor, que dispõem sobre o assunto. Ainda neste artigo, a Resolução designa 18 atividades profissionais que poderão ser atribuídas de forma integral ou parcial, em seu conjunto ou separadamente, mediante a análise do currículo escolar e do projeto pedagógico do curso de formação do profissional, observado o disposto nas leis, nos decretos e nos normativos do Confea, em vigor, que tratam do assunto.

As atividades profissionais designadas aos profissionais registrados nos Creas para efeito de fiscalização do exercício profissional são:

Atividade 01 – Gestão, supervisão, coordenação, orientação técnica.

Atividade 02 – Coleta de dados, estudo, planejamento, anteprojeto, projeto, detalhamento, dimensionamento e especificação.

Atividade 03 – Estudo de viabilidade técnico-econômica e ambiental.

Atividade 04 – Assistência, assessoria, consultoria.

Atividade 05 – Direção de obra ou serviço técnico.

Atividade 06 – Vistoria, perícia, inspeção, avaliação, monitoramento, laudo, parecer técnico, auditoria, arbitragem.

Atividade 07 – Desempenho de cargo ou função técnica.

Atividade 08 – Treinamento, ensino, pesquisa, desenvolvimento, análise, experimentação, ensaio, divulgação técnica, extensão.

Atividade 09 – Elaboração de orçamento.

Atividade 10 – Padronização, mensuração, controle de qualidade.

Atividade 11 – Execução de obra ou serviço técnico.

Atividade 12 – Fiscalização de obra ou serviço técnico.

Atividade 13 – Produção técnica e especializada.

Atividade 14 – Condução de serviço técnico.

Atividade 15 – Condução de equipe de produção, fabricação, instalação, montagem, operação, reforma, restauração, reparo ou manutenção.

Atividade 16 – Execução de produção, fabricação, instalação, montagem, operação, reforma, restauração, reparo ou manutenção.

Atividade 17 – Operação, manutenção de equipamento ou instalação.

Atividade 18 – Execução de desenho técnico.

Em 1º de dezembro de 2017, foi publicada, no Diário Oficial da União a Resolução nº 1.095, de 29 de novembro de 2017, que discrimina as atividades e competências profissionais do Engenheiro Agrimensor e Cartógrafo e inseri o respectivo título na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional.

Os artigos 2º e 3º da Resolução 1.095/2017 estabelecem que compete ao Engenheiro Agrimensor e Cartógrafo o desempenho das atividades 1 a 18 do art. 5º, § 1º, da Resolução nº 1.073, de 19 de abril de 2016, referentes a levantamentos topográficos, batimétricos, geodésicos e aerofotogramétricos; sensoriamento remoto; loteamento, desmembramento e remembramento; agrimensura legal; elaboração de cartas geográficas e locações de obras de engenharia; e referentes a arruamentos, estradas e obras hidráulicas, em função estritamente do enfoque e do projeto pedagógico do curso, a critério da câmara especializada.

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Esta organização curricular revela o conjunto de componentes curriculares do curso, bem como das demais atividades acadêmicas necessárias para a formação do profissional desejado. Desse modo, deve proporcionar uma visão geral deste currículo.

7.1. Competências e Habilidades

As competências e habilidades do profissional da engenharia guardam estreita relação com os objetivos do curso, perfil profissional, atribuições profissionais, diretrizes curriculares e pela formação específica adquirida através das disciplinas que caracterizam a profissão.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Engenharia (CNE/CES nº 02 de 24 de abril de 2019), a formação do engenheiro deve proporcionar aos seus egressos, ao longo da formação, as seguintes competências gerais:

- I. Formular e conceber soluções desejáveis de engenharia, analisando e compreendendo os usuários dessas soluções e seu contexto:
 - a) ser capaz de utilizar técnicas adequadas de observação, compreensão, registro e análise das necessidades dos usuários e de seus contextos sociais, culturais, legais, ambientais e econômicos;
 - b) formular, de maneira ampla e sistêmica, questões de engenharia, considerando o usuário e seu contexto, concebendo soluções criativas, bem como o uso de técnicas adequadas;
- II. Analisar e compreender os fenômenos físicos e químicos por meio de modelos simbólicos, físicos e outros, verificados e validados por experimentação:
 - a) ser capaz de modelar os fenômenos, os sistemas físicos e químicos, utilizando as ferramentas matemáticas, estatísticas, computacionais e de simulação, entre outras.
 - b) prever os resultados dos sistemas por meio dos modelos;
 - c) conceber experimentos que gerem resultados reais para o comportamento dos fenômenos e sistemas em estudo.
 - d) verificar e validar os modelos por meio de técnicas adequadas;
- III. Conceber, projetar e analisar sistemas, produtos (bens e serviços), componentes ou processos:
 - a) ser capaz de conceber e projetar soluções criativas, desejáveis e viáveis, técnica e economicamente, nos contextos em que serão aplicadas;
 - b) projetar e determinar os parâmetros construtivos e operacionais para as soluções de Engenharia;
 - c) aplicar conceitos de gestão para planejar, supervisionar, elaborar e coordenar projetos e serviços de Engenharia;
- IV. Implantar, supervisionar e controlar as soluções de Engenharia:
 - a) ser capaz de aplicar os conceitos de gestão para planejar, supervisionar, elaborar e coordenar a implantação das soluções de Engenharia.
 - b) estar apto a gerir, tanto a força de trabalho quanto os recursos físicos, no que diz respeito aos materiais e à informação;

- c) desenvolver sensibilidade global nas organizações;
 - d) projetar e desenvolver novas estruturas empreendedoras e soluções inovadoras para os problemas;
 - e) realizar a avaliação crítico-reflexiva dos impactos das soluções de Engenharia nos contextos social, legal, econômico e ambiental;
- V. Comunicar-se eficazmente nas formas escrita, oral e gráfica:
- a) ser capaz de expressar-se adequadamente, seja na língua pátria ou em idioma diferente do Português, inclusive por meio do uso consistente das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs), mantendo-se sempre atualizado em termos de métodos e tecnologias disponíveis;
- VI. Trabalhar e liderar equipes multidisciplinares:
- a) ser capaz de interagir com as diferentes culturas, mediante o trabalho em equipes presenciais ou a distância, de modo que facilite a construção coletiva;
 - b) atuar, de forma colaborativa, ética e profissional em equipes multidisciplinares, tanto localmente quanto em rede;
 - c) gerenciar projetos e liderar, de forma proativa e colaborativa, definindo as estratégias e construindo o consenso nos grupos;
 - d) reconhecer e conviver com as diferenças socioculturais nos mais diversos níveis em todos os contextos em que atua (globais/locais);
 - e) preparar-se para liderar empreendimentos em todos os seus aspectos de produção, de finanças, de pessoal e de mercado; 3
- VII. Conhecer e aplicar com ética a legislação e os atos normativos no âmbito do exercício da profissão:
- a) ser capaz de compreender a legislação, a ética e a responsabilidade profissional e avaliar os impactos das atividades de Engenharia na sociedade e no meio ambiente.
 - b) atuar sempre respeitando a legislação, e com ética em todas as atividades, zelando para que isto ocorra também no contexto em que estiver atuando; e
- VIII. Aprender de forma autônoma e lidar com situações e contextos complexos, atualizando-se em relação aos avanços da ciência, da tecnologia e aos desafios da inovação:
- a) ser capaz de assumir atitude investigativa e autônoma, com vistas à aprendizagem contínua, à produção de novos conhecimentos e ao desenvolvimento de novas tecnologias.
 - b) aprender a aprender.

Parágrafo único. Além das competências gerais, devem ser agregadas as competências específicas de acordo com a habilitação ou com a ênfase do curso.

7.2. Curricularização da Extensão

Em 2018, a Resolução MEC N°07/2018 estabeleceu as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira. Na resolução são consideradas como atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante e conforme normas institucionais próprias. As instituições tinham 3 (três) anos a partir da homologação da resolução para a implantação das atividades de extensão.

Assim, a UFPI elaborou e publicou a resolução CEPEX-UFPI N°053/19 que regulamenta a inclusão das Atividades Curriculares de Extensão (ACE) como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação. A partir dessa resolução as coordenações de curso de graduação devem rever seus Planos Pedagógicos dos Cursos (PPC) levando as seguintes diretrizes:

- Deverão ser criados os componentes curriculares denominados “Atividade Curricular de Extensão (ACE)”;
- 10% da carga horária total do curso deverão ser destinadas às ACE;
- Cada curso de Graduação deverá ofertar no mínimo uma ACE a cada semestre, conforme calendário acadêmico;
- Criar a função de Coordenador de Extensão do Curso” com funções específicas estabelecidas na Resolução CEPEX-UFPI N°53/19;
- As atividades curriculares de extensão devem ser cadastradas na PREXC nas seguintes modalidades:
 - Programas de Extensão;
 - Projetos de Extensão;
 - Cursos de Extensão;
 - Eventos de Extensão;
 - Prestação de serviço à comunidade externa;
 - Atividades práticas em disciplinas que envolvam atendimento à comunidade.
- As ACEs poderão ser realizadas conjuntamente por duas ou mais IES em parceria;
- As ACEs a serem integralizadas no currículo do curso deverão ser registradas em sistema e lançadas no histórico escolar como ACE e não como disciplina.
- O lançamento das horas das ACEs acontecerá apenas depois da homologação do relatório semestral da atividade pela PREXC;
- Organização das atividades curriculares de extensão:

Período	Sugestão de CH	Atividades Curriculares de extensão	Eixo temático
1º	20h	Participação em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREX/UFPI.	Comunicação e Tecnologia.
2º	44h	Participação em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREX/UFPI.	Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho.
3º	44h	Participação em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREX/UFPI.	Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho.
4º	44h	Participação em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREX/UFPI.	Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho.
5º	44h	Participação em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREX/UFPI.	Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho.
6º	44h	Participação em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREX/UFPI.	Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho.
7º	44h	Participação em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREX/UFPI.	Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho.
8º	44h	Participação em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREX/UFPI.	Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho.
9º	44h	Participação em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREX/UFPI.	Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho.
10º	48h	Participação em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREX/UFPI.	Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho.

As cargas-horárias acima são sugestão de distribuição da execução de carga horária por semestre. No entanto, os discentes não são obrigados a realizarem o valor exato de horas de extensão por sugerida por semestre, pois como as ACEs são flexíveis e dependem de oferta, os discentes terão a flexibilidade e responsabilidade de execução e envio das atividades.

Os discentes dos cursos de graduação:

- Poderão participar de ACEs ofertadas pelas coordenações de curso, pela PREXC ou por outros órgãos da UFPI;
- A realização das atividades curriculares de extensão é obrigatória para todos os discentes de graduação da UFPI;

- O cumprimento da carga horária de Atividades Curricular de Extensão prevista no PPC do curso é condição para a conclusão do referido curso;
- Sua participação se dará na organização e/ou execução da atividade, com ou sem bolsa, sob a coordenação/orientação de professores efetivos da UFPI ou por técnico-administrativos efetivos da UFPI.
- Cursos de extensão e Eventos de Extensão podem ser coordenados por entidades estudantis com representação comprovada.
- Os discentes poderão atuar em qualquer ACE ofertada pela UFPI, respeitando os eventuais pré-requisitos especificados pelo Coordenador da ACE.
- Não há limite de períodos letivos em que o discente poderá estar vinculado em atividades curriculares de extensão;
- Os discentes poderão solicitar o aproveitamento de ACEs desenvolvidas em outras IES, junto ao coordenador de extensão do curso, via processo, até 1(um) ano antes da previsão de conclusão do curso.

A coordenação do curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura estabelece as regras para as Atividades Curriculares de Extensão no Apêndice 13.1 deste Plano Pedagógico.

7.3. Matriz Curricular

Considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia (CNE/CES nº 02/2019) e (CNE/CES nº 01/2021), as demandas da sociedade, do mercado de trabalho e da academia, o curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura da UFPI oferece os seguintes componentes curriculares:

- Disciplinas: obrigatórias e optativas;
- Atividades acadêmicas específicas: estágio supervisionado, trabalho de conclusão de curso, atividades complementares e atividades curriculares de extensão.

No tocante às disciplinas, a matriz curricular segue apresentada a seguir, sendo que as disciplinas estão distribuídas pelos núcleos de conteúdos básicos, profissionalizantes e específicos, conforme disposto nas diretrizes curriculares. O conteúdo específico considera a Resolução Nº 218, de 29 de junho de 1973, Resoluções Nº 1.073, de 19 de abril de 2016 e Nº 1.095, de 29 de novembro de 2017 do Sistema CONFEA/CREA. Para a conclusão do Curso, o aluno deverá cursar, 3180 horas em disciplinas obrigatórias e 120 horas, no mínimo, em disciplinas optativas.

NÚCLEO DE CONTEÚDOS BÁSICOS

Nº	Tópicos	Disciplinas	Categoria
1	Administração	Administração e Organização de Empresas	Obrigatória
		Empreendedorismo	Optativa
2	Ciência e Tecnologia dos Materiais	Resistência dos Materiais	Obrigatória
3	Ciências do Ambiente	Ciências do Ambiente	Obrigatória
4	Comunicação e Expressão	Comunicação e Expressão	Optativa
		LIBRAS	Optativa
5	Direito	Direito e Legislação de Terra	Obrigatória
6	Economia	Elementos de Economia	Obrigatória
7	Expressão Gráfica	Desenho Técnico e Topográfico	Obrigatória
		Geometria Descritiva	Optativa
8	Fenômenos de Transportes	Fenômenos de Transportes	Optativa
9	Física	Física Geral I	Obrigatória
		Física Geral II	Optativa
		Física Geral IV	Obrigatória
10	Humanidades, Ciências Sociais e Cidadania	Introdução ao Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura	Obrigatória
		Humanidades, Ciências Sociais e Cidadania	Optativa
11	Informática	Programação de Computadores	Obrigatória
		CAD - Desenho Assistido por Computador	Optativa
12	Matemática	Álgebra Linear	Obrigatória
		Cálculo Diferencial e Integral I	Obrigatória
		Cálculo Diferencial e Integral II	Obrigatória
		Geometria Analítica	Obrigatória
13	Estatística	Probabilidade e Estatística	Obrigatória
14	Mecânica dos Sólidos	Mecânica Geral	Obrigatória
15	Metodologia Científica e Tecnológica	Introdução à Metodologia Científica	Obrigatória
16	Química	Química Geral	Optativa

NÚCLEO DE CONTEÚDOS PROFISSIONALIZANTES

Nº	Tópicos	Disciplinas	Categoria
1	Ergonomia e Segurança do Trabalho	Higiene e Segurança do Trabalho	Obrigatória
2	Construção Civil	Obras de Terra	Optativa
3	Geografia	Geografia	Optativa
4	Geotecnia	Fundamentos de Geologia e Geoquímica	Obrigatória
		Mecânica dos Solos	Obrigatória
5	Hidráulica, Hidrologia Aplicada e Saneamento Básico	Hidráulica	Optativa
		Hidrologia	Obrigatória
		Saneamento Básico	Obrigatória
6	Materiais de Construção Civil	Construção Civil e Materiais	Optativa
7	Métodos Numéricos	Cálculo Numérico	Obrigatória
8	Transporte e Logística	Engenharia de Tráfego	Optativa
		Equipamento de Construção	Optativa
		Projetos de Estradas	Obrigatória
		Pavimentação	Obrigatória
		Transportes	Obrigatória

NÚCLEO DE CONTEÚDOS ESPECÍFICOS			
N.º	Tópicos	Disciplinas	Categoria
1	Agrimensura	Avaliações e Perícias	Obrigatória
		Cadastro Territorial	Obrigatória
		Parcelamento Territorial	Obrigatória
		Projeto de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura	Optativa
2	Astronomia	Astronomia de Posição	Obrigatória
		Astronomia Aplicada	Optativa
	Cartografia e SIG	Cartografia Geral	Obrigatória
		Cartografia Temática	Obrigatória
		Projeções Cartográfica	Obrigatória
		Cartografia Digital e Topográfica	Obrigatória
		Gestão de Dados Espaciais	Obrigatória
		Desenvolvimento de Soluções Geoespaciais	Obrigatória
		Storytelling com Dados	Optativa
		3	Disciplinas Complementares
Tópicos Especiais II	Optativa		
Tópicos Especiais III	Optativa		
Tópicos Especiais IV	Optativa		
Tópicos Especiais V	Optativa		
4	Geodésia	Geodésia Geométrica	Obrigatória
		Geodésia Espacial	Obrigatória
		Geodésia Física	Obrigatória
		Projeto e Análise de Redes Geodésicas	Obrigatória
5	Fotogrametria e Sensoriamento Remoto	Fotogrametria I	Obrigatória
		Fotogrametria II	Obrigatória
		Fotointerpretação	Optativa
		Sensoriamento Remoto	Obrigatória
		Processamento Digital de Imagens	Obrigatória
		InSAR	Optativa
6	Ajustamentos	Ajustamento de Observações I	Obrigatória
		Ajustamento de Observações II	Optativa
7	Topografia	Instrumentação Topográfica	Obrigatória
		Levantamentos Especiais I	Obrigatória
		Levantamentos Especiais II	Obrigatória
		Topografia I	Obrigatória
		Topografia II	Obrigatória
		Topografia III	Obrigatória

O sistema curricular adotado é de créditos, contabilizados ao final de cada período letivo, sendo um crédito equivalente a 15 horas-aula e uma hora-aula corresponde a 60 minutos. A execução curricular é feita em dois períodos letivos por ano, cada um com duração de 100 dias de trabalhos escolares efetivos.

Conforme estabelece o Regimento Geral da UFPI, as diretrizes de execução do currículo do Curso, seu acompanhamento e sua avaliação, são fixadas pelo Colegiado do Curso, órgão deliberativo em primeira instância. Em instância superior, é realizada pela Câmara de Ensino de Graduação e pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão.

A integralização curricular é realizada após o cumprimento, pelo aluno, da carga horária de todas as disciplinas obrigatórias e optativas mínimas e dos seguintes componentes curriculares:

- Estágio Supervisionado – ES, 165 horas, que corresponde ao estágio curricular obrigatório sob supervisão direta da instituição de ensino;
- Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, 90 horas, que corresponde ao trabalho de síntese e integração dos conhecimentos adquiridos;
- Atividades Complementares – AC, 120 horas, que permitem a articulação entre a teoria e a prática e a complementação, por parte do estudante, dos saberes e habilidades para a sua formação, conforme quadro de atividades complementares.
- Atividades Curricular de Extensão – ACE, 10% da carga-horária total do curso,

Resumindo, em cumprimento às resoluções pertinentes o Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura da Universidade Federal do Piauí terá uma carga horária de 4.125 horas (275 créditos) a serem integralizadas em um tempo mínimo de 5 anos (10 semestres), tempo médio de 6 anos (12 semestres) e tempo máximo de 7,5 anos (15 semestres).

Os componentes curriculares estão distribuídos conforme o quadro resumo abaixo.

COMPONENTES CURRICULARES		CARGA HORÁRIA	
Disciplinas Obrigatórias	Núcleo de Conteúdos Básicos (CB)	1080 h	26,2 %
	Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes (CP)	510 h	12,4 %
	Núcleo de Conteúdos Específicos (CE)	1620 h	39,3 %
Disciplinas Optativas (OP)		120 h	2,9 %
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)		90 h	2,2 %
Estágio Supervisionado (ES)		165 h	4,0 %
Atividades Complementares (AC)		120 h	2,9 %
Atividades Curricular de Extensão (ACE)		420 h	10,1 %
Carga Horária Total		4125 h	100 %

Os 58 (cinquenta e oito) componentes curriculares obrigatórios estão gradativamente distribuídos do 1º ao 10º período, com duração mínima de 315 horas e máxima de 390 horas por período, conforme tabelas abaixo, onde: CÓD = Código do componente; COMPONENTE CURRICULAR: disciplina obrigatória, atividade acadêmica específica (estágio supervisionado, trabalho de conclusão de curso, atividades complementares); CR = créditos consignados às atividades: teórica, prática e atividade acadêmica específica; CH = carga horária.

1º PERÍODO

CÓD	COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO SIGAA	CR	CH	PRÉ-REQUISITO	UNIDADE RESPONSÁVEL
1.1	Introdução ao Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura	DTR107	1.0.0	15	Não tem	Departamento de Transportes e Geomática
1.2	Cálculo Diferencial e Integral I	DMA0155	3.3.0	90	Não tem	Departamento de Matemática
1.3	Geometria Analítica	DMAT/CCN004	2.2.0	60	Não tem	Departamento de Matemática
1.4	Desenho Técnico e Topográfico	Novo	3.3.0	90	Não tem	Departamento de Transportes e Geomática
1.5	Programação de Computadores	DC002	2.2.0	60	Não tem	Departamento de Computação
1.6	Introdução à Metodologia Científica	DFI0254	4.0.0	60	Não tem	Departamento de Filosofia
Total			25	375		

2º PERÍODO

CÓD	COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO EXISTENTE	CR	CH	PRÉ-REQUISITO	UNIDADE RESPONSÁVEL
2.1	Probabilidade e Estatística	CGBEST/CCN010	2.2.0	60	1.2 Cálculo Diferencial e Integral I	Coordenação do Curso de Estatística
2.2	Cálculo Diferencial e Integral II	DMAT/CCN005	2.2.0	60	1.2 Cálculo Diferencial e Integral I	Departamento de Matemática
2.3	Álgebra Linear	DMAT/CCN006	2.2.0	60	1.3 Geometria Analítica	Departamento de Matemática
2.4	Cálculo Numérico	DMAT/CCN048	2.2.0	60	1.2 Cálculo Diferencial e Integral I + 1.5 Programação de Computadores	Departamento de Matemática
2.5	Topografia I	Novo	2.4.0	90	1.4 Desenho Técnico e Topográfico	Departamento de Transportes e Geomática
2.6	Física Geral I	DFIS/CCN001	2.2.0	60	Não tem	Departamento de Física
Total			26	390		

3º PERÍODO

CÓD	COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO EXISTENTE	CR	CH	PRÉ-REQUISITO	UNIDADE RESPONSÁVEL
3.1	Higiene e Segurança do Trabalho	DCO0151	4.0.0	60	Não tem	Departamento de Construção Civil e Arquitetura
3.2	Cartografia Geral	Novo	2.2.0	60	Não tem	Departamento de Transportes e Geomática
3.3	Mecânica Geral	DEST/CT001	2.2.0	60	1.2 Cálculo Diferencial e Integral	Departamento de Estruturas

					I + 2.3 Álgebra Linear	
3.4	Ciências do Ambiente	DRH0036	3.0.0	45	Não tem	Departamento de Recursos Hídricos, Geotecnia e Saneamento Ambiental
3.5	Topografia II	Novo	2.4.0	90	2.5 Topografia I	Departamento de Transportes e Geomática
3.6	Física Geral IV	DFIS256	4.0.0	60	2.6 Física Geral I	Departamento de Física
Total			25	375		

4º PERÍODO

CÓD	COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO EXISTENTE	CR	CH	PRÉ-REQUISITO	UNIDADE RESPONSÁVEL
4.1	Resistência dos Materiais	DES0076	2.2.0	60	3.3 Mecânica Geral	Departamento de Estruturas
4.2	Projeções Cartográficas	Novo	2.2.0	60	2.2 Cálculo Diferencial e Integral II + 3.2 Cartografia Geral	Departamento de Transportes e Geomática
4.3	Astronomia de Posição	Novo	2.2.0	60	3.5 Topografia II	Departamento de Transportes e Geomática
4.4	Ajustamento de Observações I	Novo	2.2.0	60	2.1 Probabilidade e Estatística + 2.2 Cálculo Diferencial e Integral II + 2.3 Álgebra Linear + 2.4 Cálculo Numérico + 3.5 Topografia II	Departamento de Transportes e Geomática
4.5	Topografia III	Novo	2.2.0	60	3.5 Topografia II	Departamento de Transportes e Geomática
4.6	Hidrologia	DRH0040	2.2.0	60	3.3 Mecânica Geral + 3.4 Ciências do Ambiente	Departamento de Recursos Hídricos, Geotecnia e Saneamento Ambiental
Total			24	360		

5º PERÍODO

CÓD	COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO EXISTENTE	CR	CH	PRÉ-REQUISITO	UNIDADE RESPONSÁVEL
5.1	Fundamentos de Geologia e Geoquímica	DRHGA055	2.2.0	60	Não tem	Departamento de Recursos Hídricos, Geotecnia e Saneamento Ambiental
5.2	Cartografia Digital e Topográfica	Novo	2.2.0	60	4.2 Projeções Cartográficas	Departamento de Transportes e Geomática
5.3	Fotogrametria I	Novo	2.2.0	60	4.4 Ajustamento de Observações I	Departamento de Transportes e Geomática
5.4	Instrumentação Topográfica	Novo	2.2.0	60	3.5 Topografia II + 4.4 Ajustamento de Observações I	Departamento de Transportes e Geomática
5.5	Geodésia Geométrica	Novo	2.2.0	60	4.4 Ajustamento de Observações I	Departamento de Transportes e Geomática
5.6	Saneamento Básico	DRH0041	2.2.0	60	4.6 Hidrologia	
Total			24	360		

6º PERÍODO

CÓD	COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO EXISTENTE	CR	CH	PRÉ-REQUISITO	UNIDADE RESPONSÁVEL
6.1	Mecânica dos Solos	DRH0039	2.2.0	60	4.1 Resistência dos Materiais + 5.1 Fundamentos de Geologia e Geoquímica	Departamento de Recursos Hídricos, Geotecnia e Saneamento Ambiental
6.2	Cartografia Temática	Novo	2.2.0	60	5.2 Cartografia Digital e Topográfica	Departamento de Transportes e Geomática
6.3	Fotogrametria II	Novo	2.2.0	60	5.3 Fotogrametria I	Departamento de Transportes e Geomática
6.4	Transportes	Novo	4.0.0	60	2.1 Probabilidade e Estatística	Departamento de Transportes e Geomática
6.5	Geodésia Espacial	Novo	2.2.0	60	5.5 Geodésia Geométrica	Departamento de Transportes e Geomática
6.6	Direito e Legislação de Terras	DCJ0027	2.2.0	60	2.5 Topografia I	Departamento de Ciências Jurídicas
Total			24	360		

7º PERÍODO

CÓD	COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO EXISTENTE	CR	CH	PRÉ-REQUISITO	UNIDADE RESPONSÁVEL
7.1	Elementos de Economia	DAA0018	4.0.0	60	Não tem	Departamento de Ciências Econômicas
7.2	Gestão de Dados Espaciais	Novo	2.2.0	60	6.2 Cartografia Temática	Departamento de Transportes e Geomática
7.3	Sensoriamento Remoto	Novo	2.2.0	60	3.6 Física Geral IV + 5.3 Fotogrametria I	Departamento de Transportes e Geomática
7.4	Projeto e Análise de Redes Geodésicas	Novo	2.2.0	60	2.4 Cálculo Numérico + 4.1 Resistência dos Materiais + 6.5 Geodésia Espacial	Departamento de Transportes e Geomática
7.5	Geodésia Física	Novo	2.2.0	60	6.5 Geodésia Espacial	Departamento de Transportes e Geomática
7.6	Parcelamento Territorial	Novo	2.2.0	60	4.5 Topografia III+ 6.6 Direito e Legislação de Terras	Departamento de Transportes e Geomática
Total			24	360		

8º PERÍODO

CÓD	COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO EXISTENTE	CR	CH	PRÉ-REQUISITO	UNIDADE RESPONSÁVEL
8.1	Trabalho de Conclusão de Curso I	DTR120	0.2.0	30	1.6 Introdução à Metodologia Científica + 6.5 Geodésia Espacial + 7.2 Gestão de Dados Espaciais+ 7.3 Sensoriamento Remoto	Departamento de Transportes e Geomática
8.2	Sistema de Informação Geográfica - SIG	Novo	2.2.0	60	7.2 Gestão de Dados Espaciais	Departamento de Transportes e Geomática
8.3	Processamento Digital de Imagens	Novo	2.2.0	60	1.5 Programação de Computadores + 7.3 Sensoriamento Remoto	Departamento de Transportes e Geomática
8.4	Projeto de Estradas	DTR087	4.2.0	90	3.5 Topografia II + 6.1 Mecânica dos Solos	Departamento de Transportes e Geomática
8.5	Levantamentos Especiais I	Novo	2.2.0	60	6.5 Geodésia Espacial	Departamento de Transportes e Geomática
8.6	Cadastro Territorial	DTR/CT010	2.2.0	60	7.6 Parcelamento Territorial	Departamento de Transportes e Geomática
Total			24	360		

9º PERÍODO

CÓD	COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO EXISTENTE	CR	CH	PRÉ-REQUISITO	UNIDADE RESPONSÁVEL
9.1	Trabalho de Conclusão de Curso II	Novo	0.2.0	30	8.1 Trabalho de Conclusão de Curso I	Departamento de Transportes e Geomática
9.2	Desenvolvimento de Soluções Geoespaciais	Novo	2.2.0	60	1.5 Programação de Computadores + 8.2 Sistema de Informação Geográfica	Departamento de Transportes e Geomática
9.3	Administração e Organização de Empresas	CCA0142	4.0.0	60	Não tem	Coordenação do Curso de Administração
9.4	Pavimentação	DTR088	2.2.0	60	8.4 Projeto de Estradas	Departamento de Transportes e Geomática
9.5	Levantamentos Especiais II	Novo	2.2.0	60	8.5 Levantamentos Especiais I	Departamento de Transportes e Geomática
9.6	Avaliações e Perícias	DTR0056	2.2.0	60	2.1 Probabilidade e Estatística + 8.6 Cadastro Territorial	Departamento de Transportes e Geomática
Total			22	330		

10º PERÍODO

CÓD	COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO EXISTENTE	CR	CH	PRÉ-REQUISITO	UNIDADE RESPONSÁVEL
10.1	Trabalho de Conclusão de Curso III	Novo	0.2.0	30	9.1 Trabalho de Conclusão de Curso II	Departamento de Transportes e Geomática
10.2	Estágio Supervisionado	DTR0089	0.11.0	165	5.2 Cartografia Digital e Topográfica + 5.3 Fotogrametria I + 5.5 Geodésia Geométrica	Departamento de Transportes e Geomática
10.3	Optativa I	-	2.2.0	60		
10.4	Optativa II	-	2.2.0	60		
Total			21	315		

A seguir é apresentado o quadro das disciplinas optativas para a formação complementar do profissional da área de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

CÓD	DISCIPLINA	CÓDIGO EXISTENTE	CR	CH	A PARTIR DO PERÍODO	PRÉ-REQUISITO	UNIDADE RESPONSÁVEL
1	CAD – Desenho Assistido por Computador	Novo	2.2.0	60	2º	1.4 Desenho Técnico e Topográfico	Departamento de Transportes e Geomática
2	Comunicação e Expressão	CLV0263	4.0.0	60	2º	Não tem	Coordenação do Curso de Letras Vernáculas
3	Empreendedorismo	CCA/CCHL002	4.0.0	60	2º	Não tem	Coordenação do Curso de Administração
4	Geometria Descritiva	DCO0186	2.2.0	60	2º	1.4 Desenho Técnico e Topográfico	Departamento de Construção Civil e Arquitetura
5	Humanidades, Ciências Sociais e Cidadania	DCS228	4.0.0	60	2º	Não tem	Departamento de Ciências Sociais
6	LIBRAS	LIBRAS011	2.2.0	60	2º	Não tem	Coordenação do Curso de Letras - Libras
7	Química Geral	-	4.0.0	60	2º	Não tem	Departamento de Química
8	Geografia	Novo	2.2.0	60	2º	Não tem	Departamento de Transportes e Geomática
9	Storytelling com Dados	Novo	2.2.0	60	2º	Não tem	Departamento de Transportes e Geomática
10	Tópicos Especiais I	Novo	2.2.0	60	2º	Não tem	Departamento de Transportes e Geomática

11	Tópicos Especiais II	Novo	2.2.0	60	2°	Não tem	Departamento de Transportes e Geomática
12	Tópicos Especiais III	Novo	2.2.0	60	2°	Não tem	Departamento de Transportes e Geomática
13	Tópicos Especiais IV	Novo	2.2.0	60	2°	Não tem	Departamento de Transportes e Geomática
14	Tópicos Especiais V	Novo	2.2.0	60	2°	Não tem	Departamento de Transportes e Geomática
15	Física Geral II	Novo	2.2.0	60	3°	2.6 Física Geral I	Departamento de Física
16	Construção Civil e Materiais	DCO0185	2.2.0	60	3°	09 Química Geral	Departamento de Construção Civil e Arquitetura
17	Fenômenos de Transportes	DRH0037	2.2.0	60	4°	3.3 Mecânica Geral	Departamento de Recursos Hídricos, Geotecnia e Saneamento Ambiental
18	Ajustamento de Observações II	Novo	2.2.0	60	5°	4.4 Ajustamento de Observações I	Departamento de Transportes e Geomática
19	Hidráulica	DRH0002	2.2.0	60	5°	04 Fenômenos de Transportes	Departamento de Recursos Hídricos, Geotecnia e Saneamento Ambiental
20	Astronomia Aplicada	DTR0032	2.2.0	60	5°	4.3 Astronomia de Posição	Departamento de Transportes e Geomática
21	Fotointerpretação	DTR0068	2.2.0	60	6°	5.3 Fotogrametria I	Departamento de Transportes e Geomática
22	Engenharia de Tráfego	Novo	2.2.0	60	7°	6.4 Transportes	Departamento de Transportes e Geomática
23	Obras de Terra	DRH0050	2.2.0	60	7°	6.1 Mecânica dos Solos	Departamento de Recursos Hídricos, Geotecnia e Saneamento Ambiental
24	InSAR	Novo	2.2.0	60	8°	7.3 Sensoriamento Remoto	Departamento de Transportes e Geomática
25	Equipamento de Construção	DTR0050	2.2.0	60	9°	8.4 Projeto de Estradas	Departamento de Transportes e Geomática
26	Projeto de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura	DTR124	4.0.0	60	9°	6.2 Cartografia Temática + 6.5 Geodésia Espacial + 8.4 Projeto de Estradas	Departamento de Transportes e Geomática

7.4. Fluxograma Curricular dos Componentes Curriculares Obrigatórios



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
CENTRO DE TECNOLOGIA - CT
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CARTOGRÁFICA E DE AGRIMENSURA
FLUXOGRAMA CURRICULAR DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS
 Telefone: (86) 3215-5708, e-mail: eng_cartograficaeagrimensura@ufpi.edu.br



1º PERÍODO 25c - 375h	2º PERÍODO 26c - 390h	3º PERÍODO 25c - 375h	4º PERÍODO 24c - 360h	5º PERÍODO 24c - 360h	6º PERÍODO 24c - 360h	7º PERÍODO 24c - 360h	8º PERÍODO 24c - 360h	9º PERÍODO 22c - 330h	10º PERÍODO 21c - 315h
1.1 - INTRODUÇÃO AO CURSO DE ENG CART E DE AGRIM CB 1.0.0 15	2.1 1.2 PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA CB 2.2.0 60	3.1 - HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO CP 4.0.0 60	4.1 3.3 RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS CB 2.2.0 60	5.1 - FUNDAMENTOS DE GEOLOGIA E GEOQUÍMICA CP 2.2.0 60	6.1 4.1+5.1 MECÂNICA DOS SOLOS CP 2.2.0 60	7.1 - ELEMENTOS DE ECONOMIA CB 4.0.0 60	8.1 1.6+6.5+7.2+7.3 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I TCC 0.2.0 30	9.1 8.1 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II TCC 0.2.0 30	10.1 9.1 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO III TCC 0.2.0 30
1.2 - CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL I CB 3.3.0 90	2.2 1.2 CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL II CB 2.2.0.0 60	3.2 - CARTOGRAFIA GERAL CE 2.2.0 60	4.2 2.2+3.2 PROJEÇÕES CARTOGRÁFICAS CE 2.2.0 60	5.2 4.2 CARTOGRAFIA DIGITAL E TOPOGRÁFICA CE 2.2.0 60	6.2 5.2 CARTOGRAFIA TEMÁTICA CE 2.2.0 60	7.2 6.2 GESTÃO DE DADOS ESPACIAIS CE 2.2.0 60	8.2 7.2 SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICA - SIG CE 2.2.0 60	9.2 1.5+8.2 DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES GEOESPACIAIS CE 2.2.0 60	10.2 5.2+5.3+5.5 ESTÁGIO SUPERVISIONADO ES 0.0.11 165
1.3 - GEOMETRIA ANALÍTICA CB 2.2.0 60	2.3 1.3 ÁLGEBRA LINEAR CB 2.2.0 60	3.3 1.2+2.3 MECÂNICA GERAL CB 2.2.0 60	4.3 3.5 ASTRONOMIA DE POSIÇÃO CE 2.2.0 60	5.3 4.4 FOTOGRAMETRIA I CE 2.2.0 60	6.3 5.3 FOTOGRAMETRIA II CE 2.2.0 60	7.3 3.6+5.3 SENSORIAMENTO REMOTO CE 2.2.0 60	8.3 1.5+7.3 PROCESSAMENTO DIGITAL DE IMAGENS CE 2.2.0 60	9.3 - ADMINISTRAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EMPRESAS CB 4.0.0 60	10.3 - OPTATIVA I OP 2.2.0.0 60
1.4 - DESENHO TÉCNICO E TOPOGRÁFICO CB 3.3.0 90	2.4 1.2+1.5 CÁLCULO NUMÉRICO CB 2.2.0 60	3.4 - CIÊNCIAS DO AMBIENTE CB 3.0.0 45	4.4 2.1+2.2+2.3+2.4+3.5 AJUSTAMENTO DE OBSERVAÇÕES I CE 2.2.0 60	5.4 3.5+4.4 INSTRUMENTAÇÃO TOPOGRÁFICA CE 2.2.0 60	6.4 2.1 TRANSPORTES CP 4.0.0 60	7.4 2.4+4.1+6.5 PROJ. E ANÁLISE DE REDES GEODÉSICAS CE 2.2.0 60	8.4 3.5+6.1 PROJETO DE ESTRADAS CP 4.2.0 90	9.4 8.4 PAVIMENTAÇÃO CP 2.2.0 60	10.4 - OPTATIVA II OP 2.2.0 60
1.5 - PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES CB 2.2.0 60	2.5 1.4 TOPOGRAFIA I CE 2.4.0 90	3.5 2.5 TOPOGRAFIA II CE 2.4.0 90	4.5 3.5 TOPOGRAFIA III CE 2.2.0 60	5.5 4.3+4.4 GEODÉSIA GEOMÉTRICA CE 2.2.0 60	6.5 5.5 GEODÉSIA ESPACIAL CE 2.2.0 60	7.5 6.5 GEODÉSIA FÍSICA CE 2.2.0 60	8.5 6.5 LEVANTAMENTOS ESPECIAIS I CE 2.2.0 60	9.5 8.5 LEVANTAMENTOS ESPECIAIS II CE 2.2.0 60	
1.6 - INTRODUÇÃO À METODOLOGIA CIENTÍFICA CB 4.0.0 60	2.6 - FÍSICA GERAL I CB 2.2.0 60	3.6 2.6 FÍSICA GERAL IV CB 4.0.0 60	4.6 3.3+3.4 HIDROLOGIA CP 2.2.0 60	5.6 4.6 SANEAMENTO BÁSICO CP 2.2.0 60	6.6 2.5 DIREITO E LEGISLAÇÃO DE TERRA CB 2.2.0 60	7.6 4.5+6.6 PARCELAMENTO TERRITORIAL CE 2.2.0 60	8.6 7.6 CADASTRO TERRITORIAL CE 2.2.0 60	9.6 2.1+8.6 AVALIAÇÕES E PERÍCIAS CE 2.2.0 60	

A	B
C	
D	E F

LEGENDA		COMPONENTES CURRICULARES		CARGA HORÁRIA	
A: Código do componente curricular		Núcleo de Conteúdos Básicos (CB)		1080 h	26,2 %
B: Pré-requisito do componente curricular	Disciplinas Obrigatórias (OP)	Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes (CP)		510 h	12,4 %
C: Nome do componente curricular		Núcleo de Conteúdos Específicos (CE)		1620 h	39,3 %
	CB: Núcleo de Conteúdos Básicos	Disciplinas Optativas (OP)		120 h	2,9 %
D:	CP: Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)		90 h	2,2 %
	CE: Núcleo de Conteúdos Específicos	Estágio Supervisionado (ES)		165 h	4,0 %
E: Número de créditos		Atividades Complementares (AC)		120 h	2,9 %
F: Carga horária total		Atividades Curriculares de Extensão (ACE)		420 h	10,1 %
		TOTAL		4125 h	100 %

7.5. Lotação dos Componentes Curriculares nos Departamentos

Consta no quadro abaixo a identificação dos departamentos responsáveis pela lotação dos componentes curriculares.

Nº	Departamento	DISCIPLINAS	Carga Horária	Status
1	Coordenação do Curso de Administração	Empreendedorismo	60	Optativa
2		Administração e Organização de Empresas	60	Obrigatória
3	Coordenação do Curso de Estatística	Probabilidade e Estatística	60	Obrigatória
4	Coordenação do Curso de Letras - Libras	Libras	60	Optativa
5	Coordenação do Curso de Letras Vernáculas	Comunicação e Expressão	60	Optativa
6	Departamento de Ciências Econômicas	Elementos de Economia	60	Obrigatória
7	Departamento de Ciências Jurídicas	Direito e Legislação de Terra	60	Obrigatória
8	Departamento de Ciências Sociais	Humanidades, Ciências Sociais e Cidadania	60	Optativa
09	Departamento de Computação	Programação de Computadores	60	Obrigatória
10	Departamento de Construção Civil e Arquitetura	Higiene e Segurança do Trabalho	60	Obrigatória
11		Geometria Descritiva	60	Optativa
12		Construção Civil e Materiais	60	Optativa
13	Departamento de Estruturas	Mecânica Geral	60	Obrigatória
14		Resistência dos Materiais	60	Obrigatória
15	Departamento de Filosofia	Introdução à Metodologia Científica	60	Obrigatória
16	Departamento de Física	Física Geral I	60	Obrigatória
17		Física Geral IV	60	Obrigatória
18		Física Geral II	60	Optativa
19	Departamento de Matemática	Álgebra Linear	60	Obrigatória
20		Cálculo Diferencial e Integral I	90	Obrigatória
21		Cálculo Diferencial e Integral II	60	Obrigatória
22		Cálculo Numérico	60	Obrigatória
23		Geometria Analítica	60	Obrigatória
24	Departamento de Química	Química Geral	60	Optativa
25	Departamento de Recursos Hídricos, Geotecnia e Saneamento Ambiental	Ciências do Ambiente	45	Obrigatória
26		Fundamentos de Geologia e Geoquímica	60	Obrigatória
27		Hidrologia	60	Obrigatória
28		Mecânica dos Solos	60	Obrigatória
29		Saneamento Básico	60	Obrigatória
30		Fenômenos de Transportes	60	Optativa
31		Hidráulica	60	Optativa

Nº	Departamento	DISCIPLINAS	Carga Horária	Status
32	Departamento de Transportes e Geomática	Ajustamento de Observações I	60	Obrigatória
33		Ajustamento de Observações II	60	Optativa
34		Astronomia Aplicada	60	Optativa
35		Astronomia de Posição	60	Obrigatória
36		Avaliações e Perícias	60	Obrigatória
37		CAD – Desenho Assistido por Computador	60	Optativa
38		Cadastro Territorial	60	Obrigatória
39		Cartografia Digital e Topográfica	60	Obrigatória
40		Cartografia Geral	60	Obrigatória
41		Cartografia Temática	60	Obrigatória
42		Desenho Técnico e Topográfico	90	Obrigatória
43		Desenvolvimento de Soluções Geoespaciais	60	Obrigatória
44		Engenharia de Tráfego	60	Optativa
45		Equipamento de Construção	60	Optativa
46		Estágio Supervisionado	165	Obrigatória
47		Fotogrametria I	60	Obrigatória
48		Fotogrametria II	60	Obrigatória
49		Fotointerpretação	60	Optativa
50		Geodésia Espacial	60	Obrigatória
51		Geodésia Física	60	Obrigatória
52		Geodésia Geométrica	60	Obrigatória
53		Geografia	60	Optativa
54		Gestão de Dados Espaciais	60	Obrigatória
55		Introdução ao Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura	15	Obrigatória
56		InSAR	60	Optativa
57		Instrumentação Topográfica	60	Obrigatória
58		Levantamentos Especiais I	60	Obrigatória
59		Levantamento Especiais II	60	Obrigatória
60		Obras de Terra	60	Optativa
61		Parcelamento Territorial	60	Obrigatória
62		Pavimentação	60	Obrigatória
63		Processamento Digital de Imagens	60	Obrigatória
64		Projeto e Análise de Redes Geodésicas	60	Obrigatória
65	Projeções Cartográficas	60	Obrigatória	
66	Projeto de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura	60	Optativa	
67	Projeto de Estradas	90	Obrigatória	
68	Sensoriamento Remoto	60	Obrigatória	
69	Sistema de Informação Geográfica (SIG)	60	Obrigatória	
70	Storytelling com Dados	60	Optativa	
71	Tópicos Especiais I	60	Optativa	
72	Tópicos Especiais II	60	Optativa	
73	Tópicos Especiais III	60	Optativa	

Nº	Departamento	DISCIPLINAS	Carga Horária	Status
74	Departamento de Transportes	Tópicos Especiais IV	60	Optativa
75		Tópicos Especiais V	60	Optativa
76		Topografia I	90	Obrigatória
77		Topografia II	90	Obrigatória
78		Topografia III	60	Obrigatória
79		Trabalho de Conclusão De Curso I	30	Obrigatória
80		Trabalho de Conclusão De Curso II	30	Obrigatória
81		Trabalho de Conclusão De Curso III	30	Obrigatória
82		Transportes	60	Obrigatória

7.6. Plano de Adaptação Curricular

Implantada a matriz curricular 2 do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, todos os alunos se submeterão ao plano de adaptação curricular considerando os seguintes itens:

- Os alunos que cursaram até 40% da carga horária integralizada no período anterior à sua implantação, serão transferidos compulsoriamente para a nova estrutura curricular, respeitando o quadro de equivalência abaixo;
- Os alunos que cursaram acima de 40% até 80% da carga horária integralizada no período anterior à sua implantação poderão optar pela migração para o currículo 2 ou permanência no currículo 1 após análise do histórico acadêmico junto à coordenação e assinatura de Termo de Anuência.
- Os alunos que cursaram mais de 80% da carga horária integralizada no período anterior à sua implantação, mediante assinatura de Termo de Anuência, poderão permanecer no currículo anterior.
- Os alunos que optarem em permanecer no currículo 1 da Engenharia Cartográfica e de Agrimensura terão prazo para conclusão do curso estabelecido pela coordenação, porém não concluindo neste prazo, serão transferidos compulsoriamente para a nova estrutura curricular, respeitando o quadro de equivalência abaixo;
- As disciplinas cursadas nos currículos anteriores que não constam neste currículo poderão ser aproveitadas como disciplinas eletivas até o limite de 60 horas.

7.6.1. Planilha de Equivalências

COMPONENTE CURRICULAR ESTRUTURA Nº 01		PRÉ-REQUISITO (NOME E CÓDIGO)	RECIPROCIDADE	COMPONENTE CURRICULAR ESTRUTURA NOVA		PRÉ-REQUISITO (NOME E CÓDIGO)	ABRANGÊNCIA (Global ou Específica – Resolução CEPEX 177/12)
CÓDIGO	NOME			CÓDIGO	NOME		
DTR111	Ajustamento de Observações	DMA0023 - Álgebra Linear e Geometria Analítica, DMA0156 - Cálculo Diferencial e Integral II T e DTR110 - Topografia II	====>	NOVO	Ajustamento de Observações I	NOVO - Probabilidade e Estatística, DMAT/CCN006 - Álgebra Linear, DMAT/CCN048 - Cálculo Numérico e NOVO - Topografia II	Específica
DMA0023	Álgebra Linear e Geometria Analítica	Não tem	====>	DMAT/CCN006	Álgebra Linear	DMAT/CCN004 - Geometria Analítica	Específica
DTR0078	Astronomia de Posição	DTR110 - Topografia II	<====>	NOVO	Astronomia de Posição	NOVO - Topografia II	Específica
DTR108	CAD – Desenho Assistido por Computador	DTR106 - Desenho Técnico	====>	NOVO	CAD – Desenho Assistido por Computador	NOVO - Desenho Técnico e Topográfico	Específica
DMA0156	Cálculo Diferencial e Integral II T	DMA0155 - Cálculo Diferencial e Integral I	<====>	DMAT/CCN005	Cálculo Diferencial e Integral II	DMA0155 - Cálculo Diferencial e Integral I	Específica
DIE0069	Cálculo Numérico T	DMA0155 - Cálculo Diferencial e Integral I e DC002 - Programação de Computadores	<====>	DMAT/CCN048	Cálculo Numérico	DMA0155 - Cálculo Diferencial e Integral I e DC002 - Programação de Computadores	Específica
DTR117	Cartografia Digital, Topográfica e Temática	DTR108 - CAD – Desenho Assistido por Computador, CGB0002 - Probabilidade e Estatística T e DTR113 - Cartografia Geral	====>	NOVO	Cartografia Digital e Topográfica	NOVO - Projeções Cartográficas	Específica
DTR113	Cartografia Geral	DTR112 - Geodésia I	<====>	NOVO	Cartografia Geral	Não tem	Específica
DTR117	Cartografia Digital, Topográfica e Temática	DTR108 - CAD – Desenho Assistido por Computador, CGB0002 - Probabilidade e Estatística T e DTR113 - Cartografia Geral	====>	NOVO	Cartografia Temática	Novo - Cartografia Digital e Topográfica	Específica

DTR106	Desenho Técnico	Não tem	====>	NOVO	Desenho Técnico e Topográfico	Não tem	Específica
DTR123	Engenharia de Tráfego	DTR0030 - Transportes	<====>	NOVO	Engenharia de Tráfego	NOVO - Transportes	Específica
DFI0013	Física Geral I	Não tem	<====>	NOVO	Física Geral I	Não tem	Específica
DFI0018	Física Geral II T	DFI0013 - Física Geral I	<====>	NOVO	Física Geral II	NOVO - Física Geral I	Específica
DTR0038	Fotogrametria I	DTR110 - Topografia II	<====>	NOVO	Fotogrametria I	NOVO - Ajustamento de Observações I	Específica
DTR115	Geodésia II	DTR112 - Geodésia I	====>	NOVO	Geodésia Espacial	NOVO - Geodésia Geométrica	Específica
DTR115	Geodésia II	DTR112 - Geodésia I	====>	NOVO	Geodésia Física	NOVO - Geodésia Espacial	Específica
DTR112	Geodésia I	DTR111 - Ajustamento de Observações e DTR0078 - Astronomia de Posição	====>	NOVO	Geodésia Geométrica	NOVO - Topografia II, NOVO - Ajustamento de Observações e NOVO - Astronomia de Posição	Específica
DMA0023	Álgebra Linear e Geometria Analítica	Não tem	====>	DMAT/CCN004	Geometria Analítica	Não tem	Específica
DTR119	Levantamentos Especiais	DTR115 - Geodésia II	====>	NOVO	Levantamentos Especiais I	NOVO - Geodésia Espacial	Específica
DTR0083	Locações Especiais e Batimetria	DTR115 - Geodésia II	====>	NOVO	Levantamentos Especiais II	NOVO - Levantamentos Especiais I	Específica
DRH0039	Mecânica dos Solos A	DES0076 - Resistência dos Materiais A e DRH0037 - Fenômenos de Transportes	<====>	DRH0039	Mecânica dos Solos	NOVO - Mecânica Geral	Específica
DEST077	Mecânica dos Sólidos	DMA0155 - Cálculo Diferencial e Integral I e DMA0023 - Álgebra Linear e Geometria Analítica	<====>	DEST/CT001	Mecânica Geral	DMA0155 - Cálculo Diferencial e Integral I e NOVO - Álgebra Linear	Específica
DTR116	Parcelamento Territorial	DTR122 - Agrimensura Aplicada	====>	NOVO	Parcelamento Territorial	NOVO - Topografia III e DCJ0027 - Direito e Legislação de Terra	Específica
CGB0002	Probabilidade e Estatística	DMA0155 - Cálculo Diferencial e Integral I	====>	CGBEST/CCN010	Probabilidade e Estatística	DMA0155 - Cálculo Diferencial e Integral I	Específica
DTR114	Processamento Digital de Imagens	DC002 - Programação de Computadores e DFIS256 - Física IV	<====>	NOVO	Processamento Digital de Imagens	NOVO - Sensoriamento Remoto DMAT/CCN048	Específica

DTR118	Projeto e Análise de Redes Geodésicas	DIE0069 - Cálculo Numérico T, DES0076 - Resistência dos Materiais A e DTR115 - Geodésia II	<====>	NOVO	Projeto e Análise de Redes Geodésicas	NOVO- Cálculo Numérico T, NOVO - Resistência dos Materiais e NOVO - Geodésia Espacial	Específica
DQU0004	Química Geral	Não tem	====>	DQUI.CCN002	Química Geral	Não tem	Específica
DTR0082	Sensoriamento Remoto	DTR0038 - Fotogrametria I e DTR114 - Processamento Digital de Imagens	<====>	NOVO	Sensoriamento Remoto	DFIS256 - Física Geral IV e NOVO - Fotogrametria I	Específica
DTR0091	Sistema de Informação Geográfica	DTR110 - Topografia II e DTR0082 - Sensoriamento Remoto	====>	NOVO	Sistema de Informação Geográfica	NOVO - Gestão de Dados Espaciais	Específica
DTR109	Topografia I	Não tem	<====>	NOVO	Topografia I	Desenho Técnico e Topográfico	Específica
DTR110	Topografia II	DTR109 - Topografia I	<====>	NOVO	Topografia II	NOVO - Topografia I	Específica
DTR0080	Topografia III	DTR111 - Ajustamento de Observações	====>	NOVO	Topografia III	NOVO - Topografia II	Específica
DTR120	Trabalho de Conclusão de Curso I	DFI0254 - Introdução à Metodologia Científica, DTR115 - Geodésia II e DTR0082 - Sensoriamento Remoto	<====>	DTR120	Trabalho de Conclusão de Curso I	DFI0254 - Introdução à Metodologia Científica + NOVO - Geodésia Espacial + NOVO - Gestão de Dados Espaciais + NOVO - Sensoriamento Remoto.	Específica
DTR121	Trabalho de Conclusão de Curso II	DTR120 - Trabalho de Conclusão de Curso I	====>	NOVO	Trabalho de Conclusão de Curso II	NOVO - Trabalho de Conclusão de Curso I	Específica
DTR121	Trabalho de Conclusão de Curso II	DTR120 - Trabalho de Conclusão de Curso I	====>	NOVO	Trabalho de Conclusão de Curso III	NOVO - Trabalho de Conclusão de Curso III	Específica
DTR0030	Transportes	CGB0002 - Probabilidade e Estatística T	<====>	NOVO	Transportes	NOVO - Probabilidade e Estatística	Específica

8. ATIVIDADES ACADÊMICAS ESPECÍFICAS

As diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em engenharia estabelecem a obrigatoriedade dos estágios curriculares sob supervisão direta da IES, trabalhos de síntese e integração dos conhecimentos adquiridos e atividades complementares.

8.1. Estágio Curricular Supervisionado

De acordo com as Normas de Funcionamento dos Cursos de Graduação da UFPI (Resolução Nº 177/2012 CEPEX - UFPI), o Estágio Supervisionado em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura é uma atividade acadêmica específica, que prepara o discente para o trabalho produtivo, com o objetivo de aprendizagem social, profissional e cultural, constituindo-se uma intervenção prática em situações de vida e trabalho. O estágio obrigatório proporciona ao aluno uma complementação profissional, colocando-o em contato com o mercado de trabalho, dando-lhe a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos em empresas públicas, privadas ou nos laboratórios do Departamento de Transportes e Geomática, sob orientação de professores do referido departamento.

O cumprimento do estágio supervisionado segue as exigências legais em relação às diretrizes curriculares do MEC (CNE/CES nº 01/2019) para os cursos de engenharia, o Regimento Geral desta instituição de educação superior e normatização específica do âmbito acadêmico da UFPI. De acordo com tais documentos, o estágio supervisionado é uma das atividades constantes no currículo pleno, para aprofundamento ou aplicação de estudos, a serem desenvolvidas pelo corpo discente.

A operacionalização do estágio supervisionado é de responsabilidade da Coordenação Geral de Estágio (CGE), setor da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PREG, que desenvolve a parte administrativa dos convênios relacionados a estágio e presta assessoria à Coordenadoria de Estágio do Curso, na elaboração e sistematização das programações.

O estágio supervisionado deve ser iniciado a partir do momento em que o aluno integralize as disciplinas Cartografia Digital e Topográfica, Fotogrametria I e Geodésia Geométrica de modo que o aluno vá se familiarizando com o mercado de trabalho e será realizado em horário diferenciado das atividades escolares.

O estágio supervisionado poderá ser do seguinte tipo, de acordo com sua natureza:

- Atividade de orientação individual, quando cada aluno dispõe do seu próprio orientador e executa o estágio de forma autônoma;

- Atividade especial coletiva, quando o professor orienta coletivamente um grupo de alunos em atividades de preparação ou prática para o exercício profissional.

O estágio supervisionado pode ser realizado na própria UFPI, na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob a responsabilidade e coordenação da UFPI, de acordo com a legislação federal específica. O desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado obrigatório deverá obedecer ao Regulamento do Estágio Supervisionado (Apêndice).

Para a realização de estágio junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado faz-se necessária a formalização de convênio, a ser firmado diretamente com a UFPI, mediante assinatura de termo de compromisso com interveniência obrigatória da Coordenadoria Geral de Estágio/PREG.

O programa do estágio supervisionado tem conteúdo variável, dependendo do tipo de empresa e estágio, sendo que no decorrer da atividade serão exigidos os seguintes itens:

- Elaboração de um plano de trabalho;
- Elaboração de um relatório final das atividades realizadas durante o estágio, trazendo a descrição das experiências e atividades desenvolvidas.

8.2. Trabalho de Conclusão de Curso

Como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Engenheiro Cartógrafo e Agrimensor, os estudantes do curso necessitam, obrigatoriamente, desenvolver um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Segundo as Normas de Funcionamento dos Cursos de Graduação da UFPI (Resolução Nº 177/2012 CEPEX - UFPI), o TCC é uma atividade acadêmica específica, que corresponde a uma produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso.

O objetivo do TCC é consolidar os conhecimentos e exigir do aluno demonstração de sua capacidade criativa e habilidade na aplicação de conhecimentos técnicos e científicos para solução de problemas da área de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.

O TCC poderá ser realizado na forma de artigo científico para publicação ou monografia e ser desenvolvido individualmente ou em grupo de até 2(dois) alunos, sob orientação de um professor designado para esse fim, sendo que cada professor poderá orientar no máximo 5 (cinco) Trabalhos de Conclusão de Curso por semestre.

O desenvolvimento do TCC será dividido em três etapas:

- TCC I, com 30 horas e pré-requisitos as disciplinas Introdução à Metodologia Científica, Geodésia Espacial, Gestão de Dados Espaciais e Sensoriamento Remoto, para estudos dos fundamentos teóricos metodológicos do TCC, definição do tema, pré-projeto e convite do professor orientador;
- TCC II, com 30 horas e pré-requisito TCC I, sob a orientação do Professor(a) escolhido ao final de TCCI, desenvolver o início do trabalho escrito, como a fundamentação teórica e providências para o desenvolvimento de atividade de campo quando convier.
- TCC III, com 30 horas e pré-requisito TCC II, para continuação do trabalho escrito, execução do trabalho de campo, finalização do método, resultados e conclusão da Monografia ou Artigo.

A orientação do TCC deve ser garantida a todos os estudantes e realizada por pelo menos um docente-orientador, pertencente ao quadro de professores que ministram disciplinas no curso, indicado pelo Colegiado do curso e acordado pelo discente. A carga horária do docente-orientador será de no máximo $\frac{1}{4}$ (um quarto) daquela definida para o discente por trabalho e se inicia no TCC2.

O TCC deverá apresentar caráter abrangente e versará sobre pelo menos uma das áreas específicas do curso (geodésia, topografia, fotogrametria, cartografia, astronomia de posição, sensoriamento remoto, cadastro territorial, sistemas de informações geográficas, georreferenciamento) ou a aplicação destas áreas em outras áreas afins e correlatas.

A construção do TCC deverá obedecer às Normas para o Trabalho de Conclusão de Curso (Apêndice: Normas para o Trabalho de Conclusão de Curso), aprovadas pelo Colegiado do curso, e poderá ser iniciado quando o aluno tiver as disciplinas Introdução à Metodologia Científica, Gestão de Dados Espaciais, Geodésia Espacial e Sensoriamento Remoto, desde que o aluno tenha, ao fim de TCC I, um docente-orientador e um tema central de sua escolha. O TCC será avaliado através de apresentação e defesa oral, além da avaliação do documento, sendo que o número de cópias deverá ser igual ao número de membros da banca examinadora, composta pelo orientador e coorientador (se existir) e mais dois membros avaliadores. O critério de avaliação deverá considerar a capacidade do discente em defender o TCC de maneira clara, apresentando domínio sobre os fundamentos das áreas de conhecimentos envolvidos. Caberá à banca atribuir uma nota de zero a dez, que considere os quesitos de defesa, relevância do tema e documento escrito apresentado.

8.3. Atividades Complementares

Conforme as Normas de Funcionamento dos Cursos de Graduação da UFPI (Resolução Nº 177/2012 CEPEX - UFPI), as atividades complementares constituem um conjunto de estratégias

didático-pedagógicas que permitem aos alunos a articulação entre a teoria, a prática e a complementação, por parte do estudante, dos saberes e habilidades para a sua formação. Visam o enriquecimento acadêmico, têm carga horária de 120 horas e são compostas de:

- Exercício de monitoria;
- Participação em PET;
- Participação em pesquisa e projetos institucionais;
- Participação em grupos de estudo/pesquisa sob supervisão de professores e/ou alunos dos Cursos de Mestrado e/ou Doutorado da UFPI;
- Atividades de apresentação e/ou organização de eventos gerais: congressos, seminários, conferências, palestras, fóruns, semanas acadêmicas (participação e organização);
- Experiências profissionais e/ou complementares: realização de estágios não obrigatórios cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão, realização de estágios em Empresa Júnior/Incubadora de Empresas, participação em projetos sociais governamentais e não governamentais e participação em programas de bolsa da UFPI;
- Trabalhos publicados em revistas indexadas, jornais e anais, bem como apresentação de trabalhos em eventos científicos e aprovação ou premiação em concursos;
- Atividades de extensão: cursos à distância, estudos realizados em programas de extensão e participação em projetos de extensão;
- Vivências de gestão: participação em órgãos colegiados da UFPI, participação em comitês ou comissões de trabalho na UFPI, não relacionados a eventos, e participação em entidades estudantis da UFPI como membro de diretoria;
- Atividades artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas: participação em grupos de arte, tais como, teatro, dança, coral, poesia, música e produção ou elaboração de vídeos, softwares, exposições e programas radiofônicos;
- Disciplinas eletivas.

Visando o equilíbrio entre as diversas modalidades de atividades, a carga horária e as exigências estão distribuídas de acordo com os limites indicados no quadro de atividades complementares abaixo:

CATEGORIA: Exercício de Monitoria					
Carga horária máxima da categoria (Resolução CEPEX/UFPI nº 177/12):					
Carga horária máxima do currículo na categoria: 60h					
COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
CCEC001	Exercício de monitoria	Exercício de monitoria remunerada ou não remunerada	60	60	Relatório do professor orientador e/ou declarações dos órgãos/unidades competentes

CATEGORIA: Participação em PET					
Carga horária máxima da categoria (Resolução CEPEX/UFPI nº 177/12):					
Carga horária máxima do currículo na categoria: 60h					
COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
CCEC002	Participação em PET	Participação em PET	60	60	Relatório do professor orientador e/ou declarações dos órgãos/unidades competentes

CATEGORIA: Participação em pesquisa e em projetos institucionais					
Carga horária máxima da categoria (Resolução CEPEX/UFPI nº 177/12):					
Carga horária máxima do currículo na categoria: 60h					
COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
CCEC003	Participação em pesquisa e projetos institucionais	Participação em pesquisa e projetos institucionais	60	60	Relatório do professor orientador e/ou declarações dos órgãos/unidades competentes

CATEGORIA: Participação em grupos de estudo/pesquisa					
Carga horária máxima da categoria (Resolução CEPEX/UFPI nº 177/12):					
Carga horária máxima do currículo na categoria: 60h					
COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
CCEC004	Participação em grupos de estudo/pesquisa	Participação em grupos de estudo/pesquisa sob supervisão de professores e/ou alunos dos Cursos de Mestrado e/ou Doutorado da UFPI	60	60	Relatório do professor orientador e/ou declarações dos órgãos/unidades competentes

CATEGORIA: Atividades de participação e/ou organização de eventos gerais					
Carga horária máxima da categoria (Resolução CEPEX/UFPI nº 177/12):					
Carga horária máxima do currículo na categoria: 60h					
COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
CCEC005	Atividades de participação e/ou organização de eventos	Atividades de participação e/ou organização de eventos gerais em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fórum, semanas acadêmicas	60	60	Certificado de participação, apresentação de relatórios e declarações dos órgãos/unidades competentes

CATEGORIA: Experiências profissionais e/ou complementares 1, 2, 3 e 4.					
Carga horária máxima da categoria (Resolução CEPEX/UFPI nº 177/12):					
Carga horária máxima do currículo na categoria: 120h					
COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
CCEC006	Experiências profissionais e/ou complementares 1.	Participação em Comissão de Elaboração de Projetos Institucionais (PPP, PDI, estatutos e regimentos)	10	10	Atestados de participação e apresentação de relatórios técnicos

CCEC007	Experiências profissionais e/ou complementares 2.	Participação como bolsista da PRAEC	10	10	Declaração PRAEC
CCEC008	Experiências profissionais e/ou complementares 3.	Experiência profissional como docente, com dedicação semanal de até 20 h, por um período mínimo de um semestre	40	40	Declaração da instituição, contrato de trabalho ou carteira de trabalho.
CCEC009	Experiências profissionais e/ou complementares 4.	Realização de estágios não obrigatórios cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão, realização de estágios em Empresa Júnior/Incubadora de Empresas, participação em projetos sociais governamentais e não governamentais e participação em programas de bolsa da UFPI	60	60	Termo de compromisso de estágio não obrigatório ou atestados de participação.

<p align="center">CATEGORIA: Trabalhos Publicados 1 e 2 Carga horária máxima da categoria (Resolução CEPEX/UFPI nº 177/12): Carga horária máxima do currículo na categoria: 90h</p>					
COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
CCEC010	Trabalhos publicados 1	Trabalhos publicados revistas indexadas, jornais e anais, internacionais	50	40	Cópias dos artigos publicados e outros documentos comprobatórios
CCEC011	Trabalhos publicados 2	Trabalhos publicados revistas indexadas, jornais e anais, nacionais	40	40	Cópias dos artigos publicados e outros documentos comprobatórios

CATEGORIA: Atividades de extensão					
Carga horária máxima da categoria (Resolução CEPEX/UFPI nº 177/12):					
Carga horária máxima do currículo na categoria: 90h					
COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
CCEC012	Atividades de extensão	Cursos à distância, estudos realizados em programas de extensão e participação em projetos de extensão	90	90	Atestados ou certificados de participação, e apresentação de relatórios e projetos registrados na Pró-Reitoria de Extensão

CATEGORIA: Vivências de Gestão 1, 2 e 3					
Carga horária máxima da categoria (Resolução CEPEX/UFPI nº 177/12):					
Carga horária máxima do currículo na categoria: 40h					
COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
CCEC013	Vivências de gestão 1	Participação em órgãos colegiados da UFPI: 15h.	15	15	Atas de reuniões das quais o aluno participou, declaração do órgão/unidade competente, outros atestados de participação.
CCEC014	Vivências de gestão 2	Participação em comitês ou comissões de trabalho na UFPI, não relacionados a eventos: 15h.	15	15	Atas de reuniões das quais o aluno participou, declaração do órgão/unidade competente, outros atestados de participação.
CCEC015	Vivências de gestão 3	Participação em entidades estudantis da UFPI como membro de diretoria: 10h;	10	10	Declaração do órgão/unidade competente, outros atestados de participação.

CATEGORIA: Atividades artístico-culturais, esportivas e produções técnico-científicas					
Carga horária máxima da categoria (Resolução CEPEX/UFPI nº 177/12):					
Carga horária máxima do currículo na categoria: 90h					
COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
CCEC016	Atividades artístico-culturais, esportivas e produções técnico-científicas	Produção ou elaboração de softwares e patentes	90	90	Atestados de participação, apresentação de relatórios e trabalhos produzidos

CATEGORIA: Disciplinas eletivas					
Carga horária máxima da categoria (Resolução CEPEX/UFPI nº 177/12):					
Carga horária máxima do currículo na categoria: 60h					
COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
CCEC017	Disciplinas eletivas	Disciplinas cursadas em outros currículos da Engenharia de Agrimensura da UFPI não constantes no currículo da Engenharia Cartográfica e de Agrimensura da UFPI	60	60	Histórico escolar.

Ainda conforme as Normas de Funcionamento dos Cursos de Graduação da UFPI (Resolução Nº 177/2012 CEPEX - UFPI) as atividades complementares, devem ser:

- Realizadas a partir do ingresso do aluno no curso;
- Compatíveis com este Projeto Pedagógico;
- Variadas, com pelo menos 2 (duas) categorias (atividades) entre as citadas anteriormente.

O Calendário Acadêmico estipulará período para registro de atividades complementares pelo aluno no sistema eletrônico de cadastro, cada período letivo, bem como, estipulará período para avaliação das atividades complementares pela Coordenação do Curso, até 60 (sessenta) dias antes do prazo para a colação de grau do aluno.

O Coordenador do Curso avaliará o desempenho do aluno nas atividades complementares, emitindo a decisão Deferido/Indeferido, estipulando a carga horária a ser aproveitada de acordo com as normas estabelecidas para o curso, e homologará no sistema para que a sejam incluídas no histórico do aluno.

Os casos de alunos ingressos no Curso através de transferência de outra IES e mudança de curso, que já tiverem participado de atividades complementares, serão avaliados pelo Coordenador do Curso, que poderá computar total ou parte da carga horária atribuída pela Instituição ou curso de origem, de acordo com as disposições da Resolução N°177/12 - CEPEX e normatizações internas.

9. SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

A aplicação do sistema de acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura será responsabilidade da Coordenação, Núcleo Docente Estruturante e Colegiado. Deve ser entendida como uma atitude de responsabilidade da instituição, dos professores, dos técnicos administrativos e dos alunos.

Deve ser concebida como um momento de reflexão sobre as diferentes dimensões do processo formativo, como a implementação do projeto pedagógico, as metodologias utilizadas, a abordagem dos conteúdos, a relação professor-aluno e os instrumentos de avaliação acadêmica, entre outros. Deve ser de natureza processual e contínua, centrada na análise e reflexão do direcionamento do plano de curso, das atividades curriculares e do desenvolvimento do aluno, bem como ser sistemática, inclusiva e abrangente.

9.1. Orientação Acadêmica

A orientação acadêmica tem como objetivo contribuir para que os estudantes ingressantes na UFPI tenham melhor acompanhamento por parte dos docentes durante o curso, proporcionando condições de obterem maior conhecimento da instituição, como por exemplo, o conhecimento dos seus direitos e obrigações e melhor formação profissional, bem como, é uma forma de auxiliar o aluno na escolha das disciplinas a serem cursadas, orientar sobre os diversos procedimentos administrativos, estimular o aluno a desenvolver suas aptidões, etc.

Os alunos do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura contarão com Orientação Acadêmica dos professores que ministram disciplinas específicas do Curso, dispostos a ajudá-los durante todo o seu curso.

São competências do Professor Orientador:

- Familiarizar o aluno sobre as características e peculiaridades do curso;
- Auxiliar na seleção das disciplinas a serem cursadas em cada semestre, principalmente nas matérias optativas, onde existe uma tendência de agrupá-las conforme o campo de atuação profissional;
- Orientar o aluno na matrícula quanto aos pré-requisitos das disciplinas;

- Informar sobre a existência de auxílio financeiro que a UFPI oferece através do Programa de Bolsas Institucionais tais como: Monitoria, Iniciação Científica, entre outras;
- Informar o funcionamento da estrutura da UFPI (Conselhos, Pró-Reitorias, Coordenações, Departamentos, Bibliotecas, etc.) e das instituições complementares como Escritório Escola, Empresa Júnior e Centro Acadêmico;
- Acompanhar o desempenho acadêmico do aluno;
- Orientar sobre participação em estágios profissionalizantes;
- Conhecer a Resolução que fixa o currículo do Curso, o Projeto Pedagógico do Curso e as Resoluções que estiverem em vigor e que normatizam todo o percurso do aluno na UFPI desde seu ingresso até sua colação, contidas no Manual do Aluno.

9.2. Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem

No processo de ensino e aprendizagem o aluno constrói o conhecimento e desenvolve as competências necessárias para exercer sua profissão. Caracteriza-se como uma sequência ordenada, períodos de atividades com certo sentido, segmentos em que se pode notar uma trama hierárquica de atividades incluídas umas nas outras, que servem para dar sentido unitário à ação de ensinar. Este processo envolve relações entre pessoas e está imbuído de várias sutilezas como a negociação, controle, persuasão, entre outras. Por outro lado, em razão de seu caráter interativo, evoca atividades como: instruir, supervisionar, servir e colaborar. Também requer intervenções que, mediadas pela linguagem, manifestam a afetividade, a subjetividade e as intenções dos agentes.

O papel do professor está intimamente relacionado ao perfil do egresso que esse curso objetiva formar, desta maneira, tem por finalidade, fomentar saberes que requer, além de saberes éticos, morais e técnico-científicos, estéticos, lúdicos, artísticos e biosociais, também, saberes afetivos, interpessoais, pessoais, comunicacionais e dialógicos, inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo para que a relação estabelecida entre alunos e professores possa favorecer o processo de ensino e de aprendizagem. Assim, nesse caso, o professor será o mediador do processo de construção do conhecimento científico necessário à formação do aluno egresso desse curso, desempenhando papéis de orientadores seja na sala de aula, no ambiente acadêmico ou nas instituições onde o processo é realizado.

O papel do aluno enquanto um dos sujeitos do processo de ensinar e aprender é de assumir uma postura de curiosidade epistemológica, marcada pelo interesse por novas aprendizagens com a finalidade de desenvolver a capacidade de trabalhar coletivamente, atitudes de ética e de humanização, responsabilidade e espírito crítico-reflexivo.

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem deve ter como finalidade a integração dos conteúdos vistos como meio e não como fim da aprendizagem, bem como deve haver coerência entre o sistema de avaliação, a concepção do curso e o projeto pedagógico do curso. Neste processo deve-se acompanhar a evolução do aluno, identificar avanços e dificuldades que possibilitem a tomada de decisões e a intervenção, quando necessário, para o alcance das competências e habilidades propostas. As avaliações devem basear-se nas competências e habilidades e conteúdos curriculares desenvolvidos tendo como referência as diretrizes curriculares.

O curso utiliza metodologias e critérios para o acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem, em consonância com o sistema de avaliação definido pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPEX) e Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) da UFPI.

A verificação do rendimento escolar obedece aos preceitos da Resolução N°177/12-CEPEX, Normas de Funcionamento dos Cursos de Graduação da UFPI (2012), segundo a qual a verificação do rendimento acadêmico é feita por período letivo, em cada disciplina, compreendendo a avaliação da aprendizagem e da assiduidade e conseqüente integralização como componente curricular.

Para efeito de registro, o número de notas parciais deverá ser proporcional à carga horária da disciplina, respeitado o mínimo de: I – 2 (duas), nas disciplinas com carga horária igual ou inferior a 45 horas; II – 3 (três), nas disciplinas com carga horária de 60 a 75 horas; III – 4 (quatro), nas disciplinas com carga horária superior a 75 horas. O tipo de instrumento utilizado pelo professor, para avaliação da aprendizagem, deverá considerar a sistemática de avaliação definida no projeto pedagógico do curso, podendo incluir prova escrita, oral ou prática, trabalho de pesquisa, de campo, individual ou em grupo, seminário ou outros instrumentos constantes no plano de disciplina, de acordo com a natureza da disciplina e especificidades da turma.

A assiduidade é aferida através da frequência às atividades didáticas (aulas teóricas e práticas e demais atividades exigidas em cada disciplina) programadas para o período letivo e o aproveitamento acadêmico é avaliado através de acompanhamento contínuo do desempenho do aluno e, especialmente, dos resultados obtidos nos exames parciais e no final, proporcionais à carga horária da disciplina. São considerados exames parciais todas as verificações realizadas ao longo do período letivo, para avaliação progressiva do aproveitamento do aluno. O exame final corresponde a aplicação de uma prova, após o encerramento do período letivo, abrangendo o conjunto do conteúdo programático da disciplina, não podendo, em qualquer caso, ser inferior a 50% (cinquenta por cento) desse conteúdo. É considerado como reprovado na disciplina, o aluno que não obtiver 75% (setenta e cinco por cento) da frequência às atividades didáticas respectivas programadas no período letivo, sendo atribuída a média final igual a 0,0 (zero), bem como cuja média parcial for menor que 4,0

(quatro). Comprovada a assiduidade, a média mínima para “aprovação por média” é 7,0 (sete) e para “aprovação no exame final” é 6,0 (seis).

No âmbito dos docentes, os professores são avaliados semestralmente pelo corpo discente, para a coordenação do curso e departamentos envolvidos contarem, constantemente, com elementos críticos que permitam a evolução de seu desempenho e da disciplina ministrada. O instrumento avaliativo foi elaborado de acordo com a Resolução N° 007/92 do Conselho Universitário e aplicado, depois de cumpridos pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina, aplicando-se o questionário por amostragem aleatória de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos alunos, para turmas com número de alunos superior a 10 (dez) e à totalidade dos alunos, para turmas com número inferior a 10 (dez).

9.3. Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

O processo de avaliação do projeto pedagógico do curso deve ser realizado em conjunto pela Coordenação, Colegiado e pelo Núcleo Docente Estruturante, procurando identificar erros e acertos, redefinindo ações e metas, objetivando o melhoramento contínuo. A avaliação deve ser vista como um instrumento de construção e não de punição.

A dinâmica de avaliação deste PPC pelo NDE do curso deverá acontecer ao longo dos anos de sua implantação, acompanhando a primeira turma, visando levantar dados que permitam indicar alterações na estrutura e nos objetivos do curso que se revelem necessárias. Esta avaliação terá como objeto a proposta como um todo, partindo de reflexões sobre a concepção do curso – sua pertinência e atendimento às demandas da comunidade, ao campo profissional do educador do campo, o perfil do egresso, os objetivos propostos: integração dos conteúdos; relação teoria-prática, flexibilização do currículo, o planejamento realizado em conjunto pelas/os professoras/es no início do semestre; a concretização dos seminários integradores e dinâmica da alternância, ementas, da bibliografia, da carga horária, dos critérios de avaliação e das equivalências entre os componentes curriculares, dentre outros aspectos do PPC, visando diagnosticar dificuldades, conquistas e propor sugestões.

Nesse sentido, algumas estratégias devem ser desenvolvidas, tais como:

- Encontros para avaliação ao final de cada semestre/ano com a participação do conjunto de professoras/es e estudantes e parceiros da sociedade com o objetivo de relatar o acompanhamento realizado ao longo do ano e discutir as dificuldades, conquistas e sugestões propostas.
- Realização de fóruns abertos de avaliação do PPC, envolvendo a comunidade acadêmica;



- Avaliação do desempenho acadêmico, semestral por meio de questionários de avaliação e autoavaliação para professores e estudantes;
- Incentivar a vivência de práticas inovadoras e criativas para avaliar a aprendizagem dos alunos, tomando por base o desenvolvimento de competências e habilidades básicas para sua formação;
- Realizar reuniões pedagógicas com objetivos de socializar experiências novas;
- Com o término da primeira turma deste PPC, realizar encontro para avaliação geral do PPC. Assim como, avaliar por meio de questionário a satisfação dos egressos e do mercado de trabalho com relação ao curso.

Assim, o acompanhamento sistemático e permanente do Projeto Pedagógico do Curso configura-se como uma condição essencial para a concretização dos objetivos por ele propostos. Deve contar com o envolvimento de professores, estudantes, egressos do curso e mercado de trabalho, sendo aberta à participação de outros profissionais que possam contribuir para o aprimoramento do Projeto e, conseqüentemente, do Curso.

Cabe ao Núcleo Docente Estruturante a gestão do processo de avaliação do curso, que deve ser conduzida com o apoio do colegiado do curso e dos demais setores administrativo-pedagógico da instituição, permanentemente inteirados do desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e que dê respaldo às necessidades que se apresentem, pensando e viabilizando estratégias para a melhor resolução das situações. Neste sentido, é necessária a avaliação periódica do processo de implementação/implementação do Projeto Pedagógico do Curso, suas dificuldades e êxitos, à luz das informações resultantes da avaliação das disciplinas pelos discentes, da avaliação dos docentes pelos discentes, da autoavaliação institucional, de seminários de avaliação do curso, do resultado da Avaliação *In loco* do INEP, dentre outros. Com base nesta avaliação tomar decisões sobre as reformulações necessárias para o aperfeiçoamento do projeto pedagógico do curso.

Outro processo de avaliação do projeto pedagógico é realizado de maneira geral através da Semana da Engenharia Cartográfica e de Agrimensura – realizada a cada ano, evento no qual toda a comunidade do curso reunida (alunos, professores e profissionais) discute os rumos profissionais da Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.

9.4. Avaliação Institucional

Simultaneamente, deve-se estar atento aos instrumentos avaliativos externos, como as avaliações institucionais da Universidade Federal do Piauí e do Ministério da Educação, utilizando-os como parâmetros para a busca da melhoria da qualidade do ensino público. Dentre os instrumentos avaliativos, deve-se considerar o acompanhamento do Exame Nacional de Desempenho de

Estudantes - ENADE, o qual tem como objetivo aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências e integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. A proposta de acompanhamento centra nas seguintes direções: atender as solicitações de datas e inscrições dos alunos no ENADE, bem como atentar para os conteúdos programáticos adotados no exame.

A avaliação interna é realizada pela Comissão Própria de Avaliação do Centro de Tecnologia (CPA-CT) sendo orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES.

A avaliação externa é realizada pelos órgãos do Sistema Federal de Ensino por meio de comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, tendo como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das autoavaliações. O processo de avaliação externa independente de sua abordagem e se orienta por uma visão multidimensional que busca integrar suas naturezas formativas e de regulação numa perspectiva de globalidade.

10. MEDIDAS PARA CONSOLIDAÇÃO

Neste tópico são apontados quais os encaminhamentos necessários em relação aos recursos humanos, recursos físicos e materiais para a operacionalização deste Projeto Pedagógico.

10.1. Recursos Humanos

A atualização do currículo da Engenharia Cartográfica e de Agrimensura acarretou o acréscimo de novas disciplinas, portanto, para atender o desenvolvimento das atividades acadêmicas das novas disciplinas será necessária a contratação de dois docentes e a criação de mais dois laboratórios didáticos, de acordo com o quadro abaixo:

10.2. Recursos Físicos e Materiais

A atual infraestrutura que atente ao curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura é composta por três laboratórios exclusivos e um laboratório compartilhado. Esses laboratórios não atendem por completo as necessidades pedagógicas do curso pela falta de equipamentos mais modernos e pelo alto custo de manutenção dos equipamentos existentes nas áreas de informática, topografia, geodésia, astronomia, fotogrametria e sensoriamento remoto. Além disso, é fundamental a criação de um Laboratório que atenda a área de cartografia e SIG do curso, pois atualmente é

utilizado um laboratório compartilhado com os outros cursos do Centro de Tecnologia, o Núcleo de Engenharia de Sistemas, que não atende por completo as necessidades específicas do curso.

Assim sendo, para atender às necessidades deste Projeto Pedagógico, faz-se necessário a criação do Laboratório de Cartografia e SIG, equipá-lo, reequipar os Laboratórios de Topografia e Geodésia, de Fotogrametria e Sensoriamento Remoto, além de adequar e melhor equipar o recém-criado Laboratório de Geomática, utilizado como base para os projetos de iniciação científica e de extensão universitária.

Os laboratórios de Topografia e Geodésia e o de Fotogrametria e Sensoriamento Remoto estão equipados para dar apoio à pesquisa, extensão e às atividades didáticas ligadas às disciplinas de graduação oferecidas pelo Departamento de Transportes e Geomática, atendendo diretamente aos Cursos Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo.

Os dois laboratórios didáticos especializados atendem as seguintes disciplinas específicas do do novo currículo: Astronomia Aplicada, Astronomia de Posição, Fotogrametria I, Fotogrametria II, Fotointerpretação, Geodésia Geométrica, Geodésia Espacial, Geodésia Física, Levantamentos Especiais I, Levantamentos Especiais II, Parcelamento Territorial, Projeto e Análise de Redes Geodésicas, Projeto de Estradas, Processamento Digital de Imagens, Sensoriamento Remoto Topografia I, Topografia II, Topografia III.

O Laboratório de Cartografia e SIG atenderá as disciplinas de Cartografia Geral, Projeções Cartográficas, Cartografia Digital e Topográfica, Cartografia Temática, Gestão de Dados Espaciais, Sistemas de Informação Geográfica(SIG) e Desenvolvimento de Soluções Geoespaciais. Até aproximadamente 350 alunos seriam atendidos por semestre.

Existe também o desejo da coordenação de criar associado ao Laboratórios de Topografia e Geomática a estrutura física necessária para a Instrumentação Topográfica, permitindo que nossos alunos aprendam a verificação, calibração e retificação de equipamentos, tornando o nosso curso autossuficiente na manutenção de nossos equipamentos de topografia.

Os equipamentos atualmente disponíveis nos laboratórios específicos do curso estão listados abaixo, no entanto ao menos 50% deles necessite alguma manutenção ou substituição de seus componentes, como baterias. A última aquisição de equipamentos aconteceu há mais de 10 anos e nova aquisição de equipamentos está sendo planejada.

Laboratório de Topografia e Geodésia:

- Receptor GPS Topográfico Ashtech (08);
- Estação Total Trimble 3305 (10);
- Estação Total Trimble S20 (03);
- Teodolito Mecânico Vasconcelos (21);



- Nível NI-007 (01);
- Prumo Zenital PZL 100 (02);
- Nível Automático (17);
- Sistema de receptores GNSS L1 e L2 RTK (UHF-via rádio e NTRIP) com coletor/controlador de dados e software de pós-processamento L1 e L2 (02);
- Sistema de receptores GNSS L1 e L2 com coletor/controlador de dados e software de pós-processamento L1 e L2 (02);
- Receptor GPS de mapeamento e GIS (03);
- Receptor GPS de navegação (03);
- Estação total para medidas com e sem prisma (10);
- Teodolito eletrônico de precisão (10);
- Nível eletrônico digital (02);
- Nível óptico automático (10);
- Ecobatímetro (01).
- Pantógrafo Polar (10);
- Coordenatógrafo Polar (02);

Laboratório de Fotogrametria e Sensoriamento Remoto:

- Máquina Fotográfica 35mm c/ 4 objetivas F-90X/N-905-NIKON (01);
- Nível Laser FPM Holding GmbH (05);
- Planímetro Polar HFF (01);
- Planímetro Curvímetro Digital (02);
- Altimetro de Precisão (01);
- Pantógrafo de madeira 40 cm (09);
- Planímetro Haff-315 (01);
- Barômetro Sund (02);
- Altimetro 7010 (01)
- Curvímetro 122/15 (01)
- Estereoscópio de Espelho SOKKIA (10), com barra de paralaxe;
- Mesa de Luz (04);
- Luminárias para Mesa (10);
- Estereoscópio de bolso (02);
- Estereoscópio Sokisha MS 27 (05);
- Estereoscópio Carl Zeiss Jena (02);
- Retroprojeter Grafotec (01);
- Projetor de Slide (01);
- Mesa de luz (01);
- Aeroesketmaster (01);
- Acervo de carta e mapas, imagens de satélite e fotografia aéreas; Computador (01).
- Estação fotogramétrica digital completa (software + hardware) (05);
- Computadores completos, com placa gráfica 3D (24);
- Scanner tamanho A1 (01);
- Impressora laser colorida tamanho A3 (01);
- Switch gerenciável com, no mínimo, 30 portas (01);
- Bancadas com instalação elétrica e rede lógica para, no mínimo, 30 pontos.

11. EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES

Neste tópico é descrito a ementa de cada componente curricular, atualizada e adequada à concepção e currículo do curso, que servirá de base para a elaboração do plano de ensino.

11.1. Ementário dos Componentes Curriculares Obrigatórios

1º Período

1.1 INTRODUÇÃO AO CURSO DE ENGENHARIA CARTOGRÁFICA E DE AGRIMENSURA (COD. DISCIPLINA - DTR107)

Núcleo de Conteúdos: Básicos	Créditos: 1.0.0	Carga Horária: 15 h
-------------------------------------	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

Não tem.

Ementa:

Unidade gestora: instâncias e competências. Projeto Pedagógico do curso de graduação em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura. O sistema CONFEA/CREAs. O papel do sistema formador e do sistema fiscalizador da profissão. Apresentações e discussões temáticas na Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.

Bibliografia Básica:

1. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Guia Acadêmico da Universidade Federal do Piauí**. Teresina: UFPI, 2011. 71p.
2. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Normas de Funcionamento dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Piauí**. Teresina: UFPI, 2012. 49p.
3. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura da Universidade Federal do Piauí**. Teresina: UFPI, 2013. 122p.

Bibliografia Complementar:

4. CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. **Legislação do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA**.
5. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PIAUÍ. **Regimento do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí – CREA-PI**.
6. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Regimento Geral da Universidade Federal do Piauí**. Teresina: UFPI, 2011. 52p.

1.2 CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL I

Núcleo de Conteúdos: Básicos	Créditos: 3.3.0	Carga Horária: 90 h
-------------------------------------	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

Não tem.

Ementa:

Funções reais de uma variável real. Limite e continuidade. Derivada e aplicações. Integral de Riemann: Teorema fundamental do cálculo; Métodos de integração; Aplicações da integral; Integrais impróprias.

Bibliografia Básica:

1. GUIDORIZZI, H.L. Um Curso de Cálculo, Vol. 1, 5 ed, Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 2001.
2. STEWART, J. Cálculo, vol. 1, 2, 4 ed, São Paulo: Pioneira, 2001.
3. THOMAS, G.B. Cálculo, vol. 1, 10 ed, São Paulo: Addison-Wesley, 2002.

Bibliografia Complementar:

4. SIMMONS, G.F. Cálculo com Geometria Analítica, vol. 1, 2, Rio de Janeiro: Mc. GrawHill, 1987.
5. CONDE, A. Fast Calculus, ICMC-USP, 2001.
6. SWOKOWSKI, E.W. Cálculo com Geometria Analítica, vol. 1, 2, 2 ed, Rio de Janeiro: Makron- Books, 1995.

1.3 GEOMETRIA ANALÍTICA

Núcleo de Conteúdos: Básicos	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60 h
-------------------------------------	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

Não tem.

Ementa:

Vetores. Dependência linear. Bases. Produto escalar. Produto vetorial. Coordenadas cartesianas. Translação e rotação. Retas e planos. Distância e ângulo. Coordenadas polares, cilíndricas e esféricas. Cônicas. Equações reduzidas.

Bibliografia Básica:

1. SIMMONS, G. F. Cálculo com Geometria Analítica. [S.l.]: McGraw-Hill, 2010.
2. STEINBRUCH, A.; WINTERLE, P. Geometria Analítica. 2. ed. [S.l.]: McGraw-Hill, 2012.
3. BOULOS, P.; CAMARGO, I. de. Geometria Analítica: Um Tratamento Vetorial. 3 ed. [S.l.]: McGraw-Hill, 2007.

Bibliografia Complementar:

4. LEITHOLD, L. O Cálculo com Geometria Analítica. 3. ed. [S.l.]: Harbra, 1994.
5. REIS, G. L. dos; SILVA, V. V. da. Geometria Analítica. 2. ed. [S.l.]: LTC, 2007.
6. CONDE, A. Geometria Analítica. [S.l.]: Atlas, 2004.
7. SWOKOWSKI, E.W. Cálculo com Geometria Analítica. [S.l.]: McGraw-Hill, 1994.
8. LIMA, E. L.; CARVALHO, P. C. P. Coordenadas no Plano Com As Soluções dos Exercícios: geometria analítica, vetores e transformações geométricas. 4. ed. [S.l.]: INEP, 2002.

1.4 DESENHO TÉCNICO E TOPOGRÁFICO

Núcleo de Conteúdos: Básicos	Créditos: 3.3.0	Carga Horária: 90 h
-------------------------------------	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

Não tem.

Ementa:

Normas técnicas e convenções. Materiais e instrumentos de desenho. Escalas numéricas e gráficas. Escrita técnica. Contagem. Sistemas de projeções. Cortes e seções. Perspectivas. Desenho cartográfico: definições; enquadramento e articulação de folhas; modelos de molduras (selo) e legenda; composição e reprodução de cartas ou mapas; métodos e processos de ampliação e redução de plantas, cartas ou mapas.

Bibliografia Básica:

1. FUNDAÇÃO IBGE. **Manual de normas, especificações e procedimentos técnicos para a carta internacional do mundo ao milionésimo – CIM 1:1000000**. Rio de Janeiro, 1993. 49p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ManuaisdeGeociencias/Manual%20de%20normas%20especificacoes%20e%20procedimentos%20tecnicos%20para%20Carta%20Internacional%20do%20Mundo%20ao%20milionesimo.pdf>
2. MINISTÉRIO DA DEFESA – Exército Brasileiro. **Manual técnico T34-700: convenções cartográficas (1ª parte) – normas para o emprego de símbolos**. 2ed. 2002. 112p. Disponível em: <https://doutrina.ensino.eb.br/Manuais/T%2034-700%201%C2%AA%20Parte.pdf>
3. SILVA, Arlindo. **Desenho técnico moderno**. 4ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006. 475p.

Bibliografia Complementar:

4. CUNHA, Luís Veiga da. **Desenho técnico**. 13ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. 854p.
5. MINISTÉRIO DA DEFESA – Exército Brasileiro. **Manual técnico T34-700: convenções cartográficas (2ª parte) – catálogo de símbolos**. 2ed. 2002. 72p. Disponível em: <https://doutrina.ensino.eb.br/Manuais/T%2034-700%202%C2%AA%20Parte.pdf>
6. OLIVEIRA, Ceurio de. **Curso de cartografia moderna**. Rio de Janeiro: IBGE, 1988. 152p.

1.5 PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES

Núcleo de Conteúdos: Básicos	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60 h
-------------------------------------	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

Não tem.

Ementa:

Sistemas computacionais: hardware e software; Internet e crimes informáticos; Algoritmos: estruturas sequenciais, de seleção e repetição; Tipos estruturados básicos: vetores e matrizes; Funções; Conceitos sobre tipos abstratos de dados; Estruturas de dados estáticas e dinâmicas; Algoritmos de pesquisa e de ordenação; Implementação dos algoritmos: emprego de linguagem de programação.

Bibliografia Básica:

1. PEREIRA, Silvio do L. Algoritmos e Lógica de Programação em C: uma Abordagem Didática. São Paulo: Érica, 2010.
2. HOLLOWAY, James Paul. Introdução a programação para engenharia: resolvendo problemas com algoritmos. Rio de Janeiro: LTC, 2006. 339p.
3. BACKES, André. Linguagem C: Completa e Descomplicada. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2012.

Bibliografia Complementar:

4. MIZRAHI, Victorine Viviane. Treinamento em linguagem C. Sao Paulo: Pearson Education, 2008.
5. ASCENCIO, Ana F. G.; CAMPOS, Edilene A. V. de. Fundamentos da Programação de Computadores: algoritmos, Pascal, C/C++ e Java. 2ª Ed. São Paulo: Pearson, 2002.
6. LOPES, Anita; GARCIA, Guto. Introdução à Programação: 500 algoritmos resolvidos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.
7. MOKARZEL, Fabio C. Introdução à Ciência da Computação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
8. CELES, Waldemar; CERQUEIRA, Renato; RANGEL, José Lucas. Introdução a Estrutura de Dados: com técnicas de programação em C. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.
9. MANZANO, Jose Augusto Navarro Garcia. Estudo dirigido de linguagem C. 9ed. Sao Paulo: Erica, 2006. 214p.

1.6 INTRODUÇÃO À METODOLOGIA CIENTÍFICA (COD. DISCIPLINA - DFI0254)

Núcleo de Conteúdos: Básicos	Créditos: 4.0.0	Carga Horária: 60 h
-------------------------------------	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

Não tem.

Ementa:

Metodologia do estudo, caracterização e instrumentalização: leitura, documentação, trabalho científico. Metodologia do trabalho científico: pré-requisito do trabalho científico; visão geral do trabalho científico; elaboração do trabalho científico. O conhecimento, a ciência e o método científico. Ciência e sociedade.

Bibliografia Básica:

1. CERVO, Amado Luiz; SILVA, Roberto da; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 6ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. 162p.
2. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297p.
3. OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. 2ed. São Paulo: Pioneira, 1997. 320p.

Bibliografia Complementar:

4. ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo Pereira; ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto. **Apontamentos de metodologia para a ciência e técnicas de redação científica**. 3ed. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2003. 181p.
5. KOCHÉ, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**. 19ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001. 180p.
6. MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 11ed. São Paulo: Atlas, 2009. 321p.

2º Período**2.1 PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA****Núcleo de Conteúdos:** Básicos**Créditos:** 2.2.0**Carga Horária:** 60 h**Pré-requisito:**

1.2 Cálculo Diferencial e Integral I.

Ementa:

Noções de probabilidade. Variáveis aleatórias. Distribuição de probabilidade: Binomial, Poisson e Normal. Conceitos básicos de Estatística. Distribuição de frequências. Apresentação gráfica. Medidas de posição. Medidas de dispersão. Medidas de assimetria e curtose. Noções de amostragem. Distribuições amostrais. Intervalos de confiança. Teste de hipótese. Correlação e regressão.

Bibliografia Básica:

1. COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira. **Estatística**. 2ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2002. 264p.
2. MEYER, Paul L. **Probabilidade: aplicações à estatística**. 2ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983. 426p.
3. LIPSCHUTZ, Seymour. **Probabilidade**. 4ed. São Paulo: Makron Books, 1993. 261.

Bibliografia Complementar:

4. OLIVEIRA, Francisco Estevam Martins de. **Estatística e probabilidade**. 2ed. São Paulo: Atlas, 1999. 221p.
5. TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Izidoro. **Estatística básica**. 2ed. São Paulo: Atlas, 2010. 459p.

2.2 CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL II**Núcleo de Conteúdos:** Básicos**Créditos:** 2.2.0**Carga Horária:** 60 h**Pré-requisito:**

1.2 Cálculo Diferencial e Integral I.

Ementa:

Seqüências e Séries. Funções Vetoriais de uma Variável Real. Introdução às Funções Reais de várias Variáveis Reais.

Bibliografia Básica:

1. LEITHOLD, Louis. O Cálculo com Geometria Analítica, Vol. 1 e 2. São Paulo; Harper & Row do Brasil, 1982.
2. BOULOS, P. Introdução ao Cálculo, vol. 1,2 e 3. Edgard Blusher Ltda MEC 1973
3. GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. Um curso de Cálculo, Vols. 1, 2, 3 e 4. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1988.
4. STEWART, J. Cálculo. v2. 5ed. Edição. Editora Thomson Learning, 2004.
5. SWOKWSKI, E. W. Cálculo com Geometria Analítica, Vol. II. 2ª Edição, Makron Books, 1995.

Bibliografia Complementar:

6. SIMMONS, G. F. Cálculo com Geometria Analítica. São Paulo, McGraw-Hill, 1968, vol. 1.
7. APOSTOL, T. M. Calculus. New York, Blaisdell, 1961, vol. 1 e 2.
8. ÁVILA, G. S. Funções de uma variável, vols. 1, 2, e 3. Rio de Janeiro, L.T.C. Ed. S/A, 1982

2.3 ÁLGEBRA LINEAR**Núcleo de Conteúdos:** Básicos**Créditos:** 2.2.0**Carga Horária:** 60 h**Pré-requisito:**

1.3 Geometria Analítica

Ementa:

Espaços vetoriais reais e complexos. Dependência linear. Base. Dimensão. Subespaços. Soma direta. Transformações lineares. Núcleo e imagem. Isomorfismo. Matriz de uma transformação linear. Autovalores e autovetores. Subespaços invariantes. Diagonalização de operadores. Forma canônica de Jordan. Espaços com produto interno. Ortogonalidade. Isometrias. Operadores auto-adjuntos.

Bibliografia Básica:

1. STEINBRUCH, Alfredo; WINTERLE, Paulo. Álgebra linear. 2ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2014.
2. LANG, Serge. Álgebra linear. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2003
3. LIMA, Elon Lages. Álgebra linear. 9ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2016
4. LAY, D. C. Álgebra Linear e Suas Aplicações. 4. ed. [S.l.]: LTC, 2013
5. COSTA, Sueli Irene Rodrigues; BOLDRINI, José Luiz. Álgebra linear. 3ed. São Paulo. Harbra, 1980.

Bibliografia Complementar:

6. COELHO, F. U.; LOURENÇO, M. L. Um Curso de Álgebra Linear. 2. ed. [S.l.]: EDUSP, 2007.
7. LIPSCHUTZ, S. Álgebra Linear: Teoria e Problemas. 3. ed. [S.l.]: Pearson, 2011.
8. ANTON, Howard; RORRES, Chris. Álgebra linear com aplicações. 10ed. Porto Alegre: Bookman, 2012
9. LAY, David C. Álgebra linear e suas aplicações. 4ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
10. AMARAL, Leo Huet. Linear algebra and geometry. São José dos Campos: L. H. Amaral, 2002.

2.4 CÁLCULO NUMÉRICO (COD. DISCIPLINA - DIE0069)**Núcleo de Conteúdos:** Profissionalizantes**Créditos:** 2.2.0**Carga Horária:** 60 h**Pré-requisito:**

1.2 Cálculo Diferencial e Integral I + 1.5 Programação de Computadores.

Ementa:

Erros. Série de Taylor. Equações algébricas e transcendentais. Sistemas lineares. Ajuste de curvas. Interpolação polinomial. Diferenciação e integração numérica. Resolução numérica de equações diferenciais. Aplicações no computador.

Bibliografia Básica:

1. BARROS, Ivan de Queiroz. **Introdução ao cálculo numérico**. São Paulo: Blucher, 1981. 114p.
2. CLAUDIO, Dalcídio Moraes. **Cálculo numérico computacional: teoria e prática**. 3ed. São Paulo: Atlas, 2000. 464p.
3. SANTOS, Vitorino Ruas de Barros. **Curso de cálculo numérico**. 3ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1982. 258p.

Bibliografia Complementar:

4. CONTE, S. D. **Elementos de análise numérica**. Porto Alegre: Globo, 1975. 327p.
5. RUGGIERO, Marcio A. Gomes; LOPES, Vera Lucia da Rocha. **Cálculo numérico: aspectos teóricos e computacionais**. 2ed. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1996. 406.

2.5 TOPOGRAFIA I**Núcleo de Conteúdos:** Específicos**Créditos:** 2.4.0**Carga Horária:** 90 h**Pré-requisito:**

1.4 Desenho Técnico e Topográfico

Ementa:

Introdução: conceitos, importância, divisão, plano topográfico local e distinção de entre Topografia e Geodésia. Revisão de trigonometria plana. Escalas. Unidades de medidas; Medida de distâncias. Medida de direções. Orientação. Normas técnicas relacionadas à Topografia; Posicionamento planimétrico local. Instrumentos: teodolitos, estação total e seus acessórios. Desenho topográfico planimétrico. Cálculo de áreas. Memorial descritivo. Atividades de campo.

Bibliografia Básica:

1. BORGES, Alberto de Campos. Topografia. 2ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1999. 2v.
2. COMASTRI, José Anibal. Topografia: planimetria. 2ed. Viçosa (MG): UFV, 1992. 336p.
3. COMASTRI, José Anibal; GRIPP JUNIOR, Joel. Topografia aplicada: medição, divisão e demarcação. Viçosa (MG): UFV, 1998. 203p.
4. ESPARTEL, Lelis; LUDERITZ, João. Manual de topografia e caderneta de campo. Porto Alegre: Globo, 1983. 3v.
5. GHILANI, Charles D; WOLF, Paul R. Elementary surveying: an introduction to geomatics. 13ed. New Jersey: Prentice Hall, 2011. 984p.
6. LOCH, Carlos; CORDINI, Jucilei. Topografia contemporânea: planimetria. 2ed. Florianópolis: UFSC, 2000. 321p.

Bibliografia Complementar:

7. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13133: Execução de levantamento topográfico. Rio de Janeiro, 2021.
8. FAGGION, P. L. Considerações sobre a Instrumentação Topográfica. Curitiba. 2010.
9. SEGANTINE, P.; SILVA, I. Topografia para Engenharia: Teoria e Prática de Geomática. Elsevier Brasil, 2015.
10. SEGANTINE, P.; SILVA, I. Exercícios de topografia para engenharia: Teoria e Prática de Geomática. Elsevier Brasil, 2018.
11. TULER, Marcelo; SARAIVA, Sérgio. Fundamentos de Topografia: Série Tekne. Bookman Editora, 2014.
12. VEIGA, Luis Augusto Koenig; ZANETTI, Maria Aparecida Z; FAGGION, Pedro Luis. Fundamentos de topografia. UFPR: Engenharia Cartográfica, 2009. 205p
13. VERAS, R. C. Topografia: exercícios. Teresina: 2012
14. VERAS, R. C. Topografia: notas de aulas. Teresina: 2012

2.6 FÍSICA GERAL I**Núcleo de Conteúdos:** Básicos**Créditos:** 2.2.0**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

Não tem.

Ementa:

Sistemas de unidades. Medições. Análise dimensional. Leis de Newton. Força de atrito. Cinemática. Trabalho e energia. Leis de conservação. Momento linear. Sistemas de partículas. Colisões. Dinâmica da rotação. Momento angular e sua conservação. Estática de corpos rígidos. Gravitação. Equilíbrio estático.

Bibliografia Básica:

1. NUSSENZVEIG, Herch Moyses. **Curso de física básica**. 4ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2012. 4v.
2. RESNICK, Robert; HALLIDAY, David. **Física**. 5ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2003. 4v.
3. TIPLER, Paul A; MOSCA, Gene. **Física para cientistas e engenheiros**. 6ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010. 3v.

Bibliografia Complementar:

4. HALLIDAY, David; WALKER, Jearl; RESNICK, Robert. **Fundamentos de física**. 6ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2003. 4v.
5. TIPLER, Paul A. **Física**. 5ed. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 2006. 4v.
6. TIPLER, Paul A.; LLEWELLYN, Ralph A. **Física moderna**. 3ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001. 515p.

3º Período

3.1 HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO (COD. DISCIPLINA -DCO0151)

Núcleo de Conteúdos: Profissionalizantes

Créditos: 4.0.0

Carga Horária: 60 h

Pré-requisito:

Não tem.

Ementa:

Introdução: conceitos de higiene e segurança do trabalho. Acidentes e doenças do trabalho: definições, situação brasileira e mundial, comunicação, cadastro e estatística. Custo dos acidentes. Arranjo físico, máquinas e equipamentos. Segurança do trabalho: proteção contra incêndios, explosões e choques elétricos. Sinalização de segurança. Equipamento de proteção coletiva e individual. Higiene do trabalho: agentes físicos, químicos e biológicos. Reconhecimento, avaliação e controle dos riscos do ambiente (insalubridade e periculosidade). Serviços especializados (SESMT e CIPA). Noções de esforço físico, lesões por esforços repetitivos, biomecânica e antropometria. Fisiologia do trabalho, ritmos biológicos, tempos humanos e tempos de trabalho. Cognição e inteligência no trabalho. Ergonomia.

Bibliografia Básica:

1. CARDELLA, Benedito. **Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística**. São Paulo: Atlas, 1999. 254p.
2. SAAD, Eduardo Gabriel. **Introdução a engenharia de segurança do trabalho**. São Paulo: FUNDACENTRO, 1981. 547p.
3. SALIBA, Tuffi Messias; CORRÊA, Márcia Angelim Chaves. **Insalubridade e periculosidade: aspectos técnicos e práticos**. 4ed. São Paulo: LTR, 1998. 276p.

Bibliografia Complementar:

4. SAMPAIO, José Carlos de Arruda. **Manual de aplicação da NR 18**. São Paulo: Pini, 1998. 540p.
5. ROUSSELET, Edison da Silva; FALCÃO, Cesar. **A Segurança na obra: manual técnico de segurança do trabalho em edificações prediais**. Rio de Janeiro: Interciência, 1999. 344p.

3.2 CARTOGRAFIA GERAL

Núcleo de Conteúdos: Específicos	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60 h
---	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

Não tem

Ementa:

Introdução e histórico da Cartografia. A Cartografia e os Mapas. Formas e dimensões da Terra e sistemas de referência. Teoria da Comunicação Cartográfica. Escalas. Erros em cartografia. Modelo e estrutura de dados espaciais. Projeto Cartográfico. Mapeamento Sistemático e Séries cartográficas. Índice de Nomenclatura. Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE-BR). Cartometria. Introdução às Projeções Cartográficas.

Bibliografia Básica:

1. MENEZES, P.M.L. & FERNANDES, M.C. Roteiro de Cartografia. São Paulo: Oficina de Textos, 1ª edição, 288 p., 2013.
2. DUARTE, Paulo Araújo. **Fundamentos de cartografia**. 2ed. Florianópolis: UFSC, 2002. 208p.
3. JOLY, Fernand. **A Cartografia**. 9ed. Campinas (SP): Papirus, 2007. 136p.
4. LIBAULT, André. **Geocartografia**. São Paulo: Nacional, 1975. 388p.
5. OLIVEIRA, Ceurio de. **Dicionário cartográfico**. 3ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. 645p.
6. RAISZ, Erwin. **Cartografia geral**. Rio de Janeiro: Científica, 1969. 414p.

Bibliografia Complementar:

7. DUARTE, Paulo Araújo. **Cartografia básica**. 2ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1988. 182p.
8. OLIVEIRA, Ceurio de. **Curso de cartografia moderna**. Rio de Janeiro: IBGE, 1988. 152p.
9. SANTOS, Adeildo Antão dos. **Representações cartográficas**. Recife: Universitária, 1985. 201p.
10. ROBINSON, Arthur H. **Elements of cartography**. New York: John Wiley & Sons, 1969. 415p.
11. MARTINELLI, Marcelo. **Curso de cartografia temática**. São Paulo: Contexto, 1991. 174p.

3.3 MECÂNICA GERAL

Núcleo de Conteúdos: Básicos	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60 h
-------------------------------------	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

1.2 Cálculo Diferencial e Integral I + 2.3 Álgebra Linear

Ementa:

Forças e binários. Equilíbrio de corpos rígidos no espaço. Sistemas equivalentes de forças. Forças distribuídas. Cálculo de reações em apoios. Propriedades de áreas: momentos de primeira e segunda ordem. Determinação do centroide. Esforços solicitantes. Diagramas de esforços solicitantes. Treliças, cabos.

Bibliografia Básica:

1. BEER, Ferdinand Pierre; JOHNSTON, Elwood Russel. **Mecânica vetorial para engenheiros**. 5ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2011. 2v.
2. FONSECA, Adhemar. **Curso de mecânica**. 3ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977. 4v.
3. SHAMES, Irving Herman. **Estática: mecânica para engenharia**. 4ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. 1v.

Bibliografia Complementar:

4. ALMEIDA, Marcio Tadeu; LABEGALINI, Paulo Roberto; OLIVEIRA, Wlamir Carlo de. **Mecânica geral: estática**. São Paulo: Edgard Blucher, 1984. 508p.
5. HIBBELER, R. C. **Estática: mecânica para engenharia**. 10ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008. 540p.

3.4 CIÊNCIAS DO AMBIENTE (COD. DISCIPLINA -DRH0036)**Núcleo de Conteúdos:** Básicos**Créditos:** 3.0.0**Carga Horária:** 45 h**Pré-requisito:**

Não tem.

Ementa:

Engenharia e meio ambiente. Noções gerais de ecologia. Noções de ecossistema. Ciclos biogeoquímicos. Definição de meio ambiente: interligações do homem ao meio terrestre. Ar: noções de poluição atmosférica. Solo: composição e propriedades. Aspectos ecológicos. Importância da vegetação no equilíbrio ecológico. Lixo e poluição do solo. Aspectos ecológicos. O meio aquático: necessidade e utilização de água. Requisitos de qualidade da água. Poluição das águas. Compostos biodegradadores, compostos resistentes e biodegradação. Fontes de energia: exploração racional e utilização, esgotamento de reservas. Noções sobre contaminação radioativa do ambiente. Gestão ambiental.

Bibliografia Básica:

1. BRASIL. Superintendência de Recursos Naturais e Meio Ambiente. **Recursos naturais, meio ambiente e poluição**. Rio de Janeiro: IBGE, 1977. 2v.
2. DAJOZ, Roger. **Princípios de ecologia**. 7ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 519p.
3. MANO, Eloisa Biasotto; PACHECO, Elen B. A. V; BONELLI, Claudia M. C. **Meio ambiente, poluição e reciclagem**. São Paulo: Edgard Blucher, 2005. 182p.

Bibliografia Complementar:

4. ODUM, Eugene Pleasants. **Fundamentos de ecologia**. 8ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008. 612p.
5. DORST, Jean. **Antes que a natureza morra**. São Paulo: Edgard Blucher, 1973. 394p.

3.5 TOPOGRAFIA II**Núcleo de Conteúdos:** Específicos**Créditos:** 2.4.0**Carga Horária:** 90 h**Pré-requisito:**

2.5 Topografia I.

Ementa:

Posicionamento altimétrico. Instrumentos e acessórios. Nivelamentos: geométrico, trigonométrico e taqueométrico. Estudo e representação do relevo. Topologia. Desenho topográfico planialtimétrico. Cálculo de volumes. Atividades de campo.

Bibliografia Básica:

1. BORGES, Alberto de Campos. Topografia. 2ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1999. 2v.
2. COMASTRI, José Anibal; TULER, José Cláudio. Topografia: altimetria. 3ed. Viçosa (MG): UFV, 2005. 200p.
3. COMASTRI, José Anibal; GRIPP JUNIOR, Joel. Topografia aplicada: medição, divisão e demarcação. Viçosa (MG): UFV, 1998. 203p.
4. ESPARTEL, Lelis; LUDERITZ, João. Manual de topografia e caderneta de campo. Porto Alegre: Globo, 1983. 3v.
5. GHILANI, Charles D; WOLF, Paul R. Elementary surveying: an introduction to geomatics. 13ed. New Jersey: Prentice Hall, 2011. 984p.

Bibliografia Complementar:

6. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13133: Execução de levantamento topográfico. Rio de Janeiro, 2021.
7. SEGANTINE, Paulo; SILVA, Irineu. Topografia para engenharia: teoria e prática de geomática. Elsevier Brasil, 2015.

8. TULER, Marcelo; SARAIVA, Sérgio. Fundamentos de Topografia: Série Tekne. Bookman Editora, 2014.
9. VEIGA, Luis Augusto Koenig; ZANETTI, Maria Aparecida Z; FAGGION, Pedro Luis. Fundamentos de topografia. UFPR: Engenharia Cartográfica, 2009. 205p

3.6 FÍSICA GERAL IV (COD. DISCIPLINA – DFIS256)

Núcleo de Conteúdos: Básicos	Créditos: 4.0.0	Carga Horária: 60 h
-------------------------------------	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

2.6 Física Geral I.

Ementa:

Ondas eletromagnéticas. Ótica geométrica, reflexão e refração. Ótica física, interferência, difração e polarização da luz. Física quântica, fonte de luz, efeito fotoelétrico.

Bibliografia Básica:

1. NUSSENZVEIG, Herch Moyses. **Curso de física básica**. 4ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2012. 4v.
2. RESNICK, Robert; HALLIDAY, David. **Física**. 5ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2003. 4v.
3. TIPLER, Paul A; MOSCA, Gene. **Física para cientistas e engenheiros**. 6ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010. 3v.

Bibliografia Complementar:

4. HALLIDAY, David; WALKER, Jearl; RESNICK, Robert. **Fundamentos de física**. 6ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2003. 4v.
5. GONÇALVES, Dalton. **Física: terminologia, óptica, ondas**. 3ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983. 503p.
6. TIPLER, Paul A.; LLEWELLYN, Ralph A. **Física moderna**. 3ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001. 515p.

4º Período

4.1 RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS

Núcleo de Conteúdos: Básicos	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60 h
-------------------------------------	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

3.3 Mecânica Geral.

Ementa:

Objeto de elasticidade. Diagrama tensão de formação. Centro de gravidade. Momentos de inércia. Módulo resistente de uma seção. Círculo de Mohr. Tração e compressão. Flexão. Torção simples. Equação da linha elástica. Flambagem de colunas.

Bibliografia Básica:

1. FONSECA, Adhemar. **Curso de mecânica**. 3ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977. 4v.
2. COSTA, Evaristo Valladares. **Curso de resistência dos materiais: com elementos de grafostática e de energia de deformação**. 2ed. São Paulo: Nacional, 1979. 2v.
3. NASH, William Arthur. **Resistência dos materiais; resumo da teoria, problemas resolvidos, problemas propostos**. 2ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982. 521p.
4. TIMONSHENKO, Stephen P. **Resistência dos materiais**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976. 2v.

Bibliografia Complementar:

5. COSTA, Evaristo Valladares. **Exercícios de resistência dos materiais, com elementos de grafostática e de energia de deformação**. São Paulo: Nacional, 1974. 2v.

6. MELCONIAN, Sarkis. **Mecânica técnica e resistência dos materiais**. 16ed. São Paulo: Érica, 2005. 360p.
7. SILVA JÚNIOR, Jayme Ferreira da. **Resistência dos materiais**. 5ed. Rio de Janeiro: Engenharia e Arquitetura, 1982. 456p.
8. WILLEMS, Nicholas; ROLFE, Stanley T; EASLEY, John T. **Resistência dos materiais**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983. 497p.

4.2 PROJEÇÕES CARTOGRÁFICAS

Núcleo de Conteúdos: Específicos	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60 h
---	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

2.2 Cálculo Diferencial e Integral II + 3.2 Cartografia Geral

Ementa:

Sistemas de Coordenadas. Conceito de projeção cartográfica. Classificação das projeções cartográficas. Teoria das Distorções. Elipse indicatriz de Tissot. Propriedades das projeções cartográficas. Projeções cartográficas azimutais. Projeções cartográficas equivalentes. Projeções cartográficas equidistantes. Projeções cartográficas conformes. Projeção Transversa de Mercator. Sistema UTM e suas derivações (RTM e LTM). Projeções cartográficas e ambientes computacionais.

Bibliografia Básica:

1. DUARTE, Paulo Araujo. Fundamentos de cartografia. 2ed. Florianópolis: UFSC, 2002. 208p.
2. JOLY, Fernand. A Cartografia. 9ed. Campinas (SP): Papyrus, 2007. 136p.
3. GEMAEL, C. Sistemas de projeções. Curso de Pós-Graduação em Ciências Geodésicas. Curitiba: UFPR, 1975.
4. MENEZES, Paulo Márcio Leal de. Roteiro de cartografia. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. 288 p.
5. LIBAULT, André. Geocartografia. São Paulo: Nacional, 1975. 388p.
6. OLIVEIRA, Ceurio de. Dicionário cartográfico. 3ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. 645p.
7. RAISZ, Erwin. Cartografia geral. Rio de Janeiro: Científica, 1969. 414p.
8. ROBINSON, Arthur H. Elements of cartography. New York: John Wiley & Sons, 1969.415p.

Bibliografia Complementar:

9. DUARTE, Paulo Araújo. **Cartografia básica**. 2ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1988. 182p.
10. OLIVEIRA, Ceurio de. **Curso de cartografia moderna**. Rio de Janeiro: IBGE, 1988. 152p.
11. SANTOS, Adeildo Antão dos. **Representações cartográficas**. Recife: Universitária, 1985. 201p.
12. ROBINSON, Arthur H. **Elements of cartography**. New York: John Wiley & Sons, 1969. 415p.

4.3 ASTRONOMIA DE POSIÇÃO

Núcleo de Conteúdos: Específicos	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60h
---	------------------------	---------------------------

Pré-requisito:

3.5 Topografia II.

Ementa:

Trigonometria Esférica. Noções de Cosmografia. Esfera Celeste. Sistemas de Coordenadas Celestes e suas Transformações. Movimento Diurno. Sistema de Tempo. Variação das Coordenadas Equatoriais/Uranográficas. Determinações Astronômicas.

Bibliografia Básica:

1. BAKULIN, P. I.; KONONOVICH, E. V.; MOROZ, V. I. Curso de astronomía general. Moscou: Mir, 1987.
2. OLIVEIRA FILHO, K. S.; SARAIVA, M. F. O. Astronomia e astrofísica. São Paulo: Editora Livraria da Física, v. 780, n. 2004, p. 183, 2004.
3. GEMAEL, C. Elementos de Trigonometria Esférica. Curitiba: Curso de Pós-Graduação em Ciências Geodésicas, 1981.

Bibliografia Complementar:

4. ARANA, J. M.; PEREIRA, V. A. S.; ALVES, D. B. M. Astronomia de Posição: Notas de Aulas do Curso de Graduação em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2020.
5. DOMINGUES, F. A. A. Topografia e astronomia de posição para engenheiros e arquitetos. São Paulo: McGraw-Hill, 1979.
6. BRADT, H. Astronomy methods: A physical approach to astronomical observations. Cambridge University Press, 2004.
7. KARTTUNEN, H. et al. (Ed.). Fundamental astronomy. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 2007.
8. KOVALEVSKY, J. Modern astrometry. Springer Science & Business Media, 2002.

4.4 AJUSTAMENTO DE OBSERVAÇÕES I**Núcleo de Conteúdos:** Específico**Créditos:** 2.2.0**Carga Horária:** 60 h**Pré-requisito:**

2.1 Probabilidade e Estatística + 2.2 Cálculo Diferencial e Integral II + 2.3 Álgebra Linear + 2.4 Cálculo Numérico + 3.5 Topografia II.

Ementa:

Visão geral do Ajustamento. Estatística. Álgebra matricial. Derivadas. Aproximação linear da série de Taylor. Teoria dos erros em observações. Lei de propagação das covariâncias. Princípio do Método dos Mínimos Quadrados (M.M.Q). Ajustamento de observações diretas. Ajustamento de observações Indiretas: método de ajustamento paramétrico. Iterações. Injunções. Aplicação do método paramétrico problemas de topografia.

Bibliografia Básica:

1. DALMOLIN, Q. (2004). Ajustamento por mínimos quadrados. 2ª Ed. Curitiba: Imprensa Universitária – UFPR.
2. GEMAEL, C. et. al. (2015). Introdução ao ajustamento de observações: aplicações geodésicas. Curitiba: Editora UFPR.
3. GRIPP, J. J. (1993). Ajustamento de Observações. Curso: Pós-Graduação em Topografia.
4. ALSADIK, B. (2019). Adjustment models in 3D geomatics and computational geophysics: with MATLAB examples. Elsevier.
5. GHILANI, C. D. (2017). Adjustment computations: spatial data analysis. 6th ed. New Jersey: John Wiley & Sons.
6. OGUNDARE, J. O. (2019). Understanding least squares estimation and geomatics data analysis. John Wiley & Sons.

Bibliografia Complementar:

7. GHILANI, C. D., WOLF, P.R. Adjustment computations: spatial data analysis. 6th ed. New Jersey: John Wiley & Sons, 2017.
8. GHILANI, C. D., WOLF, P.R., Tradução Daniel Vieira. Geomática. 13th ed. New Jersey: John Wiley & Sons, 2013.
9. GHILANI, C. D. Elementary surveying: an introduction to geomatics. 15th ed. New Jersey: Prentice Hall, 2017.
10. HELENE, Otaviano. Método dos mínimos quadrados com formalismo matricial. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2013.

11. VUOLO, J. H. Fundamento da teoria dos erros. 2a. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1996.
12. MIKAEL, E.M. & GRACIE, G. Analysis and Adjustment of Survey Measurements. Nostradams: Van Nostrand Reinhold, 1981. 339p.
13. WOLF, P.R. Adjustment computations. 2.ed. University of Wisconsin, 1981. 283p.

4.5 TOPOGRAFIA III

Núcleo de Conteúdos: Específicos	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60h
---	------------------------	---------------------------

Pré-requisito:

3.5 Topografia II

Ementa:

Avivantação de Rumos; Triangulação Topográfica e Trilateração; Divisão de Áreas: Processo analítico, numérico e gráfico. Processamento de dados topográficos; Classificação, Verificação e Retificação de Instrumentos Topográficos.

Bibliografia Básica:

1. GEMAEL, Camil. Introdução ao ajustamento de observações: aplicações geodésicas. Curitiba: Editora UFPR, 1994. 319p.
2. COMASTRI, José Anibal; GRIPP JUNIOR, Joel. Topografia aplicada: medição, divisão e demarcação. Viçosa (MG): UFV, 1998.
3. GHILANI, Charles D; WOLF, Paul R. Elementary surveying: an introduction to geomatics. 13ed. New Jersey: Prentice Hall, 2011. 984p.
4. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13133: Execução de levantamento topográfico. Rio de Janeiro, 2021.

Bibliografia Complementar:

5. DALMOLIN, Quintino. Ajustamento por mínimos quadrados. 2ed. Curitiba: Imprensa Universitária UFPR. 2004. 175p.
6. FAGGION, P. L. Considerações sobre a Instrumentação Topográfica. Curitiba. 2010.
7. VEIGA, Luis Augusto Koenig; ZANETTI, Maria Aparecida Z; FAGGION, Pedro Luis. Fundamentos de topografia. UFPR: Engenharia Cartográfica, 2009. 205p.
8. WOLF, P. R. e GHILANI, C. D. (1997). Adjustment computations: statistics and least squares in surveying and GIS. New York: John Wiley & Sons Inc. 3ª Ed. 564p.

4.6 HIDROLOGIA (COD. DISCIPLINA -DRH0040)

Núcleo de Conteúdos: Profissionalizantes	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60 h
---	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

3.3 Mecânica Geral + 3.4 Ciências do Ambiente

Ementa:

A atmosfera terrestre e os fenômenos climáticos. Ciclo hidrológico. Bacia hidrográfica. Precipitação. Infiltração. Evapotranspiração. escoamento superficial. Medição de vazão. Águas subterrâneas. Barragens de terra. Regularização de cursos d'água. Galerias de águas pluviais.

Bibliografia Básica:

1. GARCEZ, Lucas Nogueira. **Hidrologia**. 2ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1999. 291p.
2. TUCCI, Carlos E. M. **Hidrologia**. 2ed. Porto Alegre: ABRH, 1997. 943p.
3. VILLELA, Swami M; MATTOS, Arthur. **Hidrologia aplicada**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977. 245p.

Bibliografia Complementar:

4. LINSLEY, Ray Keyes; FRANZIN, Joseph B. **Engenharia de recursos hídricos**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978. 798p.
5. PINTO, Nelson L. de Sousa; HOLTZ, Antonio Carlos Tatit; GOMIDE, Francisco Luiz Sibut; MARTINS, Jose Augusto. **Hidrologia básica**. São Paulo: Edgard Blucher, 1976. 278p.

5º Período

5.1 FUNDAMENTOS DE GEOLOGIA E GEOQUÍMICA (COD. DISCIPLINA – DRHGA055)

Núcleo de Conteúdos: Profissionalizantes	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60 h
---	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

Não tem.

Ementa:

Conceitos básicos sobre a Terra e o seu interior. Mineralogia: estrutura, propriedades físicas e químicas, classificação, reconhecimento microscópico dos minerais. Petrologia: rochas sedimentares, ígneas e metamórficas. Noções de Geoquímica de rochas sedimentares, ígneas e metamórficas. Intemperismo. Vulcanismo. Plutonismo. Tectonismo. Geologia econômica. Geologia aplicada. A importância da geologia nas barragens, estradas, túneis, pontes, metrô e nas fundações.

Bibliografia Básica:

1. DANA, James Dwight. **Manual de mineralogia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
 2. GUERRA, Antonio José Teixeira. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 5ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 648p.
 3. LEINZ, Viktor; AMARAL, Sérgio Estanislau de. **Geologia geral**. 14ed. São Paulo: Nacional, 2005. 399p.
-

Bibliografia Complementar:

4. CHIOSSI, Nivaldo José. **Geologia aplicada à engenharia**. 2ed. São Paulo: Grêmio Politécnico, 1979. 427p.
 5. ISSLER, Roberto S; JOST, Hardy. **Geologia econômica**. 3ed. Porto Alegre: DAEG, 1975. 4v.
 6. POPP, José Henrique. **Geologia geral**. 5ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1995. 376p.
-

5.2 CARTOGRAFIA DIGITAL E TOPOGRÁFICA

Núcleo de Conteúdos: Específicos	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60 h
---	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

4.2 Projeções Cartográficas

Ementa:

Cartografia analógica e digital. Características dos dados geográficos; Estruturas e Modelos de Dados Espaciais. Softwares CAD e SIG. Entrada, Armazenamento e manipulação de dados espaciais. Considerações sobre o processo de obtenção de base cartográfica. Padrão de Exatidão Cartográfica (PEC). Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE-BR). Generalização Cartográfica. Processo de Produção Cartográfica. Cartografia Topográfica.

Bibliografia Básica:

1. CÂMARA, G. Introdução à Ciência da geoinformação. www.dpi.inpe.br/gilberto/livro
 2. MENEZES, Paulo Márcio Leal de; FERNANDES, Manoel do Couto. Roteiro de Cartografia. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.
 3. SAMPAIO, T. V. M.; BRANDALIZE, M. C. B. Cartografia Geral, Digital e Temática. <http://www.prppg.ufpr.br/site/ppggeografia/wp-content/uploads/sites/71/2018/03/cartografia-geral-digital-e-tematica-b.pdf>
-

Bibliografia Complementar:

4. CLARKE, K.C. Analytical and Computer Cartography. 2ª ed. New Jersey, 1995.
5. DENT, Borden D. ; TORGUSON, Jeffrey S. ; HODLER, Thomas W.. Cartography: thematic map design. 6 ed.: McGrawHill, New York, 2009.

5.3 FOTOGRAMETRIA I

Núcleo de Conteúdos: Específicos	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60 h
---	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

4.4 Ajustamento de Observações I

Ementa:

Introdução a Fotogrametria. O espectro eletromagnético e a aquisição de imagens. Sensores de imageamento fotogramétrico. Recobrimento aerofotogramétrico. Elementos da geometria de uma foto vertical. Estereoscopia. Paralaxe estereoscópica. Fotoíndice, mosaico, fotocarta e ortofotocarta. Transformações matemáticas. Fotogrametria analítica e digital. Referências em fotogrametria. Orientação fotogramétrica analítica e digital. Aerotriangulação.

Bibliografia Básica:

1. ANDRADE, J. Bittencourt de. Fotogrametria. Curitiba. SBEE, 1998.
2. GHILANI, Charles D. e WOLF, Paul R. Geomática. Tradução. São Paulo. Person Education do Brasil, 2013.
3. MIKHAIL, Edward M.; Bethel, J. S.; Mcglone, J. Chris. Introduction to Modern Photogrammetry. John Wiley & Sons, Inc. New York/Chichester /Weinheim /Brisbane/Singapore/Toronto, 2009.
4. MOFFITT, Francis H; MIKHAIL, Edward M. Photogrammetry. 3ed. New York: Harper & Row, 1980. 648p.
5. NOVO, Evlyn M. L. de Moraes. Sensoriamento remoto: princípios e aplicações. 2ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2004. 308p.
6. WOLF, Paul R. Elements of photogrammetry. Tokio: McGraw-Hill Kogakusha, 1974. 562p.
7. WOLF, Paul R; DEWITT, Bon A; WILKINSON, Benjamin E. Elements of photogrammetry with applications in gis. 4ed. Burr Ridge: McGraw-Hill Professional, 2012. 640p.

Bibliografia Complementar:

8. BRASIL. Estado Maior do Exército. Apoio suplementar para aerotriangulação e restituição. Brasília: s.n, 1976. 1v.
9. FACUNDES, P. - Fotogrametria; SBC - Sociedade Brasileira de Cartografia, Geodésia, Fotogrametria e Sensoriamento Remoto, Rio de Janeiro, 1992.
10. LEHMANN, Gerhard. Fotogrametria. Barcelona: Técnicos Associados, 1975. 399p.
11. LOCH, Carlos. Noções básicas para a interpretação de imagens aéreas, bem como algumas de suas aplicações nos campos profissionais. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1984. 82p.
12. MARCHETTI, Delmar Antônio Bandeira. Princípios de fotogrametria e fotointerpretação. São Paulo: Nobel, 1978. 253p.

5.4 INSTRUMENTAÇÃO TOPOGRÁFICA

Núcleo de Conteúdos: Específicos	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60 h
---	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

3.5 Topografia II + 4.4 Ajustamento de Observações I

Ementa:

Introdução ao instrumental topográfico: Trena, Teodolitos, Estação Total, Níveis; Conceituação sobre termos Técnicos utilizados na Metrologia; Verificação e Retificação de Teodolito e da Componente Angular de Estações Totais; Verificação e retificação de Níveis Ópticos e Digitais;

Classificação de Níveis Ópticos, Digitais de Teodolitos e da Componente Angular de Estações Totais; (Introdução à) Calibração da componente linear de Estações Totais.

Bibliografia Básica:

1. GHILANI, Charles D; WOLF, Paul R. Elementary surveying: an introduction to geomatics. 13ed. New Jersey: Prentice Hall, 2011. 984p.
2. RÜEGER, J. M. Electronic distance measurement. 3ª. Edição. Berlin: Springer Verlag, 1996
3. SILVA, I.; SEGANTINE, P. C. L. Topografia para Engenharia: teoria e prática de geomática. São Paulo: Elsevier, 2015.

Bibliografia Complementar:

3. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13133: execução de levantamento topográfico. 2 ed. Rio de Janeiro, 2021. 35 p.
 4. FAGGION, P. L. Considerações sobre a Instrumentação Topográfica. Curitiba. 2010.
 5. VEIGA, Luis Augusto Koenig; ZANETTI, Maria Aparecida Z; FAGGION, Pedro Luis. Fundamentos de topografia. UFPR: _Engenharia Cartográfica, 2012. 2088p
-

5.5 GEODÉSIA GEOMÉTRICA

Núcleo de Conteúdos: Específicos

Créditos: 2.2.0

Carga Horária: 60 h

Pré-requisito:

4.3 Astronomia de Posição + 4.4 Ajustamento de Observações I

Ementa:

Aspectos gerais da geodésia. aspectos geométricos das superfícies de referência. geometria do elipsóide de revolução. sistema de coordenadas geodésicas. definição e realização de sistemas geodésicos de referência clássicos e modernos. Datum horizontal e vertical. redução das observações geodésicas ao elipsóide. levantamentos geodésicos clássicos. transporte de coordenadas geodésicas. sistema geodésico brasileiro.

Bibliografia Básica:

1. GEMAEL, C. Introdução à geodésia geométrica - 1ª parte. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1987.
2. VANICEK, P., KRAKIWSKI, E. Geodesy: the concepts. Amsterdam: North Holland Publishing Co., 1986.
3. GEMAEL, C. Introdução ao ajustamento de observações: aplicações geodésicas. editora UFPR, 1994.

Bibliografia Complementar:

4. GEMAEL, C. Introdução à geodésia geométrica - 2ª parte. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1988.
 5. MONICO, João Francisco Galera. Posicionamento pelo GNSS: descrição, fundamentos e aplicações. Editora Unesp, 2008.
 6. TORGE, W. Geodesy. Berlin, New York: Walter de Gruyter, 2001. 416 p.
 7. TEUNISSEN, P. J. G.; MONTENBRUCK, O. (Ed.). Springer handbook of global navigation satellite systems. New York, NY, USA: Springer International Publishing, 2017.
-

5.6 SANEAMENTO BÁSICO (COD. DISCIPLINA – DRH0041)

Núcleo de Conteúdos: Profissionalizantes

Créditos: 2.2.0

Carga Horária: 60 h

Pré-requisito:

4.6 Hidrologia.

Ementa:

Abastecimento urbano de água. Previsão de população. Consumo de água, distribuição e redes. Cálculo de redes Hardy Cross. Sistemas de esgotos sanitários. Sistema pluvial urbano.

Bibliografia Básica:

1. CREDER, Helio. **Instalações hidráulicas e sanitárias**. 5ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1995. 460p.
2. DACACH, Nelson Gandur. **Saneamento básico**. 3ed. Rio de Janeiro: EDC, 1990. 293p.
3. GARCEZ, Lucas Nogueira. **Elementos de engenharia hidráulica e sanitária**. 2ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1976. 356p.

Bibliografia Complementar:

4. AZEVEDO NETTO, José Martiniano de; ALVAREZ, Guillermo Acosta. **Manual de hidráulica**. 8ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2010. 2v.
5. LEME, Francilio Paes. **Engenharia do saneamento ambiental**. 2ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1984. 358p.

6º Período**6.1 MECÂNICA DOS SOLOS**

Núcleo de Conteúdos: Profissionalizantes	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60 h
---	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

4.1 Resistência dos Materiais + 5.1 Fundamentos de Geologia e Geoquímica.

Ementa:

Índice físico dos solos. Plasticidade e consistência dos solos. Capacidade de carga dos solos. Obras de terras. Barragens de terra. Distribuição de pressões. Empuxos de terras. Muro de arrimo. Estabilidade de taludes. Fundações.

Bibliografia Básica:

1. CAPUTO, Homero Pinto. **Mecânica dos solos e suas aplicações**. 2ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1988. 3v.
2. BAPTISTA, Cyro de Freitas Nogueira. **Pavimentação**. 3ed. Porto Alegre: Globo, 1979. 3v.
3. PINTO, Carlos de Sousa. **Curso básico de mecânica dos solos**. 3ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2006. 355p.

Bibliografia Complementar:

4. TSCHEBOTARIOFF, Gregory Porphyriewitch. **Fundações, estruturas de arrimo e obras de terra**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978. 513p.
5. VARGAS, Milton. **Introdução a mecânica dos solos**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977. 509p.

6.2 CARTOGRAFIA TEMÁTICA

Núcleo de Conteúdos: Específicos	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60 h
---	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

5.2 Cartografia Digital e Topográfica

Ementa:

Definição de Cartografia Temática e de mapas temáticos. Teoria de cores na Cartografia Temática. Linguagem Cartográfica. Projeto Cartográfico. Classificação de dados. Mapas coropléticos. Mapas de símbolos proporcionais. Mapas de pontos de contagem. Mapas Isarítmicos.

Bibliografia Básica:

1. JOLY, Fernand. A cartografia. 9ed. Campinas (SP): Papirus, 2007. 136p.
2. MARTINELLI, Marcelo. Curso de cartografia temática. São Paulo: Contexto, 1991. 174p.
3. MARTINELLI, Marcelo. Mapas da geografia e cartografia temática. 5ed. São Paulo: Contexto, 2010. 110p.
4. MENEZES, Paulo Marcio Leal de; FERNANDES, Manoel do Couto. Roteiro de Cartografia. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.
5. ROBINSON, Arthur H. Elements of cartography. New York: John Wiley & Sons, 1969. 415p

Bibliografia Complementar:

6. BREWER, Cynthia A.. **Designing Better Maps: a guide for GIS users**. 2. ed. Redlands, Califórnia: Esri Press, 2019.
7. DENT, Borden D. ; TORGUSON, Jeffrey S. ; HODLER, Thomas W.. **Cartography: thematic map design**. 6 ed.: McGrawHill, New York, 2009.
8. Slocum, Terry A.; McMaster, Robert B.; Kessler, Fritz C.; Howard, Hugh H.. **Thematic cartography and geovisualization**. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2008.

6.3 FOTOGRAMETRIA II

Núcleo de Conteúdos: Específicos	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60 h
---	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

5.3 Fotogrametria I

Ementa:

Restituição fotogramétrica. Modelo Digital de Terreno. Ortofoto Digital. Aeronaves remotamente pilotadas. Fotointerpretação.

Bibliografia Básica:

13. MOFFITT, Francis H; MIKHAIL, Edward M. **Photogrammetry**. 3ed. New York: Harper & Row, 1980. 648p.
14. NOVO, Evlyn M. L. de Moraes. **Sensoriamento remoto: princípios e aplicações**. 2ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2004. 308p.
15. WOLF, Paul R. **Elements of photogrammetry**. Tokio: McGraw-Hill Kogakusha, 1974. 562p.
16. WOLF, Paul R; DEWITT, Bon A; WILKINSON, Benjamin E. **Elements of photogrammetry with applications in gis**. 4ed. Burr Ridge: McGraw-Hill Professional, 2012. 640p.

Bibliografia Complementar:

17. BRASIL. Estado Maior do Exército. **Apoio suplementar para aerotriangulação e restituição**. Brasília: s.n, 1976. 1v.
18. LEHMANN, Gerhard. **Fotogrametria**. Barcelona: Técnicos Associados, 1975. 399p.
19. LOCH, Carlos. **Noções básicas para a interpretação de imagens aéreas, bem como algumas de suas aplicações nos campos profissionais**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1984. 82p.
20. MARCHETTI, Delmar Antonio Bandeira. **Princípios de fotogrametria e fotointerpretação**. São Paulo: Nobel, 1978. 253p.

6.4 TRANSPORTES

Núcleo de Conteúdos: Profissionalizantes	Créditos: 4.0.0	Carga Horária: 60 h
---	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

2.1 Probabilidade e Estatística

Ementa:

Sistemas de transportes; introdução ao planejamento de transportes; definições e apresentação de conceitos básicos de planejamento de transportes; o processo de planejamento de transportes; principais atores envolvidos nesse processo; planejamento de transportes de cargas e passageiros;

evolução do processo de planejamento de transportes; técnicas de planejamento de transportes; aspectos de tecnologia dos sistemas de transportes; introdução ao transporte público de passageiros.

Bibliografia Básica:

1. BRUTON, M. J. Introdução ao planejamento dos transportes. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1979.
2. CAMPOS, V. B. G. Planejamento de transportes: conceitos e modelos. Editora Interciência. Rio de Janeiro, 2013.
3. HUTCHINSON, B. G. Princípios de Planejamento dos Sistemas de Transportes Urbanos. Guanabara Dois. Rio de Janeiro, 1979.
4. FERRAZ, A. C. P; TORRES, I. G. E. Transporte público urbano. Editora Rima. São Carlos, 2001.
5. MELLO, J. C. Planejamento dos transportes. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1975..

Bibliografia Complementar:

6. HOEL, A. H., GARBER, N. J. & SADEK, A. W. Engenharia de infraestrutura de Transportes: Uma integração multimodal. Editora Cenegage. Brasil, 2011.
 7. ORTÚZAR, J. de D. & WILLUMSEN. L. G. Modelling Transport, 4ª Edição. Willey. 1990.
 8. SARAIVA, M. A Cidade e o Tráfego - uma abordagem estratégica. Editora Universitária UFPE. 2000.
 9. STIEL, W.C. História dos Transportes Urbanos no Brasil. Editora Pini. Brasília, 1984.
 10. VASCONCELLOS, Eduardo A. Transporte Urbano nos países em desenvolvimento - Reflexões e propostas. Editora ANNABLUME, 3ª Edição. 2000.
 11. VASCONCELLOS, Eduardo A. Transporte Urbano Espaço e Qualidade - Análise das Políticas Públicas. Editora ANNABLUME, 3ª edição. 2001 .
-

6.5 GEODÉSIA ESPACIAL

Núcleo de Conteúdos: Específicos

Créditos: 2.2.0

Carga Horária: 60 h

Pré-requisito:

5.5 Geodésia Geométrica

Ementa:

Sistema de posicionamento espacial, sistemas de referência e redes de estações, órbitas e sistemas de tempo. Transformação de coordenadas e modelos de velocidades. métodos de posicionamento GNSS: absoluto, relativo, diferencial e em redes. Fontes de erros no posicionamento GNSS. Aplicações práticas com o GNSS.

Bibliografia Básica:

1. TEUNISSEN, P. J. G.; MONTENBRUCK, O. (Ed.). Springer handbook of global navigation satellite systems. New York, NY, USA: Springer International Publishing, 2017.
2. MONICO, João Francisco Galera. Posicionamento pelo GNSS: descrição, fundamentos e aplicações. Editora Unesp, 2008.
3. SEEGER, G. Satellite Geodesy. 2. ed. Berlin: Walter Gruyter, 2003 589p.

Bibliografia Complementar:

4. LEICK, A. GPS satellite surveying. New York: John Wiley & Sons, 1995. 550 p.
5. TORGE, W. Geodesy. Berlin, New York: Walter de Gruyter, 2001. 416 p.
6. HOFFMANN – WELLENHOF, B.; LICHTENEGGER, H.; WASLE, E. GNSS Global Navigation Satellite Systems: GPS, GLONASS, Galileo & More. New York: Springer Wien New York, 2008. 516 p.

6.6 DIREITO E LEGISLAÇÃO DE TERRA (COD. DISCIPLINA – DCJ0027)

Núcleo de Conteúdos: Específicos

Créditos: 2.2.0

Carga Horária: 60 h

Pré-requisito:

2.5 Topografia I

Ementa:

Conceituação do ordenamento fundiário. Legislação federal relacionada à propriedade do solo. Formas de aquisição, posse, conservação e perda de propriedade. Usucapião. Direitos reais: condomínio e incorporação. Código de minas, de águas e florestal. Estatuto de terra. Terreno de marinha. Evolução do registro de propriedade de imóveis no Brasil. Participação do profissional de agrimensura nas ações judiciais. Lei 10.267/01. Legislação agrária. Direito civil. Direito agrário. Agrimensura legal.

Bibliografia Básica:

1. CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Comentários ao estatuto da cidade**. 2ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. 445p.
2. CRUZ, Alcides de Freitas. **Teoria da demarcação e divisão de terras**. Alegre: AJURIS, 1979. (Coleção AJURIS/13. Porto)
3. MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito agrário brasileiro**. 9ed. São Paulo: Atlas, 2011. 260p.
4. NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código civil comentado**. 7ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. 1727p.
5. OPITZ, Silvia C. B; OPITZ, Oswaldo. **Curso completo de direito agrário**. 5ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 484p.

Bibliografia Complementar:

6. BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm
7. BRASIL. **Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6015.htm
8. BRASIL. **Lei nº 6.383, de 7 de dezembro de 1976, Dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6383.htm
9. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm
10. BRASIL. **Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, sobre pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9393.htm
11. BRASIL. **Lei no 10.267, de 28 de agosto de 2001, Altera dispositivos das Leis nos 4.947, de 6 de abril de 1966, 5.868, de 12/12/1972, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.739, de 5 de dezembro de 1979, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110267.htm

7º Período**7.1 ELEMENTOS DE ECONOMIA (COD. DISCIPLINA – DAA0018)****Núcleo de Conteúdos:** Básicos**Créditos:** 4.0.0**Carga Horária:** 60 h**Pré-requisito:**

Não tem.

Ementa:

Introdução às ciências econômicas. Conceitos de economia. Sistemas econômicos: organização da atividade econômica. Escolas e doutrinas econômicas. Leis de oferta e demanda. Estruturas de mercado. Agregados macroeconômicos. Produto, moeda e inflação. Sistema financeiro: moeda, crédito e câmbio. Economia internacional. Formação de blocos e globalização das atividades econômicas. Crescimento e desenvolvimento econômico. Viabilidade econômico-financeira. Economia brasileira: evolução e atualidade.

Bibliografia Básica:

1. ALBUQUERQUE, Marcos C. Cavalcanti de. **Introdução a teoria econômica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1974. 158p.
2. ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução a economia**. 20ed. São Paulo: Atlas, 2007. 921p.
3. VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Economia: micro e macro**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2006. 441p.

Bibliografia Complementar:

4. CASTRO, Antônio Barros de; LESSA, Carlos Francisco. **Introdução a economia: uma abordagem estruturalista**. 13ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1973. 162p.
5. GREMAUD, Amaury Patrick; TONETO JUNIOR, Rudinei; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de. **Economia brasileira contemporânea**. 7ed. São Paulo: Atlas, 2011. 659p.

7.2 GESTÃO DE DADOS ESPACIAIS**Núcleo de Conteúdos:** Básicos**Créditos:** 2.2.0**Carga Horária:** 60 h**Pré-requisito:**

6.2 Cartografia Temática

Ementa:

Introdução à banco de dados. Modelo Relacional. Introdução ao SQL. Projeto de banco de dados e o modelo E-R Modelo relacional.; arquiteturas de sistemas de bancos de dados; banco de dados orientado a objetos; banco de dados geográficos; estudo de caso: PostgreSQL e PostGIS. e Gerenciamento de Dados Espaciais.

Bibliografia Básica:

1. TEOREY, Toby; LIGHTSTONE, Sam; NADEAU, Tom. Projeto de modelagem de banco de dados. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2007. 276 p.
2. KORTH, Henry F; SILBERSCHATZ, Abraham; SUDARSHAN, S. Sistema de banco de dados. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006. 781 p.
3. EXÉRCITO BRASILEIRO, NORMA PARA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA PARA PRODUTOS DE CONJUNTO DE DADOS GEOESPACIAIS (ET-PCDG). 2ª Edição, disponível em:
http://www.geoportal.eb.mil.br/images/PDF/ET_PCDG_2016_2aEdicao_Aprovada_Publicada_BE_7_16.pdf
4. EXÉRCITO BRASILEIRO, NORMA DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA PARA ESTRUTURAÇÃO DE DADOS GEOESPACIAIS VETORIAIS DE DEFESA DA FORÇA TERRESTRE - (ET EDGV Defesa F Ter), 1ª Parte, 2ª Edição, 2016. Disponível em:
5. MENEZES, P.M.L. & FERNANDES, M.C. Roteiro de Cartografia. São Paulo: Oficina de Textos, 1ª edição, 288 p., 2013.
6. RAISZ, Erwin. **Cartografia geral**. Rio de Janeiro: Científica, 1969. 414p.

Bibliografia Complementar:

1. CASANOVA, M.A.; CÂMARA, G.; DAVIS JR., C.A.; VINHAS, L.; QUEIROZ, G.L. Bancos de Dados Geográficos. Editora MundoGeo, 2005.
2. RAMAKRISHNAN, Raghu; GEHRKE, Johannes. Sistemas de gerenciamento de banco de dados. [São Paulo]: McGraw-Hill, 2008. 884p. ISBN 9788577260270.
3. MOLENAAR, Martien. Introduction to the theory of spatial object modelling for GIS. [London]: Taylor & Francis, [c1998]. 246p. ISBN 0748407758.

7.3 SENSORIAMENTO REMOTO**Núcleo de Conteúdos:** Específicos**Créditos:** 2.2.0**Carga Horária:** 60 h**Pré-requisito:**

3.6 Física Geral IV + 5.3 Fotogrametria I

Ementa:

Conceituação, histórico, objetivos e aplicações do sensoriamento remoto. Princípios físicos do sensoriamento remoto. Comportamento espectral de alvos. Principais sensores e produtos (terrestres, aerotransportados e orbitais). Sensores multiespectrais na faixa óptica. Sensores na faixa termal. Sensor radar de abertura sintética. Interpretação e análise de dados de sensoriamento remoto. Análises multitemporais.

Bibliografia Básica:

1. FLORENZANO, Teresa Gallotti. **Iniciação em sensoriamento remoto**. 2ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2007. 101 p.
2. GONZALEZ, Rafael C; WOODS, Richard E. **Processamento de imagens digitais**. São Paulo: Blucher, 2007. 509p.
3. LOCH, Carlos. **Noções básicas para a interpretação de imagens aéreas, bem como algumas de suas aplicações nos campos profissionais**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1984. 82p.
4. NOVO, Evlyn M. L. de Moraes. **Sensoriamento remoto: princípios e aplicações**. 2ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2004. 308p.
5. WOLF, Paul R. **Elements of photogrammetry**. Tokio: McGraw-Hill Kogakusha, 1974. 562p.

Bibliografia Complementar:

6. AZEVEDO, Eduardo; CONCI, Aura. **Computação gráfica: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 353p.
7. CENTENO, Jorge Antonio Silva. **Sensoriamento remoto e processamento de imagens digitais**. Curitiba: Curso de Pós-Graduação em Ciências Geodésicas/UFPR, 2004. 209p.
8. GOMES, Jonas; VELHO, Luiz. **Computação gráfica**. Rio de Janeiro: IMPA, 1998. 1v.
9. PEDRINI, Hélio; SCHWARTZ, William Robson. **Análise de imagens digitais: princípios, algoritmos e aplicações**. São Paulo: Cengage Learning, 2008. 508p.
10. GHILANI, Charles D; WOLF, Paul R. **Elementary surveying: an introduction to geomatics**. 13ed. New Jersey: Prentice Hall, 2011. 984p.

7.4 PROJETO E ANÁLISE DE REDES GEODÉSICAS**Núcleo de Conteúdos:** Específicos**Créditos:** 2.2.0**Carga Horária:** 60 h**Pré-requisito:**

2.4 Cálculo Numérico + 4.1 Resistência dos Materiais + 6.5 Geodésia Espacial.

Ementa:

Mecânica e estruturas geodésicas: estática de pontos materiais, forças atuantes e equilíbrio dos corpos rígidos, dilatação volumétrica, estado plano e múltiplo de tensões, flexão simples, torção. Pré-análise e otimização de redes geodésicas. Projeto da rede geodésica. Análise da rede geodésica. Métodos de monitoramento.

Bibliografia Básica:

1. GEMAEL, Camil. **Introdução ao ajustamento de observações: aplicações geodésicas**. Curitiba: Editora UFPR, 1994. 319p.
2. GHILANI, Charles D. **Adjustment computations: spatial data analysis**. 5ed. Hoboken: John Wiley & Sons Inc, 2010. 672p.
3. GHILANI, Charles D; WOLF, Paul R. **Elementary surveying: an introduction to geomatics**. 13ed. New Jersey: Prentice Hall, 2011. 984p.

Bibliografia Complementar:

4. DALMOLIN, Quintino. **Ajustamento por mínimos quadrados**. 2ed. Curitiba: Imprensa Universitária UFPR. 2004. 175p.
5. HOFMANN-WELLENHOF, Bernard; LICHTENEGGER, Herbert; WASLE, Elmar. **GNSS - Global Navigation Satellite Systems: GPS, GLONASS, Galileo and more**. New York: Springer, 2008. 548p.

6. KUANG, Shanlong. **Geodetic network analysis and optimal design: concepts and applications**. Chelsea: Ann Arbor Press, 1996. 368p.
7. LEICK, Alfred. **GPS Satellite Surveying**. 3ed. Hoboken: John Wiley & Sons Inc, 2003. 464p.

7.5 GEODÉSIA FÍSICA

Núcleo de Conteúdos: Específicos	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60 h
---	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

6.5 Geodésia Espacial

Ementa:

Introdução à Teoria do Potencial; Campo da Gravidade Real e Normal; Geopotencial e Esferopotencial; Número Geopotencial e Altitudes Científicas; Problema do Valor de Contorno da Geodésia (PVCG); Desenvolvimento do Potencial em Harmônicos Esféricos; Modelos Globais do Geopotencial; Altimetria e Gravimetria por Satélites; Levantamentos gravimétricos; Reduções gravimétricas; Métodos de determinação do geóide; Sistema Vertical de Referência Global (IHRG/IHRF).

Bibliografia Básica:

1. GEMAEL, C. Introdução à Geodésia Física. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002 302p. ISBN 8573350296
2. HEISKANEN, W. A.; MORITZ, H. (1979) Physical geodesy. Austria: Reprint Institute of Physical Geodesy, Technical University, 1979.
3. HOFMANN-WELLENHOF, Bernhard; MORITZ, Helmut. Physical Geodesy. 2ed. New York: Springer, 2006. 420p.

Bibliografia Complementar:

4. FLURY, J. RUMMEL, R. (2005). Future Satellite Gravimetry for Geodesy. Institut für Astronomische und Physikalische Geodäsie, TU. Earth, Moon, and Planets, 94: 13-29p.
5. FREITAS, S. R. C. de; BLITZKOW, D. (1999). Altitudes e Geopotencial, Trabalho publicado no "IGeS Bulletin N.9 – International Geoid Service, June 1999, 47 – 62, Milan.
6. TORGE, W. Geodesy. 3 ed. Berlin: Walter de Gruyter Co., 2001. 416p. ISBN 3110170728
7. MONICO, J. F. G. Posicionamento pelo GNSS: Descrição, Fundamentos e Aplicações. São Paulo, Editora UNESP, 2000. 476p.
8. SEEBER, G. (2003) Satellite Geodesy: foundations, methods, and applications. 2nd.ed., Berlin, New-York: Walter de Gruyter, 2003.
9. TORGE, W. (1989) Gravimetry. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989.
10. VANIČEK, P. KRAKIWSKY, E. J. (1986) Geodesy: the concepts. 2. ed. North-Holland, 1986.

7.6 PARCELAMENTO TERRITORIAL

Núcleo de Conteúdos: Específicos	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60 h
---	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

4.5 Topografia III + 6.6 Direito e Legislação de Terra

Ementa:

Planejamento do parcelamento do solo urbano e rural. Legislação específica. Estudo de viabilidade econômica. Noções de urbanismo. Elementos do planejamento urbano. Levantamento de propriedades para fins de ações demarcatórias. Divisão e demarcação de áreas urbanas e rurais. O espaço urbano: aspectos da urbanização brasileira. A dinâmica do espaço urbano e o planejamento estratégico. Metodologia do planejamento urbano. Projeto geométrico de uso do solo para fins urbano e rural. Roteiro prático para avaliação e registro de loteamento. Plano diretor. Política imobiliária e fundiária e de uso do solo.

Bibliografia Básica:

1. CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Comentários ao estatuto da cidade**. 2ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. 445p.
2. FERRARI, Celson. **Curso de planejamento municipal integrado: urbanismo**. 2ed. São Paulo: Pioneira, 1979. 631p.
3. MAUSBACH, Hans. **Urbanismo contemporâneo; análise dos fundamentos do planejamento actual**. Portugal: Presença, 1974. 211p.
4. MUNFORD, Lewis. **A Cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982. 741p.

Bibliografia Complementar:

5. ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **Parcelamento do pólo urbano em Campo Grande: visão crítica e roteiro legal**. Campo Grande (MS): FAU/Uniderp, 1997. 59p.
6. PAZZAGLINI FILHO, Marino. **Da nova lei de parcelamento do solo urbano: Lei Federal N. 6.766 de 19/12/79**. São Paulo: EMPLASA, 1980. 247p.
7. PEREIRA, Rubens de Mattos; FERRARI, Celson. **Organização administrativa para o planejamento municipal**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1969. 127p.
8. RIZZARDO, Arnaldo. **Promessa de compra e venda e parcelamento do solo urbano; Lei N. 6766/79**. Porto Alegre: AJURIS, 1980. 259p.

8º Período**8.1 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I**

Trabalho de Conclusão de Curso	Créditos: 0.2.0	Carga Horária: 30 h
---------------------------------------	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

1.6 Introdução à Metodologia Científica + 6.5 Geodésia Espacial + 7.2 Gestão de Dados Espaciais + 7.3 Sensoriamento Remoto.

Ementa:

A importância do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Lógica da pesquisa científica. Tipologia de trabalhos científicos. Normatização científica. Redação e comunicação científica. Temas de pesquisa. Elaboração de projetos de pesquisa: a pergunta de partida; exploração do campo de pesquisa; a problemática; modelo de análise; construção da operacionalização; apresentação.

Bibliografia Básica:

1. CERVO, Amado Luiz; SILVA, Roberto da; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 6ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. 162p.
2. GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
3. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297p.
4. MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 11ed. São Paulo: Atlas, 2009. 321p.
5. MOURA FILHO, Geraldo Batista de; CARVALHO, Rigoberto Veloso de; CARVALHO, Vanessa Andrade de. **Manual de Normalização de Monografia, Dissertação e Tese**. Teresina: Ufpi, 2020. 53 p. Disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/MANUAL_TCCs_-_PUBLICA%2020201120194049.pdf. Acesso em: 03 mar. 2020.
6. SILVA, Joseli Maria da; SILVA, Edson Armando; JUNCKES, Ivan Jairo. **Construindo a Ciência: elaboração crítica de projetos de pesquisa**. Londrina: Pós-Escrito, 2009. 91 p. Disponível em: http://www.uel.br/cce/geo/didatico/omar/pesquisa_geografia_fisica/ConstruindoCiencia.pdf. Acesso em: 03 mar. 2023.

8.2 SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

Núcleo de Conteúdos: Específica	Créditos: 2.2.0.0	Carga Horária: 60 h
--	--------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

7.2 Gestão de Dados Espaciais

Ementa:

Introdução ao SIG. Características do dado espacial: posição, atributos, relações e tempo. Modelos de classificação de dados, métodos de cruzamento e mensuração espaciais. Análise de proximidade e zonas de influência. Definições, componentes e plataformas de Sistema de Informação Geográfica - SIG. Modelagem espacial. Integração de dados gráficos e descritivos. Relacionamento, manipulação e análise de dados espaciais. Métodos de acesso espacial e otimização de consultas. Interoperabilidade e ontologias. Implantação e gerência de projetos de SIG. Modelagem digital de terreno.

Bibliografia Básica:

1. MENEZES, Paulo Marcio Leal de; FERNANDES, Manoel do Couto. Roteiro de Cartografia. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.
2. INPE. Análise espacial de dados geográficos. Rio de Janeiro: INPE. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/analise/index.html>
3. INPE. Introdução à ciência da geoinformação. Rio de Janeiro: INPE. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/index.html>
4. CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito. Geoprocessamento. Teresina: Do Autor, 2000. 89p.
5. MOURA, Ana Clara Mourão. Geoprocessamento na gestão e planejamento urbano. 2ed. Belo Horizonte: s.n. 2005. 294p.
6. SILVA, Jorge Xavier da; ZAIDAN, Ricardo Tavares. Geoprocessamento e análise **ambiental: aplicações**. 2ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 363p.

Bibliografia Complementar:

7. ANTENUCCI, John C. et al. Geographic Information Systems: A Guide to the Technology. Van Nostrand Reinhold, New York, 1992.
8. ARONOFF, Stan. Geographic Information Systems: a Management Perspective. WDL Publications, Ottawa, Canadá.
9. BURROUGH, P.A.; McDONNELL, R. Principles of Geographical Information Systems. Oxford University Press, 1998.
10. LONGLEY, P.A et al. Sistemas e Ciência da Informação Geográfica. Revisão Técnica: Heinrich Hasenack et al. 3º ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.
11. MAGUIRE, D.; GOODCHILD, M.; RHIND, D.. Geographical Information Systems: Principles and Applications. New York: John Wiley and Sons, 1991.

8.3 PROCESSAMENTO DIGITAL DE IMAGENS

Núcleo de Conteúdos: Específicos	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60 h
---	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

1.5 Programação de Computadores + 7.3 Sensoriamento Remoto.

Ementa:

Formatos de imagens de sensoriamento remoto. Distorções e correções de dados de sensoriamento remoto. Manipulação de histograma e contraste. Formação das cores. Fusão de imagens. Operações aritméticas. Transformação por rotação espectral. Classificação pixel a pixel. Classificação por região. Processamento de dados hiperespectrais.

Bibliografia Básica:

1. FLORENZANO, Teresa Gallotti. **Iniciação em sensoriamento remoto**. 2ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2007. 101 p.
2. GONZALEZ, Rafael C; WOODS, Richard E. **Processamento de imagens digitais**. São Paulo: Blücher, 2007. 509p.
3. PEDRINI, Hélio; SCHWARTZ, William Robson. **Análise de imagens digitais: princípios, algoritmos e aplicações**. São Paulo: Cengage Learning. 2008. 508p.

Bibliografia Complementar:

4. AZEVEDO, Eduardo; CONCI, Aura. **Computação gráfica: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 353p.
5. CENTENO, Jorge Antônio Silva. **Sensoriamento remoto e processamento de imagens digitais**. Curitiba: Curso de Pós-Graduação em Ciências Geodésicas/UFPR, 2004. 209p.
6. GOMES, Jonas; VELHO, Luiz. **Computação gráfica**. Rio de Janeiro: IMPA, 1998. 1v.

8.4 PROJETO DE ESTRADAS (COD. DISCIPLINA – DTR0087)

Núcleo de Conteúdos: Profissionalizantes	Créditos: 4.2.0	Carga Horária: 90 h
---	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

3.5 Topografia II + 6.1 Mecânica dos Solos.

Ementa:

Generalidades. Estudos: de viabilidade técnico-econômica, topográficos, geotécnicos, geológicos, hidrológicos, de tráfego e interferência no ecossistema. Projetos: geométrico, de terraplenagem, de drenagem, de sinalização, de desapropriação, de obras complementares e de interseção. Noções de pavimentação e obras de arte especiais. Software de projeto de estradas. Projeto final da implantação. Noções de conservação, restauração e melhorias rodoviárias. Ferrovias: estudos e projeto.

Bibliografia Básica:

1. CARVALHO, M. Pacheco de. **Curso de estradas**. 4ed. Rio de Janeiro: Científica, s.d . 2v.
2. FIGUEIRA, Fernando M. M. **Estudo e concepção de estradas**. Coimbra: Almedina, 1984. 222p.
3. BRINA, Helvécio Lapertosa. **Estradas de ferro**. 2ed. Rio de Janeiro: UFMG, 1988. 2v.

Bibliografia Complementar:

4. DNIT. **Diretrizes básicas para elaboração de estudos e projetos rodoviários**. Rio de Janeiro, 1999. 391p. Disponível em: www1.dnit.gov.br/download/DiretrizesBasicas.pdf
5. FONTES, Luiz Carlos A. de A. **Engenharia de estradas: projeto geométrico**. Salvador: UFBA, 1995. 1v.
6. PONTES FILHO, Glauco. **Estradas de rodagem: projeto geométrico**. São Carlos (SP): Bidim, 1998. 432p.

8.5 LEVANTAMENTOS ESPECIAIS I

Núcleo de Conteúdos: Específicos	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60 h
---	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

6.5 Geodésia Espacial.

Ementa:

Monitoramento geodésico de estruturas e superfícies. Acompanhamento dos serviços de terraplenagem ou movimentos de terra. Métodos de Levantamentos Especiais. Projeto e execução de levantamentos topográficos associados a levantamentos geodésicos empregando processos automatizados e ajustados aplicados a normas técnicas relacionadas à Topografia, Geodésia e georreferenciamento de imóveis. Locações de obras de engenharia: portos, aeroportos, dutos, loteamentos e assentamentos rurais e urbanos.

Bibliografia Básica:

1. GEMAEL, Camil. Introdução ao ajustamento de observações: aplicações geodésicas. Curitiba: Editora UFPR, 1994. 319p.
2. COMASTRI, José Anibal; GRIPP JUNIOR, Joel. Topografia aplicada: medição, divisão e demarcação. Viçosa (MG): UFV, 1998. 203p.
3. GHILANI, Charles D; WOLF, Paul R. Elementary surveying: an introduction to geomatics. 13ed. New Jersey: Prentice Hall, 2011. 984p.

Bibliografia Complementar:

4. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13133: Execução de levantamento topográfico. Rio de Janeiro, 1994.
5. BORGES, A. C. Exercícios de Topografia. São Paulo, Editora Edgard Blucher, 1994.
6. BRASIL. LEI Nº 10.267, DE 28 DE AGOSTO DE 2001. Altera dispositivos das Leis nos 4.947, de 6 de abril de 1966, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.739, de 5 de dezembro de 1979, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências. 2001.
7. DALMOLIN, Quintino. Ajustamento por mínimos quadrados. 2ed. Curitiba: Imprensa Universitária UFPR. 2004. 175p.

8.6 CADASTRO TERRITORIAL**Núcleo de Conteúdos:** Específicos**Créditos:** 2.2.0**Carga Horária:** 60 h**Pré-requisito:**

7.6 Parcelamento Territorial

Introdução ao cadastro territorial. História do Cadastro. Cadastro imobiliário. Cadastro x registro de Imóveis. Cadastros Temáticos. Cadastro Técnico multifinalitário. Boletim de informações cadastrais (BIC). Cartografia cadastral. Rede de referência cadastral. Avaliação Imobiliária. Planta Genérica de Valores. Imposto Predial territorial Urbano (IPTU). Sistema de Informação territorial (SIT). Atualização cadastral. Regularização fundiária urbana (REURB). Cadastro rural. Imóvel rural. Sistema nacional de cadastro rural (SNCR). Georreferenciamento de imóveis rurais. Imposto territorial rural (ITR). Cadastro rural x Cadastro ambiental rural (CAR). Sistema nacional de gestão de informações territoriais (SINTER).

Bibliografia Básica:

1. CARNEIRO, Andrea Flávia Tenório. **Cadastro Imobiliário e Registro de Imóveis**. 1ed. São Paulo: safE, 2003. 272p.
2. LOCH, Carlos & ERBA, Diego. **Cadastro técnico multifinalitário: rural e urbano**. Cambridge, MA: Lincoln Institute of Land Policy, 2007.142p.
3. ERBA, Diego Alfonso; OLIVEIRA, Fabrício Leal de; LIMA JUNIOR, Pedro de Novais. **Cadastro multifinalitário como instrumento de política fiscal e urbana**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. 144p.
4. OLIANI, Luiz Octávio. Noções de cadastro territorial multifinalitário – CTM. Série de Cadernos Técnicos da Agenda Parlamentar. Curitiba: CREA-PR. 2016. 38p.
5. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14166: Rede de Referência Cadastral Municipal – Requisitos e Procedimentos. Rio de Janeiro, 2022. 23p.
6. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Manual Técnico para o Georreferenciamento de Imóveis Rurais – 2ª Edição. Brasília, 2022 63p.
7. Ministério do Desenvolvimento Regional. Portaria Nº 3.242/2022 - Diretrizes para a criação, a instituição e a atualização do Cadastro Territorial Multifinalitário - CTM, nos municípios brasileiros. Brasil, 2022.

Bibliografia Complementar:

8. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13133: Execução de levantamento topográfico. Rio de Janeiro, 2021. 57p.
9. FERRARI, Celson. **Curso de planejamento municipal integrado: urbanismo**. 2ed. São Paulo: Pioneira, 1979. 631p.
10. SILVA, Pedro Cordeiro da. **Cadastro e tributação**. Brasília: Fundação Petrônio Portella, 1982. 196p.

9º Período

9.1 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

Trabalho de Conclusão de Curso	Créditos: 0.2.0	Carga Horária: 30 h
---------------------------------------	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

8.1 Trabalho de Conclusão de Curso I

Ementa:

Planejamento do Artigo Científico ou Monografia baseado no projeto de TCC desenvolvido na disciplina de TCC1. Pesquisa bibliográfica e elaboração da parte inicial do trabalho escrito. Definição inicial do método. Preparação para trabalho de campo.

Bibliografia Básica:

7. CERVO, Amado Luiz; SILVA, Roberto da; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 6ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. 162p.
8. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297p.
9. MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 11ed. São Paulo: Atlas, 2009. 321p.

Bibliografia Complementar:

10. Bibliografia específica escolhida em função do tema da pesquisa.

9.2 DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES GEOESPACIAIS

Núcleo de Conteúdos: Específico	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60 h
--	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

1.5 Programação de Computadores + 8.2 Gestão de Dados Espaciais

Ementa:

Introdução ao desenvolvimento de aplicações geoespaciais. Experiência do Usuário e Projeto de Interface UX/UI. Arquitetura de aplicações. Bibliotecas e linguagens disponíveis. Desenvolvimento de Banco de Dados Espaciais. Visualização de dados espaciais. Desenvolvimento de Modeladores Gráficos em SIG. Desenvolvimento de Plugins em SIG. Desenvolvimento de Aplicações Web. Desenvolvimento de aplicações desktop em software livre e proprietário.

Bibliografia Básica:

1. Paul A. Longley, Michael F. Goodchild, David J. Maguire, David W. Rhind. *Geographic Information Science and Systems*, 4th Edition. Wiley, 2015 –
2. Erik Westra. *Building Mapping Applications with QGIS*. Packt Publishing, 2014 –
3. Joel Lawhead. *Learning Geospatial Analysis with Python*. Packt Publishing Paperback, 2013
4. QGIS Project. *PyQGIS 3.10 developer cookbook*, 2020.

Bibliografia Complementar:

5. LAWHEAD, Joel. *QGIS python programming cookbook*. Packt Publishing Ltd, 2015.
6. BEAIRD, Jason; WALKER, Alex; GEORGE, James. *The principles of beautiful web design*. Sitepoint, 2020.
7. TIDWELL, Jenifer. *Designing interfaces: Patterns for effective interaction design*. " O'Reilly Media, Inc.", 2010.

9.3 ADMINISTRAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EMPRESAS (COD. DISCIPLINA – CCA0142)

Núcleo de Conteúdos: Básicos	Créditos: 4.0.0	Carga Horária: 60 h
-------------------------------------	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

Não tem.

Ementa:

Direção de empresa. Planejamento e tomada de decisões. Organização e métodos. Organograma. Fluxograma. Distribuição de espaços. Linhas de autoridades. Conceito de pesquisa operacional. Programação linear. Matemática financeira. Noções de contabilidade. Composição de preços. Licitações. Gerenciamento e fiscalização de serviços e obras. Planejamento e controle de produção. Controle de qualidade. Empreendedorismo.

Bibliografia Básica:

1. CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 7ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2004. 634p.
2. DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001. 299p.
3. FARIA, Rogério Gomes de. **Matemática comercial e financeira**. 6ed. São Paulo: Ática, 2007. 208p.

Bibliografia Complementar:

4. CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**. 3ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 579p.
5. FARIA, Albino Nogueira de. **Organização de empresas**. 9ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989. 3v.

9.4 PAVIMENTAÇÃO (COD. DISCIPLINA – DTR0088)

Núcleo de Conteúdos: Profissionalizantes	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60 h
---	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

6.1 Mecânica dos Solos + 8.4 Projeto de Estradas

Ementa:

Terminologia. Classificação dos pavimentos. Materiais utilizados em pavimentação. Projeto de pavimentos. Dimensionamento. Drenagem. Estimativa de custos das obras. Construção de pavimentos. Manutenção de pavimentos. Interferências com o meio ambiente.

Bibliografia Básica:

1. BAPTISTA, Cyro de Freitas Nogueira. **Pavimentação**. 3ed. Porto Alegre: Globo, 1979. 3v.
2. SENCO, Wlastermiller de. **Manual de técnicas de pavimentação**. São Paulo: Pini, 1997. 1v.
3. SOUZA, Murillo Lopes de. **Pavimentação rodoviária**. Rio de Janeiro: s.n, 1976. 2v.

Bibliografia Complementar:

4. DNIT. **Manual de Pavimentação**. 3ed. Rio de Janeiro: DNIT, 2006. 278p. Disponível em: www1.dnit.gov.br/.../Manual_de_Pavimentacao_Versao_Final.pdf
5. YODER, Eldon Joseph; WITCZAK, M. W. **Principles of pavement design**. 2ed. New York: John Wiley & Sons, 1975. 711p.

9.5 LEVANTAMENTOS ESPECIAIS II

Núcleo de Conteúdos: Específicos	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60 h
---	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:**8.5 LEVANTAMENTOS ESPECIAIS I****Ementa:**

Monitoramento geodésico de estruturas e superfícies. Topografia subterrânea e de caverna. Noções de levantamento subterrâneo. Acompanhamento dos serviços de terraplenagem ou movimentos de terra. Georreferenciamento de imóveis.

1. GEMAEL, Camil et al. Introdução ao ajustamento de observações: aplicações geodésicas. 2ª Edição. Curitiba: Editora UFPR, 2015.
2. GHILANI, Charles D; WOLF, Paul R. Elementary surveying: na introduction to geomatics. 13ed. New Jersey: Prentice Hall, 2011.
3. COMASTRI, José Anibal; GRIPP JUNIOR, Joel. Topografia aplicada: medição, divisão e demarcação. Viçosa (MG): UFV, 1998.
4. MONICO, João Francisco Galera. Posicionamento pelo GNSS: descrição, fundamentos e aplicações. 2ed. Presidente Prudente: Unesp, 2008.

Bibliografia Complementar:

5. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13.133: Execução de levantamento topográfico - Procedimento. Rio de Janeiro, 2021.
 6. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14.166: Rede de referência cadastral municipal – Requisitos e procedimentos. Rio de Janeiro, 2022.
 7. BORGES, A. C. Topografia aplicada à Engenharia Civil. São Paulo, Editora Edgard Blucher, 1994.
 8. COMASTRI, José Anibal; TULER, José Cláudio. Topografia: altimetria. 3ed. Viçosa (MG): UFV, 2005.
 9. LOCH, C.; CORDINI, J. Topografia Contemporânea. Florianópolis, Editora da UFSC, 1995.
 10. DEPARTMENT OF ARMY – U.S. Army Corps of Engineers. Manual 1110-1-1004 Deformation Monitoring and Control Surveying. Washington, DC, 1994.
-

9.6 AVALIAÇÕES E PERÍCIAS (COD. DISCIPLINA – DTR0056)

Núcleo de Conteúdos: Específicos	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60 h
---	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

2.1 Probabilidade e Estatística + 8.6 Cadastro Territorial

Ementa:

Conceitos gerais. Matemática financeira e estatística aplicada a avaliações. Pesquisa e homogeneização de valores. Avaliação de terrenos urbanos, de propriedades rurais, de glebas suscetíveis de urbanização, de servidões e de benfeitorias urbanas e rurais. Depreciação de imóveis. Vantagem de coisa feita e valor em marcha. Laudos periciais.

Bibliografia Básica:

1. ABUNAHMAN, Sérgio Antônio. **Curso básico de engenharia legal e de avaliações**. 3ed. São Paulo: Pini, 2006. 334p.
2. DANTAS, Rubens Alves. **Engenharia de avaliações: uma introdução à metodologia científica**. São Paulo: Pini, 2001. 251p.
3. FIKER, José. **Manual de avaliações e perícias em imóveis urbanos**. São Paulo: Pini, 2001. 131p.
4. FIKER, José. **Avaliação de terrenos e imóveis urbanos**. 2ed. São Paulo: Pini, 1985. 106p.
5. MAIA NETO, Francisco. **Perícias judiciais de engenharia: doutrina, prática, jurisprudência**. 3ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2000. 250p.
6. MEDEIROS JÚNIOR, Joaquim da Rocha; FIKER, José. **A Perícia judicial**. São Paulo: Pini, 1996. 138p.
7. MOREIRA, Alberto Lélío. **Princípios de engenharia de avaliações**. 4ed. São Paulo: Pini, 1997. 504p.

Bibliografia Complementar:

8. AURICCHIO, Luiz. **Especulação imobiliária: terrenos**. São Paulo: Pini, 1985. 42p.
 9. FIKER, José. **Avaliação de imóveis urbanos**. 5ed. São Paulo: Pini, 1997. 104p.
 10. MONTEIRO, Samuel. **Perícias judiciais**. 2ed. São Paulo: Universitária de Direito, 1980. 613p.
 11. TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Izidoro. **Estatística básica**. 2ed. São Paulo: Atlas, 2010. 459p.
-

10º Período

10.1 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO III

Trabalho de Conclusão de Curso	Créditos: 0.2.0	Carga Horária: 30 h
---------------------------------------	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

9.1 Trabalho de Conclusão de Curso II

Ementa:

Elaboração e defesa individual do Artigo Científico ou da Monografia de conclusão de curso envolvendo uma ou mais áreas de conhecimentos específicos da Engenharia Cartográfica e de Agrimensura ou a aplicação destas em outras áreas afins e correlatas.

Bibliografia Básica:

1. CERVO, Amado Luiz; SILVA, Roberto da; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 6ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. 162p.
2. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297p.
3. MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 11ed. São Paulo: Atlas, 2009. 321p.

Bibliografia Complementar:

4. Bibliografia específica escolhida em função do tema da pesquisa.

10.2 ESTÁGIO SUPERVISIONADO (COD. DISCIPLINA -DTR0089)

Estágio Supervisionado	Créditos: 0.11.0	Carga Horária: 165 h
-------------------------------	-------------------------	-----------------------------

Pré-requisito:

5.2 Cartografia Digital e Topográfica + 5.3 Fotogrametria I + 5.5 Geodésia Geométrica

Ementa:

Planejamento, execução, acompanhamento e avaliação de atividades na área da Engenharia Cartográfica e de Agrimensura. Elaboração de um plano de trabalho. Elaboração de um relatório final das atividades realizadas, trazendo a descrição das experiências e atividades desenvolvidas.

Bibliografia Básica:

1. CERVO, Amado Luiz; SILVA, Roberto da; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 6ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. 162p.
2. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297p.
3. MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 11ed. São Paulo: Atlas, 2009. 321p.

Bibliografia Complementar:

4. GHILANI, Charles D. **Adjustment computations: spatial data analysis**. 5ed. Hoboken: John Wiley & Sons Inc, 2010. 672p.
5. GHILANI, Charles D; WOLF, Paul R. **Elementary surveying: an introduction to geomatics**. 13ed. New Jersey: Prentice Hall, 2011. 984p.
6. JOLY, Fernand. **A cartografia**. 9ed. Campinas (SP): Papyrus, 2007. 136p.
7. MONICO, João Francisco Galera. **Posicionamento pelo GNSS: descrição, fundamentos e aplicações**. 2ed. Presidente Prudente: Unesp, 2008. 480p.
1. NOVO, Evlyn M. L. de Moraes. **Sensoriamento remoto: princípios e aplicações**. 2ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2004. 308p.
2. VEIGA, Luis Augusto Koenig; ZANETTI, Maria Aparecida Z; FAGGION, Pedro Luis. **Fundamentos de topografia**. UFPR: Engenharia Cartográfica, 2009. 205p.

10.3 OPTATIVA I

Disciplina Optativa	Créditos: 4.0.0	Carga Horária: 60 h
----------------------------	------------------------	----------------------------

10.4 OPTATIVA II

Disciplina Optativa	Créditos: 4.0.0	Carga Horária: 60 h
----------------------------	------------------------	----------------------------

11.2. Ementário dos Componentes Curriculares Optativos**01 CAD - DESENHO ASSISTIDO POR COMPUTADOR**

Núcleo de Conteúdos: Básicos	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60 h
-------------------------------------	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

1.4 Desenho Técnico e Topográfico.

Ementa:

Conceitos gerais de computação gráfica. Editores gráficos: apresentação e configuração do ambiente de trabalho. Sistemas de coordenadas. Criação de primitivas geométricas. Vistas ortográficas principais e auxiliares. Vistas seccionais. Ajuste de atributos de objetos. Ferramentas de ajuste de visualização, de edição do desenho e de dimensionamento. Criação de blocos/células. Plotagem. Digitalização via mesa digitalizadora e scanner. Noções de georreferenciamento de arquivos digitais.

Bibliografia Básica:

1. BALDAM, Roquemar de Lima; COSTA, Lourenço. **Autocad 2006: utilizando totalmente**. 4ed. São Paulo: Érica, 2007. 428p.
2. MACHADO, Ardevan. **O desenho na prática da engenharia**. 2ed. São Paulo: Autor, s.d. 410p.
3. TURQUETTI FILHO, Reynaldo; MORAES, Marlos Fabiano de. **Microstation V8 2004 edition: básico e 2d**. São Paulo: Terra, 2004. 374p.

Bibliografia Complementar:

4. MAGUIRE, D. E; SIMMONS, C. H. **Desenho técnico**. s.l: Hemus, 2004. 257p.
5. TURQUETTI FILHO, Reynaldo; BENTO, Leonardo Berges; MORAES, Marlos Fabiano de. **Aprenda a desenhar com autocad 2000: 2D, 3D e modelamento com sólidos**. São Paulo: Érica, 2000. 374p.

02 COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO (COD. DISCIPLINA -CLV0263)

Núcleo de Conteúdos: Básicos	Créditos: 4.0.0	Carga Horária: 60 h
-------------------------------------	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

Não tem.

Ementa:

Definição de comunicação. Âmbito e objetivo de comunicação. Modelo, sentido e fidelidade de comunicação. Formas de comunicação verbal e não-verbal. Aspectos biológicos e psicológicos da comunicação. Problemas de comunicação em atividades complexas. Leitura e compreensão de textos. Processo de criação do texto escrito.

Bibliografia Básica:

1. BERLO, David Kenneth. **O processo da comunicação: introdução à teoria e a prática**. 10ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 330p.
2. FARACO, Carlos Alberto; MANDRYK, David. **Língua portuguesa: prática de redação para estudantes universitários**. 12ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2008. 383p.
3. GARCIA, Othon Moacyr. **Comunicação em prosa moderna**. 26ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. 539p.

Bibliografia Complementar:

4. CAMARGO NETO, José Ortiz. **Redação prática e moderna (trilogia): a expressão do sentimento, pensamento e ação.** São Paulo: Érica, 1999. 189p.
5. FREIRE, Paulo. **A Importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** 51ed. São Paulo: Cortez, 2011. 102p. (Coleção Questões da Nossa Época, 22)
6. MEDEIROS, João Bosco. **Português instrumental.** 6ed. São Paulo: Atlas, 2007. 442p.

03 EMPREENDEDORISMO**Núcleo de Conteúdos:** Básicos**Créditos:** 4.0.0**Carga Horária:** 60 h**Pré-requisito:**

Não tem.

Ementa:

A revolução do empreendedorismo. O empreendedorismo no Brasil. História do empreendedorismo. Conceito de empreendedorismo. Característica e perfil do empreendedor. Identificação de oportunidades de negócios. Fatores a serem considerados na escolha de um negócio. Natureza jurídica dos negócios. Firma individual. Sociedades. Formas de sociedades. O simples. Abertura e registro de empresas. Micro e pequenas empresas. Carreiras empreendedoras do futuro. Mitos de empreendedorismo. Discussão do processo de elaboração do Planejamento Estratégico. Plano de negócios. Roteiro de um plano de negócios: Ramo de atividade; Mercados consumidor; concorrente; fornecedor; Localização; Processo operacional. Montagem de um plano de negócio. Discussão de um plano de negócio.

Bibliografia Básica:

1. • DOLABELA, F. Oficina do Empreendedor. 6. ed. [S.l.]: Cultura, 1999.
2. • DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: Transformando Ideias em Negócios. [S.l.]: Elsevier, 2012.
3. • BRUNSTEIN, I. Economia de Empresas: Gestão Econômica de Negócios. [S.l.]: Atlas, 2013.

Bibliografia Complementar:

4. MATOS, F. G. de. Estrategia de Empresa. [S.l.]: Makron Books, 1993.
5. DEGEN, R. J.; MELLO Álvaro A. A. O Empreendedor: Fundamentos da Iniciativa Empresarial. [S.l.]: Pearson, 2005.
6. DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo Corporativo: Como Ser Empreendedor, Inovar e se Diferenciar em Organizações Estabelecidas. [S.l.]: Elsevier, 2003.
7. HISRICH, R. D.; PETERS, M. P. Empreendedorismo. Porto Alegre: Bookman, 2009.
8. KAPFERER, J.-N. Marcas, Capital da Empresa: Criar e Desenvolver Marcas Fortes. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

04 GEOMETRIA DESCRITIVA (COD. DISCIPLINA – DCO0186)**Núcleo de Conteúdos:** Básicos**Créditos:** 2.2.0**Carga Horária:** 60 h**Pré-requisito:**

1.4 Desenho Técnico e Topográfico

Ementa:

Sistemas de projeções. Ponto, reta, plano. Interseções de planos. Paralelismo. Perpendicularismo. Métodos descritivos. Figuras planas. Poliedros: representação de pirâmide, prisma, cilindro, cone e esfera. Seções planas de poliedros.

Bibliografia Básica:

1. MONTENEGRO, Gildo A. **Geometria descritiva.** São Paulo: Edgard Blucher, 1991. 1v.
2. PINHEIRO, Virgílio Athayde. **Noções de geometria descritiva.** 5ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1989. 3v.
3. PRINCIPE JUNIOR, Alfredo dos Reis. **Noções de geometria descritiva.** 38ed. São Paulo: Nobel, 1989. 2v.

Bibliografia Complementar:

4. BORGES, Gladys Cabral de Mello; BARRETO, Deli Garcia Olle; MARTINS, Enio Zago. **Noções de geometria descritiva: teoria e exercícios.** 7ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1998. 173p.
5. RODRIGUES, Alvaro J. **Geometria descritiva: operações fundamentais e poliedros.** 6ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1964. 352p.

05 HUMANIDADES, CIÊNCIAS SOCIAIS E CIDADANIA (COD. DISCIPLINA -DCS228)**Núcleo de Conteúdos:** Básicos**Créditos:** 4.0.0**Carga Horária:** 60 h**Pré-requisito:**

Não tem.

Ementa:

Sociologia crítica e científica. A relação indivíduo-sociologia. A sociedade de classe. O significado das classes sociais do mundo moderno. Teoria clássica da cidadania: as vertentes liberal, democrático-burguês e crítica. Os direitos sociais no mundo moderno e na contemporaneidade. Cidadania e direitos sociais no Brasil. A constituição brasileira e a sua relação com a cidadania e os direitos sociais; Sujeitos sociais, espaços sócio-políticos, cidadania e direitos sociais. Questões contemporâneas, cidadania, direitos sociais e questões locais. Concepções de Ética. Ética e cidadania. Ética profissional.

Bibliografia Básica:

1. DIAS, Reinaldo. **Introdução a sociologia.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. 338p.
2. NOVAES, Elidia Maria; FISCHER, Rosa Maria. **Construindo a cidadania: ações e reflexões sobre empreendedorismo e gestão social.** São Paulo: CEATS, 2005. 340p.
3. RIBEIRO, Gustavo Lins. **As Ciências sociais no mundo contemporâneo: revisões e prospecções.** Brasília: Letras Livres, 2011. 308p.
4. ROSA, Luiz Pinguelli. **Tecnociências e humanidades: novos paradigmas, velhas questões.** São Paulo: Paz e Terra, 2005. 2v.

Bibliografia Complementar:

5. COSTA, Cristina. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade.** 3ed. São Paulo: Moderna, 2005. 416p.
6. FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2008. 365p.
7. PINTO, L. A. Costa. **Sociologia e desenvolvimento: temas e problemas de nosso tempo.** 7ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 332p.

06 LIBRAS (COD. DISCIPLINA -LIBRAS11)**Núcleo de Conteúdos:** Básicos**Créditos:** 2.2.0**Carga Horária:** 60 h**Pré-requisito:**

Não tem.

Ementa:

Perspectiva cultural e linguística dos surdos. Língua de sinais enquanto língua dos surdos. Aspectos da organização educacional e cultural dos surdos. Aspectos gramaticais da língua de sinais. Atividades de base para a aprendizagem da língua de sinais para uso no cotidiano ou relacionado ao trabalho docente. Diferentes etapas utilizadas pelo contador de estórias para crianças surdas. Exploração visual espacial das diferentes narrativas bem como da criação literária surda.

Bibliografia Básica:

1. FALCÃO, Luiz Alberico Barbosa. **Surdez, cognição visual e libras: estabelecendo novos diálogos**. Recife: Do Autor, 2010. 420p.
2. GONÇALVES, Francisca Maria Vieira. **A concepção de alunos surdos acerca da inclusão**. Teresina: [s.n.], 2007. 37p.
3. SIMEÃO, Natalia de Almeida. **O conhecimento da libras e o processo de ensino e de aprendizagem do surdo na perspectiva do professor e do aluno do ensino regular**. Teresina: [s.n.], 2008. 48p.

Bibliografia Complementar:

4. FALCÃO, Luiz Alberico Barbosa. **Aprendendo libras e reconhecendo as diferenças: um olhar reflexivo sobre a inclusão: estabelecendo novos diálogos**. 2ed. Recife, 2007. 304p.
5. SA, Nidia Regina Limeira de. **Cultura, poder e educação de surdos**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2002. 388p.

07 QUÍMICA GERAL**Núcleo de Conteúdos:** Básicos**Créditos:** 4.0.0**Carga Horária:** 60 h**Pré-requisito:**

Não tem.

Ementa:

Conceitos fundamentais. Arquitetura atômica. Propriedades periódicas. Ligação química e estrutura molecular. Soluções. Reações químicas e estequiometria. Cinética química. Equilíbrio químico.

Bibliografia Básica:

1. BRADY, J. E.; HUMISTEIN, E. E. "Química Geral" volumes I e II, Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., São Paulo, 1981.
2. BUENO, W. L.; J. F. C.; DEGREVE, L.; LEONE, F. A. "Química Geral" Ed. Mc Graw-Hill do Brasil Ltda., São Paulo, 1979.
3. MAHAN, B. H. "Química - Um Curso Universitário" Editora Edgard Blücher Ltda., São Paulo, 1972.
4. PIMENTEL, G. C.; SPRATLEY, R. D. "Química Geral" Ed. Mc Graw-Hill do Brasil Ltda., São Paulo, 1979.

Bibliografia Complementar:

5. RUSSEL, J. B. "Química Geral" Ed. Mc Graw-Hill do Brasil Ltda., São Paulo, 1982.
6. SCHAUM, D.; ROSENBERG, J. L. "Química Geral" Ed. Mc Graw-Hill do Brasil Ltda., São Paulo, 1979.
7. SIENKO, M. J.; PLANE, R. A. "Química" Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1976. SLABAUGH, W. H.; PEARSONS, T. D. "Química - Um Tratamento Moderno" volumes I e II, Editora Edgard Blücher Ltda., São Paulo, 1978.
8. SLOWINSKI, E. J.; MASTERTON, W. L. "Química Geral Superior" Ed. Interamericana Ltda., Rio de Janeiro, 1980.

08 GEOGRAFIA**Núcleo de Conteúdos:** Profissionalizantes**Créditos:** 2.2.0**Carga Horária:** 60 h**Pré-requisito:**

Não tem

Ementa:

Espaço geográfico como instância social. O espaço e o tempo nos estudos geográficos. Globalização. Urbanização. A função da cidade. Problemas sociais nas cidades. Conceitos básicos de Geossistema. A questão ambiental.

Bibliografia Básica:

1. AB' SABER, Aziz. Os domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
2. CLAVAL, P. A geografia cultural. Florianópolis, Ed UFSC, 1999.
3. CLAVAL, Paul. Espaço e poder. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1979. 248 p.
4. HARVEY, David. O Enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011. 231 p.
5. HARVEY, David. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.
6. LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
7. Lefebvre, Henri. O direito à cidade. 5.ed. - São Paulo, SP: Centauro Editora, 2016. 144 p
8. MASSEY, Doreen. Pelo Espaço: Uma Nova Política da Espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
9. ROSS, Jurandyr. L. Sanches. Geografia do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
10. SANTOS, M. Ensaio sobre a urbanização latino-americana. São Paulo, Hucitec, 1982.
11. SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2010.
12. TRICART, Jean. Ecodinâmica. Rio de Janeiro, IBGE/SUPREN, 1977.

Bibliografia Complementar:

13. GOMES, P.C. A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.
14. HARVEY, D. A liberdade da cidade. Geosp Espaço E Tempo (Online), (26), 09-18, 2009. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2009.74124>
15. HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo, Edições Loyola, 1992.
16. HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005. CASTRO, I.E. Espaço e política. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.
17. ROSENTHAL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs). Paisagens, Texto e Identidades. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. 3ª Ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1995.
18. SANTOS, Milton. Por uma economia política da cidade. São Paulo, Educ/Hucitec, 2004.
19. SANTOS, Milton. Técnica Espaço Tempo - globalização e meio técnico-científico e informacional. São Paulo, Hucitec, 2004.
20. SPÓSITO, Eliseu Sáverio. Redes e Cidades. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

09 STORETELLING DE DADOS**Núcleo de Conteúdos:** Específicos**Créditos:** 2.2.0**Carga Horária:** 60 h**Pré-requisito:**

Não tem

Ementa:

Importância do Contexto. Escolhendo um visual eficaz. Identificação e eliminação da saturação. Como dirigir a atenção do público para onde se deseja. Conceitos de design aplicados à comunicação com dados. Dissecagem de modelos visuais. Dicas sobre Storytelling. Estudos de casos.

Bibliografia Básica:

1. KNAFLIC, C. N. Storytelling com dados: Um guia sobre visualização de dados para profissionais de negócios. Traduzido por João Tortello. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018. 256p.
2. CHINEN, N. Curso básico de design gráfico. São Paulo: Escala, 2011. 175p.
3. KNAFLIC, C. N. Storytelling with data. Blog. Disponível em: <https://www.storytellingwithdata.com/>

Bibliografia Complementar:

4. BERENGUERES, J.; SANDELL, M.; FENWICK, A. Introduction to data visualization & storytelling: A guide for the data scientist. Stokes-Hamilton, 2019.
5. XAVIER, A. Storytelling: Histórias que deixam marcas. Rio de Janeiro: Best Business, 2015.

10 TÓPICOS ESPECIAIS I

Núcleo de Conteúdos: Específicos	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60 h
---	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

Não tem

Ementa:

Disciplina de conteúdo variável. Discussão de temas específicos da Engenharia cartográfica e de Agrimensura, complementando e atualizando assuntos já desenvolvidos ou não.

Bibliografia Básica:**Bibliografia Complementar:****11 TÓPICOS ESPECIAIS II**

Núcleo de Conteúdos: Específicos	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60 h
---	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

Não tem

Ementa:

Disciplina de conteúdo variável. Discussão de temas específicos da Engenharia cartográfica e de Agrimensura, complementando e atualizando assuntos já desenvolvidos ou não.

Bibliografia Básica:**Bibliografia Complementar:****12 TÓPICOS ESPECIAIS III**

Núcleo de Conteúdos: Específicos	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60 h
---	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

Não tem

Ementa:

Disciplina de conteúdo variável. Discussão de temas específicos da Engenharia cartográfica e de Agrimensura, complementando e atualizando assuntos já desenvolvidos ou não.

Bibliografia Básica:**Bibliografia Complementar:****13 TÓPICOS ESPECIAIS IV**

Núcleo de Conteúdos: Específicos	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60 h
---	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

Não tem

Ementa:

Disciplina de conteúdo variável. Discussão de temas específicos da Engenharia cartográfica e de Agrimensura, complementando e atualizando assuntos já desenvolvidos ou não.

Bibliografia Básica:**Bibliografia Complementar:**

14 TÓPICOS ESPECIAIS V**Núcleo de Conteúdos:** Específicos**Créditos:** 2.2.0**Carga Horária:** 60 h**Pré-requisito:**

Não tem

Ementa:

Disciplina de conteúdo variável. Discussão de temas específicos da Engenharia cartográfica e de Agrimensura, complementando e atualizando assuntos já desenvolvidos ou não.

Bibliografia Básica:**Bibliografia Complementar:****15 FÍSICA GERAL II****Núcleo de Conteúdos:** Básicos**Créditos:** 2.2.0**Carga Horária:** 60 h**Pré-requisito:**

2.6 Física Geral I.

Ementa:

Oscilações. Movimento ondulatório. Temperatura e calor. Carga e matéria. Campo elétrico. Lei de Gauss. Potencial elétrico. Capacitores. Corrente contínua. O campo magnético. A lei de Ampère. A lei de Faraday. Indutância. Corrente alternada. Natureza e propagação da luz.

Bibliografia Básica:

1. RESNICK, Robert; HALLIDAY, David. **Física**. 5ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2003. 4v.
2. TIPLER, Paul A. **Física**. 5ed. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 2006. 4v.
3. TIPLER, Paul A; MOSCA, Gene. **Física para cientistas e engenheiros**. 6ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010. 3v.

Bibliografia Complementar:

4. HALLIDAY, David; WALKER, Jearl; RESNICK, Robert. **Fundamentos de física**. 6ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2003. 4v.
5. GONÇALVES, Dalton. **Física: terminologia, óptica, ondas**. 3ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983. 503p.
6. TIPLER, Paul A.; LLEWELLYN, Ralph A. **Física moderna**. 3ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001. 515p.

16 CONSTRUÇÃO CIVIL E MATERIAIS (COD. DISCIPLINA – DCO0185)**Núcleo de Conteúdos:** Profissionalizantes**Créditos:** 2.2.0**Carga Horária:** 60 h**Pré-requisito:**

09 Química Geral.

Ementa:

Teoria: Introdução aos materiais de construção. Conceitos, classificação, seleção e propriedades dos materiais. Elementos gráficos e escritos de um projeto de engenharia. Pedras naturais: obtenção, classificação e aplicação. Aglomerante: conceito, classificação, tipos e aplicações. Agregados: conceito, obtenção, classificação, propriedades e tipos. Argamassa: conceito, obtenção, classificação, tipos e aplicações. Concreto: conceito, obtenção, propriedade e empregos. Cerâmica: conceito, obtenção, classificação, tipos, fabricação e aplicação. Tintas: conceito, obtenção e aplicação. Prática: consistência da pasta de cimento. Início de pega do cimento. Finura do cimento. Massa específica real do cimento. Consistência da argamassa. Peso unitário do agregado miúdo e graúdo. Granulometria do agregado miúdo e graúdo. Massa específica real. Teor de absorção. Inchamento da areia. Determinação de resistência e compressão dos concretos.

Densidade do querosene. Modelagem e cura dos corpos de prova de concreto. Resistência mecânica dos cimentos. Resistência a compressão de materiais cerâmicos.

Bibliografia Básica:

1. BAUER, L. A. Falcão. **Materiais de construção**. 5ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2010. 2v.
2. PETRUCCI, Eladio Gerardo Requião. **Materiais de construção**. 2ed. Porto Alegre: Globo, 1976. 435p.
3. VAN VLACK, Lawrence Hall. **Princípios de ciência dos materiais**. São Paulo: Edgard Blucher, 1994. 427p.

Bibliografia Complementar:

4. FIORITO, Antonio J. S. I. **Manual de argamassas e revestimentos: estudos e procedimentos de execução**. São Paulo: Pini, 1994. 221p.
 5. RIPPER, Ernesto. **Manual prático de materiais de construção**. São Paulo: Pini, 1995. 252p.
-

17 FENÔMENOS DE TRANSPORTES (COD. DISCIPLINA -DRH0037)

Núcleo de Conteúdos: Básicos	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60 h
-------------------------------------	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

3.2 Mecânica Geral.

Ementa:

Propriedades dos fluidos. Manometria. escoamento dos fluidos reais. Hidrostática. Cinemática e dinâmica dos fluidos. Princípios básicos da termodinâmica. Transferência de calor. Condução, convecção e radiação térmica. Transporte de massa.

Bibliografia Básica:

1. GILES, Ranald V. **Mecânica dos fluidos e hidráulica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976. 401p.
2. KREITH, Frank. **Princípios da transmissão de calor**. São Paulo: Edgard Blucher, 1969. 642p.
3. SCHIOZER, Dayr. **Mecânica dos fluidos**. 2ed. Rio de Janeiro: LTC, 1996. 629p.

Bibliografia Complementar:

4. GARCEZ, Lucas Nogueira. **Elementos de mecânica dos fluidos: hidráulica geral**. 2ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1977. 449p.
 5. SHAMES, Irving Herman. **Mecânica dos fluidos**. São Paulo: Edgard Blucher, 1973. 2v.
-

18 AJUSTAMENTO DE OBSERVAÇÕES II

Núcleo de Conteúdos: Específicos	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60 h
---	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

4.4 Ajustamento de Observações I

Ementa:

Métodos de ajustamento: correlato e combinado. Controle de qualidade do ajustamento. Iterações. Injunções. Ajustamento em topografia: poligonais, triangulação, trilateração e redes verticais.

Bibliografia Básica:

1. DALMOLIN, Q. (2004). Ajustamento por mínimos quadrados. 2ª Ed. Curitiba: Imprensa Universitária – UFPR.
 2. GEMAEL, C. et. al. (2015). Introdução ao ajustamento de observações: aplicações geodésicas. Curitiba: Editora UFPR.
 3. GRIPP, J. J. (1993). Ajustamento de Observações. Curso: Pós-Graduação em Topografia.
-

4. ALSADIK, B. (2019). Adjustment models in 3D geomatics and computational geophysics: with MATLAB examples. Elsevier.
5. GHILANI, C. D. (2017). Adjustment computations: spatial data analysis. 6th ed. New Jersey: John Wiley & Sons.
6. OGUNDARE, J. O. (2019). Understanding least squares estimation and geomatics data analysis. John Wiley & Sons.

Bibliografia Complementar:

7. GHILANI, C. D. Elementary surveying: an introduction to geomatics. 15th ed. New Jersey: Prentice Hall, 2017.
8. GHILANI, C. D., WOLF, P.R., Tradução Daniel Vieira. Geomática. 13th ed. New Jersey: John Wiley & Sons, 2013.
9. HELENE, Otaviano. Método dos mínimos quadrados com formalismo matricial. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2013.
10. VUOLO, J. H. Fundamento da teoria dos erros. 2a. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1996.
11. MIKAEL, E.M. & GRACIE, G. Analysis and Adjustment of Survey Measurements. Nostradams: Van Nostrand Reinhold, 1981. 339p.
12. WOLF, P.R. Adjustment computations. 2.ed. University of Wisconsin, 1981. 283p.

19 HIDRÁULICA (COD. DISCIPLINA – DRH0002)

Núcleo de Conteúdos: Profissionalizantes	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60 h
---	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

04 Fenômenos de Transportes.

Ementa:

Escoamento nos encanamentos e condutos. Condutos forçados (cálculo prático), a multiplicidade de fórmulas para cálculo de encanamento; linhas de carga, posição de encanamentos e órgãos acessórios das canalizações; principais tipos de tubulações hidráulicas, suas características e seu campo de emprego. Instalações elevatórias, bombas, linhas de recalque; golpe de aríete, encanamentos e reservatórios. Redes hidráulicas. Noções de hidrometria. Canais.

Bibliografia Básica:

21. AZEVEDO NETTO, José Martiniano de; ALVAREZ, Guillermo Acosta. **Manual de hidráulica**. 8ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2010. 2v.
22. GILES, Ranald V. **Mecânica dos fluidos e hidráulica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976. 401p.
23. NEVES, Eurico Trindade. **Curso de hidráulica**. 9ed. Porto Alegre: Globo, 1989. 577p.

Bibliografia Complementar:

24. LANCASTRE, Armando. **Manual de hidráulica geral**. São Paulo: Edgard Blucher, 1972. 411p.
25. PIMENTA, Carlito Flavio. **Curso de hidráulica geral**. 4ed. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1981. 2v.

20 ASTRONOMIA APLICADA (COD. DISCIPLINA – DTR0032)

Núcleo de Conteúdos: Específicos	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60 h
---	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

4.3 Astronomia de Posição.

Ementa:

Introdução. Determinação da hora. Determinação da latitude. Determinação do meridiano. Determinação da longitude. Insolação em paredes verticais e diagrama de sombra.

Bibliografia Básica:

1. ON. **Anuário do Observatório Nacional**. Rio de Janeiro: DIID. Disponível em: <http://www.on.br/conteudo/modelo.php?endereço=coad/diid/biblioteca.html>
2. BAKULIN, P. I. **Curso de astronomia general**. Moscou: Mir Moscu, 1987. 567p.
3. FARIA, Romildo Povoá; ALARSA, Flavio. **Fundamentos de astronomia**. 3ed. Campinas, SP: Papirus, 1987. 209p.

Bibliografia Complementar:

4. FARIA, Romildo Póvoa. **Iniciação à astronomia**. 12 ed. São Paulo, SP: Ática, 2004. 48 p.
5. MOURAO, Ronaldo Rogério de Freitas. **Dicionário enciclopédico de astronomia e astronáutica**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. 914p.
6. OLIVEIRA FILHO, Kepler de Souza; SARAIVA, Maria de Fátima Oliveira. **Astronomia e astrofísica**. 2 ed. São Paulo: Livraria da Física, 2004. 557 p.
7. TOURINHO, Plínio Alves Monteiro. **Tratado de astronomia**. Curitiba: Mundial, 1960. 2v.

21 FOTOINTERPRETAÇÃO (COD. DISCIPLINA – DTR0068)

Núcleo de Conteúdos: Específicos	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60 h
---	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

5.3 Fotogrametria I

Ementa:

Conceito, definição e aplicação da fotointerpretação. Tipos de fotos. Tipos de interpretação de imagens. Interrelação da fotointerpretação com a fotogrametria e outras ciências. Estágios da fotointerpretação. Etapas de um trabalho de fotointerpretação. Aplicação da fotointerpretação. Noções de tonalidade e textura fotográfica. Estruturas e trajetórias. Análise das formas fisiográficas. Padrões de drenagem. Distribuição e tipos de vegetação. Estudo da rede viária. Uso da terra. Cadastro urbano. Estudo integrado de uma área.

Bibliografia Básica:

3. MOFFITT, Francis H; MIKHAIL, Edward M. **Photogrammetry**. 3ed. New York: Harper & Row, 1980. 648p.
4. NOVO, Evlyn M. L. de Moraes. **Sensoriamento remoto: princípios e aplicações**. 2ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2004. 308p.
5. WOLF, Paul R. **Elements of photogrammetry**. Tokio: McGraw-Hill Kogakusha, 1974. 562p.
6. WOLF, Paul R; DEWITT, Bon A; WILKINSON, Benjamin E. **Elements of photogrammetry with applications in gis**. 4ed. Burr Ridge: McGraw-Hill Professional, 2012. 640p.

Bibliografia Complementar:

7. LEHMANN, Gerhard. **Fotogrametria**. Barcelona: Técnicos Associados, 1975. 399p.
8. LOCH, Carlos. **Noções básicas para a interpretação de imagens aéreas, bem como algumas de suas aplicações nos campos profissionais**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1984. 82p.
9. MARCHETTI, Delmar Antonio Bandeira. **Princípios de fotogrametria e fotointerpretação**. São Paulo: Nobel, 1978. 253p.

22 ENGENHARIA DE TRÁFEGO

Núcleo de Conteúdos: Profissionalizantes	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60 h
---	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

6.4 Transportes.

Ementa:

Noções básicas e conceitos fundamentais sobre a engenharia de tráfego. Elementos que compõem o fluxo de tráfego: Veículo, usuário e via. Teoria do fluxo de tráfego. Contagem, estatística e pesquisa de tráfego. Sinalização: Horizontal e vertical. Estudo de interseções urbanas. Capacidade

e Nível de Serviço. Semáforos: conceito, tipos e dimensionamentos. Coordenação de semáforos. Análise de acidentes e outras ocorrências. Estudo de impactos de tráfego. Medidas de restrição de tráfego. Sistemas Inteligentes de Transportes (ITS). Estacionamentos. Organização de redes viárias. Microssimulação de tráfego. Palestras. Visitas a estabelecimento e empresas de transportes. Trabalho prático orientado.

Bibliografia Básica:

1. BRASIL. DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Manual de estudos de tráfego. Rio de Janeiro, 2006.
2. HOEL, Lester A, GARBER, Nicholas J. , SADEK, Adel W. Engenharia de infraestrutura de transportes: uma integração multimodal. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
3. PORTUGUAL, Licínio da Silva. Simulação de tráfego conceitos e técnicas de modelagem. 1ª ed., Rio de Janeiro: Interciência Ltda., 2005.
4. PORTUGUAL, Licínio da Silva. Polos Geradores de Viagens orientados à Qualidade de Vida e Ambiental: Modelos e Taxas de Geração de Viagens. 1ª ed., Rio de Janeiro: Interciência Ltda., 2005.

Bibliografia Complementar:

5. CCDR–N - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. Manual de Planeamento das Acessibilidades e da Gestão Viária. Portugal, 2008.
6. GARBER, Nicholas J., HOEL, Lester A. Traffic and Highway Engineering. 4ª. ed. Toronto: Cengage Learning, 2009.
7. TRB–Transportation Research Board of the National Academy of Sciences. HCM 2010 - Highway Capacity Manual 2010. Volume 1. Washington, DC, 2010.
8. TRB–Transportation Research Board of the National Academy of Sciences. HCM 2010 - Highway Capacity Manual 2010. Volume 2. Washington, DC, 2010.
9. TRB–Transportation Research Board of the Nacional Academy of Sciences. HCM 2010 - Highway Capacity Manual 2010. Volume 3. Washington, DC, 2010..

23 OBRAS DE TERRA (COD. DISCIPLINA -DRH0050)

Núcleo de Conteúdos: Específicos

Créditos: 2.2.0

Carga Horária: 60 h

Pré-requisito:

6.1 Mecânica dos Solos.

Ementa:

Tipos de obras de terra. Aterros, cortes, barragens. Investigações do subsolo para aterro e cortes. Reconhecimento de empréstimos e jazidas. Fatores condicionantes do projeto. Percolação através de aterros. Propriedades de solos compactados. Técnicas construtivas. Controle de construção. Ensaios de campo e de laboratório.

Bibliografia Básica:

1. SIMPOSIO SOBRE INSTRUMENTACAO DE BARRAGENS, 2006. **Anais do simpósio sobre instrumentação de barragens**. São Paulo: Comitê Brasileiro de Barragens, 2006. 721p.
2. SILVEIRA, João Francisco Alves. **Instrumentação e segurança de barragens de terra e enrocamento**. São Paulo: Oficina de Textos, 2006. 413p.
3. TSCHEBOTARIOFF, Gregory Porphyriewitch. **Fundações, estruturas de arrimo e obras de terra**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978. 513p.

Bibliografia Complementar:

4. PINTO, Carlos de Sousa. **Curso básico de mecânica dos solos**. 3ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2006. 355p.
5. VARGAS, Milton. **Introdução a mecânica dos solos**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977. 509p.

24 InSAR

Núcleo de Conteúdos: Específicos	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60 h
---	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

7.3 Sensoriamento Remoto

Ementa:

Princípios e técnicas de Radar. Radar de Abertura Sintética (SAR). Características das imagens SAR. Princípios da interferometria de Radar por satélite (InSAR). Registro de imagens de Radar e criação de interferogramas. Criação de MDT com InSAR. Resolução espacial InSAR. Descorrelação e efeitos atmosféricos. Técnicas multitemporais interferométricas (MT-InSAR) avançadas. Casos de monitoramento de deformação em Geociências e em Engenharia Civil.

Bibliografia Básica:

1. BAMLER, R.; HARTL, P. Synthetic aperture radar interferometry. *Inverse Problems*, v. 14, n. 4, p. R1-R54, 1998. DOI: 10.1088/0266-5611/14/4/001.
2. FERRETTI, A. *Satellite InSAR data: reservoir monitoring from space*. The Netherlands: EAGE Publications bv, 2014. 178 p. ISBN: 978-90-73834-71-2.
3. FERRETTI, A.; MONTI-GUARNIERI, A.; PRATI, C.; ROCCA, F. *InSAR Principles: Guidelines for SAR Interferometry Processing and Interpretation*. ESA Publications, 2007. 250 p. ISBN: 92-9092-233-8.

Bibliografia Complementar:

4. BÜRGMANN, R.; ROSEN, P. A.; FIELDING, E. J. Synthetic aperture radar interferometry to measure Earth's surface topography and its deformation. *Annual review of earth and planetary sciences*, v. 28, n. 1, p. 169-209, 2000.
5. GABRIEL, A. K.; GOLDSTEIN, R. M.; ZEBKER, H. A. Mapping small elevation changes over large areas: Differential radar interferometry. *Journal of Geophysical Research: Solid Earth*, v. 94, n. B7, p. 9183-9191, 1989. DOI: 10.1029/JB094iB07p09183.
6. HO TONG MINH, D.; HANSSSEN, R.; ROCCA, F. Radar interferometry: 20 years of development in time series techniques and future perspectives. *remote sensing*, v. 12, n. 9, 2020. DOI: 0.3390/rs12091364.

25 EQUIPAMENTO DE CONSTRUÇÃO (COD. DISCIPLINA – DTR0050)

Núcleo de Conteúdos: Profissionalizantes	Créditos: 2.2.0	Carga Horária: 60 h
---	------------------------	----------------------------

Pré-requisito:

8.4 Projeto de Estradas.

Ementa:

Estudo dos equipamentos de construção e suas finalidades. Tipos, rendimento, potência, variação de potência, implementos e manutenção. Escolha, dimensionamento dos equipamentos e custos. Instalações de canteiros de obra.

Bibliografia Básica:

1. CARDAO, Celso. **Técnica da construção**. 5ed. Belo Horizonte: Engenharia e Arquitetura, 1981. 2v.
2. DNIT – **Manual de Custos de Infraestrutura de Transportes – SICRO 3 - 3ª edição**, Rio de Janeiro, 2008, Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/servicos/sicro/manual-de-custos-rodoviaros>
3. RICARDO, Helio de Souza; CATALANI, Guilherme. **Manual prático de escavação**. 2ed. São Paulo: Pini, 1990. 668p.

Bibliografia Complementar:

4. CATERPILLAR, Brasil. **Manual de Produção e Princípios Básicos de Terraplenagem**.
5. DNIT – **Manual de Custos Rodoviários – SICRO 2 - 3ª edição**, Rio de Janeiro, 2003, Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/servicos/sicro/manual-de-custos-rodoviaros>

-
6. VERDU, Francisco Arredondo Y; MARTIN, Francisco Gimenez. **Compactacion de terrenos; terraplanes y pedraplenes**. Barcelona: Técnicos Asociados, 1970. 261p.
-

26 PROJETO DE ENGENHARIA CARTOGRÁFICA E DE AGRIMENSURA (COD. DISCIPLINA – DTR124)

Núcleo de Conteúdos: Específicos

Créditos: 4.0.0

Carga Horária: 60 h

Pré-requisito:

6.2 Cartografia Temática + 6.5 Geodésia Espacial + 8.4 Projeto de Estradas

Ementa:

Ante-Projeto de engenharia. Projeto básico de engenharia. Projeto executivo de engenharia. Elaboração de prescrições técnicas e editais. Elaboração de proposta técnica. Elaboração de laudos e pareceres.

Bibliografia Básica:

6. Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura. **Manual de contratação dos serviços de arquitetura e urbanismo**. 2ed. São Paulo: Pini, 2001. 87p.
 7. LARA, Francisco de Assis. **Manual de propostas técnicas: como vender projetos e serviços de engenharia consultiva**. 2ed. São Paulo: Pini, 1995. 198p.
 8. SALOMO, Jorge Lages. **Contratos de prestação de serviços: manual teórico e prático**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999. 135p.
-

Bibliografia Complementar:

9. NOCERA, Rosaldo de Jesus. **Planejamento e controle de obras na prática com o microsoft project 98**. Santo Andre: Técnica de Engenharia, 2000. 313p.
 10. WOILER Samsão; MATHIAS Washington Franco. **Projetos: planejamento, elaboração e análise**. São Paulo: Atlas, 2008. 2ed. 304p.
-

12. REFERÊNCIAS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. CNE/CES nº 01/2021 - **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES112002.pdf>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. CNE/CES nº 02/2019- **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia**. Disponível em:

https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN22019.pdf

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. **Resolução MEC Nº07/2018 estabeleceu as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira**. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. **Resolução Nº 1.095, de 29 de novembro de 2017, que discrimina as atividades e competências profissionais do engenheiro agrimensor e cartógrafo e insere o respectivo título na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional**. Disponível em:

<https://normativos.confea.org.br/Ementas/Visualizar?id=64609>

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. **Resolução Nº 1.073, de 19 de abril de 2016, Regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais aos profissionais registrados no Sistema Confea/Crea**. Disponível em:

https://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/24775268/do1-2016-04-22-resolucao-n-1-073-de-19-de-abril-de-2016-24775171

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Normas de Funcionamento dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Piauí**. Teresina, 2012. Disponível em:

[http://www.ufpi.br/arquivos/File/normas%20da%20graduacao%20APROVADO%20CEPEX%20\(2\).pdf](http://www.ufpi.br/arquivos/File/normas%20da%20graduacao%20APROVADO%20CEPEX%20(2).pdf)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. CNE/CES 11 - **Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em engenharia**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES112002.pdf>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, da Universidade Federal do Paraná.** Curitiba-PR, 2011.

Disponível em: http://www.cartografica.ufpr.br/home/wp-content/uploads/2011/10/PPP2012_carto_e_agrimensura1.pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução N° 278/11 – CEPEX-UFPI.** Teresina, 2011.

Disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/CT/graduação/resolucao278-11-cepex_nde_NUCLEO_DOCENTE ESTRUTURANTE.pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução N° 053/19 – CEPEX-UFPI.** Teresina, 2011.

Disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/prex/Resolu%C3%A7%C3%A3o_053_20192019_0514173348.pdf

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. **Resolução N° 3, de 14/10/10, que Regulamenta o Art. 52 da Lei nº 9.394, e dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e credenciamento de universidades do Sistema Federal de Ensino.** Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14917&Itemid=866

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Superior. **Referenciais curriculares nacionais dos cursos de bacharelado e licenciatura.** Disponível em:

<https://abmes.org.br/arquivos/documentos/Referenciais-Curriculares-Nacionais-v-2010-04-29.pdf>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, da Universidade Federal de Uberlândia.** Uberlândia-MG, 2010.

Disponível em:

http://www.ig.ufu.br/sites/ig.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/Projeto_pedag%C3%B3gico_EAC.pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia de Agrimensura e Cartográfica, da Universidade Federal da Bahia.** Salvador-BA, 2009.

Disponível em: http://www.geodesia.ufba.br/CursoEngAgrimCartUFBA_Projeto_08_03_2010.pdf

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Gabinete do Ministro. **Portaria Normativa N° 40, de 12 de dezembro de 2007.** Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/legislacao/2007/portaria_40_12122007.pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia de Agrimensura e Cartográfica, da Universidade Federal de Viçosa.** Viçosa-MG, 2008. Disponível em: http://www.ufv.br/dec/eam/downloads/eam/projeto_pedagogico_eam.pdf

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. **Resolução N° 1.010, de 22 de agosto de 2005, que dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema CONFEA/CREA, para efeito de fiscalização do exercício profissional.** Disponível em: <http://www.confea.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=1196>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Regimento Geral da Universidade Federal do Piauí.** Teresina, 2000. Disponível em: http://www.ufpi.br/arquivos/File/estatutos_e_regimentos/regimento_geral_ufpi.pdf

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. **Decisão Normativa N° 047, de 16 de dezembro de 1992, que discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia.** Disponível em: <https://normativos.confea.org.br/Ementas/Visualizar?id=601>

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. **Resolução N° 218, de 29 de junho de 1973, que dispõe sobre as atividades de Parcelamento do Solo Urbano, as competências para executá-las e dá outras providências.** Disponível em: <https://www.fca.unesp.br/Home/Graduacao/0218-73.pdf>

BRASIL. **Lei N° 5.194, de 24 de dezembro de 1966. Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5194.htm

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be the name of the author or reviewer.

13. APÊNDICES

13.1. Normas de Curricularização da Extensão do curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura

Regulamenta as atividades de curricularização da extensão no curso de graduação em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.

Considerando a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, CNE/CES que estabelece as Diretrizes para a Extensão na educação superior brasileira.

Considerando a Resolução nº 053, de 12 de abril de 2019, CEPEX que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI.

RESOLVE:

Art. 1º Entende-se como extensão no ensino superior as atividades que se integram à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, mediante produção e aplicação do conhecimento, articulados com o ensino e a pesquisa.

Art. 2º As Diretrizes da Extensão na Educação Superior tem como estrutura em sua concepção e prática: a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade; a formação cidadã dos estudantes por meio da vivência de seus conhecimentos; a produção de mudanças na própria instituição de ensino superior e nos demais setores da sociedade a partir da construção e aplicação do conhecimento bem como de outras atividades acadêmicas e sociais.

Art. 3º As Diretrizes da Extensão na Educação Superior tem como estrutura em sua concepção e prática: contribuição na formação integral do estudante como um cidadão crítico e responsável; estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade; promoção de iniciativas que expressam o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas; promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa; incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira; apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação e atuação na produção e na construção de conhecimentos atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade do país.

Art. 4º Consideram-se atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante.

Art. 5º São modalidade de atividade de extensão:

- I. Programas;
- II. Projetos;
- III. Cursos e oficinas;
- IV. Eventos;
- V. Prestação de serviços;
- VI. Atividades práticas em disciplinas que envolvam atendimento à comunidade, desde que estejam vinculadas a um programa ou projeto de extensão cadastrado e não contabilizado como carga horária da disciplina.

Art. 6º As atividades de extensão requerem participação ativa dos discentes na sua promoção, desde o planejamento, organização, execução, avaliação e produção de relatórios finais.

Art. 7º As atividades de extensão compõem 10% da carga horária total do curso, totalizando **420 horas**.

Art. 8º A oferta da atividade curricular de extensão no SIGAA será semestral, obedecendo o calendário acadêmico da UFPI e regramentos da PREXC, submetida através dos Professores Dedicados ou Colaboradores, do Coordenador de Extensão do Curso e/ou do Coordenador do Curso.

Art. 9º É permitido aos estudantes participarem de quaisquer atividades de extensão, mantidas pelas instituições de ensino superior desde que cumpram os requisitos:

- I. Envolver diretamente comunidades externas à universidade como público;
- II. Estar vinculada à formação do estudante;
- III. Serem realizadas presencialmente;
- IV. Atender as especificidades do curso e abranger todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia, produção e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;
- V. Emita certificado com a carga horária do discente juntamente com disponibilização do plano de trabalho deste e a proposta da atividade.

Art. 10º As atividades curriculares de extensão serão submetidas e contabilizadas empregando o módulo de extensão para o lançamento das horas.

§ 1º Os discentes podem cadastrar quaisquer certificados de extensão para serem submetidos a validação através de funcionalidade específica no SIGAA;

§ 2º Cabe a Coordenação de Extensão do curso a avaliação e validação dos certificados submetidos pelos discentes com base nos critérios do Art. 7º.

Art. 11º Deve ser realizada eleição para estabelecimento da “Coordenação das atividades de Extensão” entre os professores que ministram disciplinas específicas no Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.

Art. 12º Dentre as atribuições da Coordenação de Extensão estão inclusas:

- I. Fomentar a extensão no curso mediante levantamento de demanda de discentes e docentes referentes a atividades de extensão;
- II. Manter registro de atividades de extensão propostas e realizadas pelo Departamento de Transportes e Geomática;
- III. Notificar os alunos sobre vagas e editais de seleção para projetos de extensão realizados pelo Departamento de Transportes e Geomática;
- IV. Avaliar e validar os certificados de extensão submetidos pelos discentes, bem como solicitar mais documentos se necessário;
- V. Encaminhar casos omissos para o Colegiado de Curso.

Art. 13º Estas normas entram em vigor após sua aprovação.

Teresina, 14 de outubro de 2024

Prof. Dr. Péricles Luiz Picanço Júnior

Presidente do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Bacharelado em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura - UFPI

13.2. Normas para o Trabalho de Conclusão de Curso**NORMAS PARA O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Aprovadas pela Portaria N° 005, de 17 de março de 2023, do Colegiado do Curso de Graduação em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Piauí.

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Portaria supracitada regulamenta a atividade de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), fixada no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, do Centro de Tecnologia, desta Instituição de Ensino Superior e dá outras providências.

Art. 2º O Trabalho de Conclusão de Curso é parte dos requisitos necessários para a integralização curricular do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, em que os (as) discentes devem demonstrar a capacidade de articulação das competências inerentes a sua formação, conforme a Resolução CNE/CES N° 02, de 24 de abril de 2019 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Engenharia.

O desenvolvimento do TCC será dividido em três etapas:

- I. TCC I, com 30 horas para estudos dos fundamentos teóricos metodológicos do TCC, definição do tema e orientação. Tem como pré-requisitos as disciplinas Introdução à Metodologia Científica, Geodésia Espacial, Sensoriamento Remoto e Gestão de Dados Espaciais.
- II. TCC II, com 30 horas e pré-requisito TCC I, com a realização de “Seminário de TCC” onde os alunos devem apresentar publicamente seus projetos e a execução parcial deles. O TCC II será coordenado pela Coordenação de Curso e os(as) discentes terão orientadores individuais.
- III. TCC III, com 30 horas e pré-requisito o TCC II, nessa disciplina os (as) discentes auxiliados por seus (suas) orientadores (as) finalizarão a execução do projeto de TCC e serão avaliados (as) mediante apresentação para banca examinadora. O TCC III será coordenado pela Coordenação de Curso e os(as) discentes terão orientadores individuais.

§ 2º O TCC é uma atividade acadêmica específica, que corresponde a uma produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso.

§ 3º A produção acadêmica poderá ter a forma de monografia ou artigo científico para publicação.

Art. 3º O Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivos:

- I. Consolidar os conhecimentos adquiridos durante o curso e exigir do aluno demonstração de sua capacidade criativa e habilidade na aplicação de conhecimentos técnicos científico para solução de problemas da área de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.

- II. Estimular o aprofundamento temático, a consulta bibliográfica, a pesquisa e a produção científica.

Art. 4º O Trabalho de Conclusão de Curso consiste em pesquisa individual ou em dupla, sob orientação de docente com designação para esse fim, relatada na forma de uma monografia ou artigo científico para publicação, nas áreas de conhecimento da Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.

Art. 5º O Trabalho de Conclusão de Curso deverá apresentar caráter abrangente e versará sobre pelo menos uma das áreas específicas do curso (Geodésia, Topografia, Fotogrametria, Cartografia, Astronomia de Posição, Sensoriamento Remoto, Cadastro Territorial, Geoprocessamento, Sistemas de Informação Geográfica, Georreferenciamento) ou a aplicação destas em outras áreas afins e correlatas.

CAPÍTULO II – DA MATRÍCULA NO TCC

Art. 6º O/A aluno (a) terá aptidão para se matricular na disciplina TCC I após a aprovação nas disciplinas de pré-requisito (Introdução à Metodologia Científica, Geodésia II, Sensoriamento Remoto e Sistemas de Informação Geográfica) conforme Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.

Art. 7º Uma vez realizada a matrícula na disciplina TCC II e TCC III, deve-se efetuar cadastro junto à Coordenação do Curso contendo a definição do tema, plano de desenvolvimento do trabalho e aceite de orientação (Formulário no Anexo I).

- I. Caso o discente ou docente resolva interromper a orientação, devem encaminhar a ficha preenchida pelos dois para a coordenação (Anexo II).
- II. Para seguir com o mesmo projeto de TCC com a mudança de orientação é necessário concordância do (a) orientador (a) anterior.
- III. Caso seja definido um novo projeto, deve-se apresentar este à Coordenação com a assinatura de concordância da nova orientação.

Art. 8º São responsabilidades do aluno:

- I. Conhecer estas Normas;
- II. Manter o (a) orientador (a) informado (a) sobre o andamento de suas atividades;
- III. Apresentar o Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso, conforme as prescrições formais e as datas limites especificadas;
- IV. Apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso, conforme as prescrições formais e as datas limites especificadas;
- V. Apresentar-se para a defesa do Seminário e Trabalho de Conclusão de Curso perante banca examinadora;
- VI. Fazer as correções previstas na ata de defesa e entregar a versão final do documento no prazo determinado.
- VII. A omissão ou atraso na entrega do cadastro por mais de 30 (trinta) dias, fica configurado abandono de disciplina.

CAPÍTULO III – DA DEFINIÇÃO E NATUREZA DO TEMA

Art. 9º A escolha do tema do Trabalho de Conclusão de Curso é livre, desde que se enquadre entre as áreas de atuação da Engenharia Cartográfica e de Agrimensura e, deve ser definida em comum acordo com o (a) orientador (a).

Art. 10. Não serão aceitos como Trabalho de Conclusão de Curso, relatórios de Estágio Supervisionado Curricular (obrigatório ou não obrigatório) e relatórios de atividades de extensão ou pesquisa científica ou tecnológica, assim como não será permitido o aproveitamento de estudos de outras disciplinas de mesma natureza, cursadas nesta ou em qualquer outra Instituição de Ensino Superior.

CAPÍTULO IV – DA DEFINIÇÃO E ATRIBUIÇÕES DE ORIENTAÇÃO

Art. 11. O (a) docente orientador (a) deve pertencer ao quadro de docentes dos Departamentos que ministram disciplinas do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, e poderá acumular o máximo de 05 (cinco) orientações.

- I. Caso o (a) orientador (a) julgue necessário o trabalho pode ter coorientação;
- II. A coorientação pode ser de docente da UFPI ou outras instituições de ensino superior ou profissional com formação superior específica e experiência comprovada na área de atuação do TCC.

Art. 12. São atribuições de orientação:

- I. Definir em conjunto com discente o tema do estudo a ser desenvolvido no TCC;
- II. Acompanhar as atividades e orientar os (as) discentes durante o desenvolvimento do TCC por meio de reuniões periódicas;
- III. Presidir a banca examinadora durante a defesa do TCC II e III;
- IV. Verificar, antes da entrega da versão final do documento, se as correções sugeridas pela banca examinadora foram feitas pelo aluno.
- V. Encaminhar a ata de defesa devidamente preenchida à Coordenação responsável pela disciplina TCC (modelo no Anexo III).

Art. 13. A qualquer tempo, mediante justificativa apresentada por escrito, poderá haver a transferência do graduando para outro professor orientador.

- I. Caso discente ou docente resolva interromper a orientação devem encaminhar ficha preenchida pelos dois para a coordenação (Anexo II);
- II. Para seguir com o mesmo projeto de TCC com a mudança de orientação é necessário concordância do (a) orientador (a) anterior.
- III. A aprovação do projeto (novo ou já em desenvolvimento) pelo novo orientador é requisito para a mudança de orientação;
- IV. Caso seja definido um novo projeto, deve-se apresentar este à Coordenação com a assinatura de concordância da nova orientação;
- V. Casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.

Art. 14. Caso um ou mais alunos não consigam orientação, caberá ao Colegiado do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura a distribuição dos mesmos entre os (as) docentes do Curso.

CAPÍTULO V – DA ATRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA À ORIENTAÇÃO

Art. 15. A orientação será considerada como atividade de ensino, com vistas à produtividade da UFPI e produtividade individual do docente.

§ 1º. Será atribuída a carga horária de 02 (duas) horas semanais pelo exercício da função orientação pela disciplina TCC I.

§ 2º. Será atribuído aos orientadores das disciplinas de TCC II e TCC III, 22,5 (vinte e duas vírgula cinco) horas semestrais por cada aluno orientado, conforme o Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.

CAPÍTULO VI – DOS CRITÉRIOS TÉCNICOS DO TCC

Art. 16. O Trabalho de Conclusão de Curso, em versão final, deverá atender:

§ 1º Aos critérios técnicos estabelecidos pelas normas da ABNT sobre documentação, no que eles forem aplicáveis;

§ 2º Na sua estrutura formal, à apresentação escrita distribuída nas seguintes partes:

I) Preliminar ou elementos pré-textuais:

- a) Capa (obrigatório) – (Fig. 01 do Anexo I): deve conter o nome da instituição, autor, título do trabalho, subtítulo (se houver, esse deve ser em fonte menor do que a utilizada para o título), local (cidade) e ano de defesa (entrega), dispostos nessa ordem. A inclusão de outros elementos ou dados é opcional.
- b) Folha de rosto (obrigatório) – (Fig. 02 do Anexo I): deve conter o nome do autor, título com fonte maior do que do autor, nota da monografia com o objetivo do grau pretendido, orientador, local e ano da defesa.
- c) Ficha catalográfica (opcional) - constitui-se de um conjunto de informações bibliográficas descritas de forma ordenada, seguindo o Código de Catalogação Anglo-Americano vigente. Deve ser inserida no verso da folha de rosto. Sua elaboração é de responsabilidade do profissional bibliotecário. Apesar de ser obrigatória somente para dissertações e teses, recomenda-se também no TCC para disponibilização em bibliotecas.
- d) Folha de aprovação (obrigatório) – (Fig. 03 do Anexo I): deve conter título e subtítulo (se houver), nome do(a) autor (a) do trabalho, objetivo do trabalho, nome da instituição, nome completo dos membros da banca examinadora, titulação e instituições a que pertencem e local para assinatura dos mesmos, cidade e data de aprovação.
- e) Dedicatória (opcional) - trata-se de um pequeno texto onde o autor homenageia ou dedica seu trabalho a alguém. O texto é inserido na parte inferior, alinhado à direita.
- f) Agradecimentos (opcional) - texto que manifesta agradecimento a pessoas e/ou instituições que, de alguma forma, colaboraram para a execução do trabalho.
- g) Resumo em língua vernácula (obrigatório) - síntese dos pontos relevantes do texto, em linguagem clara, concisa, direta, com o máximo de 500 palavras - deve ressaltar o objetivo, o resultado e as conclusões do trabalho. O resumo é seguido das palavras-chave (no máximo de 6 e separadas por ponto e vírgula) que representam o conteúdo da pesquisa.

- h) Resumo em língua estrangeira (opcional) - tradução do resumo para o inglês ou para outra língua estrangeira.
- i) Lista de ilustrações (opcional) - relação de gráficos, quadros, fórmulas, lâminas, figuras (desenhos, gravuras, mapas, fotografias), na mesma ordem em que são citadas no texto, com cada ilustração designada por seu tipo e a indicação da folha onde estão localizadas.
- j) Lista de tabelas (opcional) - relação numérica das tabelas na mesma ordem em que se sucedem no texto, seguida do título e com a indicação da folha ou folha correspondente.
- k) Sumário (obrigatório) - indicação do conteúdo do documento, refletindo suas divisões e/ou seções, na mesma ordem e grafia em que aparecem no texto. Usa-se o termo “sumário” (e não a palavra, índice ou lista) para designar essa parte. Na representação das divisões do sumário, assim como no texto, deverá ser aplicada a numeração progressiva:

Indicativo de seção	Título
1	CAPÍTULOS
1.1	Seção secundária
1.1.1	Seção terciária
1.1.1.1	Seção quaternária
1.1.1.1.1	Seção quinária

II) Corpo do trabalho ou elementos textuais:

O corpo do trabalho divide-se em capítulos, cada um com seções e subseções, que variam de acordo com a natureza do trabalho realizado. Deverá conter pelo menos o capítulo introdutório, em que se delimita e justifica o tema de estudo, contendo seus objetivos; o capítulo de fundamentação teórica; o capítulo de metodologia, em que devem ser apresentados os materiais e os métodos utilizados; a apresentação e discussão dos resultados obtidos (no caso de estudos de casos ou pesquisa) e, por fim, as considerações finais ou conclusões do TCC. Recomenda-se que os textos sejam escritos com os verbos sempre na 3ª (terceira) pessoa.

III) Elementos pós-textuais:

Em papel branco, formato A4 (21,0cm x 29,7 cm), digitados na cor preta, com exceção das ilustrações, no anverso das folhas. Recomenda-se, para digitação, a utilização da fonte *Times New Roman* tamanho 12 para o corpo do texto e tamanho menor 10 para as citações longas e notas de rodapé. As margens das folhas do trabalho devem ser as seguintes: superior de 3,0 cm; inferior de 2,0 cm; esquerda de 3,0 cm e direita de 2,0 cm. Com relação ao espaçamento, todo o texto deve ser digitado com espaço 1,5 (um vírgula cinco), e relativo à paginação, a numeração deve ser inserida na primeira folha de texto, computando-se na contagem as folhas preliminares ao texto desde a folha de rosto.

CAPÍTULO VII – DA BANCA EXAMINADORA DO TCC III

Art. 17. Os trabalhos serão avaliados por bancas examinadoras designadas mediante Portaria do Colegiado do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, compostas por profissionais qualificados para a área do trabalho:

- I. Para o TCC II, a banca será composta por docente de orientação mais um membro avaliador, será presidida pela Coordenação de Curso no Seminário de TCC II.
- II. Para o TCC III, a banca examinadora terá em sua composição como presidente o(a) docente responsável pela orientação, o(a) docente de coorientação (caso existir), e mais 2 (dois) membros avaliadores, qualificados na área de estudo do trabalho, indicados pela orientação, sendo preferencialmente um membro interno a UFPI e um externo.
- III. Podem fazer parte das bancas examinadoras professores e profissionais qualificados da UFPI ou de outras Instituições com interesse nas áreas de abrangência do trabalho.
- IV. Sugere-se que os membros avaliadores sejam um interno à UFPI e outro externo.

Art. 18. Caberá à banca examinadora:

- I. Avaliar o documento final de TCC sob o rigor científico e segundo estas normas;
- II. Avaliar a apresentação do TCC e o desempenho na arguição perante os membros da banca;
- III. Apresentar por escrito, na ata de defesa, a avaliação do TCC, bem como as alterações necessárias ao trabalho, com a finalidade de contribuir para o seu aperfeiçoamento e para o processo de aprendizagem do aluno;
- IV. Entregar ao aluno, logo após a divulgação da nota final do TCC, a folha de aprovação devidamente assinada pelos membros da banca examinadora, para ser anexada à versão final da monografia.

CAPÍTULO VIII – DA APRESENTAÇÃO DOS EXEMPLARES DE DEFESA

Art. 19. Nas disciplinas de TCC II e III, os (as) discentes devem entregar 03 (três) vias impressas e encadernadas e em arquivo digital (.pdf) do Trabalho de Conclusão de Curso aos membros da banca examinadora com antecedência de pelo menos 10 (dez) dias corridos da data marcada para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso.

§ 1º A data da defesa será definida pela Coordenação do Curso em conjunto com o (a) orientador (a).

CAPÍTULO IX – DA DEFESA E AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 20. Os Trabalhos de Conclusão de Curso II e III devem ser apresentados publicamente dentro o cronograma de datas definido pela Coordenação do Curso.

- I. Para o TCC II será realizado o “Seminário de TCC II” organizado e presidido pela Coordenação do Curso. Este será em um único dia, terá as apresentações dos (as) discentes publicamente em que cada trabalho terá 20 (vinte) minutos para exposição, os membros avaliador e orientador terão 15 (quinze) minutos para as suas considerações cada um.
- II. Para o TCC III, o tempo de exposição do trabalho, por parte dos (as) discentes, será de 30 (trinta) minutos e cada membro da banca terá 20 (vinte) minutos para arguição.

Art. 21. A avaliação do TCC II e III será realizada da seguinte forma:

- I. Avaliação do documento de TCC: média aritmética das notas de 0 (zero) a 10 (dez), de cada membro da banca examinadora (modelo de ficha de avaliação no Anexo I).

- II. Para a aprovação no TCC, o aluno deverá obter nota igual ou superior a 7,0 (sete) e proceder a entrega do material detalhado no artigo 22 destas normas.
- III. Caso o aluno tenha obtido nota final inferior a 7,0 (sete), será considerado reprovado, devendo matricular-se novamente nesta disciplina e apresentar um novo trabalho.

Art. 22. A ata de defesa deverá ser entregue pelo orientador ao Presidente do Colegiado do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, enquanto a folha de aprovação deverá ser entregue ao aluno após a divulgação da nota final.

CAPÍTULO X – DA ENTREGA DO EXEMPLAR FINAL APÓS A DEFESA

Art. 23. Após a defesa, o aluno aprovado no TCC III terá o prazo de 10 (dez) dias corridos para entrega do exemplar final do documento de Trabalho de Conclusão de Curso com as alterações solicitadas pela banca examinadora, formalizadas na ata de defesa, composto de 01 (uma) cópia em meio digital, do formulário de encaminhamento à Coordenação do Curso e do Termo de Autorização para Publicação Eletrônica no Sistema de Bibliotecas da UFPI.

- I. Fica a critério dos membros da banca examinadora receber suas cópias digitais do exemplar final da monografia com as alterações solicitadas.
- II. A cópia digital da monografia deve ser identificada com os nomes do aluno e do orientador, o título do trabalho e o ano de defesa, no formato para publicação. Solicita-se que o aluno encaminhe juntamente com sua monografia, os arquivos gerados no trabalho (arquivos vetoriais, imagens processadas, mapas, etc) para armazenamento da coordenação.
- II. A publicação do resultado final no sistema acadêmico fica condicionada à entrega das cópias corrigidas, devidamente conferidas e atestadas pelo (a) professor (a) orientador (a).

CAPÍTULO XI – DO COORDENADOR DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 24. A coordenação dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) será desempenhada pelo Coordenador ou Vice-coordenadores do curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, definição documentada em ATA de Colegiado, e terá as seguintes atribuições:

- I. O coordenador de TCC deverá definir o calendário de TCC do semestre, conforme modelo, e divulgá-lo entre os discentes e orientadores;
- II. O coordenador de TCC deverá estabelecer formas de comunicação com os discentes e orientadores;
- III. O coordenador de TCC deverá orientar discentes e orientadores quanto as normas de TCC do curso, disponibilizando-a na página do curso e enviando os modelos de documentos necessários, como: Ata de defesa, Formulário de encaminhamento de versão final de monografia ou artigo, Termo de autorização de publicação, Portaria de designação e Declaração de participação em banca;
- IV. O coordenador de TCC deverá sistematizar o recebimento, armazenamento e o envio semestral dos arquivos digitais dos TCCs ao Sistema de Bibliotecas da UFPI.

CAPÍTULO XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. Os casos omissos serão apreciados pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.

Art. 29. Este regulamento entra em vigor na data de assinatura da Portaria que o aprovou.

Teresina, 14 de outubro de 2024

Prof. Dr. Péricles Luiz Picanço Júnior

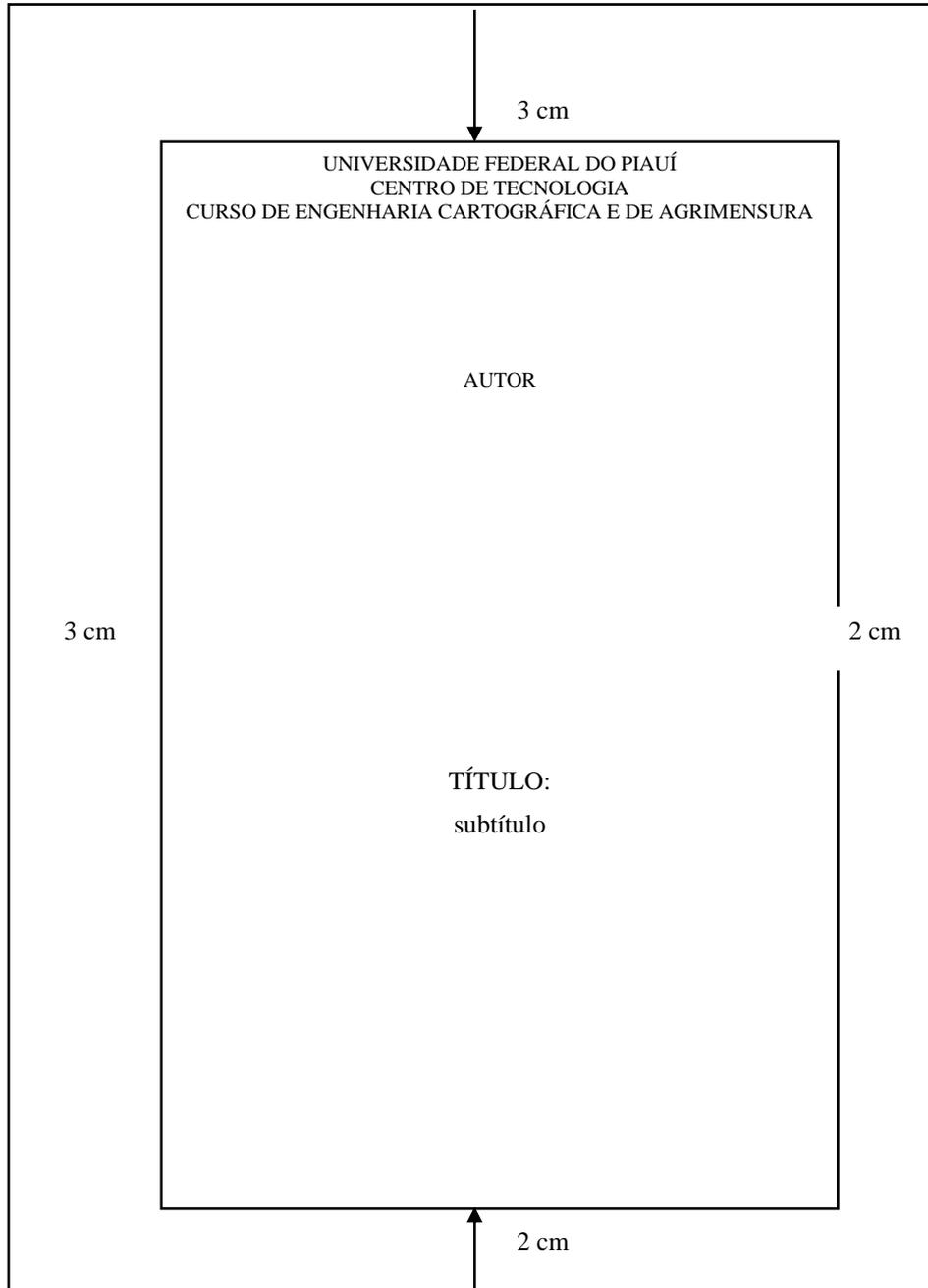
Coordenador de Trabalho de Conclusão de Curso

Presidente do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Bacharelado em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura - UFPI



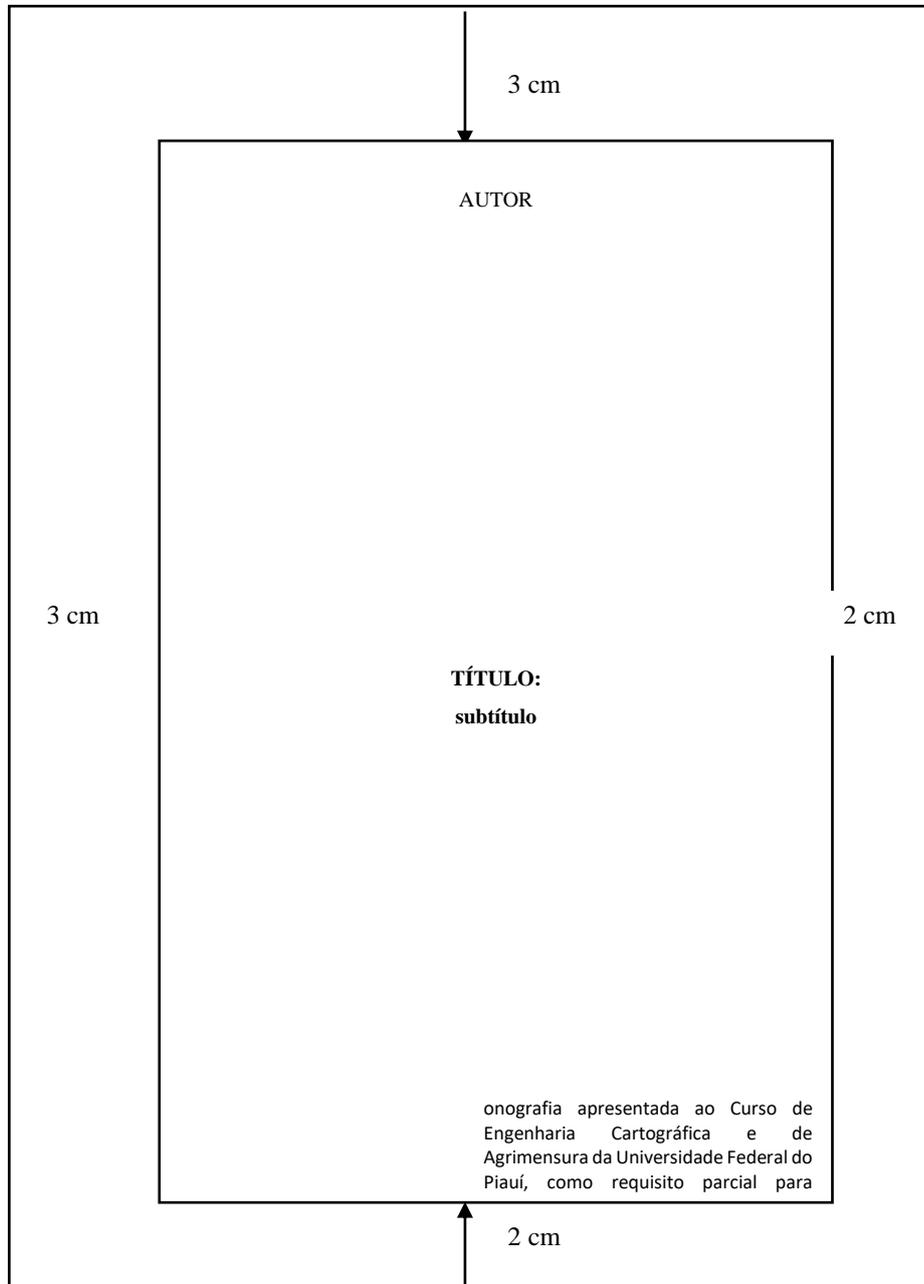
ANEXO I

Figura 01



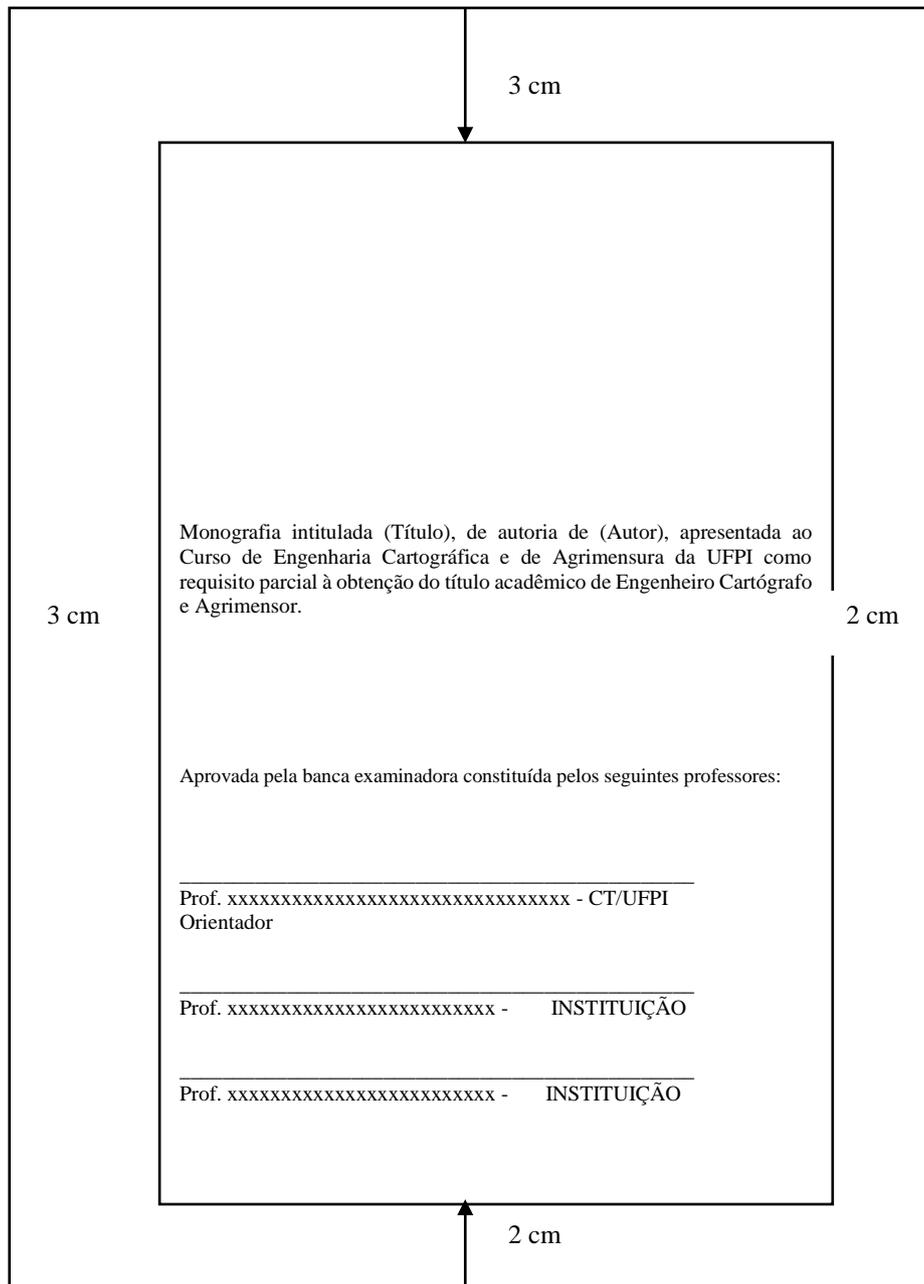
ANEXO I

Figura 02



ANEXO II

Figura 03



ANEXO III – Exemplo de Artigo

TÍTULO EM PORTUGUÊS**Título em inglês****Primeiro Autor¹, Segundo Autor² e Último Autor³**¹ Estudante; e-mail@e-mail.com.br² Orientador; e-mail@e-mail.com.br³ Coorientador; e-mail@e-mail.com.br

RESUMO: Deve ser escrito em português, em parágrafo único, com no máximo 250 palavras. O resumo deve ressaltar sucintamente o conteúdo do trabalho, informando a finalidade, metodologia, resultados e conclusões (NBR 6028).

Palavras-chave: No mínimo 3 e no máximo 5 palavras. Apresentadas em ordem alfabética e separadas por ponto e vírgula e finalizadas por ponto. Exemplo: Cartografia; Geodésia; Agrimensura.

ABSTRACT: resumo no idioma inglês.

Keywords: as mesmas palavras-chave, mas no idioma inglês.

1 Introdução

Esse modelo serve de referência para escrita/organização do artigo científico para Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.

O artigo deverá seguir as normas da ABNT e conter os elementos e as seções: título em português e inglês, resumo, palavras-chave, abstract, *keywords*, introdução, desenvolvimento e conclusão, considerações finais e referências.

O artigo deve ser digitado em processador de texto Word (arquivo com extensão doc. ou docx) e deve ser digitado em espaço 1,5 entre linhas, tamanho 12, fonte Times New Roman. O artigo completo não deve ser inferior a 15 (quinze) e nem ultrapassar o limite de 25 (vinte e cinco) páginas, incluindo, resumos, corpo do texto, referências, figuras, tabelas e demais elementos pertinentes.

O título do artigo deve estar centralizado, tamanho 12 em negrito, espaçamento simples, com letras maiúsculas e não ultrapassar três linhas e deve ser seguido de sua tradução no idioma inglês. Os nomes dos autores devem aparecer na sequência ser alinhado à direita, tamanho 12, espaçamento simples, a primeira letra de cada nome em maiúsculo.

Títulos das seções: os títulos das seções do trabalho devem ser posicionados à esquerda sem recuo. Deve-se utilizar texto com fonte Times New Roman, tamanho 12, em negrito, letra minúscula, adicional espaçamento de 1,5 antes e depois dos títulos. Não colocar ponto final nos títulos e subtítulos. As subseções devem aparecer com o recuo do parágrafo.

Os elementos pré-textuais obrigatórios do artigo são: Título em português e inglês, autoria, resumo em português e inglês, palavras-chave em português e inglês.

Na introdução, o artigo deve apresentar o tema, a relevância do estudo, a problemática, objetivos, os principais embasamentos utilizados.

2 Desenvolvimento

O Desenvolvimento tem como objetivo discorrer sobre a temática da pesquisa, é a parte central do artigo, deve ser realizado de forma ordenada e detalhada. Pode ser subdividido em seções (2.1, 2.2, 2.3) (NBR 6024). Deve-se explicitar as teorias e metodologias empregadas na análise do objeto de pesquisa, utilizando de literatura científica adequada.

Para citações diretas e indiretas utilizar as normas da ABNT (NBR 10520), evitando a reprodução de textos longos, comentando de forma satisfatória as citações utilizadas, sempre estabelecendo ligação com o objeto da pesquisa.

2.1 Essa seção poderá ser subdividida em subseções

As subseções são itens necessários para organizar uma sequência lógica da seção. Uma discussão sem estrutura coerente desagrada ao leitor, sendo conveniente a distribuição dos temas em tópicos e subtópicos.

2.2 Figuras, Esquemas ou Tabelas

Todas as figuras, esquemas, quadros e tabelas, devem vir citados no texto com título na parte superior e ordenada numericamente, como Figura 1, Figura 2, ...Tabela 1, Tabela 2...Esquema 1, Esquema 2... sempre informando a fonte destas.

Figura 1: Brasão da UFPI



Fonte: UFPI (2022)

As Figuras devem ser centralizadas, com boa resolução. No título da Figura deverão constar as informações necessárias, identificando o que representa a Figura.

Tabela 1. O Título é a descrição do conteúdo e do período referente aos dados coletados

Coluna	Variável	Variável
Dados	Dados	Dados
Dados	Dados	Dados

Fonte: é a indicação do responsável dos dados numéricos.

2.3 Equações

As equações devem ser identificadas com algarismos arábicos sequenciais entre parênteses alinhados à direita, junto à margem.

$$x^2 + y^2 = z^2 \quad (1)$$

3 Considerações finais

As considerações finais devem expressar a relação entre os objetivos do trabalho, as hipóteses apresentadas na introdução, e os resultados encontrados. Podem ser explicitadas as limitações encontradas no desenvolvimento da pesquisa em relação ao problema, método, fontes, oferecendo sugestões para estudos futuros.

Referências

Deverão ser identificadas todas as obras utilizadas para a produção do seu texto seguindo as normas da ABNT (NBR 6023).

LOPES, I. V. Gestão ambiental no Brasil: experiência e sucesso. 5. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

WALTER, Jennifer K.; HWANG, Jennifer; FIKS, Alexander G. Pragmatic strategies for shared decision-making. **Pediatrics**, Illinois, v.142, suppl.3, s157-s162, 2018. DOI: 10.1542/peds.2018-0516F. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30385622/> Acesso em: 06 de outubro de 2022.

ANEXO IV

FORMULÁRIO DE INDICAÇÃO DO TEMA
E DO (A) ORIENTADOR (A)

1. TURMA: _____

2. NOME DO(S) ALUNO(S)

_____ Matrícula _____

_____ Matrícula _____

_____ Matrícula _____

3. TEMA:

4. ORIENTADOR(A): _____

Assinatura do (a) Orientador (a): _____

Assinatura do(s) Aluno(s)

Data: ____/____/____

Observação:

ANEXO V

MUDANÇA DE VÍNCULO DE ORIENTAÇÃO

Eu, _____, aluno(a) regularmente matriculado(a) no Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, sob o número de matrícula _____ e sob a orientação do(a) professor(a) _____, venho solicitar a MUDANÇA DE VÍNCULO DE ORIENTAÇÃO transferindo minha orientação para o(a) professor(a) _____, conforme justificativa abaixo.

JUSTIFICATIVA:

Assinatura do(a) aluno(a): _____

Cientes e de acordo,

Assinatura do(a) orientador(a) atual: _____

Assinatura do(a) novo(a) orientador(a): _____

Teresina, ____ de _____ 20__.

ANEXO VI

INTERRUPÇÃO DE VÍNCULO DE ORIENTAÇÃO

Eu, _____, docente do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, sob o número de matrícula _____ solicito a INTERRUPÇÃO DE VÍNCULO DE ORIENTAÇÃO do aluno (a) _____, conforme justificativa abaixo.

JUSTIFICATIVA:

Autorizo que o (a) discente continue a desenvolver o mesmo projeto de TCC na orientação de novo (a) docente.

A Sim

A Não

Assinatura do(a) orientador(a)

Teresina, ____ de _____ 20.



ANEXO VII

FICHA DE AVALIAÇÃO

Graduando: _____

Data de defesa: ____/____/____

Examinador: _____

ASPECTOS AVALIADOS	PES O	NOT A
1. Organização e estrutura: ordenação lógica das divisões do Conteúdo.	1,0	
2. Redação: linguagem clara, precisa e objetiva.	1,0	
3. Abordagem dos temas: adequação no uso de termos técnicos.	1,0	
4. Discussão e análise dos temas: interpretação e análise crítica dos resultados obtidos.	1,0	
5. Conclusão e considerações finais: embasamento e coerência.	1,0	
6. Segurança: apresentação segura e respostas concretas.	1,0	
7. Coerência: relacionamento entre o assunto abordado e atividades desenvolvidas.	1,0	
8. Objetividade: relato claro sem omissão de dados ou detalhes importantes.	1,0	
9. Postura: atividades adequadas durante a apresentação oral.	1,0	
10. Recursos técnicos: métodos, técnicas e recursos utilizados na apresentação.	1,0	
TOTAL	10,0	

Observações:

Data: ____/____/____

(assinatura do examinador)

ANEXO VIII

ATA Nº _____

Ao(s) _____ dia(s) do mês de _____ de _____ teve início nas dependências do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Piauí a Defesa Pública do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado _____

_____, do discente _____ do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, sob a orientação do (a) professor (a) _____, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de bacharel em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura. A banca examinadora devidamente aprovada pelo Colegiado do Curso foi constituída pelos professores _____ e _____. Após a apresentação e arguição, a Banca deliberou, segundo os critérios estabelecidos nas Normas para o TCC, e atribuiu a média final _____ (_____), sendo considerado(a) _____.

Observações:

Por ser verdade firmamos o presente.

Assinaturas

Professor (a): _____ (Orientador)

Professor (a): _____ (Examinador 1)

Professor (a): _____ (Examinador 2)

Teresina, _____ de _____ de _____.



ANEXO IX

CARTA DE ENCAMINHAMENTO DO TCC AOS MEMBROS DA BANCA

Ilmo.(a) Sr.(a) _____
Prof.(a) Dr. (a)/MSc./Esp. _____
Universidade....Departamento...
Endereço _____

Prezado(a) Sr.(a),

Ao tempo em que cumprimentamos, solicitamos de V.Sa. a análise do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC incluso, com a finalidade de emitir um parecer como membro da Banca Examinadora. A defesa ocorrerá ____/_____/_____ às _____ horas no prédio _____ sala _____ do Centro de Tecnologia da UFPI.

Se achar necessário, devolva o manuscrito com anotações feitas ou anexe uma folha à mais com as sugestões ao trabalho que julgar pertinentes.

Certos de vossa valorosa colaboração, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,

Prof.(a) _____
Coordenador (a) do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura
Presidente do Colegiado

Teresina, ____/_____/_____

Recebi em, ____/_____/_____



ANEXO X

CARTA DE ENCAMINHAMENTO DA VERSÃO FINAL AO COORDENADOR DA DISCIPLINA TCC

À Coordenação da disciplina TCC
Prof.(a) Dr (a) Me/Esp.....
Centro de Tecnologia / UFPI

Prezado (a) Coordenador (a)

Encaminho em anexo a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso em conformidade com as Normas do TCC de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, como parte integrante para aprovação.

Afirmo que a versão em definitivo inclui as correções feitas a partir das sugestões da Banca Examinadora. Asseguro ainda, que verifiquei seu conteúdo técnico e gramatical para garantir a qualidade do material que será depositado na Biblioteca Comunitária Jorn. Carlos Castello Branco (BCCB) da UFPI.

Atenciosamente,

Autor _____

Assinatura

Prof. (a). Dr(a)./Me/Esp _____
Orientador (a)



ANEXO XI

DECLARAÇÃO

Declaramos, para todos os fins de direito, que os professores

(professor orientador (a)),
(examinador (instituição)) e
(examinador (instituição)), participaram da
Banca Examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso do aluno
_____, intitulado
“_____
_____”, do curso de Engenharia
Cartográfica e de Agrimensura, realizado em ____/____/____, no Centro de Tecnologia da
Universidade Federal do Piauí.

Teresina, ____/____/____

Coordenador da disciplina TCC

Coordenador do Curso



13.3. Regulamento do Estágio Supervisionado

REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE BACHARELADO EM ENGENHARIA DE CARTOGRAFIA E DE AGRIMENSURA DO CENTRO DE TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, define o estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante. O estágio integra o itinerário formativo do educando e faz parte do projeto pedagógico do curso. O estágio curricular do curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura é uma atividade obrigatória, norteadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e o Projeto Político-Pedagógico do curso (Resolução Nº2 CNE/CES 24/04/2019).

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Este Regulamento de estágio tem por objetivo estabelecer procedimentos operacionais e regras para a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de Graduação em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em conformidade com o previsto na LEI Nº 11.788, DE 25/09/2008 e pela Resolução nº 177/12 – CEPEX/UFPI.

Artigo 1º O estágio curricular é uma atividade técnico-científica sob supervisão, realizada por estudantes dentro e/ou fora da UFPI visando à aplicação dos conhecimentos teóricos e práticos desenvolvidos no Curso de Graduação em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura vinculados à formação acadêmico-profissional.

§ 1º São considerados campos de estágio: unidades pertencentes a UFPI, empresas públicas ou de sociedade mista, empresas/indústrias privadas, órgãos governamentais, instituições de pesquisa ou na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob a responsabilidade e coordenação da UFPI, de acordo com a legislação federal específica.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS

Artigo 2º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório Curso de Graduação em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura da Universidade Federal do Piauí observará os seguintes princípios:

- I. Unidade entre teoria e prática, tendo em vista a superação das dicotomias entre essas dimensões.
- II. Parceria entre a universidade e as instituições co-formadoras, assim como entre os profissionais que atuam nesses dois contextos, responsáveis pelo acompanhamento das atividades de estágio.
- III. Concretização de experiências de práticas industriais e fabris que contemplem o planejamento, a ação/reflexão/ação.
- IV. Articulação entre o currículo do curso e aspectos práticos da Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.

CAPÍTULO III

DA COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Artigo 3º A administração do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório na Universidade Federal do Piauí é de responsabilidade da Coordenação Geral de Estágio (CGE) da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG).

Artigo 4º A execução, supervisão e planejamento das atividades de estágio são de atribuição da Coordenação de Estágio do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.

Artigo 5º A Coordenação de Estágio do Curso será formada por docentes orientadores, dentre os quais será escolhido o Coordenador.

§ 1º O Coordenador de Estágio será indicado pelo Colegiado do Curso.

Artigo 6º São atribuições do Coordenador de Estágio do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura:

- I** - coordenar a elaboração ou reelaboração de normas ou critérios específicos do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;
- II** - informar a CGE/PREG os Campos de Estágio, tendo em vista a celebração de Convênios e Termos de Compromisso;
- III** - fazer, no final de cada período, levantamento do número de alunos aptos e pretendentes ao estágio, em função da programação semestral;
- IV** - elaborar a cada semestre, junto com os Docente-Orientadores, as programações de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório que serão enviadas CGE/PREG no prazo estabelecido no Calendário Acadêmico;
- V** - orientar e encaminhar os(as) acadêmicos(as) aos Campos de Estágio;
- VI** - acompanhar o desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, tendo em vista a consecução dos objetivos propostos;
- VII** - enviar à CGE/PREG, no final de cada período letivo o relatório correspondente ao Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso.

Parágrafo único: a nomeação do Coordenador de Estágio do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura deverá ser efetivada por portaria emitida pelo Diretor (a) do Centro de Tecnologia ao qual o estágio está vinculado com vigência de dois anos.

Artigo 7º São atribuições do Docente-Orientador:

O Professor Orientador do estágio deverá ser efetivo do quadro da UFPI responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do discente durante a realização dessa atividade. Esse papel poderá ser executado por mais de um professor, desde que a sua área de atuação coincida com as áreas de orientação de estágio dos alunos matriculados em Estágio Supervisionado. A definição do(s) Professor(es) Orientador(es) acontecerá após o período de matrícula curricular para a vinculação do nome dos docentes a disciplina de Estágio Obrigatório. As suas atribuições são:

- I** - elaborar junto ao Coordenador de Estágio do Curso a programação semestral de estágios obrigatórios;
- II** - orientar os alunos, na elaboração dos seus planos e relatórios de estágio curricular supervisionado obrigatório;

III - acompanhar e orientar a execução das atividades dos estagiários;

IV - avaliar o desempenho dos estagiários atribuindo-lhes conceitos expressos sob a forma adotada pela Universidade;

V - enviar ao Coordenador de Estágio, no final de cada período letivo, o relatório correspondente aos Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios dos(as) acadêmicos(as) sob a sua responsabilidade.

Artigo 8º São atribuições do estudante estagiário:

a) cumprir a carga horária de estágio e todas as atividades previstas no componente curricular regularmente matriculado;

b) respeitar as normas regimentais e disciplinares da instituição onde o estágio for realizado;

c) planejar com o professor orientador e supervisor as atividades do estágio;

d) apresentar a documentação exigida nos prazos estipulados pela Universidade e pelo curso;

e) comparecer aos encontros com o professor orientador;

f) apresentar um relatório ao final do estágio de acordo com as normas institucionais, bem como socializar suas experiências profissionais vivenciadas durante o estágio por meio de apresentação oral.

CAPÍTULO IV DO SUPERVISOR DE CAMPO DE ESTÁGIO

Artigo 9º O supervisor de campo de estágio é um profissional lotado na unidade de realização do estágio, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, responsável neste local pelo acompanhamento do discente durante o desenvolvimento das atividades, tendo como atribuições:

a) orientar e supervisionar os estagiários;

b) avaliar periodicamente o desempenho dos acadêmicos com a utilização dos instrumentos específicos disponibilizados pela UFPI e pelo Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.

CAPÍTULO V DA DURAÇÃO, MATRÍCULA E DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Artigo 10º O discente, para realizar o estágio curricular supervisionado obrigatório, deverá estar matriculado na respectiva disciplina, correspondendo a 165 horas, como carga horária mínima, e com frequência efetiva no período letivo em curso.

Artigo 11º A matrícula do discente na disciplina Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório estará condicionada ao cumprimento dos pré-requisitos previstos no currículo pleno do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura da UFPI.

Artigo 12º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura somente pode ocorrer mediante assinatura de termo de compromisso com interveniência obrigatória da Coordenadoria de Estágio Obrigatório/PREG, em unidades que tenham condições de:

I - proporcionar experiências práticas na área de formação do estagiário;

II - dispor de um profissional dessa área para assumir a supervisão do estagiário;

III - existência de convênio entre a UFPI e as instituições co-formadoras.

Parágrafo único. O termo de compromisso de estágio (TCE) constituirá parte do convênio a ser celebrado entre a Universidade e a parte concedente.

CAPÍTULO VI

DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Artigo 13º A Coordenação de Estágio do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura/UFPI, junto com os professores orientadores do estágio devem elaborar critérios e instrumentos de acompanhamento e avaliação do estágio, visando maior aproveitamento.

Artigo 14º Será considerado aprovado o aluno que cumprir integralmente as atividades de estágio, levando-se em consideração:

- I. A avaliação realizada pelo supervisor de campo do estágio, com base no formulário específico encaminhado ao professor orientador, obedecendo ao cronograma da coordenação de estágio de cada curso.
- II. A avaliação do professor orientador com base no cumprimento do plano de trabalho, relatório final e apresentação oral.

Artigo 15º Será considerado aprovado no estágio curricular supervisionado obrigatório, o estagiário que obtiver média aritmética igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero) e cumprir a carga horária mínima exigida, não sendo permitido para este componente curricular a realização de exame final.

§1º As atividades de estágio não podem ser realizadas através de atividades domiciliares.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 16º O presente Regulamento poderá ser alterado por meio do voto da maioria absoluta dos membros da Coordenação de Estágio do Curso e Colegiado do Curso.

Artigo 17º Compete à Coordenação de Estágio do Curso dirimir dúvidas referentes à interpretação deste Regulamento, bem como suprir as suas lacunas, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários.

Artigo 18º Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação, após aprovação em Conselhos Superiores da Universidade Federal do Piauí.

Teresina, 14 de outubro de 2024

Prof. Dr. Péricles Luiz Picanço Júnior

Presidente do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Bacharelado em Engenharia Cartográfica e
de Agrimensura - UFPI

13.4. Relatório NDE Referendo as Referências Bibliográficas

RELATÓRIO NDE REFERENDANDO AS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

O acervo bibliográfico físico foi tombado e encontra-se disponível na Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco-BCCB, situada no *Campus* Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga-PI, CEP 64.049-550.

O acervo virtual para o Curso de Bacharelado em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura está disponibilizado na biblioteca da UFPI: Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco-BCCB; com acessos através dos sites: <http://ufpi.br/biblioteca-bccb/236-bccb/biblioteca> e <https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/biblioteca/buscaPublicaAcervo.jsf>; e email: bccb@ufpi.edu.br.

O acervo bibliográfico básico e complementar físico é adequado para os componentes curriculares descritos no PPC do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura. A instituição garante acesso ao acervo bibliográfico básico/complementar virtual tanto no ambiente interno com instalações e recursos tecnológicos que atende à demanda, sendo ofertado de forma ininterrupta via internet. Aos portadores de deficiência são disponibilizadas ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem na Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco-BCCB da Universidade Federal do Piauí.

O acervo periódico é constituído por exemplares físicos e por exemplares virtuais para acesso através de assinaturas de periódicos, assim como acesso a publicações de domínio público. Estes periódicos possuem contexto especializado que contemplam as unidades curriculares do curso de Bacharelado em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura. É atualizado, de forma a garantir a quantidade de acesso demandada, com plano de contingência, de modo a garantir o acesso e o serviço. Cabe frisar, que estar em processo de aquisição de novos exemplares físicos, compondo um acervo mais atualizado para os discentes.

Teresina, 14 de outubro de 2024

Prof. Dr. Péricles Luiz Picanço Júnior

Presidente do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Bacharelado em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura - UFPI





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/PREG/UFPI Nº 763, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2024

Autoriza Alteração de Projeto Pedagógico de Curso.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (PREG/UFPI), e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (CAMEN), no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, tendo em vista decisão da mesma Câmara em reunião do dia 03/12/2024, e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta Universidade, aprovado pela Resolução Nº 331/22-CEPEX, de 08 de agosto de 2022, em atendimento ao Decreto 10.139/2019, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República;

- o Processo Nº 23111.055249/2024-91.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a alteração no Projeto Pedagógico do Curso de **BACHARELADO EM MEDICINA VETERINÁRIA**, do Centro de Ciências Agrárias – **CCA**, do Câmpus Ministro Petrônio Portella – **CMPP**, desta Universidade, conforme ANEXO e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação justificada a urgência pela excepcionalidade da atividade administrativa institucional, conforme parágrafo único do Art. 4º do Decreto 10.139/2019.

Teresina, 04 de dezembro de 2024.

Documento assinado digitalmente
 **GARDÊNIA DE SOUSA PINHEIRO**
Data: 04/12/2024 14:14:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Gardênia de Sousa Pinheiro
Pró-Reitora de Ensino de Graduação/UFPI
Presidente da Câmara de Ensino de Graduação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
COORDENAÇÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA VETERINÁRIA
Campus da Socopo - 64.049-550 Teresina, Piauí - Fone: 86.3215-5752 coordvet.teresina@ufpi.edu.br

6.13 ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

O ECSO é definido como atividade complementar obrigatória visando estimular no graduando o interesse pelo campo da pesquisa científica, bem como, aprimorar e consolidar conhecimentos e habilidades adquiridas nas matérias e/ou disciplinas obrigatórias e/ou optativas, através de um intensivo treinamento técnico/prático devidamente supervisionado, capacitando-o para o exercício qualificado dos diferentes campos de atuação profissional inerentes à Medicina Veterinária.

O ECSO é subdividido em duas disciplinas: ECSO I, correspondente a um trabalho de iniciação científica, que o aluno desenvolve sob a orientação de um professor do Curso, e ECSO II, que corresponde a atividade específica de estágio supervisionado, cujos objetivos específicos são:

- Introduzir o estudante no ambiente de trabalho da profissão da Medicina Veterinária;
- Desenvolver no acadêmico senso de responsabilidade quando do exercício de suas futuras atividades profissionais;
- Estimular a capacidade de investigação científica e o espírito crítico, capacitando-o a encontrar, quando no exercício da profissão, soluções para os problemas pertinentes à Medicina Veterinária, considerando a visão crítica, os seus aspectos científicos, éticos, sócio-econômicos e políticos, de forma a compreender a necessidade de adequação da teoria à prática;
- Fomentar a integração da universidade no contexto geo-econômico onde atua, de forma a transferir e gerar conhecimentos que venham a culminar com a solução de problemas e o desenvolvimento sócio-econômico e cultural da região.

O ECSO I poderá ser desenvolvido depois que o segundo período letivo do curso tiver sido integralizado, desde que cumprido o pré-requisito, que é a disciplina

diretamente ligada à área de realização do trabalho e o ECSO II só poderá ser iniciado após o cumprimento de todas as disciplinas obrigatórias e optativas (com exceção do ECSO I) e será realizado em setores pertencentes à UFPI ou em outras empresas/instituições do meio urbano ou rural, com ela conveniadas.

A regulamentação pertinente à realização do ECSO I e do ECSO II, bem como a defesa dos Relatórios correspondentes, deverá obedecer a normas complementares a serem elaboradas pela Coordenação do CGMV em consonância com a Coordenação de Estágio do CGMV e com a da Coordenadoria de Estágio Curricular (CEC) da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) e aprovadas pelo Colegiado do Curso de Graduação em Medicina Veterinária e Conselho Departamental do CCA, em consonância com a Lei 11788 de 25 de setembro de 2008 e Resolução 177/12 CEPEX UFPI.

Conforme a lei 11788/08 (Lei do Estágio) em seu artigo 10 §1º *ipsi literis*: “O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino”. Dessa forma, os discentes do curso de Medicina Veterinária, por não terem atividade teórica presencial programada no décimo e último período do curso (conforme grade curricular), e estiverem cursando o componente curricular Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II (ECSO II) poderão desempenhar atividades de estágio em jornada de 40 horas semanais. Salienta-se que, esta modalidade será válida apenas para o caso de ser cursado exclusivamente o ECSO II no décimo período letivo, não sendo válido para o caso de cursar ambos os ECSO’S (I e II) simultaneamente. Essa orientação será realizada tanto pela coordenação do curso quanto pela coordenação de estágios do curso.

As avaliações do ECSO I e do ECSO II são expressas na forma de nota, atribuída por banca examinadora composta por docentes do Curso e/ou técnicos da área que venham a ser convidados, sendo presidida pelo professor orientador do discente.

O ECSO I e ECSO II poderão ser realizados em qualquer uma das áreas constantes no Quadro 10, não havendo obrigatoriedade de vinculação na mesma área.